JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Associação dos Municípios do Araguaia - AMA 4
Camara Municipal de Barra do Garças 5
Camara Municipal de Carlinda 6
Camara Municipal de Tabaporã 6
Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso 6
Consorcio Público de Saúde Vale do Teles Pires 6
Prefeitura Municipal de Água Boa 7
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 9
Prefeitura Municipal de Alto Garças 10
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 22
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 22
Prefeitura Municipal de Araguaiana 23
Prefeitura Municipal de Araputanga 24
Prefeitura Municipal de Arenápolis 33
Prefeitura Municipal de Aripuanã 51
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 53
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 53
Prefeitura Municipal de Cáceres 57
Prefeitura Municipal de Campinápolis 68
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 69
Prefeitura Municipal de Campo Verde 85
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 86
Prefeitura Municipal de Canarana 88
Prefeitura Municipal de Carlinda 94
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 96
Prefeitura Municipal de Cláudia 98
Prefeitura Municipal de Cocalinho 100
Prefeitura Municipal de Colíder 101
Prefeitura Municipal de Colniza 101
Prefeitura Municipal de Comodoro 101
Prefeitura Municipal de Confresa 102
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 103
Prefeitura Municipal de Curvelândia 108
Prefeitura Municipal de Denise 109
Prefeitura Municipal de Diamantino 110
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 110
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 111
Prefeitura Municipal de General Carneiro 112
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 117
Prefeitura Municipal de Itanhangá 117
Prefeitura Municipal de Itiquira 118
Prefeitura Municipal de Jaciara 121
Prefeitura Municipal de Jauru 123
Prefeitura Municipal de Juara 123
Prefeitura Municipal de Juscimeira 134
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 134
Prefeitura Municipal de Marcelândia 137
Prefeitura Municipal de Matupá 137
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 142
Prefeitura Municipal de Nobres 143
Prefeitura Municipal de Nortelândia 148

Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 173
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 182
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 183
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 184
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 188
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 190
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 191
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 198
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 201
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 202
Prefeitura Municipal de Paranatinga 203
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 212
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 223
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 223
Prefeitura Municipal de Poconé 226
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 228
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 234
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 234
Prefeitura Municipal de Rio Branco 235
Prefeitura Municipal de Rondolândia 235
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 256
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 257
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 258
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 259
Prefeitura Municipal de São José do Povo 260
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 261
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 262
Prefeitura Municipal de Tabaporã 262
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 276
Prefeitura Municipal de Tesouro 277
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 278
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 278
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 286
Prefeitura Municipal de Vila Rica 287

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

LICITAÇÃO
ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM
ERRATA 01 A HOMOLOGAÇÃO DO CONVITE 010-2017

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM

ERRATA 01 A HOMOLOGAÇÃO DO CONVITE 010-2017

O PREGOEIRO da Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM comunica a quem interessar possa a seguinte ERRATA no edital de licitação do CONVITE 010-2017.

Na homologação publicada dia 15/12/2017 **ONDE SE LÊ R$ 51.835,99 (CINQUENTA E UM MIL E OITOCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS).**, **LEIA-SE:** ***R$ 49.490,42 (QUARENTA E NOVE MIL E QUATROCENTOS E NOVENTA REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS)***

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Cuiabá/MT, 18 de Dezembro de 2017.

Gustavo Matos Rosa

Presidente da Comissão de Licitação

LICITAÇÃO
ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM
ERRATA 02 A ADJUDICAÇÃO DO CONVITE 010-2017

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM

ERRATA 02 A ADJUDICAÇÃO DO CONVITE 010-2017

O PREGOEIRO da Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM comunica a quem interessar possa a seguinte ERRATA no edital de licitação do CONVITE 010-2017.

Na adjudicação publicada dia 15/12/2017 **ONDE SE LÊ R$ 51.835,99 (CINQUENTA E UM MIL E OITOCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS).**, **LEIA-SE:** ***R$ 49.490,42 (QUARENTA E NOVE MIL E QUATROCENTOS E NOVENTA REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS)***

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Cuiabá/MT, 18 de Dezembro de 2017.

Gustavo Matos Rosa

Presidente da Comissão de Licitação

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ARAGUAIA - AMA

RESOLUÇÃO N.º 006/2017

RESOLUÇÃO N.º 006/2017 - PRES/AMA DATA: 01/10/2017

SÚMULA: Abre crédito suplementar na Unidade Orçamentária da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ARAGUAIA - AMA, por anulação parcial de dotações orçamentárias, e da outras providências.

O Presidente da **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ARAGUAIA - AMA**, no uso de suas atribuições estatutárias, legais e regimentais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Abre Crédito Suplementar nas Unidades Orçamentárias da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ARAGUAIA – AMA, discriminadas abaixo:

01.001 - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ARAGUAIA

04.122.0001.2001 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A AMA

3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil 47.134,35

3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais 55.009,95

102.144,30

Total Geral de Suplementações ...: 102.144,30

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá a conta de Anulação Parcial de Dotações abaixo discriminadas:

01.001 - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ARAGUAIA

04.122.0001.2001 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A AMA

3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado 22.500,00

3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo 9.644,30

3.3.90.47.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas 70.000,00

102.144,30

Total de Reduções ...: **102.144,30**

Artigo 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ARAGUAIA – AMA. CUIABÁ – MATO GROSSO. EM, 01 DE OUTUBRO DE 2017.

JOEL FERREIRA

Presidente da AMA

GEOVANILDO DOS REIS LEMOS

Contador CRC/MT 012183/O-4

PORTARIA Nº. 010/2017 – AMA/PRES

PORTARIA Nº. 010/2017 – AMA/PRES

"DISPÕE SOBRE NOMEAR O SECRETÁRIO EXECUTIVO B, DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ARAGUAIA - AMA."

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ARAGUAIA - AMA, no uso de suas atribuições estatutárias, legais e regimental;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o senhor, **ALLANCRISH MENESES SOUZA,** CPF 036.348.601-11, para o cargo de **Secretário Executivo B,** da Associação dos Municípios do Araguaia.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Cuiabá-MT, em 08 de novembro de 2017.

JOEL FERREIRA

PRESIDENTE - AMA

RESOLUÇÃO N.º 005/2017

RESOLUÇÃO N.º 005/2017 DATA: 06/09/2017

SÚMULA: Institui em âmbito interno da Associação dos Municípios do Araguaia – AMA, os parâmetros e valores para cada modalidade licitatória.

O Presidente da **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ARAGUAIA - AMA**, no uso de suas atribuições estatutárias, legais e regimentais;

Considerando a Lei Estadual n° 10.534/2017, de 13.04.2017, que corrigiu monetariamente os valores das modalidades licitatórias no âmbito do Estado de Mato Grosso;

Considerando que a AMA é uma instituição regional, composto por 34 (trinta e quatro) municípios, de representatividade ampla, portanto, de abrangência Estadual;

Considerando a necessidade de atualização de suas normativas internas adaptando com as mudanças externas, inclusive no que tange as leis que

regem as formas de aquisição realizadas por entidades que utilizam de recurso público;

Considerando, por fim, que o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, reconheceu a legalidade na promoção, pelos jurisdicionados, da definição de novos valores limites para cada modalidade licitatória.

RESOLVE:

Art.1º. Normatizar no âmbito da Associação do Municípios do Araguaia - AMA, os valores das modalidades licitatórias que, reger-se-ão pelo disposto na Lei Estadual n° 10.534/2017, de 13.04.2017, parte integrante desta Resolução.

Art. 2°. Os órgãos internos como unidades executoras do Sistema de Controle Interno, sujeitam-se, no que couber, aos limites e valores das modalidades licitatórias fixadas na lei anexa a esta Resolução.

Art. 3°. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ARAGUAIA – AMA. CUIABÁ - GROSSO.

EM, 06 DE SETEMBRO DE 2017.

JOEL FERREIRA

Presidente da AMA

CAMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

EDITAL COMPLEMENTAR N.º 10/2017

***CONCURSO PÚBLICO N.º* 01/2017**

EDITAL COMPLEMENTAR N.º 010/2017

A Câmara Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, e a Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público n.º 01/2017, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDOa realização das Provas Objetivas de acordo com o, **Item 3, "K"** do Cronograma do Edital de Concurso Público n. 01/2017,

RESOLVEM:

1º - Em atendimento ao Cronograma do Edital de Concurso Público n. 01/2017, **Item 3**, "**L**", da Câmara Municipal de Barra do Garças - MT, **DIVULGAR** o Gabarito Preliminar das Provas Objetivas:

a) ANEXO I – GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS

2º - Nos termos do "Item 11" e seus Subitensdo Edital do Concurso Público n.º 01/2017, da Câmara Municipal de Barra do Garças – MT, fica em vigência o prazo legal de recursos quanto ao conteúdo deste Edital Complementar a partir de sua publicação.

3º - Este Edital Complementar encontra-se a disposição dos interessados no Quadro Mural da Câmara Municipal de Barra do Garças - MT e no endereço eletrônico: **www.barradogarcas.mt.leg.br**, a partir desta data.

Barra do Garças– MT, 18 de Dezembro de 2017.

MIGUEL MOREIRA DA SILVA **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**	**GABRIELA ANDRADE MARTINS** **Presidente da Comissão Organizadora do Concurso**

CILMA BALBINO DE SOUSA DINEIA FAUSTINA SANTOS Secretária da Comissão Organizadora do Concurso Membro da Comissão Organizadora do Concurso

ANEXO I – GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS

Controle Interno

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	C	D	B	B	D	E	D	C	A	B	D	C	C	A	D	B	C	C

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	B	B	D	A	D	C	A	D	B	C	A	D	B	B	C	D	A	D

Assessor de Imprensa

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	C	D	B	B	D	E	D	C	A	B	D	C	C	A	D	B	C	C

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	D	B	D	C	B	A	A	D	C	B	C	D	A	A	B	C	D	D	A

Auxiliar Administrativo

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	C	D	C	B	D	B	A	C	A	D	B	C	C	A	D	B	C	C

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	D	B	B	C	D	A	A	C	B	D	A	B	C	C	D	A	B	B

Gabarito Zelador

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	B	A	D	D	D	D	B	A	C	C	D	B	A	A	D	B	C	C

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

A B D A B B A C C B C C D A D A B D D A

CAMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

PORTARIA Nº. 040/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, Srº. **Damião de Souza Santos**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder férias ao servidor Eliseu Leite da Silva, Matrícula: 53, pelo período de 20 de dezembro de 2.017 a 19 de janeiro de 2.018, correspondente ao período de 18 de maio de 2.016 a 17 de maio de 2.017.

Artigo 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação no local de costume, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Carlinda, em 18 de dezembro de 2017.

Publique-se.

Cumpra-se.

DAMIAO DE SOUZA SANTOS

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

PORTARIA Nº. 038/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, Srº. **Damião de Souza Santos**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder férias a servidora Eliane Roque Leles Gehard, Matrícula: 19, pelo período de 20 de dezembro de 2.017 a 19 de janeiro de 2.018, correspondente ao período de 11 de novembro de 2016 a 10 de novembro de 2017.

Artigo 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação no local de costume, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Carlinda, em 18 de dezembro de 2017.

Publique-se.

Cumpra-se.

DAMIAO DE SOUZA SANTOS

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

PORTARIA Nº. 039/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, Srº. **Damião de Souza Santos**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder férias a servidora Sandra dos Santos, Matrícula: 52, pelo período de 20 de dezembro de 2.017 a 19 de janeiro de 2.018, correspondente ao período de 01 de setembro de 2016 a 31 de agosto de 2017.

Artigo 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação no local de costume, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Carlinda, em 18 de dezembro de 2017.

Publique-se.

Cumpra-se.

DAMIAO DE SOUZA SANTOS

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº013/2017

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº013/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso Senhor Marcelo Eduardo Cavalieri, atendendo a determinação da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, torna público que estão à disposição na Câmara Municipal, no horário das 07:00 as 12:00, a quem interessar possa os Balancete de Verificação Plano **PCASP/MT**, mês de Novembro de 2017 do Poder Legislativo do Município de Tabaporã Estado de Mato Grosso.

Tabaporã - MT, 18 de Dezembro 2017.

MARCELO EDUARDO CAVALIERI

Presidente da Câmara Municipal

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO E EXTRATO DE CONTRATO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **017/2016**. Contratante**: CISOMT** Contratado: **FELIX MANOEL SOUZA PINTO ALVAREZ - ME, CNPJ** 08.183.120/0001-83 -*Objeto*: Contratação de Pessoa Jurídica para Aquisição de Serviços de Exames de Densitometria para atender pacientes dos Municípios Consorciados ao CISOMT.Aditivo de Prazo – 23/11/2017 a 23/11/2018 – Data: 23/11/2017

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

EXTRATO DO CONTRATO Nº. **020/2017**. Contratante**: CISOMT** Contratado: **DELFORNO E DELFORNO LTDA - EPP, CNPJ 05.705.519/0001-99,** *Objeto:* O objeto do presente contrato é Aquisição de Bens Patrimoniais, Materiais de Informática e Serviços Técnicos de Informática para o CISOMT. Data: 15/12/2017 – Valor R$ 20.588,41.

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 007/2017 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2017

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 007/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2017

O CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Avenida Blumenau, nº 500, Jardim Amazônia, Sorriso-MT, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público para todos os interessados que está aberto o prazo para o **CREDENCIAMENTO** das empresas que tenham interesse na prestação de serviços especializados na área de saúde, sendo **CONSULTAS e EXAMES**, para atendimento da demanda dos 15 (quinze) municípios integrantes do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires, de forma complementar a cobertura dos serviços prestados pelas redes Municipais de Saúde/Sistema Único de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, à pacientes encaminhados pelos Municípios. O Credenciamento ocorrerá no

período de **03/01/2018 a 12/01/2018**, Durante toda a vigência do credenciamento, as empresas que não solicitaram o credenciamento no prazo estipulado acima, poderão solicitar nos mesmos termos deste edital. Porém o credenciamento/contratação terá vigência somente até o prazo de 12 (doze) meses a contar dos credenciamentos realizados na primeira etapa. Os interessados poderão obter informações detalhadas no endereço supracitado, de segunda a sexta-feira, das 07:00 h as 12:00 h e das 13:00 às 17:00, com a Comissão Permanente de Licitações, ou ainda através do telefone (66)3544 – 4109 ou 3544-3358 ou pelo site www.consorciovaledotelespires.com.br .

Sorriso-MT, 18 de dezembro de 2017.

Robson dos Santos Reis

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CODEMA
LICENÇAS EMITIDAS PELO CODEMA

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental 'Médio Araguaia' – CODEMA, em conformidade com o art. 37 da Constituição Federal de 1988, torna pública as seguintes licenças, retroativas a data da sua emissão:

Água Boa-MT, 18 de dezembro de 2017.

PROCESSO	Nº. LICENÇA	TIPO LICENÇA	RAZÃO SOCIAL	ATIVIDADE LICENCIADA	MUNICÍPIO
2942.006.002.0000002/2017	014/2017	Prévia	Prefeitura Municipal de Água Boa	Construção e reformas de Prédios e espaços públicos fora de APP.	Água Boa-MT
2942.006.002.0000002/2017	014/2017	Instalação	Prefeitura Municipal de Água Boa	Construção e reformas de Prédios e espaços públicos fora de APP.	Água Boa-MT
2942.007.042.0000010/2017	024/2017	Prévia	Rosangela de F. R. Costa Garcia – ME	Atividades de serviços de complementação diagnósticos ou terapêutica, laboratório de anatomia patologia; laboratório: de análises clínicas, serviços de raio-x, radioterapia, serviços de quimioterapia, serviço de banco de sangue, etc.	Água Boa-MT
2942.006.038.0000001/2017	024/2017	Instalação	Rosangela de F. R. Costa Garcia – ME	Atividades de serviços de complementação diagnósticos ou terapêutica, laboratório de anatomia patologia; laboratório: de análises clínicas, serviços de raio-x, radioterapia, serviços de quimioterapia, serviço de banco de sangue, etc.	Água Boa-MT
2942.007.042.0000019/2016	015/2017	Operação	Rosangela de F. R. Costa Garcia – ME	Atividades de serviços de complementação diagnósticos ou terapêutica, laboratório de anatomia patologia; laboratório: de análises clínicas, serviços de raio-x, radioterapia, serviços de quimioterapia, serviço de banco de sangue, etc.	Água Boa-MT
2942.005.027.0000001/2017	001/2017	Operação Provisória	Prefeitura Municipal de Água Boa	Jazidas de empréstimo para obras civis públicas	Água Boa-MT
2942.007.048.0000002/2017	004/2017	Prévia	Fertiagro Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo	Querência-MT
2942.007.048.0000002/2017	004/2017	Instalação	Fertiagro Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo	Querência-MT
2942.007.048.0000002/2017	004/2017	Operação	Fertiagro Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo	Querência-MT
2942.007.048.0000003/2017	009/2017	Prévia	Lavoro Agrocomercial Ltda - ME	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo	Querência-MT
2942.007.048.0000003/2017	009/2017	Instalação	Lavoro Agrocomercial Ltda - ME	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo	Querência-MT
2942.007.048.0000003/2017	009/2017	Operação	Lavoro Agrocomercial Ltda - ME	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo	Querência-MT
2942.006.002.0000001/2017	013/2017	Prévia	Prefeitura Municipal de Água Boa	Construção e reformas de Prédios e espaços públicos fora de APP.	Água Boa-MT
2942.006.002.0000001/2017	013/2017	Instalação	Prefeitura Municipal de Água Boa	Construção e reformas de Prédios e espaços públicos fora de APP.	Água Boa-MT
2942.008.056.0000002/2017	013/2017	Operação	Novaagri Infraestrutura de armazenamento e escoamento agrícola S/A	Secagem e armazenamento de grãos	Querência-MT
2942.008.056.0000001/2017	009/2017	Operação	Cargill Agrícola S.A	Armazéns Gerais para depósito de produtos não perigosos	Querência-MT
2942.008.050.0000001/2016	010/2017	Operação	Caramuru Alimentos S. A	Secagem e armazenamento de grãos	Água Boa-MT

2942.005.033.0000001/2017	BAIXA INCOMPETÊNCIA MATERIAL		Prefeitura Municipal de Querência	Jazidas de empréstimo para obras civis públicas	Querência-MT
2942.005.027.0000001/2015	PLANO DE DESATIVAÇÃO DEFERIDO		Camargo Construtora Ltda	Armazenamento provisório de material Betuminoso	Água Boa-MT
2942.007.042.0000006/2016	033/2016	Prévia	Miguel Angelo Pereira & Cia Ltda	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo	Água Boa-MT
2942.007.042.0000006/2016	033/2016	Instalação	Miguel Angelo Pereira & Cia Ltda	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo	Água Boa-MT
2942.007.042.0000006/2016	026/2016	Operação	Miguel Angelo Pereira & Cia Ltda	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo	Água Boa-MT
2942.007.048.0000022/2017	062/2017	Prévia	Fiorin & Cia Ltda	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo	Querência-MT
2942.007.048.0000022/2017	062/2017	Instalação	Fiorin & Cia Ltda	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo	Querência-MT
2942.007.048.0000022/2017	051/2017	Operação	Fiorin & Cia Ltda	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo	Querência-MT
2942.006.035.0000001/2017	022/2017	Prévia	Prefeitura Municipal de Campinápolis	Construção, Pavimentação, Conservação de vias públicas e/ou drenagem urbana. (Galerias de águas pluviais subterrâneas e/ou superficiais)	Campinápolis –MT
2942.006.035.0000001/2017	022/2017	Instalação	Prefeitura Municipal de Campinápolis	Construção, Pavimentação, Conservação de vias públicas e/ou drenagem urbana. (Galerias de águas pluviais subterrâneas e/ou superficiais)	Campinápolis -MT

FERNANDO GORGEN

Presidente do CODEMA

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
EXTRATO CONTRATO 076/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA BOA

CONTRATADO: TECZAP COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE.

VALOR: 26.333,00

DATA: 15.12.2017

VIGÊNCIA: 15.12.2018

LICITAÇÃO: PE 002/2017

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CODEMA
GABARITO PRELIMINAR PROCESSO SELETIVO CODEMA - 001/2017

GABARITO PRELIMINAR PROCESSO SELETIVO CODEMA - 001/2017																																						
CARGO	ESPECÍFICAS										LÍNGUA PORTUGUESA										NOÇÕES DE INFORMÁTICA										CONHECIMENTOS GERAIS									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Assistente Administrativo	D	B	B	C	A	C	D	D	C	B	D	D	A	D	C	D	B	B	D	C	D	C	B	B	A	B	A	D	B	D	A	A	D	C	A	B	C	A	D	C
Assistente de Contabilidade	A	D	B	D	A	C	D	D	C	B	D	D	A	D	C	D	B	B	D	C	D	C	B	B	A	B	A	D	B	D	A	A	D	C	A	B	C	A	D	C
Assistente Jurídico	A	D	A	B	A	C	D	D	C	B	D	D	A	D	C	D	B	B	D	C	D	C	B	B	A	B	A	D	B	D	A	A	D	C	A	B	C	A	D	C
Engenheiro Agrônomo	B	B	C	C	A	C	D	D	C	B	D	D	A	D	C	D	B	B	D	C	D	C	B	B	A	B	A	D	B	D	A	A	D	C	A	B	C	A	D	C
Engenheiro Civil	D	C	A	D	A	C	D	D	C	B	D	D	A	D	C	D	B	B	D	C	D	C	B	B	A	B	A	D	B	D	A	A	D	C	A	B	C	A	D	C
Engenheiro Florestal	A	C	D	A	D	C	D	D	C	B	D	D	A	D	C	D	B	B	D	C	D	C	B	B	A	B	A	D	B	D	A	A	D	C	A	B	C	A	D	C
Engenheiro Sanitarista/ Ambiental	C	A	D	A	A	C	D	D	C	B	D	D	A	D	C	D	B	B	D	C	D	C	B	B	A	B	A	D	B	D	A	A	D	C	A	B	C	A	D	C
Médico Veterinário	C	B	C	B	C	C	D	D	C	B	D	D	A	D	C	D	B	B	D	C	D	C	B	B	A	B	A	D	B	D	A	A	D	C	A	B	C	A	D	C
Técnico Agrícola/ Agropecuário	C	B	A	A	D	C	D	D	C	B	D	D	A	D	C	D	B	B	D	C	D	C	B	B	A	B	A	D	B	D	A	A	D	C	A	B	C	A	D	C

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
EXTRATO CONTRATO 075/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA BOA

CONTRATADO: ANTONIO PEROZZO ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM

VALOR: 23.200,00

DATA: 11.12.2017

VIGÊNCIA: 11.12.2018

LICITAÇÃO: PR 039/2016

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2017

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Alto Boa Vista – MT, 15 de Dezembro de 2017

"O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA ESTADO DE MATO GROSSO EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, EM ESPECIAL, O ARTIGO 61, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 8.666/93"

Torna-se publico o EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2017, de 16 de Dezembro de 2017, que, para fins de direito e conhecimento público, expediu-se o presente Aviso, com Publicação em Mural Prefeitura e Câmara Municipal de Alto Boa Vista – MT:

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATADO: M S CLAUDIO - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA-MT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO REGIONAL PARA ANIMAR O 1º FESTIVAL REGIONAL DA CANÇÃO DE ALTO BOA VISTA-MT, NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2017.

DO VALOR: R$ 24.400,00 (vinte e quatro mil e quatrocentos reais)

DO PRAZO: O prazo do presente Contrato é de 01 (um) dia.

DOS RECURSOS:

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

001 – GABINETE DO SECRETARIO

1099 – APOIO AS FESTIVIDADES DO ANIVERSARIO DA CIDADE

3.3.90.39.00.00 – 0100 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

DATA: 15 de Dezembro de 2017.

ASSINAM: VALTUIR CANDIDO DA SILVA – Prefeito Municipal e M S CLAUDIO - ME – Contratada.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA

Prefeito Municipal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 032/2017

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Alto Boa Vista – MT, 15 de Dezembro de 2017

"O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA ESTADO DE MATO GROSSO EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, EM ESPECIAL, O ARTIGO 61, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 8.666/93"

Torna-se publico o EXTRATO DE CONTRATO Nº 032/2017, de 15 de Dezembro de 2017, que, para fins de direito e conhecimento público, expediu-se o presente Aviso, com Publicação em Mural Prefeitura e Câmara Municipal de Alto Boa Vista – MT:

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATADO: M S CLAUDIO - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA-MT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO REGIONAL PARA ANIMAR O 1º FESTIVAL REGIONAL DA CANÇÃO DE ALTO BOA VISTA-MT, NO DIA 15 de Dezembro de 2017.

DO VALOR: R$ 20.000,00 (vinte e mil reais)

DO PRAZO: O prazo do presente Contrato é de 01 (um) dia.

DOS RECURSOS:

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

001 – GABINETE DO SECRETARIO

1099 – APOIO AS FESTIVIDADES DO ANIVERSARIO DA CIDADE

3.3.90.39.00.00 – 0100 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

DATA: 15 de Dezembro de 2017.

ASSINAM: VALTUIR CANDIDO DA SILVA – Prefeito Municipal e M S CLAUDIO - ME – Contratada.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA

Prefeito Municipal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 031/2017

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Alto Boa Vista – MT, 14 DE DEZEMBRO DE 2017

"O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA ESTADO DE MATO GROSSO EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, EM ESPECIAL, O ARTIGO 61, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 8.666/93"

Torna-se publico o EXTRATO DE CONTRATO Nº 031/2017, de 14 DE DEZEMBRO DE 2017, que, para fins de direito e conhecimento público, expediu-se o presente Aviso, com Publicação em Mural Prefeitura e Câmara Municipal de Alto Boa Vista – MT:

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATADO: D E S COMERCIO E SERVIÇOS ARTIGOS CULTURAIS E ENTRETENIMENTO LTDA - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA-MT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO NACIONAL PARA ANIMAR O 1º FESTIVAL REGIONAL DA CANÇÃO DE ALTO BOA VISTA-MT, NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DO VALOR: R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

DO PRAZO: O prazo do presente Contrato é de 01 (um) dia.

DOS RECURSOS:

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

001 – GABINETE DO SECRETARIO

1099 – APOIO AS FESTIVIDADES DO ANIVERSARIO DA CIDADE

3.3.90.39.00.00 – 0100 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

DATA: 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

ASSINAM: VALTUIR CANDIDO DA SILVA – Prefeito Municipal e D E S COMERCIO E SERVIÇOS ARTIGOS CULTURAIS E ENTRETENIMENTO LTDA - ME – Contratada.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 46-2017 PREGÃO N°59/2017

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Processo Nº.: 112/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 59/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 46/2017

No dia 6 do mês de Dezembro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS , Estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.133.097/0001-07, com sede administrativa localizada na RUA DOM AQUINO 346, bairro CENTRO, CEP nº. 78770-000, nesta cidade de Alto Garças/MT, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). CLAUDINEI SINGOLANO, inscrito no CPF sob o nº. 051.358.398-01, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 59/2017, Processo Licitatório nº. 112/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, A SER ULTILIZADOS EM MANUTENÇÕES E REPAROS DE PRÉDIOS PÚBLICOS, RUAS E AVENIDAS DESTA CIDADE, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
3567	MIGUEL CANOVAS DA ROCHA - ME	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 237

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
MIGUEL CANOVAS DA ROCHA - ME	13.332.418/0001-48	JOSE BARSANULFO DE SOUSA	210.723.371-34

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, A SER ULTILIZADOS EM MANUTENÇÕES E REPAROS DE PRÉDIOS PÚBLICOS, RUAS E AVENIDAS DESTA CIDADE, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 3567 - MIGUEL CANOVAS DA ROCHA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ADESIVO PLASTICO P/ TUBO PVC 175 G BISNAGA	UN	SILOC	20,000	13,5000	270,00
2	ADESIVO PLASTICO P/ TUBO PVC 75 G BISNAGA	UN	SILOC	28,000	6,0000	168,00
3	AGUARRAS 5 LITROS	UN	GOL	10,000	58,0000	580,00
4	ANEL DE VEDAÇÃO COM GUIA	UN	DUMDUM	18,000	10,0000	180,00
5	ARAME OVALADO DE 1000 MT - 12 MM	UN	MACAFERRI	5,000	344,0000	1.720,00
6	ARAME RECOZIDO N° 18 AÇO RECOZIDO PARA CERCAS E ALAMBRADOS MUITO RESISTENTE NAO EXIGE MANUTENÇÃO E NEM PINTURA	KG	MULTILITI	50,000	9,5000	475,00
7		M3	SLO	1.800,000	63,0000	113.400,00
8	ARGAMASSA 20 KG EXTERNA	UN	COLA BEM	40,000	23,0000	920,00
9	ARGAMASSA 20 KG INTERNA	SC	COLA BEM	50,000	11,0000	550,00
10	BACIA CONVENCIONAL EM LOUÇA FIXADA AO PISO POR MEIO DE DOIS FUROSPARA COLOCAÇÃO DO ASSENTO SANITARIO AS CORES SERAM DEFINIDAS PELA SECRETARIA SOLICITANTE	UN	ICASA	12,000	151,0000	1.812,00
11	BALANCINS 3 X 4 X 1 METROS - ITAUBA	UN	IATUBA	200,000	2,4000	480,00
12	BRITA "0"	M3	POLIMIX	2.500,000	125,0000	312.500,00
13		M3	POLIMIX	2.500,000	127,0000	317.500,00
15	BUCHA DE REDUÇÃO 25 MMX 20 MM	UN	FORTLEV	40,000	0,7000	28,00
16	BUCHA PLASTICA S8	UN	USAF	100,000	0,0700	7,00
17	BUCHA PLASTICA S8	UN	USAF	100,000	0,0700	7,00
18	BUCHA PLASTICO S 10	UN	USAF	100,000	0,0900	9,00
19	BUCHA PLASTICO S 12	UN	USAF	100,000	0,1400	14,00
20	BUCHA PLASTICO S 6	UN	USAF	100,000	0,0700	7,00
21	BUCHA REDUÇÃO ROSCA 3/4" X 1/2"	UN	FORTLEV	30,000	0,9000	27,00
22	CAIBRO 6 X 5 X 1 METROS - PEROBA	UN	PEROBA	150,000	15,7000	2.355,00
23	CAIXA D'AGUA POLIETILENO 1000 LITROS	UN	FORTLEV	8,000	370,0000	2.960,00
24	CAIXA D'AGUA POLIETILENO 500 LITROS	UN	FORTLEV	5,000	245,0000	1.225,00
25	CAIXA DE DESCARGA EXTERNA POLIPROPILENO CAPACIDADE PARA 9 LITROS ACOMPANHA ENGATE FLEXIVEL E PEÇAS DE FIXAÇÃO.	PEÇA	ALUMASA	25,000	33,0000	825,00
26	CAL HIDRATADA P/PINTURA	SC	SOLOFINO	2.000,000	11,9000	23.800,00
27	CAL PARA MASSA 20 KG	UN	SIKAL	50,000	44,0000	2.200,00
28	CAL VIRGEM COMUM SACO DE 20 KG	SC	COLOMBO	1.500,000	15,8000	23.700,00
29	CÂMARA DE AR (CARRINHO DE MÃO)	UN	LEVORIN	15,000	27,0000	405,00
30	CANALETA DE BARRO/COCHO 11,5X14X24	MLH	CERAMICA J(	2,000	3.900,0000	7.800,00
31	CANALETA DE BARRO/COCHO 11,5X14X24	MLH	CERAMICA J(	2,000	3.900,0000	7.800,00
33	CANO DE CHUVEIRO	M	REBOUÇAS	20,000	58,0000	1.160,00
34	CAPA SOLDAVEL 20 MM	UN	FORTLEV	80,000	0,8000	64,00
35	CAPA SOLDAVEL 25 MM	UN	FORTLEV	80,000	1,3000	104,00
36	CAPOTE 15°	UN	ETERNIT	120,000	30,0000	3.600,00
37	CAPOTE DE BARRO	MLH	CERAMICA L/	3,000	3.000,0000	9.000,00
38	CAPOTE PAULISTINHA	UN	CERAMICA L/	200,000	3,0000	600,00
39		UN	VONDER	10,000	84,0000	840,00
40	CERÂMICA 25 X 34,5	M2	ALMEIDA	200,000	14,9000	2.980,00
41	CERÂMICA 30 X 30	M2	ALMEIDA	150,000	14,9000	2.235,00
42	CERÂMICA 41 X 41	M2	ALMEIDA	400,000	14,9000	5.960,00
43		UN	LORENZETTI	30,000	49,0000	1.470,00
44	CHUVEIRO 220 V	UN	LORENZETTI	30,000	70,0000	2.100,00
45	CIMENTO 50 KG	SC	CIPLAN	3.000,000	24,6000	73.800,00
46	COLA PARA MADEIRA 750G	UN	HENKEL	6,000	29,9000	179,40
47	COLUNA CBM 8,00 MM 7 X 14	UN	BELGO	15,000	59,9000	898,50
48	COLUNA P/ LAVATÓRIO	UN	ICASA	12,000	54,5000	654,00
49	COMUNHEIRA NORMAL AMIANTO 15 GRAUS X110	MLH	ETERNIT	4,000	30.000,0000	120.000,00
51	CURVA DE ESGOTO 40MM	UN	FORTLEV	20,000	6,9000	138,00
52	DESEMPENADEIRA AÇO LISA 25X12	UN	MONFORT	15,000	20,0000	300,00

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Fornecedor: 3567 - MIGUEL CANOVAS DA ROCHA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
53	DISCO DIAM. AZUL ECONÔMICO UMIDO 1440	UN	DIAMANTE AZ	28,000	24,0000	672,00
54	DISCO VIDEA SERRA MADEIRA 7 X 1/4"	UN	DIAMANTE AZ	10,000	27,0000	270,00
55	DOBRADIÇA DE AÇO CROMADA/ PARA PORTA C/ ANEL E ROLAMENTO	UN	SHILD	8,000	19,0000	152,00
56	ENGATE PLÁSTICO 40 CM	UN	KRONA	18,000	6,0000	108,00
57	ENGATE PLÁSTICO 50 CM	UN	KRONA	20,000	6,5000	130,00
58	ESCADA DOMESTICA C/ 07 DEGRAUS MATERIAL EM ALUMINIO REVESTIMENTO DEGRAUS DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE TIPO DEGRAUS ARTICULAVEIS.	UN	BOTAFOGO	2,000	206,0000	412,00
59	ESPATULA AÇO INOX C/ CABO DE MADEIRA 10 CM COM FORMATO ANATOMICO.	UN	MONFORT	4,000	14,5000	58,00
60	ESPUDE DE BORRACHA P/ VASO SAN. 38MM	UN	AMANCO	30,000	3,9000	117,00
61	FECHADURA EXT	UN	SOPRANO	9,000	42,7000	384,30
62	FECHADURA P/ PORTA EXT. COL. BOLA 803/04	UN	SOPRANO	20,000	55,2000	1.104,00
63	FECHADURA P/ PORTA INTERNA	UN	SOPRANO	12,000	130,0000	1.560,00
64	FECHADURA WC - PARA BANHEIRO	UN	SOPRANO	10,000	44,3000	443,00
65	FERRO 16.00 MM CA 12 MT 5/8	BR	GERDAU	200,000	83,8000	16.760,00
66	FERRO CA-50 10MM X 3/8 12METROS	BR	GERDAU	200,000	128,2000	25.640,00
67	FERRO CA-50 6,3 MM - 1/4 12METROS	BR	GERDAU	200,000	13,5000	2.700,00
68	FERRO CA-50 8 MM 5/16 12 METROS	BR	GERDAU	200,000	21,9000	4.380,00
69	FERRO CA-60 4,2 MM 12METROS	BR	GERDAU	210,000	6,6000	1.386,00
70	FERRO CA-60 5,0 MM 12 METROS	BR	GERDAU	80,000	9,6000	768,00
72	FITA VEDA ROSCA 18 MMX50 M	UN	GOOL	40,000	10,5000	420,00
73	FIXADOR PARA CAL BISNAGA DE 150 ML FIXA PINTURAS A BASE DE CAL OU APLICAÇOES DE TODOS OS TIPOS DE CAIAÇÕES EM PAREDES ASSEGURANDO A MELHOR ADERENCIA DA TINTA NAS SUPERFICIES SEM ALTERAR SUAS CARACTERISTICAS.	BISN	JUNTALIDER	2.000,000	1,6000	3.200,00
74	FORRO CEDRINHO	M2	CEDRINHO	200,000	44,6000	8.920,00
75	FORRO PVC 10 MM X 20 CM	M2	DAMASCO	150,000	16,4000	2.460,00
76	FURADEIRA C/ MALETA, 700 WATTS E MANDRIL 1/2´´ - 13MM	UN	BOSCH	2,000	375,0000	750,00
77	JOELHO 45 SOLDÁVEL 20 MM	UN	FORTLEV	80,000	1,3000	104,00
78	JOELHO 45 SOLDÁVEL 25 MM	UN	FORTLEV	400,000	1,4000	560,00
79	JOELHO 45 SOLDÁVEL 50 MM	UN	FORTLEV	50,000	5,2000	260,00
80	JOELHO 90 ESGOTO 100 MM	UN	FORTLEV	30,000	7,4000	222,00
81	JOELHO 90 SOLD 20MM	UN	FORTLEV	400,000	1,2500	500,00
82	JOELHO 90 SOLD 25MM	UN	FORTLEV	400,000	1,3000	520,00
83	JOELHO 90 SOLDAVEL LATAO LR 25X1/2 AZUL	UN	FORTLEV	20,000	5,4000	108,00
84	JOELHO 90 SOLDAVEL 1/2"	UN	FORTLEV	100,000	2,9000	290,00
85	JOELHO 90 SOLDÁVEL 40 MM	UN	FORTLEV	40,000	3,9000	156,00
86	JOELHO 90 SOLDÁVEL 50 MM	UN	FORTLEV	200,000	4,4000	880,00
87	JOELHO ESGOTO 45 100 MM	UN	FORTLEV	260,000	8,7000	2.262,00
88	JOELHO SOLDÁVEL 25X1/2 AZUL	UN	FORTLEV	110,000	4,9000	539,00
89		UN	BRASIL	18,000	54,7000	984,60
91	LAVATÓRIO COM COLUNA	UN	ICASA	10,000	176,0000	1.760,00
92	LIMA GROSSA	UN	K&F	20,000	15,4000	308,00
93	LIXA D'ÁGUA 120	UN	CARBODUMI	400,000	1,9500	780,00
94	LIXA MASSA PAREDE N 100	UN	CARBODUMI	120,000	1,6000	192,00
95	LIXA MASSA PAREDE N 120	UN	CARBODUMI	120,000	1,5000	180,00
96	LIXA P/ FERRO 150	UN	CARBODUMI	150,000	3,0000	450,00
97	LUVA ÁGUA REDUÇÃO 50X25MM	UN	FORTLEV	200,000	2,7000	540,00
98	LUVA DE ESGOTO 100 MM	UN	FORTLEV	60,000	5,4000	324,00
99	LUVA DE ESGOTO 40MM	UN	FORTLEV	60,000	2,2000	132,00
100	LUVA DE ROSCA PVC 2"	UN	FORTLEV	6,000	6,2000	37,20
101	LUVA LR 20 X 1/2	UN	FORTLEV	30,000	1,9000	57,00
102	LUVA LR. 25X3/4	UN	FORTLEV	30,000	2,1000	63,00

Fornecedor: 3567 - MIGUEL CANOVAS DA ROCHA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
103	LUVA SOLD 25MM	UN	FORTLEV	400,000	1,4000	560,00
104	LUVA SOLDAVEL 20MM	UN	FORTLEV	300,000	1,2000	360,00
105	LUVA SOLDÁVEL 25 MM 3/4	UN	FORTLEV	120,000	1,3000	156,00
106	LUVA SOLDÁVEL 32 MM	UN	FORTLEV	120,000	2,3000	276,00
107	LUVA SOLDAVEL 50MM	UN	FORTLEV	120,000	4,7000	564,00
108	LUVA SOLDÁVEL ROSC. 25 MM 1/2	UN	FORTLEV	80,000	1,4700	117,60
109	MADEIRITE 10.0 MM	UN	MADERIT	300,000	52,0000	15.600,00
110	MASSA ACRILICA 18 LITROS 27 KG INDICADO PARA PAREDES EXTERNAS E INTERNAS DE ALVENARIA NIVELA E CORRIGE IMPERFEIÇOES	UN	EUCATEX	50,000	126,0000	6.300,00
111	MASSA CORRIDA PVA 18 L.	UN	EUCATEX	100,000	85,0000	8.500,00
112	MASSA CORRIDA PVA 3.600	UN	EUCATEX	30,000	48,0000	1.440,00
113	NIPLE 1/2"	UN	FORTLEV	50,000	0,9500	47,50
114	NIPLE 3/4	UN	FORTLEV	50,000	1,0500	52,50
115	PARAFUSO C/ BUCHA N° 06	UN	LOTUS	400,000	0,4500	180,00
116	PARAFUSO COM BUCHA N 08	UN	LOTUS	400,000	0,4500	180,00
117	PARAFUSO COM BUCHA N° 10	UN	LOTUS	400,000	0,7500	300,00
119		UN	CAT	30,000	5,5000	165,00
120	PARAFUSO PIA	UN	CAT	40,000	5,5000	220,00
121	PINCEL - 2	UN	TIGRE	30,000	5,2000	156,00
122	PINCEL 3"	UN	TIGRE	30,000	6,5000	195,00
123	PÓ DE BRITA	M3	POLIMIX	3.000,000	112,0000	336.000,00
124	PORTA ANGELIM 2.10 X 70CM	UN	PINHAL	20,000	159,0000	3.180,00
125	PORTA ANGELIM 2.10 X 80CM	UN	PINHAL	40,000	159,0000	6.360,00
126	PORTA DE COMPENSADO LISA 2.10X70 CM	UN	PINHAL	40,000	159,0000	6.360,00
127	PORTA DE MADEIRA 2.10X70	UN	PINHAL	10,000	159,0000	1.590,00
128	PORTA DE MADEIRA 2.10X80	UN	PINHAL	25,000	159,0000	3.975,00
129	PORTA LAMINADA 215 X 80 X 120 ESQ.	UN	AÇOFER	20,000	265,0000	5.300,00
130	PORTA LAMINADA 85 X 212 DIR.	UN	AÇOFER	8,000	265,0000	2.120,00
131	PORTA LISA COMP. 2.10 X 80	UN	PINHAL	10,000	159,0000	1.590,00
132	PREGO 10X10 C/C	KG	TRIANGULO	40,000	40,0000	1.600,00
133	PREGO 12X12 C/C	KG	TRIANGULO	40,000	10,9000	436,00
134	PREGO 15X15 C/C	KG	TRIANGULO	40,000	10,0000	400,00
135	PREGO 17 X 24 C/C	KG	TRIANGULO	40,000	9,9000	396,00
136	PREGO 17X21 C/C	KG	TRIANGULO	40,000	9,9000	396,00
137	PREGO 18X27 C/C	KG	TRIANGULO	30,000	9,9000	297,00
138	PREGO 20X30 C/C	KG	TRIANGULO	30,000	9,9000	297,00
139	PREGO 20X42 C/C	KG	TRIANGULO	30,000	9,9000	297,00
140	PREGO 20X48 C/C	KG	TRIANGULO	30,000	9,9000	297,00
141	PREGO 22X48 C/C	KG	TRIANGULO	30,000	9,9000	297,00
144	REGISTRO 60 MM	UN	DURIN	6,000	42,0000	252,00
147	REGISTRO DE GAVETA 1/2"	UN	AGUIA	20,000	50,0000	1.000,00
148	REGISTRO DE GAVETA 3/4"	UN	AGUIA	20,000	36,7000	734,00
150	REJUNTE PARA CERAMICA EMBALAGEM DE SACO PLASTICO 5 KG NA COR MARFIIM.	SC	QUARTZOLIT	160,000	51,0000	8.160,00
151	REPARO DE VALVULA P/ DESCARGA	UN	DOCOL	16,000	18,0000	288,00
152	RESINA ACRÍLICA ACQUA 18 L	UN	HIDRONORT	30,000	294,0000	8.820,00
153	RIPÃO 2.5 X 0.5 MM CEDRINHO	M	CEDRINHO	200,000	3,5000	700,00
154	RODA FORRO CEDRINHO (MEIA CANA)	M	CEDRINHO	160,000	3,7000	592,00
155	RODA FORRO PVC U 10 MM	M	DAMASCO	160,000	11,4000	1.824,00
156	ROLDANA PLASTICA	UN	R4	140,000	0,3500	49,00
157	ROLO DE ARAME MOLE PARA ATILHO N 14 MM 10 METROS	UN	MORLAN	4,000	13,7000	54,80
159	ROLO DE LÃ CARNEIRO S/ CABO 23 CM	UN	CONDOR	60,000	21,2000	1.272,00
160	ROLO P/ PINTURA LÃ DE CARNEIRO	UN	CONDOR	80,000	23,4000	1.872,00

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Fornecedor: 3567 - MIGUEL CANOVAS DA ROCHA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
161	SEGUETA AÇO RÁPIDO FLEX	UN	STARRET	50,000	6,6000	330,00
162	SELADOR ACRILICO BRO 18 L	UN	EUCATEX	100,000	109,0000	10.900,00
163	SIFÃO PLÁSTICO	UN	ASTRA	36,000	8,2900	298,44
164	SIFÃO SANFONADO UNIVERSAL BRANCO	UN	ASTRA	100,000	12,9000	1.290,00
165	SIFÃO UNIVERSAL CZ	UN	ASTRA	40,000	9,9000	396,00
166	SILICONE 300 ML	UN	SILOC	20,000	17,0000	340,00
167	SILICONE INCOLOR 280G	UN	SILOC	40,000	16,0000	640,00
168	SUPORTE P/ ROLO SIMPLES 23 CM	UN	COMPEL	40,000	7,0000	280,00
169	T AGUA REDUÇÃO 50 X25MM	UN	FORTLEV	80,000	7,9000	632,00
170	T ÁGUA SOLDAVEL 25 MM	UN	FORTLEV	80,000	1,6000	128,00
171	T AGUA SOLDAVEL 50 MM	UN	FORTLEV	80,000	8,0000	640,00
173	T ESGOTO 40 MM	UN	FORTLEV	60,000	2,9500	177,00
174	T ESGOTO 50 MM	UN	FORTLEV	60,000	5,9500	357,00
175	T ESGOTO RED. 100X50 MM	UN	FORTLEV	60,000	11,2500	675,00
176	TABUA 2,5 X 30 MM CEDRINHO	UN	CEDRINHO	200,000	15,5000	3.100,00
178	TELHA 1.10 X 3.66 X 6 MM	UN	ETERNIT	200,000	68,0000	13.600,00
179	TELHA DE AMIANTO ONDULADA 2,44X1,10 6MM	UN	ETERNIT	4,000	49,0000	196,00
180	TELHA DE AMIANTO ONDULADA 3,05X1,10 M	UN	ETERNIT	4,000	58,0000	232,00
181	TELHA DE BARRO PORTUGUESA	MLH	CERAMICA LA	4,000	1.490,0000	5.960,00
182	TELHA DE BARRO ROMANA	MLH	CERAMICA LA	8,000	1.510,0000	12.080,00
183	THINER GALÃO C/5 LITROS	LATA	GOL	100,000	56,0000	5.600,00
184	THINNER 1 L	LT	GOL	60,000	11,9500	717,00
185	TIJOLO 20 X 20 8 FUROS	UN	CERAMICA JU	5.000,000	0,8100	4.050,00
186	TIJOLO 9 X 14 X 24 - 6 FUROS MÉDIO	UN	CERAMICA JU	3.500,000	0,7900	2.765,00
187	TIJOLO BANDINHA	UN	CERAMICA JU	1.600,000	0,7000	1.120,00
188	TIJOLO DE BARRO (MACIÇO) 23X11X5	MLH	CERAMICA JU	16,000	620,0000	9.920,00
189	TIJOLO DE BARRO DE 6 FUROS 11,5X14X24	MLH	CERAMICA JU	16,000	790,0000	12.640,00
190	TIJOLO DE BARRO DE 6 FUROS 9X14X24	MLH	CERAMICA JU	16,000	790,0000	12.640,00
191	TIJOLO DE BARRO DE 8 FUROS 9X19X19	MLH	CERAMICA JU	20,000	810,0000	16.200,00
192		UN	COBERTEX	180,000	181,0000	32.580,00
193	TINTA EM PÓ 5 KG	UN	CERRO BRAN	20,000	50,0000	1.000,00
194	TINTA ESMALTE SINTÉTICO 3,6 LITROS	UN	COBERTEX	200,000	84,3000	16.860,00
195	TINTA ESMALTE SINTETICO 900 ML	UN	COBERTEX	300,000	22,2000	6.660,00
196	TINTA PISO 18 L CINZA	UN	MAXVINIL	200,000	192,0000	38.400,00
197	TINTA PISO 3,6 LITROS	UN	MAXVINIL	40,000	62,0000	2.480,00
198	TINTA PVA 18L BRANCA	LATA	PINTAMAX	200,000	137,0000	27.400,00
199	TINTA PVA FOSCA 3,6 LITROS	UN	PINTAMAX	100,000	57,0000	5.700,00
200		UN	MAXVINIL	50,000	299,0000	14.950,00
201	TINTA SPRAY 360 ML	UN	USE	80,000	17,4000	1.392,00
202	TORNEIRA BOIA 1/2 CX D'AGUA C/ BALÃO	UN	VICQUA	20,000	15,0000	300,00
203	TORNEIRA BOIA 3/4"	UN	VICQUA	100,000	15,0000	1.500,00
204	TORNEIRA DE 1/2" LATÃO	UN	JAPI	40,000	15,9000	636,00
205	TORNEIRA DE 3/4" LATÃO	UN	JAPI	40,000	28,0000	1.120,00
206	TORNEIRA DE 3/4" PVC	UN	DURIN	30,000	11,0000	330,00
207	TORNEIRA LONGA DE PIA - MESA (CROMADA)	UN	AGUIA	30,000	49,9000	1.497,00
208	TORNEIRA LONGA DE PIA PAREDE (CROMADA)	UN	AGUIA	30,000	54,9500	1.648,50
209	TORNEIRA PIA CROMADA 3/4"	UN	DURIN	100,000	41,0000	4.100,00
210	TRELIÇA 6 METROS	M	ROLLER STE	100,000	21,9000	2.190,00
211	TRENA 10 M	UN	BRASFORT	4,000	20,5000	82,00
212	TRENA 5 M	UN	THOMPSON	6,000	13,5000	81,00
213	TRENA 50 M	UN	BRASFORT	4,000	59,1000	236,40
214	TRINCHA PINCEL 1 1/2	UN	TIGRE	30,000	3,9000	117,00
215	TRINCHA PINCEL 3"	UN	TIGRE	30,000	9,9000	297,00

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Processo Nº.: 112/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 59/2017

Fornecedor: 3567 - MIGUEL CANOVAS DA ROCHA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
216	TUBO AGUA SOLDÁVEL 20 MM - 6 M	UN	FORTPLAST	200,000	10,4000	2.080,00
217	TUBO ÁGUA SOLDÁVEL 25 MM - 6 M	UN	FORTPLAST	200,000	16,5000	3.300,00
218	TUBO ÁGUA SOLDÁVEL 50 MM - 6 M	UN	FORTPLAST	70,000	56,5000	3.955,00
219	TUBO DE DESPEJO OU DESCARGA	UN	KRONA	20,000	9,8000	196,00
220	TUBO DE ESGOTO 100MM	UN	FORTPLAST	140,000	58,0000	8.120,00
221		UN	FORTPLAST	100,000	14,0000	1.400,00
222	TUBO DE ESGOTO 75 MM	UN	FORTPLAST	160,000	52,0000	8.320,00
223	TUBO SOLDÁVEL 20 MM	UN	FORTPLAST	100,000	10,4000	1.040,00
224	TUBO SOLDÁVEL 25 MM	UN	FORTPLAST	30,000	16,5000	495,00
226	VALVULA LAVATÓRIO S/LD S/ UNHO PLASTICO	UN	KRONA	100,000	7,7000	770,00
227	VALVULA PARA DESCARGA HIDRA MAX 1X1X2"	UN	DOCOL	30,000	89,0000	2.670,00
228	VASO SANITÁRIO	UN	ICASA	26,000	139,0000	3.614,00
229	VEDA ROSCA 10 M	UN	GOOL	70,000	2,1500	150,50
230	VEDACIT 1 KG	KG	OTTO	40,000	14,5000	580,00
231	VEDACIT 3600 ML	UN	OTTO	40,000	49,0000	1.960,00
232	VENEZIANA 100 X 100	UN	AÇOFER	4,000	246,0000	984,00
233	VENEZIANA 120 X 100	UN	AÇOFER	4,000	269,0000	1.076,00
234	VENEZIANA 150 X 100	UN	AÇOFER	4,000	295,0000	1.180,00
236	VERNIZ MOGNO 3,6 L	UN	EUCATEX	50,000	77,0000	3.850,00
237	WHITE LUB OLEO LUBRIFICANTE SPRAY 300 ML	UN	KALA	200,000	15,9000	3.180,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de oficio" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar o prazo estabelecido no termo de referência do edital da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Garças para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Alto Garças,6 de Dezembro de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

MIGUEL CANOVAS DA ROCHA - ME CNPJ: 13.332.418/0001-48

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2017

RESULTADO DE JULGAMENTO

PROCESSO Nº 112/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, designado(s) pela Portaria n° 133/2017, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado final obtido do processo supracitado, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, PARA MANUTENÇÕES E REPAROS DE PRÉDIOS PÚBLICOS, RUAS E AVENIDAS DESTA CIDADE, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS**, sagrando-se vencedor(a) a(s) empresa(s) para o(s) item(ns) a seguir: MIGUEL CANOVAS DA ROCHA - ME, inscrita no CNPJ sob o n° 13.332.418/0001-48, ITENS1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18,19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33,34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47,48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77,78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92,93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104,105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125,126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135,136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 147, 148, 150,151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171,173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183,184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193,194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213,214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223,224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234,236 e 237, com o valor total de R$ 1.895.366,24 (um milhão e oitocentos e noventa e cinco mil e trezentos e sessenta e seis reais e vinte e quatro centavos). Não havendo interposição de recurso, os objetos da licitação ficam adjudicados às classificadas conforme acima mencionado. Informações mais detalhadas com a equipe de apoio e pregoeira pelo fone/fax (66) 3471-2450, e-mail: licitacaoag2017-2020@hotmail.com. Alto Garças – MT, 07 de dezembro de 2017. **Alessandra da Silva Dias-Pregoeira.**

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 075 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

"Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 65.760,20 (sessenta e cinco mil, setecentos e sessenta reais e vinte centavos), em favor da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria de Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Secretaria Municipal de Administração, e, dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1087 de 17 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 65.760,20 (sessenta e cinco mil, setecentos e sessenta reais e vinte centavos),** destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.117	3.3.90.39.00.00.00.00	27.000,00
2.006	3.1.90.92.00.00.00.00	6.000,00
2.056	3.3.90.91.00.00.00.00	3.500,00
2.118	3.3.90.30.00.00.00.00	5.860,20
2.061	3.1.90.13.00.00.00.00	3.000,00
2.072	3.3.90.93.00.00.00.00	6.000,00
2.011	3.3.90.93.00.00.00.00	6.000,00
2.110	3.3.90.93.00.00.00.00	400,00
2.032	3.1.90.04.00.00.00.00	8.000,00
TOTAL		**65.760,20**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
1.030	4.4.90.51.00.00.00.00	5.109,21
2.006	3.3.90.91.00.00.00.00	6.000,00
1.030	4.4.90.51.00.00.00.00	21.890,79
2.056	3.3.90.34.00.00.00.00	100,00
2.056	3.3.90.30.00.00.00.00	3.000,00
2.057	3.3.90.36.00.00.00.00	1.043,00
2.058	3.1.90.94.00.00.00.00	1.000,00
2.058	3.3.90.14.00.00.00.00	2.000,00
2.058	3.3.90.30.00.00.00.00	2.217,20
1.104	4.4.90.51.00.00.00.00	15.400,00

2.096	3.3.90.39.00.00.00.00	1.000,00
2.096	3.3.90.32.00.00.00.00	2.000,00
2.032	3.3.90.93.00.00.00.00	5.000,00
TOTAL		**65.760,20**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 23 de Novembro de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

RECURSOS HUMANOS
I° TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DO CONTRATO 52/2017

I° TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DO CONTRATO 52/2017

Pelo presente Instrumento Particular (termo aditivo), de um lado a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob n° 03.648.532/0001-28, com sede na Avenida Presidente Médici, 470, Jardim Planalto, nesta cidade de Alto Paraguai/MT, neste ato legalmente representado pela Prefeita Municipal, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, brasileira, casada,bacharel em odontologia, portadora da Carteira de Identidade RG n° 08176490-4 SSP/RJ, e do CPF n° 804.435.751-34, neste instrumento doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e de outro, Empresa **BR1 SERVIÇOS E ALUGUEIS DE MÁQUINAS LTDA**, CNPJ 23. 971.663/0001-59, situada na AV FERNANDO CORREA DA COSTA, SN KM 18 SALA A3, em Cuiabá- MT, neste ato doravante denominado **CONTRATADA**, tendo em vista a necessidade de adequar o contrato à execução da aquisição de 02 (duas) **CARRETAS DE TRANSPORTE AGRÍCOLA FIXA COM CAPACIDADE DE 4 TONELADAS, CARROCERIA EM MADEIRA,** resolvem em comum acordo **Aditivar** o Contrato em epígrafe, conforme as condições abaixo estipuladas:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

Adequação do item **CARRETA DE TRANSPORTE AGRÍCOLA FIXA COM CAPACIDADE DE 4 TONELADAS, CARROCERIA EM MADEIRA** da licitação Tomada de Preço 010/2017, que foi realizada sem o plano de trabalho aprovado pela mandatária CEF (caixa econômica federal). o plano de trabalho aprovado pela CEF e o RAE (relatório de acompanhamento de engenharia), são partes integrantes a este Termo.

DA FINALIDADE E JUSTIFICATICA

A licitação foi realizada com Termo de convênio, porém o Pregoeiro não elaborou o balizamento de preço conforme plano de trabalho aprovado, fato que inabilitou o item do processo licitatório. Por este motivo, houve a necessidade do presente termo aditivo para adequar a licitação realizada, conforme valor aprovado pela caixa econômica federal.

CLÁUSULA II- DO AMPARO LEGAL

Art. 65, I, a) da Lei 8.666/93 Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: II - por acordo das partes:

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

CLÁUSULA III- DO VALOR DO CONTRATO

O valor global do contrato **52/2017**, cujo objeto trata-se "Aquisição de 02 (duas) carretas Agrícolas DE TRANSPORTE com capacidade 04 toneladas,carroceria em madeira e pneus novos. Passa a ser de **R$16.400,00 (dezesseis mil e quatrocentos reais**), conforme Plano de Trabalho aprovado pela Caixa Econômica Federal, que substituirá a planilha licitada, passará a ser o valor de **R$15.768,00 (quinze mil setecentos e sessenta e oito reais).**

IV- DAS DEMAIS CLAÚSULAS

Todas as demais cláusulas e subclausulas do contrato em referência ficam inalteradas por este instrumento, pelo presente termo aditivo, ratificado.

IV- DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Diamantino/MT, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo com todas as cláusulas e condições as partes, através de seus representantes designados, firmam o presente termo aditivo, em 03 (três) vias, de igual teor e forma para que produza os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Alto Paraguai – MT, 11 de Novembro de 2017.

_____

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

GESTÃO 2017-2020

CONTRATANTE

_____

BR1 SERVIÇOS E ALUG. DE MÁQUINAS LTDA

CNPJ: 23.971.663/000159

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Nome _____ Nome: _____

CPF: _____ _____
CPF:_____ _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

LEI COMPLEMENTAR N.º 020/2017

"Altera a Lei Complementar Municipal n° 018/2017 e dá outras providências'."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 13 da Lei Complementar Municipal nº 018/2017 passa vigorar acrescido da gratificação que menciona a letra "g" e dos §§ 2º, 3º e 4º, com a seguinte redação:

"Artigo 13. "..."

"..."

g) incentivo profissional extraordinário.

§ 1º. "..."

§ 2º. O incentivo profissional previsto na letra "g" deste artigo constitui-se no repasse que poderá ser efetuado uma única vez ao ano aos ACS's e ACE's mediante rateio de eventual saldo financeiro disponível dos recursos de que tratam os arts. 9º-C e 9º-D da Lei nº 11.350/2006, efetivamente repassados

pelo Fundo Nacional de Saúde (FUNASA) ao fundo de saúde do Município de Alto Taquari, verificado no encerramento do exercício financeiro em referencia, após cumpridas todas as obrigações pecuniárias inerentes à destinação original de tais recursos (art. 3º da Portaria nº 215/GM/MS/2016);

§ 3º. O incentivo profissional extraordinário previsto na letra "g" deste artigo tem como condicionante:

a) a efetiva existência de saldo financeiro disponível dos recursos mencionados no paragrafo anterior;

b) o cumprimento de todas as ações, serviços e metas estabelecidas na forma da lei (art. 3º da PORTARIA nº 215/GM/MS/2016);

c) a avaliação positiva do atendimento prestado pelo Município de Alto Taquari a ser feita pelo Ministério da Saúde (art. 8º, inciso II do Decreto nº 8.474/2015);

d) a observância dos limites com pessoal previstos na Lei Complementar nº 101/2000 (art. 9º-F da Lei nº 11.350/2006, incluído pela Lei nº 12.994/2014).

§ 4º. O rateio de que trata o § 2º deste artigo deverá ser feito entre os ACS's e ACE's de forma proporcional, observando-se a quantidade de agentes e o tempo de efetivo serviço prestado por cada qual durante o exercício financeiro em referencia.

Art. 2º. Caso ocorra a extinção do programa de repasse aos municípios dos recursos de que tratam os arts. 9º-C e 9º-D da Lei nº

11.350/2006, também ficará extinta a gratificação de que trata a letra "g" do art. 13 da Lei Complementar Municipal nº 018/2017.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito- Alto Taquari/MT, aos 14 de dezembro de 2017.

Fabio Mauri Garbugio

Prefeito Municipal

Ofício 390/2017 GAB/PMAT

Alto Taquari/MT, 14 de dezembro de 2017.

Senhor Presidente:

Sirvo-me do presente para submeter à apreciação desta augusta Casa, a inclusa Lei Complementar nº 020/2017, que altera a Lei Complementar Municipal nº 018/2017 (***Estabelece o Plano de Carreira e Remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS – e Agentes de Combate às Endemias – ACE – e dá outras providências)***, para conferir incentivo profissional extraordinário aos agentes comunitários em referencia na forma que especifica.

No ensejo, peço a tramitação e aprovação do referido Projeto de Lei Complementar na forma em que se apresenta, por se tratar de assunto de interesse público de nosso município.

Sendo o que se apresenta para o momento, no ensejo, reitero a Vossa Excelência e a seus ilustres pares os meus sinceros votos de elevado respeito e distinta consideração.

Atenciosamente.

Fabio Mauri Garbugio

Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

Ver. IVAN MARION DE BORBA

M. D. Presidente da Câmara Municipal

Alto Taquari/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 170/2017

PORTARIA N.º 170/2017

"Dispõe sobre a Retificação da Portaria n° 170/2017, que trata da concessão do benefício de Aposentadoria Por Tempo de Contribuição ao Sr. Leonardo Pereira da Silva"

O Prefeito do Município de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 3º, I, II, III e Parágrafo Único da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c Art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 combinado com o art. 89, I, II, III e Parágrafo Único da Lei Municipal nº 669/2015, que rege a Previdência Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a Portaria n° 170/2017, que versa sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Por Tempo de Contribuição ao Sr. Leonardo Pereira da Silva, com proventos integrais à ultima remuneração de contribuição, de acordo com a planilha de cálculo de proventos, contida no processo administrativo do ARAGUAIANA-PREV, n.º 2017.04.00016P**:**

Onde se lê: (...) no cargo de OPERADOR DE PÁ MECÂNICA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Araguaiana - MT **(...)"**

Leia-se: "(...) no cargo de OPERADOR DE PÁ MECÂNICA, lotado na **Secretaria Municipal de Obras** da Prefeitura de Araguaiana - MT **(...)**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Araguaiana/MT, 18 de Dezembro de 2017.

Getulio Dutra Vieira Neto Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº62/2017 ARAGUAIANA MT, 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECRETO Nº62/2017 Araguaiana MT, 15 de Dezembro de 2017.

"DECRETA RECESSO ADMINISTRATIVO"

O Exmº Sr. Getulio Dutra Vieira Neto, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a obrigatoriedade da Contabilidade da Prefeitura Municipal encerrar a escrituração total do exercício financeiro no dia 31 de dezembro de cada ano;

Considerando a insuficiência e contingenciamento das dotações orçamentárias, os quais poderiam ser insuficientes para suportar os gastos do último mês do ano;

Considerando o pequeno volume de serviço nos setores da Educação, em razão das férias escolares, no setor de Obras Públicas, face a estação chuvosa, no de Tributação e Administrativo, ambos em razão do fim do ano;

Considerando as **Festividades Natalinas** e de **final de ano**;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado recesso administrativo na Prefeitura Municipal de Araguaiana - MT, **no período de 26 de Dezembro de 2017 a 07 de Janeiro de 2018.**

Art. 2º No período em questão funcionarão em regime de plantão exclusivamente os serviços considerados de natureza essencial e os serviços administrativos internos que forem considerados necessários para o encerramento do exercício financeiro sendo a Secretaria de Finanças em tempo integral.

Art. 3º Os Secretários Municipais deverão organizar **escala de plantão** dos serviços públicos essenciais durante o período do recesso adminis-

trativo e os ***Servidores convocados para cumprir tal plantão deverão comparecer para exercer sua função no ato de tal convocação.***

Parágrafo Único – O servidor que for se ausentar no período do recesso fora do município deverá comunicar com antecedência ao Secretário Municipal.

Art. 4º As férias solicitadas durante o período de recesso administrativo serão validadas como férias, bem como as férias requeridas antes ou imediatamente após esse período serão deferidas conforme o interesse da administração.

Art. 5º Os servidores municipais que prestarem serviço durante o recesso administrativo perceberão os vencimentos regulares.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, aos 15 dias do mês de Dezembro de 2017.

Getulio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.286/2017

LEI MUNICIPAL Nº 1.286/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR SUBCONVÊNIO JUNTO A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARAPUTANGA/APAE-ARA, PARA PROCEDER NO REPASSE DOS RECURSOS PROVENIENTES PROGRAMA SERVIÇO DE AÇÃO CONTINUADA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar subconvênio de apoio financeiro com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Araputanga – APAE-ARA para o ano de 2018, repassando a importância mensal de R$ 1.046,10 (mil e quarenta e seis reais e dez centavos), em até 12 (doze) parcelas consecutivas, totalizando um montante de R$ 12.553,20 (doze mil, quinhentos e cinquenta e três reais e vinte centavos), na medida em que os recursos federais forem transferidos aos cofres municipais.

Art. 2º – Os recursos federais são oriundos da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social e destinados para o desempenho de serviços assistenciais de habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência, através do Programa Serviço de Ação Continuada de Proteção Social Especial de Média Complexidade.

Art. 3º – O presente repasse se processa de forma pura e simples, em se tratando de solicitação da APAE–ARA, devendo sua diretoria nos remeter relatórios trimestrais comprovando que os recursos repassados foram destinados a execução das atividades constantes das diretrizes técnicas e programáticas da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.282/2017

LEI MUNICIPAL Nº 1.282/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, ATRAVÉS DO SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SMAE, A RECEBER NA FATURA DE ÁGUA, DOAÇÕES DESTINADAS À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO DESPORTO DE ARAPUTANGA – APADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei autoriza o Serviço Municipal de Água e Esgoto (SMAE), do Município de Araputanga/MT, a inserir diretamente na fatura de água de seus usuários que expressamente e voluntariamente permitirem a cobrança referente à doação de valor em pecúnia à Associação de Pais e Amigos dos Desportos de Araputanga – APADA, CNPJ nº 02.507.859/0001-17.

§ 1º - O valor mínimo da contribuição será de R$ 3,00 (três reais), sem limite máximo, com a identificação na fatura do consumo de água.

§ 2º - Em caso de inadimplência do usuário no pagamento da fatura de água não incidirá, sobre o valor da doação, multa, juros ou correção monetária.

§ 3º - Em caso de inadimplência que acarrete a inscrição em dívida ativa da fatura de água, os valores referentes às doações não serão inscritos em dívida ativa.

Art. 2º - A inclusão de importância a título de doação na conta de água é facultativa ao usuário titular da fatura, e depende de sua prévia e expressa autorização, podendo ser revogada por ele a qualquer momento.

§ 1º - Será fornecido modelo de autorização aos usuários do SMAE, distribuído com auxílio da APADA.

§ 2º - Poderão ser adotados todos os meios legalmente disponíveis de se obter a autorização dos usuários, com o auxílio de entidades sem fins lucrativos, órgãos públicos, secretarias municipais, além de pessoas jurídicas de direito público e privado.

Art. 3º - A qualquer momento o titular da conta de água poderá se dirigir à sede da APADA, para autorizar a sua doação, aumentar ou reduzir seu valor, mediante novo preenchimento de autorização, revogando tacitamente as autorizações anteriormente realizadas.

Art. 4º - O usuário que não mais desejar efetuar a doação deverá se dirigir ao SMAE e assinar o termo de revogação de doação.

Parágrafo Único - Revogada a autorização do usuário atinente à doação, esta cessará a partir da próxima fatura de água.

Art. 5º - Todo o montante advindo das doações será repassado através de depósito bancário ou transferência entre contas pelo SMAE para a APADA até o último dia útil do mês seguinte ao de referência, em relação às contas de água e esgoto pagas dentro do mês de referência.

Art. 6º - O SMAE encaminhará, mensalmente, documento contábil dos valores arrecadados por doações à APADA, deixando cópia a disposição de consulta pública para qualquer cidadão ou órgão fiscalizador.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL N.º 1.281/2017

LEI MUNICIPAL N.º 1.281/2017

ALTERAM AS ALÍNEAS DO INCISO IV DO §2º DO ARTIGO 7º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.015/2012, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL, REVOGANDO A REDAÇÃO DADA PELA LEI MUNICIPAL Nº 1.211/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam alteradas as alíneas do inciso IV do parágrafo §2º do artigo 7º da Lei Municipal nº 1.015/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º - *Será objeto de inspeção e fiscalização prevista nesta Lei:*

§2º - *Entende-se por estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte de produtos de origem animal aquele que, cumulativamente:*

IV - *Não ultrapassando as seguintes escalas de produção:*

a) *Estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais (coelhos, rãs, aves e outros pequenos animais) – aqueles destinados ao abate e industrialização de produtos e subprodutos de pequenos animais de importância econômica, com produção máxima de 150 (cento e cinquenta) unidades por dia para empreendimentos individuais e 2.000 (duas mil) unidades por dia para cooperativas/condomínios.*

b) *Estabelecimento de abate e industrialização de médios (suínos, ovinos, caprinos) – aqueles destinados ao abate e/ou industrialização de produtos e subprodutos de médios animais de importância econômica com produção máxima de 20 (vinte) cabeças por dia para empreendimentos individuais e de 100 (cem) cabeças por dia para cooperativas/condomínios; e grandes animais (bovinos/bubalinos/equinos) – aqueles destinados ao abate e/ou industrialização de produtos e subprodutos de grandes animais de importância econômica, com produção máxima de 08 (oito) cabeças por dia para empreendimentos individuais e de 70 (setenta) cabeças por dia para cooperativas/condomínio.*

c) *Fábrica de produtos cárneos – aqueles destinados à agro industrialização de produtos e subprodutos cárneos em embutidos, defumados e salgados, com produção máxima de 180 Kg (cento e oitenta quilogramas) de produto acabado por dia para empreendimentos individuais e de 1.000 Kg (mil quilogramas) de produto acabado por dia para cooperativas/condomínio.*

d) *Estabelecimento de abate e industrialização de pescado – enquadram-se os estabelecimentos destinados ao abate e/ou industrialização de produtos e subprodutos de peixes, moluscos, anfíbios, com produção máxima de 220 Kg (duzentos e vinte quilogramas) por dia para empreendimentos individuais e de 1.200 Kg (mil e duzentos quilogramas) por dia para cooperativas/condomínios.*

e) *Estabelecimento de ovos – destinado à recepção e acondicionamento de ovos, com produção máxima de 30 (trinta) dúzias por dia para empreendimentos individuais e de 800 (oitocentos) dúzias por dia para cooperativas/condomínios.*

f) *Estabelecimentos industriais de leite e derivados; enquadram-se todos os tipos de estabelecimentos de industrialização de leite e derivados destinados à recepção, pasteurização, industrialização, processamento e elaboração de queijo, iogurte e outros derivados de leite, com processamento máximo de 500 (quinhentos) litros por dia para empreendimentos individuais e de 2.500 (dois mil e quinhentos) litros por dia para cooperativas/condomínios. Para doce de leite, 500 (quinhentos) litros por dia para empreendimentos individuais e de 1.200 (mil e duzentos) litros por dia para cooperativas/condomínios.*

g) *Unidade de extração e beneficiamento dos produtos das abelhas – destinado à recepção e industrialização de produtos das abelhas, com produção máxima de 10 Kg (dez quilogramas) por dia para empreendimentos individuais e de 500 Kg (600 quilogramas) por dia para cooperativas/condomínios.*

Art. 2° - Essa lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 292/2017

DESIGNAR SERVIDOR PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120-2017, ORIUNDO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006-2017, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE BANDA PARA REALIZAR SHOW ARTÍSTICO NO REVEILLON 2017/2018.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear o servidor da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, Sr. ISAIAS SOARES DE SOUSA para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120-2017, oriundo da Inexigibilidade de licitação nº 006-2017, com a empresa ARCA 7 PRODUÇÕES E EVENTOS EIRELI – ME, CNPJ Nº 23. 269.469/0001-26

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 288/2017

DESIGNAR SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 084/2017, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM HOTÉIS, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ARAPUTANGA-MT.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização da ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 084/2017 oriunda do Pregão Presencial Nº 036-2017, com a empresa FIDENCIO JOSÉ CAVALLI - ME, inscrita no CNPJ 02.025.353/0001-71.

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pelas Secretarias Municipais, firmado entre o Município de Araputanga – MT e a empresa ora contratada, sendo compostas pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sr. Adriano Teles Eleodoro - Responsável pelos objetos requisitados pelo GABINETE DO PREFEITO.

Sr. Adriano Teles Eleodoro - Responsável pelos objetos requisitados pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Srª. Fabiane Lopes de Castro Prado – Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Sr. Nelson Ramos de Andrade - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E TURISMO.

Srª. Milayne Gonçalves de Alcântara e Adriani - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL.

Srª. Erislane Aparecida de Oliveira Silva - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Srª. Valéria Ramos Neves Henrique - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

Art. 3° - Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 291/2017

DESIGNAR SERVIDOR PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 119-2017, ORIUNDO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005-2017, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE DUPLA PARA REALIZAR SHOW ARTÍSTICO NO REVEILLON 2017/2018.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear o servidor da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, Sr. ISAIAS SOARES DE SOUSA para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 119-2017, oriundo da Inexigibilidade de licitação nº 005-2017, com a empresa GUIMARÃES & BRETAS GUIMARÃES LTDA – ME, CNPJ Nº 09.641.092/0001-63.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 290/2017

DESIGNAR SERVIDOR PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118-2017, ORIUNDO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004-2017, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE DUPLA PARA REALIZAR SHOW ARTÍSTICO NO REVEILLON 2017/2018.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear o servidor da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, Sr. ISAIAS SOARES DE SOUSA para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118-2017, oriundo da Inexigibilidade de licitação nº 004-2017, com a empresa G. D. MUSIC EIRELI – ME, CNPJ Nº 27.097.256/0001-15.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 284/2017

DESIGNAR SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 081/2017, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM ESVAZIAMENTO, COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE DEJETOS PROVENIENTES DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA E DA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DO ESGOTO SANITÁRIO, POR MEIO DE CAMINHÕES TANQUE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE ARMAZENAMENTO DE 7.000 (SETE MIL LITROS). EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ARAPUTANGA-MT.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização da ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 081/2017 oriunda do Pregão Nº 035-2017, com a empresa a seguir: EVANILDO ALVES DA SILVA - ME, inscrita no CNPJ 13.762.373/0001-41.

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pelas Secretarias Municipais, firmado entre o Município de Araputanga – MT e a empresa ora contratada, sendo compostas pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sr. Adriano Teles Eleodoro - Responsável pelos objetos requisitados pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Sr. Fabiane Lopes de Castro Prado – Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Sr. José Augusto Araujo Mendes - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E TURISMO.

Sr. Erislane Aparecida de Oliveira Silva - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Srª. Valéria Ramos Neves Henrique - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

Sr. Delcimar Ferreira Missio - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA/SMAE.

Art. 3° - Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos quinze (15) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.283/2017

LEI MUNICIPAL Nº 1.283/2017

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA, ESTADO DE MATO GROSSO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art.1°- O Orçamento geral do Município de Araputanga – MT, para o Exercício Financeiro de 2018, discriminado por esta lei, estima a Receita em **R$ 47.640.692,00** (Quarenta e sete milhões, seiscentos e quarenta mil, seiscentos e noventa e dois reais), assim distribuídos por esfera: FISCAL: **R$ 30.949.601,00** (trinta milhões, novecentos e quarenta e nove mil, seiscentos e um reais); SEGURIDADE SOCIAL: **R$ 16.691.091,00** (dezesseis milhões, seiscentos e noventa e um mil, noventa e um reais), discriminados nos anexos integrantes desta lei.

Art. 2° - A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos, Rendas e Outras Receitas Correntes e de Capital, de acordo com a legislação vigente e com o seguinte desdobramento:

Por Categoria Econômica

RECEITAS CORRENTES	**R$**	**45.904.912,00**
Receita Tributária	R$	2.944.760,00
Receita de Contribuições	R$	2.644.233,00
Receita Patrimonial	R$	1.912.578,00
Receita de Serviços	R$	834.040,00
Transferências Correntes	R$	36.676.161,00
Deduções da Receita Corrente	R$	(-5.163.260,00)
RECEITAS DE CAPITAL	**R$**	**1.071.500,00**
Alienação de Bens	R$	15.600,00
Transferência de Capital	R$	6.602.500,00
TOTAL GERAL	**R$**	**47.640.692,00**

Art. 3° - A Despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros Programa de Trabalho e Natureza da Despesa, que apresentam os seguintes desdobramentos:

POR FUNÇÃO DO GOVERNO

01 – Legislativa	R$	2.100.000,00
04 – Administração	R$	5.262.383,00
08 – Assistência Social	R$	1.520.000,00
09 – Previdência Social	R$	5.151.444,00
10 – Saúde	R$	9.519.647,00
12 – Educação	R$	9.957.706,00
13 – Cultura	R$	995.000,00
15 – Urbanismo	R$	6.805.800,00
16 – Habitação	R$	500.000,00
17 – Saneamento	R$	1.340.000,00
18 – Gestão Ambiental	R$	87.000,00
20 – Agricultura	R$	767.000,00
22 – Indústria	R$	100.000,00
23 – Comércio e Serviços	R$	409.000,00
26 – Transporte	R$	980.000,00
27 – Desporto e Lazer	R$	1.442.000,00
28 – Encargos Especiais	R$	350.000,00
99 – Reserva de Contingência	R$	353.712,00
TOTAL GERAL	**R$**	**47.640.692,00**

POR SUBFUNÇÃO

031 – Ação Legislativa	R$	2.100.000,00
122 – Administração Geral	R$	5.203.107,00
124 – Controle Interno	R$	72.000,00
125 – Normatização e Fiscalização	R$	14.000,00
129 – Administração de Receitas	R$	879.137,00
131 – Comunicação Social	R$	46.839,00
241 – Assistência ao Idoso	R$	250.000,00
243 – Assistência a Criança e ao Adolescente	R$	155.000,00
244 – Assistência Comunitária	R$	1.115.000,00
272 – Previdência do Regime Estatutário	R$	5.151.444,00
301 – Atenção Básica	R$	2.506.000,00
302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R$	5.407.147,00
303 – Suporte Profilático e Terapêutico	R$	369.000,00
304 – Vigilância Sanitária	R$	242.000,00
305 – Vigilância Epidemiológica	R$	317.000,00
361 – Ensino Fundamental	R$	6.641.300,00
364 – Ensino Superior	R$	298.206,00
365 – Educação Infantil	R$	2.904.000,00
367 – Educação Especial	R$	20.000,00
392 – Difusão Cultural	R$	995.000,00
451 – Infra - Estrutura Urbana	R$	5.817.800,00
452 – Serviços Urbanos	R$	988.000,00
482 – Habitação Urbana	R$	500.000,00
512 – Saneamento Básico Urbano	R$	1.340.000,00
541 – Preservação e Conservação Ambiental	R$	87.000,00
601 – Promoção da Produção Vegetal	R$	192.000,00
605 – Abastecimento	R$	575.000,00
661 – Promoção Industrial	R$	100.000,00
691 – Promoção Comercial	R$	289.000,00
695 – Turismo	R$	120.000,00
782 – Transporte Rodoviário	R$	980.000,00
812 – Desporto Comunitário	R$	1.412.000,00
813 – Lazer	R$	30.000,00
843 – Serviço da Divida Interna	R$	350.000,00
999 – Reserva de Contingencia	R$	353.712,00
TOTAL GERAL	**R$**	**47.640.692,00**

POR PROGRAMA

0001 – Gestão da Saúde com Qualidade	R$	678.500,00	
0071 – Ampliação e Qualidade na Média e Alta Complexidade	R$	5.407.147,00	
0072 – Ampliação e Qualidade na Assistência Farmacêutica	R$	369.000,00	
0073 – Ampliação e Qualidade na Vigilância em Saúde	R$	559.000,00	
1000 – Gerir com Qualidade a Atenção Básica	R$	2.506.000,00	
1001 – Educação de Qualidade – Ensino Fundamental	R$	5.991.300,00	
1002 – Educação de Qualidade – Educação Infantil	R$	2.904.000,00	
1003 – Gestão da Educação	R$	664.200,00	
1004 – Gestão Social	R$	745.000,00	
1005 – Atenção à Família	R$	525.000,00	
1006 – Atenção a Pessoa Idosa	R$	250.000,00	
1007 – Acesso a Moradia	R$	500.000,00	
1008 – Publicidade e Controle Institucional	R$	118.839,00	
1009 – Manutenção e Valorização do Patrimônio Histórico, Turístico e Cultural	R$	995.000,00	
1010 – Desenvolvimento do Esporte e Lazer	R$	1.562.000,00	
1011 – Desenvolvimento da Agropecuária e Fomento da Agricultura Familiar	R$	567.000,00	

1012 – Gestão e Preservação dos Recursos Ambientais	R$	179.000,00	
1013 – Manutenção e Revitalização da Infraestrutura	R$	9.957.800,00	
1014 – Modernização da Administração Municipal	R$	200.000,00	
1015 – Suporte Administrativo	R$	3.898.137,00	
1016 – Programa de Capacitação do Servidor Municipal	R$	10.000,00	
1017 – Processo Legislativo	R$	2.100.000,00	
1018 – Encargos Especiais	R$	826.407,00	
1019 – Gestão das Receitas Municipais	R$	324.000,00	
1020 – Reserva de Contingência	R$	353.712,00	
1021 – Previdência Social	R$	5.151.444,00	
1022 – Manutenção do Ensino Superior	R$	298.206,00	
TOTAL GERAL	R$	**47.640.692,00**	**47.640.692,00**

POR CATEGORIA ECONÔMICA

Despesas Correntes	R$	38.236.436,00
Despesas de Capital	R$	6.390.100,00
Reserva de Contingência	**R$**	3.014.156,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO	**R$**	**47.640.692,00**

POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Câmara Municipal	R$	2.100.000,00
Gabinete do Prefeito	R$	1.815.839,00
Secretaria de Administração	**R$**	2.907.119,00
Secretaria de Finanças e Planejamento	R$	1.243.137,00
Secretaria de Educação e Cultura	R$	10.902.706,00
Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo	R$	1.612.000,00
Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Rural	R$	1.243.000,00
Secretaria de Saúde	R$	9.519.647,00
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social	R$	2.020.000,00
Secretaria e Obras e Infraestrutura	R$	9.125.800,00
Fundo Municipal de Previdência Social – PREVIARA	R$	5.151.444,00
TOTAL GERAL	**R$**	**47.640.692,00**

Art. 4° - Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados, nos termos da Constituição Federal e da legislação federal em vigor, a:

I - Abrir créditos adicionais e suplementares, até o limite de 30% (Trinta Por Cento) da despesa orçada utilizando como fonte de recursos a anulação parcial ou total de dotações, nos termos do artigo 43 da Lei 4.320/64.

II – Abrir créditos suplementares provenientes de Superávit Financeiro verificado em exercícios anteriores, nos termos do artigo 43 da Lei 4.320/64.

III – Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de convênios, não previstos na receita do orçamento, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta lei.

IV – Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação, considerada a tendência do exercício.

V – Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

Art. 5º - Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito inclusive por antecipação de receita até o limite das despesas de Capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa; aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta; observados os limites legais de endividamento do município.

Art. 6° - A discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á até a Modalidade de Aplicação, conforme art. 6º da Portaria STN/SOF nº 163/2001.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL N.º 1.280/2017

LEI MUNICIPAL N.º 1.280/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM O BANCO DO BRASIL S.A., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., até o valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), nos termos da Resolução CMN nº 4.563, de 31.03.2017 e suas alterações, destinados a aquisição de um Ônibus para o transporte de pacientes da Rede de Saúde Pública Municipal, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, bem como o Art. 36, III da Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo único: Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada serão obrigatoriamente aplicados na execução dos empreendimentos previstos no caput deste artigo, sendo vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º do art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000 e arts. 42 e 43, inc. IV, da Lei nº 4.320/1964.

Art. 3º - Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar, anualmente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, mediante prévia autorização legislativa da Câmara Municipal de Araputanga-MT, abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 5º - Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e demais encargos financeiros e despesas da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta-corrente de titularidade do Município, mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, em que são efetuados os créditos dos recursos do Município, os montantes necessários às amortizações e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

Parágrafo único: Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do §1º, do art. 60, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6° - Essa lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL N.º 1.285/2017

LEI MUNICIPAL N.º 1.285/2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL DISCRIMINADO POR SEU ELEMENTO DE DESPESA E FONTE DE RECURSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Abre no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Especial no montante de R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), discriminado por suas fontes de recursos e elementos de despesas, conforme segue:

10 – SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
002 – DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA
26 – TRANSPORTE
782 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO
1013 – MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA
2132 – AQUIS. LOC., MANUTENÇÃO DE VEICULO E EQUIPA., P/MANUT. DE ESTRADAS VICINAIS
Fonte de Recursos: 0.3.30 – Recursos Provenientes do Fundo de Transporte - FETHAB
Elementos de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo ..... R$ 50.000,00
Elementos de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serv. de Terceiros – Pessoa Jurídica..R$ 15.000,00
TOTAL ..... R$ 65.000,00

Art. 2º - O presente Crédito Adicional Especial tratado no artigo anterior, será suportado, nos termos do Artigo 43, § 1º, inciso III, da mesma Lei n. 4.320/64, por recursos provenientes da anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:

10 – SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
002 – DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA
15 – URBANISMO
451 – INFRA ESTRUTURA URBANA
1013 – MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA
1071 – REALIZAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, GALARIA PLUVIAL
Fonte de Recursos: 0.3.30 – Recursos Provenientes do Fundo de Transporte - FETHAB
Elementos de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo ..... R$ 65.000,00
TOTAL ..... R$ 65.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.279/2017

LEI MUNICIPAL Nº 1.279/2017

CRIA NOVAS DISPOSIÇÕES NO REGIME JURÍDICO MUNICIPAL (LEI Nº 135/1992), INSTITUI A COMPENSAÇÃO DE HORAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado e adicionado no art. 22-B na Lei Municipal nº 135/1992 (Regime Jurídico Municipal) o §3º com a seguinte redação:

Art. 22-B (...)

§3º - *As horas excedentes à jornada semanal de trabalho, a critério do servidor, poderão ser registradas em banco de horas e compensadas com horas de folga.*

Art. 2º - Cria-se e adiciona-se o art. 22-C na Lei Municipal nº 135/1992 (Regime Jurídico Municipal) com a seguinte redação:

Art. 22-C – *Através de Decreto, poderá o Prefeito Municipal regulamentar a jornada de trabalho dos vigias que, pela sua natureza, desempenham atividades contínuas, através de escala de revezamento em jornadas de 12 x 36 horas.*

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das verbas próprias do orçamento vigente, ficando o Chefe do Poder executivo autorizado a abrir créditos adicionais que se fizerem necessários.

Art. 4º - As Secretarias que em razão do interesse público ou das condições peculiares de certos tipos de atividades, observado o Princípio da Economicidade, poderão elaborar escala de revezamento de 06 (seis) horas continuadas, equivalentes a 30 (trinta) horas semanais, para os servidores detentores de cargo cuja jornada seja de 40 (quarenta) horas semanais, devendo observar o seguinte requisito:

Parágrafo único: O servidor detentor de cargo cuja jornada semanal de concurso seja de 40 (quarenta) horas, que a critério do órgão onde esteja lotado tiver sua jornada diária reduzida na forma do caput deste artigo, ao ser convocado, ou ainda, devido à necessidade do trabalho para execução das atividades além da jornada semanal de 30 (trinta) horas, não fará jus ao recebimento de horas extras, ou ainda, banco de horas, sendo-lhe computadas apenas as horas superiores à jornada semanal de seu cargo, ou seja, as executadas acima de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezessete (2017).

Joel Marins de Carvalho

Prefeito Municipal

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.287/2017

LEI MUNICIPAL Nº 1.287/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO JUNTO AO LAR IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, BEM COMO REALIZAR O PAGAMENTO DOS VALORES PRETÉRITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio de apoio financeiro com a Entidade Lar Imaculado Coração de Maria, estabelecido no Município de Jauru/MT, conforme Termo de Ajustamento de Conduta nº 03/2017 (aditivo), durante o ano de 2018, para atendimento de pessoas idosas oriundas do município de Araputanga, em situação de risco social, atendendo o que estabelece a Política de Atendimento ao Idoso, do Estatuto do Idoso.

Art. 2º – O apoio financeiro de que trata o artigo anterior será na ordem de R$ 200,00 (duzentos reais) mensais, por idoso atendido, ficando vinculado o repasse à avaliação autorizativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, apresentação de relatório mensal expedido pela direção da instituição com nome completo, origem e demais informações pertinentes aos respectivos idosos atendidos, limitado aos créditos orçamentários estabelecidos na lei orçamentária.

Art. 3º – Ratifica-se a autorização concedida pela Lei Municipal nº 1.245/2017, devendo o Poder Executivo Municipal repassar em 12 (doze) parcelas iguais no valor de R$ 776,47 (setecentos e setenta e seis reais e quarenta e sete centavos), relativos aos atendimentos realizados no exercício de 2016, a partir de janeiro do ano de 2018.

Art. 4º - As despesas criadas por esta Lei serão suportadas por dotação orçamentária própria prevista no orçamento vigente.

Art. 5º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.288/2017

LEI MUNICIPAL Nº 1.288/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO JUNTO A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARAPUTANGA/APAE-ARA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio de apoio financeiro com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Araputanga – APAE-ARA para o ano de 2018, repassando a importância mensal de R$ 3.425,48 (três mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos), em 13 (treze) parcelas consecutivas, totalizando um montante de R$ 44.531,24 (quarenta e quatro mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e quatro centavos), de janeiro a dezembro e décimo terceiro, que será destinado ao Setor de Recursos Humanos da entidade para fins de coadjuvar no pagamento do quadro administrativo de servidores.

Art. 2º – As pessoas a serem contratadas serão de total responsabilidade da APAE-ARA e passarão a pertencerem ao quadro de pessoal da entidade, devendo no final do prazo, proceder com a devida prestação de contas.

Art. 3º – O presente repasse se processa de forma pura e simples, em se tratando de solicitação da APAE–ARA, devendo sua diretoria nos remeter relatórios trimestrais comprovando que os recursos repassados foram destinados ao Setor de Recursos Humanos da entidade.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias ou suplementadas.

Art. 5°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.278/2017

LEI MUNICIPAL Nº 1.278/2017

DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO DOS VINCULOS DOS AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS E AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE ADMITIDOS ANTES DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 51/2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica homologada a certificação realizada pela Comissão de Certificação, nomeada pela portaria nº 77/2014, após a competente análise das documentações existentes, regularizando os vínculos dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias admitidos anteriormente à Emenda Constitucional nº 51/2006, conforme a Resolução de Consulta nº 19/2013 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Parágrafo Único – Os Agentes contemplados pela presente Lei são os mencionados no Anexo I.

Art. 2º - Ficam nomeados servidores públicos do município de Araputanga/MT, sob o regime jurídico municipal, os Agentes Comunitários de Saúde e de Combate a Endemias constantes do Anexo I, que atualmente prestam serviços e até a data de promulgação da Emenda Constitucional n.º 51 de 14/02/2006, haviam sido contratados a partir de anterior processo de Seleção Pública ou que foram aprovados em processo seletivo público e consoante a Resolução de Consulta nº 19/2013 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e processo de certificação elaborado por Comissão Especial designada para tal fim.

Art. 3º - Os demais profissionais que, na data de publicação desta Lei, e que não constem do Anexo I e exerçam atividades próprias de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate as Endemias que não foram submetidos ao processo de certificação, mesmo que admitidos após a Emenda Constitucional n.º 51 de 14 de fevereiro de 2006, deverão ser submetidos ao processo de certificação mediante constituição validade de Comissão de Certificação de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate as Endemias, onde irão permanecer até final processo de certificação no exercício de suas atividades.

Art. 4º - Os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias regularizados através da presente Lei, ficam vinculados ao Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos constantes da Lei Municipal nº 971/2011, em classe e nível inicias, bem como passarão a ser regidos pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Araputanga e terão os recolhimentos previdenciários efetuados junto ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Art. 5º - Os Agentes Comunitários de Saúde mencionados no artigo 1º deverão obrigatoriamente, a partir da vigência da presente lei:

I. Residir na área da comunidade em que atuar;

II. Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada;

III. Haver concluído o ensino fundamental, conforme edital, e Lei 11.350 de 05 de outubro de 2006.

Art. 6º - O Agente de Combate às Endemias deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício do cargo público:

I. Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada;

II. Haver concluído o ensino fundamental, conforme edital.

Art. 7º - O piso salarial dos cargos ora criados não poderá ser inferior ao estabelecido na Lei nº 12.994 de 17 de junho de 2014 ou legislação que venha substituí-la.

Parágrafo Único: Os vencimentos e a jornada de trabalhado dos cargos de ACS e ACE estão dispostos no Anexo II desta Lei.

Art. 8º - Fica vedada a contratação temporária ou terceirizada de Agentes Comunitários de Saúde ou de Agentes de Combate às Endemias, salvo para atender situação excepcional de interesse público, bem como na hipótese de combate a surtos endêmicos, observando o artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal e a lei municipal de contratação temporária.

Art. 9º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de repasse complementar da União instituído pelo §3º do artigo 9º-C da Lei nº 11.350/2006 e das verbas próprias do orçamento vigente, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais mediante prévia autorização legislativa que se fizerem necessários.

Art. 10º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezessete (2017).

Joel Marins de Carvalho

Prefeito Municipal

ANEXO I

Agentes Certificados	Cargo
Cleonilda Pedro da Silva	ACS
Eliane Fernandes dos Santos	ACS
Elizabeth Fernandes da Silva	ACS
Érica Alves da Silva	ACS
Joaquim Domiciano	ACS
Lucineia da Silva Oliveira	ACS
Luzinete Oliveira Vieira Januário	ACS
Maria do Carmo Damacena Santos	ACS
Maria Helena da Silva Neves	ACS
Maria Sônia da Silva Pereira	ACS
Nilda Honorato Moreira	ACS
Rosenilde dos Anjos Gomes	ACS
Vanusa Alves Pereira dos Santos	ACS
Juliana de Jesus	ACE
Maria Auxiliadora Costa Borges	ACE

ANEXO II

QUADRO DE SALÁRIOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS E AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

O Quadro XXV aplica-se ao seguinte cargo: Agente Comunitário de Saúde (ACS) e Agente de Combate às Endemias (ACE)						
Carga-Horária	40 horas					
Salário Base:		**R$ 1.298,07**				
Quadro XXV	**Grau**	**Classe I**	**Classe II**	**Classe III**	**Classe IV**	**Classe V**
	A	R$ 1.298,07	R$ 1.414,89	R$ 1.531,71	R$ 1.648,53	R$ 1.765,35
	B	R$ 1.317,54	R$ 1.434,36	R$ 1.551,18	R$ 1.668,00	R$ 1.784,82
	C	R$ 1.337,01	R$ 1.453,83	R$ 1.570,65	R$ 1.687,47	R$ 1.804,29
	D	R$ 1.356,48	R$ 1.473,30	R$ 1.590,12	R$ 1.706,94	R$ 1.823,76
	E	R$ 1.375,95	R$ 1.492,77	R$ 1.609,59	R$ 1.726,41	R$ 1.843,23
	F	R$ 1.395,42	R$ 1.512,24	R$ 1.629,06	R$ 1.745,88	R$ 1.862,70

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.289/2017

LEI MUNICIPAL Nº 1.289/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER REPASSE DE NUMERÁRIO PARA A ASSOCIAÇÃO ABRIGO FLOR DE ACÁCIA, CNPJ Nº 15.015.391/0001-95.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar mensalmente numerário com base no que dispõe a Lei Orgânica do Município, à Associação Abrigo Flor de Acácia, durante o ano de 2018, a importância mensal de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), em 12 (doze) parcelas consecutivas, totalizando um montante de R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), de janeiro a dezembro de 2018, visando o custeio das despesas decorrentes das crianças e adolescentes de nosso município, que poderão ser atendidas pela entidade supra mencionada, conforme Termo de Ajustamento de Conduta vigente.

Art. 2°. O presente repasse se processa de forma pura e simples, em se tratando de solicitação da ASSOCIAÇÃO ABRIGO FLOR DE ACÁCIA, devendo sua diretoria nos remeter relatório mensal comprovando que os recursos repassados foram destinados aos fins aqui descritos.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias ou suplementadas.

Art. 4°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 289/2017

DESIGNAR SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ADESÃO Nº 008-2017, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RELÓGIO PONTO ELETRÔNICO, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ARAPUTANGA-MT.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear a servidora da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, Srª. Fabiana da Silva Ramos, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização da ADESÃO Nº 008/2017 com a empresa HEXA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ 18.190.056/0001-11.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 24 de novembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 286/2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE: Art. 1.º - Nomear e de*signar a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado a ser realizado, que assim será composta:*

Nome	***FUNÇÃO***	***CARGO***	***MATRÍCULA Nº***
I – *Elenir dos Santos Ferreira*	*Presidente*	*Professora*	*440*
II – *Eliene Xavier de Lima*	*Membro*	*Professora*	*955*
III – *Sebastiana Evangelista Correa*	*Membro*	*Professora*	*458*

Parágrafo Único: A Comissão Organizadora terá a responsabilidade de cumprir todas as determinações da legislação vigente e o respectivo Edital.

Art. 2 º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 283/2017

DESIGNAR SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 080/2017, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES (SELF SERVICE E MARMITEX), PREPARADAS E SERVIDAS NAS DEPENDÊNCIAS DA LICITANTE'.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização da ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 080/2017 oriundas do Pregão Nº 034-2017, com a empresa a seguir: VERA LUCIA ANAYA ALVES DE ASSIS - ME , inscrita no CNPJ 18.048.802/0001-37

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pelas Secretarias Municipais, firmado entre o Município de Araputanga – MT e as empresas ora contratadas, sendo compostas pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sr. Sandra Rosa Campos - Responsável pelos objetos requisitados pelo GABINETE DO PREFEITO.

Sr. Adriano Teles Eleodoro - Responsável pelos objetos requisitados pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Sr. Fabiane Lopes de Castro Prado – Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Sr. José Augusto Araujo Mendes - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TURISMO.

Srª. Milayne Gonçalves de Alcântara e Adriani – Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL.

Sr. Erislane Aparecida de Oliveira Silva - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE MUNICIPAL DE SAÚDE.

Srª. Valéria Ramos Neves Henrique - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

Sr. Delcimar Ferreira Missio - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Sr. Leandro da Rocha de Souza - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA - SMAE.

Art. 3° - Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos quatorze (14) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
ATA 034 E 035.2017 E DECRETO 030.2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 034/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 034/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 056/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 054/2017

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Avenida Prefeito Caio, nº642, Vila Nova, ARENÁPOLIS – MT, inscrita no CNPJ-24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. JOSE MAURO FIGUEIREDO,** brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 10.643.694 SSP/SP, e CPF: 786.970.268-49, residente e domiciliado à Rua Oscar Josetti, n º 952, Vila Rica, na cidade de Arenápolis/MT, **RESOLVE registrar os preços** da **EMPRESA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA-ME**, situada na Avenida Almirante Saldanha, Quadra 15A, Lote 01, nº 1238, Bairro Vila Marajoara, na cidade de Jussara/GO, inscrita no CNPJ – 26.570.361/0001-67, e inscrição estadual nº 10.677.230-9, neste ato representada pelo Sr.**THIAGO TAVEIRA DE MORAIS**, inscrito no CPF sob n º 960.357.811-87 e RG 18.228 CRECI-GO, residente e domiciliado na Rua JC 07, QUADRA 03, LOTE 08, VILA MARAJOARA,CEP: 76.270-000, na cidade de JUSSARA-GO, a de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL, **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS UNIDADES DE DESCENTRALIZAÇÃO DE REABILITAÇÃO (UDR), LABORATORIO MUNICIPAL E PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT,CONFORME A PROPOSTA Nº 11344. 687000/1150-02/FUNDO NACIONAL DE SAUDE,**para atender todas as Secretarias, conforme condições e especificações abaixo descritas:

Item	Qtd	Descrição do Produto	Marca Proposta	Valor Unitário em R$	Total em R$
1	02	**APARELHO DE LUZ INFRAVERMELHO**, TIPO PORTATIL, SUPORTE C/ RODIZIOS, ILUMINACAO ATE 100 W	VAGALUMY IV-05	R$ 360,00	R$ 720,00
2	01	**ASPIRADOR DE SECRECOES ELETRICO MOVEL**, CAPACIDADE DE 4 A 6 LITROS, SUPORTE COM RODIZIOS, PEDAL DE ACIONAMENTO, VALVULA DE SEGURANÇA, FRASCO TERMOPLASTICO	OLIDEF A45PLUS	R$ 1.550,00	R$ 1. 550,00
3	01	**BALANCA ANTROPOMETRICA**,MODO DE OPERAÇÃO DIGITAL, CAP. ADULTO	WELMY W200	R$ 1.100,00	R$ 1. 100,00
4	01	**BAROPODÔMETRO**, MODELO COMPUTADORIZADO REALIZA ANALISE ESTÁTICA, DINÂMICA E ESTABILOMETRIA, PLATAFORMA COM MINIMO DE 2288 SENSORES, OPERAÇÃO TEMPO REAL, CENTRO DE FORÇA, ÁREA DE CONTATO, SOFTWARE PARA COMPUTADOR, IMAGES 3D, ANALISE COMPARA IMAGENS.	AM CUBE FOOTWORK PRO	27.900,00	R$ 27. 900,00
5	05	**CAMA ELASTICA PROPRIOCEPTIVA**, ESTRUTURA TUBULAR EM ACO PINTADO COM TRATAMENTO ANTI-FERRUGINOSO. PARTE SUPERIOR EM NYLON REFORCADO COM MOLAS PARA MOVIMENTO DE BALANCO. PROTECAO LATERAL EM COURVIN-SAIA PARA PROTECAO DAS MOLAS. APROXIMADAMENTE 06 PES COM PONTEIRA DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE. APROX. 32 MOLAS. DIMENSOES APROXIMADAS 95X19 CM. CAPACIDADE MINIMA 150KG.	KIKOS MOD.TRAMPOLIM	R$ 260,00	R$ 1. 300,00
6	05	**ESCADA DIGITAL EM MADEIRA PARA REABILITACAO**, TAM 138 CM X 9 CM X 3 CM	ZILMOVEIS REF. 2025	R$ 75,00	R$375,00
7	01	**NEGATOSCOPIO**, MATERIAL DE CONFEÇÃO EM ACO/FERRO PINTADO, TIPO PAREDE/01 CORPO	ORTOMED OM502	R$300,00	R$ 300,00

8	02	**SUPORTE PARA ANILHAS**, SUPORTE CONFECCIONADO EM ACO COM CAPACIDADE DE SUPORTAR ATÉ 300 KG DE ANILHAS	NATURAL FIT- NESS 7	R$ 275,00,00	R$ 550,00
9	02	**ULTRASSOM PARA FISIOTERAPIA,** TRANSDUTORES:01 UNIDADE	IBRAMED SONOPULSE II	R$ 1.300,00	R$ 2. 600,00
10	02	**CARRO MACA SIMPLES**, MATERIAL DE CONFECÇÃO AÇO INOXIDAVEL, SUPORTE DE SORO, GRADES LATERAIS, ACESSORIOS: COLCHONETE	ORTOMED OM206	R$ 2.500,00	R$ 5. 000,00

VALOR TOTAL R$ 41.395,00 (QUARENTA E UM MIL TREZENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS)

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS EQUIPAMENTOS

2.1. Os Equipamentos deverão ser entregues no endereço constante do pedido, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1. Osequipamentos deverão ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação dosserviços;

b) Nome e endereço do fabricante;

c) Data de fabricação e prazo de validade ou data de vencimento e nº do lote;

d) Número do Registro no órgão competente;

e) Peso líquido.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS

4.1. Osequipamentos, que seráentreguesna Secretaria Municipa de Saúde, deverá, obrigatoriamente, no ato de entrega, estar nas condições exigidas no edital e no instrumento contratual, e na legislação que regulamenta a matéria.

4.2. É, também, da inteira responsabilidade de cada Secretaria, o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no **Pregão Presencial SRP nº 054/2017**, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório do Sr. Prefeito Municipal, datado de **11/12/2017.**

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Presencial SRPnº 054/2017**, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

5.3. O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no **Pregão Presencial SRP nº 054/2017**, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura Municipal, em até 30 dias após a emissão da fatura, através da conta corrente da empresa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

7.1. A Pregoeira e a Equipe de Apoio poderá, a qualquer tempo, rever os preços registrados, reduzindo-os de conformidade com pesquisa de mercado, para os fins previstos no inciso V do Art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.2. Os preços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada ao Gabinete do Secretário.

7.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhas analíticas, que comprovem a sua procedência, tais: como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

8.1. A empresa deverá prestar os serviços nas dependências da**Secretaria Municipal de Saúde deArenapolis/MT,** ou em local a ser determinado pela Secretaria de Saúde, previamente acordado com a empresa fornecedora dos serviços até a data da formalização do contrato a que se destine.

8.2. Prazo para entrega dos equipamentos/prestação dos serviços:

8.2.1. O fornecedor deverá entregar os equipamentos solicitados no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar a partir da emissão da ordem de fornecimento.

8.2.2. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente da Administração Pública em geral. Quando ocorrer o vencimento em dia não útil considerar-se-á o primeiro dia útil subseqüente.

8.2.3. O não cumprimento do prazo supracitado sujeitará a empresa fornecedora às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA NONA - CONTROLE DE QUALIDADE

9.1. A avaliação da qualidade dos equipamentos ora licitados com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que o funcionário designado da Secretaria julgarem necessária, poderão exigir testes ou comprovação técnica através da análise de amostras colhidas, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

9.2. Na hipótese de o equipamento/produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que a Secretaria aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

9.3. Em caso de troca do equipamento/produto, em função do que se contêm no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativo ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

9.4. A avaliação da qualidade do produto efetuada pela Secretaria, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre o Município de ARENÁPOLIS e as empresas referidas no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo **12(DOZE) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de ARENAPOLIS, poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

11.1.1 ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

11.1.2 MULTA – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

11.1.2.1 – **A desistência da licitante ganhadora com a consequente não assinatura do contrato acarretara para a mesma a Multa deR$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.2.2 – **A desistência da CONTRATADA de executar o objeto do contrato acarretara para a mesma a Multa deR$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.3 SUSPENSÃO – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.1.4 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2 - Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

11.3 - A sanção prevista na alínea “d”, do subitem 19.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

11.4 - A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1. Pela Prefeitura Municipal de ARENÁPOLIS, em despacho fundamentado do seu Gestor.

12.1.2. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3. Se o fornecedor não retirar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4. O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

12.1.7. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Prefeitura Municipal.

12.1.8 No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado

12.2. Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento de preços registrados deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal à aplicação das penalidades previstas na cláusula XI.

12.3. A comunicação do cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos no item 13.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntado-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO TERMO CONTRATUAL

13.1. A recusa da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços, o Termo Contratual e retirar a ordem de fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores. Neste caso, a

critério da Prefeitura Municipal, poderá ser celebrado contrato com o ofertante do menor preço, subseqüente, se houverem outros detentores na presente ata, ou promover nova licitação.

13.2. O edital do **Pregão Presencial nº 054/2017**, integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

13.3. O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 65 da Lei 8.666/93 e com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1-17.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretaria:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AQUIS. EQUIPAMENTOS PARA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

DOT. 0394- 06.021.10.302.0016.1147.449052.00.00.00. - Equipamentos e Material Permanente

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pela lei Federal nº 8.666/93 em sua atual redação, no que for incompatível com a legislação Federal, e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito.

15.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

15.3. Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

15.4. As partes elegem o foro da Comarca de ARENAPOLIS, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 03 (três) testemunhas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Arenápolis, 11 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

JOSE MAURO FIGUEIREDO- PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

PORTAL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA-ME

CNPJ:26.570.361/0001-67

THIAGO TAVEIRA DE MORAIS - Procurador

CPF:960.357.811-87

CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: LUCIANA DE SOUZA BARRETO Nome: JAZON DE ARAUJO RAMOS

CPF: 481.946.891-04 CPF: 181.960.121-87

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 035/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 035/2017

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 055/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 077/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, na sede do **MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS , Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Avenida Prefeito Caio, nº642, Vila Nova, ARENÁPOLIS – MT, inscrita no CNPJ-24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. JOSE MAURO FIGUEIREDO,** brasileiro, casado, empresário, portador da RG: 10.643.694 SSP/SP, e CPF: 786.970.268-49, residente e domiciliado à Rua Oscar Josetti, n º 952, Vila Rica, neste município, **RESOLVE registrar os preços** das **EMPRESA P B PEREIRA –ME** situada na Rua Papa Paulo VI, 112- Vila Nova CEP. 78.420-000, na cidade de Arenapolis/MT, neste ato representada pelo seu proprietário Sra. **PRISCILLA BRUGNOLI PEREIRA**, brasileira, casada, empresária, portadora do CPF 047.389.531-50 e RG 2155002-6 SSP/MT, residente e domiciliada na Rua Presidente Costa e Silva, s/n, Bairro Vila Nova, na cidade de Arenápolis/MT, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e alterações e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE AUTO ELETRICA DOS VEICULOS QUE COMPÕEM A FROTA DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT, para atender as Secretarias Municipais, conforme condições e especificações descritas abaixo: LOTE 001-PEÇAS

VEÍCULO 001: SAVEIRO PLACA OBH2941

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	BENDIX	ZEN	1	R$ 120,00	R$ 120,00
02	FILTRO ANTIPOLEN	BOSCH	1	R$ 40,00	R$ 40,00
03	KIT BUCHAS	G.BUSCH	1	R$ 45,00	R$ 45,00
04	LAMPADA BIODO	PHILIPS	2	R$ 45,00	R$ 90,00
05	MANCAL	ZEN	1	R$ 213,00	R$ 213,00
06	PORTA ESCOVAS	UNIFAP	1	R$ 81,00	R$ 81,00
VALOR TOTAL DO LOTE 001..... R$ 589,00 (QUINHENTOS E OITENTA E NOVE REAIS.)					

LOTE 002- SERVIÇOS

VEÍCULO 001: SAVEIRO PLACA OBH2941

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	CARGA DE GÁS	EOS	1	R$ 180,00	R$ 180,00
02	SERVIÇO DE AR CONDICIONADO	*	1	R$ 100,00	R$ 100,00
03	SERVIÇO DE MOTOR DE PARTIDA	*	1	R$ 80,00	R$ 80,00
04	SERVIÇO DE PARTE ELÉTRICA	*	1	R$ 100,00	R$ 100,00
VALOR TOTAL DO LOTE 002.....R$ 460,00 (QUATROCENTOS E SESSENTA REAIS).					

LOTE 003-PEÇAS

VEÍCULO 002: MICROONIBUS VOLARE V6 PLACA: NJI3888

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	BUCHAS	G. BUSCH	2	R$ 12,00	R$ 24,00
02	CORREIA	GOODYEAR	1	R$ 99,00	R$ 99,00
03	INTERRUPTOR DE RÉ	3RHO	1	R$ 79,00	R$ 79,00
04	LAMPADAS BIODO	PHILIPS	4	R$ 45,00	R$ 180,00
05	PALHETA	BOSCH	2	R$ 45,00	R$ 90,00
06	PORTA ESCOVAS	UNIFAP	1	R$ 88,00	R$ 88,00
07	PORTA FUSIVEL	RAINHA DAS SETE	2	R$ 20,00	R$ 40,00
08	ROLAMENTO DO ALTERNADOR	NACHI	2	R$ 50,00	R$ 100,00
09	SENSOR DE ROTAÇÃO	BOSCH	1	R$ 310,00	R$ 310,00
10	SIRENE SINALIZADORA	DNI	1	R$ 50,00	R$ 50,00
VALOR TOTAL DO LOTE 003..... R$ 1.060,00 (HUM MIL E SESSENTA REAIS).					

LOTE: 004-SERVIÇOS

VEÍCULO 002: MICROONIBUS VOLARE V6 PLACA: NJI3888

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	SERVIÇO DE ALTERNADOR	*	1	R$ 100,00	R$ 100,00
02	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	*	1	R$ 100,00	R$ 100,00
03	SERVIÇO DE MOTOR DE PARTIDA	*	1	R$ 100,00	R$ 100,00
04	SERVIÇO DE PARTE ELÉTRICA	*	1	R$ 100,00	R$ 100,00
05	SERVIÇO DE RASTER	*	1	R$ 200,00	R$ 200,00
06	SERVIÇO DE TROCA DE CORREIA	*	1	R$ 80,00	R$ 80,00
VALOR TOTAL DO LOTE 004..... R$ 680,00 (SEISSECENTOS REAIS).					

LOTE 005-PEÇAS

VEÍCULO 003: ONIBUSVW 15.190PLACA: NPG8314

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	BOMBA ELÉTRICA	RESFRIAR	1	R$ 50,00	R$ 50,00
02	BUCHAS	G BUSCH	2	R$ 12,00	R$ 24,00
03	CHICOTE ELÉTRICO PARCIAL	DNI	1	R$ 150,00	R$ 150,00
04	KIT REPARO	G BUSCH	1	R$ 40,00	R$ 40,00
05	LAMPADA 1141	PHILIPS	4	R$ 8,00	R$ 32,00
06	LAMPADA BIODO	PHILIPS	2	R$ 45,00	R$ 90,00
07	LANTERNA	IAM	2	R$ 53,00	R$ 106,00
08	PALHETA	BOSCH	2	R$ 46,00	R$ 92,00
09	PORTA ESCOVAS	UNIFAP	1	R$ 90,00	R$ 90,00
10	REATOR	DNI	3	R$ 42,00	R$ 126,00
11	ROLAMENTOS DO ALTERNADOR	NACHI	2	R$ 50,00	R$ 100,00
VALOR TOTAL DO LOTE 005..... R$ 900,00 (NOVECENTOS REAIS).					

LOTE 006-SERVIÇOS

VEÍCULO 003: ONIBUSVW 15.190 PLACA: NPG 8314

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL

01	SERVIÇO DE ALTERNADOR	*	1	R$ 80,00	R$ 80,00
02	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	*	2	R$ 100,00	R$ 200,00
03	SERVIÇO DE MOTOR DE PARTIDA	*	1	R$ 100,00	R$ 100,00
04	SERVIÇO DE PARTE ELÉTRICA	*	3	R$ 100,00	R$ 300,00
VALOR TOTAL DO LOTE 006..... R$ 680,00 (SEISSENTOS E OITENTA REAIS).					

LOTE 007-PEÇAS

VEICULO 004 : VOLARE V8 PLACA: NUG 5697

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	BORRACHA DO PARABRISA	F.CONFUORTO	1	R$ 412,00	R$ 412,00
02	CABO DE BATERIA	CONDUMAX	2	R$ 90,00	R$ 180,00
03	CHAVE DE LUZ	MARILIA	2	R$ 122,00	R$ 244,00
04	CHAVE DE PARTIDA	KOSTAL	1	R$ 169,00	R$ 169,00
05	CHAVE DE SETA	MARILIA	1	R$ 357,00	R$ 357,00
06	INTERRUPTOR DE RÉ	3RHO	1	R$ 79,00	R$ 79,00
07	LAMPADA BIODO	PHILIPS	2	R$ 45,00	R$ 90,00
08	LAMPADAS 1141	PHILIPS	4	R$ 10,00	R$ 40,00
09	MANGUEIRA ESPIRAL	RESFRIAR	1	R$ 31,00	R$ 31,00
10	PISTOLA DE AR	RESFRIAR	1	R$ 42,00	R$ 42,00
11	REATOR	DNI	3	R$ 42,00	R$ 126,00
12	RELÊ AUXILIAR	DNI	2	R$ 50,00	R$ 100,00
13	SIRENE SINALIZADORA	DNI	1	R$ 50,00	R$ 50,00
14	TERMINAL DE BATERIA	CIAFUNDI	4	R$ 10,00	R$ 40,00
VALOR TOTAL DO LOTE 007..... R$ 1.960,00(HUM MIL NOVECENTOS E SESSENTA REAIS).					

LOTE 008-SERVIÇOS

VEICULO 004:VOLARE V8 PLACA: NUG 5697

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	*	2	R$ 100,00	R$ 200,00
02	SERVIÇO DE PARTE ELÉTRICA	*	2	R$ 100,00	R$ 200,00
03	SERVIÇO DE RASTER	*	1	R$ 200,00	R$ 200,00
04	SERVIÇO DE TROCA DE CHAVE DE SETA	*	1	R$ 90,00	R$ 90,00
VALOR TOTAL DO LOTE 008..... R$ 690,00 (SEISSENTOS E NOVENTA REAIS).					

LOTE 009-PEÇAS

VEICULO 005:ONIBUSVW 15.190PLACA: QBD2940

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	BUZINA	FIAMM	1	R$ 88,00	R$ 88,00
02	CHAVE DE LUZ	KOSTAL	1	R$ 191,00	R$ 191,00
03	CHAVE DO LIMPADOR	MARILIA	1	R$ 136,00	R$ 136,00
04	CINEMÁTICO	RESFRIAR	3	R$ 40,00	R$ 120,00
05	CORREIA DO ALTERNADOR	GOODYEAR	1	R$ 110,00	R$ 110,00
06	PORTA ESCOVAS	UNIFAP	1	R$ 87,00	R$ 87,00
07	RELÊ AUXILIAR	DNI	2	R$ 50,00	R$ 100,00
08	RELÊ CONTROLADOR DA PORTA	BRAPAX	1	R$ 1615,00	R$ 1615,00
09	RELÊ TEMPORIZADOR	DNI	1	R$ 74,00	R$ 74,00
10	ROLAMENTOS DO ALTERNADOR	NACHI	2	R$ 50,00	R$ 100,00
11	SENSOR DE PRESSÃO	3RHO	1	R$ 289,00	R$ 289,00
VALOR TOTAL DO LOTE 009..... R$ 2.910,00 (DOIS MIL NOVECENTOS E DEZ REAIS).					

LOTE 010-SERVIÇOS

VEICULO 005: ONIBUSVW 15.190PLACA: QBD2940

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	SERVIÇO DE ALTERNADOR	*	1	R$ 100,00	R$ 100,00
02	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	*	2	R$ 150,00	R$ 300,00
03	SERVIÇO DE MOTOR DE PARTIDA	*	1	R$ 100,00	R$ 100,00
04	SERVIÇO DE PARTE ELÉTRICA	*	2	R$ 150,00	R$ 300,00
05	SERVIÇO DE RASTER	*	1	R$ 250,00	R$ 250,00
06	SERVIÇO DE TROCA DE CORREIA	*	1	R$ 90,00	R$ 90,00
07	SERVIÇO DE TROCA DE RELÊ CONTROLADOR	*	1	R$ 150,00	R$ 150,00
VALOR TOTAL DO LOTE 010..... R$ 1.290,00 (HUM MIL DUZENTOS E NOVENTA REAIS).					

LOTE 011-PEÇAS

VEICULO 006:ONIBUS VOLARE V8PLACA: NUF6407

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	BOMBA ELÉTRICA	RESFRIAR	1	R$ 50,00	R$ 50,00
02	BUZINA	FIAMM	1	R$ 90,00	R$ 90,00
03	CHAVE DE ALERTA	MARILIA	1	R$ 96,00	R$ 96,00
04	CHAVE DE SETA	MARILIA	1	R$ 357,00	R$ 357,00

05	INTERRUPTOR DE RÉ	3RHO	1	R$ 101,00	R$ 101,00
06	LAMPADA 1141	PHILIPS	8	R$ 10,00	R$ 80,00
07	LAMPADA BIODO	PHILIPS	4	R$ 45,00	R$ 180,00
08	LANTERNA TRASEIRA	IAM	2	R$ 77,00	R$ 154,00
09	PALHETA	BOSCH	2	R$ 45,00	R$ 90,00
10	RELÊ AUXILIAR	DNI	2	R$ 45,00	R$ 90,00
11	ROLAMENTOS	NACHI	2	R$ 50,00	R$ 100,00
12	SIRENE SINALIZADORA	DNI	1	R$ 50,00	R$ 50,00
VALOR TOTAL DO LOTE 011..... R$ 1.438,00 (HUM MIL QUATROCENTOS E TRINTA E OITO REAIS).					

LOTE 012-SERVIÇOS

VEICULO 006:ONIBUS VOLARE V8PLACA: NUF6407

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	SERVIÇO DE ALTERNADOR	*	1	R$ 90,00	R$ 90,00
02	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	*	2	R$ 150,00	R$ 300,00
03	SERVIÇO DE PARTE ELÉTRICA	*	2	R$ 100,00	R$ 200,00
04	SERVIÇO DE TROCA DE CHAVE DE SETA	*	1	R$ 100,00	R$ 100,00
05	SERVIÇO DE TROCA DE LANTERNAS	*	1	R$ 80,00	R$ 80,00
VALOR TOTAL DO LOTE 012..... R$ 770,00 (SETECENTOS E SETENTA REAIS).					

LOTE 013-PEÇAS

VEICULO 007:ÔNIBUS PLACA: NJW3736

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	BOMBA ELÉTRICA	RESFIAR	1	R$ 50,00	R$ 50,00
02	CHAVE DE SETA	MARILIA	1	R$ 136,00	R$ 136,00
03	CORREIA	GOODYEAR	2	R$ 114,00	R$ 228,00
04	EMENDA	RESFRIAR	2	R$ 16,00	R$ 32,00
05	LAMPADA BIODO	PHILIPS	2	R$ 45,00	R$ 90,00
06	MANGUEIRA	RESFRIAR	2	R$ 11,00	R$ 22,00
07	MANGUEIRA ESPIRAL	RESFRIAR	1	R$ 31,00	R$ 31,00
08	PALHETA	BOSCH	2	R$ 45,00	R$ 90,00
09	PISTOLA DE AR	RESFRIAR	1	R$ 40,00	R$ 40,00
10	POLIA	ZEN	1	R$ 199,00	R$ 199,00
11	RELÊ AUXILIAR	DNI	1	R$ 45,00	R$ 45,00
12	ROLAMENTO	NACHI	1	R$ 91,00	R$ 91,00
13	SOQUETE	RAINHA DAS SETE	2	R$ 36,00	R$ 72,00
VALOR TOTAL DO LOTE 013..... R$ 1.126,00 (HUM MIL CENTO E VINTE E SEIS REAIS).					

LOTE 014-SERVIÇOS

VEICULO 007: ÔNIBUS PLACA: NJW3736

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	*	1	R$ 140,00	R$ 140,00
02	SERVIÇO DE PARTE ELÉTRICA	*	2	R$ 100,00	R$ 200,00
03	SERVIÇO DE TROCA DE CORREIA	*	2	R$ 100,00	R$ 200,00
VALOR TOTAL DO LOTE 014..... R$ 540,00 (QUINHENTOS E QUARENTA REAIS).					

LOTE 015-PEÇAS

VEICULO 008:ÔNIBUS V.W 15.190 PLACA: OAZ0996

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	BOMBA ELÉTRICA	RESFRIAR	1	R$ 50,00	R$ 50,00
02	LAMPADA BIODO	PHILIPS	4	R$ 45,00	R$ 180,00
03	REATOR	DNI	2	R$ 42,00	R$ 84,00
04	RELÊ AUXILIAR	DNI	1	R$ 40,00	R$ 40,00
05	RESERVATÓRIO	GONEL	1	R$ 66,00	R$ 66,00
06	ROLAMENTO DO ALTERNADOR	NACHI	2	R$ 50,00	R$ 100,00
VALOR TOTAL DO LOTE 015..... R$ 520,00 (QUINHENTOS E VINTE REAIS).					

LOTE 016-SERVIÇOS

VEICULO 008: ÔNIBUS V.W 15.190 PLACA: OAZ0996

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	SERVIÇO DE ALTERNADOR	*	1	R$ 90,00	R$ 90,00
02	SERVIÇO DE PARTE ELÉTRICA	*	2	R$ 150,00	R$ 300,00
VALOR TOTAL DO LOTE 016..... R$390,00 (TREZENTOS E NOVENTA REAIS).					

LOTE 017-PEÇAS

VEICULO 009: ÔNIBUS M.BENS 21PLACA: BWI9380

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL

01	CORREIA	GOODYEAR	1	R$ 87,00	R$ 87,00
02	EMENDA	RESFRIAR	2	R$ 12,00	R$ 24,00
03	INTERRUPTOR DE RÉ	3RHO	1	R$ 50,00	R$ 50,00
04	LAMPADA	PHILIPS	4	R$ 10,00	R$ 40,00
05	MANGUEIRA	RESFRIAR	2	R$ 10,00	R$ 20,00
06	RELÊ AUXILIAR	DNI	2	R$ 45,00	R$ 90,00
07	ROLAMENTO DO ALTERNADOR	NACHI	2	R$ 50,00	R$ 100,00
VALOR TOTAL DO LOTE 017..... R$ 411,00 (QUATROCENTOS E ONZE REAIS).					

LOTE 018-SERVIÇOS

VEICULO 009: ÔNIBUS M.BENS 21PLACA: BWI9380

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	SERVIÇO DE ALTERNADOR	*	1	R$ 90,00	R$ 90,00
02	SERVIÇO DE PARTE ELÉTRICA	*	2	R$ 150,00	R$ 300,00
VALOR TOTAL DO LOTE 018..... R$ 390,00 (TREZENTOS E NOVENTA REAIS).					

LOTE 019-PEÇAS

VEICULO 010: AMBULANCIA DOBLÔ FIAT PLACA:NJM 9809

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	BUZINA	FIAMM	1	R$ 69,00	R$ 69,00
02	CLIP	ROYCE	2	R$ 35,00	R$ 70,00
03	COMPRESSOR	ROYCE	1	R$ 1411,00	R$ 1411,00
04	CONEXÃO	ROYCE	2	R$ 35,00	R$ 70,00
05	EVAPORADORA	ROYCE	1	R$ 631,00	R$ 631,00
06	FILTRO SECADOR	ROYCE	1	R$ 73,00	R$ 73,00
07	LÂMPADA BIODO	PHILIPS	2	R$ 45,00	R$ 90,00
08	MANGUEIRA	PARKER	1	R$ 163,00	R$ 163,00
09	PALHETA	BOSCH	2	R$ 31,00	R$ 62,00
10	PRESESOSTATO	RAYCE	1	R$ 98,00	R$ 98,00
11	RELÊ AUXILIAR	DNI	1	R$ 45,00	R$ 45,00
12	SENSOR PRESSÃO DE ÓLEO	3RHO	1	R$ 66,00	R$ 66,00
13	VÁLVULA EXPANSORA	ROYCE	1	R$ 182,00	R$ 182,00
VALOR TOTAL DO LOTE 019 ..... R$ 3.030,00 (TRÊS MIL E TRINTA REAIS).					

LOTE 020-SERVIÇOS

VEICULO 010: AMBULANCIA DOBLÔ FIAT PLACA:NJM 9809

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	CARGA DE GÁS	EOS	3	R$ 200,00	R$ 600,00
02	SERVIÇO DE AR CONDICIONADO	*	2	R$ 150,00	R$ 300,00
03	SERVIÇO DE PARTE ELÉTRICA	*	2	R$ 140,00	R$ 280,00
VALOR TOTAL DO LOTE 020..... R$ 1.180,00 (HUM MIL CENTO E OITENTA REAIS).					

LOTE 021- PEÇAS

VEICULO 011: TOYOTA ETIOS HB XS 1.5 PLACA: QBL9055

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	FILTRO ANTIPÓLEN	BOSCH	1	R$ 56,00	R$ 56,00
02	LAMPADA	PHILIPS	2	R$ 10,00	R$ 20,00
03	LÂMPADA BIODO	PHILIPS	2	R$ 45,00	R$ 90,00
04	PALHETA	BOSCH	1	R$ 54,00	R$ 54,00
05	REGULADOR DE VOLTAGEM	BOSCH	1	R$ 210,00	R$ 210,00
06	ROLAMENTOS	NACHI	2	R$ 50,00	R$ 100,00
VALOR TOTAL DO LOTE 021..... R$ 530,00 (QUINHENTOS E TRINTA REAIS).					

LOTE 022- SERVIÇOS

VEICULO 011: TOYOTA ETIOS HB XS 1.5 PLACA: QBL9055

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	CARGA DE GÁS	EOS	1	R$ 150,00	R$ 150,00
02	SERVIÇO DE ALTERNADOR	*	1	R$ 100,00	R$ 100,00
03	SERVIÇO DE AR CONDICIONADO	*	1	R$ 100,00	R$ 100,00
04	SERVIÇO DE PARTE ELÉTRICA	*	1	R$ 90,00	R$ 90,00
VALOR TOTAL DO LOTE 022..... R$ 440,00 (QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS).					

LOTE 023- PEÇAS

VEICULO 012:MICROÔNIBUS VG EXECUTIVO PLACA: NUB2381

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	BENDIX	ZEN	1	R$ 177,00	R$ 177,00
02	CONECTOR	RAINHA DAS SETE	2	R$ 22,00	R$ 44,00

03	JOGO DE REPARO	G.BUSCH	1	R$ 45,00	R$ 45,00
04	KIT BUCHAS	G.BUSCH	1	R$ 59,00	R$ 59,00
05	LÂMPADA	PHILIPS	4	R$ 10,00	R$ 40,00
06	LÂMPADA BIODO	PHILIPS	2	R$ 45,00	R$ 90,00
07	PALHETA	BOSCH	2	R$ 45,00	R$ 90,00
08	PORTA FUSÍVEL	RAINHA DAS SETE	2	R$ 20,00	R$ 40,00
09	RELÊ AUXILIAR	DNI	1	R$ 45,00	R$ 45,00
10	ROLAMENTOS DO ALTERNADOR	NACHI	2	R$ 50,00	R$ 100,00
11	ROTOR	DK	1	R$ 430,00	R$ 430,00
VALOR TOTAL DO LOTE 023.....R$ 1.160,00 (HUM MIL CENTO E SESSENTA E REAIS).					

LOTE 024- SERVIÇOS

VEICULO 012: MICROÔNIBUS VG EXECUTIVO PLACA: NUB2381

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	SERVIÇO DE ALTERNADOR	*	1	R$ 140,00	R$ 140,00
02	SERVIÇO DE PARTE ELÉTRICA	*	2	R$ 150,00	R$ 300,00
VALOR TOTAL DO LOTE 24.....R$ 440,00 (QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS).					

LOTE 025- PEÇAS

VEICULO 013:CORSA PLACA: KAR2471

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	BÓIA DO TANQUE	TSA	1	R$ 90,00	R$ 90,00
02	CHAVE LUZ	MARILIA	1	R$ 73,00	R$ 73,00
03	LÂMPADA BIODO	PHILIPS	2	R$ 45,00	R$ 90,00
04	PALHETA	BOSCH	2	R$ 34,00	R$ 68,00
05	PLUG ELETRÔNICO	TEM	1	R$ 62,00	R$ 62,00
06	RELÊ DE ARREFECIMENTO	DNI	1	R$ 76,00	R$ 76,00
VALOR TOTAL DO LOTE 025.....R$ 459,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS).					

LOTE 026- SERVIÇOS

VEICULO 012: CORSA PLACA: KAR2471

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	SERVIÇO DE PARTE ELÉTRICA	*	1	R$ 150,00	R$ 150,00
02	SERVIÇO DE TROCA DE BÓIA DE TANQUE	*	1	R$ 110,00	R$ 110,00
03	SERVIÇO DE TROCA DE CORREIA	*	1	R$ 100,00	R$ 100,00
VALOR TOTAL DO LOTE 26.....R$ 360,00 (TREZENTOS E SESSENTA REAIS).					

LOTE 27 - PEÇAS

VEICULO 013: MB ATRON PLACA: QBA0073

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	APARABARRO	F.CONFUORTO	2	R$ 45,00	R$ 90,00
02	BOMBA ELÉTRICA	RESFRIAR	1	R$ 50,00	R$ 50,00
03	CHAVE DE PARTIDA	FACOBRAS	1	R$ 62,00	R$ 62,00
04	CHAVE DE SETA	MARILIA	1	R$ 157,00	R$ 157,00
05	EVAPORADORA	ROYCE	1	R$ 728,00	R$ 728,00
06	FAIXA REFLETIVA	AVERY	10	R$ 10,00	R$ 100,00
07	INTERRUPTOR DE FREIO	3RHO	1	R$ 87,00	R$ 87,00
08	LÂMPADA	PHILIPS	5	R$ 10,00	R$ 50,00
09	LÂMPADA BIODO	PHILIPS	2	R$ 45,00	R$ 90,00
10	LANTERNA TRASEIRA	GF	2	R$ 69,00	R$ 138,00
11	RELÊ AUXILIAR	DNI	1	R$ 63,00	R$ 63,00
12	SOQUETE	RAINHA DAS SETE	4	R$ 22,00	R$ 88,00
13	VALVULA BLOCK	ROYCE	1	R$ 167,00	R$ 167,00
VALOR TOTAL DO LOTE 027..... R$ 1.870,00 (HUM MIL OITOCENTOS E SETENTA REAIS).					

LOTE 028- SERVIÇOS

VEICULO 013: MB ATRON PLACA: QBA0073

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	CARGA DE GÁS	EOS	2	R$ 200,00	R$ 400,00
02	SERVIÇO DE AR CONDICIONADO	*	1	R$ 190,00	R$ 190,00
03	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	*	1	R$ 100,00	R$ 100,00
04	SERVIÇO DE PARTE ELÉTRICA	*	2	R$ 100,00	R$ 200,00
05	SERVIÇO DE TROCA DE LANTERNAS	*	1	R$ 80,00	R$ 80,00
VALOR TOTAL DO LOTE 028..... R$ 970,00 (NOVECENTOS E SETENTA REAIS).					

LOTE 029- PEÇAS VEICULO 014: CAMINHÃO FORD PIPA PLACA: JXZ6293

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	APARABARRO	F.CONFUORTO	2	R$ 45,00	R$ 90,00

02	BUZINA	FIAMM	1	R$ 172,00	R$ 172,00
03	CABO DE BATERIA	CONDUMAX	2	R$ 93,00	R$ 186,00
04	CHAVE DE SETA	MARILIA	1	R$ 154,00	R$ 154,00
05	CHAVE DO LIMPADOR	MARILIA	1	R$136,00	R$ 136,00
06	CHICOTE TRASEIRO PARCIAL	DNI	1	R$ 350,00	R$ 350,00
07	CILINDRO DE PARTIDA	FACOBRAS	1	R$ 59,00	R$ 59,00
08	CORDOALHA	AMS	1	R$ 51,00	R$ 51,00
09	CORREIA	GOODYEAR	2	R$ 64,00	R$ 128,00
10	ESTATOR	DK	1	R$ 190,00	R$ 190,00
11	FAROIS	ORGUS	2	R$ 267,00	R$ 534,00
12	INTERRUPTOR DE RÉ	3RHO	1	R$ 87,00	R$ 87,00
13	LAMPADA	PHILIPS	12	R$ 10,00	R$ 120,00
14	LAMPADAS BIODO	PHILIPS	4	R$ 45,00	R$ 180,00
15	LANTERNA DE TETO	GF	2	R$ 24,00	R$ 48,00
16	LANTERNA LATERAL	GF	2	R$ 26,00	R$ 52,00
17	LANTERNA TRASEIRA	GF	2	R$ 69,00	R$ 138,00
18	MANGUEIRA ESPIRAL	RESFRIAR	1	R$ 31,00	R$ 31,00
19	MIOLO DE PARTIDA	FACOBRAS	1	R$ 73,00	R$ 73,00
20	PISTOLA DE AR	RESFRIAR	1	R$ 42,00	R$ 42,00
21	PLACA DE DIODOS	GAUSS	1	R$ 184,00	R$ 184,00
22	PORTA ESCOVAS	UNIFAP	1	R$ 88,00	R$ 88,00
23	RELÊ AUXILIAR	DNI	3	R$ 45,00	R$ 135,00
24	RELÊ DE PISCA	DNI	1	R$ 66,00	R$ 66,00
25	RELOGIO DE TEMPERATURA	TUROTEST	1	R$ 155,00	R$ 155,00
26	RESERVATÓRIO DE AGUA	GONEL	1	R$ 256,00	R$ 256,00
27	ROLAMENTOS	NACHI	2	R$ 50,00	R$ 100,00
28	ROTOR		1	R$ 220,00	R$ 220,00
29	SOQUETE	RAINHA DAS SETE	4	R$ 22,00	R$ 88,00
30	TAMPA DO RADIADOR	TANCLICK	1	R$ 55,00	R$ 55,00
31	TAMPA DO RESERVATÓRIO	TANCLICK	1	R$ 72,00	R$ 72,00
32	TAMPA DO RESERVATÓRIO DO HIDRÁULICO	TANCLICK	1	R$ 70,00	R$ 70,00
33	TERMINAL DE BATERIA	CIAFUNDI	2	R$ 10,00	R$ 20,00
VALOR TOTAL DO LOTE 029..... R$ 4.330,00(QUATRO MIL TREZENTOS E TRINTA REAIS).					

LOTE 30– SERVIÇOS VEICULO 014: CAMINHÃO FORD PIPA PLACA: JXZ6293

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	SERVIÇO DE ALTERNADOR	*	1	R$ 90,00	R$ 90,00
02	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	*	2	R$ 100,00	R$ 200,00
03	SERVIÇO DE MOTOR DE PARTIDA	*	1	R$ 100,00	R$ 100,00
04	SERVIÇO DE PARTE ELÉTRICA	*	2	R$ 100,00	R$ 200,00
05	SERVIÇO DE REVISÃO DE PARTE ELÉTRICA	*	1	R$ 350,00	R$ 350,00
06	SERVIÇO DE TROCA DE FAROIS	*	1	R$ 100,00	R$ 100,00
07	SERVIÇO DE TROCA DE LANTERNAS	*	1	R$ 150,00	R$ 150,00
08	SERVIÇO DO PAINEL	*	1	R$ 350,00	R$ 350,00
VALOR TOTAL DO LOTE 030..... R$ 1.540,00 (HUM MIL QUINHENTOS E QUARENTA REAIS).					

LOTE 031- PEÇAS

VEÍCULO 015:PÁ CARREGADEIRA VOLVO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	ANEL ORING	ROYCE	2	R$ 20,00	R$ 40,00
02	CLIP	ROYCE	2	R$ 35,00	R$ 70,00
03	CONEXÃO	ROYCE	2	R$ 35,00	R$ 70,00
04	CORREIA	GOODYEAR	1	R$ 174,00	R$ 174,00
05	LAMPADA BIODO	PHILIPS	2	R$ 45,00	R$ 90,00
06	ÓLEO PARA COMPRESSOR	ROYCE	1	R$ 36,00	R$ 36,00
07	PALHETA	BOSCH	1	R$ 68,00	R$ 68,00
08	PRESSOSTATO	ROYCE	1	R$ 218,00	R$ 218,00
09	SOQUETE	RAINHA DAS SETE	2	R$ 42,00	R$ 84,00
VALOR TOTAL DO LOTE 031..... R$ 850,00 (OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS).					

LOTE 032- SERVIÇOS

VEÍCULO 015: PÁ CARREGADEIRA VOLVO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	SERVIÇO DE AR CONDICIONADO	*	2	R$ 200,00	R$ 400,00
02	CARGA DE GÁS	EOS	2	R$ 300,00	R$ 600,00
03	SERVIÇO DE PARTE ELÉTRICA	*	2	R$ 150,00	R$ 300,00
04	SERVIÇO DE TROCA DE CORREIA	*	1	R$ 90,0	R$ 90,00
VALOR TOTAL DO LOTE 32..... R$ 1.390,00 (HUM MIL TREZENTOS E NOVENTA REAIS).					

LOTE 033- PEÇAS

VEÍCULO 016:RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	ALTERNADOR	BOSCH	1	R$ 1200,00	R$ 1200,00
02	FUSÍVEL DE LÂMINA MAXI	AMS	4	R$ 5,00	R$ 20,00
03	HORÍMETRO	VDO	1	R$ 190,00	R$ 190,00
04	LAMPADA BIODO	PHILIPS	2	R$ 45,00	R$ 90,00
05	PORTA FUSÍVEL	RAINHA DAS SETE	2	R$ 25,00	R$ 50,00
06	RELÊ AUXILIAR	DNI	2	R$ 45,00	R$ 90,00
VALOR TOTAL DO LOTE 033..... R$ 1.640,00 (HUM MIL SEISSENTOS E QUARENTA REAIS).					

LOTE 034- SERVIÇOS

VEÍCULO 016: RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	SERVIÇO DE ALTERNADOR	*	1	R$ 90,00	R$ 90,00
02	SERVIÇO DE PARTE ELÉTRICA	*	2	R$ 150,00	R$ 300,00
VALOR TOTAL DO LOTE 034..... R$ 390,00 (TREZENTOS E NOVENTA REAIS).					

LOTE 035- PEÇAS

VEÍCULO 017:TOYOTA BANDEIRANTES PLACA: JXZ9199

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	BUZINA	FIAMM	1	R$ 81,00	R$ 81,00
02	CHAVE DE SETA	OSPINA	1	R$ 212,00	R$ 212,00
03	CORREIA	GOODYEAR	1	R$ 82,00	R$ 82,00
04	INTERRUPTOR DE FREIO	3RHO	1	R$ 48,00	R$ 48,00
05	INTERRUPTOR DE RÉ	3RHO	1	R$ 56,00	R$ 56,00
06	LÂMPADA	PHILIPS	4	R$ 10,00	R$ 40,00
07	LÂMPADA BIODO	PHILIPS	2	R$ 45,00	R$ 90,00
08	PALHETA	BOSCH	1	R$ 46,00	R$ 46,00
09	PORTA FUSÍVEL	RAINHA DAS SETE	2	R$ 20,00	R$ 40,00
10	RELÊ AUXILIAR	DNI	1	R$ 45,00	R$ 45,00
VALOR TOTAL DO LOTE 035..... R$ 740,00 (SETECENTOS E QUARENTA REAIS).					

LOTE 036- SERVIÇOS

VEÍCULO 017:TOYOTA BANDEIRANTES PLACA: JXZ9199

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNIT	TOTAL
01	SERVIÇO DE PARTE ELÉTRICA	02	R$ 100,00	R$ 200,00
02	SERVIÇO DE TROCA DE CHAVE DE SETA	01	R$ 90,00	R$ 90,00
03	SERVIÇO DE TROCA DE CORREIA	01	R$ 80,00	R$ 80,00
VALOR TOTAL DO LOTE 036..... R$ 370,00 (TREZENTOS E SETENTA REAIS).				

LOTE 037- PEÇAS

VEÍCULO 018:V.WGOL 1.0 PLACA: OBH2911

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	BOTÃO DO VIDRO	KOSTAL	2	R$ 46,00	R$ 92,00
02	CORREIA	GOODYEAR	1	R$ 67,00	R$ 67,00
03	EVAPORADORA	ROYCE	1	R$ 453,00	R$ 453,00
04	KIT BUCHAS	G.BUSCH	1	R$ 30,00	R$ 30,00
05	LÂMPADA	PHILIPS	4	R$ 10,00	R$ 40,00
06	LÂMPADA BIODO	PHILIPS	2	R$ 45,00	R$ 90,00
07	PALHETA	BOSCH	2	R$ 38,00	R$ 76,00
08	PORTA ESCOVAS	UNIFAP	1	R$ 62,00	R$ 62,00
VALOR TOTAL DO LOTE 037..... R$ 910,00 (NOVECENTOS E DEZ REAIS).					

LOTE 038- SERVIÇOS

VEÍCULO 018:V.WGOL 1.0 PLACA: OBH2911

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	SERVIÇO DE AR CONDICIONADO	*	2	R$ 100,00	R$ 200,00
02	CARGA DE GÁS	EOS	2	R$ 180,00	R$ 360,00
03	SERVIÇO DE MOTOR DE PARTIDA	*	1	R$ 90,00	R$ 90,00
04	SERVIÇO DE PARTE ELÉTRICA	*	1	R$ 100,00	R$ 100,00
05	SERVIÇO DE TROCA DE CORREIA	*	1	R$ 80,00	R$ 80,00
VALOR TOTAL DO LOTE 038..... R$ 830,00 (OITOCENTOS E TRINTA REAIS).					

LOTE 041- PEÇAS

VEÍCULO 020:CAMINHÃO VOLKS PLACA JYD 4212

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	CHAVE DE PARTIDA	FACOBRAS	1	R$ 62,00	R$ 62,00
02	DIODO NEGATIVO	BOSCH	1	R$ 31,00	R$ 31,00

03	PORTA ESCOVAS DO ALTERNADOR	UNIFAP	1	R$ 37,00	R$ 37,00
04	RELÊ AUXILIAR	DNI	1	R$ 45,00	R$ 45,00
05	ROLAMENTOS DO ALTERNADOR	NACHI	2	R$ 50,00	R$ 100,00
06	TERMINAL	CIAFUNDI	2	R$ 10,00	R$ 20,00
VALOR TOTAL DO LOTE 041..... R$ 295,00 (DUZENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS).					

LOTE 042- SERVIÇOS

VEÍCULO 020: CAMINHÃO VOLKS PLACA JYD 4212

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	SERVIÇO DE ALTERNADOR	*	2	R$ 100,00	R$ 200,00
02	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	*	1	R$ 90,00	R$ 90,00
VALOR TOTAL DO LOTE 042..... R$ 290,00 (DUZENTOS E NOVENTA REAIS).					

LOTE 043- PEÇAS

VEÍCULO 021:MOTONIVELADORA VOLVO 2009/2010

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	AUTOMÁTICO AUXILIAR	ZM	1	R$ 214,00	R$ 214,00
02	BENDIX	ZEN	1	R$ 192,00	R$ 192,00
03	CABO DE BATERIA	CONDUMAX	3	R$ 93,00	R$ 279,00
04	CLIP	ROYCE	2	R$ 35,00	R$ 70,00
05	CONEXÃO	ROYCE	2	R$ 35,00	R$ 70,00
06	CORREIA	GOODYEAR	2	R$ 157,00	R$ 314,00
07	EMBREAGEM	ZEN	1	R$ 318,00	R$ 318,00
08	FILTRO SECADOR	ROYCE	1	R$ 258,00	R$ 258,00
09	LAMPADA BIODO	PHILIPS	2	R$ 45,00	R$ 90,00
10	MANGUEIRA	PARKER	2	R$ 86,00	R$ 172,00
11	RELÊ AUXILIAR	DNI	2	R$ 84,00	R$ 168,00
12	TERMINAL	CIAFUNDI	4	R$ 10,00	R$ 40,00
VALOR TOTAL DO LOTE 043..... R$ 2.185,00 (DOIS MIL CENTO E OITENTA E CINCO REAIS).					

LOTE 044- SERVIÇOS

VEÍCULO 021: MOTONIVELADORA VOLVO 2009/2010

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	CARGA DE GÁS	EOS	2	R$ 300,00	R$ 600,00
02	CALIBRAGEM DOS BICOS	*	6	R$ 300,00	R$ 1.800,00
03	SERVIÇO DE AR CONDICIONADO	*	2	R$ 200,00	R$ 400,00
04	SERVIÇO DE INJEÇÃO	*	1	R$ 500,00	R$ 500,00
05	SERVIÇO DE MOTOR DE PARTIDA	*	2	R$ 150,00	R$ 300,00
06	SERVIÇO DE PARTE ELÉTRICA	*	1	R$ 140,00	R$ 140,00
07	SERVIÇO DE RASTER	*	2	R$ 800,00	R$ 1.600,00
08	SERVIÇO DE TROCA DE CORREIA	*	2	R$ 100,00	R$ 200,00
VALOR TOTAL DO LOTE 044..... R$ 5.540,00 (CINCO MIL QUINHENTOS E QUARENTA REAIS).					

LOTE 045- PEÇAS

VEÍCULO 022:RETROESCAVADEIRA CASE 580N

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	ANTI DESENGRIPANTE	ORBI QUIMICA	4	R$ 22,00	R$ 88,00
02	CABO DE BATERIA	CONDUMAX	2	R$ 92,50	R$ 185,00
03	FAIXA REFLETIVA	AVERY	100	R$ 10,00	R$ 1.000,00
04	LIMPA CONTATOS	ORBI QUIMICA	4	R$ 22,00	R$ 88,00
05	MANGUEIRA	RESFRIAR	5	R$ 11,00	R$ 55,00
06	PISTOLA DE AR	RESFRIAR	2	R$ 42,00	R$ 84,00
07	TERMINAL DE BATERIA	CIAFUNDI	4	R$ 10,00	R$ 40,00
VALOR TOTAL DO LOTE 045..... R$ 1.540,00(HUM MIL QUINHENTOS E QUARENTA REAIS).					

LOTE 046- PEÇAS

VEÍCULO 023: VOLVO VM PLACA: NPC 6541

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	LAMPADA	PHILIPS	4	R$ 10,00	R$ 40,00
02	LAMPADA BIODO	PHILIPS	4	R$ 45,00	R$ 180,00
03	LANTERNA	GF	2	R$ 75,00	R$ 150,00
04	PALHETA	BOSCH	2	R$ 45,00	R$ 90,00
05	PORTA FUSÍVEL	RAINHA DAS SETE	2	R$ 20,00	R$ 40,00
06	ROLAMENTOS	NACHI	2	R$ 50,00	R$ 100,00
VALOR TOTAL DO LOTE 046..... R$ 600,00 (SEISSENTOS REAIS).					

LOTE 047- SERVIÇOS

VEÍCULO 023: CAMINHÃO VOLVO VM PLACA: NPC 6541

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	SERVIÇO DE ALTERNADOR	*	1	R$ 90,00	R$ 90,00
02	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	*	1	R$ 100,00	R$ 100,00
03	SERVIÇO DE TROCA DE LANTERNA	*	1	R$ 80,00	R$ 80,00
04	SERVIÇO PARTE ELETRICA	*	1	R$ 100,00	R$ 100,00
VALOR TOTAL DO LOTE 047..... R$ 370,00 (TREZENTOS E SETENTA REAIS).					

LOTE 048- PEÇAS

VEÍCULO 024:CAMINHÃOVOLVO VMPLACA: NPC 6041

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	BOMBA ELÉTRICA	RESFRIAR	2	R$ 50,00	R$ 100,00
02	BUZINA	FIAMM	1	R$ 86,00	R$ 86,00
03	FAIXA REFLETIVA	AVERY	10	R$ 10,00	R$ 100,00
04	LAMPADA	PHILIPS	8	R$ 10,00	R$ 80,00
05	LAMPADA BIODO	PHILIPS	4	R$ 45,00	R$ 180,00
06	LANTERNA	GF	2	R$ 80,00	R$ 160,00
07	MANGUEIRA	RESFRIAR	4	R$ 11,00	R$ 44,00
08	PALHA PARA CLIMATIZADOR	RESFRIAR	2	R$ 40,00	R$ 80,00
VALOR TOTAL DO LOTE 048..... R$ 830,00 (OITOCENTOS E TRINTA REAIS).					

LOTE 049- SERVIÇOS

VEÍCULO 024: CAMINHÃOVOLVO VM PLACA: NPC 6041

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	SERVIÇO DE ALTERNADOR	*	1	R$ 100,00	R$ 100,00
02	SERVIÇO DE CLIMATIZADOR	*	1	R$ 90,00	R$ 90,00
03	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	*	2	R$ 100,00	R$ 200,00
04	SERVIÇO DE PARTE ELÉTRICA	*	2	R$ 100,00	R$ 200,00
05	SERVIÇO DE TROCA DE LANTERNAS	*	1	R$ 80,00	R$ 80,00
VALOR TOTAL DO LOTE 049..... R$ 670,00 (SEISSENTOS E SETENTA REAIS).					

LOTE 050- PEÇAS

VEÍCULO 025:CAMINHÃO CAÇAMBA AGRALE PLACA: NJR6993

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	CHIOTE ELÉTRICO PARCIAL	DNI	1	R$ 150,00	R$ 150,00
02	CLIMATIZADOR	RESFRIAR	1	R$ 980,00	R$ 980,00
03	LAMPADA	PHILIPS	10	R$ 10,00	R$ 100,00
04	LAMPADA BIODO	PHILIPS	4	R$ 45,00	R$ 180,00
05	LANTERNA	GF	2	R$91,00	R$ 182,00
06	PLUG DO ALTERNADOR	RAINHA DAS SETE	1	R$ 114,00	R$ 114,00
07	REGULADOR DE VOLTAGEM	BOSCH	1	R$ 230,00	R$ 230,00
08	ROLAMENTOS	NACHI	2	R$ 45,00	R$ 90,00
09	SOQUETE	RAINHA DAS SETE	2	R$ 22,00	R$ 44,00
VALOR TOTAL DO LOTE 050..... R$ 2.070,00 (DOIS MIL E SETENTA REAIS).					

LOTE 051- SERVIÇOS

VEÍCULO 025: CAMINHÃO CAÇAMBA AGRALE PLACA: NJR6993

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	SERVIÇO DE ALTERNADOR	*	1	R$ 100,00	R$ 100,00
02	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO	*	2	R$ 120,00	R$ 240,00
03	SERVIÇO DE PARTE ELÉTRICA	*	1	R$ 90,00	R$ 90,00
04	SERVIÇO DE TROCA DE LANTERNAS	*	1	R$ 80,00	R$ 80,00
VALOR TOTAL DO LOTE 051..... R$ 510,00 (QUINHENTOS E DEZ REAIS).					

LOTE 052- PEÇAS

VEÍCULO 026:TRATOR MASSEY FERGUSON 292

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	AUTOMÁTICO	ZM	1	R$ 123,00	R$ 123,00
02	BENDIX	ZEN	1	R$ 93,00	R$ 93,00
03	INDUZIDO	INDUTEC	1	R$ 290,00	R$ 290,00
04	KIT BUCHAS	G.BUSCH	1	R$ 38,00	R$ 38,00
05	LAMPADA BIODO	PHILIPS	2	R$ 45,00	R$ 90,00
06	PORTA ESCOVAS	UNIFAP	1	R$ 156,00	R$ 156,00
07	RELÊ AUXILIAR	DNI	1	R$ 45,00	R$ 45,00
	RELÊ DE PISCA	DNI	1	R$ 58,00	R$ 58,00
08	RELÓGIO DE TEMPERATURA	TUROTEST	1	R$ 143,00	R$ 143,00
09	TAMPA DO RADIADOR	TANCLICK	2	R$ 32,00	R$ 64,00
VALOR TOTAL DO LOTE 052..... R$ 1.100,00 (HUM MIL E CEM REAIS).					

LOTE 053- SERVIÇOS

VEÍCULO 026:TRATOR MASSEY FERGUSON 292

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	SERVIÇO DE MOTOR DE PARTIDA	*	1	R$ 90,00	R$ 90,00
02	SERVIÇO DE PARTE ELÉTRICA	*	2	R$ 100,00	R$ 200,00
VALOR TOTAL DO LOTE 053..... R$ 290,00 (DUZENTOS E NOVENTA REAIS).					

LOTE 054- PEÇAS

VEÍCULO 027: LIXEIRA MBB PLACA: JXZ2745

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	BOTÃO DO LIMPADOR	MARILIA	1	R$ 34,00	R$ 34,00
02	CORREIA	GOODYEAR	1	R$ 74,00	R$ 74,00
03	ESTATOR	DK	1	R$ 159,00	R$ 159,00
04	FAROL	ORGUS	2	R$ 124,00	R$ 248,00
05	FUSÍVEL	MAS	5	R$ 1,00	R$ 5,00
06	GIROFLEX	DNI	1	R$ 177,00	R$ 177,00
07	INTERRUPTOR DE FREIO	3RHO	1	R$ 50,00	R$ 50,00
08	JOGO DE REPARO	G.BUSCH	1	R$ 35,00	R$ 35,00
09	KIT BUCHA	G.BUSCH	1	R$ 48,00	R$ 48,00
10	LÂMPADA	PHILIPS	10	R$ 10,00	R$ 100,00
11	LÂMPADA BIODO	PHILIPS	2	R$ 45,00	R$ 90,00
12	LANTERNA PISCA	GF	2	R$ 44,00	R$ 88,00
13	LANTERNA TRASEIRA	GF	2	R$ 48,00	R$ 96,00
14	MANCAL	ZEN	1	R$ 112,00	R$ 112,00
15	PLACA DE DIODO	GAUSS	1	R$ 139,00	R$ 139,00
16	REGULADOR DE VOLTAGEM	BOSCH	1	R$ 83,00	R$ 83,00
17	RELÊ AUXILIAR	DNI	1	R$ 45,00	R$ 45,00
18	RELÊ DE PISCA	DNI	1	R$ 57,00	R$ 57,00
19	RELÓGIO DE TEMPERATURA	TUROTEST	1	R$ 141,00	R$ 141,00
20	SOQUETE	RAINHA DAS SETE	2	R$ 22,00	R$ 44,00
VALOR TOTAL DO LOTE 054..... R$ 1.825,00 (HUM MIL OITOCENTOS E VINTE E CINCO REAIS).					

LOTE 055- SERVIÇOS

VEÍCULO 027: LIXEIRA MBB PLACA: JXZ2745

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	SERVIÇO DE MOTOR DE PARTIDA	*	1	R$ 140,00	R$ 140,00
02	SERVIÇO DE PARTE ELÉTRICA	*	2	R$ 150,00	R$ 300,00
03	SERVIÇO DE TROCA DE CORREIA	*	1	R$ 80,00	R$ 80,00
04	SERVIÇO DE TROCA DE LANTERNAS	*	1	R$ 80,00	R$ 80,00
VALOR TOTAL DO LOTE 055..... R$ 600,00 (SEISSENTOS REAIS).					

LOTE 056- PEÇAS

VEÍCULO 028::TRATOR VALMET 88

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	CHAVE 03 TOQUES	MARILIA	1	R$ 36,00	R$ 36,00
02	CHAVE DE LUZ	MORCEGO	1	R$ 68,00	R$ 68,00
03	LÂMPADA BIODO	PHILIPS	2	R$ 45,00	R$ 90,00
04	PORTA ESCOVAS	UNIFAP	1	R$ 86,00	R$ 86,00
VALOR TOTAL DO LOTE 056..... R$ 280,00 (DUZENTOS E OITENTA REAIS).					

LOTE 057- SERVIÇOS

VEÍCULO 028:TRATOR VALMET 88

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	SERVIÇO DE MOTOR DE PARTIDA	*	1	R$ 90,00	R$ 90,00
02	SERVIÇO DE PARTE ELÉTRICA	*	1	R$ 100,00	R$ 100,00
VALOR TOTAL DO LOTE 057..... R$ 190,00 (CENTO E NOVENTA REAIS).					

LOTE 058- PEÇAS

VEÍCULO 029: TRATOR AGRÍCOLA CASE

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	CABO DE BATERIA	CONDUMAX	2	R$ 93,00	R$ 186,00
02	PORTA ESCOVAS	UNIFAP	1	R$ 64,00	R$ 64,00
03	TERMINAL	CIAFUNDI	2	R$ 10,00	R$ 20,00
VALOR TOTAL DO LOTE 058..... R$ 270,00 (DUZENTOS E SETENTA REAIS).					

LOTE 059 SERVIÇOS

VEÍCULO 029: TRATOR AGRÍCOLA CASE

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UNIT	TOTAL
01	SERVIÇO DE MOTOR DE PARTIDA	*	1	R$ 90,00	R$ 90,00
02	SERVIÇO DE PARTE ELÉTRICA	*	1	R$ 100,00	R$ 100,00
VALOR TOTAL DO LOTE 059..... R$ 190,00 (CENTO E NOVENTA REAIS).					

Valor total de R$ 59.878,00 (CINQUENTA E NOVE MIL OITOCENTOS E SETENTA E OITO REAIS

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EMBALAGEM

2.1. Os produtos deverão ser entregues no endereço constante do pedido, nas quantidades solicitadas e embaladas de acordo com as condições técnicas exigidas para o transporte da origem ao destino.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ROTULAGEM

3.1. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária), deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

a) Identificação do produto, inclusive a marca;

b) Nome e endereço do fabricante;

c) Data de fabricação e prazo de validade ou data de vencimento e nº do lote;

d) Número do Registro no órgão competente;

e) Peso líquido;

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/PEÇAS

4.1. Os Serviços/materiais, que serão prestados de acordo com a solicitação de cada secretaria, deverá, obrigatoriamente, no ato de entrega, estar nas condições exigidas no edital e no instrumento contratual, e na legislação que regulamenta a matéria.

4.2. É, também, da inteira responsabilidade das Secretarias o condicionamento e guarda dos produtos recebidos, enquanto não entregues aos respectivos requisitantes, cabendo a estes, a partir do recebimento do objeto requisitado, a responsabilidade pelos procedimentos de acondicionamento, guarda e conservação até o uso final.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

5.1. Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no **Pregão Presencial SRP nº 055/2017**, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, atualizado por Despacho homologatório do Sr. Prefeito Municipal, datado de 12/12/2017.

5.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Presencial SRP nº 055/2017**, que a precedeu, na íntegra, o presente instrumento de compromisso.

5.3. O preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no **Pregão Presencial SRP nº 055/2017**, pela empresa constante da presente Ata de Registro de Preços e homologada através do despacho referido no item anterior.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura Municipal, em até 30 dias após a emissão da fatura, através da conta corrente da empresa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

7.1. A Pregoeira e a Equipe de Apoio poderá, a qualquer tempo, rever os preços registrados, reduzindo-os de conformidade com pesquisa de mercado, para os fins previstos no inciso V do Art. 15 da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.2. Os preços registrados poderão ser majorados, em decorrência de fato superveniente e de natureza econômica, capaz de comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Contratada, por solicitação motivada da interessada ao Gabinete do Secretário de Saúde.

7.3. O pedido deverá ser devidamente justificado e instruído com documentos e planilhas analíticas, que comprovem a sua procedência, tais: como listas de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição, matérias primas ou de outros documentos julgados necessários – que embasaram a oferta de preços por ocasião da classificação e as apuradas no momento do pedido.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL DE ENTREGA E DO PRAZO

8.1. A empresa deverá prestar os serviços de acordo com a solicitação de **cada Secretaria Municipal do Município de Arenapolis/MT,** previamente acordado com a empresa fornecedora dos serviços/materiais até a data da formalização do contrato a que se destine.

8.2. Prazo de entrega:

8.2.1. O fornecedor deverá prestar os serviços/materiais solicitados no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar a partir da emissão da ordem de fornecimento.

8.2.2. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente da Administração Pública em geral. Quando ocorrer o vencimento em dia não útil considerar-se-á o primeiro dia útil subseqüente.

8.2.3. O não cumprimento do prazo supracitado sujeitará a empresa fornecedora às penalidades cabíveis.

CLÁUSULA NONA - CONTROLE DE QUALIDADE

9.1. A avaliação da qualidade dos produtos ora licitados com relação à descrição, características, embalagem, peso líquido e rotulagem especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega e, sempre que os técnicos da Secretaria de Saúde julgarem necessária, poderão exigir testes ou com-

provação técnica através da análise de amostras colhidas, correndo à expensas do fornecedor do produto as despesas decorrentes da análise e teste de qualidade dos produtos.

9.2 Os procedimentos para avaliação do controle de qualidade dos produtos que fizerem necessários serão efetuadas por laboratório de controle de qualidade devidamente capacitada e de referência do Ministério da Saúde indicados pela Secretaria de Saúde que emitiram o respectivo laudo técnico de controle de qualidade dos produtos ou o não cumprimento de exigências constantes da respectiva Ata de Registro de Preços.

9.3. Na hipótese de o produto não corresponder às exigências previstas no edital do presente certame, será devolvido a qualquer tempo e condicionado à substituição pelo fornecedor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ficando de logo entendido que a Secretaria de Saúde aceitará apenas uma única substituição, sem qualquer ônus para o Município, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

9.4. Em caso de troca do produto, em função do que se contêm no item anterior, todos os custos de armazenagem incluindo carga, descarga e movimentação de estoque relativo ao período, deverão correr por conta exclusiva do fornecedor.

9.5. A avaliação da qualidade dos serviços efetuados, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora ou o fabricante, pela qualidade do produto entregue dentro dos limites estabelecidos em lei, ou especificados em cláusula própria constante do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços ora firmada entre o Município de ARENÁPOLIS e as empresas referidas no preâmbulo deste instrumento, terá validade de no máximo **12 (DOZE) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, a Prefeitura Municipal de ARENAPOLIS, poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

11.1.1 ADVERTÊNCIA – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

11.1.2 MULTA – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

11.1.2.1 – **A desistência da licitante ganhadora com a consequente não assinatura do contrato acarretara para a mesma a Multa deR$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.2.2 – **A desistência da CONTRATADA de executar o objeto do contrato acarretara para a mesma a Multa deR$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

11.1.3 SUSPENSÃO – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

10.1.4 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2 - Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

11.3 - A sanção prevista na alínea “d”, do subitem 19.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

11.4 - A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:

12.1.1. Pela Prefeitura Municipal de ARENÁPOLIS, em despacho fundamentado do seu Gestor.

12.1.2. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços.

12.1.3. Se o fornecedor não retirar a Ordem de Fornecimento no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa.

12.1.4. O fornecedor der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de presente Ata de Registro de Preço.

12.1.5. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contato decorrente desta Ata de Registro de Preços.

12.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

12.1.7. Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Prefeitura Municipal.

12.1.8 No caso de endereço incerto, inacessível ou ignorado

12.2. Pela empresa, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir às exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços. No caso, a solicitação para cancelamento de preços registrados deverá ser formulada com a antecedência 30 (trinta) dias, facultada a Prefeitura Municipal à aplicação das penalidades previstas na cláusula XI.

12.3. A comunicação do cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos no item 13.1.1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntado-se o comprovante ao expediente administrativo que tiver dado origem ao registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO TERMO CONTRATUAL

13.1. A recusa da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços, o Termo Contratual e retirar a ordem de fornecimento equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 81 e seguintes da Lei 8.666/93 com as alterações posteriores. Neste caso, a

critério da Prefeitura Municipal, poderá ser celebrado contrato com o ofertante do menor preço, subseqüente, se houverem outros detentores na presente ata, ou promover nova licitação.

13.2. O edital do **Pregão Presencial SRP nº 055/2017**, integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

13.3. O instrumento contratual poderá ser alterado com fundamento nas disposições previstas no art. 65 da Lei 8.666/93 e com alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1-17.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação serão indicadas em momento oportuno no processo de utilização pela Secretarias Municipais:

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

MANUTENÇÃO DE VEICULOS - SMGO

DOT. 0021-02.001.04.122.0002.2130.3390.30.00.00.00 – material de consumo

DOT. 0023- 02.001.04.122.0002.2130.3390.39.00.00.00- outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA DESPORTO E LAZER

MANUTENÇÃO DO TRANSP. ESCOLAR

DOT. 0143- 05.001.12.361.0008.2037-3390.30.00.00.00 – material de consumo

DOT. 0145- 05.001.12.361.0008.2037-3390.39.00.00.00- outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DOS PSF S

DOT. 0316- 06.021.10.301.0013.2056.3390.30.00.00.00- material de consumo

DOT. 0320- 06.021.10.301.0013.2056.3390.39.00.00.00- outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

MANUTENÇÃO DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

DOT. 0360- 06.021.10.302.0016.2065.3390.30.00.00.00- material de consumo

DOT. 0362- 06.021.10.302.0016.2065.3390.39.00.00.00- outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

SECRETARIA MUNICIPAL DEDESENVOLVIMENTO SOCIAL

MANUTENÇÃO DE VEICULOS- DEPTO POL. PUBLICA

DOT. 0419- 07.001.08.122.0017.2133.3390.30.00.00- material de consumo

DOT. 0421- 07.001.08.122.0017.2133.3390.39.00.00.00- outros serviços de terceiros – pessoa jurídico

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

MANUTENÇÃO DE VEICULOS- DEPTO TRANSPORTES

DOT. 492- 08.001.26.782.0021.2134.3390.30.00.00.00- material de consumo

DOT. 494- 08.001.26.782.0021.2134.3390.39.00.00.00- outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

MANUT. VEICULOS- DPTO DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS

DOT. 524- 08.002.15.452.0022.2135.3390.30.00.00.00- material de consumo

DOT. 526- 08.002.15.452.0022.2135.3390.39.00.00.00- outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Esta Ata de Registro de Preços é regida pela lei Federal nº 8.666/93 em sua atual redação, no que for incompatível com a legislação Federal, e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito.

15.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

15.3. Quando se tratar de empresa representante comercial caber-lhe-á, a cada entrega, apresentar Nota Fiscal da compra do produto emitida pelo respectivo produtor, fabricante ou seu legítimo representante.

15.4. As partes elegem o foro da Comarca de ARENAPOLIS, como domicílio legal, para qualquer procedimento recorrente do cumprimento do contrato ou de instrumento equivalente.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 03 (três) testemunhas.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

ARENAPOLIS - MT, 12 de DEZEMBRO de 2017.

MUNICIPIO DE ARENÁPOLIS

CONTRATANTE- JOSE MAURO FIGUEIREDO –Prefeito Municipal

PB PEREIRA - ME

PRISCILLA BRUGNOLI PEREIRA

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: LUCIANA DE SOUZA BARRETO Nome: JAZON DE ARAÚJO RAMOS

CPF: 481.946.891-04 CPF: 181.960.121-87

DECRETO Nº 030/2017

"*Dispõe sobre Luto oficial de 03 (três) dias, e Ponto Facultativo no dia 18/12/17 (após a licitação – leilão que ocorrerá no Setor de Transportes às 08:00 do dia 18/12/2017) e dá outras providências*."

O Prefeito Municipal de Arenápolis – MT, Senhor**JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso e gozo de suas atribuições legais, e com fulcro na Lei Orgânica Municipal, e demais legislações em vigor, e, considerando o falecimento de **EURÍPEDES DE OLIVEIRA FIGUEIREDO**, Pai do Secretário de Transportes e infra-estrutura do Município de Arenápolis/MT, Ederson Figueiredo, e, Irmão do Exmo. Prefeito de Arenápolis/MT José Mauro Figueiredo ocorrido em 17/12/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Luto Oficial de 03 (três) dias, a partir do dia 18 de dezembro de 2017, pelo falecimento do Pai do Secretário de Infra-estrutura e transporte de Arenápolis/MT Ederson Figueiredo, e Irmão do Exmo. Prefeito de Arenápolis/MT, José Mauro Figueiredo, ocorrido em 17/12/2017.

Art. 2° Ponto facultativo, no dia 18 de dezembro (segunda-feira) de 2017, (***APÓS A LICITAÇÃO – LEILÃO QUE OCORRERÁ NO SETOR DE TRANSPORTES A PARTIR DAS 08:00 HORAS***) para os servidores Municipais em razão do falecimento de EURÍPEDES DE OLIVEIRA FIGUEIREDO, Pai do servidor público municipal de Arenápolis/MT Ederson Figueiredo e Irmão do Exmo. Prefeito José Mauro Figueiredo.

Parágrafo único. O ponto facultativo nas repartições Públicas Municipal de Arenápolis/MT, não se estende **aos serviços essênciais de saúde e limpeza urbana;**

Art. 3º - As horas trabalhadas pelos Servidores que prestam os serviços descritos no *parágrafo único* do artigo anterior, serão compensadas em igual número, oportunamente, por conveniência da administração pública.

Art. 4º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE–SE, PUBLIQUE–SE, COMUNIQUE–SE E CUMPRA–SE.

PAÇO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS–MT, EM 06 DE MAIO DE 2017.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS–MT

Registrado e Publicado, na data supra, na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
DECRETO 031/2017

DECRETO Nº 031/2017

"*Dispõe sobre Luto oficial de 03 (três) dias, e Ponto Facultativo no dia 18/12/17 (após a licitação – leilão que ocorrerá no Setor de Transportes às 08:00 do dia 18/12/2017) e dá outras providências*."

O Prefeito Municipal de Arenápolis – MT, Senhor**JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso e gozo de suas atribuições legais, e com fulcro na Lei Orgânica Municipal, e demais legislações em vigor, e, considerando o falecimento de **EURÍPEDES DE OLIVEIRA FIGUEIREDO**, Pai do Secretário de Transportes e infra-estrutura do Município de Arenápolis/MT, Ederson Figueiredo, e, Irmão do Exmo. Prefeito de Arenápolis/MT José Mauro Figueiredo ocorrido em 17/12/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Luto Oficial de 03 (três) dias, a partir do dia 18 de dezembro de 2017, pelo falecimento do Pai do Secretário de Infra-estrutura e transporte de Arenápolis/MT Ederson Figueiredo, e Irmão do Exmo. Prefeito de Arenápolis/MT, José Mauro Figueiredo, ocorrido em 17/12/2017.

Art. 2° Ponto facultativo, no dia 18 de dezembro (segunda-feira) de 2017, (***APÓS A LICITAÇÃO – LEILÃO QUE OCORRERÁ NO SETOR DE TRANSPORTES A PARTIR DAS 08:00 HORAS***) para os servidores Municipais em razão do falecimento de EURÍPEDES DE OLIVEIRA FIGUEIREDO, Pai do servidor público municipal de Arenápolis/MT Ederson Figueiredo e Irmão do Exmo. Prefeito José Mauro Figueiredo.

Parágrafo único. O ponto facultativo nas repartições Públicas Municipal de Arenápolis/MT, não se estende **aos serviços essênciais de saúde, limpeza urbana e ao Setor de LICITAÇÕES (na qual ocorrerá a Licitação na modalidade CARTA CONVITE n° 005/2017, no dia 18/12/2017, às 11:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Arenápolis);**

Art. 3º - As horas trabalhadas pelos Servidores que prestam os serviços descritos no *parágrafo único* do artigo anterior serão compensadas em igual número, oportunamente, por conveniência da administração pública.

Art. 4º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contidas no Decreto Municipal de Arenápolis/MT, n° 030/2017.

REGISTRE–SE, PUBLIQUE–SE, COMUNIQUE–SE E CUMPRA–SE.

PAÇO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS–MT, EM 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS–MT

Registrado e Publicado, na data supra, na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 237/2017

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: PENTAGONO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA - ME; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUPORTE E HOSPEDAGEM DE WEBSITE E E-MAILS DO SITE OFICIAL DESTA PREFEITURA POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES; DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 035/2017; VALOR GLOBAL R$ 7.200,00; VIGENCIA: 15/12/2017 À 14/06/2018.

LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº.086/2017

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial/Registro de Preço que trata o Edital nº. 086/2017, levado a efeito às **08h00min** do dia **13/12/2017** sagrou-se vencedoras: a empresa **NIVALDO FERREIRA DE LAETHE-ME** - CNPJ nº 21.379.684/0001-54, no valor total de 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais). Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900. Aripuanã–MT, 18 de Dezembro de 2017.

Daniel Botoni

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 4º REPASSE DO TERMO DE FOMENTO 001/2017

DATA DE ASSINATURA: 31/07/2017
CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ/MT
PROPONENTE: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARIPUANÃ –APAE, CNPJ Nº 05.944.126/0001-38
OBJETO DA PARCERIA: MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL AS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS DO MUNICIPIO DE ARIPUANÃ
VALOR TOTAL DO REPASSE: R$ 150.000,00
VIGENCIA: 01/08/2017 A 31/01/2018

DADO FINANCEIRO
TOTAL DE PARCELA: 06
REPASSE: 4ª PARCELA
VALOR REPASSADO: R$ 25.000,00
DATA DO REPASSE: 23/11/2017
EMPENHO GLOBAL Nº 6143/2017
NOTA DE LIQUIDAÇÃO Nº 11907
ORDEM DE PAGAMENTO: Nº 11643

PRESTAÇÃO DE CONTAS
PERIODO ANALISADO: 4º REPASSE_NOVEMBRO/2017

Prestação de Contas Termo de fomento nº 01/2017				
Valor total do repasse	**Valor da parcela**	**Numero do empenho**	**Data do pagamento**	**nº parcela**
R$ 150,000	25,000	6143/2017	23/11/20117	004/006

Despesa realizada no período		
Categoria da despesa	**Especificações**	**Valor**
Profissionais	Professores e motorista	18.028,00
Alimentação	Supermercado Lopes	1.100,00
Combustível	Posto Irmãos Krupinski	1.566,40
Material de Limpeza	D. Rossetto	700,00
Tarifa bancaria Total	Manutenção da conta e extratos bancários	91,00
	Totais 21.485,40	

SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Data do repasse	**23/11/2017**
Data legal da prestação de contas	23/12/2017
Data entregue ao Comitê de Monitoramento e Avaliação	12/12/2017
Dias de atrasos	00
Situação	Tempestiva
Resultado conclusivo da Controladoria	Regular com Ressalva, em 15/12/2017
Manifestação do Prefeito	Aprovação com recomendação, em 18/12/2017

Aripuanã 18 de Dezembro de 2017.

DENEVAL RODRIGUES DA SILVA
SECRETARIA DE FINANÇAS

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 236/2017

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: PAULO GIOVANI COSTA MEI; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MECÂNICO DOS VEÍCULOS PERTENCENTES A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA; DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 037/2017; VALOR GLOBAL R$ 14.085,00; VIGENCIA: 15/12/2017 À 14/02/2018.

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 087/2017

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 086/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **NIVALDO FERREIRA DE LAETHE-ME** inscrita no **CNPJ Nº. 21.379.684/0001-54** com sede na Est. Lote 102, Gleba 08 – Setor Espigão D'Oste s/nº. Bairro: Zona Rural, Estado de Rondônia - CEP Nº. 76.960-970 Telefone: (069) 3443-5140 representada pelo seu procurador **Srº. Gervano Vicent**, portador do **RG nº 377.972 SSP/RO** e **CPF nº 326.911.812-00,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da **Lei Federal nº. 10.520/2002, na Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, no Decreto Municipal nº. 1.392/2008, Decreto Federal nº 7.892/2013, nº 8.250/2014, nº. 8.538/2015 e subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666/93 e com suas alterações posteriores**, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DOS OBJETOS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a marca, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	692345	MUDA DE CAFE - ESPECIE COFFEA CANEPHORA, VARIEDADE ROBUSTA, COM TRES PARES DE FOLHAS, COM REGISTRO NO RENASEM.	UNID.	25.0000	0,98	245.000,00
2	692346	MUDA DE CAFE - ESPECIE COFFEA CANEPHORA, VARIEDADE ROBUSTA, COM UM PAR DE FOLHAS, COM REGISTRO NO RENASEM	UNID.	250.000	0,18	45.000,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital, no Termo de Referência e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

III – É permitida a sucontratação PARCIAL do objeto desta Ata, hipótese em que a CONTRATADA está obrigada a celebrar Contrato com inteira e exclusiva responsabilidade.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 18 de Dezembro de 2017.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

NIVALDO FERREIRA DE LAETHE-ME

CNPJ (MF) Nº. 21.379.684/0001-54

Gervano Vicent

CPF 326.911.812-00

Procurador

Testemunhas:

Lindalva Cruz Cabral Luciene Souza da Silva

CPF Nº 605.888.531-00 CPF Nº 978.869.121-87

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO PUBLICAÇAO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº: 022/2016

Pregão Presencial N.º 24/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72

Contratados: FISSLEX – SISTEMA DE GESTÃO PUBLICA LTDA - EPP inscrita no CGC/CNPJ MF sob o nº 16.890.572/0001-23

OBJETO; O presente Termo Aditivo tem por objeto, de SUPRIMIR o valor de R$ 24.519,06 (Vinte e Quatro Mil, Quinhentos e Dezenove Reais e Seis Centavos) , do Contrato original para o valor de R$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), a supressão se faz necessária haja vista que os serviços contratados tiveram uma queda na arrecadação obrigando a gestão a economizar os gastos para funcionamento da |Administração, o que corresponde a redução aproximadamente de 38,82% do valor contratado, ficando portanto o valor de **R$ 75,000,00** (Setenta Cinco Mil Reais) global para execução dos serviços e sua formalização em decorrência da Contratação Empresa do ramo de Tecnologia da Informação para fornecimento de licenciamento de Software de Sistema Integrado de Gestão, Organização e Controle de Sistema Informatizado de Arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), inclusivo com a prestação dos serviços de instalação, configuração, conversão da Base de Dados e Treinamento dos servidores públicos, e manutenção mensal..

Item	Descrição dos Sistemas	QUAN.	VL. ANT	VL DA ATUAL SUPRESSAO	VLR. TOTAL
02	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, ORGANIZAÇÃO E CONTROLE DE SISTEMA INFORMATIZADO DE ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISSQN)	5 meses	R$ 24.519,06	R$ 15.000,00	R$ 75.000,00
TOTAL GERAL					**R$ 75.000,00**

DO PRAZO – O presente Termo Aditivo formaliza-se em decorrência de sua Prorrogação por mais 3 (Tres) meses, sendo de **31/12/2017 à 31/03/2018**

Responsável Jurídico: ANTONIO CARLOS RUFINO DE SOUZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

PORTARIA Nº 13.220 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2.017.

“Dispõe sobre nomeação para o cargo comissionado que menciona.”

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Nomear, a partir de 14 de dezembro de 2017, para exercer em comissão, o cargo de Coordenador de Urbanismo e Paisagismo (DAS-2), junto à Secretaria Municipal de Urbanização e Paisagismo, a Sra. **RAYSSA CRISTINA TAVARES BORGES**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 15 de dezembro de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.219 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2.017.

“Dispõe sobre nomeação para o cargo comissionado que menciona.”

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Nomear, a partir de 24 de novembro de 2017, para exercer em comissão, o cargo de Diretor de Divisão de Tecnologia de Informação (DAS-1), junto à Secretaria Municipal de Administração, o Sr. **THAYNAN MAGALHÃES SOARES**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT,15 de dezembro de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

DESPACHO

DESPACHO

Considerando o objetivo do Município de Barra do Garças em realizar procedimento licitatório na modalidade cabível, tendo como objeto: DELEGAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO PÚBLICO DE PASSAGEIROS MEDIANTE REGIME DE CONCESSÃO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS/MT, nos padrões abaixo:

DAS LINHAS.

As linhas serão operadas da seguinte forma:

a) A concessionária terá exclusividade naquelas operadas com origem e destino na sua respectiva área de concessão, inclusive quando estas adentrarem em outra área ou na área central; assim como naquelas ligando a sua área de concessão e a área central;

b) A concessionária poderá propor, para prévia aprovação do órgão regulador, alterações nas linhas ou condições de prestação dos serviços;

c) A população, em geral, e os usuários deverão ser informados de qualquer modificação nas linhas ou na forma de prestação dos serviços com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

d) A concessionária poderá prestar serviços complementares no subsistema estrutural da sua respectiva área de concessão.

e) As garagens da concessionária deverão estar localizadas no perímetro de sua área de concessão e deverão atender as normas estipuladas por Lei, principalmente no que diz respeito ao Meio Ambiente, tendo um prazo de 12 meses, a partir da assinatura do contrato, para se adequar dentro dos parâmetros legais exigidos.

DOS VEÍCULOS

A descrição técnica dos padrões tecnológicos, ambientais e de acessibilidade da frota de veículos e suas associações com os tipos específicos de linhas estão descritos no Termo de Referência, além do dever da concessionária de atendimento ao previsto nas legislações sobre o assunto;

A frota que iniciará a operação deverá vir equipada com os itens exigidos no Termo de Referência;

A frota que vier a ser adquirida após a assinatura do contrato, além de seguir obrigatoriamente as condições deste edital, termo de referência e contrato, não poderá ter a idade superior a 05 (cinco) anos de uso, contados, a partir da data de fabricação do veículo.

A concessionária deverá disponibilizar pelo menos 02 (dois) veículos adaptados para acesso de pessoa portadora de deficiência em até um ano, contados da data da emissão da ordem para início dos serviços.

A frota vinculada à prestação dos serviços durante a execução do objeto do contrato deverá ter idade média permitida neste edital, na data de assinatura do contrato, devendo, obrigatoriamente, no decorrer da concessão, ser substituída, quando os veículos da frota alcançarem a idade de 05 anos. O tempo de vida útil, estabelecido neste item será contado a partir da data de fabricação constante do documento do veículo;

A concessionária deverá disponibilizar veículos em excelente estado de uso, dentro da idade prevista e de acordo com as especificações próprias para os serviços prestados em cada linha, de acordo com o exigido no edital, termo de referência e contrato, em todas as substituições de veículos.

A concessionária deverá manter sempre o número de veículos exigidos pelo Poder Concedente, em circulação, devendo, em caso de impossibilidade de circulação de seus veículos, providenciar, por sua conta e risco, veículo substituto equivalente ao substituído, que atenda a demanda de passageiros e forneça uma prestação adequada aos usuários.

A concessionária se obriga a manter e a aumentar a frota quando do aumento de demanda, para que possa atender a demanda de passageiros e forneça uma prestação adequada aos usuários.

OUTROS

A concessionária deverá apresentar todos os registros obrigatórios, nos órgãos competentes, para a prestação do serviço de transporte público, além da documentação exigida pelo Município para cadastramento.

A concessionária deverá cumprir as determinações do Poder Concedente para atendimento de Operações Especiais.

Define-se Operações Especiais o atendimento a eventos pré-programados, tais como: “Operação Carnaval” e outros eventos de grande vulto, principalmente os eventos de grande proporção programados pela Concedente;

A concessionária deverá ter como prioridade na contratação de sua mão de obra os cobradores e motoristas hoje empregados no sistema, desde que estes atendam as exigências técnicas da concessionária;

Concessão de serviço público de transporte coletivo mediante licitação, através da modalidade de concorrência. A referida concessão será pelo prazo de 15 (quinze) anos;

Todos os veículos, equipamentos e instalações necessários à operação do serviço deverão ser registrados na Secretaria Municipal de Transportes Públicos e Obras e ter seus registros atualizados sempre que ocorrerem alterações, de acordo com as características e especificações fixadas no contrato e normas complementares, estando sujeitos à vistoria prévia e periódica;

Só poderão ser licenciados para o Serviço de Transporte Público de passageiros, veículos apropriados às características das vias públicas do Município e que satisfaçam as especificações, normas e padrões técnicos estabelecidos pelo poder concedente e demais órgãos competentes.

Os veículos que, a critério do Poder Concedente, não mais apresentarem condições de atender aos serviços terão seus registros cancelados e deverão ser imediatamente retirados da operação e substituídos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data de notificação à concessionária.

A manutenção e o abastecimento dos veículos deverão ser feitos em local adequado, não sendo admitida, sob qualquer pretexto, a presença de passageiros em seu interior.

A substituição do veículo deverá ser procedida até o final do ano de vencimento de sua vida útil estipulada pelo edital de licitação e contrato, por outro veículo que atenda a idade e especificações constantes dos documentos mencionados.

As concessionárias deverão retirar de circulação, para manutenção, os veículos cujos defeitos comprometam a segurança dos usuários, dos operadores e de terceiros.

Em caso de acidentes que impeçam a circulação normal dos veículos, as concessionárias, depois, de reparadas as avarias e antes de colocar os veículos novamente em operação, deverão submetê-los à vistoria especial, como condição imprescindível para o seu retorno à operação.

Em caso de acidente que não apresente risco para a segurança dos usuários, dos operadores e de terceiros, o veículo, para atender à demanda, poderá operar, desde que a concessionária efetue o reparo no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos a contar da data do fato.

A Secretaria Municipal de Transportes Públicos e Obras emitirá Autorização de Tráfego para os veículos que estiverem aprovados na vistoria, para que os mesmos possam estar aptos a entrar em operação.

A Autorização de Tráfego é documento obrigatório que deverá permanecer no interior dos veículos em operação em local facilmente visível, juntamente com o selo de vistoria.

Os veículos a serem substituídos deverão ser encaminhados a Secretaria Municipal de Transportes Públicos e Obras, para baixa, com os lacres de roleta e Autorização de Tráfego, e sem padronização visual do Serviço Público de Transporte de Passageiros Urbano, exceto a pintura da carroceria.

A manutenção dos veículos e equipamentos vinculados à prestação do serviço é de exclusiva responsabilidade da concessionária e deverá ser efetuada obedecendo às instruções e recomendações dos fabricantes e às normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Transportes Públicos e Obras.

A garagem deverá apresentar instalações suficientes e de acordo com as normas de preservação do meio ambiente e estar provida de todos os equipamentos que forem necessários à operacionalização dos serviços, podendo, a critério do Poder Concedente, estipular um prazo para sua regularização.

As boas condições dos veículos da empresa vencedora, deverá ser comprovada anualmente, junto à concedente, através de Laudo de Vistoria fornecido pelo DETRANMG ou vistoria feita por oficina mecânica, na forma da Lei, Resoluções da ANTT e NBRs das ABNT e vistoria por servidor municipal competente para tal ato.

PRAZO CONCESSÃO.

O prazo da permissão será até 15 (quinze) anos, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município, mediante prévio acordo entre as partes, nos termos da Lei nº 3.787/2016, contados da data da assinatura do instrumento de Contrato de Concessão, sendo que todos os prazos constantes do contrato e anexos são contados em dias corridos e em sua contagem excluir-se-á o dia do inicio e incluir-se-á o dia do vencimento.

TRAJETO:

PONTOS DE ÔNIBUS DE BARRA DO GARÇAS-MT.

Rua Antônio Paulo Bilego

Rua Goiás (Sala Vip Xavante)

Rua Goiás (Esq. Tema Despachante)

Av. Gabriel Ferreira (Tele Barra)

Av. Gabriel Ferreira (Estádio Zeca Costa)

Av. Gabriel Ferreira (casa 1086)

Av. Gabriel Ferreira (BB Nova)

Rua 31 de Março (Escola São João Batista)

Rua 31 de Março (Drogaria Ativa - Ida e Volta)

Rua 31 de Março (Aqui e Agora -Ida e Volta)

Rua Ana Claudia (Colégio Maria Nazaré, Mercado Dias, APAE)

Rua Arnaldo Martins (Boteco Com Área)

Rua Arnaldo Martins (Boteco)

Rua C (Casa 14) COHAB

Rua C (casa 13) COHAB

Rua do Bônus (Mercado Lima)

Rua Ana Lira (Dep. de Gás ao Lado do Bônus)

Rua 42 (panificadora Quitandela Mineira)

Rua 42 (Bar Nossa Senhora da Guia)

Rua 42 (Praça Pasquale)

Rua Mato Grosso (Esq. com Gaspar Dutra)

BAIRRO BOSQUE SAUDADE

Rua Diamante Esquina Rua Dalva Galvão

Rua Diamante Esquina com Presidente Vargas

BAIRRO NOVA BARRA

Rua Diamante (casa 05)

Rua Diamante Esquina Av Brasil

Rua Diamante Qd 385 lote 1

Rua Diamante Esquina Av Amazonas

Av Amazonas (Academia Apocalipse)

Rua Santa Cecília (tem Dois Pontos)

Rua Nossa Senhora Aparecida (Lan House)

Rua Nossa Senhora Aparecida (Proximo Esquina)

Rua Casa Andreia (Creche)

Rua (Capela Imaculada)

Rua (Conceição)

Rua - Esquina com Presidente Vargas

Rua Major Otavio Esquina Delvita Galvão

Rua - Em Frente Portão Coca Cola

CENTRO

Av. Ministro João Alberto

Autonorte

Draceninha

Igreja Universal

Casas Bahia

Banco Itaú

Av. Senador Valdon Varjão

Loja Havan

Jet Lubrificantes

Injediesel

Mercedes-Benz

Chevrolet (Ida e Volta)

Cerenge (Ida e Volta)

Ciretran (Ida e Volta)

Rotatória Café Viola (Ida e Volta)

Madeireira Palmares (Ida e Volta)

UFMT Dois pontos

Auto Posto Boa Viagem

Saída Nova Xavantina em frente Dracenão

BR 158

Em Frente Fábrica de Carrocerias

Em Frente ao Viveiro de Mudas

Em Frente a Oficina 5ª Roda

JARDIM PALMARES

Rua 21 em Frente a Mercearia Vitor

AV do Palmares Nº 473

Mercearia Big Compras

NOVO HORIZONTE

Rua Laurentino Joaquim Nº 603

Rua Laurentino Entrada Motel Vem Comigo

BAIRRO SÃO JOSE

Rua topázio Ponto Esquina Cristovão de Jesus

Escola Dona Dilce Farias

Rua Devilta Galvão Nº17 -Ida e Volta

Entrada BR 070 em Frente Recapagem Carajás

RUA MOREIRA CABRAL

Em Frente Escritório Garçastur

Antiga Carpintaria Nacional

AVENIDA INDEPENDENCIA

Panificadora Maranata

Assembleia de Deus Madureira

Escola Coopema -Ida e Volta

Oficina de Ar Condicionado - Ida e V**olta**

PIRACEMA

Escola Norberto Schantes - Ida e Volta

Quitanda da Vovó -Ida e Volta

Em Direção Ao Fórum de Barra do Garças-MT

Rua Francisco Lira em Frente ao Verdurão - Ida e Volta

Mercado Verdão -Ida e Volta

Batalhão PM -Ida e Volta

Em Frente ao Fórum

SENA MARQUES

Em Direção ao Cemitério Parque dos Ipês (03 Pontos)

Bifurcação Univar-Catedhal

Esquina da Av. Dupla de Acesso para Cathedral

OURO FINO

Vila Olímpica - Ida e Volta

Colégio Arlinda Gomes - Ida e Volta

Assembleia de Deus Ouro Fino - Ida e Volta

Principal Dupla - Dois Pontos

Rua 31 - 03 Pontos/Wilmar Perez

Rua 14 - 03 Pontos/ Wilmar Perez

Bar do Barufão

VILA MARIA

Rua Elias Galvão (Bar Silva)

Av. Brasília (Mercearia Real -Ida e Volta)

Rua B - 03 Pontos

Av. Amazonas - 01 Ponto

Rua D - 01 Ponto

Rua Laura Vicunha - 01 Ponto

Rua F Em Frente ao Colégio XANE

Av. Brasília - 02 Pontos

AGUAS QUENTES

Rua Presidente Vargas (CECAP-Escola Cristino Cortes)

Em Frente a Praça da MAtriz Santo Antonio

Em frente ao Feijão Mogiano

Pousada Sol de Verão (Ida e Volta)

Mendonça - Pizzaria Alemoa- Jardim Mangueira (Ida e Volta)

Rotatória Pronto Socorro -Ida e Volta

BNH

Av. Amazonas -06 Pontos (Ida e Volta)

BAIRRO ANCHIEITA

Rua 01 - 4 Pontos

Rua 16 4 Pontos

Av. Águas Quentes Condomínio (Ida e Volta)

Av. Águas Quentes Clube Juventude (Ida e Volta)

Av. Águas Quente Entrada Balsa (Ida e Volta)

Av. Águas Quente (Em Frente Clube Águas Quente)

Av. Amazonas - Entrada Bairro Recanto Acácias

Av. Amazonas em Frente ao Bar.

OBSERVAÇÕES:

Outros pontos, mesmo não relacionados ou que vierem a ser posteriormente estabelecidos.

A Prefeitura Municipal de Barra do Garças orientará qual será o local a ser instalado os pontos de ônibus. Em caso de novos loteamentos serem construídos no Município a empresa terá a responsabilidade de atender o bairro conforme solicitação da Prefeitura.

-Horários:

segunda-feira à sexta-feira:

início: 5h30

término: 21h30

sábados:

início: 7h00

término: 21h00

Domingos: (Apenas uma linha, a empresa poderá optar)

início: 7h000

término: 21h00

- Tipo de Veículos: Veículo/ônibus, capacidade mínima 21 lugares. Novo ou idade média inferior a 05 (cinco) anos de fabricação (Lei nº 3.787/2016). A empresa vencedora deverá na assinatura do contrato, apresentar laudo de vistoria do Detran, Inmetro e passar por vistoria nos órgãos competentes do Município.

Durante o período de concessão, os veículos que ultrapassarem este prazo máximo de 05 (cinco) anos de fabricação, deverão ser substituídos por outros mais novos, com as mesmas características.

Todo estudante perante apresentação da carteirinha terá direito a 50% (cinqüenta por cento) de desconto no passe.

A empresa vencedora deverá fornecer pelo menos 02 microônibus/ônibus com acessibilidade ou um veículo específico adaptado para passageiros com deficiência física.

Em caso da empresa que atualmente presta o serviço de transporte coletivo público de passageiros, por ocasião de participação do procedimento licitatório e **não** sagrar vencedora do certame licitatório **deverá** suspender **imediatamente** a venda de créditos na modalidade cartão do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, cessando as atividades de transporte coletivo público de passageiros respeitado prazo mínimo e máximo de 90 (noventa) dias e ressarcir eventuais usuários que tenha adquirido créditos para o transporte público em prazo superior a 90 (noventa) dias, sob pena de multa e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87, II e IV da Lei nº 8.6666/1993, respectivamente.

Prazo da Concessão	Valor receita estimada no prazo de 01 ano	Valor receita estimada no prazo de 15 anos
15 anos	R$ 540.000,00	R$ 8.100.000.000,00

Tendo em vista, a previsão na Lei que dispõe sobre regime de concessão para prestação de serviços públicos.

Publique-se e afixe-se na íntegra este despacho, no local de costume do paço municipal, para que produza seus legais efeitos.

Cumpra-se.

Atenciosamente,

_____

Eduardo dos Santos Manciolli

Secretário-Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 335/2017

PORTARIA N.º 335/2017

“Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Nadia Micheli Bindandi”.**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Prorrogar o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Nadia Micheli Bindandi,** portadora do CPF nº. 003.906.951-65, *efetiva no cargo de Professora Licenciada em História, lotada na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 08/12/2017 a 10/02/2018, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 014/2016.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos, desde 08/12/2017.*

Registre-se, publique e cumpra-se.

Cáceres - MT, 15 de dezembro de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 15.12.2017

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 341/2017

PORTARIA N.º 341/2017

“Dispõe sobre a Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor do Senhor **Agberto Ralfo Guimarães**”.

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Conceder o benefício de Auxílio Doença ao servidor* **Agberto Ralfo Guimarães**, portador do CPF nº. 009.960.011-07, *efetivo no cargo de Técnico em Radiologia, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 06/01/2018 a 05/02/2018, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 116/2017.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos, a partir de 06/01/2018.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 15 de Dezembro de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 15.12 .2017

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 333/2017

PORTARIA N.º 333/2017

“Dispõe sobre Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Glaucineide de Gois Azevedo”.**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Conceder o benefício de Auxílio Doença a servidora***Glaucineide de Gois Azevedo,** portadora do CPF nº. 429.388.801-20, *efetiva no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 04/12/2017 a 31/01/2018, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 064/2012.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos a partir de 04/12/2017.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 15 de Dezembro de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 15.12.2017

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 323/2017

PORTARIA N.º 323/2017

“Dispõe sobre Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Ellys de Amorim Teotonio”.**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Conceder o benefício de Auxílio Doença a servidora* **Ellys de Amorim Teotonio,** portadora do CPF nº. 615.859.631-00, *efetiva no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 22/12/2017 a 03/02/2018, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 107/2017.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos a partir de 22/12/2017.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 15 de Dezembro de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 15.12.2017

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 337/2017

PORTARIA N.º 337/2017

"Dispõe sobre Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Aurestina Rodrigues Ribeiro".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Conceder o benefício de Auxílio Doença a servidora* **Aurestina Rodrigues Ribeiro,** portadora do CPF nº. 303.865.781-68, *efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 22/12/2017 a 31/12/2017, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 109/2017.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos a partir de 22/12/2017.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 15 de Dezembro de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 15.12.2017

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 324/2017

PORTARIA N.º 324/2017

"Dispõe sobre Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Liane de Souza Cruz".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Conceder o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Liane de Souza Cruz,** portadora do CPF nº. 764.373.291-49, *efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 24/12/2017 a 22/02/2018, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 027/2017.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos, a partir de 24/12/2017.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 15 de dezembro de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 15.12.2017

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 329/2017

PORTARIA N.º 329/2017

"Dispõe sobre Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Maria Lucia Alves da Silva".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Conceder o benefício de Auxílio Doença a servidora* **Maria Lucia Alves da Silva,** portadora do CPF nº. 514.437.831-53, *efetiva no cargo de Atendente de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 03/01/2018 a 04/03/2018, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 115/2017.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos a partir de 03/01/2018.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 15 de Dezembro de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 15.12.2017

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 325/2017

PORTARIA N.º 325/2017

"Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Nilma Regina Martins".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença a servidora* **Nilma Regina Martins,** portador do CPF nº. 889.125.231-04**,** *efetiva no cargo de auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 03/12/2017 a 27/05/2018, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 060/2017.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos a partir de 03/12/2017.*

Registre-se, publique e cumpra-se.

Cáceres - MT, 15 de Dezembro de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 15.12.2017

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 326/2017

PORTARIA N.º 326/2017

"Dispõe sobre Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Mirtes Edenia do Prado".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Conceder benefício de Auxílio Doença à servidora* **Mirtes Edenia do Prado,** portadora do CPF nº. 362.282.651-72, *efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 15/11/2017 a 15/12/2017, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 010/2016.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 15/11/2017.*

Registre-se, publique e cumpra-se.

Cáceres - MT, 15 de Dezembro de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 15.12.2017

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 327/2017

PORTARIA N.º 327/2017

"Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor do Senhor **José Márcio Miranda Minervini**".

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Prorrogar o benefício de Auxílio Doença ao servidor* **José Márcio Miranda Minervini**, portador do CPF nº. 274.529.211-00, *efetivo no cargo de Professor Licenciado em Pedagogia, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 23/11/2017 a 31/12/2017, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 038/2016.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos, desde 23/11/2017.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 15 de dezembro de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 15.12.2017

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 29 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Regulamenta o Processo de Eleição das Entidades representantes da Sociedade Civil para compor o Conselho Municipal de Assistência Social de Cáceres/MT, Biênio 2018/2020.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 1.308 de 21/11/1995 alterada pela Lei nº. 2.206 de 26/11/2009, diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Ordinária do dia 12 de Dezembro de 2017, com registro em Ata nº. 246 e,

Considerando o disposto na Lei Municipal nº. 2.206, o Regimento Interno CMAS e a Decisão Plenária em Reunião Ordinária do dia 12 de Dezembro de 2017 que instituiu aComissão Eleitoral para o Processo de Eleição das Entidades representantes da Sociedade Civil para compor o Conselho Municipal de Assistência Social de Cáceres/MT, Biênio 2018/2020 através da Resolução CMAS nº 28/2017,

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar o Regulamento do Processo de Eleição das Entidades representantes da Sociedade Civil para compor o Conselho Municipal de Assistência Social de Cáceres/MT, Biênio 2018/2020.

Das Inscrições

Art. 2° - O registro de candidaturas dos segmentos da Sociedade Civil, e credenciamento de seus representantes para votação na Assembleia, serão feitos no período de 02 a 09 de janeiro de 2018, no horário das 07h:30min às 11h:30min e das 13h:30min ás 17h:30min, junto à Casa dos Conselhos de Assistência Social, situada na Rua das Turquesas, n.º 133, Bairro Vila Mariana, Cáceres/MT (aos fundos do novo Juba Supermercados).

Parágrafo Único - Não será admitida nenhuma inscrição fora do período determinado no caput deste artigo.

Art. 3° - As inscrições das candidaturas serão aceitas mediante requerimento endereçado ao CMAS, acompanhado dos seguintes documentos:

I - Requerimento devidamente assinado pelo representante do Segmento ou representante legal, conforme Anexo 1;

II - Ofício assinado pelo representante do Segmento ou representante legal indicando os nomes dos representantes, titular e suplente, conforme Anexo 2;

III - Cópia da Carteira de Identidade e CPF dos representantes, titular e suplente, que serão indicados;

IV - Cópia da ata da eleição da atual diretoria no caso de entidades de assistência social;

V - Documento constitutivo e cópia da ata da eleição da atual diretoria no caso de representantes de trabalhadores,

VI - Documento constitutivo ou declaratório no caso de representante de usuários.

Parágrafo 1º. - Será admitida a inscrição por procuração;

Parágrafo 2º. - Os representantes da sociedade civil com dois mandatos consecutivos no CMAS ficam impedidos de serem indicados como representantes para o biênio 2018-2020, podendo apenas se credenciar como votantes.

Da Composição

Art. 4° - A eleição da Sociedade Civil considerará os segmentos representativos atendendo os seguintes critérios no tocante a composição do Conselho:

I - 02 (dois) representantes de Usuários e Organizações de Usuários;

II - 02 (dois) representantes de Entidades de Assistência Social;

III - 02 (dois) representantes de Trabalhadores do SUAS;

Art. 5° - Para fins de inscrição das candidaturas, entendem-se como representantes:

I - Usuários: Pessoas vinculadas aos projetos, serviços e benefícios socioassistênciais, organizados sob a forma de associações, movimentos sociais, fóruns ou outros grupos organizados sob diferentes formas de constituição jurídica ou social de âmbito municipal e, **Organizações de Usuários:** Aquelas juridicamente constituídas, que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos a defesa dos direitos de indivíduos e grupos vinculados à Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

II - Entidades de Assistência Social: Todas as que estejam regularmente inscritas no CMAS, caracterizadas como de atendimento, assessoramento ou defesa de direitos;

III - Trabalhadores do SUAS: Organizações representativas de trabalhadores da área da Assistência Social, associações de trabalhadores, sindicatos, federações, centrais sindicais, conselhos de profissões regulamentadas que organizam, defendem ou representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social.

Parágrafo Único - Todos os segmentos devem apresentar a documentação básica prevista no art. 3º, em perfeita ordem, de acordo com o edital público que será divulgado no Diário Oficial do Município, e cada segmento deverão obedecer as seguintes especificidades:

I - Somente poderão participar do processo de escolha as entidades de assistência social inscritas no CMAS, até o dia 31 de Dezembro de 2017;

II - Somente poderão participar do processo de escolha os representantes de Usuários e Organização de Usuários, que apresentarem documento hábil de modo a identificá-lo nessa categoria: documentos constitutivos ou declaratórios registrados em cartório, bem como em caso de usuários vinculados aos projetos, serviços e benefícios socioassistênciais serão aceitas declarações emitidas pelo representante do projeto, serviço ou benefício no território. (Ex: usuários do CRAS - declaração do Coordenador ou responsável);

III - Somente poderão participar do processo de escolha os trabalhadores do SUAS que apresentarem documento constitutivo.

Da Habilitação e dos Recursos

Art. 6° - A Secretária Executiva do CMAS autuará as fichas de inscrição e encaminhará para a Comissão Eleitoral os documentos anexados ao requerimento de inscrição.

Art. 7° - Terminado o prazo de inscrição, as entidades que se candidatarem tomarão conhecimento de sua habilitação através de edital a ser fixado na sede da Casa dos Conselhos de Assistência Social, no dia 11 de janeiro de 2018.

Parágrafo 1º. - Da decisão que indeferir o requerimento da inscrição, caberá recurso dirigido à Comissão Eleitoral da Eleição, no prazo de 24 horas.

Parágrafo 2º - O resultado da análise de recursos interpostos perante a Comissão Organizadora da Eleição será divulgado no dia 16 de janeiro de 2018 em edital a ser fixado na sede da Casa dos Conselhos de Assistência Social.

Da Eleição

Art. 8º - A eleição se realizará no dia 18 de janeiro de 2018, no período das 13h30min às 15h30min, nas dependências da Casa dos Conselhos de Assistência Social.

Art. 9º - Participarão do processo de votação e apuração em Assembleia Geral, os segmentos habilitados para concorrer e os devidamente credenciados para votar.

Parágrafo 1º - Serão votados os segmentos e não seus representantes.

Parágrafo 2º - Somente poderá votar em Assembleia Geral mediante a apresentação de documento de identificação pessoal oficial com foto na mesa de votação:

I - O Representante indicado pelo segmento junto à Comissão Organizadora, nos termos do art. 2º. deste regulamento, ou

II - O Representante Legal;

Art. 10 - A Assembleia não obedecerá a quórum mínimo, sendo que o processo de votação e apuração acontecerá com qualquer número de participantes, considerando o número de representação na composição.

Art. 11 - No local de votação serão afixadas duas listas contendo:

I - Nome dos segmentos habilitados como candidatos;

II - Nome dos credenciados para votar, em cada segmento;

Art. 12 - Será solicitado ao Ministério Público a indicação de um representante, para que fiscalize o processo eleitoral junto com o CMAS.

Art. 13 - As cédulas eleitorais serão confeccionadas e aprovadas previamente pela Comissão Eleitoral.

Art. 14 - O voto será secreto e depositado em urna destinada exclusivamente para este fim.

Art. 15 - As cédulas de votação listarão todas as entidades habilitadas ao pleito de acordo com os segmentos estabelecidos no art. 5º deste regulamento.

Parágrafo 1° - Cada cédula de votação será rubricada pelos membros da Comissão Organizadora.

Parágrafo 2° - Os segmentos serão relacionados na cédula por ordem Alfabética;

Parágrafo 3° - Os representantes credenciados dos usuários, entidades de assistência social e trabalhadores do SUAS poderão votar em até 02 (dois) representantes de cada segmento;

Parágrafo 4° - Cada vez que o nome da entidade for indicado em uma das cédulas de votação será computado como um único voto.

Art. 16 - Serão consideradas nulas as cédulas:

I - Que contenham o voto em número maior de segmentos, do que as determinadas no art. 15 § 3°;

II - Que não correspondam ao modelo oficial;

III - Que não estiverem devidamente rubricadas pela comissão eleitoral;

IV - Que estiverem em branco;

V - Quando a assinalação estiver colocada fora do quadrilátero próprio, desde que torne duvidosa a manifestação de vontade do eleitor.

Art. 17 - A apuração será realizada pela Comissão Eleitoral.

Parágrafo Único - Os votos serão lançados no Mapa de Apuração, confeccionado para este fim e totalizados no mesmo, com a rubrica dos membros da Comissão Eleitoral.

Art. 18 - Totalizados os votos, aqueles que obtiverem o maior número de acordo com seu segmento, serão proclamados para compor o Conselho para o biênio de 2018/2020.

Parágrafo 1º - Caso um segmento não apresente candidatos suficientes para compor o número de vagas destinadas ao segmento, cabe a Comissão Eleitoral proceder à readequação das vagas para garantir a composição do Conselho.

Parágrafo 2º - Em caso de empate será considerada eleita a entidade, o representante dos trabalhadores do SUAS com fundação mais antiga, não sendo possível a verificação ou no caso de representantes de usuários será considerado eleito o candidato mais idoso, persistindo o empate, o desempate será feito por sorteio.

Parágrafo 3º - Os Segmentos serão relacionados em ordem decrescente do número de votos obtidos.

Parágrafo 4º - Os Segmentos que não forem votados entre os primeiros que comporão o Conselho, permanecerão listados por ordem do número de votos e serão chamadas a compor o Conselho no caso de vacância dentro desta ordem.

Art. 19 - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Comissão Eleitoral, cujas deliberações obedecerão ao critério de maioria simples.

Art. 20 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres, 12 de Dezembro de 2017.

Fernanda de Almeida Gonçalves Oliveira

Coordenadora da Comissão Eleitoral

ANEXO 1 - REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO

Senhora Coordenadora da Comissão Eleitoral para o Processo de Eleição das Entidades representantes da Sociedade Civil para compor o Conselho Municipal de Assistência Social de Cáceres/MT, Biênio 2018/2020, pelo presente venho requerer HABILITAÇÃO AO PROCESSO ELEITORAL da entidade/organização, abaixo identificado:

Entidade/Organização:

_____

Presidente:

_____

_

CNPJ: _____

Endereço:

_____

___

Telefone: ( ) _____ Fax: ( )_____

Endereço eletrônico: _____

Nome do representante: _____

CPF: _____ RG: _____

Vínculo com entidade/organização: OUTRO

Presidente / Vice-presidente / Conselheiro/tesoureiro/outro

Habilitação: *Campos com preenchimento obrigatório e deve ser assinalada apenas uma alternativa na identificação da condição e segmento.

*Condição *Segmento

( ) Representantes e Organizações de Usuários

( ) Representantes de Entidades e Organizações de Assistência Social

( ) Representantes de Organizações e Entidades de Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social

_____

(Assinatura do (a) Presidente ou seu Representante legal)

Cáceres, ____/____/_____.

ANEXO 2 – MODELO DE OFÍCIO DE INDICAÇÃO

TIMBRE DA ENTIDADE/ORGANIZAÇÃO

Ofício nº. xx Cáceres/MT, _____ de _____ de _____

À Coordenadora da Comissão Eleitoral para o Processo de Eleição das Entidades representantes da Sociedade Civil

Assunto: Encaminhamento

Senhora Coordenadora,

Ao cumprimentá-la, pelo presente venho indicar os nomes dos representantes abaixo identificado, da entidade/organização (nome da entidade/organização), para compor o Conselho Municipal de Assistência Social de Cáceres/MT, Biênio 2018/2020 (em anexo cópia do RG e CPF dos representantes):

Titular: Fulano de tal

Suplente: Fulano de tal

Atenciosamente,

Fulano de tal

Presidente ou Representante legal

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 28 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Cria a comissão para o Processo de Eleição das Entidades representantes da Sociedade Civil para compor o Conselho Municipal de Assistência Social de Cáceres/MT, Biênio 2018/2020.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 1.308 de 21/11/1995 alterada pela Lei nº. 2.206 de 26/11/2009, diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Ordinária do dia 12 de Dezembro de 2017, com registro em Ata nº. 246 e,

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social de Cáceres/MT é uma instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo de assistência social, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, conforme estabelece o art. 16 inciso IV da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS);

Considerando que compete ao Conselho Municipal de Assistência Social de Cáceres/MT entre outras, definir as prioridades e atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da Política de Assistência Social no âmbito municipal na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

Considerando o que dispõe o art. 11 da Resolução CNAS nº. 237/2006 que, a eleição da sociedade civil ocorrerá em foro próprio, coordenado pela sociedade civil e sob a supervisão do Ministério Público,

RESOLVE:

Art. 1º Criar a Comissão Eleitoral para o Processo de Eleição das Entidades representantes da Sociedade Civil para compor o Conselho Municipal de Assistência Social de Cáceres/MT, Biênio 2018/2020.

Art. 2º A Comissão Eleitoral será composta pela seguinte conselheira/os representantes do Executivo Municipal e Sociedade Civil:

1- Fernanda de Almeida Gonçalves Oliveira, representante da Secretaria Municipal de Administração;

2 – Jorge Emerson Dutra Pinho, representante da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer;

3 – Enézio Mariano da Costa, representante da Delegacia do Conselho Regional de Contabilidade – CRC/MT, em Cáceres;

4 –Evandro Alves Barbosa Filho, representante da Secretaria Municipal de Ação Social.

Parágrafo Único: Foi eleita como Coordenadora da Comissão Eleitoral a conselheira Fernanda de Almeida Gonçalves Oliveira.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres-MT, 12 de Dezembro de 2017.

Enézio Mariano da Costa

Presidente do CMAS

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 332/2017

PORTARIA N.º 332/2017

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Inês Maria Carneiro Geraldes Garcia".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Prorrogar o benefício de Auxílio Doença à servidora***Inês Maria Carneiro Geraldes Garcia,** portadora do CPF nº. 571.347.821-15, *efetiva no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, lotada na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 24/11/2017 a 31/12/2017, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 128/2014.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos, desde 24/11/2017.*

Registre-se, publique e cumpra-se.

Cáceres - MT, 15 de dezembro de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 15.12.2017

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 10 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova a nova redação do calendário das Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDDPI para o ano 2018.

O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDDPI, no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº 1.486 de 08 de Outubro de 1998 e diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Ordinária no dia 07 de Dezembro 2017, com registro na Ata nº. 87 resolve:

Art. 1º - Aprovar a nova redação do Calendário das reuniões Ordinárias do Conselho dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDDPI para o ano de 2018 às 9h00, conforme segue:

MÊS	DIA
JANEIRO	**04**
FEVEREIRO	**01**
MARÇO	**01**
ABRIL	**05**
MAIO	**03**
JUNHO	**07**
JULHO	**05**
AGOSTO	**02**
SETEMBRO	**06**
OUTUBRO	**04**
NOVEMBRO	**01**
DEZEMBRO	**06**

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 07 de Dezembro de 2017.

Sebastião de Paula Carvalho

Presidente do CMDDPI

PORTARIA Nº. 621 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o artigo 34, parágrafo I, da Lei Complementar nº.48/2003, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 20625, de 16 de maio de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a Portaria nº 162 de 14 de abril de 2016 que concedeu afastamento para estudos de Pós-Graduação em nível Doutorado, ao servidor **EDSON FLÁVIO SANTOS**, do cargo de Redator Oficial com Habilitação em Letras, lotado na Secretaria Municipal de Governo, sem ônus para esta Administração Pública Municipal, **pelo período de 20.12.2017 a 31.03.2018.**

Art. 2º Durante o período de afastamento não se contará o tempo de serviço para nenhum efeito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de dezembro de 2017.

MAIKON CARLOS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 18.12.2017

PORTARIA Nº. 618 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo Geral nº. 46815, de 14 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora **CIEILY LOPES FERREIRA**– Técnica em Contabilidade, para exercer a função de Chefe da Divisão de Cadastro e Controle Funcional na Secretaria de Administração, em substituição a titular **Marilu Santana De Carvalho Rodrigues** que se encontra em gozo de férias no período de 13 de dezembro de 2017 a 09 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura de Cáceres, 15 de dezembro de 2017.

MAIKON CARLOS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 15.12.17

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 342/2017

PORTARIA N.º 342/2017

"Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor do Senhor**Sergio Henrique Leite**".

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribui-

ções legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Prorrogar o benefício de Auxílio Doença ao servidor* **Sergio Henrique Leite**, portador do CPF nº. 171.124.941-68, *efetivo no cargo de Psicólogo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 27/11/2017 a 11/01/2018, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 093/2017.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos, desde 27/11/2017.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 15 de Dezembro de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 15.12 .2017

PORTARIA Nº 617 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 47027 de 15 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Designar a servidora **ANA LUIZA RODRIGUES**, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social, como responsável pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo:

Nº	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
190/17	MARTINS PEIXOTO & VIEGAS LTDA-ME	Registro de preços para aquisição de cestas de gêneros alimentícios para atendimento das famílias referenciadas pelas unidades da Secretaria Municipal de Ação Social.	08/12/17	12 meses

§ 1º A servidora acima designada deve acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Ação Social e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência da servidora responsável pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 15 de dezembro de 2017.

ELIANE BATISTA

Secretária Municipal de Ação Social

Afixado em: 15.12. 17.

PORTARIA Nº 613 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 46289 de 11 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor, **FLORENTINO JORGE DA COSTA OLIVEIRA** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, como responsável pelas fiscalizações e controle dos contratos relacionados abaixo.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
170/2017	PODIUM COMERCIO E ATACADISTA DE AUTOPEÇAS LTDA-ME	Contratação de empresa especializada em manutenção corretiva e preventiva, com fornecimento de peças genuínas, ou originais, ou similares com prazo de garantia de fábrica para veículos e motocicletas independente de marca, para atender a demanda do Poder Executivo Municipal.	09.11.17	12 meses
173/2017	D. M. DE BRITO-EPP	Contratação de empresa especializada em manutenção corretiva e preventiva, com fornecimento de peças genuínas, ou originais, ou similares com prazo de garantia de fábrica para veículos e motocicletas independente de marca, para atender a demanda do Poder Executivo Municipal.	14.11.17	12 meses
174/2017	RT DE RAMOS AUTO CENTER EIRELI-ME	Contratação de empresa especializada em manutenção corretiva e preventiva, com fornecimento de peças genuínas, ou originais, ou similares com prazo de garantia de fábrica para veículos e motocicletas independente de marca, para atender a demanda do Poder Executivo Municipal.	13.11.17	12 meses
186/2017	PAULO SERGIO DIAS-EPP	Contratação de empresa especializada em fornecimento de combustíveis (etanol, gasolina comum, óleo diesel comum, óleo diesel s10) para os veículos, máquinas e equipamentos que compõe a frota do Poder Executivo Municipal.	29.11.17	03 meses

§ 1º O servidor acima designado deve acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Saúde e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do senhor responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 14 de dezembro de 2017.

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA

Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 14.12.17.

PORTARIA Nº 619 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo Submetido ao Protocolo Geral sob nº 46939, de 14 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Designar a servidora **MARIA DA GLÓRIA DA SILVA** – Auxiliar de Serviços Gerais para exercer a função de Chefe da Divisão de Processos Licitatórios da Secretaria de Administração, em substituição a titular **Marileide Lopes Paraba Campos**, que se encontra em gozo de férias pelo período de 18 de dezembro de 2017 a 16 de janeiro de 2018.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 15 de dezembro de 2017.

MAIKON CARLOS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 15.12.2017.

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DO REQUERIMENTO DE LICENÇA JUNTO A SEMA

ASSESSORIA MUNICIPAL DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Extrato do Requerimento de Licença Junto a SEMA

Objeto: A Prefeitura Municipal de Cáceres, CNPJ 03.214.145/0001-83, torna público que requereu à Secretaria Estadual do Meio Ambiente-SEMA-MT Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI) da obra de pavimentação e drenagem nas Ruas M, Expedicionários e José Souto Faria – Zona Urbana do Município de Cáceres – MT.

Cáceres – MT, 18 de dezembro de 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 88-2017 REGISTRO DE PREÇO - MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretarias Municipal

Objeto: Registro de preço para futura e eventual **Aquisição de Veículos** novos para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Cáceres nas Secretarias de Governo, Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, Ação Social, SICMATUR, Fazenda, Secretária de Finanças, Agricultura, Planejamento, Saúde, Secretária de Obras e Serviços Urbanos e a Secretária de Educação, conforme descrição e quantitativos no Termo de Referência.

Realização: Dia 05 de janeiro de 2018 às 09:00 horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma **www.bll.org.br.**

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 18 de dezembro de 2017.

Débhora Belussi

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 596/2017

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 339/2017

PORTARIA N.º 339/2017

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Lucinete da Silva Marques ".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de* ***Auxílio Doença*** *à servidora* **Lucinete da Silva Marques,** portadora do CPF nº. 535.325.891-68, *efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 13/12/2017 a 14/01/2018, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 038/2013.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 13/12/2017.*

Registre-se, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 15 de dezembro de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 15.12.2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 92-2017

Interessada: Secretaria Municipal de Saúde.

Objeto: Registros de Preço para eventual e futura Aquisição de Medicamentos e Materiais Hospitalares para atender as necessidades das Unidades de Saúde do Município de Cáceres.

Realização: 10 de janeiro de 2018 às 09:00 horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma www.bll.org.br.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 18 de dezembro de 2017.

Cristiane Cebalho de Oliveira

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 596 2017

DECRETO Nº. 596, DE 22/11/2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2555/2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, Inciso I da Lei 4320 de 17 de março de 1964, mediante o Superávit financeiro no valor de R$227.225,82 distribuídos as seguintes dotações:

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1221 10.303.1013.2054.0000 MANUT. C/AS ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA 165.000,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATU F.R. Grupo: 3.42

02 12 02 FUNDO MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1220 08.244.1035.2114.0000 SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - PAC I E II 62.225,82

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 3.29

Art. 2º Os créditos referidos no artigo anterior serão cobertos com recursos do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2016.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIAPL DE CÁCERES-MT, 22 de novembro de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 343/2017

PORTARIA N.º 343/2017

"Dispõe sobre a concessão de Beneficio de Licença Maternidade em favor da senhora Camila da Silva Campos Teixeira".

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 7º, Inciso "XVIII", da Constituição Federal; Art. 26, § 2º da Lei Municipal Complementar n.º 62/2005, de 12 de dezembro de 2005.

Resolve,

***Art. 1º** Conceder o benefício de "Licença Maternidade" em favor da senhora **Camila da Silva Campos Teixeira,** portadora do CPF nº 925.396. 611-49, efetiva no cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria de Saúde, segurada deste regime de previdência, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 01/12/2017 a 30/03/2018, conforme o processo do PREVI CÁCERES nº 114/2017.*

***Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos, desde 01/12/2017.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 18 de Dezembro de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 18.12.2017

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 336/2017

PORTARIA N.º 336/2017

"Dispõe sobre Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Fernanda Trevisan".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º**Conceder o benefício de Auxílio Doença a servidoraFernanda Trevisan,** portadora do CPF nº. 001.729.571-84, *efetiva no cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 23/12/2017 a 22/01/2018, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 110/2017.*

***Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos a partir de 23/12/2017.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 15 de Dezembro de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 15.12.2017

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 338/2017

PORTARIA N.º 338/2017

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Maria Judilandia de Santana Ricaldes".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º**Prorrogar o benefício de Auxílio Doença a servidoraMaria Judilandia de Santana Ricaldes,** portadora do CPF nº. 469.147.731-49, *efetiva no cargo de Professora com Magistério e Licenciada em Biologia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 28/11/2017 a 28/12/2017, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 104/2017.*

***Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 28/11/2017.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 15 de Dezembro de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 15.12.2017

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 330/2017

PORTARIA N.º 330/2017

"Dispõe sobre Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Virginia dos Anjos Silva da Rocha".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º**Conceder o benefício de Auxílio Doença a servidoraVirginia dos Anjos Silva da Rocha,** portadora do CPF nº. 621.731.701-04, *efetiva no cargo de Professora Licenciada em Pedagogia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 17/11/2017 a 14/12/2017, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 012/2016.*

***Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 16/11/2017.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 15 de Dezembro de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 15.12.2017

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 328/2017

PORTARIA N.º 328/2017

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Aleida Maria de Moraes Ferreira".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Prorrogar o benefício de Auxílio Doença a servidora* **Aleida Maria de Moraes Ferreira,** portador do CPF nº. 771.354.401-10, *efetiva no cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 27/11/2017 a 15/01/2018, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 148/2014.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 27/11/2017.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 15 de dezembro de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 15.12.2017

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 331/2017

PORTARIA N.º 331/2017

"Dispõe sobre a Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor do Senhor **Augusto Mario Ribeiro da Silva**".

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Conceder o benefício de Auxílio Doença ao servidor* **Augusto Mario Ribeiro da Silva**, portador do CPF nº. 536.168.391-49, *efetivo no cargo de Guarda, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 20/12/2017 a 31/12/2017, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 113/2017.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos, a partir de 20/12/2017.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 15 de Dezembro de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 15.12 .2017

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 340/2017

PORTARIA N.º 340/2017

"Dispõe sobre a Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Antonia Miranda Vieira".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Conceder o benefício de Auxílio Doença a servidora* **Antonia Miranda Vieira,** portadora do CPF nº. 396.386.931-34, *efetiva no cargo de auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 23/12/2017 a 23/01/2018, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 009/2017.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos, a partir de 23/12/2017.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 15 de Dezembro de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 15.12.2017

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 334/2017

PORTARIA N.º 334/2017

"Dispõe sobre Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Evanice Rosalina Amancio Ribeiro".**

A Diretora Executiva do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Conceder o benefício de Auxílio Doença a servidora***Evanice Rosalina Amancio Ribeiro,** portadora do CPF nº. 340.267.701-68, *efetiva no cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 21/12/2017 a 19/02/2018, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 050/2014.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos a partir de 21/12/2017.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 15 de Dezembro de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Afixada em: 15.12.2017

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2017- PREGÃO ELETRÔNICO N°32/2017.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2017- PREGÃO ELETRÔNICO N°32/2017.

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PARA ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES PREVISTAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, E AS CONSTANTES DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, SUJEITANDO-SE AS PARTES ÀS NORMAS CONSTANTES DA LEI Nº. 10.520/2002; E SUBSIDIARIAMENTE PELA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES O SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL TORNA PÚBLICOS OS PREÇOS REGISTRADOS NA ATA ABAIXO DISCRIMINADA, BEM COMO AS RESPECTIVAS EMPRESAS DETENTORAS, CONFORME SEGUE:

ÓRGÃO GERENCIADOR: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL DE CÁCERES-MT.

OBJETO Pregão Eletrônico paracontratação de empresa especializada no fornecimento de **EQUIPAMENTOS PARA O BENEFICIAMENTO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS COLETADOS E RECEPCIONADOS PELO CENTRO DE TRIAGEM, PROVINDO DA COLETA SELETIVA**, visando atender às necessidades do Serviço de Saneamento Ambiental "ÁGUAS DO PANTANAL" de Cáceres-MT, contendo as especificações detalhadas no Termo de Referência, parte integrante do Edital (Anexo I).

CORRERÃO À CONTA DE RECURSOS PRÓPRIOS E VINCULADOS DO ORÇAMENTO VIGENTE, ALOCADO SOB A CLASSI FICAÇÃO FUNCIONAL:

ÓRGÃO/UNIDADE	FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS
18.001	17.122.1101.2211	4.4.90.52.00 3.3.90.30.00	100

RESOLVE REGISTRAR O PREÇO DA EMPRESA:

GARRA SC COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME INSCRITA NO CNPJ/MF Nº 17.247.878/0001-29 COM SEDE A RUA CINCO DE NOVEMBRO Nº 1195 SÃO JOSÉ –SC CEP: 88.102.403 REPRESENTADA NESTE ATO PELO SEU REPRESENTANTE LEGAL Sr. ERIC ALVES DE OLIVEIRA CARTEIRA DE IDENTIDADE N.º 174334 RS, CPF/MF N.º 074.247.059-89, PARA OS ITENS ABAIXO RELACIONADOS:

Empresa: **GARRA SC COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME**

CNPJ: 17.247.878**/0001-29**

Representante: ERIC ALVES DE OLIVEIRA

CPF: 074.247.059-89

RG: 174334 RS

Item	Qte	Und	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS	Marca	Preço Unit.	Preço Total
03	01	UN	A) PRENSA HIDRÁULICA ENFARDADEIRA PARA COMPACTAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE PAPEL, PLÁSTICOS, PET, PAPELÃO, LATAS DE ALUMÍNIO E OUTROS AFINS. FORÇA DE COMPACTAÇÃO 25 TONELADAS, COM SISTEMA DE SEGURANÇA NR10 E NR12. 220V TRIFÁSICO. ART- DO RESPONSÁVEL TÉCNICO. GARANTIA DO FABRICANTE DE 12 MESES	**DETROIT**	**R$ 31. 800,00**	**R$ 31. 800,00**
04	01	UN	A) ESTEIRA COMPLETA PARA TRIAGEM E TRANSPORTE CONTÍNUA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, COMPRIMENTO 10 METROS, CORREIA DE 2 LONAS COM BORRACHA RESISTENTE, MOTOR 5CV, ABAS LATERAIS PARA EVITAR QUEDA DE MATERIAL, 220V TRIFÁSICO. GARANTIA DO FABRICANTE DE 12 MESES	**CAVAZZOLA**	**R$ 19. 400,00**	**R$ 19. 400**

PERFAZENDO O VALOR DE R$ 51.200,00 (Cinquenta e um mil e duzentos reais).

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo do Serv. De San. Ambiental Águas do Pantanal

RG:8631471 SSP/SP

CPF: 018.975.928-33

Cáceres-MT, 13 de Dezembro de 2.017.

PORTARIA Nº 614 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 46730, de 13 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **BRUNO RENATO BARBOSA** como responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra e o senhor **ANDRÉ FELIPE CAMPOS ARTIAGA** como responsável pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo:

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
189/2017	W.S. CAVALLARI-EPP	Contratação de empresa especializada em engenharia visando a execução das obras da rede de iluminação pública ornamental na Avenida Talhamares e rua dos Tuiuiús, no município de Cáceres-MT.	08/12/2017	04 meses

§ 1º Os servidores acima designados deverão acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do senhor responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 14 de dezembro de 2017.

VALDECI RODRIGUES D COSTA

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Afixado em: 14.12.17.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2017.

A Comissão de Licitação torna pública a Inexigibilidade de Licitação nº 06/2017, para contratação de empresa especializada em produção e promoção de eventos para realização de show com a "BANDA FORRÓ RASGADO", na noite do dia 30/12/2017, em Campinápolis e, com a dupla "DAVISON E ROBSON", em São José do Couto-Campinápolis, na noite do dia 31/12/2017, nas comemorações do Réveillon VIRACAMPI 2017, conforme Termo de Convênio 1642-2017 com a Secretaria de Estado de Cultura – SEC, em favor da empresa ELCIO MENDES DA SILVA - ME, CNPJ n.º 08.618.802/0001-71, ao valor global de R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais), nos termos Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, com as alterações resultantes da Lei Federal nº. 8.883/94, de 08 de junho de 1994. Campinápolis – MT, 18 de dezembro de 2017.Gilberto Francisco Ribeiro de Paula/ Presidente da CPL.

SETOR DE LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 06/2017

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO Nº 9833/2017**.**

MODALIDADE: Inexigibilidade nº 06/2017.

OBJETIVO: Homologar o resultado da Inexigibilidade nº 06/2017.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Nos termos do Art. 43 inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e tudo mais que consta dos autos, o Prefeito Municipal no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, levando em consideração a abertura e julgamento do presente processo de licitação, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei,

R E S O L V E:

Homologar o resultado da INEGIBILIDADE Nº 06/2017 em favor da empresa:

ELCIO MENDES DA SILVA - ME, CNPJ nº 08.618.802/0001-71	
Descrição	**PROPOSTA VENCEDORA**
Contratação de empresa especializada em produção e promoção de eventos para realização de show com a "BANDA FORRÓ RASGADO", na noite do dia 30/12/2017, em Campinápolis e, com a dupla "DAVISON E ROBSON", em São José do Couto-Campinápolis, na noite do dia 31/12/2017, nas comemorações do Réveillon VIRACAMPI 2017, conforme Termo de Convênio 1642-2017 com a Secretaria de Estado de Cultura – SEC	**R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais).**
TOTAL	**R$ 63.000,00**

Campinápolis – MT, 18 de dezembro de 2017.

Jeovan Faria

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.839 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

DECRETO Nº 2.839 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Disciplina as atividades junto aos Órgãos da Administração Pública Municipal/Poder Executivo para o encerramento do exercício financeiro de 2017 e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando os vultosos trabalhos relacionados ao encerramento do Exercício Financeiro de 2017; Considerando as festividades alusivas ao Nascimento de Cristo;

Considerando as festividades de Réveillon e Confraternização Universal;

Considerando o disposto no Inciso I, Art. 56 da Lei Complementar nº 027/2011 e alterações posteriores;

DECRETA

Art. 1º. Os Órgãos da Administração Pública Municipal/Poder Executivo, no período de 23/12/2017 a 22/01/2018, desenvolverão suas atividades conforme as disposições deste Decreto.

§1º. A Secretaria Adjunta ao Gabinete, Subprefeitura, Controladoria Interna e Procuradoria Jurídica, suspenderão o atendimento ao público no período de 23/12/2017 a 07/01/2018, após essa data, atendimento/ funcionamento normal.

§2º. Os servidores que integram o quadro de pessoal da Gerência Administrativa de Gabinete usufruirão de férias coletivas no período de 23/12/2017 a 22/01/2018.

I. Caberá a Diretoria de Recursos Humanos deduzir os dias de férias nos casos em que os servidores tenham, em 2017, usufruído integral ou parcialmente deste direito.

§3º. Os Órgãos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Secretaria Municipal de Infraestrutura desenvolverão suas atividades da seguinte forma:

I. DETRAN/PROCOM – Ficará em sobreaviso no período de 23/12/2017 a 07/01/2018, após essa data, atendimento normal.

II. Assessoria de Licitações e Contratos/Coordenadoria de Compras/Gestão de Patrimônio – Sobreaviso no período de 23/12/2017 a 07/01/2018, após essa data, atendimento/ funcionamento normal.

III. Os integrantes da Comissão de Licitação, Pregoeiro e sua Equipe deverão realizar normalmente os Processos Licitatórios, mesmo que as datas dos certames incidam nos períodos referenciados nesse Decreto.

IV. Gestão Municipal de Convênios - Ficará em Sobreaviso no período de 23/12/2017 a 07/01/2018, após essa data, atendimento/ funcionamento normal.

V. PREVI –CAMPV- Ficará em sobreaviso no período de 23/12/2017 a 07/01/2018, após essa data, atendimento/ funcionamento normal.

VI. Diretoria de Divisão de Identificação, Alistamento Militar e Carteira de Trabalho – DDIACT, suspenderá o atendimento ao público no período de 23/12/2017 a 07/01/2018, após essa data, atendimento/ funcionamento normal.

VII. Diretoria de Recursos Humanos – Ficará em sobreaviso no período de 23/12/2017 a 07/01/2018, após essa data, atendimento/ funcionamento normal.

VIII. Gerência dos Serviços do Posto Eleitoral – GSPE obedecerá aos dias e horários estabelecidos pelo Cartório Eleitoral/Nova Xavantina.

§4º. As atividades da Secretaria Municipal de Transportes, no período de 23/12/2017 a 07/01/2018, serão desenvolvidas por meio de plantões:

I. Fica sob a responsabilidade do Secretário Municipal de Transportes a elaboração da escala de atendimento para o período referenciado neste parágrafo, após essa data, horário normal de atendimento/funcionamento.

§5º. Os Órgãos da Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento funcionarão da seguinte forma:

I. Tesouraria - Ficará em sobreaviso no período de 23/12/2017 a 07/01/2018, após essa data, atendimento/ funcionamento normal.

II. Unidade Conveniada/SEFAZ (Sede e São José do Couto) – Ficará em sobreaviso no período de 23/12/2017 a 07/01/2018, após essa data, atendimento/ funcionamento normal.

III. Divisão de Contabilidade - Ficará em sobreaviso no período de 23/12/2017 a 07/01/2018, após essa data, atendimento/funcionamento normal.

IV. Coordenadoria dos Serviços de Arrecadação - Ficará em sobreaviso no período de 23/12/2017 a 07/01/2018, após essa data, atendimento/funcionamento normal.

V. Coordenadoria dos Serviços de Infraestrutura Ficará em sobreaviso no período de 23/12/2017 a 07/01/2018, após essa data, atendimento/funcionamento normal.

VI. Departamento de Água e Esgoto – DAE – Serviço Essencial/Excluso do presente Decreto.

§6º. Secretaria Municipal de Saúde:

I. Administração - Suspende o atendimento ao público somente no período de 23/12/2017 a 07/01/2018, após essa data atendimento/funcionamento normal;

II. Hospital Municipal – Serviço Essencial – Excluso do presente Decreto;

III. CAPS - Suspende o atendimento ao público somente no período de 23/12/2017 a 07/01/2018, após essa data atendimento/funcionamento normal;

IV. Farmácia Básica - Ficará em sobreaviso no período de 23/12/2017 a 07/01/2018, após essa data, atendimento/ funcionamento normal.

V. Laboratório de Análises Clínicas - Serviço Essencial – Excluso do presente Decreto;

VI. Unidades Básicas de Saúde - Suspende o atendimento ao público no período de 23/12/2017 a 07/01/2018, após essa data atendimento/funcionamento normal;

VII. Centro de Reabilitação - Suspende o atendimento ao público no período de 23/12/2017 a 07/01/2018, após essa data, atendimento/funcionamento normal.

§7º. Aos Profissionais da Educação Básica Municipal serão concedidos 30(trinta) dias de **FÉRIAS COLETIVAS** em consonância com o Art. 56, I, "b" da Lei Complementar Municipal nº 027/2011, no período de 23/12/2017 a 22/01/2018.

I. O atendimento nas Escolas: Anastácio Feliciano Alves, E.M. Centro Educacional Carinho e Ternura, UMEI "Maria de Moraes Lima", E.M. José Cordeiro e E.M. São José do Couto, no período de 08/01/2018 a 22/01/2018, das 12:00h às 18:00h será desenvolvido por uma equipe composta de:

a) Diretor Escolar;

b) Secretário ou Técnico Administrativo Escolar;

c) Administrativo Escolar.

II. A equipe referenciada nas letras "a" e "b" deste inciso, será composta por profissionais formalmente convocados pelo Diretor Escolar.

III. Os profissionais constantes das equipes que atuarão nas escolas no período de férias coletivas, usufruirão dos dias restantes (15 dias) de férias a que fazem jus, no decorrer do ano letivo de 2018 em datas previamente agendadas

IV. Os Profissionais da Educação Básica que desempenham atividades junto ao Órgão Central/SEMEC, retornarão às suas atividades, **mediante convocação formal do Secretário**, no dia 08/01/2018 e farão jus as prerrogativas anotadas no parágrafo anterior.

V. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, remeterá para a Chefia de Recursos Humanos, a relação individualizada (por escola), dos profissionais que retornaram às atividades no dia 08/01/2018(Profissionais lotados na SEMEC e Escolas).

VI. Os Profissionais que na data de início das férias coletivas ainda não tiverem completado o período aquisitivo, usufruirão normalmente das férias e a indenização do Terço Constitucional será pago após completado um ano de efetivo exercício.

VII. Os Profissionais da Educação Básica Municipal que desempenham funções em outras Secretarias/Órgãos do Poder Público Municipal obedecerão a escala de férias da Respectiva Unidade Administrativa de lotação.

a) Os superiores hierárquicos dos servidores referenciados neste Inciso deverão se manifestar formalmente junto a Chefia de Recursos Humanos acerca da permanência ou exclusão do profissional sob sua gestão das férias coletivas mencionadas neste inciso07.

§8º. A Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, suspenderá o atendimento ao público no período de 23/12/2017 a 07/01/2018.

I. Os profissionais responsáveis pelos Benefícios Eventuais ficarão em sobreaviso no período referenciado nesse parágrafo.

§9. A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer cumprirá todas agendas relativas aos eventos de final de ano independente das datas em que acontecerão.

§10. O atendimento ao público junto ao Conselho Tutelar ficará suspenso no período de 23/12/2017 a 07/01/2018.

I. A Coordenadoria do Conselho Tutelar publicizará a Escala de Plantões de Atendimento à população no período referenciado neste parágrafo.

§11º. Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas – Suspende o atendimento ao público no período de 23/12/2017 a 07/01/2018, após atendimento normal.

§12º. Secretaria Municipal de Assuntos Administrativos - Suspende o atendimento ao público no período de 23/12/2017 a 07/01/2018, após atendimento normal.

§13º. É obrigatória, e, responsabilidade de cada secretaria/órgão, a publicização, com afixação em local visível, de comunicado contendo as datas e horários de atendimento durante os períodos referenciados neste Decreto.

§14º. A inobservância às disposições constantes desse Decreto ensejará a abertura de Processo de Sindicância e/ou Processo Administrativo Disciplinar nos termos da Lei Complementar nº 001/1993.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis-MT, 18 de dezembro de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 1.103, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município e;

Considerando o artigo 30 da Lei Municipal nº 1.822, de 05 de abril de 2016;

Considerando o artigo 63 da Lei Municipal nº 1.145, de 09 de novembro de 2016;

Considerando a Portaria 1.077, de 30 de novembro de 2017;

Considerando o Requerimento firmado pelo Servido, datado de 14 de dezembro de 2017;

R E S O L V E:

CONCEDER acréscimo de 50% (cinquenta por cento) do valor fixado para o cargo em provimento comissão, citado na Portaria 1.077/2017, ao servidor VAGNER ROGÉRIO VASCONCELOS, por opção do pró-

prio servidor, nos termos do artigo 30 da lei 1.822/2016, com efeitos retroativos a partir de 14 de dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 18 dia do mês de dezembro de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 1.100, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município;

Considerando a Instrução Normativa nº 14/2009, Versão 03, do Sistema de Controle Interno;

Considerando a Lei Municipal nº 1.213, de 05 de dezembro de 2007;

Considerando a Resolução Normativa nº 15/2017 do TCE/MT;

Considerando o Decreto Executivo nº 101/2017 de 21 deagosto de 2017;

RESOLVE:

1. AUTORIZAR, a partir desta data, a servidora **NOELY NEGRÃO DE OLIVEIRA RODRIGUES,** a conduzir os veículos da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pertencentes à sua secretaria na qual a mesma está lotada e que sejam compatíveis com a categoria de sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH), bem como observando o vencimento da mesma. **2.** A servidora deverá observar as normas do Decreto 101/2017. **3.** A servidora/condutora que está autorizado a conduzir encontra-se relacionado abaixo, com a devida categoria de sua CNH descrita:

Nome do Condutor(a)	CNH	CPF
NOELY NEGRÃO DE OLIVEIRA RODRIGUES	B	073.359.658-45

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 18 dias do mês de dezembro de 2017.

***RAFAEL MACHADO* Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 1.101 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis-MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei Municipal 1.130/2006, de 11.07.2006 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis;

Considerandoo Requerimento assinado pelo servidor Valdir Vaz, datado de 11 de dezembro de 2017;

Considerando o Memorando nº 1348/2017, da Secretaria Municipal de Saúde, datado de 12 de dezembro de 2017;

Considerando o Memorando nº 359/2017, da Secretaria Municipal de Administração, datado de 14 de dezembro de 2017;

Considerando os períodos aquisitivos compreendidos entre 09.06.2011 a 08.06.2016;

Considerando a necessidade administrativa;

RESOLVE:

1.CONCEDER licença prêmio por assiduidade ao Servidor Municipal **VALDIR VAZ** , efetivo no cargo de Atendente de Posto de Saúde, matrícula funcional nº. 1845, lotado na USF Beija Flor, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

2. O período de gozo da licença concedida será de 30 (trinta) dias com início em 02 de janeiro de 2018 e término em 31 de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 18 dias do mês de dezembro de 2017.

RAFAEL MACHADO *Prefeito Municipal*

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 1.102, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município e;

Considerando o artigo 30 da Lei Municipal nº 1.822, de 05 de abril de 2016;

Considerando o artigo 63 da Lei Municipal nº 1.145, de 09 de novembro de 2016;

Considerando a Portaria 978, de 05 de outubro de 2017;

Considerando o Requerimento firmado pelo Servido, datado de 15 de dezembro de 2017;

R E S O L V E:

CONCEDER acréscimo de 50% (cinquenta por cento) do valor fixado para o cargo em provimento comissão, citado na Portaria 978/2017, ao servidor EDUARDO GONÇALVES MACHADO, por opção do próprio servidor, nos termos do artigo 30 da lei 1.822/2016, com efeitos retroativos a partir de 15 de dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 18 dia do mês de dezembro de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
DECRETO EXECUTIVO Nº. 175, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Fixa a Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis - UFCNP – para o exercício financeiro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto no art. 330 da Lei Complementar n.º 020/2008, de 29 de dezembro de 2008, que institui o Código Tributário do Município de Campo Novo do Parecis;

Considerando a necessidade de corrigir a Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis de forma mais equitativa, utilizando-se a média aritmética de quatro índices financeiros oficiais;

Considerando o Memorando 55/2017/CONTABILIDADE exarado pelo Contador, datado de 14 de dezembro de 2017;

Considerando a necessidade administrativa,

D E C R E T A

Art. 1º. A Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis - UFCNP - passa a vigorar no valor de R$ 270,18 (duzentos e setenta reais e dezoito centavos), com vigência de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 15 dias do mês de dezembro de 2012.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ÁLVARO JOSÉ BARBOSA Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
APOSTILAMENTO- ATA 162-2017-FORTE COM E DISTRIB DE MADEIRAS LTDA EPP

TERMO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 162/2017 DO PREGÃO Nº 112/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, E, FORTE COM E DISTRIB. DE MADEIRAS LTDA EPP .

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS****,* pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratada: FORTE COM E DISTRIB. DE MADEIRAS LTDA EPP,inscrita no CNPJ sob Nº 22.793.487/0001-40, estabelecida na Rua Andorinha, nº 645 NW Campo Novo do Parecis- MT, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Senhor Felipe Argeu Olienik, portador do RG: 1694057 SSP/MT, CPF nº 024.848.341-28.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a alteração voltada ao Agente fiscalizador da presente Ata de Registro de Preço, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização do presente Contrato para o servidor **Antonio Marcos de Freitas da Silva**, matrícula nº 3846, alteração essa para a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Campo Novo do Parecis-MT, 18 de dezembro de 2017.

Rafael Machado

Prefeito Municipal

Contratante

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PP RP 136 2017

AVISO DE RESULTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO 136/2017, destinada à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço de merendeiras/cozinheiras, para atender as necessidades da Unidade Escolares do Município, teve como vencedora a empresa: A. F. DA SILVA & CIA LTDA - EPP, com o valor total de R$ 719.760,00 (setecentos e dezenove mil, setecentos e sessenta reais).

Campo Novo do Parecis-MT, 18 de dezembro de 2017.

_____

Mitzraym Giallissy Bonfim Nascimento

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 187_2017 - ALLERETOUR VIAGENS E TURISMO LTDA-ME - PASSAGE AEREA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 187/2017

PREGÃO: N° 123/2017– REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: - ALLERETOUR VIAGENS E TURISMO LTDA - ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NO ÂMBITO

NACIONAL, PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONTEMPLANDO RESERVA, EMISSÃO, REMARCAÇÃO,

ALTERAÇÃO E ENTREGA DE BILHETES

VALOR TOTAL: R$ 15% DE DESCONTO

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
DECRETO EXECUTIVO Nº 176, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a revisão salarial dos servidores municipais de Campo Novo do Parecis.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

Considerandoo disposto no art. 37, X, da Constituição Federal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 101/2000;

Considerando o disposto no art. 34 da Lei Municipal nº 1.690/2014;

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.607/2013 e Lei Municipal nº 1.802/2015;

Considerando o Memorando nº 54/2017/CONTABILIDADE, exarado pelo Contador, datado de 14 de dezembro de 2017;

Considerando a variação média dos índices que compõem o indexador salarial dos servidores municipais de Campo Novo do Parecis, relativos ao período de dezembro de 2016 a novembro de 2017, segundo dados oficiais provenientes da Fundação Getúlio Vargas e IBGE, www.fgv.br e www.ibge.gov.br, da seguinte forma: a) IGP-M (FGV): -0,86%; INPC (IBGE): 1,95%; IPCA (IBGE): 2,80%; IPC-DI (FGV): 3,35;

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida revisão salarial aos servidores do Município de Campo Novo do Parecis no percentual de 1,81% (um inteiro vírgula oitenta e um décimo por cento) sobre os vencimentos básicos vigentes, a partir do mês de janeiro de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 18 dias do mês de dezembro de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSÉ BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 1.099, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município;

Considerando a Instrução Normativa nº 14/2009, Versão 03, do Sistema de Controle Interno;

Considerando a Lei Municipal nº 1.213, de 05 de dezembro de 2007;

Considerando a Resolução Normativa nº 15/2017 do TCE/MT;

Considerando o Decreto Executivo nº 101/2017 de 21 deagosto de 2017;

RESOLVE:

1. AUTORIZAR, a partir desta data, a servidora **FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA ANTUNES,** a conduzir os veículos da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pertencentes à sua secretaria na qual a mesma está lotada e que sejam compatíveis com a categoria de sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH), bem como observando o vencimento da mesma. **2.** A servidora deverá observar as normas do Decreto 101/2017. **3.** A servidora/condutora que está autorizado a conduzir encontra-se relacionado abaixo, com a devida categoria de sua CNH descrita:

Nome do Condutor(a)	CNH	CPF
FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA ANTUNES	AB	001.968.490-80

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 18 dias do mês de dezembro de 2017.

***RAFAEL MACHADO* Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 1.105, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Memorando nº 794/2017, proveniente da Secretaria Municipal de Assistência Social, datado de 08 de dezembro de 2017;

Considerando o Memorando nº 356/2017, proveniente da Secretaria Municipal de Administração, datado de 11 de dezembro de 2017;

Considerando o Memorando nº 821/2017, proveniente da Secretaria Municipal de Assistência Social, datado de 13 de dezembro de 2017;

Considerando a Lei Municipal nº 1.130/2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

Considerando a Lei Municipal nº 1.842/2016, que autoriza o pagamento de atendimentos fora do expediente;

Considerando a Lei Municipal nº 1.883/2017, que altera a Lei nº 1.130/200, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

Considerando a necessidade administrativa,

RESOLVE:

1. Normatizar as escalas de serviços de sobreaviso e hora de plantão no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social com efeitos a partir desta data, conforme tabela abaixo:

Nome	Cargo	Períodos
Vania de Araújo Pompermayer	Assistente Social	15/12/2017 a 16/12/2017 – 17/12/2017 a 18/12/2017 – 30/12/2017 a 31/12/2017 – 01/01/2018 a 02/01/2018 - 05/01/2018 a 06/01/2018 – 07/01/2018 a 08/01/2018 – 20/01/2018 a 21/01/2018 – 26/01/2018 a 27/01/2018 – 28/01/2018 a 29/01/2018
Marta Silva de Queiroz Leite	Assistente Social	16/12/2017 a 17/12/2017 – 22/12/2017 a 13/12/2017 – 24/12/2017 a 25/12/2017 – 06/01/2018 a 07/01/2018 – 12/01/2018 a 13/01/2018 – 14/01/2018 a 15/01/2018 – 27/01/2018 a 28/01/2018 –
Poliana Spicalski dos Santos	Assistente Social	23/12/2017 a 24/12/2017 – 25/12/2017 a 26/12/2017 – 29/12/2017 a 30/12/2017 – 31/12/2017 a 01/01/2018 – 13/01/2018 a 14/01/2018 – 19/01/2018 a 20/01/2018 – 21/01/2018 a 22/01/2018 -

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 18 dias do mês de dezembro de 2017.

***RAFAEL MACHADO* Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2017 –F

Art. 1º - O Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis- MT, no uso de suas atribuições legais, **DIVULGA** o resultado final das provas (escritas objetivas + títulos), referente aoProcesso Seletivo Simplificado, aberto através do Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2017, conforme abaixo discriminado:

AGENTE EDUCACIONAL - ÁREA URBANA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	C.G.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
286517	ELEN CARLA ALMEIDA SOUSA	21/10/1985	20,0	8,0	56,0	84,0	15,0	99,0	
285848	ALINE GONÇALVES DE ALMEIDA	16/11/1991	20,0	4,0	52,0	76,0	15,0	91,0	

285066	ANA PAULA MARTINS BELIZARIO	20/12/1995	20,0	4,0	56,0	80,0	10,0	90,0	
286369	CLARICE SCHNEIDER CORREA	17/07/1972	20,0	8,0	48,0	76,0	10,0	86,0	
285707	ESTER MONTEIRO	02/04/1991	24,0	8,0	44,0	76,0	10,0	86,0	
285308	VALÉRIA VIEIRA DE FREITAS	12/06/1988	20,0	8,0	44,0	72,0	10,0	82,0	
284950	JANAINA DE LIMA FIRMO	18/11/1989	24,0	4,0	40,0	68,0	14,0	82,0	
285538	SUSANA DA SILVA ARAVA	13/07/1986	20,0	8,0	52,0	80,0		80,0	
286550	JESSICA TAYNARA MONTES	08/01/1994	20,0	8,0	52,0	80,0		80,0	
287122	RODRIGO FREIER	24/10/1984	24,0	8,0	48,0	80,0		80,0	
285131	JOYCE KARIN NEPOMUCENO	14/10/1995	16,0	4,0	48,0	68,0	10,0	78,0	
287167	CANDIDA DA CRUZ SILVA	11/03/1967	16,0	8,0	44,0	68,0	10,0	78,0	
285513	TANIA MARIA ROCHA ALVES	21/05/1964	16,0	12,0	36,0	64,0	14,0	78,0	
284829	ROZILENE DA SILVA	06/01/1979	16,0	8,0	48,0	72,0	5,0	77,0	
285111	MÔNICA PATRICIA BEREGULA PIMENTEL	10/06/1990	16,0	8,0	52,0	76,0		76,0	
285177	ELZI LAURINDO GOMES	20/02/1971	20,0	8,0	48,0	76,0		76,0	
284874	NAIURY NASCIMENTO VENANCIO DA SILVA	22/06/1989	24,0	4,0	40,0	68,0	8,0	76,0	
285520	DARLAINE FRANCISCA DAS DORES MACEDO	13/12/1994	12,0	4,0	48,0	64,0	10,0	74,0	
285897	NEIVA ZANATTA PERETTI	04/02/1963	20,0	4,0	40,0	64,0	10,0	74,0	
285431	ELISANDRA KEIT DIAS	31/08/1976	12,0	12,0	40,0	64,0	10,0	74,0	
285683	EDINÉIA ALMERINDA DOS SANTOS SANDRI	15/08/1971	24,0	4,0	36,0	64,0	10,0	74,0	
285030	LUZIA FRANCISCO FERREIRA PILLON	03/06/1965	20,0	4,0	44,0	68,0	5,0	73,0	
286863	NATALIA CARVALHO CORREA	13/11/1985	16,0	12,0	40,0	68,0	5,0	73,0	
285626	LILIANE MOREIRA FERMINO	30/10/1983	12,0	8,0	52,0	72,0		72,0	
286054	PATRICIA DOS SANTOS ALMEIDA TILLMANN	15/01/1992	20,0	8,0	44,0	72,0	0,0	72,0	
286833	ADRIANA DOS SANTOS	18/07/1996	20,0	8,0	44,0	72,0		72,0	
286226	ALEXANDRA MELO COSTA	14/08/1980	16,0	8,0	44,0	68,0	4,0	72,0	
285512	MARCELA MARIA DA SILVA SANTOS	12/06/1994	12,0	8,0	48,0	68,0	3,0	71,0	
284875	EVANDRA GOMES NEIRA	02/01/1989	16,0	8,0	32,0	56,0	15,0	71,0	
286457	THAYNARA INES FERREIRA DA SILVA	06/01/1998	20,0	4,0	44,0	68,0	2,0	70,0	
285962	LUZIA CARVALHO DE LIMA PAULA	03/12/1985	12,0	8,0	40,0	60,0	10,0	70,0	
286495	JULIANA CARLA GERALDI CARNEIRO	07/03/1997	16,0	8,0	44,0	68,0	1,0	69,0	
284820	ELIANDRA ANDREA BAYERLE	23/09/1977	4,0	8,0	44,0	56,0	13,0	69,0	
286144	MARINES WELTER	29/07/1982	16,0	8,0	36,0	60,0	9,0	69,0	
286060	MICHAELLEN MOREIRA FAGUNDES	13/05/1998	8,0	8,0	52,0	68,0	0,0	68,0	
284947	DENISON DIEGO OLIVEIRA DO CARMO	19/12/1995	20,0	4,0	44,0	68,0		68,0	
285742	ALINE LIMA	16/07/1992	16,0	8,0	44,0	68,0		68,0	
284791	ANA LUCIA OGNIBENE MINOZZO	15/03/1993	8,0	8,0	44,0	60,0	8,0	68,0	
285440	TANIA APARECIDA DE ALMEIDA E SILVA	05/10/1973	20,0	12,0	36,0	68,0		68,0	
284915	ANDRÉIA DA SILVA GARCIA	24/01/1983	12,0	8,0	44,0	64,0	3,0	67,0	
284853	MARIA JOSÉ NASCIMENTO DA SILVA	12/09/1984	8,0	4,0	48,0	60,0	6,0	66,0	
286328	JOSICLEIDE DA SILVA	15/03/1989	4,0	4,0	48,0	56,0	10,0	66,0	
285766	ROSINEIDE DA SILVA PEREIRA	27/11/1983	12,0	4,0	40,0	56,0	10,0	66,0	
284822	DAIANE DE OLIVEIRA FARIAS DE FREITAS	10/01/1990	12,0	4,0	40,0	56,0	10,0	66,0	
286327	PATRICIA FERREIRA DA SILVA	11/12/1991	12,0	4,0	40,0	56,0	10,0	66,0	
286163	LOURDES DE ALMEIDA FERREIRA	12/04/1981	8,0	8,0	40,0	56,0	10,0	66,0	
284817	DANIELE NASCIMENTO DOS SANTOS	20/03/1989	8,0	8,0	40,0	56,0	10,0	66,0	
286129	DIVA SILVA MELO	24/11/1987	16,0	4,0	36,0	56,0	10,0	66,0	
285136	JOSEANE DA SILVA SANTOS	03/04/1989	16,0	4,0	36,0	56,0	10,0	66,0	
286722	MARIANE VENTURA SIQUEIRA	11/03/1998	12,0	8,0	36,0	56,0	10,0	66,0	
284902	FERNANDA AZEVEDO DOS SANTOS	04/10/2000	12,0	8,0	36,0	56,0	10,0	66,0	
286165	EDILEUSA FERREIRA DA SILVA	03/10/1985	12,0	12,0	32,0	56,0	10,0	66,0	
287023	APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS MEDINA	16/10/1971	12,0	4,0	48,0	64,0	1,0	65,0	
284858	LARISSA LEMES NICOLETTI	09/06/1999	12,0	4,0	44,0	60,0	5,0	65,0	
285350	SULANI CUSTODIO DE JESUS	20/07/1983	12,0	4,0	40,0	56,0	9,0	65,0	
285893	MARIANA TEIXEIRA DOS SANTOS ULRICH	26/09/1988	12,0	4,0	40,0	56,0	9,0	65,0	
284825	FRANCISCA IVONETE ALVES	18/10/1980	16,0	8,0	36,0	60,0	5,0	65,0	
285655	ÍNGRETI LAIVER DA SILVA NAVES	15/03/1995	4,0	8,0	52,0	64,0		64,0	
285911	EVANDRO APARECIDO SILVA	29/07/1987	12,0	4,0	48,0	64,0		64,0	
286153	LEIDJANE MARINHO DE ABREU	12/03/1982	16,0	4,0	44,0	64,0		64,0	
285823	HELLEN MAGALHAES RODRIGUES	01/01/1997	16,0	4,0	44,0	64,0		64,0	
285015	GEOVANE PEREIRA DA SILVA	03/08/1997	16,0	4,0	44,0	64,0		64,0	
285578	JOSE JAIME FERREIRA DA SILVA	09/03/1971	12,0	8,0	44,0	64,0		64,0	
285183	ROSANE DA SILVA MELO DE LUCAS	04/11/1990	12,0	8,0	44,0	64,0		64,0	
286020	MARIA BRANDÃO DE ALMEIDA	23/02/1972	8,0	12,0	44,0	64,0	0,0	64,0	
286667	TATIANE DE ALMEIDA ROCHA	17/11/1994	20,0	4,0	40,0	64,0	0,0	64,0	
286755	BRUNO DELFINO CANDIDO	18/03/1995	20,0	4,0	40,0	64,0		64,0	
285061	NÚBIA MARTINS MARCHETTI	21/03/1979	16,0	8,0	40,0	64,0		64,0	
286337	CAMILA PEREIRA RODRIGUES	24/08/1993	16,0	8,0	40,0	64,0		64,0	

286286	STELA BIET LAJES	07/08/1991	12,0	12,0	40,0	64,0		64,0	
285087	PATRICIA HOSSEL	01/10/1993	12,0	12,0	40,0	64,0	0,0	64,0	
284937	BARBARA GABRIELLI DE SOUZA COSTA	28/02/1996	24,0	4,0	36,0	64,0		64,0	
286087	IVANETI FONTANA	13/09/1969	20,0	8,0	36,0	64,0	0,0	64,0	
284884	HELIO DE OLIVEIRA SILVA	10/04/1988	16,0	12,0	36,0	64,0		64,0	
285382	LUCINEIA RODRIGUES COSTA	18/04/1981	24,0	8,0	32,0	64,0		64,0	
286546	CILEIA ROBERTO DOS SANTOS	12/06/1984	12,0	8,0	40,0	60,0	2,0	62,0	
286490	IZABEL CRISTINA DA SILVA	28/05/1986	8,0	4,0	40,0	52,0	10,0	62,0	
285797	MARCIA FRANCO FIUZA	31/07/1971	12,0	4,0	36,0	52,0	10,0	62,0	
286319	VANIRA FERREIRA GALVÃO	03/10/1977	12,0	4,0	36,0	52,0	10,0	62,0	
284849	LEIDIANE GOMES DE SOUZA	14/09/1989	12,0	4,0	36,0	52,0	10,0	62,0	
284841	FRANCIELI APARECIDA FERREIRA	02/10/1991	16,0	4,0	32,0	52,0	10,0	62,0	
284882	JEANDER MENDES DE MIRANDA	18/11/1992	12,0	8,0	32,0	52,0	10,0	62,0	
287170	GESSICA CRISTINA DA SILVA IUSKS	06/06/1997	8,0	4,0	48,0	60,0	1,0	61,0	
286171	GIOVANA APA LAZZAROTTO	05/12/1974	12,0	4,0	40,0	56,0	5,0	61,0	
286059	NORILDA DE FATIMA BRAGA BORIÇA	17/03/1965	8,0	4,0	40,0	52,0	9,0	61,0	
287204	WILSON DE ARAUJO SANTOS	04/12/1984	20,0	4,0	36,0	60,0	1,0	61,0	
284973	GLAUCIA VICENTE BELCHIOR	28/12/1989	16,0	8,0	28,0	52,0	9,0	61,0	
286217	SIRLENE PAZ COLERAUS	27/03/1968	8,0	4,0	48,0	60,0		60,0	
284919	MARISA CANDIOTTO PRESTES	12/09/1974	8,0	4,0	48,0	60,0	0,0	60,0	
286511	CREUZA FRANCISCA DOS SANTOS	01/09/1971	12,0	4,0	44,0	60,0		60,0	
286726	CELESTE DE JESUS ROCHA LIMA	20/03/1977	12,0	4,0	44,0	60,0		60,0	
287216	NEILDA ANORIO BASTO	24/09/1984	12,0	4,0	44,0	60,0		60,0	
286220	ERICA SANTOS TEIXEIRA	08/04/1999	12,0	4,0	44,0	60,0		60,0	
285380	JACIANE BARROS FERREIRA	24/11/1994	8,0	8,0	44,0	60,0		60,0	
284813	JULIANA DA SILVA CRUZ	03/01/1972	16,0	4,0	40,0	60,0		60,0	
285311	MARIA APARECIDA FERREIRA DE QUEIROZ	29/10/1982	16,0	4,0	40,0	60,0		60,0	
286902	ANA PAULA OLIVEIRA	08/08/1991	16,0	4,0	40,0	60,0		60,0	
285229	BRUNA MENDES FERREIRA	03/05/1992	12,0	8,0	40,0	60,0		60,0	
287175	CAROLINE DIAS DE BARROS	24/07/1995	12,0	8,0	40,0	60,0		60,0	
286528	PRISCILA PATRÍCIA GONÇALVES DA SILVA	12/01/1990	12,0	4,0	40,0	56,0	4,0	60,0	
285608	LORANY LEMES BELOTTI DE ANDRA-DE	22/09/1976	16,0	8,0	36,0	60,0	0,0	60,0	
285313	JULIANA DA SILVA JOHANN	23/02/1982	16,0	8,0	36,0	60,0		60,0	
286493	JÉSSICA DOS SANTOS SOARES	05/03/1988	16,0	8,0	36,0	60,0		60,0	
286374	GIOVANA SILVA AZEVEDO	05/08/1997	16,0	8,0	36,0	60,0		60,0	
286288	CLEIDE SOARES DE MEDEIROS	26/01/1973	12,0	12,0	36,0	60,0		60,0	
285682	SILVELI DE PAULA COELHO MOURA	03/10/1980	20,0	8,0	32,0	60,0		60,0	
286046	JANAINA DOS SANTOS	16/12/1986	20,0	8,0	32,0	60,0		60,0	
286349	CAROLINE SCHMITZ LANGE	12/09/1998	20,0	8,0	32,0	60,0		60,0	
285827	WALDINEI DO PRADO LACERDA	14/08/1984	16,0	12,0	32,0	60,0		60,0	
285282	WILMA ZAGO NEVES	30/07/1978	8,0	4,0	40,0	52,0	7,0	59,0	
285824	ALINE SICATI CABALLERO DOS SAN-TOS	29/04/1996	4,0	8,0	40,0	52,0	6,0	58,0	
286561	RAQUIELI BEN	19/06/1989	8,0	8,0	36,0	52,0	5,0	57,0	
285408	SILVIA KNOB WAGNER	05/06/1989	8,0	4,0	44,0	56,0	0,0	56,0	
285100	ROBSON NATAN LEITE	13/09/1989	8,0	4,0	44,0	56,0		56,0	
284835	JÉSSICA BARBOSA RIBEIRO	02/07/1993	8,0	4,0	44,0	56,0		56,0	
286639	MIKAELLA DE OLIVEIRA SOUZA	09/08/1995	8,0	4,0	44,0	56,0		56,0	
286840	SILVANA MARIA GOMES FRANCELI-NO	22/07/1976	12,0	4,0	40,0	56,0	0,0	56,0	
287190	MARIA APARECIDA CARLINO	24/10/1978	12,0	4,0	40,0	56,0		56,0	
285004	ELAINE PINHEIRO NUNES DA SILVA	06/12/1983	12,0	4,0	40,0	56,0		56,0	
286019	ELIANA SCHROEDER	16/07/1987	12,0	4,0	40,0	56,0		56,0	
284987	LAIS MARIUZA SOUZA SILVA	14/12/1987	12,0	4,0	40,0	56,0		56,0	
287046	JAQUELINE GUEZ	16/04/1992	12,0	4,0	40,0	56,0		56,0	
287198	KARLA ADRIELLY FERNANDES OLI-VEIRA	22/04/1990	8,0	8,0	40,0	56,0		56,0	
285107	GABRIELA RODRIGUES DOS SAN-TOS	18/03/1991	8,0	8,0	40,0	56,0		56,0	
286016	MATHEUS SILVA DO NASCIMENTO	01/04/1999	8,0	8,0	40,0	56,0		56,0	
286978	EDILEUDA CARDOSO DE ARAÚJO	05/02/1975	16,0	4,0	36,0	56,0	0,0	56,0	
286223	GLEZIANE MORAIS	02/03/1983	16,0	4,0	36,0	56,0		56,0	
284971	EDINA BEZERRA GUABIRABA	07/06/1987	16,0	4,0	36,0	56,0	0,0	56,0	
285200	ANA FLAVIA CAMPOS ALVES	13/02/1990	16,0	4,0	36,0	56,0	0,0	56,0	
287155	JESSICA KELLY RODRIGUES SILVA	19/06/1995	16,0	4,0	36,0	56,0		56,0	
286208	THAIANA NASCIMENTO DA SILVA	19/05/1989	12,0	8,0	36,0	56,0		56,0	
287149	FABIANA FOERSTE SCHROEDER	26/10/1989	12,0	8,0	36,0	56,0		56,0	
285825	WALLACE ALVES BARROSO	28/10/1990	12,0	8,0	36,0	56,0		56,0	
287133	TAINA SOUZA DOS SANTOS	15/11/1994	12,0	8,0	36,0	56,0		56,0	
286238	FERNANDA VEIGA TORRES	25/02/1984	20,0	4,0	32,0	56,0		56,0	
284949	JAQUELINE SILVA TEXEIRA MOURA	15/01/1995	20,0	4,0	32,0	56,0		56,0	
286097	JANAIR APARECIDA	13/10/1989	4,0	8,0	40,0	52,0	3,0	55,0	
286595	JANICE MARIA RUPOLO IAPP	27/07/1979	12,0	8,0	32,0	52,0	3,0	55,0	
286158	IRISMARCO SEBASTIÃO DA SILVA	26/04/1977	8,0	4,0	40,0	52,0	1,0	53,0	

286773	CLEVERSON FELIPE DE ZORZI CAMBRUSSI	07/06/1994	8,0	4,0	40,0	52,0	1,0	53,0	
285185	ANTONIO PAULO MIRANDA	09/07/1973	4,0	4,0	44,0	52,0		52,0	
285150	LUZINETE RODRIGUES DA CRUZ	26/04/1977	4,0	8,0	40,0	52,0		52,0	
286479	GISELA BORGES CRISTOFOLI	13/10/1978	12,0	4,0	36,0	52,0		52,0	
285927	ROSILENE DOS SANTOS SILVA	24/06/1985	12,0	4,0	36,0	52,0		52,0	
286422	MARIA DE FATIMA AMARIO DA SILVA	13/06/1993	12,0	4,0	36,0	52,0		52,0	
286705	MARIELBA JULIÃO DE ARAÚJO SILVA	06/08/1972	8,0	8,0	36,0	52,0		52,0	
286350	ROSILENE ZOCAL DE MATOS ARUUDA	31/07/1982	8,0	8,0	36,0	52,0		52,0	
286669	JACIONE SANTOS DAS NEVES	17/07/1987	8,0	8,0	36,0	52,0		52,0	
285042	CAROLINE APARECIDA DE SOUZA CHAVES	23/10/1994	8,0	8,0	36,0	52,0		52,0	
285894	MARIA AUXILIADORA MARQUES DE OLIVEIRA	03/04/1970	16,0	4,0	32,0	52,0		52,0	
286664	MARIA DO CARMO VIANA	31/07/1973	16,0	4,0	32,0	52,0		52,0	
286648	MARCIA RODRIGUES SILVA	03/09/1980	16,0	4,0	32,0	52,0		52,0	
287132	WESLIM CAMARGO PONTES	18/11/1986	16,0	4,0	32,0	52,0		52,0	
285075	ROSIMEIRE CANDIDO DE LIMA	15/10/1983	12,0	8,0	32,0	52,0		52,0	
287176	JÉSSICA MAIARA SILVA MONÇÃO	28/09/1993	12,0	8,0	32,0	52,0		52,0	
286199	NATACHA CAROLINE SCHENCKEL	02/07/1998	12,0	8,0	32,0	52,0		52,0	
286750	ERIKA DA CONCEIÇAO	26/08/1993	20,0	4,0	28,0	52,0		52,0	
287211	CELIA NUNES DIAS DE BARROS	23/10/1972	16,0	8,0	28,0	52,0		52,0	
287195	PAULO CRISTIANO DIECKEL	09/10/1991	16,0	8,0	28,0	52,0		52,0	
285508	ANA PAULA DA SILVA VITORIA	15/01/1988	4,0	8,0	28,0	40,0		40,0	Desclassificado
284869	ALINE FRANCIELY DA SILVA COSTA	14/06/1992	4,0	4,0	40,0	48,0		48,0	Desclassificado
287196	FABIULA ALVES DA SILVA	08/11/1993	4,0	4,0	40,0	48,0		48,0	Desclassificado
286719	RODRIGO SANTIAGO DA SILVA PEREIRA	05/01/1996	4,0	4,0	40,0	48,0		48,0	Desclassificado
286314	ALESSANDRA ALVES BORGES SOUZA	06/08/1978	8,0	4,0	36,0	48,0		48,0	Desclassificado
285145	MARCELA NEVES DA COSTA	01/04/1982	8,0	4,0	36,0	48,0		48,0	Desclassificado
284890	ANGELA SILVA NASCIMENTO DE OLIVEIRA	24/12/1985	8,0	4,0	36,0	48,0		48,0	Desclassificado
286357	LUZINETE PEREIRA GONÇALVES	24/04/1990	8,0	4,0	36,0	48,0		48,0	Desclassificado
284994	CÁTIA BATISTA CARDOSO	25/10/1992	8,0	4,0	36,0	48,0		48,0	Desclassificado
286482	LEONARDO RANCHEL TENORIO DOS SANTOS	09/04/1994	8,0	4,0	36,0	48,0		48,0	Desclassificado
285482	ELIZABETH MARIA HERCULANO DA SILVA	02/05/1979	4,0	8,0	36,0	48,0		48,0	Desclassificado
286036	LEANDRA ALVES BARBOSA	10/09/1981	4,0	8,0	36,0	48,0		48,0	Desclassificado
284814	ANA KAROLINA MINUSSI NOGUEIRA	14/02/2000	4,0	8,0	36,0	48,0		48,0	Desclassificado
286574	MARIA APARECIDA OLIVEIRA SILVA	15/11/1982	12,0	4,0	32,0	48,0		48,0	Desclassificado
285536	AEWELIS NADJA DA SILVA	15/10/1983	12,0	4,0	32,0	48,0		48,0	Desclassificado
286196	CRISTIELE BATISTA OLIVEIRA	03/01/1986	12,0	4,0	32,0	48,0		48,0	Desclassificado
286487	WEDJA MARIA ARRUDA DOS SANTOS	12/12/1989	12,0	4,0	32,0	48,0		48,0	Desclassificado
284892	ALAINE DE CARVALHO GOMES	27/08/1990	12,0	4,0	32,0	48,0		48,0	Desclassificado
286969	JULIERME CARDOSO DE ARAUJO	28/12/1994	12,0	4,0	32,0	48,0		48,0	Desclassificado
286637	BRUNO FREITAS DOS SANTOS	23/03/1996	12,0	4,0	32,0	48,0		48,0	Desclassificado
287169	LUCIANA DA SILVA	19/04/1997	12,0	4,0	32,0	48,0		48,0	Desclassificado
285149	INES TERESINHA DA SILVA	04/02/1965	8,0	8,0	32,0	48,0		48,0	Desclassificado
285583	DANIELE SOARES GODOI	05/07/1995	8,0	8,0	32,0	48,0		48,0	Desclassificado
286728	SAMUEL RAMOS DOS SANTOS	28/11/1996	8,0	8,0	32,0	48,0		48,0	Desclassificado
287111	MARIA ELOISA DA SILVA	18/08/1977	16,0	4,0	28,0	48,0		48,0	Desclassificado
285021	ELISABETE VICENTE DE OLIVEIRA	13/04/1982	16,0	4,0	28,0	48,0		48,0	Desclassificado
285703	MARIA WEDJA ALVES DE BRITO	08/09/1983	16,0	4,0	28,0	48,0		48,0	Desclassificado
286598	CLEONICE FRANÇA FERREIRA FOGO	01/05/1994	16,0	4,0	28,0	48,0		48,0	Desclassificado
286516	LEILA ANGELICA MACEDO SILVA	21/09/1989	12,0	8,0	28,0	48,0		48,0	Desclassificado
285930	ALEX DE MELO SILVA	11/12/1992	8,0	12,0	28,0	48,0		48,0	Desclassificado
286623	MARIA DAS DORES SILVA	16/09/1975	16,0	8,0	24,0	48,0		48,0	Desclassificado
286954	GEILSON FERREIRA DA SILVA	18/04/1997	16,0	8,0	24,0	48,0		48,0	Desclassificado
286617	INDIONARIA DE SOUZA ANJOS	17/11/1991	12,0	12,0	24,0	48,0		48,0	Desclassificado
285518	JANDIRA DE MATOS RANGEL	14/09/1979	0,0	4,0	40,0	44,0		44,0	Desclassificado
285567	HALANDA JESSICA RODRIGUES DE OLIVEIRA	24/05/1993	0,0	4,0	40,0	44,0		44,0	Desclassificado
284992	DENISE CATIA BORDIN	14/12/1988	4,0	4,0	36,0	44,0		44,0	Desclassificado
285726	VANESSA PEDRO DOS SANTOS	03/12/1990	4,0	4,0	36,0	44,0		44,0	Desclassificado
285883	NIVALDA APARECIDA CARDOSO SOUZA	20/11/1968	8,0	4,0	32,0	44,0		44,0	Desclassificado
286548	MIDIAN MARIA DE MORAIS SOARES	25/08/1975	8,0	4,0	32,0	44,0		44,0	Desclassificado
285673	VANEZA DE SOUZA SILVA	05/04/1991	8,0	4,0	32,0	44,0		44,0	Desclassificado
286657	ANDRESSA CAMILA ENDL	04/05/1993	8,0	4,0	32,0	44,0		44,0	Desclassificado
285954	HELOIZA POLYANNA NASCIMENTO	26/06/1996	8,0	4,0	32,0	44,0		44,0	Desclassificado
286578	RAFAELA PEREIRA DA SILVA SOUZA	11/07/1996	8,0	4,0	32,0	44,0		44,0	Desclassificado
285663	GABRIELLY RIBEIRO HENNING	09/04/1998	8,0	4,0	32,0	44,0		44,0	Desclassificado
287205	MARIA ODENIL DA COSTA NOBRES	20/08/1976	4,0	8,0	32,0	44,0		44,0	Desclassificado
284938	NEIVA SILVEIRA DAVILA	10/04/1983	4,0	8,0	32,0	44,0		44,0	Desclassificado

286596	MARIA DO SOCORRO CARVALHO NASCIMENTO	25/09/1995	4,0	8,0	32,0	44,0		44,0	Desclassificado
285176	PATRÍCIA RODRIGUÊS ALVES	09/01/1998	4,0	8,0	32,0	44,0		44,0	Desclassificado
287095	ANA DOS SANTOS	14/08/1968	12,0	4,0	28,0	44,0		44,0	Desclassificado
286345	MARIA FATIMA	05/12/1972	12,0	4,0	28,0	44,0		44,0	Desclassificado
286448	SEBASTIANA BARBOSA ASSIS SILVA	30/04/1973	12,0	4,0	28,0	44,0		44,0	Desclassificado
285871	TANIA MARA SCHIAVINI	30/10/1978	12,0	4,0	28,0	44,0		44,0	Desclassificado
286355	ROMEIRIVAN NERES DE ARAUJO	25/06/1979	12,0	4,0	28,0	44,0		44,0	Desclassificado
284818	ANA APARECIDA SILVA MACEDO	25/07/1979	12,0	4,0	28,0	44,0		44,0	Desclassificado
287206	GUIOMAR DIAS DA COSTA PEREIRA	28/02/1981	12,0	4,0	28,0	44,0		44,0	Desclassificado
286486	LUCÉLIA DA GUIA MACIEL	07/08/1986	12,0	4,0	28,0	44,0		44,0	Desclassificado
286282	ÁQUILA PRISCILA DA SILVA SOUSA	04/08/1988	12,0	4,0	28,0	44,0		44,0	Desclassificado
285465	ELAINE SOUSA CORDEIRO	26/07/1985	8,0	8,0	28,0	44,0		44,0	Desclassificado
285665	MICAÉLLE CAETANO DE ALENCAR	01/09/1992	8,0	8,0	28,0	44,0		44,0	Desclassificado
284811	NILSE MINUSSI	14/06/1966	16,0	4,0	24,0	44,0		44,0	Desclassificado
285530	MAIKELY SAMPAIO	01/11/1989	16,0	4,0	24,0	44,0		44,0	Desclassificado
284870	SINEIA PAULUS DESTRO	14/02/1985	12,0	8,0	24,0	44,0		44,0	Desclassificado
285395	CLAUDIA OLIVEIRA DA SILVA	10/01/1994	12,0	8,0	24,0	44,0		44,0	Desclassificado
285724	GILVANIA VITORINO DA SILVA	03/02/1994	12,0	8,0	24,0	44,0		44,0	Desclassificado
285494	JONATAS MORAIS SOARES	21/10/1996	12,0	8,0	24,0	44,0		44,0	Desclassificado
285569	THAIS FERREIRA FERNANDES	13/02/1992	0,0	4,0	36,0	40,0		40,0	Desclassificado
286148	FRANCINETE OTAVIANO DA SILVA	01/10/1978	4,0	4,0	32,0	40,0		40,0	Desclassificado
286336	CATIA VICENTE TEIXEIRA	18/09/1988	4,0	4,0	32,0	40,0		40,0	Desclassificado
286420	LUZIENE DOS SANTOS RAMOS	13/12/1993	4,0	4,0	32,0	40,0		40,0	Desclassificado
285485	OLINDINA MÁRCIA BARRETO DE SOUZA	19/01/1981	8,0	4,0	28,0	40,0		40,0	Desclassificado
285121	PATRICIA XAVIER DA SILVA	27/11/1988	8,0	4,0	28,0	40,0		40,0	Desclassificado
286782	ANA MARIA DOS SANTOS	20/12/1989	8,0	4,0	28,0	40,0		40,0	Desclassificado
286736	MARCIA LUCIA RONSONI CIQUEIRA SILVA	19/09/1993	8,0	4,0	28,0	40,0		40,0	Desclassificado
285218	FATIMA HELENA SILVEIRA FERNAN-DES	19/07/1963	12,0	4,0	24,0	40,0		40,0	Desclassificado
287066	SILVIA CALVIS TEIXEIRA FILHA AZAMBUJA	13/07/1966	12,0	4,0	24,0	40,0		40,0	Desclassificado
284824	WILZA SANTOS TEIXEIRA	27/09/1988	12,0	4,0	24,0	40,0		40,0	Desclassificado
286463	PATRICIA APARECIDA FERREIRA	20/11/1988	12,0	4,0	24,0	40,0		40,0	Desclassificado
285225	LUANA RAIANE SANTANA DA SILVA	08/06/1993	12,0	4,0	24,0	40,0		40,0	Desclassificado
286828	KAREN SILVA DE SOUZA AMERICO	30/09/1994	12,0	4,0	24,0	40,0		40,0	Desclassificado
285279	REGIANE ALVARENGA MEDEIROS	10/03/1997	12,0	4,0	24,0	40,0		40,0	Desclassificado
285292	CLAUDEMIR HENRIQUE GRANDIS	06/12/1990	8,0	8,0	24,0	40,0		40,0	Desclassificado
286167	GÉSSICA DE AMEIDA SANTOS	20/06/1992	8,0	8,0	24,0	40,0		40,0	Desclassificado
287064	ANDRESSA TEIXEIRA AZAMBUJA	05/06/1998	8,0	8,0	24,0	40,0		40,0	Desclassificado
285039	GISELE SANTANA SILVA	22/11/1996	12,0	8,0	20,0	40,0		40,0	Desclassificado
285709	ZILDA SOUZA RIZZOTTO	20/02/1965	0,0	4,0	32,0	36,0		36,0	Desclassificado
286408	ELIAS DE SOUZA	16/02/1972	4,0	4,0	28,0	36,0		36,0	Desclassificado
286627	DEUZENICE FERREIRA DE OLIVEIRA	31/10/1979	4,0	4,0	28,0	36,0		36,0	Desclassificado
286078	MARTA PEREIRA SOUZA	21/10/1974	8,0	4,0	24,0	36,0		36,0	Desclassificado
286473	MARIA INES BATISTA DA SILVA	23/08/1984	8,0	4,0	24,0	36,0		36,0	Desclassificado
285112	JESIANE PEREIRA DA COSTA	20/09/1992	8,0	4,0	24,0	36,0		36,0	Desclassificado
285029	MARINA CONCEIÇÃO SILVA	06/11/1996	8,0	4,0	24,0	36,0		36,0	Desclassificado
285545	PATRICIA CAMARGO	06/04/1979	12,0	4,0	20,0	36,0		36,0	Desclassificado
284867	SILVANA AZEVEDO SANTOS	19/12/1988	8,0	8,0	20,0	36,0		36,0	Desclassificado
284836	JUCELIA GONCALVES	13/01/1977	4,0	4,0	24,0	32,0		32,0	Desclassificado
286425	ELIANE ALVES FARIAS	23/05/1978	4,0	4,0	24,0	32,0		32,0	Desclassificado
285496	SONI MARA LEIDENS	25/03/1987	4,0	4,0	24,0	32,0		32,0	Desclassificado
287212	SHEYLA PATRICIA DA SILVA	01/11/1987	4,0	4,0	24,0	32,0		32,0	Desclassificado
286233	MIRINALDA DO SOCORRO COSTA MACIEL	17/03/1988	4,0	4,0	24,0	32,0		32,0	Desclassificado
286356	ANÁLIA SOUSA DOS SANTOS	28/04/1990	4,0	4,0	24,0	32,0		32,0	Desclassificado
286240	CELIA SOARES LAUERSDORS	05/08/1977	0,0	8,0	24,0	32,0		32,0	Desclassificado
286570	TALITA VIRGINIA SOUZA DA SILVA	08/02/1995	8,0	4,0	20,0	32,0		32,0	Desclassificado
287168	RITAMARA OLIVEIRA DA SILVA	02/03/1995	8,0	4,0	16,0	28,0		28,0	Desclassificado
285806	CLEONICE BARBOSA VILASBOAS BOTH	08/06/1970	0,0	4,0	20,0	24,0		24,0	Desclassificado
286713	LUZIA FRANCISCA PEREIRA FRANCA	03/11/1979	4,0	4,0	16,0	24,0		24,0	Desclassificado
287098	ANTONIO CICERO NOBRE	30/03/1963	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
286229	LAURIDETE MARCI CRUZ	15/01/1972	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
285678	VALDEMIR ANDRETTA	28/03/1972	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
284837	AVAIR DE OLIVEIRA FAVALESSA	12/05/1972	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
286868	EVERALDO TEODORO DO AMARAL	02/08/1972	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
286287	NADIL MARIA DE PAIVA	14/08/1976	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
286625	REGINA CÉLIA DE SOUZA	06/04/1977	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
287193	ANA LUCIA PESSOA DE OLIVEIRA	01/12/1977	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
285580	EDNA SILVA CAMARGO	26/02/1979	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
285407	KATIA CASSIA DE OLIVEIRA	24/06/1979	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
284995	ALEXANDRA TEIXEIRA DA SILVA	04/12/1979	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
285141	PAULA CRISTINA DE SOUZA	23/08/1982	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
285315	MÁRCIA APARECIDA LARROZA	29/12/1982	---	---	---	N/C		---	Desclassificado

285109	LETÍCIA PEREIRA	24/03/1984	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
286688	VALDILENE SANTOS	04/05/1984	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
285717	CARLOS DAVID ARAUJO	22/09/1984	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
285202	MACELAINE DOS SANTOS LISBOA	27/10/1984	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
285514	CONSUELO LIMA DA SILVA DUARTE	30/07/1985	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
285129	JANAÍ ARAÚJO DA SILVA	10/12/1987	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
286293	TAISA GUIDINI	31/08/1988	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
287173	LILIAN SOUZA DE CARVALHO	11/09/1988	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
286766	SAMUEL DA SILVA ROCHA	01/03/1989	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
285335	IZABEL CORDEIRO DA SILVA	22/12/1989	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
286351	ADIELLE LINS DE LIMA	24/11/1990	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
285693	ADRIANA MARIA ARAÚJO DOS SANTOS	12/09/1991	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
285499	LAIS GIOVANNA SOUZA DA FONSECA	20/11/1991	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
286101	MARIA DIVANILDA DOS SANTOS SILVA	03/01/1992	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
286672	JENIFFER TAILA DE ANDRADE MARQUES	15/01/1992	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
285155	MICHELE ALMEIDA MARTINS	20/10/1992	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
285094	WALLEX DA SILVA SANTOS	28/09/1993	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
284933	THAMARA CRISTINA DE JESUS	04/11/1993	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
285118	STEPHANY CARMO FARIAS MENDES	19/01/1994	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
286513	TATIANE OLIVEIRA SOARES	28/11/1994	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
285157	KAMILA BLAUTH	25/02/1995	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
286867	TAINARA GONZAGA DO AMARAL	24/04/1996	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
285060	TAMIRIS YARA DA SILVA FRANÇA	19/10/1996	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
285854	JANAINA HEBERLE	13/10/1997	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
286894	RAFAEL CONCEIÇÃO SANTANA	13/04/1998	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
285222	NAINE ADRIELI BORGES DE AGUIAR LAHR	09/03/2000	---	---	---	N/C		---	Desclassificado

AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO ITAMARATI NORTE

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	C. G.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
286817	ANGÉLICA FERRARI GUADAGNIN	20/12/1990	16,0	8,0	56,0	80,0		80,0	
285892	SOLANGE FERNANDES DE SÁ	16/01/1985	12,0	4,0	52,0	68,0	10,0	78,0	
286430	DENISE MARQUES ROSA	02/09/1999	20,0	8,0	44,0	72,0		72,0	
287208	ALESSANDRA SILVA DOS SANTOS PEDROSO	07/02/1983	20,0	4,0	44,0	68,0		68,0	
286821	CLEITON FARIAS DA SILVA	01/11/1990	20,0	8,0	40,0	68,0		68,0	
284886	CRISTIANE SOARES PEREIRA	25/12/1989	8,0	4,0	40,0	52,0	10,0	62,0	
285416	HÉRICA RAFAELA SANTOS COSTA	05/11/1989	16,0	4,0	32,0	52,0	10,0	62,0	
286658	DANILLA ALVES	09/07/1991	12,0	8,0	36,0	56,0	5,0	61,0	
286396	ROSENITA NASCIMENTO DA COSTA	10/08/1990	16,0	4,0	40,0	60,0		60,0	
286485	ANA LUCIA CESARIO DOS SANTOS	07/07/1988	12,0	8,0	40,0	60,0		60,0	
284965	DEISY MARTINS SOARES	17/12/1992	16,0	8,0	36,0	60,0	0,0	60,0	
285334	AMANDA FERNADES PEREIRA	29/11/1994	12,0	4,0	40,0	56,0		56,0	
286560	MANON CRISTINE ALVES DOS SANTOS	16/12/1991	16,0	4,0	36,0	56,0		56,0	
286210	VANESSA AMÉLIA BENTO	02/11/1991	12,0	8,0	32,0	52,0		52,0	
285331	MARIA APARECIDA PEREIRA DE MELO SILVA	24/03/1981	16,0	4,0	28,0	48,0		48,0	Desclassificado
284846	LUCIELI PINTO	15/11/1989	16,0	4,0	28,0	48,0		48,0	Desclassificado
284895	JOSIMARA SOUZA DA COSTA	12/04/1989	8,0	4,0	32,0	44,0		44,0	Desclassificado
286378	BRUNA CORDEIRO DE MELO	28/07/1998	4,0	4,0	32,0	40,0		40,0	Desclassificado
286041	BRUNA MARTINS DA GUIA	20/06/1996	12,0	4,0	24,0	40,0		40,0	Desclassificado
284975	JULIENE MENDES DE SOUZA	15/05/1968	12,0	8,0	20,0	40,0		40,0	Desclassificado
287164	LUIZA PEREIRA DE ARRUDA	09/10/1975	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
286333	AMANDA MENDES DE SOUZA	24/07/1993	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
287137	MIKAELA PEREIRA SOUZA	19/08/1995	---	---	---	N/C		---	Desclassificado

AGENTE EDUCACIONAL - DISTRITO MARECHAL RONDON

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	C. G.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
285147	ANDRESSA CRISTINA PEREIRA DAMASCO	16/06/1985	12,0	8,0	56,0	76,0	10,0	86,0	
285432	CLEA RODRIGUES DA SILVA	22/05/1981	16,0	4,0	48,0	68,0	10,0	78,0	
286182	JENNIFFER MACHADO	15/11/1988	12,0	4,0	48,0	64,0	10,0	74,0	
286698	HEMYLINN GIOVANA FIIRST RAUBER	29/09/1996	12,0	8,0	48,0	68,0		68,0	
285006	ELENITA PAZ MENDES	01/09/1986	16,0	4,0	40,0	60,0		60,0	
285635	SILVANA SEBASTIANA FERREIRA	17/08/1981	16,0	8,0	28,0	52,0	6,0	58,0	
285317	TEREZINHA DE FÁTIMA DUARTE SIMOURA	11/08/1965	16,0	4,0	24,0	44,0		44,0	Desclassificado
286366	CLAUDIANE QUEZO ZAEZAE	20/02/1986	4,0	4,0	32,0	40,0		40,0	Desclassificado
286660	ZENIRA VIEIRA	25/10/1980	0,0	8,0	32,0	40,0		40,0	Desclassificado
285180	JAKELINE DA SILVA ALVES	28/02/1988	---	---	---	N/C		---	Desclassificado

PROFESSOR/ LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ÁREA URBANA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	C.G.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
285830	LUCIANA ALCANTARA NASCIMENTO	06/09/1975	24,0	8,0	52,0	84,0	35,0	119,0	
284891	REGINA FRANCO FIUZA	16/03/1970	20,0	8,0	48,0	76,0	33,0	109,0	
285912	LUCIANE TONIAZZO DE CAMARGO	04/09/1968	16,0	8,0	40,0	64,0	32,0	96,0	
285554	ISABELA APARECIDA SOLTO FIUZA	15/01/1976	16,0	8,0	40,0	64,0	31,0	95,0	
286725	ROSANGELA LINDINALVA DA SILVA	12/05/1982	20,0	4,0	48,0	72,0	20,0	92,0	
286134	ALESSANDRA ALBURQUERQUE DA SILVA	02/11/1978	24,0	4,0	44,0	72,0	20,0	92,0	
286039	HILDA MARIA OLIVEIRA DA SILVA	03/07/1977	12,0	8,0	40,0	60,0	32,0	92,0	
286043	ROSANGELA DOS SANTOS MENDES	04/03/1970	16,0	4,0	36,0	56,0	35,0	91,0	
285866	SUZANA MALAQUIAS DE SOUSA OLIVEIRA	01/08/1987	20,0	4,0	44,0	68,0	20,0	88,0	
286159	NATÉRCIA BARRETO DA SILVA	09/07/1979	20,0	8,0	40,0	68,0	20,0	88,0	
285762	ROSIANA DA SILVA OLIVEIRA	23/08/1985	20,0	8,0	40,0	68,0	20,0	88,0	
284806	ELISABETE MARIA RENA	27/04/1979	4,0	4,0	44,0	52,0	35,0	87,0	
286017	MARIA HELENA MARQUES	01/12/1960	20,0	4,0	28,0	52,0	35,0	87,0	
286386	SILVANA PADILHA DA SILVA TONET	12/07/1981	16,0	4,0	44,0	64,0	22,0	86,0	
284908	CAROLINE SILVA DE ARAUJO	05/09/1991	12,0	4,0	48,0	64,0	21,0	85,0	
285905	FRANCITANIA RODRIGUES DOURADO	16/09/1980	16,0	4,0	44,0	64,0	20,0	84,0	
285057	JAQUELINE MALAGUT BUENO	04/11/1987	20,0	8,0	36,0	64,0	20,0	84,0	
285271	VIVIANE DUARTE DOS SANTOS	26/08/1976	16,0	8,0	36,0	60,0	24,0	84,0	
286492	LENILDA MARGARIDA RODRIGUES DE OLIVEIRA	17/10/1968	20,0	4,0	36,0	60,0	23,0	83,0	
285685	DAIANA RAQUEL LIMA	05/02/1991	16,0	4,0	40,0	60,0	22,0	82,0	
285910	BRUNA JULIANA BASTIANI	27/11/1990	12,0	4,0	44,0	60,0	21,0	81,0	
285562	ROSELY GUEDES DA SILVA FORMAGGI	10/04/1977	16,0	4,0	40,0	60,0	21,0	81,0	
287180	MARINETE APARECIDA BARBOSA DE MELO	10/06/1979	16,0	4,0	40,0	60,0	21,0	81,0	
285621	SIMONE CRISTIANE CATTANEO	03/09/1972	8,0	8,0	36,0	52,0	29,0	81,0	
285916	ANDREA BORTOLINI DA SILVA	23/07/1984	20,0	4,0	36,0	60,0	20,0	80,0	
284985	LARISSA RODRIGUES DOS SANTOS	02/12/1988	20,0	4,0	36,0	60,0	20,0	80,0	
285012	QUELI DA COSTA E SILVA	20/02/1987	20,0	8,0	32,0	60,0	20,0	80,0	
285237	JOSICLEIA PEREIRA	03/06/1981	24,0	4,0	40,0	68,0	10,0	78,0	
285132	MACARIS ROHDEN	09/08/1984	8,0	4,0	40,0	52,0	25,0	77,0	
285711	GLAUCINEIA LAURIANO LIMA	30/08/1974	20,0	8,0	48,0	76,0		76,0	
286373	CIRLENE GOMES DE OLIVEIRA	07/05/1978	16,0	4,0	48,0	68,0	8,0	76,0	
284984	MARTA HELENA ZAWASKI	20/05/1962	16,0	4,0	36,0	56,0	20,0	76,0	
285913	ADRIANE RIZZOTTO	27/10/1982	16,0	4,0	36,0	56,0	20,0	76,0	
286154	NADJA BARRETO DA SILVA	15/09/1977	12,0	8,0	36,0	56,0	20,0	76,0	
284967	EZINEI DE ARRUDA	04/08/1971	16,0	4,0	32,0	52,0	24,0	76,0	
284866	FERNANDA SANTOS MELO DA SILVA	10/09/1985	8,0	8,0	36,0	52,0	23,0	75,0	
285769	VIVIANE TUNI	18/01/1985	16,0	4,0	44,0	64,0	10,0	74,0	
287091	MARIA SOCORRO DO NASCIMENTO SOARES	10/03/1966	8,0	4,0	44,0	56,0	18,0	74,0	
285542	FABIANA MOTA DE OLIVEIRA	20/01/1984	12,0	4,0	36,0	52,0	22,0	74,0	
285609	VALQUIRIA CRISTINA ZIMMER	23/09/1986	12,0	4,0	36,0	52,0	22,0	74,0	
285687	DANIELLI CINTRA DE SOUZA	04/10/1983	8,0	8,0	36,0	52,0	22,0	74,0	
285815	MICHELLE PATRICIA DOS SANTOS SILVA	11/08/1982	12,0	4,0	36,0	52,0	21,0	73,0	
285774	MAGNA APARECIDA DA SILVA DOS SANTOS	22/10/1994	16,0	8,0	40,0	64,0	8,0	72,0	
285429	CHRISTIAN ROGÉRIO DOS SANTOS	21/11/1994	12,0	4,0	36,0	52,0	20,0	72,0	
285738	AURICÉLIA PIRES CARVALHO	18/04/1983	8,0	8,0	36,0	52,0	20,0	72,0	
286466	LEILA DELISE	22/10/1981	16,0	8,0	28,0	52,0	20,0	72,0	
285469	NAYARA DE PAULO	15/07/1989	16,0	8,0	28,0	52,0	20,0	72,0	
286432	GIRLENE DE AMORIM JESUS	26/05/1983	16,0	8,0	40,0	64,0	7,0	71,0	
285564	SILVANA OLIVEIRA DE MENEZES	19/03/1990	24,0	8,0	32,0	64,0	7,0	71,0	
285579	ERICA CRISTHINA CASTRO DE OLIVEIRA	08/11/1983	16,0	8,0	32,0	56,0	15,0	71,0	
285868	VANESSA DE OLIVEIRA GONÇALVES SOUZA	10/09/1979	12,0	4,0	44,0	60,0	10,0	70,0	
286571	RENILDA NUNES SANTANA	15/02/1977	8,0	8,0	36,0	52,0	18,0	70,0	
284852	SILVANA PESSOA	21/04/1971	8,0	4,0	40,0	52,0	17,0	69,0	
284808	MICHELLI DE OLIVEIRA GOULARTE	16/10/1987	16,0	8,0	44,0	68,0		68,0	
284833	IVANEI SALETE CAMPANHARO	04/11/1973	16,0	8,0	32,0	56,0	12,0	68,0	
285316	ANA CLAUDIA LOSS DA SILVA	13/01/1989	12,0	8,0	32,0	52,0	16,0	68,0	
286138	SANDRA VIANA AGUIAR	25/12/1965	8,0	4,0	44,0	56,0	11,0	67,0	
286461	LÉIA DELISE	24/10/1984	20,0	4,0	40,0	64,0	3,0	67,0	
284826	DIRCILENE MARIA DE OLIVEIRA MOTA	05/12/1981	8,0	4,0	40,0	52,0	15,0	67,0	
285939	JULIANE APARECI AMARO DA SILVA	28/02/1990	12,0	4,0	36,0	52,0	14,0	66,0	
286614	JULIANA ALVES BISPO MOREIRA DA SILVA	16/12/1982	16,0	8,0	32,0	56,0	9,0	65,0	
286481	ROSIANI ALVES SANTANA ROBERTO	09/02/1983	12,0	4,0	40,0	56,0	8,0	64,0	
286572	SILVANA DE AVILA DEL BARCO	27/05/1984	16,0	4,0	40,0	60,0	3,0	63,0	
285020	CLAUDEVÂNIA APARECIDA DE SOUZA	25/11/1977	12,0	4,0	36,0	52,0	10,0	62,0	
286222	DANIELA SIMÕES GARCIA	25/09/1979	12,0	4,0	36,0	52,0	10,0	62,0	

286714	SANDRA MARIA BUBULA	27/02/1981	12,0	4,0	36,0	52,0	10,0	62,0	
285722	VIVIANE ANTUNES VIEIRA CARDOSO	08/10/1990	12,0	4,0	36,0	52,0	10,0	62,0	
285509	VALTIANE CARVALHO MARIANO	06/05/1988	16,0	4,0	32,0	52,0	10,0	62,0	
286384	ADAIANA MAXIMA MOURA	04/09/1988	12,0	8,0	32,0	52,0	10,0	62,0	
286641	NATIELY DOS SANTOS FREITAS	25/12/1996	20,0	8,0	32,0	60,0	1,0	61,0	
285737	VALDENICE DE FÁTIMA FERREIRA ACCO	27/05/1981	16,0	4,0	40,0	60,0	0,0	60,0	
286730	ANDRÉIA SILVA SANTOS	09/04/1995	16,0	4,0	40,0	60,0		60,0	
286581	JUCIANE MARTINS KOTTWITZ DO NASCIMENTO	01/10/1990	16,0	8,0	36,0	60,0		60,0	
284878	ROSENILDA UMBELINA	03/03/1980	12,0	12,0	36,0	60,0		60,0	
287103	TATIANE CAROLINA WEISS ARAÚJO	01/03/1979	20,0	4,0	32,0	56,0	4,0	60,0	
286177	YNGRID FRATA LOPES DE LOURDES	09/01/1994	8,0	8,0	40,0	56,0		56,0	
285523	CARLA WALESKA LIMA ZAMPARONE	29/01/1978	16,0	8,0	32,0	56,0		56,0	
284959	MELINA GURGEL	16/09/1980	16,0	8,0	32,0	56,0	0,0	56,0	
285890	ANGELA VERIDIANA POSSO	10/07/1982	8,0	4,0	40,0	52,0	1,0	53,0	
286800	ADRIANA APARECIDA GOMES COSTA	18/09/1982	12,0	8,0	32,0	52,0	0,0	52,0	
286959	INES TEREZINHA WALKER KELLER	16/06/1964	20,0	8,0	24,0	52,0		52,0	
286673	LUCILENE TORRES FURTADO	14/07/1975	4,0	4,0	40,0	48,0		48,0	Desclassificado
286002	REGINA CELIA PEDROZO GOULART DE OLIVEIRA	01/04/1972	8,0	4,0	36,0	48,0		48,0	Desclassificado
285526	MELISSA AMARAL DE TOLEDO SCARANELO	29/09/1975	8,0	4,0	36,0	48,0		48,0	Desclassificado
285051	MARIA EDILEUSA DA SILVA	02/07/1978	8,0	4,0	36,0	48,0		48,0	Desclassificado
286703	ELIZABETH GOMES DOS SANTOS CAMELO	25/09/1978	8,0	4,0	36,0	48,0		48,0	Desclassificado
285179	WESEKEI FERNANDA DA SILVA	06/09/1990	8,0	4,0	36,0	48,0		48,0	Desclassificado
284897	HELISANDRA CRIS MISTRO	24/11/1977	4,0	8,0	36,0	48,0		48,0	Desclassificado
285708	SIRLEI FERNANDES DA SILVA	09/06/1979	12,0	4,0	32,0	48,0		48,0	Desclassificado
287135	ELAINE RODRIGUES GUALBERTO	11/02/1991	12,0	4,0	32,0	48,0		48,0	Desclassificado
285284	ANANDA FRANCIELE DOS SANTOS FONSECA	05/08/1994	8,0	8,0	32,0	48,0		48,0	Desclassificado
286697	LIANE FRANCISCA ELI VACCA	18/04/1976	16,0	4,0	28,0	48,0		48,0	Desclassificado
285036	ELIANE DE OLIVEIRA VENTURA	21/02/1978	16,0	4,0	28,0	48,0		48,0	Desclassificado
286836	LUZIA CAMILA MOTA DE CARVALHO	03/09/1990	16,0	4,0	28,0	48,0		48,0	Desclassificado
286342	MARINILZA NOGUEIRA DA CRUZ	29/05/1968	12,0	8,0	28,0	48,0		48,0	Desclassificado
287210	GISLENE LOPES DA SILVA SATHLER	18/07/1987	12,0	8,0	28,0	48,0		48,0	Desclassificado
284913	SERGIO FERREIRA DA SILVA MATOS	19/08/1983	8,0	12,0	28,0	48,0		48,0	Desclassificado
287117	VIVIANE RODRIGUES DE ARAUJO	05/07/1975	16,0	8,0	24,0	48,0		48,0	Desclassificado
285480	EVELYSE CONSTÂNCIA DA COSTA LEITE PIMENTA	29/01/1959	20,0	8,0	20,0	48,0		48,0	Desclassificado
285689	ROSÂNGELA APARECIDA PEINADO PEREIRA	02/04/1977	8,0	4,0	32,0	44,0		44,0	Desclassificado
286629	MÉRCIA GERALDO PEREIRA	19/01/1984	8,0	4,0	32,0	44,0		44,0	Desclassificado
284807	ROSANGELA BETANIN SANTOS	28/04/1984	8,0	4,0	32,0	44,0		44,0	Desclassificado
286320	NELI TEREZINHA OLIVEIRA	09/05/1964	12,0	4,0	28,0	44,0		44,0	Desclassificado
284797	JOSELMA MARIA DA SILVA	29/07/1983	12,0	4,0	28,0	44,0		44,0	Desclassificado
286168	JULIANA BRUNA DA CRUZ	07/04/1984	16,0	4,0	24,0	44,0		44,0	Desclassificado
285486	MARTA LUIZ RAMOS PAULA	04/10/1963	12,0	8,0	24,0	44,0		44,0	Desclassificado
285525	ARLETE SOARES SILVA PINTO	20/08/1976	12,0	8,0	24,0	44,0		44,0	Desclassificado
285001	ANDRESSA LUIZA PEREZ	03/03/1990	20,0	4,0	20,0	44,0		44,0	Desclassificado
285249	ALINE GOMES DA SILVA LIMA	04/02/1992	16,0	8,0	20,0	44,0		44,0	Desclassificado
285071	MARLI TERESINHA VOLPATTO DE ARAUJO	13/04/1965	4,0	4,0	32,0	40,0		40,0	Desclassificado
286525	DANIELI APARECIDA PEREIRA DA SILVA	05/08/1984	4,0	4,0	32,0	40,0		40,0	Desclassificado
286680	JANAINA ALMEIDA DE SOUZA	31/01/1987	4,0	4,0	32,0	40,0		40,0	Desclassificado
286313	MARLENE GODOY GUERRA SANTANA	12/09/1972	8,0	4,0	28,0	40,0		40,0	Desclassificado
285095	ILZA RODRIGUES DE SOUZA	20/03/1973	8,0	4,0	28,0	40,0		40,0	Desclassificado
285749	ANA PAULA DA SILVA MEDEIROS	03/04/1975	8,0	4,0	28,0	40,0		40,0	Desclassificado
286174	MARIZETE SILVA DAS PEDRAS	02/09/1977	8,0	4,0	28,0	40,0		40,0	Desclassificado
286464	ROSINEI AGUIAR COUTINHO	19/03/1985	8,0	4,0	28,0	40,0		40,0	Desclassificado
286429	MARIA APARECIDA VIEIRA	18/02/1976	12,0	4,0	24,0	40,0		40,0	Desclassificado
285668	ELIETE XAVIER QUADROS	17/08/1977	12,0	4,0	24,0	40,0		40,0	Desclassificado
285864	CRISTIANE ARLINDA MARCELINO	19/12/1976	8,0	8,0	24,0	40,0		40,0	Desclassificado
284889	MARA SILVANA BRIGO GEISS	09/02/1970	4,0	12,0	24,0	40,0		40,0	Desclassificado
286671	MARCIANA DE OLIVEIRA	19/04/1992	16,0	8,0	16,0	40,0		40,0	Desclassificado
286562	FERNANDA CARLA CARMINATTI	04/01/1987	4,0	4,0	28,0	36,0		36,0	Desclassificado
285203	CINTIA EIKO ASSAKURA CHAGAS	31/01/1986	0,0	8,0	28,0	36,0		36,0	Desclassificado
285681	MARIA APARECIDA DE SOUZA	19/12/1972	4,0	4,0	24,0	32,0		32,0	Desclassificado
285965	JOSIANE DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO FERREIRA	21/01/1987	8,0	4,0	20,0	32,0		32,0	Desclassificado
285415	VILMA SILVA PEREIRA	19/04/1985	12,0	4,0	16,0	32,0		32,0	Desclassificado
286616	MERINDA FERREIRA DOS SANTOS	13/02/1978	8,0	8,0	16,0	32,0		32,0	Desclassificado
285493	JOANITA SALES DA COSTA LEIDENS	22/07/1962	4,0	4,0	16,0	24,0		24,0	Desclassificado
286164	AMANDA TATIANE NUNES DA COSTA	30/11/1985	8,0	4,0	4,0	16,0		16,0	Desclassificado
285713	LURDES ARCONTI SPIRONELLO	12/08/1964	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
284905	CLEONICE ROBERTO DE MELO	23/07/1972	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
285144	ELIZEIA APARECIDA BOROVIEC	30/04/1976	---	---	---	N/C		---	Desclassificado

286731	LEIA DOS SANTOS BULGARELLI	21/05/1980	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
285213	ROSILEI SCHMITT	10/08/1980	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
284816	CLARINA DA SILVA CARDOSO	03/07/1981	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
285629	LILIANE MOREIRA FERMINO	30/10/1983	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
284857	ADRIANA NOGUEIRA VIANA ANDRETTA	01/03/1984	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
285464	ALEXANDRE SILVEIRA IRBER	17/07/1984	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
285767	GRACIELE DE JESUS MARINHO	27/10/1985	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
285543	LEILA MARA MADERS BORGES	22/08/1986	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
286023	FRANCILENE IAW DE ALMEIDA	07/09/1988	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
286338	TAMARA DA SILVA LIMA	03/04/1993	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
286398	LAÍS GALVÃO AVELAR	16/06/1993	---	---	---	N/C		---	Desclassificado

PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	C.G.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
285859	PATRICIA KRETLI CORRADI	08/12/1990	20,0	8,0	32,0	60,0		60,0	
285572	CAMILA APARECIDA ANTONIAZZI	14/11/1990	16,0	4,0	24,0	44,0		44,0	Desclassificado
284868	DONIZETE SOARES DOS SANTOS	07/09/1989	4,0	4,0	24,0	32,0		32,0	Desclassificado
286086	DALIENE MARIA DE JESUS	03/06/1991	8,0	4,0	16,0	28,0		28,0	Desclassificado
285479	VALDOMIRO DE JESUS GONCALVES	02/06/1973	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
286058	ALEX CESAR LIMA SAUER	18/06/1993	---	---	---	N/C		---	Desclassificado

PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	C.G.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
286491	LUCIANA DE OLIVEIRA SILVA	08/06/1982	16,0	4,0	40,0	60,0	19,0	79,0	
285607	DIOGO MICHAEL HEPP	23/07/1986	16,0	4,0	48,0	68,0	10,0	78,0	
286527	ADILAINE BRITO PEREIRA	13/07/1983	12,0	4,0	40,0	56,0	18,0	74,0	
285831	JOÃO JULIO ANUNCIAÇÃO CAMPOS	15/03/1972	12,0	8,0	40,0	60,0	10,0	70,0	
285667	ERICK CARLOS XAVIER BARBOSA	03/02/1990	20,0	4,0	40,0	64,0		64,0	
285127	LILIAN VIEIRA DA SILVA	28/09/1992	16,0	4,0	32,0	52,0	0,0	52,0	
285696	ANTONIO CARLOS PERUCIO JUNIOR	11/03/1988	4,0	4,0	40,0	48,0		48,0	Desclassificado
285654	VALQUIRIA RENITHA FAY SILVA	19/04/1991	12,0	4,0	32,0	48,0		48,0	Desclassificado
285577	ELAINE TEIXEIRA SOARES	28/05/1980	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
286076	RAFAEL LAMPERT BAIRROS	19/03/1988	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
284988	DANILO OLIVEIRA BRAGA	16/06/1995	---	---	---	N/C		---	Desclassificado

PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	C.G.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
285207	ELIZANE SOUZA DOS SANTOS	24/09/1991	16,0	12,0	32,0	60,0		60,0	
286666	DORGILENE MARIA DOS SANTOS	22/01/1992	8,0	4,0	32,0	44,0		44,0	Desclassificado

PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	C.G.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
285189	EUNICE DA COSTA SILVA VALE	01/07/1971	16,0	8,0	24,0	48,0		48,0	Desclassificado
285790	MARILEUSA PEREIRA	03/12/1980	16,0	4,0	24,0	44,0		44,0	Desclassificado
285756	LUIZ SILVA AVILA	17/11/1987	---	---	---	N/C		---	Desclassificado

PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM LETRAS

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	C.G.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
286099	JOVANICE CECÍLIA DA SILVA	21/11/1984	12,0	8,0	36,0	56,0	26,0	82,0	
285720	REGIANE FORNALSKI PERINI	23/04/1987	24,0	4,0	24,0	52,0	21,0	73,0	
287112	VANESSA CRISTINA ANDRÉ FELÍCIO	29/10/1991	24,0	4,0	28,0	56,0	6,0	62,0	
285731	WAGNER PEREIRA DE SOUZA	05/12/1973	16,0	8,0	32,0	56,0		56,0	
285113	FERNANDA PEREIRA	15/07/1977	24,0	4,0	28,0	56,0		56,0	
285103	ANDREZA CAROLINE SCHMITT DO AMARAL	07/11/1994	20,0	8,0	28,0	56,0		56,0	
286419	SANDRA REGINA RAMIRES	21/10/1974	16,0	8,0	28,0	52,0		52,0	
286855	NADIA QUINTEIRO RAMOS	13/03/1986	16,0	12,0	20,0	48,0		48,0	Desclassificado
285475	IVANEIDE ALVES DE BRITO SANTOS	04/07/1973	16,0	4,0	16,0	36,0		36,0	Desclassificado

286042	GABRIEL MARCHETTO	23/03/1993	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
286767	PRISCILA GONZAGA DO AMARAL ROCHA	02/05/1993	---	---	---	N/C		---	Desclassificado

PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	C.G.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
286456	EDER ANDREI KRISTOSCHIK DOS SANTOS	26/07/1994	12,0	8,0	56,0	76,0		76,0	
286352	LUANA SANTANA DELGADO	11/04/1995	16,0	4,0	44,0	64,0	3,0	67,0	
286098	ANA MÁRCIA DA SILVA	30/04/1991	4,0	4,0	48,0	56,0	10,0	66,0	
286709	JÚLIO CEZAR MARQUES MAIA	02/02/1994	12,0	4,0	48,0	64,0		64,0	
286411	JORGE CLEMENTE SCHIAVO	05/01/1962	12,0	8,0	32,0	52,0	6,0	58,0	
286692	SANDRA MARIA DAVELI SAMPAIO	29/02/1976	4,0	8,0	36,0	48,0		48,0	Desclassificado
285539	CLAUDIO RICARDO ALVES PEREIRA	02/07/1969	12,0	4,0	24,0	40,0		40,0	Desclassificado
285106	ROMÁRIA DE CARVALHO CUNHA	13/10/1985	8,0	4,0	24,0	36,0		36,0	Desclassificado
286676	MOISÉS RAMOS DOS SANTOS	12/08/1993	4,0	4,0	12,0	20,0		20,0	Desclassificado
285468	MAURO PEDRO PAZ	08/12/1962	---	---	---	N/C		---	Desclassificado
286190	MURILO DE SOUZA FELICIANO	02/03/1981	---	---	---	N/C		---	Desclassificado

PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - DISTRITO ITAMARATI NORTE

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	C.G.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
286544	LUZINETE ALVES RODRIGUES DUARTE	29/06/1983	20,0	4,0	44,0	68,0	23,0	91,0	
285332	ANA CLEIDE MARTINS DA SILVA	27/01/1989	12,0	4,0	40,0	56,0	1,0	57,0	
286423	MARIA AUGUSTA DOS SANTOS OLIVEIRA	02/07/1975	12,0	4,0	32,0	48,0		48,0	Desclassificado
287109	LETÍCIA CRISTINE PALUGAN	09/06/1988	8,0	8,0	32,0	48,0		48,0	Desclassificado
286412	LUCIENE DE OLIVEIRA MARCELO SILVA	26/07/1984	12,0	4,0	28,0	44,0		44,0	Desclassificado
285986	ISABEL CARULINA DE MEDEIROS DE OLIVEIRA	24/11/1989	8,0	8,0	28,0	44,0		44,0	Desclassificado

PROFESSOR/LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - DISTRITO MARECHAL RONDON

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	C.G.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
285754	MARIZAM DIAS DO NASCIMENTO	18/11/1968	8,0	4,0	44,0	56,0	10,0	66,0	
286470	ELIANE COSMO DA SILVA LEITE	02/03/1983	12,0	8,0	24,0	44,0		44,0	Desclassificado

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Campo Novo do Parecis- MT, 18 de dezembro de 2017.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal Campo Novo do Parecis – MT	**NELSON MOMBACH** Presidente da Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado n° 002/2017 Portaria 986/2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 223_2017 - PNEUS VIA NOBRE LTDA - PNEUS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 223/2017

PREGÃO: N° 146/2017– REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: PNEUS VIA NOBRE LTDA

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES E CÂMARAS DE AR,

PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL.

VALOR TOTAL: R$ 357.275,00

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 1.104, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerandoo disposto no art. 51 e seus parágrafos da Lei Federal nº 8. 666/93, de 21 de junho de 1993;

Considerando o Memorando nº 759/2017 proveniente da Secretaria Municipal de Administração, datado de 15 de dezembro de 2017;

Considerando a necessidade administrativa,

RESOLVE:

1. SUBSTITUIR *o servidor* **MARCELO DE SOUSA PAESE** na função de membro da Comissão Permanente de Licitações, nomeado pela Portaria n° 232, de 08 de fevereiro de 2017, pela servidora **APARECIDA RIBEIRO DOS SANTOS BERTO**, onde a partir desta data, passa a ser na forma seguinte:

IV – Membro: Aparecida Ribeiro dos Santos Berto, CPF nº 407.694. 881-53, matrícula funcional nº 3839.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 18 dias do mês de dezembro de 2017.

RAFAEL MACHADO **Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de

Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
DECRETO EXECUTIVO Nº 177, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Prorroga o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2016 - Agentes Comunitário de Saúde e Agentes de Combate às Epidemias

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

Considerando *o disposto no art. 37, inciso IX da Constituição Federal;*

Considerandoo disposto na Lei Municipal nº 1.491, de 10 de abril de 2012, que autoriza a contratação de Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, nos termos da Emenda Constitucional nº 51 e Lei Federal nº 11.350/06 e dá outras providências;

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.822, de 05 de abril de 2016, quetransforma cargos na administração direta, reestrutura do plano de cargos, carreiras e vencimentos da administração pública direta e indireta, do município de Campo Novo do Parecis e dá outras providências, e alterações posteriores;

Considerando a Lei Municipal nº. 1.437, de 25 de agosto de 2011, alterada pelas Leis nºs 1.603/2013 e 1.608/2013 que dispõe sobre contratação de pessoal para prestação de serviços em programas com transferência de recursos da União ou do Estado e dá outras providências;

Considerando a necessidade administrativa e o interesse público;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica prorrogado o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, homologado em 06 de fevereiro de 2017, pelo período de mais 12 (doze) meses, a contar de 22 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 18 dias do mês de dezembro de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ANEXO AO DECRETO EXECUTIVO Nº 177, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016

AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS

SEDE MUNICÍPIO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	NOTA
1	GESIANE ATONINA DOS SANTOS DA CRUZ	044.239.951-07	83,5
2	ADRIANA SANTOS DE LIMA SILVA	888.032.952-91	83
3	UELBERT DE JESUS BORGES	087.127.425-62	83
4	MARCIO NASCIMENTO OLIVEIRA	011.665.311-63	77
5	SILVANA APARECIDA PAULINO	988.851.971-91	75,5
6	VALMIRA FERREIRA DO AMARAL	780.328.142-72	73
7	LEANDRO RAFAEL VILARINHO NOBRE	006.214.691-22	73
8	JOSENILDA BARROS SOBRAL	040.275.114-09	73
9	JOEL SOUZA LIMA JUNIOR	018.763.792-00	73
10	VANESSA RODRIGUES DE ARAUJO	502.221.041-04	72,5
11	ELQUENE PRATES RIBEIRO NUNES PEREIRA	017.293.461-38	71,5
12	VANUZA GLERIAN OLIVEIRA	013.424.031-69	68,5
13	MARIA APARECIDA GOMES DE SOUZA	312.920.032-00	67
14	ZILENE LEONEL DA SILVA	013.289.771-70	65,5
15	AMANDA PEREIRA DOS SANTOS	012.539.835-26	65
16	ARIELA ROCHA PEREIRA	014.383.961-63	64,5
17	ANA MARIA DIAS ZARATE	001.777.461-65	62
18	NALUANA LUBIA VIEIRA DE SOUZA	046.902.461-57	61,5
19	SILVANIA ACIOLE MACEDO	051.968.191-69	59
20	NAFLAVIA DA SILVA AZEVEDO	902.890.801-34	58
21	IVANI MARIA DA SILVA MENEZES	046.496.844-55	57,5
22	ANA LUCIA PESSOA DE OLIVEIRA	020.089.905-83	57
23	RODRIGO CONSOLARI NOGARA	062.606.541-03	55,5
24	ANDREIA MARQUES DA SILVA	606.830.703-47	55
25	MARLI APARECIDA LUVIZETO	883.923.689-91	55

26	MARIA LUZIA DA SILVA	106.778.274-58	53,5
27	PEDRO PAULO OLIVEIRA DOS PASSOS	054.617.471-08	53
28	PATRICIA REGINA DE ALMEIDA BARROS	039.366.021-40	52,5
29	SUSANA DA SILVA ARAVA	013.584.441-02	51
30	VALQUIRIA CRISTINA POSSENTI	046.913.731-28	51
31	MARCIA GONÇALVES DE MORAES	013.216.671-27	50
32	KEVIN WILKER DEMARCHI	041.297.321-96	49
33	MARCILEI CRISTINA DREHER	028.468.461-97	47
34	VALERIA CRISTINA POSSENTI	044.956.681-10	46,5
35	ANIELLE LOPES DOS SANTOS	107.789.135-22	46

DISTRITO ITANORTE

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	NOTA
1	BIANCA DA SILVA	048.031.641-42	59
2	ALINE MOREIRA DA SILVA	020.424.391-26	59
3	DAIARA MARINO SOARES	056.468.751-02	51
4	JOSIANE SILVA SANTOS	046.565.581-50	49,5

DISTRITO MARECHAL RONDOM

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	NOTA
1	GILMARA DA ROCHA MENDES	977.048.141-68	67
2	GABRIELLE DE SOUZA	052.216.991-09	57,5

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

USF. JARDIM DAS PALMEIRAS II

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	NOTA
1	RENILDA DE MIRANDA LUCIANA	604.346.941-34	79
2	ROSANE REGINA MARQUETO	842608581-49	75,5
3	KEILA RAMOS OUZA	026566491-88	75
4	RAQUEL PEREIRA MARQUES SANTANA	003013941-48	74,5
5	PATRICIA NASCIMENTO BASTOS	056073275-90	74
6	SIMONE DOS REIS BARROS	026852761-06	69
7	VIVIANE MENDES CHAGAS	819.457.871-04	60,5
8	MARIA EVA ALVES BRITO	037562931-90	59
9	PATRICIA PEREIRA ALVES	025.087.991-30	56,5
10	JANILEIDE DE SOUSA ALMEIDA	938444413-87	50
11	GABRIELE MARIANO ROCHA	056878851-61	50
12	ANDREA PEDROZO	030830291-52	47,5

(PACS) CENTRO DE SAÚDE

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	NOTA
1	NEILA ADRIANA DOS SANTOS	992.267.151-49	78,5
2	APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS MEDINA	964.603.851-49	74,5
3	MARIA DO SOCORRO BARBOZA	007439144-57	59,5
4	LUCIANA DA SILVA BARBOZA	019180374-00	54

USF. OLENKA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	NOTA
1	MARISA CANDIOTTO PRESTES	033.962.699-26	69
2	NILSE MINUSSI	681.548.529-34	57,5
3	ELAINE MIRANDA PESTANA	121675636-80	53
4	TAINA FEITOSA DA SILVA	060.819.611-43	52,5
5	TEREZINHA APARECIDA DE JESUS DA SILVA	459734581-72	50

USF. AMAPA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	NOTA
1	ROSANE DA SILVA MELO DE LUCAS	940.060.752-00	75,5
2	LORENI DORVALINA RODRIGUES	031313521-59	73,5
3	DANIELI COELHO SANTOS	010.954.271-13	67
4	JULIANA THIESEN MILLANI	014.574.511-23	65
5	IZABEL CRISTINA DA SILVA	021520791-24	63
6	JESSICA BARBOSA DOS SANTOS	042504631-17	62
7	CLEOSANE MARIA DE BARROS GERALDES	486.912.081-04	58

USF. JARDIM DAS PALMEIRAS I

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	NOTA
1	JANETE GONÇALVES NUNES	024595971-85	71
2	CLAUDINEIA VELOSO DOS SANTOS	903.920.271-00	70
3	JEMIMA PEREIRA DE OLIVEIRA	062.483.091-83	64
4	ADELAINE RODRIGUES GUALBERTO	019820901-03	57,5
5	DARLAINE FRANCISCA DAS DORES MACEDO	054162021-57	55,5
6	CRISTIELE BATISTA OLIVEIRA	833.423.382-53	52,5
7	VERONICA MARIA DA SILVA	062.151.291-51	52

USF. BOA ESPERANÇA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	NOTA
1	CRISTIANE DO NASCIMENTO OLIVEIRA	021162221-41	88
2	SILVANA APARECIDA BONEIS	035.788.651-84	73,5
3	JUDIRCENE ALMEIDA DOS SANTOS	392.226.242-20	71
4	JOSEANE DA COSTA SILVA	602.980.323-92	57,5
5	TATIANA ALVES SILVA	038570731-28	55,5
6	CLICIA FERREIRA DOS SANTOS	052.168.581-80	55
7	VIVIANE MARSON DA SILVA	009.155.841-74	54
8	MARIA GERLANE SILVA DOS SANTOS	049150901-40	50,5

USF.BEIJA-FLOR

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	NOTA
1	ROZILENE DA SILVA	985.605.491-53	70
2	MARIA JOSE NASCIMENTO SILVA	007.336.341-33	68
3	FRANCISCA IVONETE ALVES	023.072.121-40	67,5
4	ALEXANDRA DE MELO COSTA	861.632.723-15	65,5
5	MARCIA PAULA DE ASSIS	738.843.752-53	59
6	MARIA APARECIDA DOS SANTOS	966.943.001-15	58,5
7	CARLIM REGINA NIEWENSKI SETTI	021.676.761-07	58
8	FLAVIANA DA SILVA PEREIRA	025186131-70	56,5
9	FRANCIELE VIEIRA DOS ANJOS	018543101-19	54
10	ROSILEIA SERIANI DOS SANTOS	014.902.391-03	52,5
11	SIMONE CASSIANO DOS SANTOS	067.293.344-60	51,5
12	ANA FLAVIA CAMPOS ALVES	032943841-73	45,5

USF. NOSSA SENHORA APARECIDA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	NOTA
1	ELIANDRA ANDREA BAYERLE	025.975.089-19	74,5
2	CLAUDINEIA DO CARMO RIBEIRO	031.977.751-04	67
3	LOURDES DE ALMEIDA FERREIRA DA SILVA	000.941.381-25	62,5
4	LIZIANE LUDWISNKI FELIPE	009922811-48	62,5
5	CAROLINE FARIAS GARCIA	940.564.042-91	54,5
6	MARLY EDJANE OLIVEIRA SILVA	040121131-27	52,5
7	EDNA SILVA CAMARGO	941107601-78	51,5
8	LUCIANA DIAS BARRETO SOUZA	831886301-15	47,5

USF. ITANORTE

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	NOTA
1	MARIA DE LOURDES ALVES DE ASSUNÇÃO	694.941.421-87	70
2	CARLA AUGUSTA DA SILVA	925.398.151-20	65,5
3	PATRICIA FERREIRA DE OLIVEIRA	044.055.651-12	65,5
4	LUCILENE VIEIRA	957.030.711-00	64
5	GEDSON BENTO FERNANDES DE LIMA	042.616.591-82	63,5
6	DEISY MARTINS SOARES	035.120.191-29	54,5
7	ANTONIA LINDIANE MARQUES DA SILVA	022.806.373-67	47

UBS. MARECHAL RONDON

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF	NOTA
1	SIMONE APARECIDA FEITOSA	688501072-34	85,5
2	EDINA CRISTINA VON GROLL LORINI	062948119-96	74
4	ROSILDA DE SOUSA ARRUDA RIBEIRO	885.343.241-15	67,5
3	ROZIELI ALMEIDA DE OLIVEIRA	042018491-04	58,5
5	SILVANA SEBASTIANA FERREIRA	959671331-00	55
6	VANILZA FERNANDES DE SOUSA	960.806.201-20	45,5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 224_2017 - ARAGUAIA DISTRIBUIDORA DE PNEUS LTDA - PNEUS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 224/2017

PREGÃO: N° 146/2017– REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: ARAGUAIA DISTRIBUIDORA DE PNEUS LTDA

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES E CÂMARAS DE AR,

PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL.

VALOR TOTAL: R$ 295.940,00

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 188_2017 - GOMES COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - ME - INFORMATICA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 188/2017

PREGÃO: N° 126/2017– REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: GOMES COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE

INFORMÁTICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL

VALOR TOTAL: R$ 31.919,50

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 225_2017 - PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA - PNEUS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 225/2017

PREGÃO: N° 146/2017– REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES E CÂMARAS DE AR,

PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL.

VALOR TOTAL: R$ 333.504,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

ODETE PEREIRA DA SILVEIRA , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 04 da QUADRA 06, LOCALIZADO NA FLORIANOPOLIS, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
02-EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001 - RETIFICA O EDITAL DE ABERTURA DO PSS Nº 001-2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001

RETIFICA EDITAL DE ABERTURA.

O Senhor **JOÃO PAULO RODRIGUES ZAGO**, presidente da **Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado,** nomeada pela Portaria **nº 747 de 09 de Novembro de 2017**, em cumprimento ao disposto no item 18.6 do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, torna público o que segue:

1. RETIFICA O ITEM 6.6. DO EDITAL DE ABERTURA, DOS CANDIDATOS COMO PESSOAS COM DEFICIÊNCIA-PcD, CONFORME SEGUE:

Onde se lê:

6.6 As pessoas com deficiência deverão protocolar junto a Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado, entre os dias **18 e 22/12/2017**, no horário de seu respectivo expediente, **das 07h às 13h**, na sede administrativa da Prefeitura Municipal, **situada na Praça dos Três Poderes, N.º 03, Bairro Centro, Cidade de Campo Verde-MT**, envelope lacrado, com indicação de seu nome, função pretendida, número de Cadastro de Pessoa Física – CPF, endereço e telefone, endereçado à **COMISSÃO EXAMINADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**, contendo: o Requerimento de Inscrição como Pessoa com Deficiência – conforme modelo do **ANEXO III** deste Edital, laudo médico, original ou cópia autenticada, atestando a espécie e o grau/nível da deficiência do Candidato, fazendo expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID e a provável causa da deficiência, nos termos do Decreto Federal n° 3.298/99. **Os laudos médicos encaminhados não serão devolvidos aos candidatos.**

Leia-se:

6.6 As pessoas com deficiência deverão protocolar junto a Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado, entre os dias **18 e 22/12/2017**, no horário de seu respectivo expediente, **das 07h às 13h**, na sede administrativa da Prefeitura Municipal, **situada na Praça dos Três Poderes, N.º 03, Bairro Centro, Cidade de Campo Verde-MT**, envelope lacrado, com indicação de seu nome, função pretendida, número de Cadastro de Pessoa Física – CPF, endereço e telefone, endereçado à **COMISSÃO EXAMINADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**, contendo: o Requerimento de Inscrição como Pessoa com Deficiência – conforme modelo do **ANEXO VI** deste Edital, laudo médico, original ou cópia autenticada, atestando a espécie e o grau/nível da deficiência do Candidato, fazendo expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID e a provável causa da deficiência, nos termos do Decreto Federal n° 3.298/99. **Os laudos médicos encaminhados não serão devolvidos aos candidatos. 2. RETIFICA O ITEM 14.2 DO EDITAL DE ABERTURA, QUANTO AOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE, CONFORME SEGUE:**

Onde se lê:

14.2 A classificação final será realizada por ordem decrescente da pontuação atribuída a cada um dos candidatos, sendo que, no caso de igualdade

da pontuação, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate: a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, até o último dia de inscrição, nos termos da Lei Federal n° 10.741/03, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada; b) Que obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos; c) Que obtiver maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa; d) Que obtiver maior número de acertos na prova de Matemática (se houver); e) Que obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais; f) Que obtiver maior pontuação de títulos (se houver); g) Que tiver mais idade; h) Sorteio público.

Leia-se:

14.2 A classificação final será realizada por ordem decrescente da pontuação atribuída a cada um dos candidatos, sendo que, no caso de igualdade da pontuação, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, até o último dia de inscrição, nos termos da Lei Federal n° 10.741/03, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada; b) Que obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos; **c) Que obtiver maior número de acertos na Prova Prática (se houver) ;** d) Que obtiver maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa; e) Que obtiver maior número de acertos na prova de Matemática (se houver); f) Que obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais; g) Que obtiver maior pontuação de títulos (se houver); h) Que tiver mais idade; i) Sorteio público. **3. RETIFICA O ITEM 18.7. DO EDITAL DE ABERTURA, QUANTO AOS SEUS ANEXOS, CONFORME SEGUE:**

Onde se lê:

18.7. Fazem parte do presente Edital os seguintes anexos: **ANEXO I -** Quadro de Funções, com as respectivas vagas; **ANEXO II-** Conteúdo Programático das Provas Escritas e Práticas; **ANEXO III -** Modelo de Requerimento de Pontuação de Títulos; **ANEXO IV –** Atribuições básicas das funções e **ANEXO V** - Áreas de Abrangências.

Leia-se:

18.7. Fazem parte do presente Edital os seguintes anexos: **ANEXO I -** Quadro de Funções, com as respectivas vagas; **ANEXO II-** Conteúdo Programático das Provas Escritas e Práticas; **ANEXO III -** Modelo de Requerimento de Pontuação de Títulos; **ANEXO IV –** Atribuições básicas das funções; **ANEXO V** - Áreas de Abrangências; e **ANEXO IV** – Requerimento de Inscrição como Pessoa com Deficiência-PcD.

4. INCLUI O ANEXO VI, QUANTO AO REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO COMO PESSOA COM DEFICIÊNCIA-PcD, CONFORME SEGUE:

ANEXO VI

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO COMO PESSOA COM DEFICIÊNCIA-PcD

PSS - 001/2017

Nome do Candidato: _____

_

Função: _____

_____

O Candidato supracitado, vem por através deste **REQUERER TRATAMENTO ESPECIAL COMO PESSOA COM DEFICIÊNCIA**, em conformidade com o LAUDO MÉDICO (em anexo) com CID (colocar os dados abaixo, com base no laudo):

Tipo de deficiência de que é portador: _____

Código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID _____

Nome do Médico Responsável pelo laudo: _____

OBS.: Não serão considerados como deficiência física os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres

INFORMAÇÕES ESPECIAIS PARA A APLICAÇÃO DAS PROVAS:

- SE NÃO NECESSITAR DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL, MARCAR COM X NO LOCAL ABAIXO MENCIONADO:

- CASO NECESSITE DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL, MARCAR COM X NO LOCAL ABAIXO MENCIONADO E DISCRIMINAR O TIPO DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL NECESSÁRIO:

( ) NÃO NECESSITA DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL.

( ) NECESSITA DE PROVA ESPECIAL (discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário)

( ) NECESSITA DE TRATAMENTO ESPECIAL(discriminar abaixo qual o tipo de tratamento especial necessário)

_____
_____
_____
_____
_____
_____

Declaro, para os devidos fins, que possuo deficiência acima mencionada, e concordo em me submeter, quando convocado, à perícia médica a ser realizada por profissional de saúde da Prefeitura Municipal de Campo Verde/MT, a ser definida em regulamento e que terá decisão terminativa sobre minha qualificação como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da função.

_____, ___ de _____ de_____

_____
_____

Assinatura Candidato

A íntegra deste Edital poderá ser consultada nos murais da Prefeitura Municipal de Campo Verde, no site oficial da Prefeitura - www.campoverde.mt.gov.br e no site da empresa organizadora - www.grupoatame.com.br/concurso

Campo Verde/MT, 18 de dezembro de 2017.

JOÃO PAULO RODRIGUES ZAGO

Presidente da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL "SRP" Nº 48/2017

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 067/2017, vem a público divulgar, para o conhecimento dos interessados e para fazer constar no edital do Pregão Presencial nº 48/2017, que em seu Anexo I, – **Relativo ao TERMO DE REFERÊNCIA**, passará a constar com a seguinte redação:

1 – OBJETO

1. O presente pregão tem por objetivo o registro de preços/descontos para aquisições parceladas de peças e acessórios para veículos e máquinas que compõem a frota municipal.

2 - JUSTIFICATIVA

1. As aquisições, bem como o registro de preços através de maior desconto se justifica tendo em vista que é impossível prever quais as peças serão necessárias para manutenção corretiva e preventiva dos veículos e máquinas da frota municipal. Assim, necessário que se registre descontos para os itens (divididos pelas marcas/montadoras dos veículos e máquinas), tendo por base de preço para cada peça o valor disponibilizado pelo Sistema Traz Valor, com o qual a Prefeitura Municipal de Campos de Júlio – MT mantém contrato.

3 - CONDIÇÕES DE PRECIFICAÇÃO

1. O registro de preços será constituído por percentuais de descontos registrados.

2. Os descontos registrados serão aplicados sobre médias/valores disponibilizados pelo sistema de orçamentação Traz Valor, cabendo às licitantes se inteirar acerca do funcionamento do sistema.

3. Cabe à cada unidade/departamento interessado a obrigação de averiguar e aceitar o orçamento apresentado pelo referido sistema, cujo resultado deverá constar na autorização de fornecimento já com valor obtido após o desconto.

4. O Município poderá optar pela utilização do sistema de orçamentação TRAZ VALOR ou pela pesquisa de mercado feita pelo próprio município, ou outros meios idôneos para realização da verificação do preço de mercado no momento de necessidade da aquisição.

5. Caso a Prefeitura opte pela pesquisa de mercado com base em três orçamentos, serão realizados pelo menos 02 (dois) orçamentos com outros fornecedores que não os detentores dos descontos registrados, de modo que sempre haja pelo menos 03 (três) orçamentos.

5.1. Nesse caso, o orçamento da empresa detentora do registro não poderá ultrapassar a 15% (quinze por cento) do valor médio orçado.

5.2. O desconto registrado será aplicado sobre a média ponderada

6. Nos casos em que as peças solicitadas sejam obrigatoriamente GENUÍNAS OU EXCLUSIVAS, a empresa detentora do registro deverá apresentar orçamento não superior a 47,5% (quarenta e sete e meio por centro) sobre o valor da tabela da concessionária/montadora, sendo que o desconto ofertado será aplicado para esses casos também.

7. Todas as peças passarão por inspeção realizada por servidor autorizado e designado pelo Município, cabendo ao mesmo aceitar ou rejeitar o fornecimento, caso a peça esteja em descordo com especificações técnicas e demais condições deste termo de referência, cabendo à fornecedora promover a devida substituição no prazo definido.

8. As peças solicitadas não podem ser usadas, recondicionadas, recicladas, manufaturadas ou do mercado paralelo.

9. O prazo de garantia das peças e acessórios é de no mínimo 03 (três) meses, contados a partir da data de entrega.

10. A entrega das peças, acessórios e componentes, quando solicitados, correrá por conta da empresa detentora do registro.

11. O local de entrega será na sede da Secretaria Municipal de Obras, localizada à Rua Danilo Antônio Gelatti, nº 1085E, Centro.

12. O prazo de entrega das peças não poderá ser superior a 05 (cinco) dias, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento.

13. Em caso de paralização/defeito da peça que esteja dentro do prazo de garantia, o fornecedor deverá substituí-la por outra em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação (e-mail, telefone, fax etc.,).

14. O fornecedor será responsável pelos danos que vier a causar ao Município ou a terceiros, por culpa e dolo, não servindo como excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do município.

15. Em casos excepcionais (quando a peça não estiver cadastrada no sistema TRAZ VALOR, em casos de urgência e/ou emergência, como peças para caminhões de lixo de ambulância), a detentora do registro fica obrigada a entregar as peças mesmo sem a Ordem/Autorização de Fornecimento. Nesses casos, deverá aguardar até 05 (cinco) dias úteis a entrega da Ordem/Autorização de Fornecimento.

16. Entende-se por peças originais as fornecidas para rede de varejo independente, só que com suas próprias marcas com o próprio nome do fabricante, que também fornece para as montadoras.

17. Entende-se por peças genuínas as fabricadas pelas montadoras ou fornecidas para as mesmas revenderem em sua rede de concessionários.

4 - VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro de preços terá validade por 12 (doze) meses, contados de sua emissão e assinatura pelas detentoras dos preços/descontos registrados.

5 - PAGAMENTO

1. O prazo de pagamento é de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da peça, acompanhada da respectiva nota fiscal e das certidões legalmente exigidas.

Permanece inalterada a data da Sessão Pública, mantida para o dia 08/01/2018 as 08:00 hs no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, situado à Av. Valdir Masutti, 779W, Bairro Bom Jardim e permanecem também inalteradas as demais disposições editalícias.

.

Campos de Júlio - MT, 18 de dezembro de 2017.

Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro Oficial

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº 113, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

JOSE ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal nº 775, de 22 de novembro de 2016, faz saber que RETIFICA os termos do Decreto Municipal nº 113, de 16 de novembro de 2017, que passam a vigorar da seguinte forma:

Art. 1º - Fica acrescida à redação do artigo 1º as seguintes dotações orçamentárias:

(17) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.003-0100 - Diárias Civil.....1.185,00

(37) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.005-0100 - Diárias Civil.....372,00

(71) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.007-0100 - Diárias Civil.....1.064,00

Total Suplementação: 173.523,90

Art. 2º - Fica acrescida à redação do artigo 2º a seguinte dotação orçamentária:

(611) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.051-0100 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.....2.621,00

Total Anulação: 173.523,90

Art. 3º Fica acrescido o artigo 2º-A ao Decreto nº 113, de 16 de novembro de 2017, com a seguinte redação:

“Art. 2º-A. Fica retificado o decreto aberto no corrente exercício de crédito para as dotações orçamentárias, em atendimento à suplementação do presente decreto, sendo utilizados recursos provenientes da anulação par-

cial e/ou total das dotações orçamentárias, passando a vigorar com suplementação e anulação no total de R$ **173.523,90** (cento e setenta e três mil, quinhentos e vinte e três reais e noventa centavos)".

Art. 4º Permanecem inalteradas as demais disposições contidas no presente decreto.

Registre-se.

Publique-se.

Campos de Júlio, 18 de dezembro de 2017.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 435, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

NOMEIA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE SERVIDOR PAULO ROBERTO PINHEIRO DA SILVA PELA SUPOSTA PRÁTICA DE INFRAÇÃO NO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES FUNCIONAIS, SUJEITA À PENALIDADE DE DEMISSÃO.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais estatuídas no artigo 200 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008 e,

CONSIDERANDO *a necessidade de apuração dos fatos descritos no relatório circunstanciado constante do Memorando nº 063/2017/SMSCJ/GS, de 24/9/2014, subscrito pela Excelentíssima Secretária Municipal de Saúde;*

CONSIDERANDO *que a suposta prática da conduta imputada ao servidor configura infração administrativa sujeita à aplicação de penalidade disciplinar de demissão, na forma do artigo 188, inciso XIII e XVI do* Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO *a necessidade de instauração do devido processo legal para apuração dos fatos atribuídos ao respectivo servidor, em estrita observância ao artigo 201 c/c o artigo 203 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos;*

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os funcionários do quadro efetivo dessa municipalidade: **FABIANE PEGORER-**Psicóloga, matriculada sob nº. 898; **CRISTIAN EDUARDO BONAPAZ-**Técnico de Informática, matriculado sob nº 617, **JOSIANE RIBEIRO DA SILVA**-Agente Administrativo, matriculado sob nº. 117, e pela Procuradora Jurídica do Município, Drª. **VIVIENE BARBOSA SILVA**, matriculada sob nº1413, inscrita na OAB/MT sob nº. 4.983, para, sob a presidência da primeira, compor a comissão de Sindicância para apuração da infração atribuída ao funcionário **PAULO ROBERTO PINHEIRO DA SILVA,** admitido na forma do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeado em caráter efetivo ao cargo de Odontólogo,através da Portaria nº. 181, de 17 de março de 2017, matriculado sob nº.1615,pela prática da conduta tipificada no artigo 171, I, II, III, V "a", IX XI e IX, artigo 172, I, XVIII e XXI e 188, XIII e XVI, sujeitas à penalidade de demissão, na forma do artigo 188, inciso VII, combinado com os artigos 200 e 201**, todos** do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008**.**

§1ºO relatório da sindicância conterá a descrição pormenorizada do ocorrido, com fundamentação na legislação pertinente e proposta objetiva ante ao que se apurou (L.C001/2008, art. 203, parágrafo único).

§2º A sindicância não comporta o contraditório e tem caráter sigiloso, devendo ser ouvidos, entretanto, todos os envolvidos nos fatos. (L.C001/2008, art. 204).

Art. 2° O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 30 (sessenta) dias, na forma do artigo 205 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, admitida sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias assim o exigirem e mediante justificativa fundamentada.

Parágrafo único. Suspende-se a contagem do prazo previsto no caput no período de recesso regulamentado no Decreto Municipal 114,de 24 de novembro de 2017.

Art. 3° Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 11 de dezembro de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº. 438, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica RETIFICADO o nome da servidora consignado no artigo primeiro da Portaria nº 438, de 11 de dezembro de 2017, para constar doravante **DAIANE DA SILVA MENDES FERREIRA,** permanecendo inalterados os demais dispositivos da sobredita portaria.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 18 de dezembro de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

GABINETE
RESOLUÇÃO Nº. 011/2017

DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Fica Instituída a Comissão Temática do Controle Social do Programa Bolsa Família.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Canarana-MT – CMAS, instituído pela Lei Municipal nº. 526/2002 e alterada pela Lei Municipal nº. 1101/2013, utilizando de suas atribuições,

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº. 18, de 15 de julho de 2013 Conselho Nacional de Assistência Social;

CONSIDERANDO o Decreto 2854/2017 de 01 de dezembro de 2017;

R E S O L V E:

Art. 1º - Destituir o Conselho de Acompanhamento e Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família.

Art. 2º – Instituir a Comissão Temática do Controle Social do Programa Bolsa Família.

Art. 3º - Caberá ao CMAS utilizar-se das Comissões Temáticas, onde deverá ser garantida efetiva participação dos representantes da Educação e Saúde, por serem condicionantes para a permanência dos usuários no programa.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canarana-MT, 11 de dezembro de 2017.

_____

Liziana Wisch

Presidenta do CMAS

GABINETE
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – 004/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA – MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – 004/2017

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005/2017

ALTERA E ATUALIZA AS INSCRIÇÕES DEFERIDAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2017 – PARA O CARGO DE AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR E O CARGO DE AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR.

A Presidente da comissão organizadora do Processo Seletivo Simplificado 004/2017 da Prefeitura Municipal de Canarana MT, nos termos do edital de abertura nº 001/2017, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e;

Considerando as ocorrências registradas durante a realização da prova, na data de 17/12/2017;

Considerando, ainda, a comprovação de inscrição, realização do pagamento e comunicação nos prazos estabelecidos no Edital 001/2017 – Processo Seletivo 004/2017, pagamento via boleto, e a necessidade de alterar e atualizar a lista final de inscritos deferidos para o Cargo de Agente de Limpeza Escolar e o Cargo de Agente de Nutrição Escolar;

RESOLVE:

Alterar a inscrição de IVANIR NUNES DA SILVA FIDELIS, CPF 886.126.351/87, inscrição n. 301, do Cargo de Agente de Limpeza Escolar para o Cargo de Agente de Nutrição Escolar, local de Trabalho na Sede.Alterar a inscrição de MARIA JOSÉ VIDIGAL SOUZA, CPF 426.450.771/53, inscrição n. 305, do Cargo de Agente de Nutrição Escolar para o Cargo de Agente de Limpeza Escolar, local de Trabalho na Sede.Alterar a inscrição de ROSILENE RAMOS DE SOUZA, CPF 046.558.544/21, inscrição n. 945, do Cargo de Agente de Nutrição Escolar para o Cargo de Agente de Limpeza Escolar, local de Trabalho na Sede.Deferir a Inscrição de SANDRA DE CASTRO DOS SANTOS, CPF 987.473.981/91, Inscrição n. 570, para o Cargo de Agente de Limpeza Escolar, local de Trabalho na Sede.Publicar, após essas alterações, a relação das inscrições deferidas para o Processo Seletivo Simplificado 004/2017, para o Cargo de Agente de Limpeza Escolar e o Cargo de Agente de Nutrição Escolar.

CARGO 001 - AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CPF**	**LOCAL DE TRABALHO**
236	ADRIANA PEREIRA DOS SANTOS	027.880.111/05	VILA GARAPU
232	HELEN KATIANE MACHADO DE ANDRADE	030.576.731/39	VILA CULUENE
742	MARIA DO CARMO DE SOUZA LIMA	406.361.001/20	VILA SERRA DOURADA
387	MAXILENE WAGNER GOMES DOS SANTOS	052.276.461/46	VILA MATINHA
389	SILVANA APARECIDA MOLINA	184.596.828/03	VILA MATINHA
148	ANDREIA CINTIA MORAES	015.087.321/24	SEDE
809	ANIELI GARCIA LOPES	043.840.011/93	SEDE
954	ARACI MACEDO LOPES	045.978.286/05	SEDE
327	CELINA DO CARMO	024.115.221/69	SEDE
949	CREUZILENE VIEIRA DA SILVA	016.664.761/61	SEDE
803	CRISTIANE SANTOS DA SILVA	012.844.221/27	SEDE
466	DALVA RODRIGUES DA SILVA	014.034.911/19	SEDE
1064	DANIELA DE CASTRO BATISTA	048.064.351/20	SEDE
721	DANIELE GARCIA	020.467.721/13	SEDE
855	DANIELLE FURLANETO DA SILVA	103.543.279/09	SEDE
740	DAYANNE CHRYS FERNANDES ELOI	061.786.601/54	SEDE
411	DEBORA CRUSTINA FORTUNATO	060.108.729/10	SEDE
492	DEBORA SILVA PINHEIRO	004.858.39/05	SEDE
895	DELMA CRISTINA DE SOUZA	032.752.421/99	SEDE
889	DIMAS ANTONIO DOS SANTOS	824.679.941/04	SEDE
965	EDVANIA MAXIMO DA SILVA SANTOS	510.161.251/00	SEDE
415	ELIZANGELA GOMES DE OLIVEIRA	000.740.791/23	SEDE
258	JANAINA GOMES LIMA	027.087.431/39	SEDE
390	JANE FERNANDES FAVERO	015.781.661/36	SEDE
761	JAQUELINE RIBEIRO DOS SANTOS	045.878.161/40	SEDE
849	JERUSA DOS SANTOS SILVA	015.666.901/37	SEDE
802	JOÃO RIBEIRO COELHO	268.118.471/15	SEDE
231	KASSIA MARA DE MORAIS SOUSA	037.540.941/65	SEDE
909	KELLI ALVES DA SILVA	012.847.951/52	SEDE
474	KELLY MAYANA FEITOSA ROCHA	045.291.351/95	SEDE
891	LAURA LUCIANA DA COSTA	004.630.471/17	SEDE
186	LIDIANE FERREIRA DE SOUZA	050.559.681/41	SEDE
835	LINDAURA LINDALVA DA SILVA	016.501.101/70	SEDE
386	LUIZA MINEIRA DE OLIVEIRA	001.620.671/19	SEDE
305	MARIA JOSÉ VIDIGAL SOUZA	426.450.771/53	SEDE
720	MARILENE FURLANETO VAILATI	019.835.669/26	SEDE
522	MARISA PORTELA	514.684.760/68	SEDE
489	NADIR DE FATIMA MONTEIRO	027.702.501/08	SEDE
203	NURCE MEIRE BARBOSA	604.336.801/30	SEDE
800	PATRICIA DE OLIVEIRA	021.883.281/83	SEDE
715	PEDRO DA ROCHA SILVA	638.545.112/72	SEDE
739	PRICILA DAIANA CORDEIRO DE JESUS	074.894.611/03	SEDE
498	RAYANE PEREIRA DOS SANTOS	708.884.251/39	SEDE
508	REGIA LUCIA DOS SANTOS	839.095.161/49	SEDE
110	ROSIMEIRE BEZERRA ALVES	028.917.331/00	SEDE
945	ROSILENE RAMOS DE SOUZA	046.558.544/21	SEDE
219	SABRINA ALVES PEREIRA	050.725.951/37	SEDE
570	SANDRA DE CASTRO DOS SANTOS	987.473.981/91	SEDE
1002	SANDRA FONSECA VIEIRA	700.459.821/71	SEDE
856	SIDMAR BORGES TEXEIRA	017.860.061/03	SEDE
869	SUZANA ALVES NUNES	043.214.241/00	SEDE
910	TYELLE EVANGELISTA TEIXEIRA	040.071.461/28	SEDE
322	VANUSA CARMO	022.511.101/27	SEDE
571	WANDERLEIA GOIS SIQUEIRA DA SILVA	008.656.441/28	SEDE
TOTAL DE INSCRITOS: 54			
CARGO 002 - AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**CPF**	**LOCAL DE TRABALHO**
329	ANA LUCIA SIMÃO SANTANA	035.988.481/45	VILA SERRA DOURADA
356	ELEANDRA LEIVA RODRIGUES LIMA	000.274.431/75	VILA SERRA DOURADA
199	JOSELI ANDOLHE	406.356.190/91	VILA SERRA DOURADA
350	ELIENE ALVES TAVEIRA	652.150.281/68	VILA MATINHA

406	INDIANA PEREIRA DOS SANTOS	009.330.751/97	VILA GARAPU
768	IVETE FATIMA DA SILVA	994.254.321/04	VILA GARAPU
573	JAILDA DOS SANTOS GOMES	021.963.811/01	ESCOLA AMÁLIA V. TONIELLO
421	SANDRA CRISTINA DE OLIVEIRA	027.515.921/39	VILA CULUENE
559	ANA PAULA SOARES DE SOUSA MATOS DA SILVA	013.900.781/40	SEDE
744	ANALICE DE SOUZA GONÇALVES LOURENZO P	838.495.561/15	SEDE
668	ANITA PEREIRA DA SILVA	012.121.571/76	SEDE
1011	CLEONICE VICENTE TRINDADE	134.630.718/00	SEDE
963	DEUSANILDES PEREIRA DA SILVA	484.633.531/34	SEDE
357	DOMINGAS GONÇALVES DE MORAES JESUS	332.552.451/68	SEDE
89	DULCE NEIDE MATOS DA SILVA	004.811.675/01	SEDE
661	EDVANIA SILVA DE HOLANDA	061.322.881/20	SEDE
376	ELAINE CAVALCANTE FERREIRA	027.883.011/03	SEDE
1023	ELIANE PAULA GABRIEL FERREIRA	001.532.201/71	SEDE
348	ELIETE DE OLIVEIRA	026.684.941/50	SEDE
947	ELIZABETH BOTELHO DOS SANTOS	550.079.885/53	SEDE
903	ELVIRA ALVES GUIMARÃES	570.682.831.87	SEDE
955	FABIANA CAZORLAS FIGUEIRO	957.948.671/91	SEDE
242	FRANCISCA CICERA ANDRADE SILVA	577.795.705/68	SEDE
1051	FRANCISCA MARGARETE DA SILVA BARBOSA	419.055.204/68	SEDE
1038	GESILAINE LEITE DA SILVA	019.026.421/71	SEDE
301	IVANIR NUNES DA SILVA FIDELIS	886.126.351/87	SEDE
785	JANE CORREIA DA SILVA	016.643.931/29	SEDE
473	JOSELIA RIBEIRO DE SOUSA	041.630.831/70	SEDE
288	KARLA PATRICIA ALVES	006.281.751/59	SEDE
515	LEONITA RIBEIRO	058.923.679/24	SEDE
527	LUCINEIDE SANTOS RAMIRO DE CARVALHO	011.874.941/27	SEDE
801	MARGARETE LUCIA EMMERTT SOARES	888.954.321/34	SEDE
419	MARIA BARROS ALVES	545.706.701/72	SEDE
1007	MARIA LUCIA SOUSA DA SILVA	009.161.741/31	SEDE
253	MARLI TEREZINHA DA SILVA	495.673.141/87	SEDE
871	NEUSA ALVES DA SILVA	041.959.851/02	SEDE
1041	NILZETE PEREIRA DOS SANTOS	932.716.381/87	SEDE
764	POLIANA NASCIMENTO DE CASTRO	050.707.491/29	SEDE
998	PRISCILA ANDRADE DA CRUZ	981.530.801/72	SEDE
870	REGINA HEPP	960.748.091/00	SEDE
777	REGINET RODRIGUES EVANGELISTA	964.730.451/04	SEDE
1055	ROBERTA DAYANNE DOS SANTOS MIRANDA	020.499.481/07	SEDE
TOTAL DE INSCRITOS: 42			

Canarana/MT, 18 de dezembro de 2017.

_____

Jaqueline Pereira de Sousa

Presidente do Processo Seletivo Simplificado 004/2017

GABINETE
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – 004/2017- DIVULGAR O GABARITO PRELIMINAR.

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA – MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – 004/2017

EDITAL COMPLEMENTAR 006/2017

A Presidente da comissão organizadora do Processo Seletivo Simplificado 004/2017 da Prefeitura Municipal de Canarana MT, nos termos do edital de abertura nº 001/2017, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade;

RESOLVE: DIVULGAR O GABARITO PRELIMINAR.

GABARITOS PRELIMINARES DOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

CARGO: AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR

Questão 1 - D

Questão 2 - D

Questão 3 - B

Questão 4 - B

Questão 5 - A

Questão 6 - C

Questão 7 - C

Questão 8 - A

Questão 9 - B

Questão 10 - D

Questão 11 - D

Questão 12 - D

Questão 13 - D

Questão 14 - C

Questão 15 - B

Questão 16 - A

Questão 17 - B

Questão 18 - D

Questão 19 - B

Questão 20 - D

CARGO: AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR

Questão 1 - D

Questão 2 - D

Questão 3 - B

Questão 4 - B

Questão 5 - A

Questão 6 - C

Questão 7 - C

Questão 8 - A

Questão 9 - B

Questão 10 - D

Questão 11 - D

Questão 12 - D

Questão 13 - D

Questão 14 - C

Questão 15 - B
Questão 16 - A
Questão 17 - B
Questão 18 - D
Questão 19 - B
Questão 20 - D

CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS DE LIMPEZA HOSPITALAR

Questão 1 - D
Questão 2 - D
Questão 3 - B
Questão 4 - B
Questão 5 - A
Questão 6 - C
Questão 7 - C
Questão 8 - A
Questão 9 - B
Questão 10 - D
Questão 11 - D
Questão 12 - D
Questão 13 - D
Questão 14 - C
Questão 15 - B
Questão 16 - A
Questão 17 - B
Questão 18 - D
Questão 19 - B
Questão 20 – D

CARGO: MOTORISTA DE AMBULÂNCIA

Questão 1 - D
Questão 2 - D
Questão 3 - B
Questão 4 - B
Questão 5 - A
Questão 6 - C
Questão 7 - C
Questão 8 - A
Questão 9 - B
Questão 10 - D
Questão 11 - D
Questão 12 - D
Questão 13 - D
Questão 14 - C
Questão 15 - B
Questão 16 - A
Questão 17 - B
Questão 18 - D
Questão 19 - B
Questão 20 – D

CARGO: MOTORISTA ESCOLAR

Questão 1 - D
Questão 2 - D
Questão 3 - B
Questão 4 - B
Questão 5 - A
Questão 6 - C
Questão 7 - C
Questão 8 - A
Questão 9 - B
Questão 10 - D
Questão 11 - D
Questão 12 - D
Questão 13 - D
Questão 14 - C
Questão 15 - B
Questão 16 - A
Questão 17 - B
Questão 18 - D
Questão 19 - B
Questão 20 - D

GABARITOS PRELIMINARES DOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO:

CARGO: ATENDENTE DE FARMÁCIA

Questão 1 - C
Questão 2 - C
Questão 3 - C
Questão 4 - A
Questão 5 - B
Questão 6 - D
Questão 7 - A
Questão 8 - B
Questão 9 – D
Questão 10 – D
Questão 11 – B
Questão 12 – A
Questão 13 – A
Questão 14 – A
Questão 15 – D
Questão 16 – B
Questão 17 – D
Questão 18 – D
Questão 19 – B
Questão 20 – B

CARGO: AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL

Questão 1 - C
Questão 2 - C
Questão 3 - C

Questão 4 - A
Questão 5 - B
Questão 6 - D
Questão 7 - A
Questão 8 - B
Questão 9 – D
Questão 10 – D
Questão 11 – B
Questão 12 – A
Questão 13 – A
Questão 14 – A
Questão 15 – D
Questão 16 – B
Questão 17 – D
Questão 18 – D
Questão 19 – B
Questão 20 – D

CARGO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

Questão 1 - C
Questão 2 - C
Questão 3 - C
Questão 4 - A
Questão 5 - B
Questão 6 - D
Questão 7 - A
Questão 8 - B
Questão 9 – D
Questão 10 – D
Questão 11 – B
Questão 12 – A
Questão 13 – A
Questão 14 – A
Questão 15 – D
Questão 16 – D
Questão 17 – B
Questão 18 – A
Questão 19 – QUESTÃO ANULADA
Questão 20 –B

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Questão 1 - C
Questão 2 - C
Questão 3 - C
Questão 4 - A
Questão 5 - B
Questão 6 - D
Questão 7 - A
Questão 8 - B
Questão 9 – D
Questão 10 – D
Questão 11 – B
Questão 12 – A
Questão 13 – A
Questão 14 – A
Questão 15 – D
Questão 16 – B
Questão 17 – C
Questão 18 – D
Questão 19 – D
Questão 20 – D

CARGO: TÉCNICO DE RADIOLOGIA

Questão 1 - C
Questão 2 - C
Questão 3 - C
Questão 4 - A
Questão 5 - B
Questão 6 - D
Questão 7 - A
Questão 8 - B
Questão 9 – D
Questão 10 – D
Questão 11 – B
Questão 12 – A
Questão 13 – A
Questão 14 – A
Questão 15 – D
Questão 16 – B
Questão 17 – A
Questão 18 – D
Questão 19 – C
Questão 20 – B

CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Questão 1 - C
Questão 2 - C
Questão 3 - C
Questão 4 - A
Questão 5 - B
Questão 6 - D
Questão 7 - A
Questão 8 - B
Questão 9 – D
Questão 10 – D
Questão 11 – B
Questão 12 – A
Questão 13 – A
Questão 14 – A
Questão 15 – D

Questão 16 – C
Questão 17 – A
Questão 18 – A
Questão 19 – B
Questão 20 – D

GABARITOS PRELIMINARES DOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

CARGO: ENFERMEIRO

Questão 1 - A
Questão 2 - B
Questão 3 - A
Questão 4 - B
Questão 5 - D
Questão 6 - C
Questão 7 - B
Questão 8 - D
Questão 9 – D
Questão 10 – B
Questão 11 – D
Questão 12 – A
Questão 13 – A
Questão 14 – C
Questão 15 – B
Questão 16 – B
Questão 17 – C
Questão 18 – D
Questão 19 – D
Questão 20 –A

CARGO: FISIOTERAPIA

Questão 1 - A
Questão 2 - B
Questão 3 - A
Questão 4 - B
Questão 5 - D
Questão 6 - C
Questão 7 - B
Questão 8 - D
Questão 9 – D
Questão 10 – B
Questão 11 – D
Questão 12 – A
Questão 13 – A
Questão 14 – C
Questão 15 – B
Questão 16 – A
Questão 17 – B
Questão 18 – C
Questão 19 – A
Questão 20 – D

CARGO: FONOAUDIÓLOGO

Questão 1 - A
Questão 2 - B
Questão 3 - A
Questão 4 - B
Questão 5 - D
Questão 6 - C
Questão 7 - B
Questão 8 - D
Questão 9 – D
Questão 10 – B
Questão 11 – D
Questão 12 – A
Questão 13 – A
Questão 14 – C
Questão 15 – B
Questão 16 – D
Questão 17 – B
Questão 18 – D
Questão 19 – C
Questão 20 – D

CARGO: ODONTÓLOGO

Questão 1 - A
Questão 2 - B
Questão 3 - A
Questão 4 - B
Questão 5 - D
Questão 6 - C
Questão 7 - B
Questão 8 - D
Questão 9 – D
Questão 10 – B
Questão 11 – D
Questão 12 – A
Questão 13 – A
Questão 14 – C
Questão 15 – B
Questão 16 – QUESTÃO ANULADA
Questão 17 – C
Questão 18 – A
Questão 19 – D
Questão 20 – QUESTÃO ANULADA

CARGO: PROFESSOR

Questão 1 - A
Questão 2 - B
Questão 3 - A
Questão 4 - B
Questão 5 - D

Questão 6 - C

Questão 7 - B

Questão 8 - D

Questão 9 – D

Questão 10 – B

Questão 11 – D

Questão 12 – A

Questão 13 – A

Questão 14 – C

Questão 15 – B

Questão 16 – B

Questão 17 – D

Questão 18 – B

Questão 19 – D

Questão 20 – B

CARGO: PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Questão 1 - A

Questão 2 - B

Questão 3 - A

Questão 4 - B

Questão 5 - D

Questão 6 - C

Questão 7 - B

Questão 8 - D

Questão 9 – D

Questão 10 – B

Questão 11 – D

Questão 12 – A

Questão 13 – A

Questão 14 – C

Questão 15 – B

Questão 16 – A

Questão 17 – B

Questão 18 – C

Questão 19 – D

Questão 20 – A

_____

Jaqueline Pereira de Sousa

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado 004/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL COMPLEMENTAR 01/2017

EDITAL COMPLEMENTAR 01/2017

Dispõe sobre a alteração de dispositivo do edital de seleção 01/2017 com vista à contratação de Professor (a), Substitutos (a) por tempo determinado, para atender às necessidades temporárias, nos termos da Lei Municipal nº. 907/2015.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, a alteração em dispositivo do Edital de Seleção nº. 01/2017/SME.

[...],

Anexo VI – Cronograma de eventos Processo seletivo simplificado 2018 – edital de seleção 01/2016.

[...],

Onde se lê "28/02/2018" **Leia-se** "28/01/2018", conforme destaque no quadro abaixo:

ANEXO VI

CRONOGRAMA DE EVENTOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 2018 – EDITAL 01/2017

DATA*	ESPECIFICAÇÃO	LOCAL
11/ 01/ 2018	Início das inscrições	Secretaria Municipal de Educação
19/ 01/ 2018	Final das inscrições	Secretaria Municipal de Educação
23/ 01/ 2018	Divulgação do edital de deferimento e indeferimento das inscrições.	Secretaria Municipal de Educação, endereço eletrônico www.carlinda.mt.gov.br , https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/?p=4
23/ 01/ 2018	Abertura do prazo para recurso contra o indeferimento das inscrições.	Secretaria Municipal de Educação, aos cuidados da Comissão Seletiva Municipal.
25/ 12/ 2018	Homologação das inscrições.	Secretaria Municipal de Educação, endereço eletrônico www.carlinda.mt.gov.br https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/?p=4
28/ 01/ 2018	Realização da prova objetiva/subjetiva.	Escola Municipal Manoel Bandeira
28/ 01/ 2018	Divulgação do gabarito preliminar. A partir da 13:00 h	Mural da SME
29/ 01/ 2018	Abertura de prazo para recurso contra as questões duvidosas da prova.	Secretaria Municipal de Educação, aos cuidados da Comissão Seletiva Municipal.
01/ 02/ 2018	Divulgação dos resultados preliminares	Secretaria Municipal de Educação e endereço eletrônico www.carlinda.mt.gov.br
01/ 02/ 2018	Abertura do prazo para recurso contra o resultado preliminar	Secretaria Municipal de Educação, aos cuidados da Comissão Seletiva Municipal.
06/ 02/ 2018	Homologação do resultado final	Secretaria Municipal de Educação, endereço eletrônico www.carlinda.mt.gov.br e https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/?p=4
06/ 02/ 2018	Edital de convocação dos (a) aprovados (a)	Secretaria Municipal de Educação, endereço eletrônico www.carlinda.mt.gov.br e https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/?p=4
09/ 02/ 2018	Atribuição dos (a) aprovados (a)	SME

* As datas previstas poderão ser alteradas de acordo com a conveniência administrativa. Maria da Dores da Costa Secretária Municipal de Educação Dec. N° 010/2017

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 483/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE EM CARÁTER EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO CARLINDA /MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, a necessidade de realizar o encerramento do exercício financeiro do ano 2.017;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar o planejamento do exercício financeiro do ano 2.018 em todas as Secretarias do Município, bem como dos demais órgãos públicos e departamentos;

CONSIDERANDO as festividades culturais de encerramento de ano;

RESOLVE:

Artigo 1º- INSTITUIR o horário de expediente em caráter excepcional e temporário nas repartições públicas do Município de Carlinda/MT, a iniciar-se no dia 26/12/2017 e encerrar-se no dia 03/01/2018, disposto da seguinte forma:

Artigo 2º- **Secretaria Municipal de Saúde**: Atendimento ao público as 07h:00m as 11h:00m. Expediente interno das 13h:00m as 17h:00.

§1º- **Posto de Saúde da Família São Paulo Apóstolo**: Atendimento ao público das 07h:00m as 11h:00m, e das 13h:00 as 17h:00m.

§2º- **Pronto Atendimento**: Atendimento 24h.

Artigo 3º- **Secretaria Municipal de Educação**: Atendimento ao público das 07h:00m as 11h:00m. Expediente interno das 13h:00m as 17h:00m.

Artigo 4º- **Secretaria Municipal de Administração e Finanças**: Atendimento ao público das 07h:00m as 11h:00m. Expediente interno das 13h:00m as 17h:00.

Artigo 5º- **Secretaria Municipal de Assistência Social**: Atendimento ao público das 07h:00 as 11h:00m.

Artigo 6º- **Secretaria Municipal de Agricultura**: Atendimento ao público das 07h:00m as 11h:00m.

Artigo 7º- **Secretaria Municipal de Meio Ambiente**: Atendimento ao público das 07h:00m as 11h:00m.

Artigo 8º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 9º- Revogam-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de dezembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 485/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO CARLINDA /MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º- Fica DESIGNADO o Senhor JAIME ZAPELINI, Matrícula 247, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato, a partir do dia 18 de dezembro de 2017:

I – Pregão Presencial n.º 10/2017.

II – Ata de Registro de Preços n.º 18/2017

III – Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de caminhão prancha para atender as necessidades da Secretaria de Obras do Município de Carlinda/MT.

Artigo 2º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de dezembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 056/2017

A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Carlinda – MT torna público aos interessados que Conforme Edital de Licitação do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, BICOS E PROTETORES DE CÂMCARAS DE AR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT.**

E que teve como vencedoras as empresas:

PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA

CNPJ:03.532.991/0001-41

ITENS FRACASSADOS:

ITEM 63: PNEU 90/90-19 DIANTEIRO PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERA ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA. LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO. FABRICAÇÃO NACIONAL.

ITEM 64: PNEU 90/90-21 DIANTEIRO PRODUTO NOVO, PNEU NÃO PODE SER REMOLDADO, RECAUCHUTADO, REFORMADO. O ITEM DEVERA ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, COM SELO DO INMETRO. MATERIAL DE PRIMEIRA LINHA. LINHA DE MONTAGEM FORNECEDOR DOCUMENTO DO FABRICANTE COM GARANTIA MINIMA DE 01 ANO. FABRICAÇÃO NACIONAL**.**

Carlinda – MT, 18 de Dezembro de 2017.

_____

Daniele Paula Maltezo

Pregoeira Oficial

Publique-se

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 484/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE EM CARÁTER EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO CARLINDA /MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, a necessidade de realizar o encerramento do exercício financeiro do ano 2.017;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar o planejamento do exercício financeiro do ano 2.018 em todas as Secretarias do Município, bem como dos demais órgãos públicos e departamentos;

CONSIDERANDO as festividades culturais de encerramento de ano;

RESOLVE:

Artigo 1º- INSTITUIR o horário de expediente em caráter excepcional e temporário nas repartições públicas do Município de Carlinda/MT, no dia 22/12/2017, disposto da seguinte forma:

Artigo 2º- FICA SUSPENSO o expediente das 13h:00m as 17h:00m do dia 22/12/2017 em todas as repartições públicas do Município, exceto do Posto de Saúde da Família São Paulo Apóstolo e do Pronto Atendimento

Artigo 3º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º- Revogam-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de dezembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 061/2017

A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Carlinda – MT torna público aos interessados que Conforme Edital de Licitação do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E AFINS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT.**

E que teve como vencedora a empresa

AGUILERA AUTOPEÇAS LTDA

CNPJ n°37.525.771/0010-01

ITENS FRACASSADOS:

ITEM 01: ADITIVO PARA RADIADOR 1° LINHA;

ITEM 06: GRAXA CHASSIS DE 1º LINHA;

ITEM 08: GRAXA ROLAMENTO DE 1º LINHA;

ITEM 10: OLEO HIDRÁULICO 68;

ITEM 28: OLEO LUBRIFICANTE PARA CAMBIO DE 1º LINHA SAE 75W85 GL4 SINTETICO;

ITEM 29: OLEO LUBRIFICANTE PARA APROVADO PARA MOTOR M. BENZ OM 651 SAE 5W-30 API SN (SINTETICO);

ITEM 31: OLEO LUBRIFICANTE TRANSMIÇÃO TO 30 SAE 30

Carlinda – MT; 18 de Dezembro de 2017.

_____

Daniele Paula Maltezo

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO E TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2017/PMCG

AVISO DE RESULTADO

CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 060/2017

O MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, por meio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação abaixo assinado, torna público para conhecimento dos interessados, que a Licitação Modalidade, CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2017, que tem por objeto a ***Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para Alimentação da Merenda Escolar, em atendimento ao PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR / PNAE,*** teve como Resultado onde sagraram-se como vencedores os fornecedores, conforme especificado abaixo:

FORNECEDOR	ITEM	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA COMUNIDADE NEGRA RURAL LAGOINHA DE BAIXO	03	1.000 KG	R$ 3,03	R$ 3.030,00
	14	800 KG	R$ 5,08	R$ 4.064,00
	16	2.000 MÇ	R$ 1,93	R$ 3.860,00
	19	1.000 MÇ	R$ 2,50	R$ 2.500,00
	31	500 KG	R$ 7,75	R$ 3.875,00
	33	500 KG	R$ 7,59	R$ 3.795,00
TOTAL				**R$ 21.124,00**

FORNECEDOR	ITEM	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS PRODUTORES RURAIS DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - COOPERCHAPADA	01	1.500 KG	R$ 5,82	R$ 8.730,00
	02	3.000 KG	R$ 2,40	R$ 7.200,00
	04	200 UN	R$ 3,55	R$ 710,00
	05	5.000 MÇ	R$ 2,59	R$ 12.950,00
	06	1.200 KG	R$ 4,44	R$ 5.328,00
	07	5.000 KG	R$ 2,52	R$ 12.600,00
	08	3.000 KG	R$ 3,45	R$ 10.350,00
	09	1.500 KG	R$ 2,12	R$ 3.180,00
	10	800 KG	R$ 2,81	R$ 2.248,00
	15	500 KG	R$ 2,92	R$ 1.460,00
	17	1.000 MÇ	R$ 1,93	R$ 1.930,00
	18	1.000 MÇ	R$ 1,26	R$ 1.260,00
	20	1.000 KG	R$ 2,69	R$ 2.690,00
	21	1.000 KG	R$ 2,89	R$ 2.890,00
	22	800 KG	R$ 4,59	R$ 3.672,00
	23	3.000 KG	R$ 1,96	R$ 5.880,00
	24	5.000 KG	R$ 4,30	R$ 21.500,00
	26	3.000 KG	R$ 1,99	R$ 5.970,00
	27	200 KG	R$ 5,59	R$ 1.118,00
	28	5.000 KG	R$ 7,72	R$ 38.600,00
	29	10.000 KG	R$ 1,99	R$ 19.900,00
	30	7.000 KG	R$ 9,59	R$ 67.130,00
	34	2.000 KG	R$ 5,74	R$ 11.480,00
	35	2.000 KG	R$ 3,82	R$ 7.640,00
	36	2.000 KG	R$ 5,16	R$ 10.320,00

	37	2.000 UN	R$ 6,75	R$ 13.500,00
	38	1.000 KG	R$ 15,81	R$ 15.810,00
TOTAL				**R$ 296.046,00**

FORNECEDOR	ITEM	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
COOPERATIVA CENTRAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DA BAIXADA CUIABANA – CENTRAL DA BAIXADA CUIABANA	25	1.600 KG	R$ 2,99	R$ 4.784,00
	32	500 KG	R$ 2,89	R$ 1.445,00
TOTAL				**R$ 296.046,00**

FORNECEDOR	ITEM	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
SALVADOR DE PAULA	25	400 KG	R$ 2,99	R$ 1.196,00
TOTAL				**R$ 1.196,00**

Torna público ainda que os seguintes itens restaram **desertos**:

ITEM	DESCRIÇÃO
11	Bolo diversos sabores, livre de fungos e bolores. Em embalagem intacta e rótulo do produto.
12	Broa de milho, livre de fungos e bolores. Em embalagem intacta e rótulo do produto.
13	Bolacha caseira, livre de fungos e bolores. Em embalagem intacta e rótulo do produto.

Chapada dos Guimarães/MT, 18 de dezembro de 2017.

Luíz Sávio Fernandes de Campos

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Marcela Maria Eloy Paixão Oliveira

Superintendente de Licitações

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 060/2017

Recomendamos a Adjudicação e Homologação da Licitação Modalidade, CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2017, que tem por objeto a ***Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para Alimentação da Merenda Escolar, em atendimento ao PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR / PNAE,*** ondesagraram-se como vencedores os fornecedores:

FORNECEDOR	ITEM	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
ASSOCIAÇÃO QUILOMBOLA COMUNIDADE NEGRA RURAL LAGOINHA DE BAIXO	03	1.000 KG	R$ 3,03	R$ 3.030,00
	14	800 KG	R$ 5,08	R$ 4.064,00
	16	2.000 MÇ	R$ 1,93	R$ 3.860,00
	19	1.000 MÇ	R$ 2,50	R$ 2.500,00
	31	500 KG	R$ 7,75	R$ 3.875,00
	33	500 KG	R$ 7,59	R$ 3.795,00
TOTAL				**R$ 21.124,00**

FORNECEDOR	ITEM	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS PRODUTORES RURAIS DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - COOPERCHAPADA	01	1.500 KG	R$ 5,82	R$ 8.730,00
	02	3.000 KG	R$ 2,40	R$ 7.200,00
	04	200 UN	R$ 3,55	R$ 710,00
	05	5.000 MÇ	R$ 2,59	R$ 12.950,00
	06	1.200 KG	R$ 4,44	R$ 5.328,00
	07	5.000 KG	R$ 2,52	R$ 12.600,00
	08	3.000 KG	R$ 3,45	R$ 10.350,00
	09	1.500 KG	R$ 2,12	R$ 3.180,00
	10	800 KG	R$ 2,81	R$ 2.248,00
	15	500 KG	R$ 2,92	R$ 1.460,00
	17	1.000 MÇ	R$ 1,93	R$ 1.930,00
	18	1.000 MÇ	R$ 1,26	R$ 1.260,00
	20	1.000 KG	R$ 2,69	R$ 2.690,00
	21	1.000 KG	R$ 2,89	R$ 2.890,00
	22	800 KG	R$ 4,59	R$ 3.672,00
	23	3.000 KG	R$ 1,96	R$ 5.880,00
	24	5.000 KG	R$ 4,30	R$ 21.500,00
	26	3.000 KG	R$ 1,99	R$ 5.970,00
	27	200 KG	R$ 5,59	R$ 1.118,00
	28	5.000 KG	R$ 7,72	R$ 38.600,00
	29	10.000 KG	R$ 1,99	R$ 19.900,00
	30	7.000 KG	R$ 9,59	R$ 67.130,00
	34	2.000 KG	R$ 5,74	R$ 11.480,00
	35	2.000 KG	R$ 3,82	R$ 7.640,00
	36	2.000 KG	R$ 5,16	R$ 10.320,00
	37	2.000 UN	R$ 6,75	R$ 13.500,00
	38	1.000 KG	R$ 15,81	R$ 15.810,00
TOTAL				**R$ 296.046,00**

FORNECEDOR	ITEM	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
COOPERATIVA CENTRAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DA BAIXADA CUIABANA – CENTRAL DA BAIXADA CUIABANA	25	1.600 KG	R$ 2,99	R$ 4.784,00
	32	500 KG	R$ 2,89	R$ 1.445,00
TOTAL				**R$ 296.046,00**

FORNECEDOR	ITEM	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
SALVADOR DE PAULA	25	400 KG	R$ 2,99	R$ 1.196,00
TOTAL				**R$ 1.196,00**

Torna público ainda que os seguintes itens restaram desertos:

ITEM	DESCRIÇÃO

11	Bolo diversos sabores, livre de fungos e bolores. Em embalagem intacta e rótulo do produto.
12	Broa de milho, livre de fungos e bolores. Em embalagem intacta e rótulo do produto.
13	Bolacha caseira, livre de fungos e bolores. Em embalagem intacta e rótulo do produto.

Chapada dos Guimarães/MT, 18 de dezembro de 2017.

ADJUDICO E HOMOLOGO:

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
DECRETO Nº 102/2017

DECRETO Nº 102/2017

Data: 11 de dezembro de 2017

Dispõe sobre abertura de Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Servidores, nomeia a Comissão Municipal de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo e dá outras providências.

ALTAMIR KÜRTEN, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, e com amparo na Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o inciso IX, art. 37 da Constituição Federal, Lei Complementar nº 010/2008 e Lei Municipal nº 256/2009, que autorizam a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura necessita prover o quadro de Profissional de Magistério e a inexistência candidatos classificados nas respectivas vagas; e

CONSIDERANDO a necessidade de se implantar a referida seleção, primando pelos Princípios da Administração Pública da Publicidade, Transparência e a Formalidade que a seleção impõe,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinada a abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, para a contratação temporária de cargos, para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica nomeada a Comissão Municipal de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo, para coordenar as atividades de preparar, executar e julgar o Processo Seletivo Simplificado 003/2017.

Art. 3º - A referida comissão será, composta dos seguintes membros:

I - Dalila Marques Tributino Colmann – Presidente – Assessora Pedagógica;

II - Augusto Gonçalves da Silva Neto – Membro – Professor, Matrícula nº 1.118;

III - Claudevânia Barbon Anderle – Membro – Professora e Secretária Municipal de Educação e Cultura, Matrícula nº 25;

IV - Sueli Betine dos Santos – Membro – Técnico Administrativo Educacional, Matrícula nº 445; e

V - Rosemary Pereira de Souza – Membro – Assistente Adjunto, Matrícula nº 2464.

Art. 4° As dúvidas suscitadas serão deliberadas pela Comissão Municipal de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo, que terão competência para decidir sobre os quesitos a serem avaliados, observando os critérios definidos no Edital.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 084/2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em 11 de dezembro de 2017.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
LEI N° 695/2017 - LOA 2018

LEI N° 695/2017

Data: 18 de dezembro de 2017

Estima Receita e Fixa Despesa para o Exercício Financeiro de 208 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal, Sua Excelência o Senhor ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições conferidas por lei, faz saber que o colendo plenário da Câmara Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, soberanamente aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei de iniciativa do Poder Legislativo.

Art. 1º Esta lei Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Claudia, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2018, em igual valor de R$ 38.960.000,00 (tinta e oito milhões e novecentos e sessenta mil reais), sendo R$ 35.540.000,00 (trinta e cinco mil e quinhentos e quarenta reais) para a administração direta e R$ 3.420.000,00 (três milhões quatrocentos e vinte mil reais e para o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cláudia, assim distribuídos:

Orçamento Fiscal: R$ 25.065.000,00 e

Orçamento da Seguridade Social: R$ 13.895.000,00

TOTAL: R$ 38.960.000,00

Art. 2º A receita será realizada, mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação vigente em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta lei, observando o seguinte desdobramento:

RECEITAS POR CATEGORIA ECONOMICA

RECEITAS CORRENTES	Em R$
1.1 –Impostos, Taxas e Contribuições	8.553.000,00
1.2 - Receita de Contribuições	2.016.000,00
1.3 - Receita Patrimonial	1.653.000,00
1.4 - Receita de Servicos	360.000,00
1.5 - Transferências Correntes	25.294.730,00
1.7 - Outras Receitas Correntes	130.270,00
RECEITAS DE CAPITAL	
2.1 - Transferências de Capital	953.000,00
TOTAL	38.960.000,00

CATEGORIA ECONÔMICA

Categoria Econômica	Valor - R$
1. Receitas Correntes	38.007.000,00
2. Receita de Capital	953.000,00
TOTAL	38.960.000,00

Art. 3º A Despesa será realizada de acordo com a especificação dos Anexos desta lei, constantes do Programa de Trabalho e segundo a sua natureza, conforme discriminadas a seguir:

POR FUNÇÕES DE GOVERNO

1. POR FUNÇÕES DO GOVERNO	EM R$
Legislativa	1.780.000,00
Administração	4.555.000,00
Assistência Social	1.787.000,00
Previdência Social	2.156.200,00
Saúde	8.676.000,00
Educação	10.045.000,00
Cultura	225.000,00
Urbanismo	5.060.000,00

Gestão Ambiental	510.000,00
Saneamento	17.000,00
Comercio e Serviços	5.000,00
Agricultura	770.000,00
Transporte	650.000,00
Industria	50.000,00
Desporto e Lazer	680.000,00
Encargos Especiais	580.000,00
Reserva de Contingência	150.000,00
Reserva do RPPS	1.263.800,00
TOTAL	38.960.000,00

a. Por Programas de Governo

02- POR PROGRAMA	EM R$
GESTAO E MANUTENCAO DO LEGISLATIVO	1.780. 000,00
GESTAO E MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO	1.115. 000,00
TRANSPARENCIA E EFICIENCIA DA GESTAO PUBLICA	345.000,00
GESTAO E MANTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINIS-TRACAO	1.860. 000,00
GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE FINAN-CAS	1.305. 000,00
OPERACOES ESPECIAIS	580.000,00
GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA	3.200. 000,00
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PREVI-CLAUDIA	2.156. 200,00
INFRAESTRUTURA A SERVICO DO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO	2.483. 000,00
ACESSO DOS ALUNOS A REDE ESCOLAR	1.100. 000,00
SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	470.000,00
EDUCACAO DIREITO DE TODOS	8.320. 000,00
VALORIZACAO, PROMOCAO E ACESSO A CULTURA	225.000,00
ESPORTE E LAZER NA CIDADE	675.000,00
CIDADE LIMPA	685.000,00
APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E AGRO-PECUARIO	100.000,00
VALORIZACAO, PROMOCAO DO TURISMO	5.000,00
POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AM-BIENTAL	52.000,00
GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	490.000,00
MORAR MELHOR	5.000,00
CIDADE ILUMINADA	110.000,00
GESTAO E PROMOCAO A SAUDE DE QUALIDADE	473.000,00
MUNICIPIO QUE ACOLHE E PROTEGE	1.782. 000,00
FOMENTO AO COMERCIO AO TRABALHO, EMPREGO E RENDA	15.000,00
APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS	8.215. 000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA RPPS	1.263. 800,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	150.000,00
TOTAL POR PROGRAMAS	38.960. 000,00

b. Por Órgãos da Administração

01 – Câmara Municipal de Cláudia	1.780.000,00
02 – Gabinete do Prefeito	1.460.000,00
03 – Secretaria de Administração	1.790.000,00
04 – Secretaria de Finanças	1.885.000,00
05 – Secretaria Mun. de Educação Cult Desporto e Lazer	10.270. 000,00
06 – Secretaria Municipal de Saúde	8.688.. 000,00
07 – Secretaria Municipal de Assistência Social	1.787.000,00
08 – Secretaria Mun. Obras, Transp. e Serviços Urbanos	5.715.000,00
09 – Secretaria Mun. Desenvolvimento Econômico e Rural	825.000,00
10 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente	510.000,00
13 – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	680.000,00
14 – Fundo de Previdência Social dos Servidores do Muni-cípio	3.420.000,00
99 – Reserva de Contingência	150.000,00
TOTAL	38.960. 000,00

c. Por Órgão e Unidade

4 - POR ÓRGÃO / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	EM R$
01 - CÂMARA MUNICIPAL	1.780. 000,00
01 - Câmara Municipal	1.780. 000,00
02 - GABINETE DO PREFEITO	1.460. 000,00
01 - Chefe de Gabinete	1.460. 000,00
03 - SEC. DE ADMINISTRAÇAO	1.790. 000,00
01 - Gabinete do Secretário	1.790. 000,00
04 - SEC. DE FINANÇAS	1.885. 000,00
01 - Gabinete do Secretário	1.885. 000,00
05 - SEC. MUNIC. DE EDUC/ CULT. E DESP	10.270. 000,00
01 - Gabinete Do Secretário	4.985. 000,00
02 - Fundo Municipal de Educação	915.000,00
03 - Fundeb 60%	3.745. 000,00
04 - Fundeb 40%	530.000,00
05 - Departamento de Cultura	95.000,00
06 - SEC. DE SAÚDE E SANEAMENTO	8.688. 000,00
01 - Gabinete do Secretário	773.000,00
02 - Fundo Municipal de Saúde	7.915. 000,00
07 - SEC. ASSISTENCIA TRABALHO E ACAO SOCIAL	1.787. 000,00
01 - Gabinete da Sec. de Assistência Social	77.000,00
02 - Fundo Municipal de Assistência Social	1.424. 000,00
03 - Fundo Municipal Criança e Adolescente	240.000,00
04 - Fundo Municipal de Idoso	46.000,00
08 - SEC. DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	5.715. 000,00
01 - Gabinete do Secretario	5.065. 000,00
02 - Departamento de obras e Servicos Públicos	650.000,00
09 - SEC. MUNIC. DE DESENVOLV. ECONOM E RURAL	825.000,00
01 - Gabinete do Secretario	825.000,00
10 - SEC. MUNICIPAL DE AMBIENTE	510.000,00
01 – Gabinete do Secretário	510.000,00
11 – SEC. MUNIC. DE ESPORTES	680.000,00
01 - Gabinete Do Secretário	680.000,00
14 - FUNDO DE PREVID. SOCIAL DOS SERVIDORES DE CLAUDIA	3.420. 000,00
01 - Gabinete do Secretário	3.420. 000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000,00
99 - Reserva de Contingência	150.000,00
TOTAL DESPESA POR ÓRGÃO/UNIDADE:	38.960. 000,00

Por Categoria Econômica:

3 - POR CATEGORIA ECONÔMICA	EM R$
Pessoal e Encargos	18.350.200,00
Juros e Encargos da Divida	75.000,00
Outras Despesas Correntes	16.355.000,00
Despesas de Capital	2.641.000,00
Amortização da Divida	125.000,00
Reserva de Contingência	150.000,00
Reserva de Contingência RPPS	1.263.800,00
TOTAL DESPESA POR CATEGORIA ECON.:	38.960.000,00

Art. 4º O Poder Executivo fica autorizado a:

I - Abrir Créditos Adicionais Suplementares, até o limite de 15% (quinze por cento) do total da despesa fixada no Art. 1º da presente Lei, ou seja, até o valor de R$ 5.844.000,00 (cinco milhões e oitocentos e quarenta e quatro mil reais).

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito até o limite fixado pelas Resoluções 40/2001 e 43/2001 do Senado Federal, bem como atendidas as regras estabelecidas na Lei Complementar Federal 101/2000, com finalidade especifica previamente aprovada pela Câmara Municipal.

Art. 6º Em atendimento ao disposto no art. 22, parágrafo único da Lei 4. 320/64, integram esta Lei em forma de anexo a descrição sucinta das principais finalidades de cada unidade administrativa, bem como o demonstrativo das medidas de compensação e renúncia de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, dando cumprimento ao disposto no Art. 5º - inciso II da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º São partes integrantes também da presente Lei os Anexos estabelecidos no artigo 2º, §§ 1º e 2º da Lei 4.320/64.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA

ESTADO DE MATO GROSSO

Em 18 de dezembro de 2017

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

DECRETO N° 104/2017

DECRETO N° 104/2017

Data: 06 de Dezembro de 2017

Súmula: Decreta a suspensão do atendimento ao Público na Prefeitura Municipal de Cláudia no período de 18/12/2017 a 03/01/2018, e dá outras providências.

ALTAMIR KURTEN, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e amparadas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando que há necessidade de se promover contenção de despesas;

Considerando as festividades alusivas ao Natal e ao Final de Ano;

Considerando o encerramento do exercício financeiro, fiscal e medidas de controle interno para abertura de um novo exercício;

Considerando que o início do exercício é o momento de consolidação da execução orçamentária, bem como de implantação do exercício financeiro;

DECRETA:

Art. 1°. Fica declarado à suspensão de atendimento ao Público nas Repartições Públicas Municipais, no período de 18 de dezembro de 2017 a 03 de janeiro de 2018.

§ 1°. No período mencionado no “caput” deste artigo serão mantidos os trabalhos internos da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, bem como todo o Paço Municipal, não prejudicando a prestação dos serviços considerados essenciais, que deverão ser mantidos, tais como Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria Municipal de Educação para com o Transporte Escolar, havendo necessidade.

§ 2°.No dia 26 de dezembro de 2017 não haverá expediente em todos os Órgãos Municipais.

Art. 2º As demais Secretarias que não compõem o art. 1º estarão de recesso total de suas atividades entre os dias 18 de dezembro de 2017 até 03 de janeiro de 2018.

Art. 3º O setor de tributação e SEFAZ atenderá ao Público em horário normal, sendo das 7:00hrs às 11:00 hrs, e das 13:00 hrs as 17:00 hrs, exceto nos dias 26 de dezembro e 02 de janeiro de 2018, cujo não haverá expediente.

Art. 4º Os prazos administrativos serão suspensos somente entre os dias 18/12/2017 á 03/01/2018.

Art. 5º Este Decreto entrará emvigor a partir da sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Cláudia, 06 de Dezembro de 2017.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

LEI N.º 803 DE 18 DEZEMBRO 2.017. PARCELAR DÉBITOS DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA JUNTO A ENERGISA

LEI N.º 803 DE 18 DEZEMBRO 2.017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a parcelar débitos do consumo de energia elétrica junto a ENERGISA MATO GROSSO — DISTRIBUIDORA DE ENEGIA S.A., originários do Executivo Municipal e dá outras providencias.

A Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz sabe que a Câmara Municipal de Cocalinho, aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos desta Leí e da Legislação pertinente, autorizado a realizar em 01 entrada no valor R$ 48. 100,00 (quarenta e oito mil e cem reais) e dez parcelas no vapor de R$ 11.846,42 (onze mil, oitocentos e quarenta e seis reais e quarenta e dois centavos), totalizando o valor de R$ 166.564,18 (cento e sessenta e seis mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e dezoito centavos), sendo que o valor das parcelas mensais será lançado nas faturas a serem emitas pela CREDORA referentes a unidade consumidora de código nº 65373, de responsabilidade do CONFITENTE DEVEDOR, sob o titulo de PARCELAMENTO.

Art 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

Art 3º Revogam – se as Disposições em contrario.

Gabinete da Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos 18 dias do mês de Dezembro de 2.017.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

LEI N.º 802 DE 18 DEZEMBRO 2.017.PARCELAR DÉBITOS COM A PGE-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

LEI N.º 802 DE 18 DEZEMBRO 2.017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a parcelar débitos Com a PGE-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO originário de Auto de Infração da Vigilância Sanitária do Estado de Mato Grosso e SEMA-Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso e dá outras providencias.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei orgânica municipal, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou, e ela sanciona a seguinte Lei:

ART 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos desta Lei e legislação pertinente, autorizado a realizar em até 060 (sessenta meses), Termo de Parcelamentos de Débitos, referentes a Autos de Infração de nº- 84/2007, 4961/2008 e 3959/2009 da Prefeitura de Cocalinho/MT com penalidade de Multa da Vigilância Sanitária do Estado de Mato Grosso e Autos de Infração de 110402/2008, 117257/2010 e 110374/2011 com penalidade de Degradação de Área Permanente e Ausência de licença Ambiental da SEMA - SECRETARIA DO MEIO DE AMBIENTE DE MATO GROSSO.

Parágrafo único. A Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso deverá, antes de efetivar o referido parcelamento, apresentar ao Poder Executivo Municipal, o valor do débito apurado referente ao período a que se refere

este artigo, utilizando os Benefícios do REFIS/MT ficando ainda a Prefeita Municipal, autorizada a assinar todo e qualquer documento para executar de fato e de direito o competente parcelamento.

ART 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ART 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos 18 dias do mês de Dezembro de 2.017.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

PORTARIA Nº 1010/2017

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

Considerando que a servidora pública **Claudilene Gomes Pessoa** Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017 da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer encontra-se em gozo de férias regulamentares nos períodos de **08/12/2017 a 21/12/2017 e 22/12/2017 a 20/01/2018;**

RESOLVE:

Artigo 1º - **Nomear** em substituição a Presidente **Claudilene Gomes Pessoa** que encontra-se de férias a servidora **Luciana da Silva Sant Ana,** matrícula **1599**.

Artigo 2º - Excluir aservidora **Claudilene Gomes Pessoa** da composição da comissão do referido Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017 que a nomeou através da Portaria nº 920/2017;

Artigo 3º - Esta Portaria entrou em vigor na data de 08 de dezembro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 07 de dezembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 104/GP/2017

DECRETO Nº 104/GP/2017, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2017.

Súmula: DECRETA LUTO OFICIAL POR 7 (SETE) DIAS.

CELSO LEITE GARCIA, Vice-Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, e com amparo na Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o falecimento do Prefeito Municipal de Colniza – MT **Sr. ESVANDIR ANTONIO MENDES**, na data de 15/12/2017;

CONSIDERANDO o consternamento geral da comunidade Colnizense e o sentimento de solidariedade, que emerge pela perda de um respeitável líder político;

CONSIDERANDO, finalmente, que é dever do Poder Público render justas homenagens àqueles que com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para o bem-estar da Coletividade.

DECRETA:

ARTIGO 1° - Luto Oficial no Município de Colniza/MT, por 07 (sete) dias contados desta data, pelo falecimento do Sr. **ESVANDIR ANTONIO MENDES** – Prefeito Municipal de Colniza – MT.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Vice-Prefeito Municipal, em 16 de dezembro de 2017.

CELSO LEITE GARCIA

Vice-Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 013/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 013/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, Exmo. Sr.Vereador Rodolfo Cesar Andrade Gonçalves, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando o disposto no inciso II, do Art. 86 da Lei Orgânica Municipal, CONVOCA o Vice - Prefeito Celso Leite Garcia e os vereadores: Oseia Pereira Guedes, Marcos Venicio Rodrigues da Silva, Valter de Lima Jesus, Clinio Tomazi , Silvanio Alberto da Cruz, Jesineison de Aguiar Brandão, Jonhatan Bretas e Siwal Sant'Ana Soares, para uma SESSÃO SOLENE, de posse do Vice-prefeito Celso Leite Garcia ao Cargo de Prefeito Municipal, com início às 15:00hs, do dia 18/12/2017, no recinto da Câmara Municipal.

É indispensável a presença de todos.

Registra-se, Cumpra-se e Publique-se

Colniza/MT, 18 de Dezembro de 2017.

Rodolfo Cesar Andrade Gonçalves

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO DE ADITIVO 168/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 168/2017 AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR Nº. 071/2017

DATA: 30/11/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: COOPERMAF - COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES RURAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE COMODORO

OBJETO: supressão do saldo de empenho do contrato de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar nº. 071/2017, referente à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas públicas municipais e creches municipais, da zona urbana e rural do município de Comodoro/MT, em atendimento aos programas do FNDE - PNAE, PNAI, PNAC, PNAPE E AEE + Educação, referente ao exercício de 2017, no valor de R$94.561,02 (noventa e quatro mil quinhentos e sessenta e um reais e dois centavos).

Dotação: 06.06.2.021.3.3.90.30 (271) – 06.06.2.022.3.3.90.30 (272) – 06.06.2.023.3.3.90.30 (273)- 06.06.2.024.3.3.90.30 (274) – 06.06.2.026.3.3.90.30 (275).

EXTRATO DE ADITIVO 171/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 171/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS Nº 065/2017

DATA: 04/12/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: F. DE ALMEIDA TORNEARIA LTDA - ME

OBJETO: prorrogação de prazo do serviços de torno e solda para manutenção preventiva e corretiva de veículos e maquinas da frota municipal, por mais 06 (seis) meses, vigorando de 05/12/2017 à 05/06/2018.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente da Câmara Municipal, Antonio Carmos Pinheiro De Almeida, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especificamente a Lei de nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar a presente Licitação nestes termos:

a) Processo de nº: 010/2017

b) Licitação de nº: 0052017

c) Modalidade: Tomada de Preço

d) Data da Homologação: 19/12/2017

e) Objeto da Licitação: Aquisição de Materiais de informática para atender a necessidade da Câmara Municipal

g) Fornecedor: EDER DIONE DOS SANTOS, CNPJ nº 26.312.150/0001-24;

02 – Autorizar a emissão do empenho correspondente:

Dotação: 01.01.1.001.4.4.90.52.00.00.00.00 – Aquisição de equipamentos.

Comodoro/MT, 19 de Dezembro de 2017.

Antonio Carmos Pinheiro de Almeida/ Presidente da Mesa Diretora

EXTRATO DE ADITIVO 170/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 170/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 053/2017

DATA: 01/12/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: ANDREA BACK ARQUITETURA, URBANISMO E CONSULTORIA LTDA - ME

OBJETO: aditivo de prorrogação de prazo e valor do Contrato de Prestação de Serviços de nº 053/2017, que tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços na área de Arquitetura e Urbanismo, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento do Município de Comodoro-MT, vigorando de 04/12/2017 até 04/08/2018.

Dotação: 05.02.2.114.3.3.90.39 (204)

EXTRATO DE ADITIVO 166/2017

DÉCIMO SEXTO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 166/2017, AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 051/2013 E ADITIVOS NºS 043, 144, 157/2013, 024, 216/2014 e 011/2015, 183/2015, 070, 080, 103, 296/2016, 002, 076 e 113/2017 e 129/2017

DATA: 30/11/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: R. DE ANDRADE KELM SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI - ME

OBJETO: supressão do saldo de empenho do contrato de prestação de serviços Nº 051/2013 e Aditivos nºs 043, 144, 157/2013, 024, 216/2014 e 011/2015, 183/2015, 070, 080, 103, 296/2016, 002, 076 e 113/2017 e 129/2017, referente à Prestação de Serviços Hospitalares para atendimento a população e procedimentos de urgência, emergência e pronto socorro, referente ao exercício de 2017, no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Dotação: 07.06.2.148.3.3.90.39 (391)

EXTRATO DE ADITIVO 172/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 172/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS Nº 066/2017

DATA: 04/12/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: MARCIA ROSA DE SOUZA 02430416166 - MEI

OBJETO: prorrogação de prazo serviços de Auto Elétrica para manutenção preventiva e corretiva de veículos leves e pesados da frota municipal, por mais 06 (seis) meses, vigorando de 05/12/2017 à 05/06/2018.

EXTRATO DE ADITIVO 167/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 167/2017, AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 015/2017

DATA: 30/11/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: MICHAEL FERRAZ DO NASCIMENTO - ME

OBJETO: prorrogação de prazo e a supressão do saldo de empenho do contrato de prestação de serviços Nº 015/2017, referente à Prestação de Serviços de hospedagem, transporte e alimentação de pacientes de Comodoro que se deslocam até a capital para realização de exames e tratamento médico, referente ao exercício de 2017, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) vigorando de 09/12/2017 à 09/09/2018, pelo período de 09 (nove) meses.

Dotação: 07.06.2.210.3.3.90.39 (399).

EXTRATO DE ADITIVO 173/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 173/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS Nº 067/2017

DATA: 04/12/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: POSTO DE MOLAS PIRACICABA LTDA-ME

OBJETO: prorrogação de prazo serviços de Torno e Solda para manutenção preventiva e corretiva de veículos e maquinas da frota municipal, por mais 06 (seis) meses, vigorando de 05/12/2017 à 05/06/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 035/2017 DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

EDITAL 035/2017

Pelo presente dá-se publicidade ao requerimento da Sra. MARIA CELIA RODRIGUES RIBEIRO DE ABREU - CPF:555.114.571-91; cadastramento de titularidade de imóvel com respeito ao LOTE 06- QUADRA 08–Rua Belo Horizonte- Bairro Vila Nova, sendo que qualquer interessado em impugnar o citado requerimento deverá fazê-lo num prazo de 15(quinze) dias junto ao setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Confresa.

Confresa, 18 de Dezembro de 2017.

_____ _____

Juliana M. Festi Murano Ronia Maria. C. B. Milhomem

Chefe Departamento de Tributos Secretaria de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

SEC. GOVERNO
PORTARIA N°365/2017

"Dispõe sobre Remoção do servidor público municipal Mara Lucia Bettega e dá outras providencias".

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e

CONSIDERANDO, a informação da Secretaria Municipal de Saúde, que houve melhora no quadro clinico da genitora da enfermeira Mara Lucia Bettega, não sendo mais imprescindível o seu acompanhamento, nos termos do Art. 112 c/c Art. 113 ambos da Lei Complementar 19/2005.

CONSIDERANDO que a sua remoção de Nova União para a Sede do Município é **temporário**, conforme Art. 39, §1º, em decorrência da administração ter avaliado o problema de saúde no âmbito familiar como relevante**;**

CONSIDERANDO que a excepcionalidade de sua remoção não mais encontra-se presente;

CONSIDERANDO que a enfermeira Mara Lucia Bettega foi aprovada no Concurso Público 001/2016 para o Distrito de Nova União.

CONSIDERANDO que o Município reveste-se de poderes e de força para cumprir as suas finalidades, ou seja, corresponder à responsabilidade tutelar de que está investido, genérica e especificamente, para garantir a normal execução do Serviço Público, o bem-estar dos cidadãos e prover as ações administrativas, para resguardar os altos interesses administrativos, e ainda, a Supremacia do Interesse Público;

CONSIDERANDO que, no presente caso, a mudança do local (devolução ao local de origem do concurso) da prestação do serviço é permitida de ofício, por decisão unilateral do ente público, trata-se do poder discricionário da Administração;

RESOLVE

Art. 1º - Fica determinado à remoção da servidora Mara Lucia Bettega, ocupante do cargo público de enfermeira, do local atual de trabalho, para o cumprimento de sua jornada de trabalho regular junto a Unidade de Saúde de Nova União, conforme aprovada no Concurso Público 01/2016, devendo apresentar no novo local de trabalho a partir de **02 de janeiro de 2018**.

Art. 2- - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário,

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 18 de dezembro de 2017.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

SEC. GOVERNO
LEI Nº 1.010/2017

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU PARA O EXERCICIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º O Orçamento do Município de Cotriguaçu para o exercício financeiro de 2018, deduzidas as retenções para o FUNDEB, estima a receita e fixa a despesa em R$ 38.202.800,00 (trinta e oito milhões, duzentos e dois mil e oitocentos reais), conforme discriminado nos anexos integrantes desta Lei, compreendendo:

a) Orçamento Fiscal R$ 31.873.800,00;

b) Orçamento da Seguridade Social R$ 6.329.000,00.

Art. 2º A receita será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma de legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta lei, com o seguinte desdobramento:

1 - POR CATEGORIA ECONÔMICA	***FISCAL***	***SEGURIDADE SOCIAL***	***TOTAL***
1 - RECEITAS CORRENTES	*30.043.800,00*	*5.696.000,00*	*35.739.800,00*
2 - RECEITAS DE CAPITAL	*1.830.000,00*		*1.830.000,00*
7 - RECEITAS INTRAORÇAMENTARIAS		*633.000,00*	*633.000,00*
TOTAL	***31.873.800,00***	***6.329.000,00***	***38.202.800,00***
2 - POR FONTES			
1 – RECEITAS CORRENTES	***34.521.000,00***	***5.696.000,00***	***40.217.000,00***
1.1 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.024.000,00		2.024.000,00
1.2 – Receita de Contribuições	134.000,00	738.000,00	872.000,00
1.3 - Receita Patrimonial	364.000,00	1.034.000,00	1.398.000,00
1.6 - Receitas de Serviços	8.000,00		8.000,00
1.7 - Transferências Correntes	31.929.000,00	3.924.000,00	35.853.000,00
1.9 - Outras Receitas Correntes	62.000,00	0,00	62.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	***1.830.000,00***	***0,00***	***1.830.000,00***
2.2 – Alienação de Bens	11.000,00	0,00	11.000,00
2.4 – Transferências de Capital	1.819.000,00	0,00	1.819.000,00
7 - RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS		***633.000,00***	***633.000,00***
7.1 Receitas Intraorçamentárias Correntes		633.000,00	***633.000,00***
9 -DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	***-4.477.200,00***	***0,00***	***-4.477.200,00***
9.7 - Retenção para o FUNDEB	-4.477.200,00	0,00	-4.477.200,00
TOTAL	***31.873.800,00***	***6.329.000,00***	***38.202.800,00***

Art. 3º A despesa da administração direta será realizada segundo a discriminação dos quadros por órgãos, por categoria econômica, por funções e programas integrantes desta lei, com os seguintes desdobramentos:

1 - DESPESA POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO	***FISCAL***	***SEGURIDADE SOCIAL***	***TOTAL***
01 - Câmara Municipal	1.618.000,00		1.618.000,00
02 - Gabinete do Prefeito	973.000,00		973.000,00
03 – Secretaria de Municipal de Governo	306.000,00		306.000,00
04 – Secretaria de Municipal de Administração	1.043.000,00		1.043.000,00
05 – Secretaria de Finanças	1.625.000,00		1.625.000,00
06 - Secretaria de Educação e Cultura	10.639.100,00		10.639.100,00
07 - Secretaria de Saúde		9.001.620,00	9.001.620,00
08 - Secretaria Municipal De Gestao Social E Trabalho		1.528.000,00	1.528.000,00
09 –Secretaria Municipal De Infra Estrutura E Transito Rodoviario	3.763.000,00		3.763.000,00
10 – Secretaria Municipal De Desenv. Economico, Agricultura	1.008.000,00		1.008.000,00
11 – Secretaria de Municipal de Meio Ambiente	1.123.000,00		1.123.000,00
12 – Secretaria Municipal De Cidade	2.720.840,00		2.720.840,00
13 –Fundo de Previdência Social dos Servidores de Cotriguaçu		2.231.000,00	2.231.000,00
99 – Reserva de Contingência	623.240,00		623.240,00
TOTAL	**25.442.180,00**	**12.760.620,00**	**38.202.800,00**

2 - DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA	***FISCAL***	***SEGURIDADE SOCIAL***	***TOTAL***

03 - Despesas Correntes	21.048.940,00	12.255.620,00	33.304.560,00
04 - Despesas de Capital	3.770.000,00	505.000,00	4.275.000,00
99 – Reserva de Contingência	623.240,00	0,00	623.240,00
TOTAL	**25.442.180,00**	**12.760.620,00**	**38.202.800,00**

3 - DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	***FISCAL***	***SEGURIDADE SOCIAL***	***TOTAL***
01 – Legislativo	1.618.000,00		1.618.000,00
04 – Administração	3.441.000,00		3.441.000,00
08 – Assistência Social		1.528.000,00	1.528.000,00
09 – Previdência Social		2.231.000,00	2.231.000,00
10 – Saúde		9.001.620,00	9.001.620,00
12 – Educação	10.584.100,00		10.584.100,00
13 – Cultura	55.000,00		55.000,00
15 - Urbanismo	1.366.000,00		1.366.000,00
17 – Saneamento	898.840,00		898.840,00
18 - Gestão Ambiental	1.123.000,00		1.123.000,00
20 – Agricultura	1.008.000,00		1.008.000,00
26 – Transportes	3.763.000,00		3.763.000,00
27 – Desporto e Lazer	456.000,00		456.000,00
28 – Encargos Especiais	506.000,00		506.000,00
99 – Reserva de Contingência	623.240,00		623.240,00
TOTAL	**25.442.180,00**	**12.760.620,00**	**38.202.800,00**

4 - DESPESA POR PROGRAMA	***FISCAL***	***SEGURIDADE SOCIAL***	***TOTAL***
Gestao do Poder Legislativo	1.618.000,00		1.618.000,00
Gestao do Poder Executivo	9.488.940,00	8.449.620,00	17.938.560,00
Gestao do Fundo Municipal de Previdencia		2.231.000,00	2.231.000,00
Otimizando a Receita Tributária	104.000,00		104.000,00
Operacoes Especiais	506.000,00		506.000,00
Educação para Todos	9.552.000,00		9.552.000,00
Saúde Pública Inclusa na Vida de Todos		1.609.000,00	1.609.000,00
Inclusão e Desenvolvimento Humano		471.000,00	471.000,00
Infraestrutura e Serviços Públicos	940.000,00		940.000,00
Boa Práticas Agrosilvo Pastoris	420.000,00		420.000,00
Produzir, Conservar e Incluir	799.000,00		799.000,00
Mobilização Urbana e Saneamento Básico	1.391.000,00		1.391.000,00
9999 – Reserva de Contingência	623.240,00	0,00	623.240,00
TOTAL	**25.442.180,00**	**12.760.620,00**	**38.202.800,00**

Parágrafo Único. Do total do Orçamento da Seguridade Social, o valor de R$ 6.431.620,00 será oriundo do Orçamento Fiscal.

Art. 4º O Orçamento Fiscal e Seguridade Social do Município, abrangendo todas as entidades da Administração Direta ficam assim distribuídos:

DESCRICAO	**TOTAL**
Orçamento Fiscal	**25.442.180,00**
Orçamento da Seguridade Social	**12.760.620,00**
Assistência Social	1.528.000,00
Saúde	9.001.620,00
Previdência Social	2.231.000,00
ORCAMENTO TOTAL	**38.202.800,00**

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares em obediência ao que dispõe o Art. 167, incisos V e VI, da Constituição Federal, combinado com o disposto no Art. 43, parágrafo 1º, incisos I, II, III e IV, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964, observando-se as seguintes condições:

I - até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) da despesa fixada no Art. 1º desta lei, para os casos de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, podendo para tanto, realizar a transposição, o remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, desde que não haja prejuízos a execução orçamentária do projeto/atividade e/ou órgão unidade de origem.

II - até o limite do total apurado no Balanço Patrimonial, para abertura de créditos suplementares à conta de recursos provenientes de superávit financeiro;

III - até o limite do efetivamente ocorrido para abertura de créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de recursos vinculados à educação, saúde, assistência social, ou de obras de infraestrutura não previstos na receita do Orçamento, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta Lei;

IV – no montante do produto de operações de crédito autorizadas em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

§ 1º. O limite autorizado não será onerado quando se tratar de transferência ou remanejamentos de recursos decorrentes de anulação parcial ou total de dotações, dentro do mesmo projeto ou atividade, no limite dos mesmos, bem como, para suplementar insuficiência de dotações no Grupo de Despesas de Pessoal e Encargos.

§ 2º. A fim de agilizar o cumprimento da programação aprovada nesta lei, fica o Poder Executivo autorizado a remanejar recursos entre elementos do mesmo grupo de despesa, bem como, entre fontes de recursos do mesmo projeto ou atividade, sem onerar o limite estabelecido no inciso I, do *caput*.

Art. 6º. Farão parte integrante da Lei, os anexos e demonstrativos previstos na Lei Federal nº 4320/64 e Lei Complementar nº 101/2000 referente a Administração Direta.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir 1º de janeiro de 2018.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu/MT, aos 12 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

SEC. GOVERNO
DECRETO Nº 1.142/2017

"SÚMULA: DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA MUTIRÃO FISCAL E REDUÇÃO DE MULTAS E JUROS DE MORA INCIDENTES SOBRE DÉBITOS DE QUALQUER NATUREZA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU, NA FORMA E CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado prazo para o Mutirão Fiscal e Redução de Multas e Juros de Mora Incidentes Sobre Débitos de Qualquer Natureza da Dívida Ativa Municipal do Município de Cotriguaçu-MT, até o dia 29 de Dezembro de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu, 07 dias do mês de Dezembro de 2017.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

SEC. GOVERNO
DECRETO Nº 1.143/2017

"Regulamenta o processo de avaliação e desempenho de servidor nomeado em virtude de concurso público no decorrer do estagio probatório, institui comissão e dá outras providências."

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu - MT, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório para avaliação dos servidores nomeados em virtude de concurso público.

Art. 2º O servidor será avaliado com base nos requisitos dispostos na legislação municipal.

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - Idoneidade moral - correto procedimento do servidor no que se refere à probidade, à cortesia, à urbanidade, à lealdade, ao sigilo profissional, ao decoro, ao respeito aos colegas e o comportamento adequado, tanto nas relações pessoais quanto nas de trabalho, com terceiros, servidores ou não;

II - Aptidão - avalia a capacidade do servidor em tomar providências por conta própria, dentro de sua competência, tomando iniciativa e apresentando soluções adequadas às questões ou dúvidas surgidas no trabalho, bem como avalia se a prestação de serviços é compatível com as condições de trabalho do servidor;

III - Disciplina - avalia o comportamento do servidor quanto aos aspectos de observância aos preceitos, regulamentos, normas legais e orientação da chefia, respeitando a hierarquia e o acatamento das requisições de tarefas, ainda que não rotineiras, mas correlatas às funções do cargo;

IV - Assiduidade - avalia a frequência do servidor, tanto no que se refere ao comparecimento diário ao trabalho, quanto ao cumprimento dos horários estabelecidos ou determinados;

V - Dedicação - analisa o cumprimento de suas obrigações, interesse e a disposição de suas atividades, a qualidade na apresentação dos trabalhos, a capacidade de assimilar e aplicar os ensinamentos;

VI - Eficiência - avalia o desenvolvimento das atividades do cargo, de forma planejada e organizada, dentro dos padrões, dos prazos e condições estabelecidas; avalia o desempenho com zelo, a presteza e a qualidade das tarefas que lhe forem atribuídas, bem como se utiliza e conserva materiais e equipamentos, visando a sua conservação e economia.

Art. 4º O período de estágio probatório será cumprido, obrigatoriamente, no efetivo exercício do cargo para o qual o servidor foi nomeado.

Art. 5º A avaliação do servidor em estágio probatório envolve duas etapas:

I - avaliação parcial, com periodicidade de 6 (seis) meses, durante os 03 (três) anos de duração do estágio probatório, onde os resultados do processo de acompanhamento, verificação do desempenho e de mudança comportamental do servidor, serão registrados em formulários próprios, de acordo com os Anexos I e II, parte integrante deste Decreto;

II - avaliação final, baseada nos relatórios das avaliações parciais, será realizada no último trimestre do término do período de estágio probatório, cujos resultados serão objeto de parecer conclusivo da Comissão de Avaliação.

Art. 6º A avaliação parcial de desempenho do servidor, no período de estágio probatório, constitui-se de um processo contínuo e sistemático a ser efetivado pela Comissão de Avaliação, através de mecanismos específicos, a partir da data do início do exercício no cargo.

Art. 7º A Comissão de que trata o artigo 1º deste Decreto será composta por 03 (três) membros, servidores efetivos e estáveis, e um Secretário, sendo 03 (três) fixos e um variável, todos nomeados por portaria da Chefe do Poder Executivo, a saber:

I - 1 (um) representante fixo da Secretaria Municipal de Administração, o qual presidirá, com direito a voto;

II - 2 (dois) representantes variáveis, da Secretaria a que estiver vinculado o servidor a ser avaliado.

III - 01(um) Secretário

Art. 8º Compete à Comissão de Avaliação do Estágio Probatório:

I - orientar todo o processo de avaliação do estágio probatório ou nele intervir em qualquer fase;

II - solicitar a assistência de qualquer órgão técnico da Prefeitura Municipal, principalmente de perícias médicas, de segurança e medicina do trabalho, sempre que necessária ao bom termo do processo de avaliação;

III - analisar e julgar os recursos recebidos, podendo requisitar quaisquer peças, documentos ou processos e entrevistar o servidor, seus colegas de trabalho, as chefias ou os servidores por ela designados para a avaliação quadrimestral, se assim for necessário para a melhor instrução do relatório final;

IV - propor justificadamente à Chefe do Poder Executivo, com base nos relatórios e documentos do processo bem assim nas suas próprias diligências e convicções, a exoneração do servidor avaliado;

V - propor justificadamente ao Secretário de Administração, com base nos relatórios e documentos do processo bem assim nas suas próprias diligências e convicções, a declaração de estabilidade do servidor avaliado, para fins do artigo 25 do presente Decreto;

VI - encaminhar pedidos de pareceres aos órgãos competentes, sobre as situações ambíguas enfrentadas durante os procedimentos avaliatórios;

VII - calcular a média aritmética das pontuações obtidas pelo servidor estagiário nas avaliações semestrais.

Art. 9º Os membros variáveis da Comissão de Avaliação serão indicados pelos Secretários da Secretaria a que estiver vinculado o servidor a ser avaliado.

§ 1º Não poderá fazer parte da Comissão de Avaliação o servidor em estágio probatório nomeado para exercer cargo de chefia, estendendo-se esta proibição à hipótese do exercício de função gratificada.

§ 2º Se não for possível compor a Comissão de Avaliação nos moldes estabelecidos neste artigo, serão designados para constituí-la servidores estáveis lotados na mesma Secretaria, que sejam titulares de cargo efetivo de nível igual ou superior ao do servidor a ser avaliado ou que estejam exercendo funções de maior responsabilidade.

§ 3º Caso o servidor em estágio probatório tenha exercido suas funções em mais de uma unidade, seu desempenho será submetido ao chefe imediato e Comissão de Avaliação onde o trabalho tenha sido desenvolvido pelo maior número de dias, prevalecendo, em caso de empate, a última unidade.

§ 4º Concluída a avaliação do chefe imediato, feita com utilização do formulário que integra o presente Decreto, será a mesma datada e assinada pelo superior hierárquico, devendo da mesma ser dada ciência ao servidor e após, encaminhada à Comissão de Avaliação.

§ 5º Na hipótese de o servidor não concordar com as conclusões da avaliação, manifestará suas razões por escrito, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de sua ciência ou notificação, ao fim do qual, com ou sem a referida manifestação, será o processo remetido à Comissão de Avaliação do Estágio Probatório para decisão.

Art. 10. Durante o período do estágio probatório, a Comissão de Avaliação poderá solicitar à Divisão de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, com base nos Formulários de Avaliação Parcial, que o servidor passe por nova avaliação médica, se concluir que as licenças para tratamento de saúde estão extrapolando a normalidade.

Art. 11. Fica estabelecido o limite máximo de 100 (cem) pontos para a avaliação, distribuídos entre os fatores definidos no artigo 3º deste Decreto, nas seguintes proporções:

I - idoneidade moral -15 pontos

II – aptidão - 20 pontos

III – disciplina - 15 pontos

IV – assiduidade 15 pontos

V – dedicação 15 pontos

VI – eficiência 20 pontos

Parágrafo único. O resultado de cada avaliação será obtido pela somatória da pontuação total do Anexo I.

Art. 12. Será aprovado no estágio probatório e considerado apto para obter a estabilidade no serviço público municipal e confirmação no cargo, o servidor que obtiver, no mínimo, 75 (setenta e cinco) pontos na média aritmética de suas avaliações.

Parágrafo único. Será considerado inapto o servidor que, ao término do julgamento de três avaliações contínuas, não tiver somado 225 (duzentos e vinte e cinco) pontos.

Art. 13. Na avaliação do servidor deficiente físico serão levadas em consideração as limitações e restrições médicas constantes de seu laudo pré-admissional.

Parágrafo único. As limitações e restrições médicas suportadas pelo servidor deficiente físico não poderão interferir na avaliação de seu desempenho, sendo vedado considerá-las como elementos redutores de pontos.

Art. 14. A avaliação do servidor em estágio probatório não prejudica a apuração de sua responsabilidade por faltas disciplinares nem a aplicação das penalidades correspondentes, assegurado o direito de ampla defesa.

Art. 15. Suspende-se o período de estágio probatório, voltando a correr no dia estabelecido para o retorno do servidor ao exercício do cargo ou do dia seguinte ao de sua liberação, nas hipóteses de:

I - licença gestante ou adoção;

II - licença para tratamento de saúde;

III - licença em virtude de acidente de trabalho ou doença profissional;

IV - licença para acompanhamento de doença em pessoa da família;

V - afastamento para exercer mandato eletivo;

VI - licença para cumprir mandato sindical;

VII - prisão administrativa, preventiva ou decorrente de sentença criminal transitada em julgado.

Parágrafo único. No caso de condenação criminal, que acarrete perda de cargo público, o servidor será exonerado.

Art. 16. O servidor em estágio probatório poderá ser submetido a exames médicos periódicos, a requerimento da Comissão de Avaliação.

Parágrafo único. Se em qualquer dos exames for constatada a ausência ou déficit da capacidade física ou mental do servidor, de modo a comprometer o desempenho adequado das funções do seu cargo, ou a segurança do trabalho e dos demais servidores, será o respectivo laudo médico encaminhado à Comissão de Avaliação do Estágio Probatório, que decidirá sobre a exoneração.

Art. 17. O servidor em estágio probatório poderá ser designado para exercer cargo em comissão ou função gratificada, integrante do Quadro do Poder ou órgão ao qual se acha vinculado, com atribuições correlatas às de seu cargo efetivo.

Parágrafo único. Nos termos do *caput* deste artigo, nas hipóteses de exercício de cargo em comissão ou designação para o exercício de função gratificada, caberá ao Secretário Municipal da unidade na qual esteja inserido o cargo a ser exercido, no primeiro caso, e aos superiores da unidade onde o servidor irá exercê-la, no segundo, atestar a compatibilidade e a similaridade entre as funções a serem exercidas pelo mesmo e as atribuições do seu cargo efetivo.

Art. 18. Se a Comissão de Avaliação decidir pelo não acolhimento da manifestação de que trata o § 5º do artigo 9º, dará ciência ao servidor avaliado, que poderá recorrer.

Parágrafo único. O recurso previsto neste artigo será dirigido à Comissão de Recursos e deverá ser interposto no prazo de 10 (dez) dias a contar da ciência da decisão.

Art. 19. Indicada a exoneração do servidor avaliado, a Comissão de Avaliação redigirá o seu parecer conclusivo, cópia do qual será entregue ao servidor, mediante recibo, junto com a notificação dos resultados da avaliação.

Art. 20. Recebida a notificação e o parecer conclusivo da Comissão de Avaliação, de que trata o artigo anterior, o servidor avaliado terá 10 (dez) dias para a apresentação de recurso, junto à Comissão de Recursos podendo fazer-se representar por Advogado.

Art. 21. Fica criada a Comissão de Recursos, composta pelo Secretário de Administração e dois outros membros efetivos e estáveis designados pela Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 22. Compete à Comissão de Recursos do Estágio Probatório:

I - analisar e julgar os recursos recebidos das avaliações previstas no artigo 5º deste Decreto, podendo requisitar quaisquer peças, documentos ou processos e entrevistar o servidor, seus colegas de trabalho, as chefias ou os servidores por ela designados para a avaliação quadrimestral, se assim for necessário para a melhor instrução da decisão;

II - propor justificadamente à Chefe do Poder Executivo, com base nos relatórios e documentos do processo bem assim nas suas próprias diligências e convicções, a exoneração do servidor avaliado;

III - propor justificadamente ao Secretário de Administração, com base nos relatórios e documentos do processo bem assim nas suas próprias diligências e convicções, a declaração de estabilidade do servidor avaliado, para fins do artigo 25 do presente Decreto.

Art. 23. Na contagem dos prazos para prestação de esclarecimentos, apresentação de defesa e interposição de recurso referidos neste Decreto, exclui-se o dia do começo e inclui o dia do vencimento da ciência.

Art. 24. Compete ao Departamento de Recursos Humanos, nos procedimentos de avaliação do servidor em estágio probatório:

I - comunicar as situações de suspensão do estágio probatório previstas neste Regulamento;

II - calcular os pontos previstos em cada instrumento de avaliação, observando e comunicando a ocorrência da hipótese do artigo 10, parágrafo único, deste Regulamento;

III - assessorar e dar suporte administrativo ao cumprimento das atribuições da Comissão de Avaliação, e da Comissão de Recursos;

IV - providenciar a capacitação, quando solicitado pela Comissão de Avaliação;

V - receber sob protocolo peças contendo esclarecimentos prestados pelo servidor, defesas e recursos, para encaminhamento aos órgãos competentes, ainda que intempestivos.

Art. 25. Fica delegado ao Secretário Municipal de Administração a prática do ato de declaração de estabilidade do servidor.

Art. 26. O servidor será considerado estável no serviço público municipal somente após a prática do ato de declaração de estabilidade pela autoridade competente, cumpridas as formalidades de avaliação.

Art. 27. O ato de exoneração do servidor não aprovado no estágio probatório é de competência da Chefe do Poder Executivo, por meio de portaria, que será publicada na imprensa oficial.

Art. 28. Aplicam-se as disposições deste Decreto, no que couber, a todos os servidores públicos municipais que, na data da publicação, estiverem em estágio probatório, podendo ser realizada a avaliação do período de exercício já ocorrido.

Art. 29. Observados os fatores e critérios estabelecidos neste Decreto, os servidores em estágio probatório, cujo termo ocorrerá em tempo inferior a 06 (meses) meses, tendo como referência a data da edição das respectivas portarias das Comissões, deverão submeter-se a uma única avaliação e que servirá para a avaliação final de que trata o presente Diploma.

Art. 30. Os casos omissos serão decididos em conjunto pela Comissão de Avaliação do Estágio Probatório.

Art. 31. Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

Art. 32. Revogam-se as disposições em contrário

.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 11 de dezembro de 2017.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

ANEXO I

Avaliação Estágio Probatório

I - IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Cargo:

Lotação:

Período de: __/__/___ a __/__/___

II - FATORES DE AVALIAÇÃO:

Serão objetos desta avaliação, para apurar se o servidor reúne condições para o desempenho das atribuições do cargo para o qual foi nomeado, observados os seguintes fatores:

FATORES

PONTOS

Idoneidade moral - correto procedimento do servidor no que se refere à probidade, à cortesia, à urbanidade, à lealdade, ao sigilo profissional, ao decoro, ao respeito aos colegas e o comportamento adequado, tanto nas relações pessoais quanto nas de trabalho, com terceiros, servidores ou não.

Aptidão - avalia a capacidade do servidor em tomar providências por conta própria, dentro de sua competência, tomando iniciativa e apresentando soluções adequadas às questões ou dúvidas surgidas no trabalho, bem como avalia se a prestação de serviços é compatível com as condições de trabalho do servidor.

Disciplina - avalia o comportamento do servidor quanto aos aspectos de observância aos preceitos, regulamentos, normas legais e orientação da chefia, respeitando a hierarquia e o acatamento das requisições de tarefas, ainda que não rotineira, mas correlatas às funções do cargo.

Assiduidade - avalia a frequência do servidor, tanto no que se refere ao comparecimento diário ao trabalho, quanto ao cumprimento dos horários estabelecidos ou determinados.

Dedicação - analisa o cumprimento de suas obrigações, interesse e a disposição de suas atividades, a qualidade na apresentação dos trabalhos, a capacidade de assimilar e aplicar os ensinamentos.

Eficiência - avalia o desenvolvimento das atividades do cargo, de forma planejada e organizada, dentro dos padrões, dos prazos e condições estabelecidas; avalia o desempenho com zelo, a presteza e a qualidade das tarefas que lhe forem atribuídas, bem como se utiliza e conserva materiais e equipamentos, visando a sua conservação e economia.

Soma da Pontuação

III - RECOMENDAÇÕES: Quais os aspectos precisam ser aprimorados para que o servidor apresente melhor desempenho?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

IV - ORIENTAÇÕES: Que orientações foram dadas pela chefia para solucionar as falhas do servidor?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

V - CAPACITAÇÃO: Que tipo de capacitação o servidor deve receber?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Data: _____/_____/_____

_____

Chefia Imediata (carimbo e assinatura)

Declaro que estou ciente da avaliação realizada pelo chefe imediato, e que também tenho conhecimento de que, a partir desta data, posso interpor recurso apontado o inconformismo, com a justificativa e documentos comprobatórios, caso houver.

Data: ___/___/____

_____

Assinatura do servidor avaliado

ANEXO II

TABELA DE PONTOS E AVALIAÇÃO

IDONEIDADE MORAL	PONTOS
Não mantém conduta pessoal adequada, sendo constantemente advertido verbalmente. Não possui habilidade de relacionar-se, o que já causou ao servidor problemas com outras pessoas e críticas ao seu trabalho.	1 a 4
Em algumas ocasiões, apresentou comportamento inadequado no trabalho e demonstrou pouca capacidade de relacionar-se com outras pessoas.	5 a 7
Possui conduta pessoal adequada, mas precisa se esforçar para melhorar o relacionamento com outras pessoas.	8 a 11
Demonstra excelente conduta pessoal, mantendo relacionamento adequado e respeitando os limites profissionais e pessoais das chefias. Zela pelo bom relacionamento no trabalho.	12 a 15

APTIDÃO:	PONTOS
Não colabora com a equipe e com a chefia. Não cumpre os procedimentos estabelecidos e suas tarefas são realizadas com má vontade.	1 a 4
Ocasionalmente aceita sugestões dos membros de equipe para diminuir suas dificuldades, mas quase nunca age de forma a promover a melhoria do desempenho da equipe em busca de resultados comuns.	5 a 10
Colabora com a equipe e com a chefia, realiza suas tarefas de forma organizada, mas falta maior boa vontade e empenho.	11 a 16
Percebe a necessidade de sua colaboração, não poupa esforços, suas tarefas são realizadas com boa vontade e grande empenho.	17 a 20

DISCIPLINA:	PONTOS
Não aceita métodos e ordens de serviço que afetem sua rotina normal de trabalho, precisando sempre de acompanhamento para segui-la.	1 a 4
Algumas vezes não acata as ordens de serviço e/ou não segue sua rotina de trabalho, acarretando Ocasionais necessidades de intervenções e acompanhamento.	5 a 7
Reage adequadamente, acatando e assimilando as ordens superiores e novas rotinas, mas necessita de algum acompanhamento.	8 a 11
Aceita as novas ordens e assimila perfeitamente as rotinas estabelecidas.	12 a 15

ASSIDUIDADE:	PONTOS
Falta e/ou se atrasa com frequência, ou ainda, se ausenta do horário de serviço, sem apresentar justificativa, não sendo possível contar com sua contribuição para realização das atividades.	1 a 4
Algumas vezes falta e/ou se atrasa e/ou se ausenta do trabalho, sem apresentar justificativa, acarretando transtornos para realização das atividades.	5 a 7
Falta e/ou se atrasa e/ou se ausenta pouco, porém tem que ser cobrado para que não haja prejuízos à realização de suas tarefas.	8 a 11
Quase nunca falta ou se atrasa e é pontual. Quando falta ou se ausenta, sempre avisa antes e faz questão de compensar.	12 a 15

DEDICAÇÃO	PONTOS
Não procura se organizar nas tarefas, nem demonstra economia ou cuidado com o uso e a conservação dos materiais e equipamentos, danificando-os. É sempre cobrado em relação ao uso adequado, conservação e manutenção.	1 a 4
Raramente é cuidadoso com os equipamentos e instalações. Precisa ser frequentemente cobrado, em relação à organização no desenvolvimento dos serviços e no uso adequado, conservação e manutenção de materiais e equipamentos.	5 a 7
Sua organização nas tarefas é satisfatória e é constantemente cuidadoso com os materiais, equipamentos e instalações, utilizando-os quase sempre de forma adequada sem danificá-los.	8 a 11
Bastante organizado nas tarefas e extremamente cuidadoso com materiais, equipamentos e instalações, sempre utilizando-os de forma adequada sem danificá-los.	12 a 15

EFICIÊNCIA:	PONTOS
Raramente é produtivo e o seu trabalho não tem a qualidade que se espera apresentando falhas decorrentes da falta de atenção e, mesmo cobrado, repete ocasionalmente os erros.	1 a 4
Tem dificuldade de executar seu trabalho dentro dos prazos estabelecidos, às vezes prejudicando seu atendimento. Um aumento inesperado do volume de trabalho compromete sua produtividade.	5 a 10
Frequentemente consegue executar seu trabalho dentro dos prazos estabelecidos. Procura reorganizar o seu tempo para atender ao aumento inesperado do volume de trabalho.	11 a 16
Altamente produtivo, apresentando excelente capacidade para execução e conclusão das tarefas, mesmo que haja aumento inesperado de trabalho, contornando as dificuldades do dia a dia.	17 a 20

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 040/2017

CONTRATANTE: Município de Curvelândia – MT.

CONTRATADA: DYMAK MÁQUINAS RODOVIÁRIAS LTDA

CNPJ Nº 01.840.707/0001-79

OBJETO: Aquisição de peças/serviços os quais são necessários para ser utilizados na manutenção e revisão preventiva de 500 horas da Pá Carregadeira Komatsu WA-200-6/B20506 da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Curvelândia – MT.

VALOR: R$ 4.248,05 (Quatro Mil, Duzentos e Quarenta e Oito Reais e Cinco Centavos).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 31/12/2017.

DATA DE ASSINATURA: 13/12/2017.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA, Sr. VALMIR GONÇALVES DE AMORIM – Administrador.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 038/2017

CONTRATANTE: Município de Curvelândia – MT.

CONTRATADA: GEOPLUS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MASSA ASFÁLTICA LTDA - EPP.

CNPJ Nº 24.311.168/0001-86

OBJETO: Aquisição de materiais tipo betuminoso usinado e CM-30, para serem utilizados em serviços de tapa buracos nas ruas e avenidas pavimentadas do Município de Curvelândia - MT.

VALOR: R$ 18.360,00 (Dezoito Mil, Trezentos e Sessenta Reais).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 30/01/2018.

DATA DE ASSINATURA: 30/11/2017.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA, Sr. ORLANDO YOSHIAKI OKYAMA – Sócio Proprietário.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 039/2017

CONTRATANTE: Município de Curvelândia – MT.

CONTRATADA: W P CONSTRUTORA LTDA - ME.

CNPJ Nº 12.648.863/0001-59

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de tapa buracos nas ruas e avenidas pavimentadas do Município de Curvelândia - MT.

VALOR: R$ 9.582,30 (Nove Mil, Quinhentos e Oitenta e Dois Reais e Trinta Centavos).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 04/01/2018.

DATA DE ASSINATURA: 04/12/2017.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA, Sr. WENDEL ALVES PRATA – Administrador.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº 005/2017 - PROCESSO Nº 055/2017

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO – INEXIGIBILIDADE Nº 005/2017- PROCESSO Nº 055/2017

O Prefeito Municipal de Curvelândia – MT, no uso das atribuições e de acordo com o art. 43, VI, da Lei 8.666/93, e conforme consta no Processo a manifestação da Comissão de Licitação desta Prefeitura, Resolve **HOMOLOGAR** o presente PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2017 - INEXIGIBILIDADE **Nº** 005/2017. **OBJETO**: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS OS QUAIS SÃO NECESSÁRIOS PARA SER UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO E REVISÃO PREVENTIVA DE 30.000 KM DO VEICULO FIAT MOBI EASY ON PLACA QBQ 1462 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA - MT. Empresa contratada: DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ: 01. 016.616/0004-66, totalizando o valor de R$ 1.290,02 (Um Mil, Duzentos e Noventa Reais e Dois Centavos). E **DETERMINO** que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da referida Empresa. Curvelândia - MT, 18 de Dezembro de 2017. **SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA -** Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 275-17

PORTARIA Nº. 275/2017. DENISE/MT, 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

EMENTA: CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE INTERESSE PARTICULAR DE 02 (DOIS) ANOS, AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL “SEBASTIAO BILA DA SILVA”, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDENCIAS.

O SENHOR **JOSÉ ANÍBAL ILÁRIO DOS SANTOS**, PrefeitO Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de Direito Público e em conformidade com a Lei Municipal nº. 149/1994 E expede a seguinte portaria,

R E S O L V E:

Art. 1º - Art. 1º - CONCEDER ao Servidor Público Municipal o Senhor **SEBASTIAO BILA DA SILVA,** brasileiro, portador da CI – RG nº 0365929-1 – SSP/MT, cadastrado no CPF sob o nº. 066.538.391.68, admissão: 22/02/ 2007, função: **VIGILANTE**, **Licença para Tratamento de Interesse Particular de 02 (dois) anos,** *sem remuneração*, com inicio a contar de ***13 DE DEZEMBRO DE 2017 A 13 DE DEZEMBRO DE 2019***, ee conformidade com a Lei Municipal nº. 149/94, Capítulo IV, Seção VI, artigo 76, do Estatuto do Servidor Público do Município de Denise-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 13 (treze) dia do mês de Dezembro do ano de 2017.

JOSÉ ANÍBAL ILÁRIO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 276-17

PORTARIA N.º 276/2017. DENISE – MT, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

EMENTA: DISPÕE SOBRE, A FUNÇÃO DE FISCAL DO CONTRATO MUNICÍPIO DE **DENISE/MT,** E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR **JOSÉ ANÍBAL ILÁRIO DOS SANTOS**, PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA ATRAVÉS DESTA PORTARIA,

RESOLVE:

Art. 1º- **DESIGNAR** o servidor abaixo relacionado para, com observância da legislação vigente, atuar como **FISCAL DO CONTRATO** celebrado entre a Prefeitura Municipal de Denise-MT e **MARIA APARECIDA MONARI DE OLIVEIRA 10614340870 – CNPJ: 17.665.722/0001-68, Contrato n.º 058/2017,** Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA A MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, COM EXCEÇÃO DOS “SUPER POSTES”, DO MUNICÍPIO DE DENISE/MT, PELO PERÍODO A CONTAR DA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Fiscal Titular: **ALEXSANDRO OLIVEIRA ARAGÃO- CPF: 732746.581-20**.

Art. 2º O fiscal será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento dos contratos passo a passo dos serviços prestados.

Art. 3º O objeto do referido contrato, é conferido ao Fiscal, como profissional designado para acompanhar e controlar a execução de determinado contrato, a responsabilidade de, em primeira instância, defender o interesse público.

Art. 4º O não cumprimento total ou parcial das disposições contratuais pode gerar prejuízos à Administração, podendo ter como consequência a aplicação de penalidades à empresa contratada e apuração de responsabilidade. Pode ainda levar, em última instância, à rescisão do contrato.

Art. 5º A data da assinatura do contrato foi dia 14/12/2017. O prazo de vigência do contrato é de 14/12/2017 A 31/12/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 14(catorze) dia do mês de Dezembro do ano de 2017.

JOSÉ ANÍBAL ILÁRIO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 277-17

PORTARIA Nº. 277/2017. denise – mt, 18 de dezembro de 2017.

EMENTA: DISPÕE SOBRE *EXONERAÇÃO por APOSENTADORIA POR IDADE DO SENHOR “*PEDRO CAVALCANTE DE OLIVEIRA” *CARGO de provimento EFETIVO* E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR **JOSE ANIBAL ILÁRIO DOS SANTOS**, PrefeitO Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, E às normas gerais de Direito Público, expede a seguinte portaria,

RESOLVE:

Art. 1º - **EXONERAR** o servidor público municipal de cargo de provimento efetivo, o Senhor ***PEDRO CAVALCANTE DE OLIVEIRA****, brasileiro, matrícula 750, portador da C.I - RG nº 621.134 - SSP/MT, cadastrado no CPF sob o nº 078.468.861.34*, funcionário admitido em 01/02/2012, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, ocupante do cargo de **OPERADOR DE TRATOR,** por motivo de aposentadoria por idade.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 18 (dezoito) dias do mês de Dezembro de 2017.

_____

JOSE ANIBAL ILÁRIO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SETOR RH
PORTARIA Nº 187/2017

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder nos termos da Lei 741/2010, conforme lhe faculta o artigo 1º, Licença Maternidade, de 180(cento e oitenta) dias à servidora **ELZIMARA GRACIELE DE ALMEIDA,** matrícula 2347-1**,** contados a partir de 04 de Dezembro de 2017 a 01 de Junho de 2018.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na com efeito retroativo a 04 de Dezembro de 2017.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 18 de Dezembro de 2018.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

Considerando o cumprimento dos requisitos previstos nos termos do Art. 25, III, da Lei 8.666/93, e, tendo em vista o conteúdo do presente processo, o qual foi submetido a exame e aprovação da Assessoria Jurídica, RATIFICO a contratação da empresa **SANDRA MARIZA HANSEM–ME**, pelo valor total de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) para realização de show artístico/cultural a ser realizado pela Banda MILLENIUM CIA SHOW, em comemoração as festividades Natalinas, no dia 24 de dezembro de 2017, na Praça 17 de Novembro.

Feliz Natal - MT, 18 de Dezembro de 2017

_____

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 049/2017, REGISTRO DE PREÇOS 041/2017

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal, através de sua pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou no dia 15 de Dezembro de 2017, o PREGÃO PRESENCIAL Nº. 049/2017, REGISTRO DE PREÇOS 041/2017 tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM

Tendo em vista o cumprimento dos termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e Lei 123/2006 e a Lei 10.520/2002 e alterações posteriores, para que produza os desejados efeitos legais, onde a empresa PAULO HENRIQUE LEHNEN MAZUREK 04418643176 foi vencedora do(s) itens: 001 preço unitário no valor de R$ 65,00 (sessenta e cinco reais), 002, preço unitário no valor de R$ 100,00 (cem reais), 003, preço unitário no valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), 004, por preço unitário no valor de R$ 100,00 (cem reais)

Feliz Natal – MT, 18 de Dezembro de 2017

NEUZA MARIA DA ROSA

PREGOEIRA

PREFEITURA JURIDICO
TERMO RESCISÃO CONTRATUAL DO CONTRATO 066/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E FOLCLORICA DE FELIZ NATAL/MT

DATA: 12 DE DEZEMBRO DE 2017

OBJETO: A PRESENTE RESCISÃO OCORREU POR INICIATIVA DO CONTRATADO, DE FORMA AMIGÁVEL, POR ACORDO ENTRE AS PARTES, TENDO EM VISTA QUE NÃO HÁ MAIS INTERESSE NA MANUTENÇÃO DO CONTRATO POR AMBAS AS PARTES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º491/2017.

DATA: 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1.º Exonera a pedido, nos moldes do art. 41 da Lei Complementar nº 003/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Feliz Natal-MT, em atenção ao requerimento protocolado em 24/11/2017, o Servidor **RAFAEL ROBERTO RIBEIRO GONÇALVES**, matrícula nº 1762, portador do RG nº 2365421-0, inscrito no CPF sob o nº 041.285.201-28, efetivo no cargo de Operador de Máquinas III, 40 horas, vinculado à Secretaria Municipal de Obras e Infraestruturas do Município de Feliz Natal/MT.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE GROSSO, AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2017.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA JURIDICO
SEXTO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 101/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FELIZ NATAL/MT

CONTRATO Nº: 101/2014 – SEXTO ADITIVO

DATA ASSINATURA: 05 DE DEZEMBRO DE 2017

CREDOR: GDA CONSTRUTORA LTDA – EPP

VIGÊNCIA: 07 DE DEZEMBRO DE 2018

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº. 010/2014

OBJETO: A FINALIDADE DO PRESENTE TERMO ADITIVO É PRORROGAR PRAZO E A VIGÊNCIA DA OBRA E DO CONTRATO Nº 101/2014 EM MAIS 12 (DOZE) MESES OU, SEJA 365 (TREZENTOS E SESSENTA E CINCO) DIAS A CONTAR DO DIA 07/12/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 100/2017

QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE E AUREO SIERRA DA SILVA, COMO ABAIXO SE DECLARA.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o **Município de Gaúcha do Norte**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Brasil nº 1298, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o n°. 01.614.539/0001-01, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, casado, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, inscrito no CPF nº. 402.603.301-59, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, e o profissional Engenheiro do Trabalho **AUREO SIERRA DA SILVA**, doravante denominado CONTRATADO, inscrito no CREA Nº RN270086878-1 estabelecido na cidade de estabelecida no endereço Rua Pedro Álvares Cabral nº 443, bairro Beira Rio cidade Alto Araguaia /MT. Carteira de Identidade nº.1.162.912-6 SSP/SE, CPF nº588.590.125-20 e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo **DISPENSA DE LICITAÇÃO n. 014/2017**, e a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – Constitui objeto do presente Termo Aditivo **a prorrogação de prazo de execução** dos serviços, objeto do contrato nº 100/2017, que tem por objeto **prestação** de S**erviços de Engenheiro de Segurança do Trabalho** para elaboração de Projetos de Combate a Incêndio e Pânico para os seguintes locais: Hospital Municipal, Prefeitura Municipal e Creche, conforme solicitado pelo Corpo de Bombeiros.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

2.1 – Fica acrescentada à **Cláusula Terceira** - do **Prazo de Execução** dos serviços, do contrato originário o total de **05(cinco) meses podendo ser prorrogado até aprovação do projeto pelo corpo de bombeiros.**

2.2 - O prazo de execução fica estendido até o dia **11/05/2017**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA E BASE LEGAL

3.1 – O presente aditivo encontra-se embasamento legal no art. 57, § 1° inciso III e VI da Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1.993.

3.2 - A necessidade de celebração deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se pela necessidade e interesse da Administração, e conforme justificativa apresentada pela empresa o município fica distante dos centros maiores e com isso a dificuldade de se colocar materiais na obra diante de logística, causando uma grande dificuldade de transporte de material no período chuvoso.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 – Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e condições do **Contrato nº 100/2017**, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DOMICÍLIO E FORO

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº. 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Gaúcha do Norte, 11 de dezembro de 2017.

_____ VONEY RODRIGUES GOULART PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	
_____ AUREO SIERRA DA SILVA CREA Nº RN270086878-1 CONTRATADO	
_____ DANIELA ABRILI FISCAL DO CONTRATO ADMINISTRAÇÃO	_____ THAYLOR JUNIOR CONCATTO FISCAL DO CONTRATO EDUCAÇÃO
_____ SIMONE SICHELERO FISCAL DO CONTRATO SAUDE	
TESTEMUNHAS	
_____	_____

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº001/2017 CONCORRÊNCIA

O(a) Prefeito, , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8. 666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da Comissão de Licitação e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos: Licitação Nr.: 00000089/2017

Modalidade Nr.: 00000001/2017 Modalidade: Concorrência

Data da Adjudicação: 08/12/2017 Data da Homologação: 18/12/2017

Objeto da Licitação: IMPLANTAÇÃO DE REDE E SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO

Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid.

Marca

Qtd. Vlr. Unitário

Total

31043 - VALENTINO & LEOCADIA CONSTRUCOES E ENGENHARIA LTDA - ME

26971

IMPLANTAÇÃO DE REDE E SISTEMA DE TRATAMENTO DE UN - UNIDADE ESGOTO SANITÁRIO

NADA

1,0000 2.077.950,0000 2.077.950,0000

Total Fornecedor: 2.077.950,0000

Total Geral: 2.077.950,0000

GAUCHA DO NORTE, Segunda-feira, 18 de Dezembro de 2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2017

que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE** e **MARCELO CORREA DA COSTA** já qualificadas no Contrato Originário.

LOCATÁRIO:**MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Brasil nº 1298, Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **Voney Rodrigues Goulart**, brasileiro, casado, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade RG n. 2 477 543 SSP GO e do CPF n.402.603.301-59, doravante denominado **LOCATÁRIO**.

LOCADOR: MARCELO CORREA DA COSTA, brasileiro (a), casado (a),empresário, portador (a) da cédula de Identidade RG nº. 357.275 SSP/MS e inscrito no CPF. sob o nº 403.628.091-00 residente e domiciliado à Avenida Bandeirantes, nº 1346, Bairro Vila Concórdia, cidade Paranatinga-MT, doravante denominado, **LOCADOR**.

As partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas o presente Contrato de Locação por tempo determinado, que se regera pelas cláusulas seguintes e pelas condições de preço, forma e termo de pagamento descritas no presente contrato e mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas **e nos termos da dispensa de licitação n° 004/2017.**

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente Termo Aditivo **a prorrogação de prazo de execução** dos serviços, objeto do contrato nº 005/2017, tem como objeto **a locação de um imóvel situado** na Rua Paraná s/nº, bairro centro, cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso**, com área construída de 152,00 m², para fins de funcionamento do CRAS (Centro de Referencia a assistência social), conforme solicitação.**

CLÁUSULA TERCEIRA– DA ALTERAÇÃO

2.1 – Fica acrescentada à **Cláusula Sexta** - do **Prazo de Execução** dos serviços, do contrato originário o total de **12(doze) meses.**

2.2 - O prazo de execução fica estendido até o dia **19/01/2019**.

CLÁUSULA QUARTA – DA JUSTIFICATIVA E BASE LEGAL

3.1 – O presente aditivo encontra-se embasamento legal no art. 57, § 1° inciso III e VI da Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1.993.

3.2 - A necessidade de celebração deste Termo Aditivo ao Contrato Originário justifica-se pela necessidade e interesse da secretaria municipal de As. Social uma vez que a referida locação cumpre com todas as necessidades que a secretaria possui para dar andamento aos trabalhos realizados por cada programa.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de encerramento da vigência do atual contrato que é dia **19 de janeiro de 2018**, passando a ser estendido até **19/01/2019**, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 – Ficam observadas e mantidas, as demais Cláusulas e condições do **Contrato nº 005/2017**, desde que não contrariem o convencionado no presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DOMICÍLIO E FORO

5.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº. 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Gaúcha do Norte-MT, 18 de dezembro de 2017.

MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

VONEY RODRIGUES GOULART

LOCATÁRIO

MARCELO CORREA DA COSTA

RG. Nº 357.275

C.P.F. nº 403.628.091-00

LOCADOR

Testemunhas:1. _____ 2. _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 020/2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 020/2017 EM 15 DE DEZEMBRO DE 2017

"CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃ GENERALCARNEIRENSE A SENHORA DALVA TOMAS PIAU".

A Mesa Diretorada Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, Faz saber que o Soberano Plenário aprovou, e de acordo com o Regimento Interno desta Casa de Leis, ela promulga o seguinte **Decreto Legislativo**.

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadã Generalcarneirense a Senhora **DALVA TOMAS PIAU,** pelos relevantes serviços prestados ao Município de General Carneiro-MT.

Art. 2º - A homenagem será entregue em Sessão Solene requerida pelo autor com data e hora a ser definida.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete (15.12.2017).

_____

_____

HEDER CAIO PEREIRA DA SILVA FELIX HENRIK BATISTA DE SOUSA

Presidente da Câmara Municipal de 1º Secretário da Câmara Municipal de

General Carneiro - Mato Grosso General Carneiro - Mato Grosso

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 021/2017

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 021/2017 EM 15 DE DEZEMBRO DE 2017

"CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO GENERALCARNEIRENSE AO SENHOR NEURILAN FRAGA".

A Mesa Diretorada Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, Faz saber que o Soberano Plenário aprovou, e de acordo com o Regimento Interno desta Casa de Leis, ela promulga o seguinte **Decreto Legislativo**.

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Generalcarneirense ao Senhor **NEURILAN FRAGA,** pelos relevantes serviços prestados ao Município de General Carneiro-MT.

Art. 2º - A homenagem será entregue em Sessão Solene requerida pelo autor com data e hora a ser definida.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete (15.12.2017).

_____

_____

HEDER CAIO PEREIRA DA SILVA FELIX HENRIK BATISTA DE SOUSA

Presidente da Câmara Municipal de 1º Secretário da Câmara Municipal de

General Carneiro - Mato Grosso General Carneiro - Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIAS 2017

PORTARIA Nº307/GP/2017 De, 07 de Novembro de 2017.

"Dispõe sobre nomeação de servidor e da outras providências".

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **UBIRACY BARROSO SANTANA**, Portador do RG nº. **20959729 SSP/MT** e CPF nº. **042.522.551-80**, para exercer em Comissão o Cargo de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS**,junto ao Departamento de Administração, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT. Considerando do dia 01 de Novembro de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, De, 07 de Novembro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº308/GP/2017 De, 21 de Novembro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** à funcionária **ODIRLENE RODRIGUES LEITE**, exercendo a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 03 de AGOSTO de 2016 a 03 de AGOSTO de 2017, que serão gozadas de 21 de NOVEMBRO a 19 de DEZEMBRO de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 21 de Novembro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº309/GP/2017 De, 21 de Novembro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** à funcionária **DALVA OLIVEIRA DE LACERDA**, exercendo a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 03 de AGOSTO de 2015 a 03 de AGOSTO de 2016, que serão gozadas de 27 de NOVEMBRO a 25 de DEZEMBRO de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 21 de Novembro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº310/2017 De, 24 de Novembro de 2017.

"Dispõe sobre a concessão do Benefício de Pensão Por Morte aos dependentes Srs. Mariana Barbosa de Moraes, João Victor Barbosa de Moraes, Sandro Luan Barbosa de Arruda, Edison Arthur Barbosa de Arruda"

O Prefeito do Município de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 40, § 7º, II da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com Artigo 7º, inciso I, e Artigos 28, inciso II; 30, inciso II, ambos da Lei Complementar Municipal nº 539/2005, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 833 de 21 de outubro de 2016, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Pensão Por Morte, em decorrência do falecimento da servidora ativa Sra. Lucineide Barbosa de Moraes, portadora do RG nº 1421618-3 SSP/MT e CPF nº 952.496.801-00, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Classe "B", Nível "04", lotada na Secretaria Municipal de Educação na Prefeitura de General Carneiro/MT, com provento integral, em favor da Sra. MARIANA BARBOSA DE MORAES, brasileira, menor, filha da segurada, portadora da Certidão de Nascimento nº 2.274 e inscrita no CPF n.º 061.890.151-58, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento); Sr. JOÃO VICTOR BARBOSA DE MORAES, brasileiro, menor, filho da segurada, portador da Certidão de Nascimento de nº 7.299, inscrito no CPF nº 061.889.341-50, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento); SANDRO LUAN BARBOSA DE ARRUDA, brasileiro, menor, filho da segurada, portador da certidão de nascimento de matrícula n.º 064501

01 55 2013 1 00089 188 0020793 73 e inscrito no CPF n.º 084.753.811-70, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento); EDISON ARTHUR BARBOSA DE ARRUDA, brasileiro, menor, filho da segurada, portador da certidão de nascimento de matrícula nº 064501 01 55 2013 1 00089 189 0020794 71 e inscrito no CPF nº 084.753.821-42, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), conforme processo administrativo do GENERAL - PREVI, n.º 2017.07.00007P, a partir da data do requerimento, ocorrido em 02 de junho de 2017, até posterior deliberação..

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

General Carneiro/MT, 24 de Novembro de 2017.

Marcelo Aquino Prefeito Municipal

PORTARIA Nº311/GP/2017 De, 24 de Novembro de 2017.

"Dispõe sobre exoneração de servidora e da outras providências".

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Sra. **ADRIANA DA SILVA COELHO**, Portadora do RG nº. 1297094-8 SSP/MT e CPF nº. 935.278.371-91, do Cargo em Comissão de **ENCARREGADA DE SERVIÇO**, do Departamento de Administração desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT. Considerando do dia 31 de Março de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, De, 24 de Novembro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº312/GP/2017 De, 27 de Novembro de 2017.

"Dispõe sobre a averbação de tempo de contribuição da Sra. Marly Francisca Moreno"

A Gestora do GENERAL - PREVI, Sra. Ana Paula Silva de Oliveira, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Municipal 539 de 28 de Setembro de 2005,

Resolve:

Art. 1º Determina averbar o tempo de contribuição considerado e confirmado em 1.393 (um mil, trezentos e noventa e três) dias, correspondentes a 03 (três) anos, 09 (nove) meses e 28 (vinte e oito) dias, conforme CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO de protocolo nº 10001010.1.00142/17-9, emitido pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS e parecer jurídico expedido pela Procuradoria Jurídica Municipal.

Art. 2º À Secretaria Municipal de Administração compete acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta Portaria;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

General Carneiro/MT, 27 de Novembro de 2017.

Ana Paula Silva de Oliveira

Gestora do GENERAL – PREVI

PORTARIA Nº313/GP/2017 De, 28 de Novembro de 2017.

"Dispõe sobre a averbação de tempo de contribuição da Sra. Marlene Mendes de Lima"

A Gestora do GENERAL - PREVI, Sra. Ana Paula Silva de Oliveira, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Municipal 539 de 28 de Setembro de 2005,

Resolve:

Art. 1º Determina averbar o tempo de contribuição considerado e confirmado em 1.955 (um mil, novecentos e cinquenta e cinco) dias, correspondentes a 05 (cinco) anos, 04 (quatro) meses e 10 (dez) dias, conforme CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO de protocolo nº 10001010.1.00013/15-8, emitido pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS e parecer jurídico expedido pela Procuradoria Jurídica Municipal.

Art. 2º À Secretaria Municipal de Administração compete acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta Portaria;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

General Carneiro/MT, 28 de Novembro de 2017.

Ana Paula Silva de Oliveira

Gestora do GENERAL – PREVI

PORTARIA Nº314/GP/2017 De, 30 de Novembro de 2017.

"Dispõe sobre exoneração de servidor e da outras providências".

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Sr. **BELMI JOÃO ALVES MORAIS**, Portador do RG nº. **441759 SSP/MT** e CPF nº. **396094131-53**, do Cargo em Comissão de **ENCARREGADO DE SERVIÇO**,junto ao Departamento de Administração, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 30 de Novembro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº315/2017 De, 30 de Novembro de 2017.

"Dispõe sobre exoneração de servidor e da outras providências".

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Sr. **JEOVAN FERREIRA DA SILVA**, Portador do RG nº**-. 025614 SSP/MT** e CPF nº. **202.315.471-53**, do Cargo em Comissão de **ENCARREGADO DE SERVIÇO**, junto ao Departamento Administração, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, De, 30 de Novembro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº316/GP/2017 De, 05 de Dezembro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder um (01) mês de **LICENÇA PRÊMIO** ao funcionário **JOSÉ DONIZETH LOPES**, sendo o segundo (2º) mês, exercendo a função de GERENTE ADMINISTRATIVO, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 06 de FEVEREIRO de 2011 a 06 de FEVEREIRO de 2016. Que serão gozadas de 01 de DEZEMBRO a 30 de DEZEMBRO de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, De, 05 de Dezembro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº317/GP/2017 De, 05 de Dezembro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** à funcionária **MAURA QUIRINO DE OLIVEIRA**, exercendo a função de AGENTE ADMINISTRATIVO I, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 03 de AGOSTO de 2016 a 03 de AGOSTO de 2017, que serão gozadas de 28 de NOVEMBRO a 27 de DEZEMBRO de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 05 de Dezembro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº318/GP/2017 De, 05 de Dezembro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder um (01) mês de **LICENÇA PRÊMIO** ao funcionário **ODILAR FERREIRA DA COSTA**, exercendo a função de OPERADOR DE MÁQUINA, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, que será indenizada, conforme o Art.105 da Lei Complementar 001/91, Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, referente ao período aquisitivo de 29 de JANEIRO de 2008 a 29 de JANEIRO de 2013. Referente ao segundo (2º) mês.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, De, 05 de Dezembro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº319/GP/2017 De, 11 de Dezembro de 2017.

"Dispõe sobre nomeação de servidor e da outras providências".

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **ALEX SANDRO LEANDRO FERNANDES**, Portador do RG nº. **4341593 SSP/MT** e CPF nº **010.099.031-28**, para exercer em Comissão o Cargo de **ENCARREGADO DE SERVIÇO**,junto ao Departamento de Administração, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, De, 11 de Dezembro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº320/GP/2017 De, 14 de Dezembro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** à funcionária **ELIANA RIBEIRO ALVES**, exercendo a função de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 02 de AGOSTO de 2014 a 02 de AGOSTO de 2015, que serão gozadas de 10 de DEZEMBRO a 09 de JANEIRO de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 14 de Dezembro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº321/GP/2017 De, 14 de Dezembro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** ao funcionário **RENATO ALEXANDRE RODRIGUES DA SILVA**, exercendo a função de AUXILIAR DE MECÂNICO, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 20 de JANEIRO de 2015 a 20 de JANEIRO de 2016, que serão gozadas de 11 de DEZEMBRO a 10 de JANEIRO de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 14 de Dezembro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº322/GP/2017 De, 14 de Dezembro de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** à funcionária **OLINDA MARIA GOMES DE MATOS**, exercendo a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 02 de AGOSTO de 2016 a 02 de AGOSTO de 201, que serão gozadas de 10 de DEZEMBRO a 09 de JANEIRO de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 14 de Dezembro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº323/GP/2017 De, 15 de Dezembro de 2017.

"Dispõe sobre exoneração de servidora e da outras providências".

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Srª. **ROSANGELA CAMPOS DOS SANTOS CARDOSO**, Portadora do RG nº. **1474193-8 SSP/MT** e CPF nº **800.033.461-53**, do Cargo em Comissão de **CHEFE DE SEÇÃO**, Junto ao Departamento de Educação, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, De, 15 de Dezembro de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

ERRATA DECRETO N. 056/2017

ERRATA DO DECRETO N. 562017 (RECESSO ADMINISTRATIVO)

"Retifica o Decreto n° 056//2017 que dispõe sobre o Recesso Administrativo, no âmbito do Município de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, para os servidores públicos municipais, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, resolve:

RETIFICAR

Onde se lê:

"Fica decretado RECESSO ADMINISTRATIVO que vai do dia 23 de dezembro de 2017 até o dia 08 de janeiro de 2018"

Leia-se:

"Fica decretado RECESSO ADMINISTRATIVO que vai do dia 23 de dezembro de 2017 até o dia 07 de janeiro de 2018"

Onde se lê:

"O expediente nas repartições públicas do Município, bem como o atendimento ao público, deverão retornar ao funcionamento normal no dia 09/01/2018 (segunda-feira), às 07h:00min"

Leia-se:

"O expediente nas repartições públicas do Município, bem como o atendimento ao público, deverão retornar ao funcionamento normal no dia 08/01/2018 (segunda-feira), às 07h:00min"

Gabinete do Prefeito de General Carneiro, 18 de dezembro de 2017.

Marcelo de Aquino

Prefeito Municipal

DECRETO N. 056/2017 (RETIFICADO)

DECRETO N.° 056/GP/2017 De, 15 de dezembro de 2017.

"Decreta RECESSO ADMINISTRATIVO, no âmbito do Município de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, para os servidores públicos municipais, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, Sr. **MARCELO DE AQUINO**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei,

CONSIDERANDO, que tal medida se faz necessária devido os festejos de final de ano, onde os funcionários poderão ter um momento de lazer com a família bem como oportuniza aos mesmos um descanso;

CONSIDERANDO, que se faz necessária a aplicação do Princípio da Economicidade, visando o menor dano ao Erário, tendo em vista ainda que são exorbitantes os gastos para a manutenção da máquina pública municipal e tal medida representa eficiência e economicidade na administração.

CONSIDERANDO por fim, a necessidade de se decretar recesso administrativo por ato oficial, para que se cumpram antecipadamente as formalidades necessárias nas repartições/órgãos e entidades públicas, instituições financeiras e comércio no âmbito do município de General Carneiro/MT.

DECRETA:

Art. 1° - Fica decretado **RECESSO ADMINISTRATIVO que vai do dia 23 de dezembro de 2017 até o dia 07 de janeiro de 2018** no âmbito do Poder Executivo da Administração Pública Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, em decorrência das festividades de final de ano.

Parágrafo Único – O expediente nas repartições públicas do Município, bem como o atendimento ao público, deverão retornar ao funcionamento normal no dia 08/01/2018 (segunda-feira), às 07h:00min.

Art. 2° - A partir do dia 18/12/2017 (segunda-feira) não haverá atendimento ao público no Paço Municipal, tendo em vista que se faz necessário o fechamento das atividades de 2017, havendo, portanto, apenas trabalhos internos pelos servidores públicos municipais.

Art. 3° - Para todos os efeitos, o Recesso que trata o art. 1° não será aplicado para:

I – os serviços essenciais, tais como aqueles pertinentes às áreas de saúde, limpeza urbana, coleta de lixo e outros que se fizerem necessários, que exercerão as suas funções conforme determinação das Secretarias Municipais pertinentes; e,

II – as Unidades Educacionais vinculadas à Secretaria Municipal de Educação e Cultura que deverão seguir a programação constante do Calendário Escolar próprio.

Art. 4° - Fica a critério da Administração Municipal, a qualquer momento, através de ato do Chefe do Poder Executivo Municipal ou do Secretário/a

Municipal da respectiva pasta, se necessário for, convocar todos ou parte dos/as servidores/as municipais para executarem tarefas consideradas inadiáveis e indispensáveis diante do interesse público, utilizando-se da jornada normal de trabalho.

Art. 5° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

General Carneiro - MT, 15 de dezembro de 2017.

Marcelo de Aquino

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

EXTRATO DO CONTRATO N. 062/2017

CONTRATANTE: Município de Glória D' Oeste – MT, CNPJ 37.464.955/0001-00.

CONTRATADO: a Empresa: a Firma NADIA F M ESSI CONSTRUÇÕES ME, inscrita no CNPJ 19.948.145/0001-47, localizada na Rua Presidente Castelo Branco, n.º 510, Quilombo, CEP 78.043-430, Cuiabá-MT. Representada neste ato pelo Senhor ALÂ ASSUNÇÃO CHARANEK, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 795.160 Expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso e do CPF n.º 513.421.381-04, residente e domiciliado a Avenida C, quadra 02, casa 20, Condomínio Residencial Ipê Amarelo, Bairro Residencial Coxipó, Cuiabá/MT.

OBJETO: O objeto do presente instrumento é Contratar Prestação de Serviços de mão de obra, ferragens e equipamentos para reconstrução de Ponte de madeira na localidade Córrego Raizama, GLO-018, com extensão de 8,30 metros, atendendo a necessidade do município, conforme planilha orçamentária em anexo.

VALOR: Os preços serão fixo e irreajustáveis. A Contratante pagará a contratada a importância fixa de R$ 26.913,34 (vinte e seis mil, novecentos e treze reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRI: O presente contrato fica condicionado as despesas das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Código Reduzido: 288

Orgão: 5 – Secretaria Municipal De Obras públicas e serviços urbanos

Unidade: 1 – Secretaria Municipal De Obras e serviços urbanos

Função: 26 – Transporte

Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 91 – Transportes Urbanos

Recurso: 0122 – FETHAB

Elemento De Depesa: 4.4.90.51.00.00.00 – Obras e Instalações

Projeto/Atividade: 1.044 – Construção e Reforma de Pontes e Pontilhões

VIGÊNCIA: 08/12/2017 á 29/12/2017.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 063/2017

Contratante: Município de Glória D' Oeste – MT, CNPJ 37.464.955/0001-00.

Contratado: A empresa **AUTO POSTO CRUZEIRO D' OESTE LTDA ME,** com sede a Avenida dos Imigrantes n.º 2822, ma Cidade de Glória D' Oeste/MT, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob n.º 00.948.703/0001-46, representada pelo Sr.º Onivaldo Alves Taveira, brasileiro,portador da Cédula de Identidade RG n.º 832.359 SSP/MT e do CPF n.º 442.266.751-34.

OBJETO: Constitui objeto deste contrato, a aquisição pela Contratada de combustível (óleo diesel comum), (gasolina comum) e (álcool comum), descritos nas propostas do Contrato, os quais ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos, e assim resumidos quanto a seus elementos característicos: **aquisição estimativa de combustível automotivo para abastecimento de máquinas pesadas, ônibus de transporte escolar e veículos a serviços e de propriedade do Município de Glória D' Oeste/MT.**

VALOR: O valor do presente contrato, a preços iniciais, é de R$ 11.700,00 (Onze mil setecentos reais), correspondentes a entrega dos seguintes produtos nos respectivos valores:

PARTE INTERESSADA	PRODUTOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Departamento de Agricultura	3.000 litros de óleo diesel comum	R$ 3,90	R$ 11.700,00
TOTAL			R$ 11.700,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa, ocorrerá a conta da dotação do Orçamento da Prefeitura Municipal de Glória D' Oeste – MT, conforme ordem de fornecimento:

Dotação Orçamentária: 44

Órgão: 3 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSITRAÇÃO E FINANÇAS

Recurso: 1001 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2.011 - Manutenção das Despesas do Dep. De Agricultura

Elemento despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 Material de Consumo

VIGENCIA: 12/12/2017 á 29/12/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 025/2017.

Sumula: "Resolve Conceder Férias ao Servidor que Menciona e dá outras providências".

O Sr. Eleandro Cesar Cassol, Presidente da Câmara Municipal de Itanhangá, Estado do Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhes são conferidas no Regimento Interno em seu Art. 25 – Inciso VII Alínea (b).

RESOLVE

Art.1º **-** Conceder férias regulamentares a Servidora MARIA FABIANA HAMMEL, lotada no quadro de Funcionários da Câmara Municipal de Itanhangá-MT, referente ao período aquisitivo de 06/05/2015 a 05/05/2016, período de gozo 19/12/2017 a 17/01/2017.

Art.º 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Itanhangá – MT, aos 15 dias do mês de dezembro de 2017.

Registre–se

Publique-se

Cumpra-se.

ELEANDRO CESAR CASSOL

Presidente

Câmara Municipal de Itanhangá.

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 023/2017.

Sumula: "Resolve Conceder Férias ao Servidor que Menciona e dá outras providências".

O Sr. Eleandro Cesar Cassol, Presidente da Câmara Municipal de Itanhangá, Estado do Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhes são conferidas no Regimento Interno em seu Art. 25 – Inciso VII Alínea (b).

RESOLVE

Art.1º - Conceder férias regulamentares a Servidora **LUZIA DE OLIVEIRA**, lotada no quadro de Funcionários da Câmara Municipal de Itanhangá-MT, referente ao período aquisitivo de **01/04/2016 a 31/03/2017, período de gozo 19/12/2017 a 17/01/2018.**

Art.º 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Itanhangá – MT, aos 15 dias do mês de dezembro de 2017.

Registre–se

Publique-se

Cumpra-se.

ELEANDRO CESAR CASSOL

Presidente

Câmara Municipal de Itanhangá.

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 024/2017.

Sumula: "Resolve Conceder Férias ao Servidor que Menciona e dá outras providências".

O Sr. Eleandro Cesar Cassol, Presidente da Câmara Municipal de Itanhangá, Estado do Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhes são conferidas no Regimento Interno em seu Art. 25 – Inciso VII Alínea (b).

RESOLVE

Art.1º - Conceder férias regulamentares a Servidora CELENI GEHM, lotada no quadro de Funcionários da Câmara Municipal de Itanhangá-MT, referente ao período aquisitivo de 01/04/2016 a 31/03/2017, período de gozo 19/12/2017 a 17/01/2018.

Art.º 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Itanhangá – MT, aos 15 dias do mês de dezembro de 2017.

Registre–se

Publique-se

Cumpra-se.

ELEANDRO CESAR CASSOL

Presidente

Câmara Municipal de Itanhangá.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
LEI MUNICIPAL Nº 1003 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

LEI MUNICIPAL Nº 1003 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Autoriza o Município de Itiquira, Estado de Mato Grosso, a doar área para a construção de unidades habitacionais pelo Programa Minha Casa, Minha Vida e, dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, consoante às normas gerais de direito público, a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER** a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Itiquira, Estado de Mato Grosso, autorizado a doar área para a construção de unidades habitacionais populares, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, de acordo com a Lei nº 11.977 de 07 de julho 2009 e suas alterações.

Art. 2º A presente Lei objeta atender às necessidades da população de baixa renda na área urbana, tanto na Sede do Município, como na localidade de Ouro Branco do Sul/Itiquira-MT, garantindo o acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade.

Art. 3º O Município poderá outorgar escritura pública, com cláusula retroativa de reversão do imóvel no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado pelo período não superior a 06 (seis) meses, mediante termo aditivo.

Art. 4º A presente Lei poderá ser regulamentada por meio de Decreto Municipal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 15 de dezembro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
LEI MUNICIPAL Nº 1001 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

LEI MUNICIPAL Nº 1001 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Itiquira/MT, para o Exercício 2018 e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1° O Orçamento Anual do Município de Itiquira, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, Estima a Receita e Fixa as Despesas para o Exercício Financeiro 2018, compreendendo:

I – O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus Fundos Especiais, Autarquias, Fundações, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta.

II - O Orçamento da Seguridade Social do Município abrangendo todas as entidades da Administração.

Art. 2° A Receita Orçamentária Bruta é estimada em **R$ 81.087.059,78** (oitenta e um milhões, oitenta e sete mil, cinquenta e nove reais e setenta e oito centavos), mais as Receitas Intra-Orçamentárias no valor de **R$ 1. 783.100,00** (um milhão, setecentos e oitenta e três mil e cem reais) totalizam uma Receita Bruta no valor de **R$ 82.870.159,78** (oitenta e dois milhões, oitocentos e setenta mil, cento e cinquenta e nove reais e setenta e oito centavos) que depois de deduzidas as contribuições ao FUNDEB no valor de **R$ 8.899.159,78** (oito milhões, oitocentos e noventa e nove mil, cento e cinquenta e nove reais e setenta e oito centavos), mais as demais deduções no valor de **R$ 25.000,00** (vinte e cinco mil reais) totalizando as deduções no valor de **R$ 8.924.159,78** (oito milhões, novecentos e vinte e quatro mil, cento e cinquenta e nove reais e setenta e oito centavos), fica estimada a Receita Líquida na forma dos anexos a esta Lei em **R$ 73.946. 000,00** (setenta e três milhões, novecentos e quarenta e seis mil reais), que será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras

fontes de Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação em vigor e das especificações constantes do anexo integrante desta Lei, com o seguinte desdobramento:

CONSOLIDADO

	RECEITAS CORRENTES	**R$**	**79.955.059,78**
01	Receita de Impostos	R$	8.585.500,00
02	Taxas	R$	109.500,00
03	Contribuição de Melhoria	R$	3.000,00
04	Receita de Contribuições	R$	1.945.400,00
05	Receita Patrimonial	R$	1.301.200,00
06	Receita de Serviços	R$	210.000,00
07	Transferências Correntes	R$	67.748.059,78
08	Outras Receitas Correntes	R$	52.400,00
	RECEITAS DE CAPITAL	**R$**	**1.132.000,00**
09	Operações de Crédito	R$	1.000,00
10	Alienação de Bens	R$	20.000,00
11	Transferência de Capital	R$	1.111.000,00
	RECEITAS CORRENTES – INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**R$**	**1.783.100,00**
12	Receitas de Contribuições – Intra-Orçamentárias	R$	1.783.100,00
	TOTAL DA RECEITA BRUTA	**R$**	**82.870.159,78**
	TOTAL DAS DEDUÇÕES	**R$**	**8.924.159,78**
13	Dedução para o FUNDEB	R$	8.899.159,78
14	Outras Deduções	R$	25.000,00
	TOTAL DA RECEITA	R$	**73.946.000,00**

PODER EXECUTIVO

	RECEITAS CORRENTES	**R$**	**77.138.159,78**
01	Receita de Impostos	R$	8.585.500,00
02	Taxas	R$	109.500,00
03	Contribuição de Melhoria	R$	3.000,00
04	Receita de Contribuições	R$	130.000,00
05	Receita Patrimonial	R$	301.100,00
06	Receita de Serviços	R$	210.000,00
07	Transferências Correntes	R$	67.748.059,78
08	Outras Receitas Correntes	R$	51.000,00
	RECEITAS DE CAPITAL	**R$**	**1.132.000,00**
09	Operações de Crédito	R$	1.000,00
10	Alienação de Bens	R$	20.000,00
11	Transferência de Capital	R$	1.111.000,00
	TOTAL DA RECEITA BRUTA	**R$**	**78.270.159,78**
	TOTAL DAS DEDUÇÕES	**R$**	**8.924.159,78**
12	Dedução para o FUNDEB	R$	8.899.159,78
13	Outras Deduções	R$	25.000,00
	TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA	**R$**	**69.346.000,00**

ITIPREV

	RECEITAS CORRENTES	**R$**	**2.816.900,00**
01	Receita Contribuição Social	R$	1.815.400,00
02	Receita Patrimonial	R$	1.000.100,00
03	Outras Receitas Correntes	R$	1.400,00
	RECEITAS CORRENTES – INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**R$**	**1.783.100,00**
04	Receitas de Contribuições – Intra-Orçamentárias	R$	1.783.100,00
	TOTAL DO ITIPREV	**R$**	**4.600.00,00**

Art. 3º A despesa do Município é fixada na forma dos anexos a esta Lei em **R$ 69.346.000,00** (setenta e sete milhões, trezentos e oitenta mil reais), para o Poder Executivo e Legislativo, e R$ **4.600.000,00** (quatro milhões e seiscentos mil reais) para o ITIPREV, e será realizada segundo a discriminação dos quadros de trabalho e natureza da despesa, que apresentam os seguintes desdobramentos:

I - POR CATEGORIA ECONÔMICA

CONSOLIDADO

01 - Despesas Correntes	R$	63.177.546,20
02 - Despesas de Capital	R$	8.408.453,80
03 - Reserva de Contingência	R$	50.000,00
04 - Reserva Legal do R P P S	R$	2.310.000,00
TOTAL GERAL	**R$**	**73.946.000,00**

PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

01 - Despesas Correntes	R$	60.895.546,20
02 - Despesas de Capital	R$	8.400.453,80
03 - Reserva de Contingência	R$	50.000,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO	**R$**	**69.346.000,00**

ITIPREV

01 - Despesas Correntes	R$	2.282.000,00
02 - Despesas de Capital	R$	8.000,00
03 - Reserva Legal do RPPS	R$	2.310.000,00
TOTAL ITIPREV	**R$**	**4.600.000,00**

II - POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

01	Câmara Municipal	R$	2.743.402,40
02	Gabinete do Prefeito	R$	1.135.000,00
03	Procuradoria Jurídica	R$	660.000,00
04	Controladoria Interna	R$	370.000,00
05	Assessoria de Planejamento e Coordenação Geral	R$	970.000,00
06	Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Urbano	R$	12.493.543,04
07	Secretaria Municipal de Finanças Públicas e Arrecadação	R$	4.613.577,76
08	Secretaria Municipal de Educação	R$	15.114.436,31
09	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras	R$	11.816.000,00
10	Secretaria Municipal de Saúde	R$	13.802.140,49
11	Secretaria Municipal de Assistência Social	R$	4.417.900,00
12	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	R$	1.650.000,00
13	Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Cultura	R$	2.950.000,00
14	Secretaria Municipal de Gestão de Ouro Branco do Sul	R$	1.210.000,00
	TOTAL ADMINISTRAÇÃO	**R$**	**73.946.000,00**

III- POR UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

01.00	**Câmara Municipal**	**R$**	**2.743.402,40**
01.01	Câmara Municipal	R$	2.743.402,40
02.00	**Gabinete do Prefeito**	**R$**	**1.135.000,00**
02.01	Gabinete do Prefeito	R$	660.000,00
02.02	Secretaria Chefe de Gabinete	R$	475.000,00
03.00	**Procuradoria Jurídica**	**R$**	**660.000,00**
03.01	Procuradoria Municipal	R$	660.000,00
04.00	**Controladoria Interna**	**R$**	**370.000,00**
04.01	Controladoria Geral	R$	220.000,00
04.02	Ouvidoria Municipal	R$	150.000,00
05.00	**Assessoria de Planejamento e Coordenação Geral**	**R$**	**970.000,00**
05.01	Assessoria Técnica de Planejamento e Orçamento	R$	320.000,00
05.02	Assessoria Técnica de Topografia	R$	210.000,00
05.03	Assessoria Técnica Contábil	R$	220.000,00
05.04	Assessoria Técnica de Licitação	R$	220.000,00
06.00	**Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Urbano**	**R$**	**12.493.543,04**
06.01	Gabinete do Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Urbano	R$	4.851.460,00
06.02	Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Urbano	R$	2.182.083,04
06.03	Secretaria Adjunta de Compras Públicas	R$	830.000,00

06.04	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	R$	30.000,00
06.05	Fundo Municipal de Previdência Social-ITIPREV	R$	4.600.000,00
07.00	**Secretaria Municipal de Finanças Públicas e Arrecadação**	**R$**	**4.613.577,76**
07.01	Gabinete do Secretário Municipal de Finanças Públicas e Arrecadação	R$	3.393.577,76
07.02	Secretaria Adjunta de Arrecadação	R$	1.220.000,00
08.00	**Secretaria Municipal de Educação**	**R$**	**15.114.436,31**
08.01	Gabinete do Secretário de Educação	R$	311.000,00
08.02	Coordenadoria de Estudos e Projetos da Educação Básica	R$	4.722.255,31
08.03	Coordenadoria de Planejamento Pedagógico	R$	165.000,00
08.04	Coordenadoria de Transporte Escolar		1.326.181,00
08.05	Fundo Salário Educação	R$	540.000,00
08.06	FUNDEB	R$	8.050.000,00
09.00	**Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras**	**R$**	**11.816.000,00**
09.01	Gabinete do Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras	R$	8.223.000,00
09.02	Secretaria Adjunta de Obras	R$	3.593.000,00
10.00	**Secretaria Municipal de Saúde**	**R$**	**13.802.140,49**
10.01	Gabinete do Secretário Municipal de Saúde	R$	30.000,00
10.02	Fundo Municipal de Saúde	R$	13.772.140,49
11.00	**Secretaria Municipal de Assistência Social**	**R$**	**4.417.900,00**
11.01	Gabinete do Secretário Municipal de Assistência Social	R$	360.000,00
11.02	Coordenadoria de Assistência Familiar	R$	1.030.000,00
11.03	Coordenadoria do Centro de Referências Assistência Social	R$	190.000,00
11.04	Coordenadoria de Assistência Social de Ouro Branco do Sul	R$	240.000,00
11.05	Fundo Municipal de Assistência Social	R$	2.047.900,00
11.06	Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	R$	550.000,00
12.00	**Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**	**R$**	**1.650.000,00**
12.01	Gabinete do Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	R$	380.000,00
12.02	Coordenadoria de Agricultura e Meio Ambiente	R$	260.000,00
12.03	Coordenadoria de Desenvolvimento de Assentamento Rural	R$	1.010.000,00
13.00	**Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Cultura**	**R$**	**2.950.000,00**
13.01	Gabinete do Secretário Municipal de Esporte, Turismo e Cultura	R$	2.475.000,00
13.02	Secretaria Adjunta de Cultura	R$	475.000,00
14.00	**Secretaria Municipal de Gestão de Ouro Branco do Sul**	**R$**	**1.210.000,00**
14.01	Gabinete do Secretário Municipal de Gestão de Ouro Branco do Sul	R$	380.000,00
14.02	Coordenadoria de Manutenção Urbana de Ouro Branco do Sul	R$	570.000,00
14.03	Coordenadoria de Arrecadação e Finanças de Ouro Branco do Sul	R$	260.000,00
	TOTAL ADMINISTRAÇÃO	**R$**	**73.946.000,00**

IV - POR FUNÇÃO DE GOVERNO

01	Legislativa	R$	2.703.402,40
04	Administração	R$	13.642.000,00
06	Segurança Pública	R$	295.000,00
08	Assistência Social	R$	4.417.900,00
09	Previdência Social	R$	2.290.000,00
10	Saúde	R$	13.802.140,49
11	Trabalho	R$	739.460,00
12	Educação	R$	15.114.436,31
13	Cultura	R$	475.000,00
15	Urbanismo	R$	6.506.083,04
16	Habitação	R$	130.000,00
17	Saneamento	R$	1.040.000,00
18	Gestão Ambiental	R$	110.000,00
20	Agricultura	R$	1.010.000,00
23	Comercio e Serviços	R$	110.000,00
24	Comunicações	R$	220.000,00
25	Energia	R$	569.000,00
26	Transporte	R$	6.243.000,00
27	Desporto e Lazer	R$	835.000,000
28	Encargos Especiais	R$	1.333.577,76
99	Reserva de Contingência	R$	2.360.000,00
	TOTAL ADMINISTRAÇÃO	**R$**	**73.946.00,00**

V - POR SUBFUNÇÕES

031	Ação Legislativa	R$	2.703.402,40
121	Planejamento e Orçamento	R$	320.000,00
122	Administração Geral	R$	10.203.444,84
123	Administração Financeira	R$	3.800.000,00
124	Controle Interno	R$	220.000,00
126	Tecnologia da Informatização	R$	280.000,00
128	Formação de Recursos Humanos	R$	320.000,00
131	Comunicação Social	R$	220.000,00
182	Defesa Civil	R$	195.000,00
241	Assistência ao Idoso	R$	760.000,00
243	Assistência a Criança e Adolescente	R$	550.000,00
244	Assistência Comunitária	R$	2.747.900,00
272	Previdência do Regime Estatutário	R$	1.681.000,00
301	Atenção Básica	R$	3.376.448,08
302	Assistência Hospital e Ambulatorial	R$	7.890.899,63
303	Suporte Profilático e Terapêutico	R$	790.000,00
304	Vigilância Sanitária	R$	122.000,00
305	Vigilância Epidemiológica	R$	241.347,94
306	Alimentação e Nutrição	R$	223.602,00
331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	R$	739.460,00
361	Ensino Fundamental	R$	9.922.586,85
362	Ensino Médio	R$	16.409,10
364	Ensino Superior	R$	626.338,36
365	Educação Infantil	R$	3.467.500,00
366	Educação de Jovens e Adultos	R$	547.000,00
391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	R$	90.000,00
392	Difusão Cultural	R$	385.000,00
451	Infra-Estrutura Urbana	R$	3.654.000,00
452	Serviços Urbanos	R$	2.702.083,04
482	Habitação Urbana	R$	130.000,00
512	Saneamento Básico Urbano	R$	1.040.000,00
541	Preservação e Conservação Ambiental	R$	90.000,00
543	Recuperação de Áreas Degradadas	R$	20.000,00
572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	R$	260.000,00
601	Promoção da Produção Vegetal	R$	110.000,00
602	Promoção da Produção Animal	R$	40.000,00
606	Extensão Rural	R$	810.000,00
607	Irrigação	R$	50.000,00
691	Promoção Comercial	R$	110.000,00
695	Turismo	R$	1.400.000,00
752	Energia Elétrica	R$	569.000,00
781	Transporte Aéreo	R$	200.000,00
782	Transporte Rodoviário	R$	5.793.000,00
812	Desporto Comunitário	R$	835.000,00
843	Serviço da Divida Interna	R$	1.333.577,76
997	Reserva Legal do RPPS	R$	2.310.000,00
999	Reserva de Contingência	R$	50.000,00
	TOTAL ADMINISTRAÇÃO	**R$**	**73.946.000,00**

VI - POR PROGRAMA

0001	Processo Legislativo	R$	2.743.402,40
0007	Administração	R$	9.392.444,84
0008	Administração Financeira	R$	3.580.000,00
0009	Planejamento Governamental	R$	1.872.000,00
0014	Produção Vegetal	R$	160.000,00
0015	Produção Animal	R$	40.000,00
0018	Promoção e Extensão Rural	R$	810.000,00
0041	Educação da Criança de 0 a 6 Anos	R$	3.563.278,30

0042	Ensino Fundamental	R$	10.036.762,55
0043	Ensino Médio	R$	16.409,10
0044	Ensino Superior	R$	626.338,36
0045	Ensino Supletivo	R$	556.408,00
0046	Educação Física e Desportos	R$	835.000,00
0048	Cultura	R$	475.000,00
0049	Educação Especial	R$	4.240,00
0051	Energia Elétrica	R$	569.000,00
0057	Habitação	R$	130.000,00
0058	Urbanismo	R$	5.246.083,04
0060	Serviços de Utilidade Pública	R$	405.000,00
0063	Comércio	R$	110.000,00
0065	Turismo	R$	1.400.000,00
0075	Saúde	R$	13.110.695,65
0076	Saneamento	R$	1.040.000,00
0077	Proteção ao Meio Ambiente	R$	110.000,00
0081	Assistência	R$	4.387.900,00
0082	Previdência	R$	2.290.000,00
0084	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	R$	739.460,00
0088	Transporte Rodoviário	R$	6.043.000,00
0099	Reserva de Contingência	R$	2.360.000,00
0000	Programas Especiais	R$	1.293.577,76
	TOTAL ADMINISTRAÇÃO	**R$**	**73.946.000,00**

Art. 4º O Orçamento da Seguridade Social do Município abrangendo todas as Entidades da Administração Direta é de R$ 22.820.040,49 (vinte e dois milhões, oitocentos e vinte mil, quarenta reais e quarenta e nove centavos).

SEGURIDADE SOCIAL

Saúde	R$	13.802.140,49
Assistência	R$	4.417.900,00
Previdência	R$	4.600.000,00
TOTAL	**R$**	**22.820.040,49**

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado:

I - a abrir no curso da Execução Orçamentária, com base nos recursos efetivamente disponíveis, como determinado pelo art. 43, § 1º, III da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, Créditos Adicionais Suplementares até o limite de 15,0 % (quinze por cento), do total da despesa fixada no art. 3º desta Lei.

II – a realizar, no curso da execução orçamentária, operações de crédito nas espécies, limites e condições estabelecidas em Resolução do Senado Federal e na legislação federal pertinente, especialmente na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

III – a celebrar convênios, contratos e ajustes com os governos federal, estadual e municipal; e outras entidades, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, e a assumir as despesas pertinentes, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício.

Art. 6º Os Quadros Demonstrativos da Despesa, na forma dos anexos da Lei Federal nº 4.320/64, serão discriminados em nível de elemento de despesa.

Parágrafo único. Durante a execução orçamentária da despesa, serão discriminados pelas Notas de Empenho e apropriados pela contabilidade, àquelas despesas cujo os elementos foram detalhados pela Portaria MF/STN nº. 448, de 13 de setembro de 2002, em conformidade ao § 5º do art. 3º da Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de maio de 2001, combinado com o 4º da Portaria MF/STN nº 448.

Art. 7º Fica estipulado o cumprimento do limite Constitucional Federal conforme o artigo 29-A da Carta Magna.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 08 de dezembro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
LEI MUNICIPAL N° 1002 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

LEI MUNICIPAL N° 1002 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo a fazer a abertura de créditos adicionais suplementares por transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra e de um órgão para outro, no âmbito da execução orçamentária, em 5,0% (cinco por cento), do total das despesas previstas, na Lei Orçamentária Anual nº 963 de 08/12/2016 (LOA 2017) e, dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1° Fica o Poder Executivo autorizado a fazer a abertura de créditos adicionais suplementares por transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra e de um órgão para outro, no âmbito da execução orçamentária, em 5,0% (cinco por cento) do total das despesas previstas, na Lei Orçamentária Anual nº 963 de 08/12/16 (LOA-2017).

Parágrafo Único. A abertura de créditos adicionais suplementares de que trata o *caput* deste artigo processar-se-á por Decreto do Chefe do Poder Executivo e atenderá aos termos do art. 7°, observado o disposto no art. 43, ambos da Lei Federal n° 4.320/64, para cumprir as obrigações relevantes e inadiáveis do corrente exercício.

Art. 2° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 15 de dezembro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N.º 053/2017

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através do Pregoeiro designado, torna público que, referente ao **PREGÃO n.º. 053/2017**, onde foi vencedora à empresa **M. G. DE MATOS - ME** ao valor global de R$ 153.900,00 (Cento e cinquenta e três mil e novecentos reais), conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara-MT, 18 de dezembro 2017.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE JACIARA
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 11/2017.

Processo de Dispensa 05/2017

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 11/2017.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Jaciara – MT.

CONTRATADO: J.N. PRADO-ME

CNPJ: 21.592.620/0001-37

OBJETO: Contratação de empresa realizar pequenos reparos nos 02 (dois) banheiros existentes na parte interna da Câmara Municipal de Jaciara, incluindo a mão-de-obra, materiais e equipamentos.

VALOR: R$ R$ 9.788,00 (nove mil setecentos e oitenta e oito reais).

VIGÊNCIA: 11/12/2017 até 25 (vinte e cinco) dias, contados da data de sua assinatura.

FUNDAMENTO: termos da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

Jaciara-MT, 11 de dezembro de 2017.

Cloves Pereira da Silva

Presidente da Câmara Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N.º 051/2017

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através doPregoeironomeado, torna público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **Pregão n.º. 051/2017,**foram vencedoras as empresas **MARCIO ROBERTO PONSONI & CIA LTDA** ao valor global de R$ 42.500,00 (Quarenta e dois mil e quinhentos reais), **MECANICA E TRANSPORTE AGUIA AZUL LTDA - ME** ao valor global de R$ 103.100,00 (Cento e três mil e cem reais) e**ANDERSON APARECIDO DE LIMA ME** ao valor global de R$ 90.000,00 (Noventa mil reais), conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara-MT, 18 de dezembro de 2017.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N.º 050/2017

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que, referente ao **PREGÃO n.º. 050/2017**foi vencedora a empresa **POSTO DE COMBUSTÍVEL GALINA LTDA EPP** ao valor global de R$ 750.600,00 (Setecentos e cinquenta mil e seiscentos reais), conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara-MT, 18 de dezembro de 2017.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N.º 049/2017

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através doPregoeironomeado, torna público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **Pregão n.º. 049/2017,** foram vencedorasas empresas **DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**ao valor global de R$ 877. 249,56 (Oitocentos e setenta e sete mil duzentos e quarenta e nove reais e cinquenta e seis centavos), **CQC TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNOSTICOS LTDA** ao valor global de R$ 125.914,30 (Cento e vinte e cinco mil novecentos e quatorze reais e trinta centavos), **CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** ao valor global de R$ 1.499.084,00 (Um milhão quatrocentos e noventa e nove mil e oitenta e quatro reais), **COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA** ao valor global de R$ 1.571.137,20 (Um milhão quinhentos e setenta e um mil cento e trinta e sete reais e vinte centavos), **INJEX INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA** ao valor global de R$ 607.120,00 (Seiscentos e sete mil cento e vinte reais), **NORGE PHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA** ao valor global de R$ 3.872. 539,08 (Três milhões oitocentos e setenta e dois mil quinhentos e trinta e nove reais e oito centavos), **DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** ao valor global de R$ 2.152.377,44 (Dois milhões cento e cinquenta e dois mil trezentos e setenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), **NURICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NURICIONAIS E HOSPITALARES LTDA ME** ao valor global de R$ 350. 000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais), **D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA EIRELI - ME** ao valor global de R$ 60.750,00 (Sessenta mil setecentos e cinquenta reais) e **INOVAÇÃO SERVIÇOS E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** ao valor global de R$ 96.250,00 (Noventa e seis mil duzentos e cinquenta reais), conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara-MT, 18 de dezembro de 2017.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N.º 046/2017

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através doPregoeironomeado, torna público que, referente ao **PREGÃO n.º. 046/2017** foramvencedoras as empresas**C. ROBERTO SILVA COMERCIO ME** ao valor global de R$ 14. 353,92 (Quatorze mil trezentos e cinquenta e três reais e noventa e dois centavos), **GISELE CRISTINA ALEIXO CAMILO - ME** ao valor global de R$ 174.833,64 (Cento e setenta e quatro mil oitocentos e trinta e três reais e sessenta e quatro centavos), **COMERCIAL LUAR EIRELI - EPP** ao valor global de R$ 57.206,37 (Cinquenta e sete mil duzentos e seis reais e trinta e sete centavos), **MERCADÃO DA LIMPEZA COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME** ao valor global de R$ 72. 232,93 (Setenta e dois mil duzentos e trinta e dois reais e noventa e três centavos), **LOJA EUREKA LTDA ME** ao valor global de R$ 471.292,32 (Quatrocentos e setenta e um mil duzentos e noventa e dois reais e trinta e dois centavos), **J. SODRE DOS SANTOS SILVA MAXIMO - ME** ao valor global de R$ 81.477,75 (Oitenta e um mil quatrocentos e setenta e sete reais e setenta e cinco centavos) e **W RODRIGUES SIQUEIRA INFORMATICA EIRELI - ME** ao valor global de R$ 15.325,00 (Quinze mil trezentos e vinte e cinco reais), conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara-MT, 18 de dezembro de 2017.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N.º 048/2017

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que, referente ao **PREGÃO n.º. 048/2017** foi vencedora a empresa **EMAM – EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA** ao valor global de R$ 2.834.400,00 (Dois milhões oitocentos e trinta e quatro mil e quatrocentos reais), conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara-MT, 18 de dezembro de 2017.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N.º 044/2017

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através doPregoeironomeado, torna público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **Pregão n.º. 044/2017,** foi vencedora a empresa **RETIFICA RONDONOPOLIS LTDA EPP** ao valor global de R$ 522.300,00 (Quinhentos e vinte e dois mil e trezentos reais), conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara-MT, 18 de dezembro de 2017.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N.º 054/2017

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através doPregoeironomeado, torna público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **Pregão n.º. 054/2017,** foram vencedorasas empresas**COXIPO MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME**ao valor global de R$ 126.200,00 (Cento e vinte e seis mil e duzentos reais),**ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME**ao valor global de R$ 127.115,50 (Cento e vinte e sete mil cento e quinze reais e cinquenta centavos) e **DILUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA**ao valor global de R$ 113.071,90 (Cento e treze mil setenta e um reais e noventa centavos),conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara-MT, 18 de dezembro 2017.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico na forma do Artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atualizada pela Lei Municipal 724/17, a Dispensa de licitação constante do Processo nº. 3278/2017 Dispensa de Licitação nº. 051/2017, conforme parecer da Procuradoria Geral do Município datado de 15/12/2017, Esta Dispensa De Licitação trata-se da aquisição de cartuchos de tinta e bobina plotter, para atender o setor de Engenharia Municipal.

Paço Municipal “José Peres”, Gabinete do Prefeito, em Jauru – MT, 18 de Dezembro de 2017.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

EDITAL COMPLEMENTAR

PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2017

EDITAL COMPLEMENTAR 001/2017

Objeto: Registro de Preços para **Aquisição de pneus, câmaras e serviços de Recauchutagem, Vulcanização**, para atender a demanda das Secretarias Municipais, conforme especificação no anexo I**.**

Tipo: menor preço Unitário

Justificativa: A Prefeitura Municipal de Jauru atendendo o que pedido da empresa Pneuar Comércio de Pneus Ltda - ME, altera o Item 7.1.2 do edital.

1. PREÂMBULO

O Município de Jauru, através da Secretaria Municipal de Administração, por intermédio do seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº. 0347/2017 torna **público**, para todos os interessados, que em razão da alteração do prazo de abertura estipulado no edital, ou seja, o prazo estipulado no Edital previa abertura para o dia 28 de dezembro de 2017, com a alteração do Item 7.1.2, o prazo de abertura fica prorrogado para o dia 03 de janeiro 2018 em obediência ao Artigo 4º, Inciso V da Lei Federal 10.520/2002, que é de 08 (oito) dias uteis, onde a data de abertura do processo Licitatório fica estipulada para o dia 03 de janeiro de 2018, às 08:00 horas, na sala da Comissão Permanente de Licitação, e com base no que dispõe as Leis Federais nºs. 8.666/93 e 10.520/2002 e demais legislação complementar e ainda, em prestígio aos princípios norteadores da Administração Pública e das licitações, expede o **Edital Complementar nº 001/2017 ao Edital de Pregão Presencial nº 040/2017, para alteração do Item 7.1.2, que passa a vigorar conforme a seguir:**

7.1.2- Somente serão aceito produtos de primeira qualidade e que atendam as necessidades da Prefeitura Municipal de Jauru.

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

DATA: 03/01/2018 HORARIO 08h00m

Local: Paço Municipal “José Peres” Prefeitura Municipal de Jauru – Situada na Rua do Comercio, 480, Centro – Jauru – MT; CEP 78.255-000.

2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. O objeto do Pregão Presencial nº 040/2017, permanece inalterado.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar da presente licitação quaisquer empresas legalmente constituídas, do ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, conforme – Anexo I – Termo de Referencia e que se apresentarem, até **às 08:00 horas do dia 03 de janeiro de 2018** ao Pregoeiro, em sessão pública, no endereço constante no preâmbulo deste edital.

4. DA NOVA DATA, HORA E LOCAL DA SESSÃO DE ABERTURA.

4.1. A sessão de processamento do citado Pregão será realizada na sala de Licitação, Rua do Comercio nº 480, no município de Jauru - Estado de Mato Grosso.

4.2.Os envelopes contendo a proposta e a documentação para habilitação deverá ser entregue atéàs **08 horas do dia 03/01/2018** no endereço constante do item 4.1.

3.3. Na mesma data, hora e local acima especificados, dar-se-á inicio à realização do pregão com a abertura dos envelopes dizendo conter as propostas.

3.4. A reabertura do prazo tem fulcro no Art. 4º, Inciso V, da Lei 10.520/2002.

6. DAS CONDIÇÕES GERAIS

4.1. Permanecem inalteradas todas as demais condições do edital original.

4.2. Informações podem ser obtidas pelo fone/fax (065)3244-1849 ou pelo e-mail licitacao@jauru.mt.gov.br.

Jauru – MT, 18 de dezembro de 2017.

Ina Duarte da Silva

Pregoeira

AVISO DE ADESÃO

A Prefeitura Municipal de Jauru comunica a Adesão a Ata de Registro de Preços Nº. **015/2017-1** referente ao Pregão Presencial Nº.**015/2015** da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos, para Futura e eventual Contratação de Empresa para Fornecimento de Peças Mecânicas, Elétricas e Acessórios Originais ou Genuínos, para a Frota de Veículos e Maquinas de Diversas Secretarias do Município de Vale de São Domingos/MT. Tendo com vencedor a empresa BIELMAQ COM. DE PEÇAS PARA MAQUINAS LTDA ME, devidamente inscrito no CNPJ.: 17.274.687/0001-56.

Jauru – MT, 18 de Dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO, AO CONTRATO N. 39/2017, FORMALIZADO ATRAVÉS DO PROCESSO LICITATÓRIO DE PREGÃO PRESENCIAL N. 013/2017, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, QUE ENTRE SI CELEBRAM A

Aos 08 dias do mês de dezembro de 2017, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G.C/MF nº. 15.072.663/0001-99 com sede a Rua Niterói, nº. 81 N, Centro neste ato representado pela Prefeita Municipal a **Sra. Luciane Borba Azoia Bezerra**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º **0925703-9 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **581.047.711-91**, residente e domiciliado na Rua Corumbá n. 229-W, Bairro Centro, na cidade de Juara**-**MT, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa, **J. MORAES SERVICOS DE TRANSPORTES – ME**, inscrita com o CNPJ sob o n. 04.527.699/0001-01, localizada à Rua São Paulo – Distrito de Águas Claras – CEP: 78.575-000 – Juara/MT, legalmente representada pelo Sr. João Morais, inscrito no CPF: 580.984.101-53 e RG: 9298-856 SSP/MT, Telefone (66) 9671-3386, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**,observado as disposições na Lei n. 8.666/93, em especial o artigo 65, inciso II, alínea "d", Processo Licitatório de Pregão Presencial n. 013/2017, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – Este instrumento tem como objeto a **READEQUAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, sem alteração de valores, por se tratar de **Prestação de Serviços de Transporte Escolar de Alunos da Rede Municipal de Ensino/Zona Rural, em Itinerários Específicos, no Distrito de Paranorte**, atendendo à solicitação através do Ofício nº SME/DTE/N.º 031/2017, de 07 de dezembro de 2017, do Sr.ª Isac Pintor, Secretário Municipal de Educação, conforme Itinerários e Quilometragens em Anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE

2.1 – A finalidade deste instrumento é manter os serviços contratados, através da READEQUAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ao contrato original, sem alteração de valores, conforme solicitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO

3.1 – Por este Termo Aditivo, fica alterada a dotação orçamentária ao contratual original, buscando manter os serviços ora contratados, dentro dos limites permitidos pela legislação, em especial a Lei Federal n. 8.666/93 e em comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 – Este instrumento terá sua vigência a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DOTAÇÕES

5.1 **–** O valor global a ser readequado pela alteração orçamentária através deste Termo Aditivo é de **R$ 22.400,00** (vinte e dois mil e quatrocentos re ais), sendo os mesmos **suprimidos** da Fonte Recursos Próprios 25%, assim distribuídos:

Itinerários	Média Km/Dia	Dias Letivos	Km Total	Valor/Km	Valor Total
Linha Agro Verde/Faz. dos Mineiros/Porta do Céu/Faz. Luiz Tabaú/Paranorte	160,00	35	5.600,00	4,00	22.400,00
Valor Total da Readequação: R$ 22.400,00					

5.2. Os valores necessários para a liquidação das despesas serão empenhados na seguinte dotação orçamentária:

Secretaria Municipal de Educação

Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: Fethab/Sinfra

Valor: R$ 22.400,00

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

6.1 – Permanecem inalteradas e ratificadas as demais condições do contrato e demais cláusulas do ato convocatório, que são partes integrantes deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SETIMA – DA DIVULGAÇÃO

7.1 – A alteração será divulgada na imprensa oficial.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 – As dúvidas decorrentes do presente termo serão dirimidas no Foro e Comarca de Juara – Estado de Mato Grosso, com renuncio de qualquer outro.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 01 (duas) testemunha idônea e civilmente capaz.

Juara/MT, 08 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

Luciane Borba Azóia Bezerra

Prefeita do Município

Contratante

J. MORAES SERVICOS DE TRANSPORTES – ME

CNPJ: 04.527.699/0001-01

João Morais – Representante Legal

CPF: 580.984.101-53 e RG: 9298-856 SSP/MT

Contratado

DECIMO TERMO ADITIVO, AO CONTRATO N. 15/2013, FORMALIZADO ATRAVÉS DO PROCESSO LICITATÓRIO DE PREGÃO PRESENCIAL N. 02/2013, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PR

Aos 08 dias do mês de dezembro de 2017, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G.C/MF nº. 15.072.663/0001-99 com sede a Rua Niterói, nº. 81 N, Centro neste ato representado pela Prefeita Municipal a **Sra. Luciane Borba Azoia Bezerra**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º **0925703-9 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n. º **581.047.711-91**, residente e domiciliado na Rua Corumbá n. 229-W, Bairro Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa, **ANDERSON LUIS VIOLADA E CIA LTDA**, inscrita com o CNPJ sob o nº 11.725.598/0001-00, localizada à Rua Nelson Taborda Lacerda, 747-S, Bairro Jardim Primavera, no municipio de Juara/MT, neste ato representado pelo seu sócio-proprietário o Sr. Anderson Luis Violada, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado neste municipio de Juara/MT, portador do RG: 879.872 SSP/MT e CPF: 571.501.094-87, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**,observado as disposições na Lei n. 8.666/93, em especial o artigo 65, inciso II, alínea "d", Processo Licitatório de Pregão Presencial n. 02/2013, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – Este instrumento tem como objeto a **READEQUAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, sem alteração de valores, por se tratar de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ZONA RURAL**, atendendo à solicitação através do Ofício nº SME/DTE/N.º 031/2017, de 07 de dezembro de 2017, do Sr.ª Isac Pintor, Secretário Municipal de Educação, conforme Itinerários e Quilometragens em Anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE

2.1 – A finalidade deste instrumento é manter os serviços contratados, através da READEQUAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ao contrato original, sem alteração de valores, conforme solicitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO

3.1 – Por este Termo Aditivo, fica alterada a dotação orçamentária ao contratual original, buscando manter os serviços ora contratados, dentro dos limites permitidos pela legislação, em especial a Lei Federal n. 8.666/93 e em comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 – Este instrumento terá sua vigência a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DOTAÇÕES

5.1 **–** O valor global a ser readequado pela alteração orçamentária através deste Termo Aditivo é de **R$ 53.872,00** (cinqüenta e três mil, oitocentos e setenta e dois reais), sendo os mesmos **suprimidos** da Fonte Recursos Próprios 25%, assim distribuídos:

Itinerários	Média Km/Dia	Dias Letivos	Km Total	Valor/Km	Valor Total
Fazenda Guerra/Agrossan	168,80	35	5.908,00	4,00	23.632,00
Linha Fazenda Juara/Catuaí	216,00	35	7.560,00	4,00	30.240,00
Valor Total da Readequação: R$ 53.872,00					

5.2. Os valores necessários para a liquidação das despesas serão empenhados na seguinte dotação orçamentária:

Secretaria Municipal de Educação

Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: Fethab/Sinfra

Valor: R$ 53.872,00

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

6.1 – Permanecem inalteradas e ratificadas as demais condições do contrato e demais cláusulas do ato convocatório, que são partes integrantes deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SETIMA – DA DIVULGAÇÃO

7.1 – A alteração será divulgada na imprensa oficial.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 – As dúvidas decorrentes do presente termo serão dirimidas no Foro e Comarca de Juara – Estado de Mato Grosso, com renuncio de qualquer outro.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 01 (duas) testemunha idônea e civilmente capaz.

Juara/MT, 08 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

Luciane Borba Azóia Bezerra

Prefeita do Município

Contratante

ANDERSON LUIS VIOLADA E CIA LTDA

CNPJ: 11.725.598/0001-00

Sr. Anderson Luis Violada

RG: 879.872 SSP/MT e CPF: 571.501.094-87

Contratado

DECIMO TERMO ADITIVO, AO CONTRATO N. 16/2013, FORMALIZADO ATRAVÉS DO PROCESSO LICITATÓRIO DE PREGÃO PRESENCIAL N. 02/2013, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PR

Aos 08 dias do mês de dezembro de 2017, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G.C/MF nº. 15.072.663/0001-99 com sede a Rua Niterói, nº. 81 N, Centro neste ato representado pela Prefeita Municipal a **Sra. Luciane Borba Azoia Bezerra**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º **0925703-9 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **581.047.711-91**, residente e domiciliado na Rua Corumbá n. 229-W, Bairro Centro, na cidade de Juara**-**MT, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa, **V. SILVEIRA ESCOLAR ME**, inscrita com o CNPJ sob o nº 10.603.302/0001-08, localizada à Rua Sergipe, 419-N, Centro, no municipio de Juara/MT, neste ato representado pelo seu procurador credenciado o Sr. Jair Furiama, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado neste municipio de Juara/MT, portador do RG: 617.015 SSP/MT e CPF: 393.595.301-15, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**,observado as disposições na Lei n. 8.666/93, em especial o artigo 65, inciso II, alínea “d”, Processo Licitatório de Pregão Presencial n. 02/2013, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – Este instrumento tem como objeto a **READEQUAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, sem alteração de valores, por se tratar de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ZONA RURAL**, atendendo à solicitação através do Ofício nº SME/DTE/N.º 031/2017, de 08 de dezembro de 2017, do Sr.ª Isac Pintor, Secretário Municipal de Educação, conforme Itinerários e Quilometragens em Anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE

2.1 – A finalidade deste instrumento é manter os serviços contratados, através da READEQUAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ao contrato original, sem alteração de valores, conforme solicitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO

3.1 – Por este Termo Aditivo, fica alterada a dotação orçamentária ao contratual original, buscando manter os serviços ora contratados, dentro dos limites permitidos pela legislação, em especial a Lei Federal n. 8.666/93 e em comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 – Este instrumento terá sua vigência a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DOTAÇÕES

5.1 **–** O valor global a ser readequado pela alteração orçamentária através deste Termo Aditivo é de **R$ 38.780,00** (trinta e oito mil, setecentos e oitenta reais), sendo os mesmos **suprimidos** da Fonte Recursos Próprios 25%, assim distribuídos:

Itinerários	Média Km/Dia	Dias Letivos	Km Total	Valor/Km	Valor Total
Linha São Geraldo/Poacatú	277,00	35	9.695,00	4,00	38.780,00
Valor Total da Readequação: R$ 38.780,00					

5.2. Os valores necessários para a liquidação das despesas serão empenhados na seguinte dotação orçamentária:

Secretaria Municipal de Educação

Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: Fethab/Seduc

Valor: R$ 38.780,00

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

6.1 – Permanecem inalteradas e ratificadas as demais condições do contrato e demais cláusulas do ato convocatório, que são partes integrantes deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SETIMA – DA DIVULGAÇÃO

7.1 – A alteração será divulgada na imprensa oficial.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 – As dúvidas decorrentes do presente termo serão dirimidas no Foro e Comarca de Juara – Estado de Mato Grosso, com renuncio de qualquer outro.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 01 (duas) testemunha idônea e civilmente capaz.

Juara/MT, 08 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

Luciane Borba Azóia Bezerra

Prefeita do Município

Contratante

V. SILVEIRA ESCOLAR ME

CNPJ: 10.603.302/0001-08

Sr. Jair Furiama – Representante Legal

RG: 617.015 SSP/MT e CPF: 393.595.301-15

Contratado

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PARECER DE RECURSOS DO EDITAL DOS APROVADOS E CLASSIFICADOS 006/2017

CNPJ 15.072.663/0001-99

Rua Niterói, 81 N, Centro – CEP: 78.575-000 – Fone (66)3556-9400

Parecer Aprovados e Classificados 006/2017

De ordem da Comissão de Acompanhamento, Fiscalização e Organização do Processo Seletivo Simplificado 002/2017, designada pela Portaria GP nº 798/2017 de 16 de Novembro de 2017, no uso de suas atribuições, torna publico que acatou os recursos interpostos, referente ao Edital de Publicação dos Aprovados e Classificados do Processo Seletivo Simplificado 002/2017, de 17 de novembro de 2017.

MOTIVAÇÃO	RESULTADO
Recurso contra os aprovados e classificados referente ao cargo de Professor Nível Superior Pedagogia Zona Urbana: Marcio Ramos de Oliveira, Fernanda Gastaldi Aguiar Rosangela Aparecida de Paiva Clédina Ramos dos Santos	INDEFERIDO: Não houve infringência ao item 11 do Edital do Processo Seletivo Simplificado 002/2017. DEFERIDO: Validado para todos INDEFERIDO: Nota Correta DEFERIDO: Nota 7,5 para 8,0
Recurso contra os aprovados e classificados referente ao cargo de Técnico Desenvolvimento Infantil : Cleidinéia Ferreira Lopes da Silva	DEFERIDO: Nome não Constava na lista Inserido
Recurso contra os aprovados e classificados referente ao cargo de Apoio Administrativo Educacional: Janaina Cristina da Silva, Alcione Pereira de Oliveira, Cristina Begnini Baginski, Laura Janaina Inacio, Juliana Ferreira Verge, Giovana Carolina Cypel Ferreira, Uliani Cris Belarmino dos Santos, Vanuza Bernardo dos Santos, Jusceleide Bernardes dos Santos, Lucilia Cristina da Silva Brazica, Maria Cicera Neves.	DEFERIDO: Nota revisada

Comissão do Processo Seletivo Simplificado, Juara - MT, 18 de Dezembro de 2017.

_____

Evânia Francielli Colet Mendonça

Presidente

_____

Marinha Francisca da Silva

Membro

_____

Lenir Maria Castanho

Membro

_____

Elizabeth de Jesus Furlan

Membro

PRIMEIRO TERMO ADITIVO, AO CONTRATO N. 38/2017, FORMALIZADO ATRAVÉS DO PROCESSO LICITATÓRIO DE PREGÃO PRESENCIAL N. 13/2017, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, QUE ENTRE SI CELEBRAM A P

Aos 08 dias do mês de dezembro de 2017, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G.C/MF nº. 15.072.663/0001-99 com sede a Rua Niterói, nº. 81 N, Centro neste ato representado pela Prefeita Municipal a **Sra. Luciane Borba Azoia Bezerra**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º **0925703-9 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **581.047.711-91**, residente e domiciliado na Rua Corumbá n. 229-W, Bairro Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa, **ANDERSON LUIZ VIOLADA E CIA LTDA – ME**, inscrita no CNPJ 11.725.598/0001-00, localizada à Rua Nelson Taborda Lacerda, 747 S – Jardim Primavera – Cx. Postal 85 – CEP: 78.575-000 – Juara/MT, tendo coom seu representante legal o Sr. Anderson Luis Violada, inscrito com o CPF: 571.501.091-87 e RG: 879.872 SSP/MT, Telefone(66) 3556-1103, E-mail: alternativalocacaoes@hotmail.com doravante denominado **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato de **Prestação de Serviços de Transporte Escolar de Alunos da Rede Municipal de Ensino/Zona Rural, em Itinerários Específicos, no Distrito de Catuaí**, com base no Pregão Presencial n.º **013/2017**, e nas Leis Federais n.º **8**.**666**, de **21** de junho de **1993**, **10.520/2002** e n.º **8**.**958**, de **20** de dezembro de **1994**, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – Este instrumento tem como objeto a **READEQUAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, sem alteração de valores, por se tratar de **Prestação de Serviços de Transporte Escolar de Alunos da Rede Municipal de Ensino/Zona Rural, em Itinerários Específicos, no Distrito de Catuaí**, atendendo à solicitação através do Ofício nº SME/DTE/N.º 031/2017, de 07 de dezembro de 2017, do Sr.ª Isac Pintor, Secretário Municipal de Educação, conforme Itinerários e Quilometragens em Anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE

2.1 – A finalidade deste instrumento é manter os serviços contratados, através da READEQUAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ao contrato original, sem alteração de valores, conforme solicitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO

3.1 – Por este Termo Aditivo, fica alterada a dotação orçamentária ao contratual original, buscando manter os serviços ora contratados, dentro dos limites permitidos pela legislação, em especial a Lei Federal n. 8.666/93 e em comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 – Este instrumento terá sua vigência a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DOTAÇÕES

5.1 **–** O valor global a ser readequado pela alteração orçamentária através deste Termo Aditivo é de **R$ 20.300,00** (vinte mil e trezentos reais), sendo os mesmos **suprimidos** da Fonte Recursos Próprios 25%, assim distribuídos:

Itinerários	Média Km/Dia	Dias Letivos	Km Total	Valor/Km	Valor Total
Fazenda Zilda/Faz. Santa luzia/Faz. Nossa Senhora do Carmo/Catuaí	145,00	35	5.075,00	4,00	20.300,00
Valor Total da Readequação: R$ 20.300,00					

5.2. Os valores necessários para a liquidação das despesas serão empenhados na seguinte dotação orçamentária:

Secretaria Municipal de Educação

Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: Fethab/Seduc

Valor: R$ 20.300,00

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

6.1 – Permanecem inalteradas e ratificadas as demais condições do contrato e demais cláusulas do ato convocatório, que são partes integrantes deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SETIMA – DA DIVULGAÇÃO

7.1 – A alteração será divulgada na imprensa oficial.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 – As dúvidas decorrentes do presente termo serão dirimidas no Foro e Comarca de Juara – Estado de Mato Grosso, com renuncio de qualquer outro.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 01 (duas) testemunha idônea e civilmente capaz.

Juara/MT, 08 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

Luciane Borba Azóia Bezerra

Prefeita do Município

Contratante

ANDERSON LUIZ VIOLADA E CIA LTDA – ME

CNPJ/; 11.725.598/0001-00

Anderson Luis Violada – Representante Legal

CPF: 571.501.091-87

RG: 879.872 SSP/MT

Contratado

DECIMO TERMO ADITIVO, AO CONTRATO N. 14/2013, FORMALIZADO ATRAVÉS DO PROCESSO LICITATÓRIO DE PREGÃO PRESENCIAL N. 02/2013, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PR

Aos 08 dias do mês de dezembro de 2017, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G.C/MF nº. 15.072.663/0001-99 com sede a Rua Niterói, nº. 81 N, Centro neste ato representado pela Prefeita Municipal a **Sra. Luciane Borba Azoia Bezerra**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º **0925703-9 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **581.047.711-91**, residente e domiciliado na Rua Corumbá n. 229-W, Bairro Centro, na cidade de Juara**-**MT, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa, **J. MORAIS SERVIÇOS DE TRANSPORTES – ME**, inscrita com o CNPJ sob o n. 04.527.699/0001-01, situada à Avenida São Paulo, s/nº, Distrito de Águas Claras, Cep: 78.585-000, no município de Juara – Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo seu proprietário o **Sr. João Morais**, portador do RG: 9298-856 SSP/MT e CPF: 580.984.101-53, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado neste município de Juara – Estado de Mato Grosso, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**,observado as disposições na Lei n. 8.666/93, em especial o artigo 65, inciso II, alínea “d”, Processo Licitatório de Pregão Presencial n. 02/2013, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – Este instrumento tem como objeto a **READEQUAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, sem alteração de valores, por se tratar de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ZONA RURAL**, atendendo à solicitação através

do Ofício nº SME/DTE/N.º 031/2017, de 07 de dezembro de 2017, do Sr.ª Isac Pintor, Secretário Municipal de Educação, conforme Itinerários e Quilometragens em Anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE

2.1 – A finalidade deste instrumento é manter os serviços contratados, através da READEQUAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ao contrato original, sem alteração de valores, conforme solicitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO

3.1 – Por este Termo Aditivo, fica alterada a dotação orçamentária ao contratual original, buscando manter os serviços ora contratados, dentro dos limites permitidos pela legislação, em especial a Lei Federal n. 8.666/93 e em comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 – Este instrumento terá sua vigência a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DOTAÇÕES

5.1 **–** O valor global a ser readequado pela alteração orçamentária através deste Termo Aditivo é de **R$ 71.960,000** (setenta e um mil, novecentos e sessenta reais), sendo os mesmos **suprimidos** da Fonte Recursos Próprios 25%, assim distribuídos:

Itinerários	Média Km/Dia	Dias Letivos	Km Total	Valor/Km	Valor Total
Escondido Paranorte (município)	65,00	35	2.275,00	4,00	9.100,00
Linha III/Gleba Japuranã/Santa Clara III (noturno)	139,00	35	4.865,00	4,00	19.460,00
Linha Rodolfo Ferro/Fazenda Monte Azul	310,00	35	10.850,00	4,00	43.400,00
Valor Total da Readequação: R$ 71.960,00					

5.2. Os valores necessários para a liquidação das despesas serão empenhados na seguinte dotação orçamentária:

Secretaria Municipal de Educação

Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: Fethab/Seduc

Valor: R$ 71.960,00

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

6.1 – Permanecem inalteradas e ratificadas as demais condições do contrato e demais cláusulas do ato convocatório, que são partes integrantes deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SETIMA – DA DIVULGAÇÃO

7.1 – A alteração será divulgada na imprensa oficial.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 – As dúvidas decorrentes do presente termo serão dirimidas no Foro e Comarca de Juara – Estado de Mato Grosso, com renuncio de qualquer outro.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 01 (duas) testemunha idônea e civilmente capaz.

Juara/MT, 08 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

Luciane Borba Azóia Bezerra

Prefeita do Município

Contratante

J. MORAIS SERVIÇOS DE TRANSPORTES – ME

CNPJ: 04.527.699/0001-01

Sr. João Morais – Representante Legal

RG: 9298-856 SSP/MT e CPF: 580.984.101-53

Contratado

QUARTO TERMO ADITIVO, AO CONTRATO N. 88/2015, FORMALIZADO ATRAVÉS DO PROCESSO LICITATÓRIO DE PREGÃO PRESENCIAL N. 06/2015, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PR

Aos 08 dias do mês de dezembro de 2017, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G.C/MF nº. 15.072.663/0001-99 com sede a Rua Niterói, nº. 81 N, Centro neste ato representado pela Prefeita Municipal a **Sra. Luciane Borba Azoia Bezerra**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º **0925703-9 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n. º **581.047.711-91**, residente e domiciliado na Rua Corumbá n. 229-W, Bairro Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa, **ANTONIO DOS SANTOS COSTA – ME**, inscrita com o CNPJ sob o n. 07.508.750/0001-18, situada à Avenida Guilherme Meyer, s/nº, Cep: 78.560-000, no município de Porto dos Gaúchos – Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo seu proprietário o **Sr. Antonio**

dos Santos Costa, portador do RG: 791.126 SSP/MT e CPF: 482.113.201-00, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado neste município de Juara – Estado de Mato Grosso, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**,observado as disposições na Lei n. 8.666/93, em especial o artigo 65, inciso II, alínea "d", Processo Licitatório de Pregão Presencial n. 06/2015, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – Este instrumento tem como objeto a **READEQUAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, sem alteração de valores, por se tratar de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ZONA RURAL, LINHA ITAPAIUNA**, atendendo à solicitação através do Ofício nº SME/DTE/N.º 031/2017, de 07 de dezembro de 2017, do Sr.ª Isac Pintor, Secretário Municipal de Educação, conforme Itinerários e Quilometragens em Anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE

2.1 – A finalidade deste instrumento é manter os serviços contratados, através da READEQUAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ao contrato original, sem alteração de valores, conforme solicitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO

3.1 – Por este Termo Aditivo, fica alterada a dotação orçamentária ao contratual original, buscando manter os serviços ora contratados, dentro dos limites permitidos pela legislação, em especial a Lei Federal n. 8.666/93 e em comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 – Este instrumento terá sua vigência a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DOTAÇÕES

5.1 **–** O valor global a ser readequado pela alteração orçamentária através deste Termo Aditivo é de **R$ 35.140,0** (trinta e cinco mil, cento e quarenta reais), sendo os mesmos **suprimidos** da Fonte Recursos Próprios 25%, assim distribuídos:

Itinerários	Média Km/Dia	Dias Letivos	Km Total	Valor/Km	Valor Total
Linha Itapaiúna	251,00	35	8.785,00	4,00	35.140,00
Valor Total da Readequação: R$ 35.140,00					

5.2. Os valores necessários para a liquidação das despesas serão empenhados na seguinte dotação orçamentária:

Secretaria Municipal de Educação

Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: Fethab/Sinfra

Valor: R$ 35.140,00

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

6.1 – Permanecem inalteradas e ratificadas as demais condições do contrato e demais cláusulas do ato convocatório, que são partes integrantes deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SETIMA – DA DIVULGAÇÃO

7.1 – A alteração será divulgada na imprensa oficial.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 – As dúvidas decorrentes do presente termo serão dirimidas no Foro e Comarca de Juara – Estado de Mato Grosso, com renuncio de qualquer outro.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 01 (duas) testemunha idônea e civilmente capaz.

Juara/MT, 08 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

Luciane Borba Azóia Bezerra

Prefeita do Município

Contratante

ANTONIO DOS SANTOS COSTA – ME

CNPJ: 07.508.750/0001-18

Sr. Antonio dos Santos Costa – Representante Legal

RG: 791.126 SSP/MT e CPF: 482.113.201-00

Contratado

QUARTO TERMO ADITIVO, AO CONTRATO N. 87/2015, FORMALIZADO ATRAVÉS DO PROCESSO LICITATÓRIO DE PREGÃO PRESENCIAL N. 06/2015, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PRE

Aos 08 dias do mês de dezembro de 2017, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G.C/MF nº. 15.072.663/0001-99 com sede a Rua Niterói, nº. 81 N, Centro neste ato representado pela Prefeita Municipal a **Sra. Luciane Borba Azoia Bezerra**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º **0925703-9 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **581.047.711-91**, residente e domiciliado na Rua Corumbá n. 229-W, Bairro Centro, na cidade de Juara**-**MT, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa, **J. MORAIS SERVIÇOS DE TRANSPORTES – ME**, inscrita com o CNPJ sob o n. 04.527.699/0001-01, situada à Avenida São Paulo, s/nº, Distrito de Águas Claras, Cep: 78.585-000, no município de Juara – Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo seu proprietário o **Sr. João Morais**, portador do RG: 9298-856 SSP/MT e CPF: 580.984.101-53, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado neste município de Juara – Estado de Mato Grosso, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**,observado as disposições na Lei n. 8.666/93, em especial o artigo 65, inciso II, alínea “d”, Processo Licitatório de Pregão Presencial n. 06/2015, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – Este instrumento tem como objeto a **READEQUAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, sem alteração de valores, por se tratar de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ZONA RURAL, LINHA PAREDÃO**, atendendo à solicitação através do Ofício nº SME/DTE/N.º 031/2017, de 07 de dezembro de 2017, do Sr.ª Isac Pintor, Secretário Municipal de Educação, conforme Itinerários e Quilometragens em Anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE

2.1 – A finalidade deste instrumento é manter os serviços contratados, através da READEQUAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ao contrato original, sem alteração de valores, conforme solicitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO

3.1 – Por este Termo Aditivo, fica alterada a dotação orçamentária ao contratual original, buscando manter os serviços ora contratados, dentro dos limites permitidos pela legislação, em especial a Lei Federal n. 8.666/93 e em comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 – Este instrumento terá sua vigência a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DOTAÇÕES

5.1 **–** O valor global a ser readequado pela alteração orçamentária através deste Termo Aditivo é de **R$ 14.700,00** (quatorze mil e setecentos reais), sendo os mesmos **suprimidos** da Fonte Recursos Próprios 25%, assim distribuídos:

Itinerários	Média Km/Dia	Dias Letivos	Km Total	Valor/Km	Valor Total
Linha Paredão	105,00	35	3.675,00	4,00	14.700,00
Valor Total da Readequação: R$ 14.700,00					

5.2. Os valores necessários para a liquidação das despesas serão empenhados na seguinte dotação orçamentária:

Secretaria Municipal de Educação

Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: Fethab/Sinfra

Valor: R$ 14.700,00

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

6.1 – Permanecem inalteradas e ratificadas as demais condições do contrato e demais cláusulas do ato convocatório, que são partes integrantes deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SETIMA – DA DIVULGAÇÃO

7.1 – A alteração será divulgada na imprensa oficial.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 – As dúvidas decorrentes do presente termo serão dirimidas no Foro e Comarca de Juara – Estado de Mato Grosso, com renuncio de qualquer outro.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 01 (duas) testemunha idônea e civilmente capaz.

Juara/MT, 08 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

Luciane Borba Azóia Bezerra

Prefeita do Município

Contratante

J. MORAIS SERVIÇOS DE TRANSPORTES – ME

CNPJ: 04.527.699/0001-01

Sr. João Morais - Proprietário

RG: 9298-856 SSP/MT e CPF: 580.984.101-53

Contratado

SEGUNDO TERMO ADITIVO, AO CONTRATO N. 147/2017, FORMALIZADO ATRAVÉS DO PROCESSO LICITATÓRIO DE PREGÃO PRESENCIAL N. 028/2017, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, QUE ENTRE SI CELEBRAM A

Aos 08 dias do mês de dezembro de 2017, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G.C/MF nº. 15.072.663/0001-99 com sede a Rua Niterói, nº. 81 N, Centro neste ato representado pela Prefeita Municipal a **Sra. Luciane Borba Azoia Bezerra**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º **0925703-9 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n. º **581.047.711-91**, residente e domiciliado na Rua Corumbá n. 229-W, Bairro Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa, **L. UMBELINO ALVES – ME**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 26.763.164/0001-64, com sede na Rua Leopoldo Jose Prebianca, 237-S, Bairro Jardim Paranaguá, CEP: 78.575-000, na cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, legalmente representada pelo Srª. Luciene Umbelino Alves, inscrita no CPF 805.853.531-15 e RG 1540471-4 SSP/MT, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**,observado as disposições na Lei n. 8.666/93, em especial o artigo 65, inciso II, alínea "d", Processo Licitatório de Pregão Presencial n. 028/2017, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – Este instrumento tem como objeto a **READEQUAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, sem alteração de valores, por se tratar de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO/ZONA RURAL, EM ITINERÁRIO ESPECÍFICO (FAZENDA MONTE AZUL/FAZENDA CASA DO CRIADOR/FAZENDA ELLO/SEDE DO MUNICÍPIO DE JUARA**, atendendo à solicitação através do Ofício nº SME/DTE/N.º 031/2017, de 07 de dezembro de 2017, do Sr.ª Isac Pintor, Secretário Municipal de Educação, conforme Itinerários e Quilometragens em Anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE

2.1 – A finalidade deste instrumento é manter os serviços contratados, através da READEQUAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ao contrato original, sem alteração de valores, conforme solicitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO

3.1 – Por este Termo Aditivo, fica alterada a dotação orçamentária ao contratual original, buscando manter os serviços ora contratados, dentro dos limites permitidos pela legislação, em especial a Lei Federal n. 8.666/93 e em comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 – Este instrumento terá sua vigência a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DOTAÇÕES

5.1 **–** O valor global a ser readequado pela alteração orçamentária através deste Termo Aditivo é de **R$ 8.470,00** (oito mil, quatrocentos e setenta reais), sendo os mesmos **suprimidos** da Fonte Recursos Próprios 25%, assim distribuídos:

Itinerários	Média Km/Dia	Dias Letivos	Km Total	Valor/Km	Valor Total
Linha Fazendo Monte Azul/Fazendo Casa do Criador/Faz. Ello/Sede Município de Juara	60,50	35	2.118,00	4,00	8.470,00
Valor Total da Readequação: R$ 8.470,00					

5.2. Os valores necessários para a liquidação das despesas serão empenhados na seguinte dotação orçamentária:

Secretaria Municipal de Educação

Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: Fethab/Sinfra

Valor: R$ 8.470,00

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

6.1 – Permanecem inalteradas e ratificadas as demais condições do contrato e demais cláusulas do ato convocatório, que são partes integrantes deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SETIMA – DA DIVULGAÇÃO

7.1 – A alteração será divulgada na imprensa oficial.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 – As dúvidas decorrentes do presente termo serão dirimidas no Foro e Comarca de Juara – Estado de Mato Grosso, com renuncio de qualquer outro.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 01 (duas) testemunha idônea e civilmente capaz.

Juara/MT, 08 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

Luciane Borba Azóia Bezerra

Prefeita do Município

Contratante

L. UMBELINO ALVES – ME

CNPJ: 26.763.164/0001-64

Luciene Umbelino Alves

CPF: 805.853.531-15

RG: 1540471-4 SSP/MT

Contratado

SÉTIMO TERMO ADITIVO, AO CONTRATO N. 194/2013, FORMALIZADO ATRAVÉS DO PROCESSO LICITATÓRIO DE CONVITE N. 12/2013, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA M

Aos 08 dias do mês de dezembro de 2017, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G.C/MF nº. 15.072.663/0001-99 com sede a Rua Niterói, nº. 81 N, Centro neste ato representado pela Prefeita Municipal a **Sra. Luciane Borba Azoia Bezerra**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º **0925703-9 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n. º **581.047.711-91**, residente e domiciliado na Rua Corumbá n. 229-W, Bairro Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa, **ADAUTO CALMON REQUENA,** inscrita com o CNPJ sob o nº 17.890.324/0001-45, localizada na Av. Rio de Janeiro, nº. 1168-W, Parque Azóia, na Cidade de Juara-MT, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**,observado as disposições na Lei n. 8.666/93, em especial o artigo 65, inciso II, alínea “d”, Processo Licitatório de Convite n. 12/2013, e mediante as cláusulas e condições a seguir, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**,observado as disposições na Lei n. 8.666/93, em especial o artigo 65, inciso II, alínea “d”, Processo Licitatório de Convite n. 12/2013, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – Este instrumento tem como objeto a **READEQUAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, sem alteração de valores, por se tratar de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR** de alunos com necessidades especiais, atendendo à solicitação através do Ofício nº SME/DTE/N.º 031/2017, de 07 de dezembro de 2017, do Sr.ª Isac Pintor, Secretário Municipal de Educação, conforme Itinerários e Quilometragens em Anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE

2.1 – A finalidade deste instrumento é manter os serviços contratados, através da READEQUAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ao contrato original, sem alteração de valores, conforme solicitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO

3.1 – Por este Termo Aditivo, fica alterada a dotação orçamentária ao contratual original, buscando manter os serviços ora contratados, dentro dos limites permitidos pela legislação, em especial a Lei Federal n. 8.666/93 e em comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 – Este instrumento terá sua vigência a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DOTAÇÕES

5.1 **–** O valor global a ser readequado pela alteração orçamentária através deste Termo Aditivo é de **R$ 9.800,00** (nove mil e oitocentos reais), sendo os mesmos **suprimidos** da Fonte Recursos Próprios 25%, assim distribuídos:

Itinerários	Média Km/Dia	Dias Letivos	Km Total	Valor/Km	Valor Total
Prestação de Serviços de Transporte Escolar de Alunos com Deficiência.	70,00	35	2.450,00	4,00	9.800,00
Valor Total da Readequação: R$ 9.800,00					

5.2. Os valores necessários para a liquidação das despesas serão empenhados na seguinte dotação orçamentária:

Secretaria Municipal de Educação

Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: Fethab/Seduc

Valor: R$ 9.800,00

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

6.1 – Permanecem inalteradas e ratificadas as demais condições do contrato e demais cláusulas do ato convocatório, que são partes integrantes deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SETIMA – DA DIVULGAÇÃO

7.1 – A alteração será divulgada na imprensa oficial.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1 – As dúvidas decorrentes do presente termo serão dirimidas no Foro e Comarca de Juara – Estado de Mato Grosso, com renuncio de qualquer outro.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 01 (duas) testemunha idônea e civilmente capaz.

Juara/MT, 08 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

Luciane Borba Azóia Bezerra

Prefeita do Município

Contratante

ADAUTO CALMON REQUENA

CNPJ: 17.890.324/0001-45

Contratado

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT

CONTRATADA: FRANCISCO FERREIRA DOS SANTOS

CNPJ: 12.202.478/0001-83

OBJETO:– "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE CRECHE MUNICIPAL NO DISTRITO PLACA DE SANTO ANTÔNIO EM JUSCIMEIRA/MT"

ASSINATURA: 18/12/2017

VIGENCIA: ATÉ 18/06/2018

VALOR GLOBAL: R$ 240.988,30 (DUZENTOS E QUARENTA MIL, NOVECENTOS E OITENTA E OITO RESIAS E TRINTA CENTAVOS)

EXTRATO ADITIVO CONTRATUAL N° 001/2017 CONTRATO Nº 010/2017

EXTRATO ADITIVO CONTRATUAL N° 001/2017 CONTRATO Nº 010/2017

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT**

CONTRATADA: IVALDO ROCHA DE FREITAS & CIA LTDA ME

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais claúsulas

ASSINATURA: 15/12/2017

VIGENCIA: 31/03/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 008/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 008/2017

CONTRATADA: A. DALCICO – ME

CNPJ: 07.959.811/0001-63

OBJETO DO CONTRATO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO, SUPORTE E MANUTENÇÃO DO SITE "HOMEPAGE" OFICIAL DO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE – MT, INCLUÍDA A ELABORAÇÃO DE NOVOS LAYOUTS E O DESENVOLVIMENTO DE NOVAS FERRAMENTAS PARA O SITE DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO, TAMBÉM A PUBLICAÇÃO DE INFORMAÇÕES NO SIC – SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO, DIVULGAÇÃO DE NOTÍCIAS E EVENTOS, LOCAÇÃO DE SISTEMA PARA GERENCIAMENTO DE OUVIDORIA ONLINE E SUPORTE TÉCNICO PARA O MESMO.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 11 (ONZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 ATÉ 30 DE NOVEMBRO DE 2018.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO NO ARTIGO 57, INCISO II DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 043/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 043/2017

TIPO: DE PRAZO E ACRÉSCIMO DE VALOR

CONTRATADA: CARLOS HENRIQUE DE LIMA THEODORO 04212340160

CNPJ: 26.857.297/0001-08

OBJETO DO CONTRATO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM CARRO DE SOM NAS DIVULGAÇÕES DE PROGRAMAS ASSISTÊNCIAIS DE INTERESSE DA POPULAÇÃO, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E DEMAIS ATOS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIO.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO REFERIDO CONTRATO POR MAIS 09 (NOVE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 ATÉ 30 DE SETEMBRO DE 2018 E O ACRÉSCIMO DE 20% SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

FUNDAMENTO: A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E O ACRÉSCIMO DE VALOR, ENCONTRAM EMBASAMENTO LEGAL RESPECTIVAMENTE NAS CLÁUSULAS, TERCEIRA E SEXTA DO REFERIDO CONTRATO, BEM COMO NOS ARTIGO 57, INCISO II E ARTIGO 65 DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO N.º 018/2016

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO N.º 018/2016

CONTRATADA: TECNESANI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME

CNPJ: 10.779.152/0001-98

OBJETO DO CONTRATO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA PARA READEQUAÇÃO DO PROJETO DO CONVÊNIO TC/PAC 0221/2007, REFERENTE A ETA NO DISTRITO SÃO JOSÉ DO PINGADOR, CONFOR-

ME SOLICITADO PELA FUNASA/MT AO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE-MT.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 9 (NOVE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 30 DE SETEMBRO DE 2017 ATÉ 30 DE JUNHO DE 2018.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NA CLÁUSULA SEGUNDA, ITEM 2.1 DO REFERIDO CONTRATO, BEM COMO NO ARTIGO 57, INCISO II DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 29 DE SETEMBRO DE 2017.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 059/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 059/2017

CONTRATADA: C. G. DE MATOS - ME

CNPJ: 11.069.769/0001-82

OBJETO DO CONTRATO: LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAL (COPIADORA/IMPRESSORA/SCANNER/FAX), COM MATERIAL DE CONSUMO INCLUSO (TONER, CILINDRO E OUTROS), COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL INCLUINDO PEÇAS DE REPOSIÇÃO E MÃO DE OBRA TÉCNICA, EXCETO PAPEL.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO NO ARTIGO 57, INCISO IV DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 028/2016

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 028/2016

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 016/2016

CONTRATADA: FASPEL CONTABILIDADE E INFORMATICA LTDA - ME

CNPJ: 14.722.241/0001-59

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENCIAMENTO DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA GESTÃO PÚBLICA, INCLUINDO A CONVERSÃO, MIGRAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO DE USUÁRIOS, CUSTOMIZAÇÃO DO BANCO DE DADOS E MANUTENÇÃO, COMPREENDIDOS NA GESTÃO EM: PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTABILIDADE, TESOURARIA, RECURSOS HUMANOS, LICITAÇÕES, COMPRAS, ALMOXARIFADO, FROTAS E COMBUSTÍVEL, PATRIMÔNIO PÚBLICO, GESTÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS OU NÃO E GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA O APLIC DO TCE/MT, LRF CIDADÃO E SICONFI, BEM COMO A LEI COMPLEMENTAR 131/2009.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NA CLÁUSULA QUINTA, PARÁGRAFO ÚNICO DO REFERIDO CONTRATO, BEM COMO NO ARTIGO 57, INCISO IV DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 042/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 042/2017

LOCADOR: FRANCISCO VIEIRA LUZ

CPF: 178.877.471-04

OBJETO DO CONTRATO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL LOCALIZADO NA AVENIDA BOA VISTA, S/Nº, MEDINDO APROXIMADAMENTE 108,70 M2, COMPOSTO POR UM SALÃO COMERCIAL MEDINDO 90 M2, QUE SERÁ DESTINADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE – MT E OUTRO (TIPO SOBRADO), MEDINDO 18,70 M2, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO DEPARTAMENTO DE TURISMO, DESPORTO, LAZER E MEIO AMBIENTE.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 09 (NOVE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 ATÉ 30 DE SETEMBRO DE 2018. E O ACRÉSCIMO DE MAIS UMA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA, ORIUNDA DO PROGRAMA PAIF, QUE SERVIRÁ COMO SEGUNDA OPÇÃO PARA O PAGAMENTO DA REFERIDA LOCAÇÃO.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NA CLÁUSULA QUARTA DO REFERIDO CONTRATO, BEM COMO NO ARTIGO 57 DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 004/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 004/2017

LOCADORA: GEISIBELL CHAVES COELHO DE ASSIS

CPF: 020.565.321-90

OBJETO DO CONTRATO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL MEDINDO 42 M², SITUADO NA RUA CABAÇAL, CENTRO - LAMBARI D'OESTE – MT, DESTINADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA OS TRABALHOS DA EQUIPE DO CONSELHO TUTELAR.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NA CLÁUSULA QUARTA DO REFERIDO CONTRATO, BEM COMO NO ARTIGO 57 LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 007/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 007/2017

LOCADOR: AGRIMAL DOS SANTOS COELHO

CPF: 488.676.831-87

OBJETO DO CONTRATO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL MEDINDO 56 M², SITUADO NA RUA SEPOTUBA, CENTRO - LAMBARI D'OESTE – MT, DESTINADO ÀS FAMÍLIAS MUNICIPAIS ENLUTADAS, NA REALIZAÇÃO DE VELÓRIOS DE ENTES FALECIDOS.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 11 (ONZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 ATÉ 30 DE NOVEMBRO DE 2018.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NA CLÁUSULA QUARTA DO REFERIDO CONTRATO, BEM COMO NO ARTIGO 57 DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO N.º 036/2017

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO N.º 036/2017

LICITAÇÃO: CARTA CONVITE N.º 004/2017

CONTRATADA: WELLINGTON RAIMUNDO DOS SANTOS – ME

CNPJ: 71.358.766/0001-90

OBJETO DO CONTRATO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO PATRIMONIAL COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO DE BENS, INVENTÁRIO, ETIQUETAÇÃO, CADASTRAMENTO, DENTRE OUTROS SERVIÇOS CORRELATOS E NECESSÁRIOS A PLENA ORGANIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE BENS DO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE/MT.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO POR MAIS 3 (TRÊS) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 16 DE DEZEMBRO DE 2017 ATÉ 16 DE MARÇO DE 2018.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NO ARTIGO 57, INCISO II DA LEI FEDERAL N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 030/2016

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 030/2016

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2016

CONTRATADA: W P CONSTRUTORA LTDA – ME

CNPJ: 12.648.863/0001-59

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA CONSTRUÇÃO DA ILUMINAÇÃO DO CONTEIRO CENTRAL DA AVENIDA BOA VISTA, CONFORME ANEXO DO EDITAL E CONVÊNIO 050/2013, SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES – SECID, MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE – MT.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 4 (QUATRO) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 ATÉ 30 DE ABRIL DE 2018.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NA CLÁUSULA SÉTIMA, SUBITENS 7.1.1 E 7.1.2 DO REFERIDO CONTRATO, BEM COMO NO ARTIGO 57, INCISO II DA LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO N.º 051/2017

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO N.º 051/2017

LICITAÇÃO: CARTA CONVITE N.º 005/2017

CONTRATADA: M. MARAIZA TOSTA – EPP

CNPJ: 26.917.241/0001-93

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE OBRA DE ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE LAMBARI D'OESTE - MT: LUIZ CARLOS ALVES DA CRUZ, FERNÃO DIAS PAES E ESCOLA EXPEDITO BARBOSA.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS POR MAIS 4 (QUATRO) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 ATÉ 30 DE ABRIL DE 2018.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NA CLÁUSULA TERCEIRA DO REFERIDO CONTRATO, BEM COMO NO ARTIGO 57, INCISO II DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGAO PRESENCIAL Nº 037/2017

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGAO PRESENCIAL Nº 037/2017

A pregoeira oficial regida pela portaria 020/2017 em uso de suas atribuições legais torna público, para conhecimento dos interessados, que a licitação "PREGAO PRESENCIAL" nº 037/2017 cujo certame se deu as

09:30hs do dia 12 de dezembro de 2017 tendo como objeto "**Futura e eventual Aquisição de medicamentos, materiais de consumo hospitalar e equipamentos para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde do município de Lambari D'Oeste – MT**." conforme anexo do edital, sagrou se vencedora a FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELLI -ME, CNPJ 03.250.803/0001-92 localizada na Rua Professor Joao Felix, Nº 635, sala 07 , Cuiabá -MT vencedora dos itens do (01;02;03;04;05;06;07;08;09;10;11;12;13;14;15;17;18;19;20;21,22;23;24;25;26;27;28;29;30;31;32;33;34;35;36;37;44;45;46;47;48;49;50;51;52;53;54;55;56;57;58;59;60;61;62;63;64;65;66;67;68;69;70;71;72;73;74;75;76;78;79;80;81;82;83;84;85;86;87;88;89;90;91;92;93;94;95;96;97;98;99;100;101;102;103;104;105;106;107;108;109;110;111;112;113;115;116;117;118;119;120;121;122;123;124;125;126;127;128;129;130;131;132;133;134;135;136;137;138;139;140;141;142;143;144;145;146;147;148;149;150;151;152;153;154;155;156;157;158;159;160;161;162;163;164;165;166;167;168;169;170;171;172;173;174;175;176;177;178;179;180;181;182;183;184;185;186;187;188;189;190;191;192;193;194;195;196;197;198;199;200;201;202;205;223;224;225;226;229;249;250;260;261;275;279;280;283;284;286;289;290;292;293;318;319;321;322;323;324;329;330;331;332;333;334;343;344;346;347;350;351;352;353) em um valor total de R$ 1.107.573,77 (um milhão cento e sete mil quinhentos e setenta e três reais e setenta e sete centavos), e empresa DENTAL MIX COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS CNPJ 14.890.803/0001-73 localizada Av Rua coronel faria Nº 165, centro Cáceres –MT sagrou se vencedora dos itens (38;39;40;41;42;43;77;203;204;206;207;208;209;210;211;212;213;214;215;216;217;218;219;220;221;222;227;228;230;231;232;233;234;235;236;237;238;239;240;241;242;243;244;245;246;248;251;252;253;254;255;256;257;258;259;262;263;264;265;266;267;268;269;270;271;272;273;274;276;277;278;281;282;285;287;288;294;295;296;297;298;299;300;301;302;303;304;305;306;307;308;309;310;311;313;314;315;316;317;320;325;326;327;328;335;336;337;338;339;340;341;342;345;348;349;) em um total de R$ 275.288,10 (duzentos e setenta e cinco mil duzentos e oitenta e oito reais e dez centavos) e neste certame os itens 16 e 312 foram fracassados.

Lambari D'Oeste - MT, 19 de dezembro de 2017.

RIVONETE COELHO DA SILVA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2017

A Prefeitura Municipal de Marcelândia/MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 047/2017, cujo objeto é Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Ração para Alimentação dos Peixes do Parque dos Buritis e Parque do Beija-Flor, localizados no Município de Marcelândia/MT. Sagrou-se vencedora a empresa:

EMPRESA	ITENS	VLR. TOTAL
DMI COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE VARIEDADES EIRELI – EPP	01,02,03 e 04	R$ 64. 497,50

Marcelândia/MT, em 18 de Dezembro de 2017

GRAZIELA RUBIO PERIUS

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
LEI Nº 1028, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro para a Associação Matupaense de Atenção Integral ao Idoso, e dá outras providências".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito do Município de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro de R$ 90.000,00 (noventa mil reais) para a Associação Matupaense de Atenção Integral ao Idoso, inscrita no CNPJ sob nº 28.382.889/0001-38, destinados à construção de uma casa de abrigo aos idosos em situação de risco na cidade de Matupá.

Parágrafo único. A Associação Matupaense de Atenção Integral ao Idoso tem o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da realização do repasse financeiro para realizar a construção e efetuar a prestação de contas da efetiva aplicação do recurso à Administração Municipal, acompanhada dos documentos fiscais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
LEI COMPLEMENTAR Nº 136, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Institui a Cobrança de Taxa de Serviços sobre atividades de Licenciamento e Fiscalização Ambiental no âmbito do Município de Matupá/MT, e dá outras providências".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1°Fica a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, autorizada a cobrar pelos serviços de análise, inspeção e vistoria, para fins de licenciamento, dos estabelecimentos e atividades que utilizem recursos ambientais, observados os parâmetros definidos nos anexos I a VII desta Lei.

Parágrafo único.A arrecadação advinda dos serviços cobrados por esta lei constituirá receita do Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA, que reverter-se-á em ações, programas, projetos, atividades e equipamentos necessários à execução da Política Municipal do Meio Ambiente.

Art. 2°É sujeito passivo de recolhimento desta taxa todo aquele que exerça as atividades constantes do anexo único da Resolução CONSEMA nº 85/2014 ou outra que sucedê-la.

Art. 3°A taxa é devida por atividade licenciável pelo município no ato de protocolo do devido processo administrativo de licenciamento ambiental municipal e os seus valores são os fixados nos Anexos II, III e V desta Lei, sendo que o anexo V é especifico para atividades Agrossilvipastoril.

Art. 4ºA Secretaria Municipal de Meio Ambiente estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença ambiental, observado o cronograma apresentado pelo empreendedor e os seguintes limites:

I – Licença Prévia: mínimo de 3 (três) anos e máximo de 4 (quatro) anos;

II – Licença de Instalação: mínimo de 3 (três) anos e máximo de 5 (cinco) anos;

III – Licença de Operação: mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

IV – Licença de Operação Provisória: máximo de 3 (três) anos.

Art. 5ºFica isenta do pagamento de licenciamento ambiental a implantação de obras públicas municipais e unidades de saúde da rede pública ou filantrópicas.

Art. 6ºFica assegurado o desconto de 30% (trinta por cento) sobre as taxas de renovação de licença de operação dos empreendimentos que atenda, a pelo menos, um dos itens abaixo:

1) utilizem resíduos para reciclagem;

2) utilizem resíduos para geração de energia;

3) reaproveitem a água utilizada;

4) disponham de certificação por órgão credenciado em qualidade ambiental, nos termos do regulamento;

5) implementem plano de gerenciamento de resíduos sólidos;

6) sejam de responsabilidade direta de Prefeituras, órgãos do Governo Estadual, órgãos do Governo Federal, Organização não Governamental - ONG e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

§ 1ºOs descontos não serão cumulativos.

§ 2ºA comprovação da existência dos itens de que trata o *caput* será feitas na ocasião das vistorias.

§ 3ºO empreendedor é responsável pela manutenção do item pelo qual recebeu o benefício no decorrer do funcionamento de sua atividade, a constatação do não funcionamento de qualquer dos itens pelo qual foi beneficiado ensejará emissão compulsória de boleto com os valores referentes ao benefício sem prejuízo das sanções penais e administrativas pelo fornecimento de informações não comprováveis.

Art. 7ºFica assegurado o desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre a taxa de renovação de Licença Prévia - LP e de Licença de Instalação – LI quando o requerimento de renovação for realizado no mínimo 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento da licença em vigor.

Parágrafo único. Nas hipóteses em que o prazo de validade da Licença de Operação - LO seja superior a 03 (três) anos, o empreendedor deverá recolher, anualmente, 10% (dez por cento) do valor em UPF/MT da referida licença, a título de pagamento pelos serviços de fiscalização e monitoramento.

Art. 8ºFica a Secretaria Municipal de Meio Ambiente autorizada a cobrar pelo ingresso, uso do espaço físico e utilização de imagens de unidades de conservação e jardins zoobotânicos, sendo a importância arrecadada revertida para a manutenção das respectivas áreas, nos seguintes termos:

I - ingresso: até 8% (oito por cento) de 1 (uma) UPF/MT;

II - uso do espaço físico: de 8 a 120 UPF/MT;

III - utilização de imagens: de 8 a 65 UPF/MT.

Art. 9ºEsta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

ANEXO I

PARÂMETROS PARA CLASSIFICAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS SEGUNDO O PORTE

(CLASSIFICAÇÃO GENÉRICA)

Porte do Empreendimento	Parâmetros de Avaliação			
	Área Construída (m²)	Investimento Total (em UPF/MT)	Número de Empregados	Transportadoras (Número de veículos)
Mínimo	Até 500 e pequenos produtores	Até 1.000	Até 10	1 a 3
Pequeno	De 501 a 2.000	De 1.001 até 4.750	De 11 a 30	4 a 10
Médio	De 2.001 a 10.000	De 4.751 até 18.975	De 31 a 200	11 a 50
Grande	De 10.001 a 40.000	De 18.976 até 47.435	De 201 a 1.000	De 51 a 100
Excepcional	Acima de 40.001	Acima de 47.435	Acima de 1.000	Acima de 100

* O empreendimento será classificado em função do parâmetro de avaliação que estabeleça o maior porte.

ANEXO II

PREÇO PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇA (UPF/MT)

(CLASSIFICAÇÃO GENÉRICA)

Porte do Empreendimento	**Mínimo**			**Pequeno**			**Médio**			**Grande**			**Excepcional**		
Nível de Poluição e/ou Degradação	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A

Licença Prévia (LP)	1	2	4	6	12	23	34	50	80	102	113	144	164	204	258
Licença de Instalação (LI)	7	9	10	19	32	54	76	106	168	213	234	295	336	415	525
Licença de Operação (LO) e Licença de Operação Provisória (LOP)	4	6	7	10	16	27	38	54	84	106	117	148	168	208	262

* Legenda: B = baixo, M = Médio e A = Alto.

* Para efeitos desta lei, os Anexos I e II serão aplicados aos empreendimentos que não constam das classificações específicas, definidas nos Anexos III e VII.

ANEXO III

CLASSIFICAÇÕES ESPECÍFICAS

Deverão ser aplicadas as seguintes fórmulas para o cálculo do valor da prestação de serviços de licenciamento e autorizações, independente do potencial poluidor, para atividades classificadas como:

a) Extração de Minerais;

b) Obras Civis e Infraestrutura;

a) Extração de Minerais:

a.1 - Jazidas de empréstimo para obras civis públicas. O cálculo do preço para análise do pedido de licenças, em cada uma de suas fases, será feito de acordo com a área requerida (DNPM). O preço da licença será calculado pela seguinte fórmula:

Pr (UPF) = 0,8 x {25,0 + (0,5 x Areq)}

* Pr = preço das licenças em UPF/MT;
* Areq = área utilizada pela exploração.

b) Obras Civis e Infraestrutura:

b.1 – Condomínios residenciais e comerciais, e conjuntos habitacionais.

Pr (UPF) = 0,8 x {30,0 + (At + Nº unid)/3}

* Pr = preço das licenças em UPF/MT;
* At = área total do terreno em hectare;
* Nº unid = número de unidades (apartamentos, salas comerciais ou casas).

b.2 - Loteamentos para fins residenciais, comerciais, rurais e sítios de lazer.

Pr = 0,8 x {24,0 + (0,5 x At)}

* Pr = preço das licenças em UPF/MT;
* At = área total a ser loteada em hectare.

b.3 – Construção, restauração e manutenção de estradas municipais e drenagem de águas pluviais:

Pr (UPF) = 0,8 x (30,0 + Ex + Adesm)

* Pr = preço das licenças em UPF/MT;
* Ex = extensão (km);
* Adesm = área a ser desmatada (hectare).

b.4 - Canalização de cursos d'água em área urbana.

Pr (UPF) = 0,8 x (30,0 + Ex)

* Pr = preço das licenças em UPF/MT;
* Ex = extensão em (km).

REGRA GERAL

Para efeito de cálculo das licenças, multiplica-se ao valor calculado pelo o fator de correção de 1,0 para Licença Prévia - LP, de 1,50 para Licença de Instalação - LI e de 1,25 para Licença de Operação – LO e Licença de Operação Provisória – LOP.

ANEXO IV

Classificação de Atividades Agrossilvipastoril

1 - Os empreendimentos e atividades agrossilvipastoril, modificadoras do meio ambiente são enquadradas em seis classesque conjugam o porte e o potencial poluidor ou degradador do meio ambiente (1, 2, 3, 4, 5 e 6), conforme a Tabela A-1 abaixo:

		Potencial poluidor/degradador		
		B	M	A
Porte do Empreendimento	P	1	1	3
	M	2	3	5
	G	4	5	6

Tabela A-1: Determinação da classe do empreendimento a partir do potencial poluidor da atividade e do porte.

2 - O potencial poluidor/degradador da atividade é considerado baixo (B), médio (M) ou alto (A), em função das características intrínsecas da atividade, conforme a listagem do Anexo Único da Resolução CONSEMA nº 85/2014, ou outra que vier a substituí-la.

3 - O porte da atividade, por sua vez, é considerado pequeno (P), médio (M) ou Grande (G), conforme os limites fixados na listagem Agrossilvipastoril do ANEXO VI.

4 – Para a atividade Agrossilvipastoril que não tiver sido relacionada no Anexo VI, para fins da definição de porte e preço das licenças ambientais, deverá ser enquadrada conforme critérios definidos nos Anexos I e II.

ANEXO V

PREÇO PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇA DE ATIVIDADE AGROSSILVIPASTORIL (UPF/MT)

TIPO/CLASSE	1	2	3	4	5	6
LICENÇA PRÉVIA - LP	17	19	32	42	59	101
LICENÇA INSTALAÇÃO - LI	14	15	26	33	45	74
LICENÇA OPERAÇÃO - LO	15	17	29	36	50	89

ANEXO VI

PORTE DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS

1 – Cultivo de mudas em viveiros florestais.

Porte:

Número de mudas < 3.000.000 mudas/ano: Pequeno

3.000.000 < Número de mudas < 5.000.000 mudas/ano: Médio

Número de mudas > 5.000.000 mudas/ano: Grande

2 – Criação de aves para corte (regime de confinamento).

Porte:

Número de cabeças < 50.000 cabeças: Pequeno

50.000 < Número de cabeças < 100.000 cabeça: Médio

Número de cabeças > 100.000 cabeças: Grande

3 – Granja para produção de ovos (regime de confinamento).

Porte:

Número de matrizes < 50.000 matrizes: Pequeno

50.000 < Número de matrizes< 100.000 matrizes: Médio

Número de matrizes > 100.000 matrizes: Grande

4 – Incubatório de aves (regime de confinamento).

Porte:

Capacidade Mensal de Incubação < 1.500.000: Pequeno

1.500.000 < Capacidade Mensal de Incubação < 3.000.000: Médio

Capacidade Mensal de Incubação > 3.000.000: Grande

5 – Suinocultura - ciclo completo (regime de confinamento).

Porte:

Número de matrizes < 200: Pequeno

200 < Número de matrizes < 600 matrizes: Médio

Número de matrizes > 600: Grande

6 - Suinocultura – terminação (regime de confinamento).

Porte:

Número de cabeças < 200 : Pequeno

200 < Número de cabeças < 600 cabeças : Médio

Número de cabeças > 600 : Grande

7 - Suinocultura - unidade de produção de leitões (regime de confinamento).

Porte:

Número de matrizes < 200: Pequeno

200 < Número de matrizes < 600 matrizes: Médio

Número de matrizes > 600: Grande

8 - Criação de eqüinos, muares, ovinos, caprinos, bovinos e búfalos (regime de confinamento)

Porte:

Número de cabeças < 1.000 : Pequeno

1.000 < Número de cabeças < 2.000 cabeças : Médio

Número de cabeças > 2.000 : Grande

9 - Piscicultura e/ou unidade de pesca esportiva tipo pesquepague.

Porte:

Área Inundada < 5,0 ha: Pequeno

5,0ha < Área Inundada < 50,0 ha: Médio

Área Inundada > 50,0 ha: Grande

10 – Piscicultura em tanque rede.

Porte:

Volume Útil < 1.000m³: Pequeno

1.000 < Volume Útil < 5.000m³: Médio

Volume Útil > 5.000m³: Grande

11 – Atividade de Silvicultura.

Porte:

Área útil < 500 ha: Pequeno

500 < área útil < 1.500 ha: Médio

Área útil > 1.500 ha: Grande

12 – Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, descascamento ou classificação.

Porte:

Produção Nominal < 5.000 t/mês: Pequeno

5.000 < Produção Nominal < 50.000 t/mês: Médio

Produção Nominal > 50.000 t/mês: Grande

13 - Armazenagem de grãos ou sementes.

Porte:

Capacidade de Armazenagem < 150.000 t: Pequeno

150.000 < Capacidade de Armazenagem < 200.000 t: Médio

Capacidade de Armazenagem > 200.000 t: Grande

14 – Reservatórios artificiais para múltiplos usos (menos para piscicultura) fora de APP.

Porte:

Área Inundada < 50 ha: Pequeno

50 < Área Inundada < 500 ha : Médio

Área Inundada > 500 ha : Grande

15 - Comércio e/ou armazenamento de produtos agrotóxicos, veterinários e afins.

Porte:

Área útil < 1.000 m² : Pequeno

1.000 < Área útil < 10.000 m²: Médio

Área útil >10.000 m²: Grande

ANEXO VII

EMISSÃO DE CERTIDÕES E 2º VIA DE DOCUMENTOS

- Emissão de certidões diversas, inclusive de uso e ocupação do solo = 1,0 UPF/MT.

- Declaração de dispensa de licenciamento = 1,0 UPF/MT.

- Alteração Cadastral = 1,00 UPF/MT.

- Expedição de segunda via de licenças = 1,0 UPF/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE ANULAÇÃO PARCIAL DE SALDO DE

EMPENHO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 076/2017

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **TAPEÇARIA DOIS IRMÃOS LTDA – ME**

OBJETO: **"PREGÃO PRESENCIAL PARA SERVIÇOS DE TAPEÇARIA (CONFECÇÃO DE ASSENTOS E ENCOSTOS PARA BANCOS DE VEICULOS) EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA FROTA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO"** de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 048/2017 do respectivo **Pregão Presencial nº 055/2017.**

Objetivo: Anular **Nota de Empenho nº 06852/2017 de 01/08/2017, no** valor de **R$ 4.050,00 (Quatro mil e cinquenta reais) e a Nota de Empenho nº 06851/2017 de 01/08/2017**, no valor de **R$ 300,00 (Trezentos reais).**

Assinatura: 18/12/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO N º 2553 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

"Dispõe sobre classificação de serviços de natureza continuada do âmbito municipal, diante da lacuna existente".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando a lacuna legislativa, acerca da caracterização de serviços continuados, bem como a grande celeuma existente entre doutrinadores;

Considerando a necessidade de conceituar tais serviços para que se possa ter uma maior segurança jurídica, quando da contratação ou prorrogação de contratos com base no artigo 57, inciso II, da Lei Nº 8666/93.

DECRETA

Art. 1º - No âmbito da Administração Municipal, fica decretado como serviço de natureza contínua as Locação de imóvel; locação de equipamentos de sonorização para realização de diversos eventos e reuniões; assessoria técnica nas áreas contábil, financeira, patrimonial e gestão; assessoria e consultoria administrativa e parlamentar; serviços de acompanhamento de convênios e contratos do município de Matupá-MT, junto aos diversos ministérios, secretarias, fundações, autarquias e instituições financeiras públicas e demais órgãos públicos federais em Brasília-DF; agência de publicidade e propaganda para serviços de criação, veiculação; serviço de publicidade; publicações; segurança e monitoramento; internet banda larga; limpeza, manutenção, instalação, reparos e recarga de gás dos ar condicionado; locação de máquinas copiadoras Reprográficas, digitalizadoras e impressoras; manutenção, instalação e configuração de computadores, roteadores e periféricos; recolhimento e destinação final de lixo urbano e hospitalar; telecomunicações; programa de pesquisa de preços; fornecimento de licenciamento de software de sistema integrado de gestão pública; serviços de manutenções, consertos e instalações elétricas e iluminação pública; manutenção de equipamentos hospitalares; serviços médicos;

Art. 2º - Os contratos de que trata este decreto, que tenham por objeto a prestação de serviços executados de forma continuada, poderão, desde que previsto no Edital, admitir repactuação visando a adequação aos novos preços de mercado, observados o interregno mínimo de um ano e a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificados.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO Nº 115/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***VANUZA BRITO DA SILVA*****,** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 157/2016, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1397 de 21 de dezembro de 2016.

Pelo presente instrumento, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pela Prefeita Interina Sra. **MARINEZ DE CAMPOS**, portador do RG 529.908 SSP/MT e CPF 474.656.891-04, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra. ***VANUZA BRITO DA SILVA*****,** brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta Cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portadora do RG 2234234-6 SSP/MT e CPF 038.316.791-42, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 115/2017, contratada para o cargo de **MERENDEIRA** conforme parecer jurídico Nº 270/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 17 de abril de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***08/08/2018*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 115/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 15 de dezembro de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS EVA ALVES DO NASCIMENTO

Prefeita Interina Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura

VANUZA BRITO DA SILVA

Contratada

Testemunhas:

_____ _____

Alcilena C. Queiroz Botelho RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 375911 SSP/MT RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF 303.820.681-49 CPF: 024.713.901-70

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 542 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

EXONERA ASSESSOR JURIDICO DO SAEMI-SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE/MT.

A Prefeita Interina do Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições e, de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Complementar nº 045 de 07 de dezembro de 2005, resolve baixar a seguinte:

P O R T A R I A

Artigo 1º- Fica exonerado a partir do dia 31/12/2017, o Sr. JEFERSON SANTANA DA SILVA, do cargo de Assessor Jurídico - DAS 4 do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D' Oeste-MT, constante do Anexo I da Lei Complementar nº 045/2005, nomeado para o cargo através da Portaria nº 018/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Interina do município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 15 de dezembro de 2017.

Marinez de Campos

Prefeita Interina

PORTARIA Nº 543 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

EXONERA DIRETOR GERAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D´OESTE-MT-SAEMI.

A Prefeita Interina do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, em conformidade com o artigo 15 da LC 045/2005, resolve baixar a seguinte:

P O R T A R I A

Artigo 1º- Fica exonerado à partir do dia 31/12/2017, o Sr. VALTER CESAR COUTINHO, do cargo de Diretor Geral do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D' Oeste-MT SAEMI, constante do Anexo I da LC 045/2005, nomeado para o cargo através da Portaria nº 522/2016.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Interina do município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 15 de dezembro de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS

Prefeita Interina

PORTARIA Nº 544 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

EXONERA DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE PREFEITO SAMUEL GREVE.

MARINEZ DE CAMPOS, Prefeita Interina do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal e, Lei Complementar nº 127 de 04 de fevereiro de 2013,

R E S O L V E

Artigo 1º - Exonerar à partir do dia 31/12/2017, o Sr. **HECTOR ALVARES BEZERRA**, do cargo de **Diretor Presidente da Diretoria Executiva da Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve**, nomeado para o cargo através da Portaria nº 001/2017.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Interina do município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 15 de dezembro de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS

Prefeita Interina

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 33/2017, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O/A SR (A) EDVALDO LINO DA SILVA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº. 03.424.272/0001-07, com sede à Rua J, s/nº, Jardim Paraná, nesta cidade de Nobres, neste ato representado pelo Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres-MT, portador da Cédula de Identidade n. º 740239 SSP/PR e CPF N.º 159.026.509-25, denominado simplesmente **CONTRATANTE** e o/a Sr (a) **EDVALDO LINO DA SILVA**, Brasileiro (a), portador (a) do **RG n° 865 617 SSP/MT,** e do CPF n° **535.161.171-68,** doravante denominado de CONTRATADO.

Nesta data, entre as partes contratantes acima qualificadas, ficou ajustado o aditamento ao contrato firmado entre as partes acima qualificadas em **23/12/2017** mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - PRAZO E VALIDADE

1.1 – Fica estabelecido a prorrogação do prazo do contrato original por mais 11 (Onze) meses e 25(vinte e cinco) dias, valido a partir do dia **23/12/2017 a 18/12/2018.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – As demais Clausulas do Contrato original permanecem inalteradas

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Nobres, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

3.2 - E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nobres - MT, 23 de dezembro de 2017.

LEOCIR HANEL

EDVALDO LINO DA SILVA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N°. 078/2017

DECRETO N°. 078/2017

"*Dispõe sobre Recesso aos Servidores Públicos e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **LEOCIR HANEL**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei: **DECRETA:**

Art. 1º. Fica decretado **RECESSO** aos Servidores Públicos Municipais, no período de **20 de dezembro de 2017 a 09 de janeiro de 2018**, exceto as Secretarias Municipais de Saúde, Infraestrutura, Finanças e Fiscalização.

§1º. Nas Secretarias Municipais de Saúde, Infraestrutura, Finanças e **Fiscalização** o expediente será normal no período mencionado no *caput,* em virtude de suas atividades serem consideradas essenciais, não podendo, portanto, serem suspensas.

§2º. Os setores que entrarão em recesso retornarão a suas atividades normais a partir do dia 10 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 11 de Dezembro de 2017.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

CÂMARA MUNICIPAL DE NOBRES/DPTO INFORMÁTICA
EXTRATO DO 4º (QUARTO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 009 / 2014:

Contratante = Câmara Municipal de Nobres

Presidente Responsável = Adelian Pereira Messias da Silva

Empresa Contratada = Ágili Softwares Brasil Ltda.

Responsável pela Empresa = José Carlos Urias

Valor Mensal dos Serviços = R$ 1.882,00

Montante para o Exercício de 2018 = R$ 22.584,00

Data de Assinatura do Termo Aditivo = 15 de Dezembro de 2017

Vigência = 01/01/2018 á 31/12/2018

Nobres – MT, 15 de Dezembro de 2017.

ASSINARAM:

Câmara Municipal de Nobres

Adelian Pereira Messias da Silva – Presidente

Ágili Softwares Brasil Ltda.

José Carlos Urias = Sócio Proprietário

Testemunhas:

_____

Nome: Fábio Luis Uriarte

CPF: 496.565.541-91

_____

Nome: José Pereira de Sousa

CPF: 218.505.263-20

Jonas Mendes Barravieira

Assessor Jurídico

OAB / MT - Nº 13.116

Ivane de Almeida Lara

Fiscal de Contratos e Licitações

CPF: 002.907.361-88

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 02/2017, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O/A SR (A) SANDRA APARECIDA HUGNEY NONATO.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº. 03.424.272/0001-07, com sede à Rua J, s/nº, Jardim Paraná, nesta cidade de Nobres, neste ato representado pelo Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres-MT, portador da Cédula de Identidade n. º 740239 SSP/PR e CPF N.º 159.026.509-25, denominado simplesmente **CONTRATANTE** e o/a Sr (a) **SANDRA APARECIDA HUGNEY NONATO**, Brasileiro (a), portador (a) do RG n° **955 595 SSP/MT,** e do CPF n° **593. 207.101-04,** doravante denominado de CONTRATADO.

Nesta data, entre as partes contratantes acima qualificadas, ficou ajustado o aditamento ao contrato firmado entre as partes acima qualificadas em **23/12/2017** mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - PRAZO E VALIDADE

1.1 – Fica estabelecido a prorrogação do prazo do contrato original por mais 11 (Onze) meses e 25(vinte e cinco) dias, valido a partir do dia **23/12/ 2017 a 18/12/2018.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – As demais Clausulas do Contrato original permanecem inalteradas

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Nobres, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

3.2 - E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nobres - MT, 23 de dezembro de 2017.

LEOCIR HANEL

SANDRA APARECIDA HUGNEY NONATO

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 13/2017, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O/A SR (A) LETICIA APARECIDA LOPES OLIVEIRA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº. 03.424.272/0001-07, com sede à Rua J, s/nº, Jardim Paraná, nesta cidade de Nobres, neste ato representado pelo Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres-MT, portador da Cédula de Identidade n. º 740239 SSP/PR e CPF N.º 159.026.509-25, denominado simplesmente **CONTRATANTE** e o/a Sr (a) **LETICIA APARECIDA LOPES OLIVEIRA**, Brasileiro (a), portador (a) do RG n° **000.911.842 SEDSC/RO,** e do CPF n° **950.164.572-04,** doravante denominado de CONTRATADO.

Nesta data, entre as partes contratantes acima qualificadas, ficou ajustado o aditamento ao contrato firmado entre as partes acima qualificadas em **23/12/2017** mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - PRAZO E VALIDADE

1.1 – Fica estabelecido a prorrogação do prazo do contrato original por mais 11 (Onze) meses e 25(vinte e cinco) dias, valido a partir do dia **23/12/ 2017 a 18/12/2018.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – As demais Clausulas do Contrato original permanecem inalteradas

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Nobres, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

3.2 - E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nobres - MT, 23 de dezembro de 2017.

LEOCIR HANEL

LETICIA APARECIDA LOPES OLIVEIRA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 77/2017, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O/A SR (A) FRANCIELI FERREIRA MALAQUIAS FALCAO.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº. 03.424.272/0001-07, com sede à Rua J, s/nº, Jardim Paraná, nesta cidade de Nobres, neste ato representado pelo Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres-MT, portador da Cédula de Identidade n.º 740239 SSP/PR e CPF N.º 159.026.509-25, denominado simplesmente **CONTRATANTE** e o/a Sr (a) **FRANCIELI FERREIRA MALAQUIAS FALCAO**, Brasileiro (a), portador (a) do RG n° **42.506.813-4 SSP/SP,** e do CPF n° **341.607.898.54,** doravante denominado de CONTRATADO.

Nesta data, entre as partes contratantes acima qualificadas, ficou ajustado o aditamento ao contrato firmado entre as partes acima qualificadas em **23/12/2017** mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - PRAZO E VALIDADE

1.1 – Fica estabelecido a prorrogação do prazo do contrato original por mais 11 (Onze) meses e 25(vinte e cinco) dias, valido a partir do dia **23/12/2017 a 18/12/2018.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – As demais Clausulas do Contrato original permanecem inalteradas

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Nobres, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

3.2 - E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nobres - MT, 23 de dezembro de 2017.

LEOCIR HANEL

FRANCIELI FERREIRA MALAQUIAS FALCAO

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 03/2017, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O/A SR (A) ELIES BORGES DE PAULA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº. 03.424.272/0001-07, com sede à Rua J, s/nº, Jardim Paraná, nesta cidade de Nobres, neste ato representado pelo Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres-MT, portador da Cédula de Identidade n.º 740239 SSP/PR e CPF N.º 159.026.509-25, denominado simplesmente **CONTRATANTE** e o/a Sr(a) **ELIES BORGES DE PAULA** , Brasileiro(a), portador (a) do RG n° **1.533.619-0 SSP/MT,** e do CPF n° **943.055.871-49,** doravante denominado de CONTRATADO.

Nesta data, entre as partes contratantes acima qualificadas, ficou ajustado o aditamento ao contrato firmado entre as partes acima qualificadas em **23/12/2017** mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - PRAZO E VALIDADE

1.1 – Fica estabelecido a prorrogação do prazo do contrato original por mais 11 (Onze) meses e 25(vinte e cinco) dias, valido a partir do dia **23/12/2017 a 18/12/2018.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – As demais Clausulas do Contrato original permanecem inalteradas

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Nobres, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

3.2 - E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nobres - MT, 23 de dezembro de 2017.

LEOCIR HANEL ELIES BORGES DE PAULA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:

_____

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ANULAÇÃO PUBLICAÇÃO

AVISO DE ANULAÇÃO PUBLICAÇÃO

A prefeitura municipal de Nobres-MT, através da Secretaria de Administração, Planejamento e Gestão setor de Legislação e Normas , torna público aos interessados a ANULAÇÃO DA PUBLICAÇÃO da Portaria n.º 474/2017, no Jornal AMM, ANO XII, N° 2.877, Pág. 161, de 18 de Dezembro de 2017,• Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Dulcelina Maria de Almeida

Coord. De Legislação e Normas

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ANULAÇÃO PUBLICAÇÃO

AVISO DE ANULAÇÃO PUBLICAÇÃO

A prefeitura municipal de Nobres-MT, através da Secretaria de Administração, Planejamento e Gestão setor de Legislação e Normas , torna público aos interessados a ANULAÇÃO DA PUBLICAÇÃO da Portaria n.º 475/

2017, no Jornal AMM, ANO XII, N° 2.877, Pág. 160, de 18 de Dezembro de 2017,• Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Dulcelina Maria de Almeida

Coord. De Legislação e Normas

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 05/2017, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O/A SR (A) OZELIA SANTINA DA SILVA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº. 03.424.272/0001-07, com sede à Rua J, s/nº, Jardim Paraná, nesta cidade de Nobres, neste ato representado pelo Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres-MT, portador da Cédula de Identidade n. º 740239 SSP/PR e CPF N.º 159.026.509-25, denominado simplesmente **CONTRATANTE** e o/a Sr (a) **OZELIA SANTINA DA SILVA**, Brasileiro (a), portador (a) do RG n° **22083693 SSP/MT,** e do CPF n° **060.457.491.62,** doravante denominado de CONTRATADO.

Nesta data, entre as partes contratantes acima qualificadas, ficou ajustado o aditamento ao contrato firmado entre as partes acima qualificadas em **31/12/2017** mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - PRAZO E VALIDADE

1.1 – Fica estabelecido a prorrogação do prazo do contrato original por mais 01(um) mês, valido a partir do dia **01/01/2018 a 31/01//2018.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – As demais Clausulas do Contrato original permanecem inalteradas

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Nobres, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

3.2 - E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nobres - MT, 31 de dezembro de 2017.

LEOCIR HANEL

OZELIA SANTINA DA SILVA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 04/2017, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O/A SR (A) THAMARA KAROLINE FELIX DE ANDRADE.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº. 03.424.272/0001-07, com sede à Rua J, s/nº, Jardim Paraná, nesta cidade de Nobres, neste ato representado pelo Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres-MT, portador da Cédula de Identidade n. º 740239 SSP/PR e CPF N.º 159.026.509-25, denominado simplesmente **CONTRATANTE** e o/a Sr (a) **THAMARA KAROLINE FELIX DE ANDRADE**, Brasileiro (a), portador (a) do RG n° **22083693 SSP/MT,** e do CPF n° **060.457.491.62,** doravante denominado de CONTRATADO.

Nesta data, entre as partes contratantes acima qualificadas, ficou ajustado o aditamento ao contrato firmado entre as partes acima qualificadas em **23/12/2017** mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - PRAZO E VALIDADE

1.1 – Fica estabelecido a prorrogação do prazo do contrato original por mais 1 (um) mês e 08 (oito) dias, valido a partir do dia **23/12/2017 a 31/01//2018.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – As demais Clausulas do Contrato original permanecem inalteradas

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Nobres, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

3.2 - E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nobres - MT, 23 de dezembro de 2018.

LEOCIR HANEL

THAMARA KAROLINE FELIX DE ANDRADE

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura: _____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 043/2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O/A SR (A) EDINEIA SANTOS DA COSTA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº. 03.424.272/0001-07, com sede à Rua J, s/nº, Jardim Paraná, nesta cidade de Nobres, neste ato representado pelo Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres-MT, portador da Cédula de Identidade n. º 740239 SSP/PR e CPF N.º 159.026.509-25, denominado simplesmente **CONTRATANTE** e o/a Sr (a) **EDINEIA SANTOS DA COSTA**, Brasileiro (a), portador (a) do RG n° **1.029.083-4 SJ/MT,** e do CPF n° **776.951.511.49,** doravante denominado de CONTRATADO.

Nesta data, entre as partes contratantes acima qualificadas, ficou ajustado o aditamento ao contrato firmado entre as partes acima qualificadas em **22/12/2017** mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - PRAZO E VALIDADE

1.1 – Fica estabelecido a prorrogação do prazo do contrato original por mais 1 (um) mês e 09 (nove) dias, valido a partir do dia **22/12/2017 a 31/01//2018.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – As demais Clausulas do Contrato original permanecem inalteradas

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Nobres, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

3.2 - E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nobres - MT, 22 de dezembro de 2017.

LEOCIR HANEL

EDINEIA SANTOS DA COSTA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 125/2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O/A SR (A) CATARINA APARECIDA DA SILVA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº. 03.424.272/0001-07, com sede à Rua J, s/nº, Jardim Paraná, nesta cidade de Nobres, neste ato representado pelo Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres-MT, portador da Cédula de Identidade n. º 740239 SSP/PR e CPF N.º 159.026.509-25, denominado simplesmente **CONTRATANTE** e o/a Sr (a) **CATARINA APARECIDA DA SILVA**, Brasileiro (a), portador (a) do RG n° **1.627.964-6 SSP/MT,** e do CPF n° **008. 919.461-60,** doravante denominado de CONTRATADO.

Nesta data, entre as partes contratantes acima qualificadas, ficou ajustado o aditamento ao contrato firmado entre as partes acima qualificadas em **31/12/2017** mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - PRAZO E VALIDADE

1.1 – Fica estabelecido a prorrogação do prazo do contrato original por mais 01(um) mês, valido a partir do dia **01/01/2018 a 31/01//2018.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – As demais Clausulas do Contrato original permanecem inalteradas

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Nobres, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

3.2 - E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nobres - MT, 31 de dezembro de 2017.

LEOCIR HANEL

CATARINA APARECIDA DA SILVA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 146/2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O/A SR (A) MAYRA GRAZIELLI PEREIRA DE SOUZA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº. 03.424.272/0001-07, com sede à Rua J, s/nº, Jardim Paraná, nesta cidade de Nobres, neste ato representado pelo Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres-MT, portador da Cédula de Identidade n. º 740239 SSP/PR e CPF N.º 159.026.509-25, denominado simplesmente **CONTRATANTE** e o/a Sr (a) **MAYRA GRAZIELLI PEREIRA DE SOUZA**, Brasileiro (a), portador (a) do RG n° **16017899 SSP/MT,** e do CPF n° **035. 554.591-80,** doravante denominado de CONTRATADO.

Nesta data, entre as partes contratantes acima qualificadas, ficou ajustado o aditamento ao contrato firmado entre as partes acima qualificadas em **31/12/2017** mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - PRAZO E VALIDADE

1.1 – Fica estabelecido a prorrogação do prazo do contrato original por mais 01(um) mês, valido a partir do dia **01/01/2018 a 31/01//2018.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – As demais Clausulas do Contrato original permanecem inalteradas

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Nobres, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

3.2 - E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nobres - MT, 31 de dezembro de 2017.

LEOCIR HANEL

MAYRA GRAZIELLI PEREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 37/2017, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O/A SR (A) VAGNO CARDOSO DE AGUIAR.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº. 03.424.272/0001-07, com sede à Rua J, s/nº, Jardim Paraná, nesta cidade de Nobres, neste ato representado pelo Sr. **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres-MT, portador da Cédula de Identidade n. º 740239 SSP/PR e CPF N.º 159.026.509-25, denominado simplesmente **CONTRATANTE** e o/a Sr (a) **VAGNO CARDOSO DE AGUIAR**, Brasileiro (a), portador (a) do RG n° **1092553-8 SJ/MT,** e do CPF n° **902.402.511.72,** doravante denominado de CONTRATADO.

Nesta data, entre as partes contratantes acima qualificadas, ficou ajustado o aditamento ao contrato firmado entre as partes acima qualificadas em **23/12/2017** mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - PRAZO E VALIDADE

1.1 – Fica estabelecido a prorrogação do prazo do contrato original por mais 11 (Onze) meses e 25(vinte e cinco) dias, valido a partir do dia **23/12/2017 a 18/12/2018.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – As demais Clausulas do Contrato original permanecem inalteradas

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Nobres, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

3.2 - E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nobres - MT, 23 de dezembro de 2017.

LEOCIR HANEL

VAGNO CARDOSO DE AGUIAR

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

JURÍDICO
LEI Nº 438, DE 15 DE DEZEMBRO 2017.

Dispõe sobre a Política Pública de Assistência Social do Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

O Sr. Jossimar José Fernandes, Prefeito do Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º A Assistência Social é direito do cidadão e dever do Estado, assim compreendida como Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A Política de Assistência Social do Município de Nortelândia tem por objetivos:

I – a proteção social, que visa a garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

II – a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III – a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais;

IV – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle de ações em todos os níveis;

V – primazia da responsabilidade do ente político na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;

VI – centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, tendo como base o território.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais visando universalizar a proteção social e atender às contingências sociais.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Seção I

Dos Princípios

Art. 3º A política pública de Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios:

I – universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;

II – gratuidade: a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, observado o que dispõe o art. 35, da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso;

III – integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV – intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais de defesa de direitos e Sistema de Justiça;

V – equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

VI – supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

VII – universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

VIII – respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IX – igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

X – divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Seção II

Das Diretrizes

Art. 4º A organização da assistência social no Município observará as seguintes diretrizes:

I – primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;

II – descentralização político-administrativa e comando único em cada esfera de gestão;

III – cofinanciamento partilhado dos entes federados;

IV – matricialidade sociofamiliar;

V – territorialização;

VI – fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;

VII – participação popular e controle social, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

CAPÍTULO III

DA GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Seção I

Da Gestão

Art. 5º A gestão das ações na área de assistência social é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social –SUAS, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, cujas normas gerais e coordenação são de competência da União.

Parágrafo único. O SUAS é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangida pela Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Art.6º O Município de Nortelândia atuará de forma articulada com as esferas federal e estadual, observadas as normas gerais do SUAS, cabendo-lhe coordenar e executar os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais em seu âmbito.

Art. 7º O órgão gestor da política de assistência social no Município de Nortelândia é a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Seção II

Da Organização

Art. 8º O Sistema Único de Assistência Social no âmbito do Município de Nortelândia organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I – proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de aquisições e do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II – proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Art. 9º A proteção social básica compõe-se precipuamente dos seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

I – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;

II – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV;

III – Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas;

§1º O PAIF deve ser ofertado exclusivamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

§2º Os serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica poderão ser executados pelas Equipes Volantes.

Art. 10 A proteção social especial ofertará será prestada em regime de co-financiamento com a União e o Estado de Mato Grosso, nos limites da competência e pactuação realizada pelo Município de Nortelândia com os demais entes federativos, inclusive em regime de consórcio, se for o caso, com a finalidade de ofertar os serviços de média e alta complexidade nos termos desta lei.

Parágrafo único. Os serviços de média e alta complexidade eventualmente já prestados diretamente pelo Município, assim classificados pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais se orientará pelo resgate da dignidade dos cidadãos e pela reintegração dos mesmos ao seio familiar e à convivência comunitária, orientando-se pela desinstitucionalização dos indivíduos.

Art. 11 O CRAS, enquanto unidade pública estatal instituída no âmbito do SUAS integra a estrutura administrativa do Município de Nortelândia.

Parágrafo único. As instalações das unidades públicas estatais devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, observadas as normas gerais.

Art. 12 As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e nos demais órgãos que abriguem a estrutura operacional de prestação de serviços de que trata esta lei, e pelas entidades e organizações de assistência social, de forma complementar.

§ 1º O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação e execução de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias no seu território de abrangência.

§ 2º O CRAS é uma unidade pública estatal instituída no âmbito do SUAS, que possui interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

Art. 13 A implantação das unidades de CRAS deve observar as diretrizes da:

I - territorialização – oferta capilarizada de serviços com áreas de abrangência definidas baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida dos cidadãos; respeitando as identidades dos territórios locais, e considerando as questões relativas às dinâmicas sociais, distâncias percorridas e fluxos de transportes, com o intuito de potencializar o caráter preventivo, educativo e protetivo das ações em todo o município, mantendo simultaneamente a ênfase e prioridade nos territórios de maior vulnerabilidade e risco social.

II - universalização – a fim de que a proteção social básica seja assegurada na totalidade dos territórios dos municípios e com capacidade de atendimento compatível com o volume de necessidades da população;

III - regionalização – participação, quando for o caso, em arranjos institucionais que envolvam municípios circunvizinhos e o governo estadual, visando assegurar a prestação de serviços socioassistenciais de proteção social especial cujos custos ou baixa demanda municipal justifiquem rede regional e desconcentrada de serviços no âmbito do Estado.

Art. 14 As ofertas socioassistenciais nas unidades públicas pressupõem a constituição de equipe de referência na forma das Resoluções nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17, de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, do CNAS.

Parágrafo único. O diagnóstico socioterritorial e os dados da Vigilância Socioassistencial são fundamentais para a definição da forma de oferta da proteção social básica e especial.

Art. 15 O SUAS afiança as seguintes seguranças, observado as normas gerais:

I – acolhida;

II – renda;

III – convívio ou vivência familiar, comunitária e social;

IV – desenvolvimento de autonomia;

V – apoio e auxílio.

Seção III

Das Responsabilidades

Art. 16 Compete ao Município de Nortelândia, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social:

I – destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, da Lei Federal nº 8742, de 1993, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social;

II – efetuar o pagamento do auxílio-natalidade e o auxílio-funeral;

III – executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

IV – atender às ações socioassistenciais de caráter de emergência;

V – prestar os serviços socioassistenciais de que trata o art. 23, da Lei Federal nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993, e os descritos como serviços de proteção social básica pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

VI – implantar a vigilância socioassistencial no âmbito municipal, visando ao planejamento e à oferta qualificada de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais;

VII – implantar sistema de informação, acompanhamento, monitoramento e avaliação para promover o aprimoramento, qualificação e integração contínuos dos serviços da rede socioassistencial, conforme Pacto de Aprimoramento do SUAS e Plano de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate á Fome.

VIII – regulamentar e coordenar a formulação e a implementação da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e com a Política Estadual de assistência social e as deliberações de competência do Conselho Municipal de Assistência Social, observando as deliberações das Conferências Nacional, Estadual e Municipal de Assistência Social;

IX – regulamentar os benefícios eventuais em consonância com as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social;

X – cofinanciar o aprimoramento da gestão e dos serviços, programas, projetos e benefícios eventuais de assistência social, em âmbito local;

XI – cofinanciar em conjunto com a esfera federal e estadual, a Política Nacional de Educação Permanente, com base nos princípios da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS, coordenando-a e executando- -a em seu âmbito;

XII – realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito;

XIII – realizar a gestão local do Beneficio de Prestação Continuada - BPC, garantindo aos seus beneficiários e famílias o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial;

XIV – realizar em conjunto com o Conselho de Assistência Social, as conferências de assistência social;

XV – gerir de forma integrada, os serviços, benefícios e programas de transferência de renda de sua competência;

XVI – gerir o Fundo Municipal de Assistência Social;

XVII – gerir no âmbito municipal, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e o Programa Bolsa Família, nos termos do §1º do art. 8° da Lei nº 10.836, de 2004;

XVIII – organizar a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico socioterritorial;

XIX – organizar e monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial, articulando as ofertas;

XX – organizar e coordenar o SUAS em seu âmbito, observando as deliberações e pactuações de suas respectivas instâncias, normatizando e regulando a política de assistência social em seu âmbito em consonância com as normas gerais da União;

XXI – elaborar a proposta orçamentária da assistência social no Município assegurando recursos do tesouro municipal;

XXII – elaborar e submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social, anualmente, a proposta orçamentária dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

XXIII – elaborar e cumprir o plano de providências, no caso de pendências e irregularidades do Município junto ao SUAS, aprovado pelo CMAS-PBF e pactuado na CIB;

XXIV – elaborar e executar o Pacto de Aprimoramento do SUAS, implementando o em âmbito municipal; e

XXV – elaborar e executar a política de recursos humanos, de acordo com a NOB/ RH - SUAS;

XXVI – elaborar o Plano Municipal de Assistência Social, a partir das responsabilidades e de seu respectivo e estágio no aprimoramento da gestão do SUAS e na qualificação dos serviços, conforme patamares e diretrizes pactuadas nas instância de pactuação e negociação do SUAS;

XXVII – elaborar e aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados;

XXVIII – elaborar, alimentar e manter atualizado;

XXIX – atualizar periodicamente o Censo SUAS conforme normatização do Conselho Nacional de Assistência Social;

XXX – implantar o Sistema de Cadastro Nacional de Entidade de Assistência Social – SCNEAS de que trata o inciso XI do art. 19 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;

XXXI – implantar o conjunto de aplicativos do Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social – Rede SUAS;

XXXII – garantir a infraestrutura necessária ao funcionamento do respectivo conselho municipal de assistência social, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens, traslados e diárias de conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições;

XXXIII – garantir a elaboração da peça orçamentária esteja de acordo com o Plano Plurianual, o Plano de Assistência Social e dos compromissos assumidos no Pacto de Aprimoramento do SUAS;

XXXIV – garantir a integralidade da proteção socioassistencial à população, primando pela qualificação dos serviços do SUAS, exercendo essa responsabilidade de forma compartilhada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

XXXV – garantir a capacitação para gestores, trabalhadores, dirigentes de entidades e organizações, usuários e conselheiros de assistência social, além de desenvolver, participar e apoiar a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados à política de assistência social, em especial para fundamentar a análise de situações de vulnerabilidade e risco dos territórios e o equacionamento da oferta de serviços em conformidade com a tipificação nacional;

XXXVI – definir os fluxos de referência e contrarreferência do atendimento nos serviços socioassistenciais, com respeito às diversidades em todas as suas formas;

XXXVII – definir os indicadores necessários ao processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação, observado a suas competências;

XXXVIII– implementar os protocolos pactuados na CIT;

XXXIX – implementar a gestão do trabalho e a educação permanente;

XL – promover a integração da política municipal de assistência social com outros sistemas públicos que fazem interface com o SUAS;

XLI – promover a articulação intersetorial do SUAS com as demais políticas pú- blicas e Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça;

XLII – promover a participação da sociedade, especialmente dos usuários, na elaboração da política de assistência social;

XLIII – assumir as atribuições, no que lhe couber, no processo de municipalização dos serviços de proteção social básica;

XLIV – participar dos mecanismos formais de cooperação intergovernamental que viabilizem técnica e financeiramente os serviços de referência regional, definindo as competências na gestão e no cofinanciamento, a serem pactuadas na CIB;

XLV – prestar informações que subsidiem o acompanhamento estadual e federal da gestão municipal;

XLVI – zelar pela execução direta ou indireta dos recursos transferidos pela União e pelos estados ao Município, inclusive no que tange a prestação de contas;

XLVII – assessorar as entidades e organizações de assistência social visando à adequação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais às normas do SUAS, viabilizando estratégias e mecanismos de organização para aferir o pertencimento à rede socioassistencial, em âmbito local, de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pelas entidades e organizações de assistência social de acordo com as normativas federais;

XLVIII – acompanhar a execução de parcerias firmadas entre os municípios e as entidades e organizações de assistência social e promover a avaliação das prestações de contas;

XLVIX– normatizar, em âmbito local, o financiamento integral dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social ofertados pelas entidades e organizações vinculadas ao SUAS, conforme §3º do art. 6º B da Lei Federal nº 8.742, de 1993, e sua regulamentação em âmbito federal;

L – aferir os padrões de qualidade de atendimento, a partir dos indicadores de acompanhamento definidos pelo respectivo conselho municipal de assistência social para a qualificação dos serviços e benefícios em consonância com as normas gerais;

LI – encaminhar para apreciação do conselho municipal de assistência social os relatórios trimestrais e anuais de atividades e de execução físico-financeira a título de prestação de contas;

LII – compor as instâncias de pactuação e negociação do SUAS;

LIII – estimular a mobilização e organização dos usuários e trabalhadores do SUAS para a participação nas instâncias de controle social da política de assistência social;

LIV – instituir o planejamento contínuo e participativo no âmbito da política de assistência social;

LV – dar publicidade ao dispêndio dos recursos públicos destinados à assistência social;

LVI - criar ouvidoria do SUAS, preferencialmente com profissionais do quadro efetivo;

LVII – submeter trimestralmente, de forma sintética, e anualmente, de forma analítica, os relatórios de execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social à apreciação do CMAS-PBF.

Seção IV

Do Plano Municipal de Assistência Social

Art. 17 O Plano Municipal de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que contempla propostas para execução e o monitoramento da política de assistência social no âmbito do Município de Nortelândia - MT.

§1º A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social dar-se-á cada 4 (quatro) anos, coincidindo com a elaboração do Plano Plurianual e contemplará:

I – diagnóstico sócio territorial;

II – objetivos gerais e específicos;

III – diretrizes e prioridades deliberadas;

IV – ações estratégicas para sua implementação;

V – metas estabelecidas;

VI – resultados e impactos esperados;

VII – recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;

VIII – mecanismos e fontes de financiamento;

IX – indicadores de monitoramento e avaliação; e

X – cronograma de execução.

§ 2º O Plano Municipal de Assistência Social, além do estabelecido no parágrafo anterior, deverá observar:

I – as deliberações das conferências de assistência social;

II – metas nacionais e estaduais pactuadas que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS;

III – ações articuladas e intersetoriais;

IV – ações de apoio técnico e financeiro à gestão descentralizada do SUAS.

CAPÍTULO IV

DAS INSTÂNCIAS DE ARTICULAÇÃO, PACTUAÇÃO E DELIBERAÇÃO DO SUAS

Seção I

Do Conselho Municipal de Assistência Social e dos Programas de Transferência Direta de Renda (Bolsa Família) – CMAS-PBF

Art. 18 Fica mantido o Conselho Municipal de Assistência Social e dos Programas de Transferência Direta de Renda (Bolsa Família) – designado pela sigla CMAS-PBF do Município de Nortelândia, instituído na forma da Lei Municipal nº 224/2011, de 06 de julho de 2011, órgão superior de deliberação colegiada em âmbito municipal, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social cujos membros, nomeados pelo Prefeito, têm mandato de 02 (dois) anos, permitida única recondução por igual período.

§ 1º O CMAS-PBF é composto por 12 (doze) membros e respectivos suplentes indicados de acordo com os critérios seguintes:

I – 06 (seis) representantes governamentais, sendo 04 (quatro) indicados pelo Poder Executivo Municipal e 02 (dois) indicados pelos prestadores de serviço da Rede de Proteção Social Básica;

II – 06 (seis) representantes da sociedade civil, observado as Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social, dentre representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social, escolhidos em foro próprio.

§ 2º Consideram-se para fins de representação no Conselho Municipal o segmento:

I – de usuários: àqueles vinculados aos serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social, organizados, sob diversas formas, em grupos que têm como objetivo a luta por direitos;

II – de organizações de usuários: aquelas que tenham entre seus objetivos a defesa e garantia de direitos de indivíduos e grupos vinculados à política de assistência social;

III – de trabalhadores: são legítimas todas as formas de organização de trabalhadores do setor, como associações de trabalhadores, sindicatos, federações, conselhos regionais de profissões regulamentadas, fóruns de trabalhadores, que defendem e representam os interesses dos trabalhadores da política de assistência social.

§ 3º Os trabalhadores investidos de cargo de direção ou chefia, seja no âmbito da gestão das unidades públicas estatais ou das entidades e organizações de assistência social não serão considerados representantes de trabalhadores no âmbito dos Conselhos.

§ 4º O CMAS-PBF é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 1 (um) ano, permitida única recondução por igual período.

§ 5° Deve-se observar em cada mandato a alternância entre representantes da sociedade civil e governo na presidência e vice-presidência do CMAS-PBF.

§ 6º O CMAS-PBF contará com uma Secretaria Executiva, a qual terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo.

§ 7º Decreto do Poder Executivo fixará as entidades que irão compor, e quando for o caso, recompor o quadro representativo do CMAS-PBF.

§ 8º O mandato dos atuais conselhos do CMAS-PBF serão observados e cumpridos na forma da Lei nº 224/2011, ficando a eventual prorrogação e eleição futura da Presidência do Conselho e seus órgãos a ser adequada na forma da presente lei.

Art. 19 O CMAS-PBF reunir-se-á ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário; suas reuniões devem ser abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas, e funcionará de acordo com o Regimento Interno.

Parágrafo único. O Regimento Interno definirá, também, o quórum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões do Plenário, para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 20 A participação dos conselheiros no CMAS-PBF é de interesse público e relevante valor social e não será remunerada.

Art. 21 O controle social do SUAS no Município efetiva-se por intermédio do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS-PBF e das Conferências Municipais de Assistência Social, além de outros fóruns de discussão da sociedade civil.

Art. 22 Respeitadas as competências exclusivas do Poder Legislativo Municipal, compete ao CMAS-PBF:

I – elaborar, aprovar e publicar seu regimento interno;

II – convocar as Conferências Municipais de Assistência Social e acompanhar a execução de suas deliberações;

III – aprovar a Política Municipal de Assistência Social, em consonância com as diretrizes das conferências de assistência social;

IV – apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências municipais e da Política Municipal de Assistência Social;

V – aprovar o Plano Municipal de Assistência Social, apresentado pelo órgão gestor da assistência social;

VI – aprovar o plano de capacitação, elaborado pelo órgão gestor;

VII – acompanhar o cumprimento das metas nacionais, estaduais e municipais do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS;

VIII – normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social de âmbito local;

IX – apreciar e aprovar informações da Secretaria Municipal de Assistência Social inseridas nos sistemas nacionais e estaduais de informação referentes ao planejamento do uso dos recursos de cofinanciamento e a prestação de contas;

X – apreciar os dados e informações inseridas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, unidades públicas e privadas da assistência social, nos sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados e informações sobre o sistema municipal de assistência social;

XI – alimentar os sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados e informações sobre os Conselhos Municipais de Assistência Social;

XII – zelar pela efetivação do SUAS no Município;

XIII – zelar pela efetivação da participação da população na formulação da política e no controle da implementação;

XIV – deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS em seu âmbito de competência;

XV – estabelecer critérios e prazos para concessão dos benefícios eventuais;

XVI – apreciar e aprovar a proposta orçamentária da assistência social a ser encaminhada pela Secretaria Municipal de Assistência Social em consonância com a Política Municipal de Assistência Social;

XVII – acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS;

XVIII – fiscalizar a gestão e execução dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família-IGD-PBF, e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social -IGD-SUAS;

XIX – planejar e deliberar sobre a aplicação dos recursos IGD-PBF e IGD-SUAS destinados às atividades de apoio técnico e operacional ao CMAS-PBF;

XX – participar da elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no que se refere à assistência social, bem como do planejamento e da aplicação dos recursos destinados às ações de assistência social, tanto dos recursos próprios quanto dos oriundos do Estado e da União, alocados no FMAS;

XXI – aprovar o aceite da expansão dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, objetos de cofinanciamento;

XXII – orientar e fiscalizar o FMAS;

XXIII – divulgar, no Diário Oficial Municipal, ou em outro meio de comunicação, todas as suas decisões na forma de Resoluções, bem como as deliberações acerca da execução orçamentária e financeira do FMAS e os respectivos pareceres emitidos.

XXIV – receber, apurar e dar o devido prosseguimento a denúncias;

XXV – estabelecer articulação permanente com os demais conselhos de políticas públicas setoriais e conselhos de direitos;

XXVI – realizar a inscrição das entidades e organizações de assistência social; XXVII – notificar fundamentadamente a entidade ou organização de assistência social no caso de indeferimento do requerimento de inscrição;

XXVIII – fiscalizar as entidades e organizações de assistência social;

XXIX – emitir resolução quanto às suas deliberações;

XXX – registrar em ata as reuniões;

XXXI – instituir comissões e convidar especialistas sempre que se fizerem necessários;

XXXII – avaliar e elaborar parecer sobre a prestação de contas dos recursos repassados ao Município;

XXXIII - aprovar critérios de concessão e valor dos benefícios eventuais;

XXXIV – acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do Programa Bolsa Família - PBF;

XXXV – gerir os programas de transferência direta de renda, especialmente o Programa Bolsa Família.

Art. 23 O CMAS-PBF deverá planejar suas ações de forma a garantir a consecução das suas atribuições e o exercício do controle social, primando pela efetividade e transparência das suas atividades.

Parágrafo único. O planejamento das ações do conselho deve orientar a construção do orçamento da gestão da assistência social para o apoio financeiro e técnico às funções do Conselho.

Seção II

Da Conferência Municipal de Assistência Social

Art. 24 A Conferência Municipal de Assistência Social é instância máxima de debate, de formulação e de avaliação da política pública de assistência social e definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS, com a participação de representantes do governo e da sociedade civil.

Art. 25 A Conferência Municipal de Assistência Social deve observar as seguintes diretrizes:

I – divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando objetivos, prazos, responsáveis, fonte de recursos e comissão organizadora;

II – garantia da diversidade dos sujeitos participantes, inclusive da acessibilidade às pessoas com deficiência;

III – estabelecimento de critérios e procedimentos para a designação dos delegados governamentais e para a escolha dos delegados da sociedade civil;

IV – publicidade de seus resultados;

V – determinação do modelo de acompanhamento de suas deliberações; e

VI – articulação com a conferência estadual e nacional de assistência social.

Art. 26 A Conferência Municipal de Assistência Social será convocada ordinariamente a cada quatro anos pelo Conselho Municipal de Assistência Social e extraordinariamente, a cada 2 (dois) anos, conforme deliberação da maioria dos membros do Conselho.

Seção III

Da Participação dos Usuários

Art. 27 É condição fundamental para viabilizar o exercício do controle social e garantir os direitos socioassistenciais o estímulo à participação e ao protagonismo dos usuários no Conselho e Conferência Municipal de assistência social.

Art. 28 O estímulo à participação dos usuários pode se dar a partir de articulação com movimentos sociais e populares e de apoio à organização de diversos espaços tais como: fórum de debate, audiência pública, comissão de bairro, coletivo de usuários junto aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Parágrafo único. São estratégias para garantir a presença dos usuários, dentre outras, o planejamento do conselho e do órgão gestor; ampla divulgação do processo nas unidades prestadoras de serviços; descentralização do controle social por meio de comissões regionais ou locais.

Seção IV

Da Representação do Município nas Instâncias de Negociação e Pactuação do SUAS.

Art. 29 O Município é representado nas Comissões Intergestores Bipartite – CIB e Tripartite – CIT, instâncias de negociação e pactuação dos aspectos operacionais de gestão e organização do SUAS, respectivamente, em âmbito estadual e nacional, pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS e pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS.

§ 1º O CONGEMAS E COEGEMAS constituem entidades sem fins lucrativos que representam as secretarias municipais de assistência social, declarados de utilidade pública e de relevante função social, onerando o município quanto a sua associação a fim de garantir os direitos e deveres de associado.

§ 2º O COEGEMAS poderá assumir outras denominações a depender das especificidades regionais.

CAPÍTULO V

DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, DOS SERVIÇOS, DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS PROJETOS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA.

Seção I

Dos Benefícios Eventuais

Art. 30 Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias prestadas aos indivíduos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, na forma prevista na Lei federal nº 8.742, de 1993.

Parágrafo único. Não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social as provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios vinculados ao campo da saúde, da educação, da integração nacional, da habitação, da segurança alimentar e das demais políticas públicas setoriais.

Art. 31 Os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do SUAS, devendo sua prestação observar:

I – não subordinação a contribuições prévias e vinculação a quaisquer contrapartidas;

II – desvinculação de comprovações complexas e vexatórias, que estigmatizam os beneficiários;

III – garantia de qualidade e prontidão na concessão dos benefícios;

IV – garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição dos benefícios eventuais;

V – ampla divulgação dos critérios para a sua concessão;

VI – integração da oferta com os serviços socioassistenciais.

Art.32 Os benefícios eventuais podem ser prestados na forma de pecúnia, bens de consumo ou prestação de serviços.

Art. 33 O público alvo para acesso aos benefícios eventuais deverá ser identificado pelo Município a partir de estudos da realidade social e diagnóstico elaborado com uso de informações disponibilizadas pela Vigilância Socioassistencial, com vistas a orientar o planejamento da oferta.

Seção II

Das Disposições Gerais Dos Benefícios Eventuais

Subseção Única

DA DEFINIÇÃO

Art. 34 Fica regulamentada a concessão de Benefícios Eventuais, no Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, assegurados pelo art. 22, da Lei Federal no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS –, alterada pela Lei Federal no 12.435, de 6 de julho de 2011, integrando organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Art. 35 Entende-se por Benefícios Eventuais, no âmbito da Política de Assistência Social, aqueles que são de caráter suplementar e temporário, prestados aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar, por conta própria, com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo e da unidade familiar, sendo que serão concedidas em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

§ 1º Os Benefícios Eventuais configuram-se como direitos sociais legalmente instituídos, que visam atender às necessidades humanas básicas, de forma integrada com os demais serviços prestados no município, contribuindo para o fortalecimento das potencialidades dos indivíduos e de seus familiares.

§ 2º Os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais humanos.

Seção III

Dos Princípios dos Benefícios Eventuais

Art. 36 Os benefícios eventuais devem atender, no âmbito do Sistema Único de assistência Social - SUAS, aos seguintes princípios:

I - integração à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades básicas humanas;

II - constituição de provisão certa para enfrentar com agilidade e presteza eventos incertos;

III - proibição de subordinação a contribuições prévias e de vinculação a contrapartidas;

IV - adoção de critérios de elegibilidade em consonância com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS;

V - garantia de qualidade e prontidão de respostas aos usuários, bem como de espaços para manifestação e defesa de seus direitos;

VI - garantia de igualdade de condições no acesso às informações e a fruição dos benefícios eventuais;

VII - afirmação dos benefícios eventuais como direito relativo à cidadania;

VIII - ampla divulgação dos critérios para a sua concessão; IX - desvinculação de comprovações complexas e vexatórias de pobreza, que estigmatizam os benefícios, os beneficiários e a Política de Assistência Social; X - integração à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades básicas humanas; XI - constituição de provisão certa para enfrentar com agilidade e presteza eventos incertos; XII - proibição de subordinação a contribuições prévias e de vinculação a contrapartidas; XIII - adoção de critérios de elegibilidade em consonância com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS; XIV - garantia de qualidade e prontidão de respostas aos usuários, bem como de espaços para manifestação e defesa de seus direitos; XV - garantia de igualdade de condições no acesso às informações e a fruição dos benefícios eventuais; XVI – afirmação dos benefícios eventuais como direito relativo à cidadania; XVII - ampla divulgação dos critérios para a sua concessão; e XVIII - desvinculação de comprovações complexas e vexatórias de pobreza, que estigmatizam os benefícios, os beneficiários e a Política de Assistência Social.

Seção IV

Da Forma De Concessão Dos Benefícios Eventuais

Art. 37Os benefícios eventuais poderão ser concedidos da seguinte forma:

I - em espécie, com bens de consumo;

II – em pecúnia, em casos especiais, previamente definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social mediante resolução.

Parágrafo único. A concessão dos benefícios eventuais poderá ser cumulada, conforme o caso, dentre as formas previstas no *caput* deste artigo.

Art. 38 As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, integração nacional e das demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

Parágrafo único. Não se constituem, dentre outros, como benefícios eventuais:

I - concessão de medicamentos;

II - concessão de órtese e prótese;

III - tratamento de saúde fora de domicílio.

Seção V

Dos Beneficiários Em Geral

Art. 39 O benefício eventual destina-se aos cidadãos e as famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

§ 1º Na comprovação das necessidades para a concessão do benefício eventual são vedadas quaisquer situações de constrangimento ou vexatórias.

§ 2º Considera-se Família para efeito da avaliação da renda *per capita* o núcleo básico, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade circunscritos a obrigações recíprocas e mútuas organizadas em torno de relações de geração, gênero e homoafetiva que vivem sob o mesmo teto (LOAS/ NOB-SUAS).

§ 3ºA renda *per capita* das famílias descritas no parágrafo anterior não poderá exceder a 1/4 (um quarto) do salário mínimo vigente no país.

CAPÍTULO VI

DAS MODALIDADES DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Seção I

Da Classificação

Art. 40 No âmbito do Município de Nortelândia, os benefícios eventuais classificam-se nas seguintes modalidades:

I – auxílio natalidade;

II **–** auxílio por morte;

III – auxílio à pessoa ou família em situações de vulnerabilidade temporária;

IV **–** auxílio em situações de desastre e calamidade pública.

Seção II

Da Documentação

Art. 41 A ausência de documentação pessoal, não será motivo de impedimento para a concessão do benefício, devendo a Secretaria Municipal de Assistência Social no que compete a esta, adotar as medidas necessárias ao acesso do indivíduo e suas famílias à documentação civil e demais registros para a ampla cidadania do mesmo.

Seção III

Do Auxílio Natalidade

Subseção I

Da Definição

Art. 42 O benefício eventual, na modalidade de auxílio natalidade, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social em bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família.

Art. 43 O alcance do auxílio natalidade é destinado à família e atenderá as necessidades do nascituro.

Subseção II

Das Formas de Concessão

Art. 44 O auxílio natalidade será concedido na forma de bens de consumo.

Subseção III

Dos Critérios

Art. 45 O auxílio na forma de bens de consumo consiste no enxoval do recém-nascido, incluindo itens de vestuário e utensílios de higiene, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária.

§ 1º O enxoval de que trata o *caput* será concedido em número igual ao da ocorrência de nascimento.

§ 2º No caso de concessão deste auxílio sob a forma de bens de consumo, este será assegurado a gestante que comprove residir no Município de Nortelândia e possuir renda familiar *per capita* igual ou inferior a 1/4 do salário mínimo nacional, conforme previsto no § 3º do art. 6º desta lei.

§ 3º Será concedido às pessoas em situação de rua e aos usuários da assistência social que, em passagem por Nortelândia, vierem a nascer em Nortelândia e aos que estiverem em unidades ou entidades de acolhimento sem referência familiar.

Subseção IV

Dos Documentos

Art. 46 As beneficiárias do auxílio natalidade serão cadastradas nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, onde apresentarão documentos de identificação e comprovação dos critérios para a percepção do auxílio de que trata esta seção, a saber:

I - carteira de identidade ou documentação equivalente e CPF do requerente;

II - comprovante de residência no Município de Nortelândia, por meio de conta de água, luz, telefone, IPTU ou outra forma prevista em lei, se houver; III - comprovante de renda pessoal, se houver; IV - certidão de nascimento do recém-nascido se houver, ou documento expedido pela Secretaria Municipal de Saúde do registro de nascimento, e conforme a urgência, da Declaração de Nascido Vivo – DNV, expedida pela Unidade Hospital ou instituição congênere.

Seção IV

Do Auxílio Por Morte

Subseção I

Da Definição

Art. 47 O benefício eventual, na modalidade por morte, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, na forma de bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família.

Subseção II

Das Formas de Concessão

Art. 48 O auxílio será concedido na forma dos seguintes bens:

I - uma urna funerária;

II - paramentação conforme credo religioso;

III - sepultamento;

IV - guia de sepultamento e placa de identificação;

V- conservação de cadáver se houver necessidade;

VI - translado nos casos que houver necessidade.

Subseção III

Dos Critérios

Art. 49 O auxílio por morte será assegurado às famílias:

I - que comprovem residir no Município de Nortelândia;

II - sem renda ou possuírem renda familiar *per capita* igual ou inferior a 1/4 do salário mínimo nacional vigente;

III **-** residentes em outras localidades, cujos membros tenham vindo a óbito em hospital de Nortelândia, mediante o parecer dos profissionais de Saúde e Assistente Social.

Parágrafo único. O auxílio por morte será concedido às pessoas em situação de rua, bem como aos usuários da assistência social que, em passagem por Nortelândia, vierem a óbito no Município de Nortelândia e aos que estiverem em unidades ou entidades de acolhimento sem referência familiar.

Art. 50 O auxílio será concedido ao requerente em caráter suplementar e provisório, em número igual ao da ocorrência de óbito e nas condições licitadas pelo Município.

Art. 51 O auxílio por morte deve ser ofertado preferencialmente pelos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e nas unidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme seu funcionamento, em dias úteis, fins de semana e feriados para o atendimento ininterrupto.

Subseção IV

Dos Documentos

Art. 52 As famílias beneficiárias deverão apresentar os seguintes documentos:

I - carteira de identidade ou documentação equivalente e o CPF do requerente;

II - comprovante de renda, se houver;

III - comprovante de residência no Município de Nortelândia, tais como: conta de água, luz, telefone, IPTU, declaração da Secretaria Municipal de Assistência Social ou do Departamento de Tributo e Fiscalização, ou outra forma prevista em lei;

IV - certidão de óbito e guia de sepultamento;

V - documentos de identificação do *de cujus* se houver.

Seção V

Do Auxílio à Pessoa ou Família em Situação de Vulnerabilidade Temporária

Subseção I

Definição

Art. 53 O Auxílio à Pessoa ou Família em Situação de Vulnerabilidade Temporária caracteriza-se como uma provisão suplementar provisória de assistência social, prestada em bens de consumo, para suprir a pessoa ou a família em situações de vulnerabilidade temporária, que envolvem acontecimentos do cotidiano dos cidadãos e podem se apresentar de diferentes formas produzindo diversos padecimentos.

Art. 54 A vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I - riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II - perdas: privação de bens e de segurança material;

III - danos: agravos sociais e ofensa grave à dignidade do beneficiário.

Parágrafo único. Os riscos, perdas e danos podem decorrer de:

a) ausência de acesso a condições e meios para suprir a necessidade cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente de alimentação;

b) falta de documentação;

c) situação de abandono ou impossibilidade de garantir abrigo a seus filhos;

d) perda circunstancial decorrente de ruptura e vínculos familiares e comunitários;

e) presença de violência física ou psicológica na família ou por situações de ameaça a vida;

f) situações de famílias em dificuldades socioeconômicas durante os processos de remoções ocasionados por:

1) decisões governamentais de reassentamento habitacional;

2) decisões desocupação de área de risco;

3) outras situações sociais que comprometam a sobrevivência e a convivência familiar e comunitária.

Subseção II

Dos Beneficiários

Art. 55 O público alvo do auxílio de que trata esta subseção são as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, residentes ou em passagem pelo Município de Nortelândia.

Subseção III

Da Finalidade

Art. 56 O auxílio visa suprir situações de riscos, perdas e danos imediatos que impeçam o desenvolvimento e a promoção sociofamiliar, possibilitando o fortalecimento dos familiares e garantir a inserção comunitária.

Subseção IV

Forma de Concessão

Art. 57 O auxílio poderá ser concedido em caráter provisório através dos seguintes bens de consumo:

I - cesta de alimentos;

II - passagens.

Parágrafo único. O auxílio também poderá ser concedido em pecúnia para casos de auxílio aluguel de reassentamento de família em área de risco, mediante laudo da Assistente Social.

Subseção V

Dos Critérios

Art. 58 Na seleção de famílias e dos indivíduos, para fins de concessão deste auxílio, devem ser observados:

I - indicativos de violência contra criança, adolescente, jovem, adulto ou idoso, como trabalho infantil, conflito com a lei, abuso e exploração sexual, negligência, isolamento, maus tratos; ou por questões de gênero e discriminação racial e sexual;

II- moradia que apresenta condições de risco;

III – pessoas idosas e/ou pessoas com deficiência em situação de isolamento;

IV - situação de extrema pobreza;

V - famílias com indicativos de rupturas dos laços familiares;

VI - que possuam renda familiar per capita igual ou inferior a ¼ do salário mínimo nacional.

§ 1º O usuário perceberá o auxílio mediante relatórios consubstanciados de acompanhamento elaborado pela Assistente Social e equipe técnica, enquanto perdurar a situação de vulnerabilidade, sem desconsiderar o caráter temporário e eventual deste benefício.

§ 2º No caso do benefício em pecúnia para auxílio aluguel decorrente de reassentamento de família em área de risco.

Seção VI

Do Auxílio em Situação de Desastre e/ou Calamidade Pública

Subseção I

Definição

Art. 59 O auxílio em situação de desastre e/ou calamidade pública é uma provisão suplementar e provisória de assistência social, prestada para suprir a família e o indivíduo na eventualidade dessas condições, de modo a assegurar-lhe a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia.

Parágrafo único. A situação de calamidade pública é o reconhecimento pelo poder público de eventos anormais, advindos de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive a segurança ou a vida de seus integrantes, e outras situações de calamidade.

Subseção II

Dos Beneficiários

Art. 60 O público alvo deste auxílio são as famílias e indivíduos vítimas de situações de desastre e/ou de calamidade pública, os quais se encontrem impossibilitados de arcar por conta própria com o restabelecimento para a sobrevivência digna da família e de seus membros.

Subseção III

Forma de Concessão

Art. 61 O auxílio será concedido na forma de pecúnia e/ou de bens de consumo, em caráter provisório, levando-se em conta a avaliação socioassistencial de cada caso.

Subseção IV

Dos Procedimentos para a Concessão

Art. 62 A Secretaria Municipal de Assistência Social realizará todos os procedimentos necessários à concessão e operacionalização dos benefícios eventuais dispostos nesta lei.

Subseção V

Da Equipe Profissional

Art. 63 A avaliação socioeconômica será realizada por assistente social, e o acompanhamento das famílias e dos indivíduos beneficiários será realizado por técnicos integrantes do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. O Assistente Social do quadro de servidores da Secretaria de Assistência Social poderá emitir relatório específico para suprir eventual falta de documentação exigida nesta lei.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 64 Compete ao Município de Nortelândia, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, destinar recursos para o custeio do pagamento dos benefícios eventuais, devendo constar de seus instrumentos de planejamentos.

Art. 65 A prestação de contas será operacionalizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme legislação local pertinente.

Parágrafo único. Deverá ser encaminhada, mensalmente, ao Conselho Municipal de Assistência Social, prestação de contas relativas aos benefícios eventuais concedidos, para acompanhamento.

Art. 66 O critério de renda mensal *per capita* familiar para acesso aos benefícios eventuais estabelecidos nesta lei será fixado em valor igual ou inferior a 1/4 do salário mínimo nacional, ou na ausência de renda, conforme o caso.

Art. 67 Responderá civil e penalmente quem utilizar os benefícios eventuais para fins diversos ao qual é destinado, como também o agente público, que de alguma forma contribuir para a malversação dos recursos públicos objeto dos benefícios de que trata essa lei.

Art. 68 Por serem considerados direitos socioassistenciais, é vedada a vinculação dos benefícios eventuais a quaisquer Programas de Governo, em consonância as diretrizes da Política Pública de Assistência Social, disciplinada na forma do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Art. 69 Os benefícios eventuais devem ser prestados em virtude de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e calamidade pública, observadas as contingências de riscos, perdas e danos a que estão sujeitos os indivíduos e famílias.

Parágrafo único. Os critérios e prazos para prestação dos benefícios eventuais devem ser estabelecidos por meio de Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme prevê o art. 22, §1º, da Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Art. 70 O Benefício prestado em virtude de nascimento deverá ser concedido:

I – à genitora que comprove residir no Município;

II – à família do nascituro, caso a mãe esteja impossibilitada de requerer o benefício ou tenha falecido;

III – à genitora ou família que esteja em trânsito no município e seja potencial usuária da assistência social;

IV – à genitora atendida ou acolhida em unidade de referência do SUAS.

Parágrafo único. O benefício eventual por situação de nascimento poderá ser concedido nas formas de pecúnia ou bens de consumo, ou em ambas as formas, conforme a necessidade do requerente e disponibilidade da administração pública.

Art. 71 O benefício prestado em virtude de morte deverá ser concedido com o objetivo de reduzir vulnerabilidades provocadas por morte de membro da família e tem por objetivo atender as necessidades urgentes da família para enfrentar vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros.

Parágrafo único. O benefício eventual por morte poderá ser concedido conforme a necessidade do requerente e o que indicar o trabalho social com a família.

Art. 72 O benefício prestado em virtude de vulnerabilidade temporária será destinado à família ou ao indivíduo visando minimizar situações de riscos, perdas e danos, decorrentes de contingências sociais, e deve integrar-se à oferta dos serviços socioassistenciais, buscando o fortalecimento dos vínculos familiares e a inserção comunitária.

Parágrafo único. O benefício será concedido na forma de pecúnia ou bens de consumo, em caráter temporário, sendo o seu valor e duração definidos de acordo com o grau de complexidade da situação de vulnerabilidade e risco pessoal das famílias e indivíduos, identificados nos processos de atendimento dos serviços.

Art. 73 A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I – riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II – perdas: privação de bens e de segurança material;

III – danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único. Os riscos, perdas e danos podem decorrer de:

I – ausência de documentação;

II – necessidade de mobilidade intraurbana para garantia de acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais;

III – necessidade de passagem para outra unidade da Federação, com vistas a garantir a convivência familiar e comunitária;

IV – ocorrência de violência física, psicológica ou exploração sexual no âmbito familiar ou ofensa à integridade física do indivíduo;

V – perda circunstancial ocasionada pela ruptura de vínculos familiares e comunitários;

VI – processo de reintegração familiar e comunitária de pessoas idosas, com deficiência ou em situação de rua; crianças, adolescentes, mulheres em situação de violência e famílias que se encontram em cumprimento de medida protetiva;

VII – ausência ou limitação de autonomia, de capacidade, de condições ou de meios próprios da família para prover as necessidades alimentares de seus membros.

Art. 74 Os benefícios eventuais prestados em virtude de desastre ou calamidade pública constituem-se provisão suplementar e provisória de assistência social para garantir meios necessários à sobrevivência da família e do indivíduo, com o objetivo de assegurar a dignidade e a reconstrução da autonomia familiar e pessoal.

Art. 75 As situações de calamidade pública e desastre caracterizam-se por eventos anormais, decorrentes de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, secas, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, os quais causem sérios danos à comunidade afetada, inclusive à segurança ou à vida de seus integrantes, e outras situações imprevistas ou decorrentes de caso fortuito. Parágrafo único. O benefício será concedido na forma de pecúnia ou bens de consumo, em caráter provisório e suplementar, sendo seu valor fixado de acordo com o grau de complexidade do atendimento de vulnerabilidade e risco pessoal das famílias e indivíduos afetados.

Art. 76 Ato normativo editado pelo Poder Executivo Municipal disporá sobre os procedimentos e fluxos de oferta na prestação dos benefícios eventuais. Comentário: Entende-se por procedimentos e fluxos de oferta as ações do Poder Executivo que possibilitarão o acesso ao benefício, incluindo o local da prestação do benefício, equipe responsável e articulação da prestação do benefício eventual com programas de transferência de renda, serviços da rede socioassistencial e demais políticas públicas.

Seção I

Dos Recursos Orçamentários para Ofertas de Benefícios Eventuais

Art. 77 As despesas decorrentes da execução dos benefícios eventuais serão providas por meio de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social. Parágrafo único. As despesas com Benefícios Eventuais devem ser previstas anualmente na Lei Orçamentária Anual do Município - LOA.

Seção II

Dos Serviços

Art. 78 Serviços socioassistenciais são atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 8.742, de 1993, e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Seção III

Dos Programas de Assistência Social

Art. 79 Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

§ 1º Os programas serão definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, obedecidas a Lei Federal nº 8.742, de 1993, e as demais normas gerais do SUAS, com prioridade para a inserção profissional e social.

§ 2º Os programas voltados para o idoso e a integração da pessoa com deficiência serão devidamente articulados com o benefício de prestação continuada estabelecido no art. 20 da Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Seção IV

Dos Projetos de Enfrentamento à Pobreza

Art. 80 Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social à grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

Seção V

Da Relação com as Entidades e Organizações de Assistência Social

Art. 81 São entidades ou organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Federal nº 8.742, de 1993, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

Art. 82 As entidades e organizações de assistência social e os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais deverão ser inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social para que obtenha a autorização de funcionamento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, observado os parâmetros nacionais de inscrição definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 83 Constituem critérios para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais:

I – executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;

II – assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;

III – garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV – garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 84 As entidades e organizações de assistência social no ato da inscrição demonstrarão:

I – ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída;

II – aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no territó- rio nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III – elaborar plano de ação anual;

IV – ter expresso em seu relatório de atividades:

a) finalidades estatutárias;

b) objetivos;

c) origem dos recursos;

d) infraestrutura;

e) identificação de cada serviço, programa, projeto e benefício socioassistencial executado.

Parágrafo único. Os pedidos de inscrição observarão as seguintes etapas de análise:

I – análise documental;

II – visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo;

III – elaboração do parecer da Comissão;

IV – pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária;

V – publicação da decisão plenária;

VI – emissão do comprovante;

VII – notificação à entidade ou organização de Assistência Social por ofício.

CAPÍTULO VIII

DO FINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 85 O financiamento da Política Municipal de Assistência Social é previsto e executado através dos instrumentos de planejamento orçamentário municipal, que se desdobram no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. O orçamento da assistência social deverá ser inserido na Lei Orçamentária Anual, devendo os recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social serem voltados à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 86 Caberá ao órgão gestor da assistência social responsável pela utilização dos recursos do respectivo Fundo Municipal de Assistência Social o controle e o acompanhamento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, por meio dos respectivos órgãos de controle, independentemente de ações do órgão repassador dos recursos.

Parágrafo único. Os entes transferidores poderão requisitar informações referentes à aplicação dos recursos oriundos do seu fundo de assistência social, para fins de análise e acompanhamento de sua boa e regular utilização.

Seção I

Do Fundo Municipal De Assistência Social

Art. 87 Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, fundo pú- blico de gestão orçamentária, financeira e contábil, com objetivo de proporcionar recursos para cofinanciar a gestão, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 88 Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS:

I – recursos provenientes da transferência dos fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II – dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III – doações, auxílios, contribuições, subvenções de organizações internacionais e nacionais, Governamentais e não Governamentais;

IV – receitas de aplicações financeiras de recursos do fundo, realizadas na forma da lei;

V – as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da lei e de convênios no setor;

VI – produtos de convênios firmados com outras entidades financiadoras;

VII – doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;

VIII – outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º A dotação orçamentária prevista para o Fundo Municipal de Assistência Social será automaticamente transferida a sua conta, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§ 2º Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sobre a denominação – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

§3º As contas recebedoras dos recursos do cofinanciamento federal das ações socioassistenciais serão abertas pelo Fundo Nacional de Assistência Social.

Art. 89 O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sob orientação e fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 90 Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS serão aplicados em:

I – financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de assistência social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou por Órgão conveniado;

II – em parcerias entre poder público e entidades ou organizações de assistência social para a execução de serviços, programas e projetos socioassistencial específicos;

III – aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento das ações socioassistenciais;

IV – construção reforma ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de Assistência Social;

V – desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de Assistência Social;

VI – pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;

VII – pagamento de profissionais que integrarem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações, conforme percentual apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Art. 91 O repasse de recursos para as entidades e organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no CMAS-PBF, será efetivado por

intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, observando o disposto nesta lei.

Art. 92 Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 93 Revogam-se as disposições contidas na Lei Municipal nº 224, de 6 de julho de 2011, e na Lei Municipal nº 397, de 09 de março de 2017.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Sede do Município de Nortelândia - MT, ao 15º dia do mês de dezembro de 2017, 64º da Emancipação Político-Administrativa. 15.12.2017

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

ANTONIO QUINTEIRO DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Gabinete

MÁRCIA DEÚNGARO FERNANDES

Secretária Municipal de Assistência Social

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
LEI MUNICIPAL Nº 437, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

LEI MUNICIPAL Nº 437, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Prefeitura Municipal de Nortelândia – MT Sancionada a Matéria: Lei Complementar Municipal nº 437/2017, em 14/12/2017.

Aprovada pela Câmara Municipal em 27/11/2017.

Nortelândia – MT: 15/12/2017

Marlene Júlia de Oliveira Scarpat

Secretária Municipal de Adm., Plan. e Finanças

Publicado em 19/12/2017 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - Ano XII | nº 2.878

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO, CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSr.Jossimar José Fernandes, Prefeito do Município deNortelândia - MT, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º A Política Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelas disposições desta lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento básico do Município.

Art. 2º Para efeitos desta lei considera-se:

I – saneamento básico: conjunto de serviços e infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

II - gestão associada: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal;

III- universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

IV - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

V - prestação regionalizada: aquela em que um único prestador atende a 2 (dois) ou mais titulares;

VI - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

VII - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 3º Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo único. A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Art. 4º Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo dos resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 5º O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.

Art. 6º Para os efeitos desta lei, o serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades:

I - de coleta, transbordo e transporte dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 2o desta lei;

II - de triagem para fins de reuso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos relacionados na alínea c do inciso I do caput do art. 2o desta lei;

III - de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.

Seção II

Dos Princípios Fundamentais

Art. 7º A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I – universalização;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso em conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização das respectivas redes, adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais, que não causem risco a saúde pública e promovam o uso racional da energia, conservação e racionalização do uso da água e dos demais recursos naturais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental e proteção dos recursos hídricos, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos;

VIII - adoção de medidas de fomento à moderação do consumo de água.

IX - eficiência e sustentabilidade econômica;

X - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

XI - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

XII - controle social;

XIII - segurança, qualidade e regularidade;

XIV – subsídio, com instrumentos econômicos de política social para viabilizar a manutenção e a continuidade dos serviços públicos, com o objetivo de universalizar o acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda, como vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Seção III

Dos Objetivos

Art. 8º São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:

I - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda, indígenas e tradicionais;

II - proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

III - assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade ambiental, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

IV - incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

V - promover alternativas de gestão que viabilizem a autossustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação com os governos estadual e federal, bem como com entidades municipalistas;

VI - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção dos recursos hídricos e do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde, desenvolvendo programas de:

a) preservação dos recursos hídricos e de bacias hidrográficas, com vistas ao alcance do desenvolvimento sustentável e preservação ambiental;

b) execução do manejo do solo e da água, com a recuperação de áreas degradadas, conservação e recuperação de matas ciliares e demais florestas de proteção;

c) execução de campanhas de educação sanitária e ambiental.

VII - promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos contemplados as especificidades locais;

VIII- fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;

IX - contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

Seção IV

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º A execução da política municipal de saneamento básico será de competência da Secretaria Municipal de Planejamento, que distribuirá, de forma transdisciplinar, à todas as Secretarias e órgãos da Administração Municipal, respeitadas as suas competências.

Art. 10 A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I - valorização do processo de planejamento e decisão sobre medidas preventivas ao crescimento caótico de qualquer tipo, objetivando resolver problemas de dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição e a ocupação territorial sem a devida observância das normas de saneamento básico previstas nesta lei, no Plano Municipal de Saneamento Básico e demais normas municipais;

II - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

III - coordenação e integração das políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;

IV - atuação integrada dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais de saneamento básico;

V - consideração às exigências e características locais, à organização social e às demandas socioeconômicas da população;

VI - prestação dos serviços públicos de saneamento básico orientada pela busca permanente da universalidade e qualidade;

VII - ações, obras e serviços de saneamento básico planejados e executados de acordo com as normas relativas à proteção ao meio ambiente e à saúde pública, cabendo aos órgãos e entidades por elas responsáveis o licenciamento, a fiscalização e o controle dessas ações, obras e serviços, nos termos de sua competência legal;

VIII – adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento para fins e elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, compatibilizando-se com o Plano Municipal de Saúde e de Meio Ambiente, com o Plano Diretor Municipal e com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da região, caso existam;

IX - incentivo ao desenvolvimento científico na área de saneamento básico, à capacitação tecnológica da área, à formação de recursos humanos e à busca de alternativas adaptadas às condições de cada local;

X - adoção de indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento básico;

XI - promoção de programas de educação sanitária;

XII - estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

XIII - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares.

Art. 11 No acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos deverão ser observados, além de outros previstos, os seguintes procedimentos:

I - acondicionamento separado do resíduo sólido doméstico dos resíduos passíveis de reciclagem e a coleta seletiva destes;

II - acondicionamento, coleta e destinação própria dos resíduos hospitalares e dos serviços de saúde;

III - os resíduos industriais, da construção civil, agrícolas, entulhos e rejeitos nocivos à saúde, aos recursos hídricos e ao meio ambiente, bem como pilhas, baterias, acumuladores elétricos, lâmpadas fluorescentes e pneus, não poderão ser aterrados no aterro sanitário;

IV - utilização do processo de compostagem dos resíduos orgânicos, sempre que possível e viável;

V - manter o aterro sanitário dentro das normas da SEMA/MT, Resoluções do CONAMA e Normas da ABNT e demais legislações vigentes;

§ 1º A separação e o acondicionamento dos resíduos de que trata o inciso I é de responsabilidade do gerador, sendo a coleta, transporte e destino final de responsabilidade do Município (serviço terceirizado) de acordo com regulamentação específica.

§ 2º O acondicionamento, coleta, transporte e disposição final dos resíduos de que trata os incisos II e III é de responsabilidade do gerador.

§ 3º Os resíduos da poda de árvores e manutenção de jardins poderão ser coletados pela Prefeitura, quando não superior a 30 kg (trinta quilos) e dimensões de até 50 cm (cinquenta centímetros) e acondicionado separadamente dos demais resíduos.

§ 4º A disposição de qualquer espécie de resíduo gerado em um município, só poderá ser disposto em outro município, se autorizado pelo município depositário. Observando que, no caso de consórcio intermunicipal de aterro sanitário, a autorização para a disposição final dos resíduos sólidos entre os municípios consorciados deverá atender as exigências legais.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Da composição

Art. 12 A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Art. 13. O Sistema Municipal de Saneamento Básico fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 14. O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I - Plano Municipal de Saneamento Básico;

II - Conselho Municipal de Saneamento Básico;

III - Fundo Municipal de Saneamento Básico;

IV - Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

V - Conferência Municipal de Saneamento Básico.

Seção II

Do Plano Municipal de Saneamento Básico

Art. 15 Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico, que compõe o Anexo Único (Produto “B”, Produto “C”, Produto “D”, Produto “E” e Produto “H”), desta lei, documento destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental para a execução dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007.

Art. 16 O Plano Municipal de Saneamento Básico contemplará um período de 20 (vinte) anos e contém, como principais elementos:

I - diagnóstico da situação atual e seus impactos nas condições de vida, com base em sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais, socioeconômicos e apontando as principais causas das deficiências detectadas;

II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitindo soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas;

VI - Adequação legislativa conforme legislação federal vigente.

Art. 17 O Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído por esta lei, será avaliado anualmente e revisado em prazo não superior a 4 (quatro) anos.

§ 1º O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar as alterações decorrentes da revisão prevista no caput à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

§ 2º A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que estiver inserido, bem como elaborada em articulação com a prestadora dos serviços.

§ 3º A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor à época da delegação.

§ 4º O Plano Municipal de Saneamento Básico, dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário deverá englobar integralmente o território do ente do município.

Art. 18 Na avaliação e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, tornar-se-á por base o relatório sobre a salubridade ambiental do município.

Art. 19 O processo de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico dar-se-á com a participação da população e do Conselho Municipal de Saneamento.

Seção III

Do Conselho Municipal de Saneamento

Art. 20 Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento como órgão superior de assessoramento e consulta da administração municipal, com fun-

ções fiscalizadoras e deliberativas no âmbito de sua competência, conforme dispõe esta lei.

Art. 21 São atribuições do Conselho Municipal de Saneamento:

I - elaborar e aprovar seu regimento interno;

II - dar encaminhamento às deliberações das Conferências Municipal, Regional, Estadual e Nacional de Saneamento Básico;

III - opinar sobre questões de caráter estratégico para o desenvolvimento da cidade e território municipal quando couber;

IV - deliberar e emitir pareceres sobre propostas de alteração da Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e dos Regulamentos;

V- acompanhar a execução do desenvolvimento de planos e projetos de interesse do desenvolvimento do Município quando afetar o âmbito do saneamento básico;

VI - deliberar sobre projetos de lei de interesse da política do saneamento municipal, antes do seu encaminhamento a Câmara;

VII - acompanhar a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico e sua revisão, devendo reunir-se pelo menos duas vezes ao ano com fins específicos de monitoramento do mesmo, e efetuar a sua revisão conforme previsto nesta lei;

VIII - apreciar e deliberar sobre casos não previstos na Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e na legislação municipal correlata;

IX - deliberar sobre recursos de competência do FMSB, bem como acompanhar seu cronograma de aplicação.

Art. 22 O Conselho será composto em um modelo bipartite paritário, composto por no mínimo 5 (cinco) membros efetivos e por seus respectivos suplentes, com mandato de 2 (dois) anos, não admitida a recondução, nomeados por decreto do Prefeito, assegurada a representação:

I - dos titulares dos serviços;

II - de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico;

III - dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico;

IV - dos usuários de serviços de saneamento básico;

V - de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico.

§ 1º Os membros devem exercer seus mandatos de forma gratuita, vedada à percepção de qualquer vantagem de natureza pecuniária.

§ 2º O suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho será prestado pela Prefeitura Municipal de Nortelândia - MT.

§ 3º As reuniões do Conselho são públicas, facultado aos munícipes solicitar, por escrito e com justificativa, que se inclua assunto de seu interesse na pauta da primeira reunião subsequente.

§ 4º As decisões do Conselho dar-se-ão, sempre, por maioria absoluta de seus membros.

§ 5º O Presidente do Conselho e seu Vice-Presidente, será eleito pelos Conselheiros dentre seus Membros.

§ 6º As funções e competências dos órgãos colegiados a que se refere o caput deste artigo poderão ser exercidas por órgãos colegiados já existentes, com as devidas adaptações das leis que os criaram.

Art. 23. São atribuições do Presidente do Conselho:

I - convocar e presidir as reuniões do Conselho;

II - solicitar pareceres técnicos sobre temas de relevante na área de saneamento e nos processos submetidos ao Conselho;

III - firmar as atas das reuniões e homologar as resoluções e decisões.

Seção IV

Do Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB)

Art. 24. Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB, como órgão da Administração Municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento.

§ 1º Os recursos do FMSB serão aplicados exclusivamente em saneamento básico no espaço geopolítico do Município; após consulta ao Conselho Municipal de Saneamento.

§ 2º A supervisão do FMSB será exercida na forma da legislação própria e, em especial, pelo recebimento sistemático de relatórios, balanços e informações que permitam o acompanhamento das atividades do FMSB, da execução do orçamento anual e da programação financeira aprovados pelo Executivo Municipal.

Art. 25. Os recursos do FMSB serão provenientes de:

I - repasses de valores do Orçamento Geral do Município;

II -percentuais da arrecadação relativa a tarifas e taxas decorrentes da prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgotos, resíduos sólidos e serviços de drenagem urbana;

III - valores de financiamentos de instituições financeiras e organismos multilaterais públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;

IV - valores a Fundo Perdido, recebidos de pessoas jurídicas de direito privado ou público, nacionais ou estrangeiras;

V - doações e legados de qualquer ordem.

§ 1º O resultado dos recolhimentos financeiros será depositado em conta bancária exclusiva e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas descritas nesta lei.

§ 2º Para remuneração de entidade reguladora mantida pela própria administração na forma de instituição de autarquia, ou mediante convênio com outros entes ou instituições de direito público (bilateralmente ou através de consórcio regional), nos termos desta lei, a concessionária ou prestador de serviços públicos conforme disposto no inciso II do caput deste artigo deverá destinar mensalmente o valor correspondente a 1,5% (um e meio por cento) do faturamento do mês de referência, que será creditado em conta do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

§ 3º O disposto no parágrafo anterior não exclui a obrigação de a concessionária demonstrar o cumprimento do Anexo III da Lei nº 307/2013, de 11 de dezembro de 2013 até o advento desta lei, no que tange à destinação dos valores mencionados no parágrafo anterior, independente da efetiva implantação da Entidade Reguladora, e não constituindo caso de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Art. 26 O Orçamento e a Contabilidade do FMSB obedecerão às normas estabelecidas pela Lei n° 4.320/64 e Lei Complementar 101/2000, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e as estabelecidas no Orçamento Geral do Município e de acordo com o princípio da unidade e universalidade.

Parágrafo único. Os procedimentos contábeis relativos ao FMS serão executados pela Contabilidade Geral do Município.

Art. 27 A administração executiva do FMS será de exclusiva responsabilidade do Município.

Art. 28 O Prefeito Municipal, por meio da Contadoria Geral do Município, enviará, mensalmente, o Balancete ao Tribunal de Contas do Estado, para fins legais.

Seção V

Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico

Art. 29 Fica instituído o Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, que possui como objetivos:

I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

§ 1º As informações do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas por meio da internet.

§ 2º O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico deverá ser regulamentado em um ano, contados da publicação desta lei.

Seção VI

Da Conferência Municipal de Saneamento Básico

Art. 30 A Conferência Municipal de Saneamento Básico, parte do processo de elaboração e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, contará com a representação dos vários segmentos sociais e será convocada pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 1º Preferencialmente serão realizadas pré-conferências de saneamento básico como parte do processo e contribuição para a Conferência Municipal de Saneamento Básico.

§ 2º A Conferência Municipal de Saneamento Básico terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, proposta pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico e aprovada pelo Chefe do Poder Executivo.

Capítulo III

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Do Exercício da Titularidade

Art. 31 Os serviços básicos de saneamento de que trata esta Lei poderão ser executados das seguintes formas:

I - de forma direta pela Prefeitura ou por órgãos de sua administração indireta;

II - por empresa contratada para a prestação dos serviços através de processo licitatório;

III - por empresa concessionária escolhida em processo licitatório de concessão, nos termos da Lei Federal nº 8.987/95;

IV - por gestão associada com órgãos da administração direita e indireta de entes públicos federados por convênio de cooperação ou em consórcio público, através de contrato de programa, nos termos do artigo 241 da Constituição Federal e da Lei Federal nº 11.107/05.

§ 1º A prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração municipal depende de celebração de contrato, sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

§ 2º Excetuam do disposto no parágrafo anterior os serviços autorizados para usuários organizados em cooperativas, associações ou condomínios, desde que se limite a distrito ou comunidade rural.

§ 3º Da autorização prevista no parágrafo anterior deverá constar a obrigação de transferir ao titular os bens vinculados aos serviços por meio de termos específicos, com os respectivos cadastros técnicos.

Art. 32 São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:

I- a existência do Plano de Saneamento Básico;

II - a existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços;

III - a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização;

IV - a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato.

Art. 33. Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa, as normas previstas no inciso III do artigo anterior deverão prever:

I - a autorização para a contratação dos serviços, indicando os respectivos prazos e a área a ser atendida;

II - inclusão no contrato das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos, em conformidade com os serviços a serem prestados;

III - as prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas;

IV - as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação de serviços, em regime de eficiência, incluindo:

a) o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas;

b) a sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas;

c) a política de subsídios;

V - mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização e transparência dos serviços;

VI - as hipóteses de intervenção, penalidades e de retomada dos serviços;

VII- Atender as legislações vigentes no que se refere à qualidade da água.

§ 1º Os contratos não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou de acesso às informações sobre serviços contratados.

§ 2º Na prestação regionalizada, o disposto neste artigo e no artigo anterior poderá se referir ao conjunto de municípios por ela abrangidos.

Art. 34. Nos serviços públicos de saneamento básico em que mais de um prestador execute atividade interdependente com outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato e haverá órgão único encarregado das funções de regulação e de fiscalização.

Parágrafo único. A Entidade reguladora definirá, pelo menos:

I - as normas técnicas relativas à qualidade e regularidade dos serviços aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;

II - as normas econômicas e financeiras relativas às tarifas, aos subsídios e aos pagamentos por serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores dos serviços;

III - a garantia de pagamento de serviços prestados entre os diferentes prestadores dos serviços;

IV - os mecanismos de pagamento de diferenças relativas a inadimplemento dos usuários, perdas comerciais e físicas e outros créditos devidos, quando for o caso;

V - o sistema contábil específico para os prestadores que atuem em mais de um Município;

VI - a compensação sócio-ambiental por atividades causadoras de impacto.

Art. 35. O contrato a ser celebrado entre os prestadores de serviços a que se refere o artigo anterior deverá conter cláusulas que estabeleçam pelo menos:

I - as atividades ou insumos contratados;

II - as condições, e garantias recíprocas de fornecimento e de acesso às atividades ou insumos;

III - o prazo de vigência, compatível com as necessidades de amortização de investimentos, e as hipóteses de sua prorrogação;

IV - os procedimentos para a implantação, ampliação, melhoria e gestão operacional das atividades;

V - as regras para a fixação, o reajuste e a revisão das taxas, tarifas e outros preços públicos aplicáveis ao contrato;

VI - as condições e garantias de pagamento;

VII - os direitos e deveres sub-rogados ou os que autorizam a sub-rogação;

VIII - as hipóteses de extinção, inadmitida a alteração e a rescisão administrativas unilaterais;

IX - as penalidades a que estão sujeitas as partes em caso de inadimplemento;

X - a designação do órgão ou entidade responsável pela regulação e fiscalização das atividades ou insumos contratados.

Seção II

Da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico

Art. 36 A prestação dos serviços de saneamento básico atenderá a requisitos mínimosde qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

Art. 37 Toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

§ 1º Na ausência de redes públicas de água e esgotos, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

§ 3º As edificações temporárias deverão dispor de meios específicos para conexão às redes públicas de água tratada e esgoto sanitário.

Art. 38 Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

Art. 39 Os prestadores de serviços de saneamento básico deverão elaborar manual de prestação de serviço e atendimento, assegurando acesso amplo e gratuito aos usuários dos sistemas.

Seção III

Dos Direitos e Deveres dos Usuários

Art. 40 São direitos dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - agra dativa universalização dos serviços de saneamento básico e sua prestação de acordo com os padrões estabelecidos pelo órgão de regulação e fiscalização;

II - o amplo acesso às informações constantes no Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

III - a cobrança de taxas, tarifas e preços públicos compatíveis com a qualidade e quantidade do serviço prestado;

IV - o acesso direto e facilitado ao órgão regulador e fiscalizador;

V - ao ambiente salubre;

VI - o prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

VII - a participação no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do artigo 19 desta lei;

VIII - o acesso gratuito ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário.

Art. 41. São deveres dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - o pagamento das taxas, tarifas e preços públicos cobrados pela Administração Pública ou pelo prestador de serviços;

II - o uso racional da água e a manutenção adequada das instalações hidrossanitárias da edificação;

III - a ligação de toda edificação permanente urbana às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário disponíveis;

IV - o correto manuseio, separação, armazenamento e disposição para coleta dos resíduos sólidos, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder público municipal;

V - primar pela retenção das águas pluviais no imóvel, visando a sua infiltração no solo ou seu reuso;

VI - colaborar com a limpeza pública, zelando pela salubridade dos bens públicos e dos imóveis sob sua responsabilidade.

VII - participar de campanhas públicas de promoção do saneamento básico.

Parágrafo único. Nos locais não atendidos por rede coletora de esgotos, é dever do usuário a construção, implantação e manutenção de sistema individual de tratamento e disposição final de esgotos, conforme regulamentação do poder público municipal, promovendo seu reuso sempre que possível.

Seção IV

Da Participação Regionalizada em Serviços de Saneamento Básico

Art. 42 O Município poderá participar de prestação regionalizada de serviços de saneamento básico que é caracterizada por:

I - um único prestador dos serviços para vários Municípios, contíguos ou não;

II - uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive sua remuneração;

III - compatibilidade de planejamento.

§ 1º Na prestação de serviços de que trata este artigo, as atividades de regulação e fiscalização poderão ser exercidas:

a) por órgão ou entidade de ente da Federação a que o titular tenha delegado o exercício dessas competências por meio de convênio de cooperação técnica entre entes da Federação, obedecido ao disposto no artigo 241 da Constituição Federal;

b) por consórcio público de direito público integrado pelos titulares dos serviços.

§ 2º No exercício das atividades de planejamento dos serviços a que se refere o "caput" deste artigo, o titular poderá receber cooperação técnica do Estado e basear-se em estudos técnicos fornecidos pelos prestadores.

Art. 43 A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico poderá ser realizada por:

I - órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista estadual ou municipal; na to-

talidade das atividades em sua parte como: Tratamento, Regulação, Normatização;

II - empresa a que se tenham concedido os serviços;

§ 1º O serviço regionalizado de saneamento básico poderá obedecer ao plano de saneamento básico elaborado para o conjunto dos municípios consorciados.

§ 2º Os prestadores deverão manter sistema contábil que permita registrar e demonstrar, separadamente, os custos e as receitas de cada serviço para cada um dos municípios atendidos.

§ 3º A empresa que se refere o inciso II deverá ser contratada através de processo licitatório.

Seção V

Dos Aspectos Econômicos e Sociais

Art. 44 Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;

III - de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

§ 1º Observado o disposto nos incisos I a III do caput deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observarão as seguintes diretrizes:

I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

VIII - incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

§ 2o Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

Art. 45 Observado o disposto no artigo anterior, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

I - categorias de usuários, distribuídos por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;

II - padrões de uso ou de qualidade requeridos;

III - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;

IV - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;

V - ciclos significativos de aumento de demanda dos serviços, em períodos distintos;

VI - capacidade de pagamento dos consumidores.

Art. 46 Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda poderão ser:

I - diretos: quando destinados a usuários determinados;

II - indiretos: quando destinados ao prestador dos serviços;

III - tarifários: quando integrarem a estrutura tarifária;

IV - fiscais: quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções;

V - internos a cada titular ou localidades: nas hipóteses de gestão associada e de prestação regional.

Art. 47 As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de coleta, tratamento e manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar em conjunto ou separadamente:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos, as áreas edificadas e a sua utilização;

III - o peso ou volume médio coletado por habitante ou por domicílio;

IV - tipo de resíduo gerado e a qualidade da segregação na origem.

Art. 48 A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas deve levar em conta, em cada lote, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, podendo considerar também:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos, áreas edificadas e sua utilização.

Art. 49 O reajuste de tarifas de serviços públicos de saneamento básico será realizado observando se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

Art. 50 As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser:

I - periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado;

II - extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pelo órgão ou entidade reguladora, ouvidos os usuários e os prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

§ 3º O órgão ou entidade reguladora poderá autorizar o prestador dos serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei Federal nº 8. 987/95.

Art. 51 As tarifas devem ser fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões tornados públicos com antecedência mínima de 90 (noventa) dias com relação à sua aplicação.

Parágrafo único. A fatura a ser entregue ao usuário final deverá ter seu modelo aprovado pelo órgão ou entidade reguladora, que definirá os itens e custos a serem explicitados.

Art. 52 Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza no sistema;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário;

V - inadimplência do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

Art. 53 Desde que previsto nas normas de regulação, grandes usuários poderão negociar suas tarifas com o prestador dos serviços, mediante contrato específico, ouvido previamente o regulador.

Art. 54 Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o titular, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais.

§ 1º Não gerarão crédito perante o titular os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 2º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pelo órgão ou ente regulador e Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatárias, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

Capítulo IV

DA REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 55 O município poderá prestar diretamente ou delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços de saneamento básico, nos termos da Constituição Federal, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei nº8.987, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, da Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004 e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Parágrafo único. As atividades de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico poderão ser exercidas:

I - por autarquia com esta finalidade, pertencente à própria Administração Pública;

II -por órgão ou entidade de ente da Federação que o município tenha delegado o exercício dessas competências, obedecido ao disposto no art. 241 da Constituição Federal;

III - por consórcio público integrado pelos titulares dos serviços.

Art. 56. São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III - prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência e defesa do consumidor;

IV - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade;

V - definir as penalidades.

Art. 57 A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

V - medição, faturamento e cobrança de serviços;

VI - monitoramento dos custos;

VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX - subsídios tarifários e não tarifários;

X - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento;

§ 1º As normas a que se refere o caput deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 2º As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 58 Em caso de gestão associada a prestação regionalizada dos serviços, poderão ser adotados os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em toda a área de abrangência da associação e prestação.

Art. 59 Os prestadores dos serviços de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o caput deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

Art. 60 Devem ser dadas publicidade e transparência aos relatórios, estudos e decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou a fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto.

§ 1º Excluem-se do disposto no "caput" deste artigo os documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante, mediante prévia e motivada decisão.

§ 2º A publicidade e a transparência que se refere o "caput" deste artigo deverá se efetivar, preferencialmente, por meio de site na internet.

Art. 61. É assegurado aos usuários dos serviços públicos de saneamento básico:

I - amplo acesso a informações sobre os serviços prestados;

II - prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

III - acesso ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pelo órgão ou entidade reguladora;

IV - acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

Capítulo V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 62 À Prefeitura Municipal e seus órgãos da administração direta e indireta compete promover a capacitação sistemática dos funcionários para garantir a aplicação e a eficácia desta lei e demais normas pertinentes.

Art. 63 O Plano Municipal de Saneamento Básico e sua implementação ficam sujeitos ao contínuo acompanhamento, revisão e adaptação às circunstâncias emergentes e serão revisto em até dois anos após a publicação dos resultados dos Censos Demográficos realizados e publicados pelo IBGE;

Art. 64 O Plano de Manejo, Recuperação, e ou Conservação de Mananciais Subterrâneos e/ou Superficiais para captação de abastecimento público de água potável, deverá estar concluído até três (3) anos após a aprovação e publicação desta lei;

Parágrafo único. Até três (3) anos após a publicação desta lei a Prefeitura Municipal deverá ter viveiro de mudas para promover a recuperação nas nascentes e matas ciliares do município.

Art. 65 Ao Poder Executivo Municipal compete dar ampla divulgação do PMSB e das demais normas municipais referentes ao saneamento básico.

Art. 66 A entidade ou o órgão regulador dos serviços de que trata esta lei será definido mediante lei específica.

Art. 67 Fica o Poder Executivo autorizado a contratar empresas, inclusive por concessão, para a execução dos serviços de que tratam as alíneas *a*, *b*, *c* e *d* contidas no inciso I do artigo 2º desta lei, no todo ou em parte.

Art. 68 Os regulamentos dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas serão propostos pelo órgão regulador e baixados por decreto do Poder Executivo, após aprovação do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Art. 69 Enquanto não forem editados os regulamentos específicos, ficam em uso as atuais normas e procedimentos relativos aos serviços de água e esgotos sanitários, bem como as tarifas e preços públicos em vigor, que poderão ser reajustadas anualmente pelos IPCA (índice de preço ao consumidor ampliado).

Art. 70 Os serviços previstos no artigo anterior deverão ter sustentabilidade econômico-financeira através da cobrança de taxas, tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação de serviços.

Art. 71 Esta lei entra em vigor da data de sua publicação.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Sede do Município de Nortelândia - MT, ao 15º dia do mês de dezembro de 2017, 64º da Emancipação Político-Administrativa. 15.12.2017

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

ANTONIO QUINTEIRO DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Gabinete

MARLENE JÚLIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 029/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 029/2017

A CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 03.425.170/0001-06, com sede na Avenida Prefeito João Macaúba, nº 82, nesta cidade de NORTELÂNDIA-MT, neste ato devidamente representada pelo Prefeito, Jossimar José Fernandes, brasileiro, casado, inscrito no RG nº 351.773 SSP/MT e CPF nº 503.511.841.04, residente à Rua Antônio Olímpio de Oliveira, nesta cidade e o CONTRATADO: VINICIUS VIANA RONDON COM C.P.F: 055.622.401-90 celebram o presente termo aditivo no seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

1.1 **CLÁUSULA PRIMEIRA - Este termo aditivo tem por finalidade renovação do prazo inicial em três meses e consequentemente a renovação do valor em R$ 2.811,00 (dois mil oitocentos e onze reais)** do presente Contrato de Visitador com formação nível médio para acompanhamento de gestantes e crianças que estão em situação de vulnerabilidade e risco social. 1.2 Justifica-se o presente aditivo de renovação uma vez que o Programa Primeira Infância (Criança Feliz) continuará a ser Objeto de convenio na gestão de 2018 **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS E VALOR ADITIVADO**

2.1 O prazo inicialmente estabelecido fica prorrogado por 03 (três) meses corridos, contados a partir do dia 01 de janeiro de 2018, com o valor aditivado de 50%.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL 3.1 - O fundamento legal para a presente prorrogação de prazo está previsto no artigo 57, II da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas relativas ao contrato mencionado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

718.06.003.08.244.0021.2080.3390360000

LÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 – As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

5.2 – Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Nortelândia – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

5.3 – E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE e CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento, em três vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nortelândia-MT, 18 de dezembro de 2017

_____

_____

Município de Nortelândia-MT VINICIUS VIANA RONDON

Prefeito Municipal Contratado

Contratante

1º.) TESTEMUNHA: _____

CPF: _____

RG: _____

2º.) TESTEMUNHA: _____

CPF: _____

RG: _____

JURIDICO
PORTARIA Nº 208, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Recompõe o Conselho Municipal do Idoso, nomeado pela Portaria nº 595, de 18 de março de 2016, e das outras providências.

O Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo, e com fundamentos no Artigo 6º da Lei Municipal nº 142/2003, de 13 de Outubro de 2003 e alterada pela Lei Municipal nº 074/2007, de 30 de Julho de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear abaixo as pessoas relacionadas para **recompor o Conselho Municipal do Idoso**, para o termino do biênio 2016/2018, nos termos da Lei Municipal nº 142/2003, de 13 de Outubro de 2003 e alterada pela Lei Municipal nº 074/2007, de 30 de Julho de 2007:

A) Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Titular: José de Souza Amaral

Suplente: Guilherme Henrique Souza de Oliveira

B) Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer

Titular: Heroina da Silva Abrantes

Suplente: Edileusa Souza de Oliveira

C) Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Rayane Xavier Lobo

Suplente: Luciana Alves Marinho dos Santos

D) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Agricultura

Titular: Jackeline Rodrigues de Souza Ormond

Suplente: Benedito Hudson Monteiro e Mayer

E) Centro de Referência e Assistência – CRAS

Titular: José Silva dos Santos Junior

Suplente: Liz Mendes Ormond

F) Associação Municipal dos Servidores Públicos de Nortelândia - AMSPN

Titular: Eltron da Silva Carvalho

Suplente: Mara Flaviana de Almeida

G) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nortelândia

Titular: Valdirene Souza de Oliveira

Suplente: Maria Tereza Lourenço Machado

H) Pastoral da Criança

Titular: Cristiane Rodrigues da Silva

Suplente: Natalia Maria da Silva

I) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nortelândia – APAE

Titular: Dulcenei de Souza Matos

Suplente: Jocélio Pereira dos Santos

J) Associação Beneficente Assistencial – ONG "Amor a Vida"

Titular: Delza Rosalina da Silva

Suplente: Marcilene Oliane

Art. 2º As atribuições do Conselho Municipal do Idoso estão contidas no Capítulo III, art. 5º da Lei Municipal nº 142/2003, de 13 de Outubro 2003.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 195, de 27 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 18º dia do mês de dezembro de 2017, 64º da Emancipação Político-Administrativa. 18.12.2017

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

ANTONIO QUINTEIRO DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Gabinete

MÁRCIA DEUNGARO FERNANDES

Secretária Municipal de Assistência Social

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
EDITAL 003/207 - HOMOLOGAÇÃO INSCRIÇÕES PROCESSO SELETIVO 001/2017-SMECDL

EDITAL Nº 003/2017

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PARA ATUAR NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NORTELÂNDIA – MATO GROSSO, DURANTE O ANO LETIVO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA - MT, COMO CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PARA ATUAR NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPECIALMENTE, PARA PREENCHER AS VAGAS DE SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDORES EFETIVOS AFASTADOS OU LICENCIADOS, AULAS E TURMAS LIVRES, E PARA OS ACRÉSCIMOS DE SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA OU NÃO, CONFORME EDITAIS NºS 001/2017-SMECDL, 002/2017-SMECDL E LEI MUNICIPAL Nº 427 DE 13/11/2017, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER, em conjunto com a **COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICAD**O, no uso de suas atribuições legais, torna público a relação dos candidatos que tiveram as inscrições **DEFERIDAS E INDEFERIDAS**, dos quais os candidatos com as **inscrições deferidas**, encontram–se aptos a prestar o Processo Seletivo Simplificado, baseado nas normas estabelecidas pelos EDITAIS NºS 001 e 002/2017.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 A Avaliação será realizada no dia **22 DE DEZEMBRO DE 2017,** com início às 8:00 horas e término às 12:00 horas no Centro Municipal de Ensino "Júlio Praxede Duarte", sito à Rua Vereador Tibúrcio Gomes Portela, Nº706, Bairro Bandeirantes, Nortelândia – MT.

1.2 Não será permitido o acesso de candidatos ao local da avaliação após o horário estabelecido para o seu início.

1.3. O tempo de realização da avaliação será de 04 (quatro) horas e o candidato deverá se apresentar 30 (trinta) minutos antes da hora marcada para o início, portando caneta esferográfica azul ou preta, carteira de identidade ou documento com foto e protocolo da inscrição.

1.4. O candidato que, durante a realização da avaliação, for colhido em flagrante em comunicação com outro candidato ou com pessoas estranhas, oralmente, por escrito ou através de equipamentos eletrônicos, ou ainda, que venha a tumultuar a realização da avaliação será eliminado deste Processo Seletivo Simplificado.

1.5 Não será permitida qualquer tipo de consulta e/ou uso de calculadoras ou qualquer outro instrumento de cálculo, dispositivo eletrônico transmissor/receptor, inclusive telefone celular e relógio.

2. DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

2.1 Cargos:

A) CARGO: PROFESSOR – PEDAGOGIA

INSC.	NOME:	CPF	RG:
01	GEOVANIA NERES DOS SANTOS	012622471-44	1717061-3
03	KÍSSILA SILVA COSTA	022301081-23	1990952-7
22	ELIANE DE ARRUDA	571762301-10	0881451-1
23	ADRIANA DE ALMEIDA BRANCO SANCHES	017740611-98	1786327-9
191	JOSILENE DE SOUZA OLIVEIRA	024972281-08	1810629-3
35	SUZANETE PEREIRA DE PAULA	024997021-09	1957746-0
42	LÍVIA MORAES DE SOUZA CALIL	028119921-38	1976992-0
48	WESEKEI FERNANDA DA SILVA	036027831-03	1638928-0
49	ALESSANDRA LAURA BATISTA	019227821-57	1733273-2
57	SUELY DE FRANÇA SANTANA	031377821-39	1856343-0
87	JULLIENE MENDES DE SOUZA	895867431-87	0640465-0
73	ELENICE DA COSTA MOREIRA MELO	919267421-68	1370761-2
252	JUSIANE DAMACENO FERREIRA	025168891-78	1957234-4
84	ELKA BESTRIZ M. MAYER	898851551-04	1170673-2
81	CRISLENE C. SANTOS FREITAS	031361311-77	2120672-4
231	JÉSSICA CRISTINA DE SANTANA	027360611-52	1955747-7
96	HELLEN CAROLINA REITERBERG	040557041-43	1350454-1
97	KELIS TRINDADE SOUZA	005203971-42	1422212-4
244	MARIA APARECIDA RODRIGUES	943186201-82	136028-70
110	ROSANGELA BETANIN SANTOS	996568841-91	1531387-5
172	VALERIA APARECIDA BARANIUK	018400161-75	1771697-7
173	MARIA ROSA MENDES DOS SANTOS	946126091-15	1536576-0
177	TIAGO BORGES DA SILVA	028877151-60	2054290-9
230	ENI BORGES MARQUES	970255181-15	1200779-0
235	SINÉSIA FRANCISACA MORAES	946751771-78	123028-05
178	FERNANDA FERREIRA MARTINS	020921991-29	1892648-7
166	ILEUSA SOUZA RIBEIRO MEIRA	571521101-53	0742653-4
159	VALDECI RIBEIRO DA SILVA	012454841-50	1691348-5
117	JOSIMEIRE GOMES DE MEIRA	630685591-70	1163277-1
120	MADALENA MOREIRA DE OLIVEIRA	898382891-91	1092217-2
118	SOLANGE GOMES DOS SANTOS	948448951-80	1422215-9
116	SUELI APARECIDA CARDOSO BORGES	000991191-67	983403
150	ROZANI ABREU ORMOND	350234141-91	0487150-2
135	AUDACI DE JESUS BRITO	859495071-74	742436
132	GEUSA DA CONCEIÇAO TONÁZIO	044376731-90	2262958-0
130	ELIZANGELA MARIA DOS SANTOS	935386771-15	1366069-1
151	JUCILENE MARGARIDA DE FRANÇA DIAS	898315601-59	1163290-9
152	RONIL DIAS DA SILVA	503068801-30	0560030-8
154	IZAIRA JESSIE COELHO PORTELA DA SILVA	035985031-64	2182226-3
155	WANESSA PATRICIA DO NASCIMENTO MORAIS	052875441-01	2468410-4
140	MARKLEY LOPES BARRETO	921559521-04	1717977-7
131	TEREZINHA DE JESUS PEREIRA	000274861-41	1325494-4
139	EZANDRÉIA SOUZA GOMES	025055131-47	1840232-1

B) CARGO: PROFESSOR – EDUCAÇÃO FÍSICA

INSC.	NOME:	CPF	RG:
25	HEROÍNA DA SILVA ABRANTES	740645761-87	1647431-7
80	WALESSON ANTONIO L. SILVA	032827941-26	1842966-1
88	MAIARA RODRIGUES DE SOUZA	013171651-44	1710999-9
102	PAULA NADIR B. PEREIRA	045803821-02	2034517-8
149	JANAINA DOMINGUES DA SILVA	020814861-21	2049802-0
223	NAYARA DIAS NOGUEIRA REZENDE	036318831-29	1980675-2

C) CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

INSC.	NOME:	CPF	RG:
004	ANA CAROLINNE SANTANA DE OLIVEIRA	206.994.074-80	1778074-8
005	LUCIVÂNIA ARAUJO PINOTE	709.630.101-15	1325447-2
007	CAMILA VITORIA FREITAS PAIVA	062.853.791-30	2766979-3
012	MARGARIDA FRANCO	163.739.964-34	2096070-0
010	JUDITH GUEDES COUTINHO	161.931.354-30	1947805-4
014	SAMARA PATRICIA ESTEVO SOUZA	190.559.131-65	2481126-2
015	SUELLY DOS SANTOS ALMEIDA	061.886.951-47	2496391-7
017	APARECIDA NOGUEIRA DE JESUS	503.507.491-91	1261703-2
018	CARLA DE OLIVEIRA PEREIRA	068.531.271-29	2482342-2
019	ANIKELLY ALVES CARDOSO	100.518.754-11	223902-3
026	ROZELENE ALVES DO NASCIMENTO	019.521.401-37	1689394-8
020	HERIKA RAFFAELLA A.DOURADO	027.244.011-66	2182084-8
024	EDLAINE DE OLIVEIRA F.LIMA	061.369.991-29	2291673-3
027	IVANICE PEREIRA BARRETO	571.729.431-04	1374580-8
028	CINDY DA CRUZ MENEZES	063.207.901-05	2823643-2
031	MATHEUS SANTOS DE MENEZES	063.424.331-43	2716740-2
029	ADRIELLY NADJA MATIAS LIMA	057.502.271-03	2479896-7
030	KELLITA RODRIGUES DE LARA	054.713.711-78	2202911-7
033	KAROLAYNE SOUZA SILVA	050.406.021-03	2718053-0
036	SAMARA MACHADO LIMA	000.575.961-74	1661721-0
039	SILVANA MEIRA	816.502.131-15	1132704-9
040	ANDREW VINICIUS AQUINO SILVA	704.388.221-45	2496508-1
045	BIBIANE CONSTANTINO SOUTO	035.058.651-92	1976191-0
044	MARISTELA CHIOQUETA LEONARDO	906.627.501-44	1605779-1
070	CAROLINE DE JESUS CAMPOS	062.218.461-02	2717813-5
046	JANAINA FERREIRA DA SILVA	027.451.091-03	238681-3
064	LUANA GUEDES DA S.COUTINHO	037.990.751-86	2232151-9
051	MARILZA DA SILVA M.PIMENTA	908.945.961-87	1355057-8
054	JOSIANE PATRICIA DE S.PEREIRA	026.912.831-00	1885902-0
055	ELLINY KARINY R.DE CASTRO	054.636.391-16	2390366-0
060	AMANDA BELO DA SILVA	735.648.771-34	1840504-5
061	RAIMUNDA SILVA COSTA	040.635.501-09	2031612-0
058	LUCIANA RIBEIRO DE SOUZA	003.766.841-27	1389029-8
056	VANESSA ARRAIS DE LIMA	016.315.801-08	1751604-8
050	AMANDA LETICIA M.S.QUINTEIRO	051.428.331-98	2232050-4
063	JAQUELINE JESUS DO NASCIMENTO	036.724.725-90	1425602-1
065	FABIOLA MORAES CARDOSO	057.311.261-43	2657764-0
069	IDIMARA FERREIRA DA SILVA	050.422.251-10	2558624-6
068	CAMILA LETICIA L.MARQUES	037.161.301-92	2221171-3
071	FRANCIS PAULA S.MOREIRA CASTRO	039.224.961-80	2212022-0
078	JOSELITA FERREIRA COZUMBÁ	997.504.222-87	1068115
079	LIDIANE MARTINS PACHECO	017.349.601-67	1587281-5
083	CLAUDIA FAVALESSA LIMA	018.091.171-60	1840531-2
085	STEFANY LETICIA B.DOS SANTOS	004.954.911-10	2481086-0
086	ANDREIA GESIELA C.LENZI	593.854.481-53	1198575-5
090	CATARINE MARIA FIN CAJANGO	033.219.841-30	2463998-2
089	THIAGO DE SOUZA SILVA	023.806.811-14	1751541-6
094	ELIZABETH LEITE DAMACENO	005.279.891-77	1601443-0
095	ANDRESSA RAYZA O.COSTA	050.334.561-05	2481078-9
098	ADRIANA TRINDADE SOUZA	025.140.681-42	1319110-1
101	VALDA GONÇALVES RONDON	050.334.231-93	2481174-2
103	IVANIL FRANCISCA DE OLIVEIRA	011.450.641-83	1725260-1
104	NATHALIA REGINA D.LARSSEN	050.806.291-85	2347419-0
107	SUZANY MARIA DO NASCIMENTO	036.214.441-90	1816642-3
106	EMILLI RAYANE COSTA SILVA	023.799.311-27	1971009-7
108	NATALICE DA COSTA DA CRUZ	052.615.311-36	2544131-0
109	ESTEFANY DE ARRUDA DINIZ	054.166.601-37	2385459-6
112	NOELIA GONÇALVES DE ALMEIDA	959.291.501-68	1432455-5
115	KELVISON DOUGLAS DOS S.GODOY	044.160.101-41	2318741-7
119	ROSILDA DE OLIVEIRA	043.297.701-56	2341719-6
125	MARIA HELENA NOBRE MUNIZ	037.232.111-94	2260713-7
121	SHIRLY DIVINA DA SILVA	007.277.291-36	1564116-3
122	BIANCA APARECIDA JESUS PAZ	051.228.911-50	2290186-8
123	PAULA ROBERTA P.S.KIHARA	303.262.618-85	28096577-1
126	FRANCIELE MORAES CARDOSO	056.399.441-02	2300021-0
128	DEBORA DE O.C.M.DA SILVA	000.086.981-39	1536453-4
129	JOSIELA PAULA DE MIRANDA	021.814.881-00	1932804-4
137	ANA VITÓRIA DE S.DEUNGARO	038.206.191-86	2411627-0
141	TAMIRYS EMANUELLE B.CUNHA	026.705.761-09	1530316-0
144	EDILEINE DA S.A.BENEDITO	968.516.861-04	1318442-3
146	LUCIENE LIMA DOS SANTOS	007.335.221-73	1569486-0
147	ARYANA FERREIRA AMARAL	974.472.851-53	1261711-5
148	BRUNA DE JESUS SANTANA	040.465.371-90	2212034-3
156	DIVA ALVES RIBEIRO	427.874.241-04	592520-7
157	ELINA LIMA AGUIAR	054.387.791-47	2232045-8
114	MARIA CELIA DE VASCONCELOS	033.217.534-05	247184-7

153	IVONETE LOPES DO NASCIMENTO	047.731.263-29	049913282013-8
158	EDCLEIDE BARBOSA NADRADE	571.702.311-15	0862631-6
165	KAROLAINE DOMINGUES MARTINS	049.708.151-27	2816789-9
167	EDILEINE LOPES DA SILVA	013.791.171-86	1761166-0
171	WEVERTON PINTO DA SILVA	059.514.811-55	2418787-9
169	ROSALINA NORONHA DE BARROS	808.933.411-34	1127128-0
239	AMANDA SILVA DE MELO	053.067.631-11	2329526-0
238	ANA CAROLINE DA SILVA	061.100.751-75	2820853-6
246	ANA PAULA BROVIM	001.101.801-19	1925260-9
198	ADAIR CANDIDA DA SILVA	956.356.701-30	1378086-7
199	ROSANA VENANCIO DA SILVA	920.735.731-34	1355023-3
202	TANICLEIA GONÇALVES ALMEIDA	017.800.881-19	1721198-0
203	OSMAYARA LUCIA DA S.COSTA	704.268.861-94	2820695-9
211	CAMILA CASSIA B.DA SILVA	058.380.321-03	2670042-5
217	SCARLATH RODRIGUES SILVA	039.275.881-45	1638334-6
160	LAISE DA SILVA BATISTA	009.779.021-45	1641128-5
161	JOSEFINA FERREIRA LEMES	487.682.191-72	1658062-1
174	ANA PAULA F.DE ALMEIDA	032.088.291-83	2119001-1
180	ALVARO CESAR XAVIER	005.496.381-80	1558989-7
184	LUANA APARECIDA A.SALVALAGGIO	055.330.451-80	2614505-7
183	SANDY MATIAS DE OLIVEIRA	060.494.961-88	2714291-4
192	JOÃO RODRIGO G.LIMA	033.652.421-80	2263820-2
194	WEVERTON MARLONY BASILIO	063.849.561-01	2263860-1
195	WETON WAHGTON DA SILVA	067.909.991-32	2263989-6
193	MARIA APARECIDA G.DA SILVA	631.246.881-04	938175
196	ROSA ALICE DE SOUZA	056.916.471-05	2390389-9
175	SUELENE ROSARIO FRANÇA	025.715.971-09	1859872-2
176	IVANICE COELHO ORMOND	248.278.945-15	0605264-9
181	BRUNA CAROLAYNE S.DOS REIS	058.224.421-88	2668334-2
254	RODRIGO DE SOUZA NOGUEIRA	048.388.411-16	2462365-2
237	ILAINE DE ARRUDA COSTA	736.143.001-53	1646950-0
255	JOSIANE LOPES LEAL	033.241.351-92	2141210-3
253	EDEMILSON COSTA JUNIOR	036.750.871-07	2601790-3
200	KELLY DULCE ASCARI MEIRA	017.502.311-58	1718059-7
221	RAYSSA FERNANDES S.CAMPOS	045.617.361-74	2342066-9
225	LUCYNEIA VENACIO DA SILVA	040.463.751-59	2287357-0
220	VINICIUS VIANA RONDON	055.622.401-90	2507576-4
218	KELEN MARQUES VARELLA	059.382.341-90	2685554-2
215	OSVALDINA GONÇALVES BEZERRA	907.981.981-68	742739
214	WERBTON GOMES DA SILVA	896.940.821-53	1089924-3
213	PATRICIA RAMALHO DA C.SOUZA	032.078.881-43	2009036-6
210	JOÃO FELIPE B.DOURADO DE BARROS	012.653.471-31	2519035-0
208	RENATA DA COSTA XAVIER	033.121.911-57	2290058-3
227	THALITA DUTRA MORAES	051.646.401-98	2481996-4
228	MARIA MEIRA DE SÁ T.PORTO	987.699.101-97	1354991-0
233	TAUANE ALVES DA SILVA	070.742.481-00	2496485-9
182	JANAINA DE F.STEINHAUS	009.591.251-75	1638481-4
232	BRUNA LETICIA F.DA SILVA	062.784.731-51	2510506-0
249	BEATRIZ CAETANO DE CARVALHO	041.271.481-79	2290174-4
247	ELIZANGELA DE BRITO VIEIRA	020.842.211-02	1906679-1
245	BIANCA CAETANO DE CARVALHO	041.271.471-05	2290183-3
243	JOELMA PORTELA DE P.FERREIRA	044.598.531-32	2356706-6

D) CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MOTORISTA

INSC.	NOME:	CPF	RG:
037	SINÉZIO RODRIGUES PORTELA	301.777.311-68	0321125-8
038	JOÃO DE ASSIS	326.355.161-20	0386869-9
053	IVAN MANOEL DA SILVA	847.715.691-34	1194386-6
074	JAMIR MIRANDA RODRIGUES	206.826.621-00	388475
099	ROBERT RODRIGUES DE SOUZA	026.655.121-14	20119380
164	AMAURI GONÇALVES DE MATOS	010.056.081-48	1605688-4

E) CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - VIGIA

INSC.	NOME:	CPF	RG:
06	FLÁVIO AUGUSTO C. DA SILVA	667927701-91	1038718-8
09	DANILO BARBOSA KESTRING	064383741-80	2481878-0
13	LEONY OLIVEIRA DE SOUZA	050497811-08	2562710-4
21	OLAVO APARECIDO DA SILVA	775418711-68	0742707-7
32	LORANY SANTOS LOPES	044413921-41	2374738-2
34	ALLAN CARDEK COELHO	037157831-09	2173008-3
43	EDNILSON DA SILVA SANNTOS	800732201-91	0918887-8
47	VINICIUS ASCARI SANTANA	054959251-22	2390365-1
62	EZER FRANCIS ORMOND	024791671-43	1661365-1
59	UIR ANDERSON DE ARRUDA PINTO	848240931-04	1178715-5

66	ROGERIO PEREIRA MELO	014470281-98	1635653-5
67	ADRIANA R. DE BARROS	799645592-91	94621-9
75	MILTON R. DE BARROS	023413341-48	1628464-0
76	EURIDES VENTURA GONÇALVES	002865171-59	1386242-1
77	JONATHAN O. DA SILVA	050406181-07	2299959-0
82	EVANDRO SOARES MACEDO	011065731-45	1355022-5
92	CLAUDIA GABRIELLA S. OLIVEIRA	061181251-71	2496510-3
93	VANDENOR FARUIAS CAVALCANTE	039456461-89	1719824-0
100	WIRIS XAVIER DE SOUZA	037858041-80	2179136-8
105	MYCEL OLIVEIRA F. DE SOUZA	022812181-71	1813306-1
11	ADENILTON DA SILVA FERREIRA	001033871-37	1868893-4
113	ADAILTON GOMES MIRANDA	502559081-72	1114601-1
127	JOSÉ PATRICIO P. FILHO	009483391-52	1472007-8
134	RICARDO GABRIEL ASCARI	060613241-46	2971053-7
138	MAIKON MATIAS DE OLIVEIRA	041819391-62	1889560-3
143	MAYARA POLIANA DE D. A. DA CRUZ	033028021-02	1945554-2
145	MARCOS ALVES DE MOURA	027244001-54	2194951-8
188	REGINA ALVES DO N. MOREIRA	018960251-10	1868635-4
185	GEOLENE BARRETO PEREIRA	206849321-72	0063147-7
163	VICTOR PAULO SANTOS DE SOUZA	042537631-11	2232196-9
186	NILTON FERREIRA LIMA	000133555-04	1601012-4
170	ANDERSON DE FRANÇA SILVA	011334091-56	1616327-3
162	EDILSON GOMES DA SILVA	388129751-00	75844-4
207	LUIZ EDUARDO MACHADO SILVA	052424911-32	2507601-9
205	RONY SEIXAS SILVA SANTOS	053479651-69	2481861-5
204	EDNA FAGUNDES	568801381-87	882235-2
201	CLODIVALDO SANTANA	013729161-21	1720347-3
219	WEVERSON SOUZA DE ARRUDA	050405101-60	2481179-3
226	WESLEN CAMPOS PRADO	047726571-50	2481127-0
224	DIANA GOMES DE JESUS	983458261-72	1502614-4
241	JEFFERSON OLIVEIRA DE JESUS	968358851-49	1458572-3
248	PEDRO RODRIGUES PEREIRA	429328405-25	2287792-4
251	EBERT DA SILVA LIMA	701142271-44	2122345-3
179	PAULA DE SOUZA CANEI	051593551-46	2601794-6
197	JOELSON GONÇALVEZS DE MOURA	981762181-20	1729099-6
189	EDUARDO XAVIER DE SOUZA	021775651-46	2398673-5

F) CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – LIMPEZA E INFRA ESTRUTURA

INSC.	NOME:	CPF	RG:
041	SILVANA LIMA DOS S.CAMPOS	972.026.141-20	1464677-3
072	ALAIR CANDIDA DA SILVA	593.851.201-82	882550-5
091	POLIANA COSTA VIANA	053.526.181-02	2212126-9
125	MARIA HELENA NOBRE MUNIZ	037.232.111-94	226.0713-7
133	ADRIANA AMAJUNEPÁ DOS R.BORGES	038.230.951-02	2864019-5
142	VALDETE RODRIGUES DE SOUZA	571.689.031-87	1014394-7
136	LIGIA MARIA MEREJOLI ESPOSITO	007.052.011-98	35038239-6
168	CARLA FERNANDA NASCIMENTO DA SILVA	036.554.631-38	2155081-6
190	ALESSANDRA SANTANA FERREIRA	031.280.801-19	1861522-8
206	EDNALVA SIMPLICIO MARTINS	837.825.241-87	1174855-9
229	RAYANE BRUNELY DE OLIVEIRA	047.410.831-79	2182211-5
234	PÃMELA LORANE V.BATISTA	056.618.871-67	2284177-8
250	POLIANA NUNES DE ARAÚJO	058.171.641-83	2325252-9

G) CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MERENDEIRA

INSC.	NOME:	CPF	RG:
002	MARIA APARECIDA PEREIRA	130.636.374-07	1219770-0
008	ALENIR APARECIDA SANTIAGO	571.689.201-97	081494-1
011	MARIA EVANEIDE D.DE ANDRADE	017.586.551-92	1657980-1
052	KERLA DOS SANTOS BARRETO	695.186.701-10	1179322-8
168	CARLA FERNANDA N.DA SILVA	036.554.631-38	2155081-6
187	ELIANE LEAL MIRANDA	004.517.781-38	1551875-2
222	ALEQUIANA MALAQUIAS P.SILVEIRA	012.310.331-26	475822-7
240	LOURDES RODRIGUES DOS SANTOS	631.196.331-00	665413
242	TELMA APARECIDA RONDON MEIRA	522.429.861-04	862609

3. DAS INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

3.1 Cargos:

A) CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MERENDEIRA

INSC.	NOME:	CPF	RG:
212	MISSELEM CAMARA DE CASTRO	013.790.831-84	1479972-3

B) CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL –AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

INSC.	NOME:	CPF	RG:
124	KAROLINE T.SOUZA MARQUES	060.781.771-25	2722101-6

***As inscrições indeferidas, são as que não cumprem o previsto nos Edital nº 001/2017, que dispõe sobre o Processo Seletivo, no item relacionados a apresentação dos documentos, no ato da inscrição.**

4. DAS INSCRIÇÕES PARA PORTADOR DE NECESSIDADE ESPECIAL

4.1 Cargos:

A) CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

INSC.	NOME:	CPF	RG:
236	AMANDA SANTOS OLIVEIRA	021.855.591-17	1840289-5

B) CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MOTORISTA, MERENDEIRA E VIGIA) E PROFESSOR

4.1.1 Não houve nenhuma inscrição para Portador de Necessidade Especial, nos cargos de Professor e de Apoio Administrativo Educacional, nas funções de vigia, merendeira, auxiliar de serviços gerais (limpeza e Infraestrutura) e motorista.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nortelândia – MT, 18 de Dezembro de 2017.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

PREFEITO MUNICIPAL

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

EDILEUSA OLIVEIRA DE SOUZA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER

MARIA DE LOURDES CAVALCANTE CASADO

PRESIDENTE DA COMISSÃO

Registrado e publicado, na data supra, na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADM. Nº 025/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT

Contratado: KELLY DULCE ASCARI MEIRA

Objeto: O objeto deste termo aditivo é a prorrogação de prazo do contrato Nº 025/2017, cujo objeto é a prestação de serviços profissionais na função de **Apoio Administrativo Educacional** (Auxiliar de Desenvolvimento Infantil), na qualidade de servidor temporário conforme Processo Seletivo simplificado realizado

Dotação orçamentária:

05.001.12.365.0039.0015.2050.3190.04.00.00.00

Fundamento legal: art. 57 da lei 8.666/93.

Assinatura: 05 de dezembro de 2017. .

Prazo de prorrogação: 2 (dois) meses contados a partir de 22/12/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

ERRATA RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 110/2017 – PROCESSO N.º 0028/2017-1. NA PUBLICAÇÃO DO JORNAL DA AMM, NO DIA 12 DE DEZEMBRO /2017 – ANO XII Nº. 2.873

ERRATA RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 110/2017 – PROCESSO N.º 0028/2017-1.

Na publicação do Jornal da AMM, no dia 12 de dezembro /2017 – ANO XII Nº. 2.873

ONDE SE LÊ:

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:						
A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretaria/ Programa	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Reduzido Dotação**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor**
IGBF-MUNICIPAL	Federal	02082	060035	33.90.39.00	129	**R$ 5.542,00**
PAIF	Federal	02024	060020	33.90.39.00	129	**R$ 12.440,00**
TOTAL						**R$17.982,00**

LEIA-SE:

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:						
A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretaria/ Programa	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Reduzido Dotação**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor**
IGBF-MUNICIPAL	Federal	02082	060035	33.90.39.00	129	**R$ 4.221,34**

PAIF	Federal	02024	060020	33.90.39.00	129	**R$ 13.760,66**
TOTAL						**R$17.982,00**

EXTRATO DO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 134/2017

EXTRATO DO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 134/2017

CONTRATO EMERGENCIALAQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS PARA ATENDER EMERGENCIALMENTE AS NECESSIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA(UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA, UNIDADE DE REABILITAÇÃO, UNIDADE ODONTOLÓGICA, FARMÁCIA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA EM SAÚDE, LABORATÓRIO MUNICIPAL),GARANTINDO ASSIM A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOSQUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA PRÓ REMEDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS EIRELI ME CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2017.1 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 113/2017.

DO OBJETO

É objeto do presente contrato emergencial Aquisição de medicamentos e insumos para atender emergencialmente as necessidades da atenção básica(Unidades de Saúde da Família, Unidade de Reabilitação, Unidade Odontológica, Farmácia Municipal, Vigilância em Saúde, Laboratório Municipal),garantindo assim a manutenção dos serviços, conforme especificação no Processo Administrativo Nº 135/2017.1 Dispensa De Licitação Nº 113/2017.

VIGENCIA DO CONTRATO

O presente Contrato terá validade de 01 (um) mês, contados à partir de sua assinatura.

ESPECIFICAÇÃO, PREÇO, E QUANTIDADE DO CONTRATADO

5.1 O preço, a quantidade e a especificação do objeto registrado neste Contrato, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	APRES	Marca	QTD	VLR UNT	VLR TOTAL
1	Ácido acetil salicilico 100 mg acondicionado em embalagem, original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricaçao e validade estampada na embalagem. Unidade de fornecimento: comprimido.	COM	IMEC	60.000	0,0290	1740,00
2	Anlodipino 05 mg acondicionado em embalagem, original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricaçao e validade estampada na embalagem. Unidade de fornecimento: comprimido.	COM		6.000	0,0480	288,00
3	Anlodipino 10 mg acondicionado em embalagem, original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricaçao e validade estampada na embalagem. Unidade de fornecimento: comprimido.	COM		6.000	0,1120	672,00
4	Atenolol 50 mg acondicionado em embalagem, original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricaçao e validade estampada na embalagem. Unidade de fornecimento: comprimido.	COM	PRATI	20.000	0,0560	1120,00
5	Carbamazepina 200 mg, comprimido, prazo de validade: 75% do prazo total de validade do produto, unidade de estoque: comprimido, unidade de fornecimento: comprimido com 200 mg	COM		10.000	0,1440	1440,00
6	Carvedilol 6,25 mg acondicionado em embalagem, original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricaçao e validade estampada na embalagem. Unidade de fornecimento: comprimido.	COM	BIOLAB	6.000	0,2400	1440,00
7	Cinarizina 75 mg acondicionado em embalagem, original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricação e validade estampada na embalagem. Unidade de fornecimento: comprimido.	COM	NEOQUIMICA	4.000	0,2080	832,00
8	Clonazepam 2 mg, comprimido, prazo de validade: 75% do prazo total de validade do produto, unidade de estoque: comprimido, unidade de fornecimento: comprimido com 2 mg	COM	CRISTALINA	8.000	0,1280	1024,00
9	Conjunto de máscara para inalação/adulto constituido de máscara para oxigênioterapia, copo reservatório,mangueira(extensão) , confeccionada em plástico transparente, embalada individualmente em saco plástico, procedência nacional. Produto deverá ser embalado de acordo com a praxe do fabricante e constar externamente os dados de identificação e procedência. Unidade.CONJUNTO	CONJ	DARU	10	6,2400	62,4000
10	Digoxina 0,25 mg acondicionado em embalagem, original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricaçao e validade estampada na embalagem. Unidade de fornecimento: comprimido.	COM	PHARLAB	3.000	0,0640	192,00
11	Dipirona sódica; concentração: 500mg/ml; volume: 10ml; apresentação solução oral. Solução.	FRS	FARMACE	500	0,9600	480,00
12	Espironolactona 25 mg acondicionado em embalagem, original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricaçao e validade estampada na embalagem. Unidade de fornecimento: comprimido.	COM	ASPEN	4.000	0,2000	800,00
13	Fenitoina 100 mg, comprimido, prazo de validade: 75% do prazo total de validade do produto, unidade de estoque: comprimido, unidade de fornecimento: comprimido com 100mg	COM	SANFONI	6.000	0,4640	2784,00
14	Fenobarbital 100 mg acondicionado em embalagem, original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricaçao e validade estampada na embalagem. Unidade de fornecimento: comprimido.	COM	CRISTALINA	8.000	0,1440	1152,00
15	Glibenclamida 5 mg acondicionado em embalagem, original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricaçao e validade estampada na embalagem. Unidade de fornecimento: comprimido.	COM	GEOLAB	50.000	0,0400	2000,00
16	Hidroclorotiazida 25 mg acondicionado em embalagem, original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricaçao e validade estampada na embalagem. Unidade de fornecimento: comprimido.	COM	UNIAO QUIMICA	60.000	0,0370	2220,00
17	Issosorbida 5 mg sublingual acondicionados em embalagem original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricação e validade estampada na embalagem, data de validade , no minimo, 18 meses (ou prazo de validade igual ou superior a 75% da validade final do produto) a inscrição proibida a venda no comércio estampados na parte externa. A embalagem tem que ser passivel de fracionamento.	COM	E.M.S	60	0,4320	25,92
18	Losartana potássico 100mg, comprimido acondicionado em embalagem, original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricação e validade estampada na embalagem, data de validade, no minimo,18 meses (ou prazo de validade igual ou superior a 75% da validade final do produto) e a inscrição proibida a venda no comércio estampados na parte externa	COM	PRATI	10.000	0,4320	4320,00

19	Losartana potássico 50 mg, comprimido acondicionado em embalagem, original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricação e validade estampada na embalagem, data de validade, no minimo,18 meses (ou prazo de validade igual ou superior a 75% da validade final do produto) e a inscrição proibida a venda no comércio estampados na parte externa	COM	PRATI	80.000	0,0530	4240,00
20	Maleato de enalapril 20 mg acondicionado em embalagem, original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricaçao e validade estampada na embalagem. Unidade de fornecimento: comprimido.	COM	GEOLAB	15.000	0,0800	1200,00
21	Metformina 850 mg acondicionado em embalagem, original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricaçao e validade estampada na embalagem. Unidade de fornecimento: comprimido.	COM	PRATI	40.000	0,0960	3840,00
22	Nifedipino 20 mg acondicionado em embalagem, original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricaçao e validade estampada na embalagem. Unidade de fornecimento: comprimido.	COM	GEOLAB	40.000	0,0960	3840,00
23	Papel termosensível para registro de eletrocardiograma, milimetrado conforme os padrões normalizados, medindo 80mmx30m de comprimento, com escala própria para registro e adaptação perfeita ao aparelho eletrocardiográfico da marca ecafix. Embalagem com dados de identificação, procedência e tempo de validade. Apresentação: rolo.	ROLO	DARU	60	8,5120	510,7200
24	Risperidona 2 mg, comprimido, prazo de validade: 75% do prazo total de validade do produto, unidade de estoque: comprimido, unidade de fornecimento: comprimido com 2 mg	COM	CRISTALINA	3.000	0,3200	960,00
25	Seringa de 1 ml, descartavel, com agulha 13 x 4,5 mm, esteril, em polipropileno, transparente, atoxica, apirogenica, cilindro reto, siliconizado, parede uniforme, com escala de graduacao em ml, numeros e tracoslegiveis, com anel de retenca o que impeca o desprendimento do embolo do cilindro, bico sem rosca e que garanta conexoes seguras, flange com formato adequado, embolo com pistao lubrificado e ajustado ao cilindro. Embalagem individual, em papel grau cirurgico e filme termoplastico, abertura em petala. Na embalagem devera estar impresso dados de identificacao, tipo de esterilizacao, procedencia, data de fabricacao, prazo de validade e registro no ministerio da saude. Caixa com 100 unidade.	CX	DESCARPACK	40	22,4000	896,00
26	Sinvastatina 20 mg acondicionado em embalagem, original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricaçao e validade estampada na embalagem. Unidade de fornecimento: comprimido.	COM	CIMED	6.000	0,1280	768,00
27	Sinvastatina 40 mg acondicionado em embalagem, original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricaçao e validade estampada na embalagem. Unidade de fornecimento: comprimido.	COM	CIMED	6.000	0,2080	1248,00
28	Tira reagente para medição de glicemia, compatível ao aparelho da marca oncallplus, contendo dados de procedência e prazo de validade. Cx c/ 50 fitas. A cada 02 cx de tiras a empresa devera fornecer um aparelho glicosimetro	CX	ACON	30	32,0000	960,0000
	TOTAL					**41.055,040**

TERCEIRA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas do presente Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria/ Programa	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Saúde Órgão : 07 Unidade: 002	Próprio	02086	070064	3.3.90.30	100	**36.427,04**
	Estadual		070066	3.3.90.30	142	**4.628,00**
					TOTAL	**41.055,040**

Nossa Senhora do Livramento – MT, 18 de Dezembro de 2017

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADA:

Empresa: **PRÓ REMEDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS**

E COSMETICOS EIRELI ME

CNPJ/MF sob o nº: 05.159.591/0001-68

representada por seu Socio Cleidson Godoy

RG: 2.042.173/SSP/GO e CPF nº 336.137.371-91

LEI Nº 846/2017.

LEI Nº 846/2017.

Autoriza o Município de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, a doar área para construção de Casas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida e dá outras providências.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, Prefeito do Município de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, **DOAR AREA PARA A CONTRUÇÃO DE CASAS POPULARES**,no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida,de acordo com a Lei Nº 11.977 de 07 de julho 2009, e suas alterações.

Art. 2º A presente lei tem o objetivo de atender as necessidades da população de baixa renda na área urbana do município, garantindo o acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade, através de unidades habitacionais.

Art. 3º O Município poderá outorgar escritura pública, com cláusula retroativa de reversão do imóvel no prazo máximo de 180 - (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado pelo período não superior a 06 (seis) meses, mediante termo aditivo.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, 15.12. 2017

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 744/2017

PORTARIA Nº 744/2017

"Designa servidores Municipais para verificação/vistoria IN LOCO de endereço de empresa participante de Processo Licitatório do município de Nossa Senhora do Livramento - MT e dá outras providências."

OTARCI NUNES DA ROSA, S**ecretário Municipal de Finança da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT**, no uso de suas atribuições legais resolve:

Art. 1º Fica designado os servidores abaixo descritos para verificação/vistoria IN LOCO de endereço de Empresa participante de Processo Licitatório do município de Nossa Senhora do Livramento - MT e dá outras providências, conforme solicitação do setor de licitação através da CI nº 092/2017.

Luciênio Batista da Silva – Servidor Municipal

Jorge Vinicius da Cunha Miranda – Servidor Municipal

Relação das Empresas:

1 –**EMPRESA J QUELUZ COSTA ME –** CNPJ 17.942.077/0001-83 – Cidade Nossa Senhora do Livramento-MT.

2 –**EMPRESA ATIVA CPMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME** CNPJ 10.469.118/0001-17– Cidade de Cuiabá- MT

3 – **GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI EPP** – CNPJ 19.808.881/0001-08 – Cidade de Cuiabá-MT.

4 – **COMERCIAL LUAR EIRELI –EPP –** CNPJ 02.545.557/0001-33 – Cidade de Cuiabá – MT.

5 – **ANDREA BORTOLOMEDI – EPP –** CNPJ 05.794.328/0001-40 – Cidade de Várzea Grande- MT.

6- **B. DA. P. C FARIAS – ME** CNPJ 13.509.893/0001-47 – Cidade de Cuiabá – MT.

7 – **SALVI E LOPES E CIA LTDA** CNPJ 82.478.140/0001-34 - Cidade de Arapongas –PR.

Art. 2º A presente comissão deverá proceder:

a) Atribuição de verificar IN LOCO, se o endereço descrito na documentação apresentado pela empresa participante do processo licitatório neste município é o mesmo imóvel. b) Constatar IN LOCO, o endereço, Rua, Avenida, o nº, a Quadra, o Bairro, a Cidade, a fachada da empresa, registrar com fotografias. c) Anexas relações das empresas com seus endereços para a verificação/vistoria IN LOCO. d) Após as verificações/vistorias, apresentar relatório ao Secretário Municipal de Administração e Planejamento. e) Verificar se a empresa possui estoque de mercadorias, e/ou locais de recepção e guarda de mercadorias que caracterizam prática de comércio.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 18 de Dezembro de 2017.

OTARCI NUNES DA ROSA

Sec. Municipal de Finanças

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 112/2017 PROCESSO: 000062/2017-1

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 112/2017

Processo: **000062/2017-1**

Assunto: - Aquisição emergencial de medicamentos e insumos hospitalares para atender a unidade de pronto atendimento municipal, de acordo com as quantidades e especificações constantes neste termo de Referencia

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a Aquisição emergencial de medicamentos e insumos hospitalares para atender a unidade de pronto atendimento municipal, de acordo com as quantidades e especificações constantes neste termo de Referencia**,** nº. 81/2017 **DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA CNPJ: 26.792.580/0001-90**, no valor total contratado de **R$ 15.372,00** (quinze mil, trezentos e setenta e dois reais**)**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA/PROGRAMA	RECURSO	PROJETO/ATIVIDADE	REDUZIDO/DOTAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR (R$)
SAUDE ORGÃO 07 UNIDADE 002	FEDERAL	02086	070065	3.3.90.30	114	8.000,00
	ESTADUAL		070066	3.3.90.30	142	7.372,00
Valor Total Estimado					R$ 15.372,00	

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$ **15.372,00** (quinze mil, trezentos e setenta e dois reais**)**, em favor da **EMPRESA - DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA CNPJ: 26.792.580/0001-90,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 81/2017.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 15 de Dezembro de 2017.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

5º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO Nº 016/2013

5º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO Nº 016/2013 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LOCAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CRIAÇÃO DE NOVO LAYOUT DE SITE PARA PREFEITURA DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, CONTENDO ESPAÇO PARA DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS E NOTICIAS DE AÇÕES DA PREFEITURA, GALERIA DE IMAGENS, ENQUETE, COM LINK DE ACESSO AS REDES SOCIAIS, ÁREA DE ACESSO INTERNO PARA UTILIZAÇÃO DE TELEFONES, EMAILS DE CONTATOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS E MANU-

TENÇÃO DO PORTAL DE INTERNET QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA TRINIX INFORMÁTICA LTDA

Pelo presente instrumento, o **Município de Nossa Senhora do Livramento**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Silmar de Souza Gonçalves**, brasileiro, casado, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº, 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural Município de Nossa Senhora do Livramento-MT, em pleno exercício de seu mandato e funções, doravante denominada CONTRATANTE, e por outro lado, a empresa **TRINIX INFORMÁTICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente CNPJ n°. 06.076.168/0001-67, com endereço a Av. Historiador Rubens de Mendonça – Nº 1731 Edificio Centro Empresarial, sala 502, Bairro Bosque da Saúde, fone: 3023-3401, representado por André Shimakawa, RG: n°. 5256346-1 PR e CPF: 018.563.809-04 residente e domiciliado na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 3.000, apto 1204,, bl A Edificio Verona, em Cuiabá-MT, ajustam entre si o Quinto Termo Aditivo de Prazo e Valor ao **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir.

DO MOTIVO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a aditivação do contrato nº 016/2013, conforme o processo administrativo nº 126/2017.1, tendo como contratual objeto a locação de prestação de serviços criação de novo layout de site para prefeitura de Nossa Senhora do Livramento, contendo espaço para divulgação de matérias e noticias de ações da prefeitura, galeria de imagens, enquete, com link de acesso as redes sociais, área de acesso interno para utilização de telefones, emails de contatos e os serviços técnicos e Manutenção do Portal de Internet, com a empresa **TRINIX INFORMÁTICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente CNPJ n°. 06.076.168/0001-67

1.2 – Não haverá alteração de valor contratual.

DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 Pela prestação dos serviços contratados, a Contratante pagará ao contratado, o valor global de R$ 5.040,00 (Cinco Mil e Quarenta Reais) referente a manutenção do site em 12 parcelas mensais de R$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais) a serem pagos até o 10º (décimo) dia útil de cada mês subseqüente ao vencido.

Programa	Origem do recurso	Projeto/At.	Natureza da Despesa	Fonte	Valor (R$)
Gestão Adm e Planejamento	Proprio	2089	33.90.39.00	040025/100	5.040,00

- DO PRAZO DE DURAÇÃO

O presente contrato tem vigência pelo período de 12 meses, tendo início em 01 de Janeiro a 31 de dezembro de 2018.

– DO FUNDAMENTO LEGAL:

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 441/2017.

- DAS RATIFICAÇÕES:

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 016/2013, em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento, 15 de Dezembro de 2017.

CONTRATANTE

_____

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO

Empresa TRINIX INFORMÁTICA LTDA

CNPJ n°. 06.076.168/0001-67

Representado por André Shimakawa

RG: n°. 5256346-1 PR e CPF: 018.563.809-04

EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 133/2017

EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 133/2017

CONTRATO EMERGENCIALAQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS HOSPITALARES PARA ATENDER A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPALQUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA-EPP CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 062/2017.1 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 112/2017.

DO OBJETO

É objeto do presente contrato emergencial Aquisição de medicamentos e insumos hospitalares para atender a unidade de pronto atendimento municipal conforme especificação no **Processo Administrativo Nº 062/2017.1 Dispensa De Licitação Nº 112/2017.**

VIGENCIA DO CONTRATO

O presente Contrato terá validade de 01 (um) mês, contados à partir de sua assinatura.

ESPECIFICAÇÃO, PREÇO, E QUANTIDADE DO CONTRATADO

O preço, a quantidade e a especificação do objeto registrado neste Contrato, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	MEDICAMENTOS	APR	MARCA	QTD	DIHOL	DIHOL TOTAL
1	Atadura de crepe 10 cm - atadura de crepe de 10cm de largura por 4,5m de comprimento, contendo 13 fios/cm2, confeccionada em algodão cru ou componente sintético, bordas com acabamento que impeça o desfiamento, não elastica, enrolada uniformemente de forma contínua e cilíndrica, não estéril, embalada individualmente, com dados de identificação, procedência e registro no ministério da saúde. Unidade.pacote com 12 und	PCT	CYSNE/CREMER	30	R$ 8,00	R$ 240,00
2	Atadura de crepe 15 cm - atadura de crepe de 10cm de largura por 4,5m de comprimento, contendo 13 fios/cm2, confeccionada em algodão cru ou componente sintético, bordas com acabamento que impeça o desfiamento, não elastica, enrolada uniformemente de forma contínua e cilíndrica, não estéril, embalada individualmente, com dados de identificação, procedência e registro no ministério da saúde. Unidade.pacote com 12 und	PCT	MB TEXTIL	30	R$ 13,50	R$ 405,00
3	Atadura de crepe 20 cm - atadura de crepe de 10cm de largura por 4,5m de comprimento, contendo 13 fios/cm2, confeccionada em algodão cru ou componente sintético, bordas com acabamento que impeça o desfiamento, não elastica, enrolada uniformemente de forma contínua e cilíndrica, não estéril, embalada individualmente, com dados de identificação, procedência e registro no ministério da saúde. Unidade.pacote com 12 und	PCT	MB TEXTIL	30	R$ 9,00	R$ 270,00
4	Bolsa coletora de diurese sistema fechado 2000 ml , coletor de urina sistema fechado - estéril, contendo tubo de extensão medindo 1,20m de comprimento x 07mm de diâmetro interno, apresentando na extremidade distal adaptador para sonda em escala e na extremidade proximal (pré-adaptada à bolsa) uma válvula anti-refluxo. Bolsa coletora em formato arredondado nos cantos, com uma face opaca e outra transparente, graduada em escala de mm, contendo local para identificação do paciente, tubo pra drenagem de urina com clamp plástico, coldre protetor. Embalada individualmente em papel grau cirúrgico e polipropileno, com abertura em pétala, contendo externamente dados de identificação, procedência e data de validade, capacidade de 2000ml, unidade.	BOLSA	WILTEX	40	R$ 3,00	R$ 120,00
5	Butilbrometo de escopolamina 4 mg/ml + dipirona sódica 500 mg/ml, solução injetável, ampola com 5 ml, acondicionados em embalagem original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de validade de, no mínimo, 18 meses e a inscrição proibido a venda no comércio estampado na parte externa.	AMP	HYPOFARMA	300	R$ 1,70	R$ 510,00
6	Caixa coletora para materiais perfurocortantes resistente a perfurações com revestimento impermeabilizante, contendo fundo rígido de proteção extra conta perfurações, cinta interna e bandeja coletora de residuos líquidos. A caixa deverá ser de cor amarela e conter simbologia de acordo com a codificação internacional (risco biológico - material contaminado), capacidade para 13 litros. De acordo com as normas da abnt.	UND	ASTROBOX	50	R$ 4,20	R$ 210,00
7	Caixa coletora para materiais perfurocortantes resistente a perfurações com revestimento impermeabilizante, contendo fundo rígido de proteção extra conta perfurações, cinta interna e bandeja coletora de residuos líquidos. A caixa deverá ser de cor amarela e conter simbologia de acordo com a codificação internacional (risco biológico - material contaminado), capacidade para 20 litros. De acordo com as normas da abnt. CX C/20	UND	ASTROBOX	50	R$ 6,00	R$ 300,00
8	Cateter periférico flexível intravenoso, biocompatível, tipo abocath n° 22, com agulha siliconada e de aço inoxidável, com biseltrifacetadocanfluoroetilenopropileno, estéril, para infusão de soluções intravenosas e administração de medicamentos intermitente. Embalado individualmente. Caixa com 100 unidade. Cor azul	CX	LABOR IMPORT	5	R$ 85,00	R$ 425,00
9	Cateter periférico flexível intravenoso, biocompatível, tipo abocath n° 24, com agulha siliconada e de aço inoxidável, com biseltrifacetadocanfluoroetilenopropileno, estéril, para infusão de soluções intravenosas e administração de medicamentos intermitente. Embalado individualmente. Caixa com 100 unidade. Cor azul	CX	LABOR IMPORT	5	R$ 100,00	R$ 500,00
10	Cetoprofeno 100 mg, solução injetável e.v, frasco/ampola, acondicionado em embalagem origional do fabricante, nome do responsável técnico, o lote, data de validade, no mínimo 18 meses e a inscrição proibido a venda no comércio estampados na parte externa	AMP	UNIAO QUIMICA	100	R$ 3,36	R$ 336,00
11	Cimetidina 300 ml, injetável, prazo de validade: 75% do prazo total de validade do produto, unidade de estoque: ampola, unidade de fornecimento: ampola com 2 ml cimetidina 300mg	AMP	HYPOFARMA	300	R$ 0,89	R$ 267,00
12	Colagenase+cloranfenicol(0,6 ui + 0,01g) 30 g,pomada, acondicionada em embalagem,original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricação e validade estampada na embalagem. Unidade de fornecimento: bisnaga com 30g.	TUBO	ABBOTT	40	R$ 14,00	R$ 560,00
13	Complexo b - (tiamina 15mg + riboflavina 3mg + micotinamida 15mg + piridoxina 5mg + partitomato de calcio 10mg), injetável, 2 ml, ampola, padrão farmacopéia brasileira, acondicionado em embalagem original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricação e validade estampada na embalagem. Unidade de fornecimento: ampola de 2ml.	AMP	HYPOFARMA	400	R$ 0,99	R$ 396,00
14	Dexametasona, solução injetável 4mg, ampola de 2,5ml. Prazo de validade: 75% do prazo total de validade do produto, unidade de estoque: frasco/ampola, unidade de fornecimento:ampola com 2,5 ml.	AMP	NOVAFARMA	400	R$ 0,76	R$ 304,00
15	Diazepam 10 mg, comprimido, prazo de validade: 75% do prazo total de validade do produto, unidade de estoque: comprimido, unidade de fornecimento: comprimido com 10 mg	COM	CRISTALINA	10.000	R$ 0,07	R$ 700,00
16	Diazepam 10 mg, injetável, ampola, prazo de validade: 75% do prazo total de validade do produto, unidade de estoque: ampola	AMP	HIPOLABOR	100	R$ 0,78	R$ 78,00
17	Diclofenaco sódico 75 mg/ml, solução injetável, ampola de 3ml, acondicionados em embalagem original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de validade de, no mínimo, 18 meses e a inscrição proibido a venda no comércio estampados na parte externa.	AMP	FARMACE	500	R$ 0,76	R$ 380,00
18	Dipirona sódico 500mg/ml, solução injetável, ampola de 3ml, acondicionados em embalagem original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de validade de, no mínimo, 18 meses e a inscrição proibido a venda no comércio estampados na parte externa.	AMP	FARMCCE	600	R$ 0,38	R$ 228,00
19	Epinefrina, bitartarato ou cloridrato; concentração: 1 mg/ml; solução injetável. Ampola de 2 ml, via parenteral, acondicionado em embalagem original do fabricante, como nome do responsável técnico, o lote, data de validade de, no mínimo, 18 meses e a inscrição proibido a venda no comércio estampados na parte externa.	AMP	BLAU	100	R$ 3,40	R$ 340,00
20	Esparadrapo impermeável, na cor branca, em tecido 100% algodão, alvejado, isento de alvejantes óptico, com uma camada de adesivo a base de óxido de zinco, a outra face com borracha natural e resinas, medindo 10cmx4,5m, bobinado em carretel plástico coberto com uma capa, também de plástico, contendo dados de identificação do produto, dimensão, composição, data de fabricação e tempo de validade. Unidade.	UND	CREME PROCITEX	80	R$ 6,25	R$ 500,00
21	Fenoterol, bromoidrato 5mg/ml solução oral frasco 20ml acondicionados em embalagem original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricação e validade estampada na embalagem, data de validade , no minimo, 18 meses (ou prazo de validade igual ou superior a 75% da validade final do produto) a inscrição proibida a venda no comércio estampados na parte externa	FRASCO	PRATI DONADUZZ	30	R$ 3,80	R$ 114,00

22	Fio agulhado nylon 2.0 - monofilamentopreto,estéril,cx com 24 envelopes não absorvivel 45 cm. AG de 3cm cx c/24	CX	SHALON	6	R$ 48,00	R$ 288,00
23	Fio agulhado nylon 3.0 - monofilamentopreto,estéril,cx com 24 envelopes não absorvivel 45 cm. Ag de 3cm cx c/24	CX	SHALON	6	R$ 48,00	R$ 288,00
24	Furosemida 10mg, ampola de 2ml. Prazo de validade: 75% do prazo total de validade do produto, unidade de estoque: ampola, unidade de fornecimento: ampola com 02 ml.	AMP	FARMACE	200	R$ 0,50	R$ 100,00
25	Glicose 25%, solução injetável, frasco/ampola de 10ml, acondicionado em embalagem original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricaçao e validade estampada na embalagem.	AMP	SAMTEC	200	R$ 0,31	R$ 61,00
26	Glicose 50%, solução injetável, frasco/ampola de 10ml, acondicionado em embalagem original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricaçao e validade estampada na embalagem.	AMP	SAMTEC	200	R$ 0,28	R$ 55,00
27	Hidrocortizona, succinato sódico pó para solução injetável 100 mg + diluente, frasco/ampola, acondicionados em embalagem original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de validade de, no mínimo, 18 meses e a inscrição proibido a venda no comércio estampados na parte externa.	AMP	UNIAO QUIMICA	100	R$ 2,88	R$ 288,00
28	Hidrocortizona, succinato sódico pó para solução injetável 500 mg + diluente, frasco/ampola, acondicionados em embalagem original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de validade de, no mínimo, 18 meses e a inscrição proibido a venda no comércio estampados na parte externa.	AMP	BLAU	100	R$ 7,80	R$ 780,00
29	Indicador químico - tira de indicador químico multiparâmetros para esterilização a vapor, confeccionado em material atômico e apirogenico, classe 4 embalagem constando externamente os dados de identificação, procedêdencia, data de fabricação e validade.caixa c/ 25 und	CX	CLEAN HAD	2	R$ 12,50	R$ 25,00
30	Luva cirúrgica nº 7,5 - luva cirúrgica estéril, descartável, confeccionada em látex natural, formato anatômico, textura homogênea, alta sensibilidade ao tato, boa elasticidade, talcada, embaladas em envelope especialmente desenvolvido para manter a esterilidade do produto, composta de embalagem interna de papel crepe, com dobras transversais que permitam a transferência asséptica mais segura e envelope externo em papel grau cirúrgico, descartável e esterilizada por raios gama cobalto 60, tamanho nº 7,5. Embalagem contendo identificação e	PAR	NEW HAND	60	R$ 1,25	R$ 75,00
31	Luva cirúrgica nº 8,0 - luva cirúrgica estéril, descartável, confeccionada em látex natural, formato anatômico, textura homogênea, alta sensibilidade ao tato, boa elasticidade, talcada, embaladas em envelope especialmente desenvolvido para manter a esterilidade do produto, composta de embalagem interna de papel crepe, com dobras transversais que permitam a transferência asséptica mais segura e envelope externo em papel grau cirúrgico, descartável e esterilizada por raios gama cobalto 60, tamanho nº 8,0. Embalagem contendo identificação e procedência data de fabricação e validade. Par.	PAR	NEW HAND	60	R$ 1,25	R$ 75,00
32	Metoclopramida 5 mg/2ml acondicionado em embalagem, original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricaçao e validade estampada na embalagem. Unidade de fornecimento:CX C/ 240 ampola.	CX	ISOFARMA	2	R$ 79,00	R$ 158,00
33	Oxacilinasodica 500mg - pó para solução injetável - 500mg, acondicionado em embalagem,original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricaçao e validade estampada na embalagem. Unidade de fornecimento: frasco/ampola 500mg.	AMP	BLAU	100	R$ 2,70	R$ 270,00
34	Papel kraft,pardo resistente, para esterilização : bobina. Papel kraft, pardo e resistente, 80g/m², largura 60cm, rolo aproximadamente250 m, com dados de identificação do produto e marca do fabricante. Rolo.	ROLO	HELIOSPEL	4	R$ 67,00	R$ 268,00
35	Ranitidina 25mg/ml, solução injetável, acondicionado em embalagem original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricação e validade estampada na embalagem. Unidade de fornecimento: ampola de 5 ml.	AMP	HIPOFARMA	300	R$ 0,55	R$ 165,00
36	Scalpe para punção venosa, com borboleta e agulha, esteril, descartável, n. 23. Embalagem individual, em papel grau cirurgico e/ou filme termoplástico, abertura em pétala. Na embalagem devera estar impresso dados de identificação, procedência, data de fabricação, tipo de esterilização, prazo de validade e registro no ministério da saúde. Cx com 100 unid.	CX	SOLIDOR	10	R$ 24,00	R$ 240,00
37	Soro fisiológico 0,9% - solução isotônica de cloreto de sódio a 0,9%, bolsa com 100 ml.sistema fechado	BOLSA	HALEX ISTAR	300	R$ 2,55	R$ 765,00
38	Soro fisiológico 0,9% - solução isotônica de cloreto de sódio a 0,9%, bolsa com 250 ml.sistema fechado	BOLSA	FRESENIUS	400	R$ 3,14	R$ 1.256,00
39	Soro fisiológico 0,9% - solução isotônica de cloreto de sódio a 0,9%, bolsa com 500 ml.sistema fechado	BOLSA	HALEX ISTAR	300	R$ 3,83	R$ 1.149,00
40	Tramadol, cloridrato 50 mg/ml, solução injetável, frasco/ampola de 2ml, acondicionados em embalagem original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de validade de, no mínimo, 18 meses e a inscrição proibido a venda no comércio estampados na parte externa.	AMP	TEUTO	360	R$ 0,75	R$ 270,00
41	Vitamina "c", 100mg/ml (ácido áscorbico), solução injetável, ampola de 5 ml, prazo de validade: 75% do prazo total de validade do produto, unidade de estoque: ampola, unidade de fornecimento: ampola com 5 ml	AMP	HYPOFARMA	400	R$ 0,75	R$ 300,00
42	Agulha descartável 13x4,5 - agulha hipodérmica, descartável, estéril, siliconizada, confeccionada em aço inoxidável, com biseltrifacetado, embalada individualmente, com dados de identificação e procedência, data e tipo de esterilização e prazo de validade. Calibre 13x4,5. Caixa com 100 unidade.	CX	MEDLINE	20	R$ 7,70	R$ 154,00
43	Amitriptilina 25 mg acondicionado em embalagem, original do fabricante, com o nome do responsável técnico, o lote, data de fabricaçao e validade estampada na embalagem. Unidade de fornecimento: comprimido.	COM	TEUTO	15.000	R$ 0,06	R$ 825,00
44	Sulfato de morfina 10mg, ampola com 1 ml, prazo de validade: 75% do prazo total de validade do produto, unidade de estoque: ampola, unidade de fornecimento:ampola com 1 ml	AMP	TEUTO	50	R$ 4,40	R$ 220,00
45	Solução de pvpidegermante - iodopovidona 1%, 1000ml, frasco plástico em q.s.p. Aquoso equivalente a 1% de iodo ativo, embalagem constando dados de identificação, procedência e validade. Frasco com 1000ml.degermante (iodopovidona) 1%	FRASCO	RIOQUMICA	6	R$ 19,00	R$ 114,00
	TOTAL					R$ 15.372,00

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes das contratações oriundas do presente Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Nossa Senhora do Livramento – MT, 18 de Dezembro de 2017

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADA:

Empresa DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA-EPP

CNPJ nº **26.792.580/0001-90**

representado pelo Sócio-diretor o Sr. Claudemir Duarte da Silva

RG: nº 5.469.350 SSP/SP e CPF nº 415.287.868-15

EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 135/2017

EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 135/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO E MANUTENÇÃO DE INTERNET PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MTQUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA MTCASEMOD COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA E SERVIÇOS LTDA CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00115/2017.1, INEXIGIBILIDADE Nº 011/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO OBJETO

É objeto do presente contrato a contratação de Empresa especializada em prestação de serviço de fornecimento e manutenção de INTERNET para atender a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, conforme proposta de preço apresentada no Processo Administrativo Nº 00115/2017.1, Inexigibilidade Nº 011/2017.

DOS FUNDAMENTOS E SUPORTE LEGAL

Firma-se o presente com base no Processo Administrativo Nº 00115/2017.1, Inexigibilidade Nº 011/2017, bem como legislação aplicável a espécie.

DO CONTRATADO

Pelos serviços descritos no Termo de referencia, a Contratante eventualmente pagará á Contratada, a importância de R$ 36.000,00(Trinta e Seis Reais), após a solicitação, execução e por fim comprovação da entrega do produto

Empresa: **MTCASEMOD COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA E SERVIÇS LTDA,** CNPJ sob o nº 09.188.449/0001-08

Item	Qtde	Und	Especificações	Preço Unit R$	Preço Total R$
01	12	Meses	Prestação de serviço de fornecimento e manutenção de internet 10 MB (velocidade da porta Full)	3.000,00	R$ 36.000,00
TOTAL					R$ 36.000,00

DA VIGENCIA DO CONTRATO

- O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

10.1- A despesa decorrente desta contrato correrá por conta da seguinte Dotação:

Codigo Reduzido	Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Valor (R$)
040025	Gestão e Planej.	2089 – Manut. das ativ. de Adm. e Planej.	33.90.39.00	100	R$ 36.000,00
VALOR TOTAL (R$)					R$ 36.000,00

Nossa Senhora do Livramento – MT, 18 de Dezembro de 2017.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

MTCASEMOD COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ sob o nº 09.188.449/0001-08

representada pelo Senhor Misael Basanin Garcia

RG: nº 126.1520-0 SSP/MT e CPF nº 700.421.791-49

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 113/2017.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 113/2017.

Processo: 135/2017.

Assunto AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO E INSUMOS PARA ATENDER EMERGENCIALMENTE AS NECESSIDADES DA ATENÇÃO BASICA (UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA, UNIDADE DE REABILITAÇÃO, UNIDADE ODONTOLÓGICA, FARMÁCIA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA EM SAÚDE, LABORATÓRIO MUNICIPAL).

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a**- "AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO E INSUMOS PARA ATENDER EMERGENCIALMENTE AS NECESSIDADES DA ATENÇÃO BASICA (UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA, UNIDADE DE REABILITAÇÃO, UNIDADE ODONTOLÓGICA, FARMÁCIA MUNICIPAL, VIGILÂNCIA EM SAÚDE, LABORATÓRIO MUNICIPAL)". C**onforme exigências e especificações constantes neste termo de referencia nº.82/2017, **EMPRESA- PRO-REMEDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E CO-**

MERCIO EIRELI-ME CNPJ: 05.159.591/0001-68, no valor total contratado de **R$ 41.055,040(QUARENTA E UM MIL, CINQUENTA E CINCO REAIS E QUARENTA CENTAVOS),**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:						
A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:						
Secretaria/ Programa	**Recurso**	**Projeto Atividade**	**Reduzido Dotação**	**Natureza de Despesa**	**Fonte**	**Valor**
Saúde Órgão 07 Unidade 002	**Próprio**	**02086**	**070064**	**3.3.90.30**	**100**	**R$ 36.426,04**
	Estadual		**070066**	**3.3.90.30**	**142**	**R$ 4.628,00**
TOTAL						**R$ 41.055,040**

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$ **41.055,040 (QUARENTA E UM MIL, CINQUENTA E CINCO REAIS E QUARENTA CENTAVOS)**, em favor da **EMPRESA- PRO-REMEDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COMERCIO EIRELI-ME CNPJ: 05.159.591/0001-68,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 82/2017.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 18 de Dezembro de 2017.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2017.

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2017.

Processo: **000115/2017-1**

Assunto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de fornecimento e manutenção de INTERNET para atender a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO para a Contratação direta junto à **EMPRESA – MTCASEMOD COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA E SERVIÇOS LTDA -ME CNPJ:09.188.449/0001-08**, **Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de fornecimento e manutenção de INTERNET para atender a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.** O valor total contratado será de **R$** 36.000,00(trinta e seis mil reais**)**, despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentária:

13 – Programa, Projeto/Atividade, Natureza da Despesa, Fonte e Valor.						
Secretaria/ Programa	**Recurso**	**Projeto/Atividade**	**Reduzido/ Dotação**	**Natureza da Despesa**	**Fonte**	**Valor (R$)**
Sec. Municipal de Adm. e planej.	Próprio	2089- Manut.das Ativ.Sec.Adm e Planejamento	040025	33.90.39.00	0100	36.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO (R$)						**R$ 36.000,00**

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$ 36.000,00(trinta e seis mil reais), em favor da **EMPRESA MTCASEMOD COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA E SERVIÇOS LTDA -ME CNPJ:09.188.449/0001-08**, cujo pagamento far-se-á conforme o Termo de Referência **nº. 198/2017**, de acordo com a proposta de preços considerada compatível com o interesse público.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica Parecer deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento – MT. 19 de Dezembro de 2017

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 112/2017

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 112/2017

Processo: **000062/2017-1**

Assunto: - Aquisição emergencial de medicamentos e insumos hospitalares para atender a unidade de pronto atendimento municipal, de acordo com as quantidades e especificações constantes neste termo de Referencia

Reconheço e Ratifico, em todos os seus termos a DISPENSA DE LICITAÇÃO para a Aquisição emergencial de medicamentos e insumos hospitalares para atender a unidade de pronto atendimento municipal, de acordo com as quantidades e especificações constantes neste termo de Referencia**,** nº. 81/2017 **DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA CNPJ: 26.792.580/0001-90**, no valor total contratado de **R$ 15.372,00** (quinze mil, trezentos e setenta e dois reais**)**

Despesa que correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA/PROGRAMA	**RECURSO**	**PROJETO/ATIVIDADE**	**REDUZIDO/DOTAÇÃO**	**NATUREZA DA DESPESA**	**FONTE**	**VALOR (R$)**
SAUDE ORGÃO 07 UNIDADE 002	FEDERAL	02086	070065	3.3.90.30	114	8.000,00
	ESTADUAL		070066	3.3.90.30	142	7.372,00

Valor Total Estimado	R$ 15.372,00

E autorizo o empenho da despesa, no valor de R$ **15.372,00** (quinze mil, trezentos e setenta e dois reais**)**, em favor da **EMPRESA - DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA CNPJ: 26.792.580/0001-90,** cujo pagamento far-se-á conforme com os serviços prestados conforme solicitação no TR nº 81/2017.

Tendo o processo sido submetido à apreciação da Assessoria Jurídica deste órgão.

Nossa Senhora do Livramento, 15 de Dezembro de 2017.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº. 031/2017**

TIPO: **MENOR PREÇO ITEM**

A Comissão Permanente de Pregão da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, torna – se público aos interessados que o Pregão Presencial/Registro de Preço N°.031/2017, **Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de equipamentos e material permanente de uso comum para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, Conforme Proposta: **nº. 11940.918000/1150-02** Ministério Saúde, Recurso de Emenda Parlamentarna expectativa das quantidades contidas no **ANEXO I** TERMO DE REFERENCIA deste Edital, cuja abertura ocorreu no dia 13 de Dezembro de 2017, as 08:00 sagrou – se vencedora a empresa; **CIRURGICA ALSTYN EIRELI – ME,** venceu nos itens: **01 a 37** com o valor total **R$ 99.429,00** (Noventa e Nove Mil Quatrocentos e Vinte e Nove Reais).

Nova Brasilândia – MT, 13 de Dezembro de 2017.

_____

Cíntia Karine Carvalho dos Santos

Pregoeira

Portaria: 152/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS REPUBLICADO DECRETO Nº 078/2017

"Dispõe sobre o recesso funcional das repartições públicas no âmbito do Poder Executivo Municipal, no período de 20 de Dezembro de 2017 a 12 de Janeiro de 2018 e dá outras providências"

A PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais de seu cargo e tendo e asseguradas pelo Art.61, incisos IV e VI, da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO a legislação quanto à nova contabilidade e os MCASP, bem como a crise financeira instalada no País, estabelece as normas administrativas para encerramento do exercício;

CONSIDERANDO as tradicionais festividades de natal e de final de ano e a necessidade de paralisação dos serviços não essenciais nesses dias comemorativos;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade da redução do custeio da Administração Pública Municipal; e

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de ajuste financeiro, a fim de manter o equilíbrio entre a receita e despesa e fechamento de balanço.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica estabelecido Recesso nas Repartições Públicas Municipais, **no período de 20 de Dezembro de 2017 a 12 de Janeiro de 2018**, em virtude dos feriados e em face as festividades alusivas ao Natal e ao Final de Ano.

Art. 2º - No âmbito da Secretaria Municipal de Economia e Finanças, a equipe do Setor de Tributos funcionará em regime de plantão, estará disponível para fornecer notas aos contribuintes e certidões negativas de tributos, guias de recolhimento de dívida ativa e ITBI, além da emissão de Certidão Negativa de Débitos, das 8h às 11h, durante o recesso, exceto no período de 22 de dezembro de 2017 a 03 de janeiro de 2018.

Art.3º - O Recesso Administrativo não pode ser entendido/caracterizado como férias, posto que recesso é ato unilateral da administração pública e férias é direito adquirido em período aquisitivo previsto em Lei e, por conseguinte, o gozo de férias poderá coincidir com período de recesso administrativo, segundo escala dos órgãos superiores da Administração Pública nos exatos termos Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§1º - Neste período de recesso administrativo, poderão ser convocados para trabalhar tantos servidores quanto necessário para o fiel cumprimento das obrigações de prestação de serviços públicos de qualidade, sem que isso implique na geração de direitos de horas extraordinárias.

§2º - Todo servidor dispensado do comparecimento diário em sua repartição deverá permanecer ao alcance dos meios de comunicação telemáticos para receber eventual convocação, salvo expressa autorização em contrário, do secretário da pasta a que estiver vinculado.

§3º - Os servidores efetivos da rede municipal de ensino terão o recesso regulamentado através de procedimento próprio da Secretaria Municipal de Educação, em observância ao princípio da autonomia pedagógica e do calendário escolar anual, período de matrícula e outras especificidades do setor educacional.

Art. 4º - No âmbito da Secretaria Municipal da Saúde, será mantido o atendimento normal na Unidade Mista Adelino Benetti, e nas demais Unidades de Saúde do Município, terão recesso no período de 26 de Dezembro de 2017 a 02 de Janeiro de 2018.

Art. 5º - Em caso de necessidade ou conveniência de serviço, e no interesse da administração, a critério do chefe do Poder Executivo, o recesso poderá ser interrompido.

Art. 6º- Caberá aos Secretários Municipais fiscalizar o cumprimento das disposições deste Decreto.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, em 06 de dezembro de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 026/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 026/2017

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **BIO RESIDUOS SOLUÇÕES LTDA**

CNPJ: 22.096.126/0001-44

OBJETO: **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 02 (DOIS) MESES, VIGORANDO A PARTIR DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017 A 21 DE FEVEREIRO DE 2018.**

O VALOR TOTAL DO ADITIVO DO CONTRATO SERÁ DE R$ 2.010,00 (DOIS MIL E DEZ REAIS).

ASSINATURA: **18 de Dezembro de 2017.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 023/ 2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 023/ 2017

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **LAVANDERIA ALBA LTDA**

CNPJ: 03.481.736/0001-17

OBJETO: **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 02 (DOIS) MESES, VIGORANDO A PARTIR DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017 A 19 DE FEVEREIRO DE 2018.**

O VALOR TOTAL DO ADITIVO DO CONTRATO SERÁ DE R$ 2.700,00 (DOIS MIL E SETECENTOS REAIS).

ASSINATURA: **15 de Dezembro de 2017.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO CONTRATO N°. 074/2017

EXTRATO DO CONTRATO N°. 074/2017

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **CLAUDIO VALERIA DA SILVA LABORATORIO – ME**

CNPJ: 24.347.611/0001-79

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PROTÉTICO PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, DENTRO DO PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE, DE ACORDO COM A PORTARIA Nº. 1.825/GM/ MS, DE 24 DE AGOSTO DE 2012, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

VALOR:**R$ 60.029,00 (sessenta mil e vinte e nove reais).**

ASSINATURA: **18 de dezembro de 2017.**

VIGENCIA:**18 de Dezembro 2017 e termino dia 17 de Agosto de 2018**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 303/2017, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

"Retorno de licença para tratar de assuntos de interesses particulares".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere no disposto no art. 101 – C da Lei Complementar nº. 366/2008 de 03 de julho de 2008.

RESOLVE

Art.1° - Retornar para suas atividades normais a servidora efetiva **EVA MARIA DOS SANTOS** – **Agente Limpeza Pública**, que se encontrava de licença para tratar de assuntos de interesses particulares.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 01 de novembro de 2017.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 25 de outubro de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

ANTONIO AECIO LEMES DOURADO

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 279/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°308/2017, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017.

"*Dispõe sobre Concessão de Licença Maternidade da Servidora Contratada Markelia de França Silva".*

A PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA do Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 88, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Artigo 1º - Conceder a Servidora Contratada **Srª. MARKELIA DE FRANÇA SILVA– Secretaria Municipal de Educação,**lotada na Secretaria Municipal de Educação 120 **(cento e vinte)** dias de **LICENÇA MATERNIDADE,** a partir de 07 de Novembro de 2017.

Art. 2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 07 de Novembro de 2017.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 07 de Novembro de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

ANTONIO AECIO LEMES DOURADO

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 279/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECISÃO DE ADMINISTRATIVA – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N.º 01/2017 NATUREZA – CONCLUSÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO ASSUNTO: APURAÇÃO DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO SER

DECISÃO DE ADMINISTRATIVA – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N.º 01/2017

NATUREZA – CONCLUSÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO

ASSUNTO: APURAÇÃO DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO SERVIDOR VALDOMIRO FERNANDES MATRÍCULA N.º 000231 CPF/MF N.º 980.263.991-53.

CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

O MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, neste ato representada pelo CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA , em razão de apuração de irregularidades apresentadas na

prestação de serviço do servidor VALDOMIRO FERNANDES MATRÍCULA N.º 000231 CPF/MF N.º 980.263.991-53, vêm por meio deste decidir.

I – DO RELATÓRIO

I. O presente têm por objeto julgamento final da análise e conclusão do processo administrativo disciplinar 01/2017;

II. A comissão disciplinar foi instituída por meio de três servidores públicos concursados, onde houve várias tentativas com o objetivo de se dar ciência ao servidor para que o mesmo apresentasse defesa;

III. A citação se deu via edital onde foram feitas 03 publicações com prazo de 05 (cinco) dias intercalados, e após a ultima publicação escoou-se o prazo dos dez dias, sendo que o indiciado apresenta-se defesa e o mesmo portou-se inerte;

IV. Os documentos acostados aos autos são eficazes e suficientes para decidir com relação à apuração da suposta irregularidade de abandono de cargo verificado por meio dos cartões ponto, que o servidor público, a mais de 07 (sete) meses está faltando ao serviço;

V. Verifica-se que o servidor citado via edital não manifestou interesse em sua defesa, onde com a juntada dos cartões ponto, ficou comprovado que o servidor não está comparecendo ao serviço mesmo após sua convocação, dessa forma o servidor público abandonou o cargo, não tendo mais o interesse de retornar a exercer suas atribuições conforme também se verifica por certidão expedida pela servidora Priscilla Eva Simon onde por via telefone entrou em contato com o mesmo e esse declarou " não apresentaria no setor de RH da prefeitura e que poderia tomar as medidas cabíveis",;

DAS RAZÕES DA DECISÃO

VI. O servidor público tem o dever funcional de ser responsável e dedicado ao serviço público, ao contrário do caso, onde o servidor abandonou por completo seu dever funcional de informar o seu paradeiro por mais de 07 (sete) meses e até os dias de hoje, não o fazendo até mesmo quando foi informado de sua convocação, ficando injustificadas as faltas provados por meio de extrato de cartões;

VII. Dessa forma diante do comportamento desidioso e negligente do servidor, falta de informações, e faltas injustificadas por mais de 07 (sete) meses consecutivos.

DA DECISÃO

O MUNICÍPIO DE NOVA MARILÃNDIA, neste ato representada pelo CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, em razão de apuração de irregularidades apresentadas na prestação de serviços do servidor VALDOMIRO FERNANDES MATRÍCULA N.º 000231 CPF/MF N.º 980.263.991-5, ocupante do cargo de Agente Administrativo, vêm por meio desse decidir pela responsabilização da prestação do serviços irregulares do servidor ACATANDO O PARECER DA COMISSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR 01/2017 em todos os seus termos, DECIDINDO ESTA AUTORIDADE SUPERIOR PELA APLICAÇÃO DA PENALIDADE DISCIPLINAR DE ABANDONO DO CARGO prevista no INC. II DO ART. 105 c/c com o art. 107 DA LEI MUNICIPAL N. 030/1993. e consequentemente expeça-se o ato de DEMISSÃO**.**

Registre-se, publique-se e cumpra-se

Nova Marilândia, aos 18 (dezoito) dias do mês de dezembro de 2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 777/2017

DISPÕE SOBRE A ADEQUAÇÃO DE ESPAÇO PARA BIOMBOS NA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA.

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal informará à instituição financeira do município a obrigatoriedade instituição na lei Federal e Estadual nº 5086/2013, que determina que sejam instalados biombos junto aos caixas para maior privacidade ao cliente.

Parágrafo único – A instituição financeira e/ou agência bancaria do município de Nova Marilândia tem a obrigação de instalar biombos próximos aos caixas de atendimento interno para a segurança dos cidadãos de Nova Marilândia que fazem uso dos serviços oferecidos pelas instituições bancárias.

Art. 2º - Fica estipulado o prazo para adequação da Lei, de 90 (noventa) dias, para que a instituição financeira do município execute a adequação referente ao art. 1º da presente Lei.

Art. 3º - As despesas decorrentes com a presente Lei correrão por conta da agência bancaria ou instituição financeira.

Art. 4º - O Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 30 dias, a fim de garantir a execução da mesma.

Art. 5º - Fica claro que ao deixar de cumprir a legislação pertinente à segurança de seus clientes, a agência ou instituição financeira estará assumindo a culpa de expor o consumidor a possível observação de bandidos e o dever de indenizar decorre da falha na prestação do serviço uma vez que o recorrido não ofereceu a necessária segurança ao consumidor.

Art. 6º - O não cumprimento da lei pela instituição Financeira acarretará multa conforme na Lei nº 5086/2013.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário

Paço Municipal de Nova Marilândia – MT, em 06 de Outubro de 2017.

_____

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 027/2017/SMECE/MT

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei em conformidade com o disposto no artigo 100, da Lei Orgânica do Município de Nova Monte Verde e com base nos princípios da Gestão Democrática emanados da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998,

Considerando que a execução do transporte dos alunos dos Sistemas municipal e estadual de ensino, residentes na zona rural, sob responsabilidade do governo municipal, mantido com recursos próprios vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino e mediante convênios celebrados entre o Município, o Estado e a União, através do PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar;

Considerando o disposto no § 5º da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 012/2017/GS/SEDUC/MT, que o período máximo em que os estudantes devem permanecer dentro do veículo, não será superior a quatro horas, ficando entendido entre ida e volta de duas horas cada,

Considerando que a reorganização do itinerário das linhas do transporte escolar, visava atender o disposto no § 5º da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 012/2017/GS/SEDUC/MT, do menor tempo possível no percurso residência/escola, e também de atender da melhor forma possível os educandos oferecendo a eles segurança e conforto no trajeto escolar,

Considerando o disposto no artigo 26 item 3 da Declaração Universal dos Direitos Humanos , que os pais tem prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos, e que a família possui

obrigação precípua em relação ao educando sendo responsável pelo desenvolvimento de ações que assegurem o direito a educação,

RESOLVE:

Retificar a Portaria Nº 027/2017/SMECE/MT (Que dispõe sobre o transporte escolar dos alunos da Rede Pública de Ensino, residentes na Zona Rural no Município de Nova Monte Verde) publicada em 23 de novembro de 2017.

ONDE SE LÊ:

Art. 9° As linhas do transporte escolar serão disponibilizadas da seguinte forma:

PERÍODO MATUTINO

IV- Linha/Rota: COMUNIDADE SÃO JOSÉ – KAIABI – ESTRADA MATO GROSSO

VII- Linha/Rota: FAZENDA SANTO INACIO – BONAN – EPITACIO – COM. SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

VIII- Linha/Rota: FAZENDAS: BELA VISTA – SANTA MARIA – BEIRA RIO – CHARQUEADA NORTE – CARA BRANCA – CHARQUEADA – TERRES – BOA SORTE – TUBIATÃ – RAINHA DA PAZ

PERÍODO MATUTINO – COMUNIDADE SÃO JOSÉ DO APUY

Linha/Rota: BUREY – YASSIN

Linha/Rota: SANTA LUZIA – FAZ. CAROLINE

Linha/Rota: FAZ. LIDIA / APUY – SÃO ROQUE/ APUY

LEIA-SE:

Linha/Rota: COMUNIDADE SÃO JOSÉ – KAIABI

VII- Linha/Rota: FAZENDAS: BOA SORTE - TUBIATÂ – RAINHA DA PAZ - SANTO INACIO – BONAN

Linha/Rota: EPITACIO – SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS – ESTRADA MATO GROSSO

Linha/Rota: APAE

PERÍODO MATUTINO – COMUNIDADE SÃO JOSÉ DO APUY

Linha/Rota: BUREY – YASSIN – SÃO ROQUE

Linha/Rota: SANTA LUZIA – FAZ. CAROLINE

Linha/Rota: FAZENDAS: BELA VISTA – SANTA MARIA – BEIRA RIO – CHARQUEADA NORTE – CARA BRANCA – CHARQUEADA – TERRES –

FAZ. LIDIA

Nova Monte Verde, 15 de dezembro de 2017.

_____

Elcio Leandro Aparecido

Secretario Mun. De Educação, Cultura e Esporte

Decreto nº 004/2017

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 042/2017.

PORTARIA Nº 042/2017.

DISPÕE SOBRE O REGISTRO DE FREQUÊNCIA ATRAVÉS DO CONTROLE MANUAL DE PONTO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Nova Monte Verde - MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a Lei Orgânica Municipal, o Regimento Interno do Legislativo - Resolução nº 015/1996, **a Resolução nº: 003/2017** que alterou o horário das Sessões Ordinárias Legislativas, o Estatuto do Servidor Público Municipal Lei nº: **830/2016** e o Plano de Carreira dos Servidores da Câmara Municipal de Nova Monte Verde – MT - Lei nº 520/2011 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Registro de Ponto Manual como ferramenta oficial de verificação da frequência/assiduidade dos servidores da Câmara Municipal de Nova Monte Verde – MT, baseando-se no princípio da economicidade, por se tratar de reduzido número de servidores.

Art. 2º - Todos os servidores da Câmara Municipal de Nova Monte Verde - MT ficam sujeitos ao Registro de Ponto conforme Folha de Ponto, Anexo I.

§ 1º Em decorrência da natureza de suas atribuições ficam dispensados do disposto no *caput* deste artigo, a Presidência do Legislativo, a Unidade de Controle Interno e os servidores ocupantes de cargo Comissionado com dedicação exclusiva.

§ 2º Os servidores do Legislativo registrarão a frequência no Sistema Manual de Ponto de cada Departamento/Setor, sendo os dados inseridos no Sistema informatizado de Controle de Ponto “Pontual”, ou outro que venha a sucedê-lo.

§ 3º Os relatórios gerados pelo Sistema serão utilizados para a confecção das Planilhas de Avaliação de Desempenho, e também deverão constar as faltas dos servidores para dedução no lançamento da folha de pagamento mensal.

Art. 3º - O Sistema de Ponto utilizado na Câmara Municipal somente poderá ser alterado mediante prévia consulta ao Presidente do Legislativo.

Art. 4º - Os servidores que vierem a praticar fraude no registro da frequência, ou a prática de quaisquer outros atos para justificar ausências indevidas do local de trabalho, receberão as sanções da Lei nº: 830/2016 – Estatuto dos Servidores Públicos de Nova Monte Verde, mediante processo legal.

Art. 5º - É vedado ao servidor o registro do ponto durante os afastamentos considerados como efetivo exercício, dispostos no art. 136 da Lei nº 830/2016.

Art. 6º - Os afastamentos considerados como de efetivo exercício, como Licenças Médicas (atestado médico), Júri, Eleitoral, Maternidade e Paternidade, Luto, dentro outros, devem ser comunicados ao Departamento de Recursos Humanos no prazo máximo de 48 horas.

Art. 7º - É de responsabilidade do servidor registrar a ocorrência de justificativa de atraso ou falta no Sistema de Ponto Manual, e entregar ao responsável pelo Recursos Humanos ou Presidente do Legislativo.

Art. 8º - O responsável do Sistema de Recursos Humanos lançará toda a documentação até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês para fechamento da folha de pagamento e envio ao Setor Contábil, conforme Instrução Normativa Sistema de Recursos Humanos - SRH nº 020/2012.

§ 1º - O responsável pelo Sistema de Recursos Humanos homologará no Sistema de Registro Manual de Ponto as faltas ou atrasos lançados pelo servidor, após análise da justificativa e apresentação de documentos legais do funcionário e homologação do Presidente da Câmara.

§ 2º - Se o Superior imediato do Setor for conivente com fraude no registro de frequência a ele também será aplicada as penalidades cabíveis, mediante processo legal.

Art. 9º - Compete ao responsável pelos Recursos Humanos do Legislativo:

I – a operacionalização, bem como o registro de ocorrências gerais no Sistema de Registro Manual de Ponto, dos servidores que estiverem sob sua subordinação hierárquica, de acordo com o Plano de Cargos e organograma do Legislativo Municipal;

II – monitorar as ocorrências lançadas pelos servidores e encaminhar ao superior hierárquico os casos recorrentes (justificativas e abonos).

Art. 10º - A jornada de trabalho da Câmara Municipal de Nova Monte Verde - MT é de 08(oito) horas diárias exercida em 02(dois) períodos, com intervalo de 02(duas) horas ou 06(seis) horas sem intervalo, conforme determina o Artigo 271, da Lei Complementar nº 830/2016, ressalvando o Quadro do Grupo Funcional de Técnicos de Nível Superior – TNS, Contador e Controlador Interno, cuja carga horária é de 30 (trinta) horas semanais, conforme Leis Municipais nº 658/2014 e 901/2017.

Art. 11º - Será considerado como serviço extraordinário aquele que exceder à jornada de trabalho do servidor, nos moldes dos Artigos 115 e 116 da Lei 830/2016 – Estatuto dos Servidores Públicos de Nova Monte Verde – MT, exceto aos servidores ocupantes de cargos comissionados e aqueles com Função Gratificada, conforme RC nº: 17/2011-TCE/MT.

§ 1º O serviço extraordinário somente será autorizado pelo Presidente do Legislativo se não puder ser compensado pelo banco de horas e em situações excepcionais e temporárias, devidamente justificadas com descrição pormenorizada dos trabalhos a serem prestados.

§ 2º Será admitida apenas a realização de 02 (duas) horas diárias de sobrejornada, não podendo ser realizado nos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos.

Art. 12º - Não poderão prestar serviços extraordinários os servidores ocupantes de cargo em comissão ou confiança e aqueles que recebam Função Gratificada.

Art. 13º - O pedido de autorização será encaminhado ao Presidente do Legislativo, anteriormente a prestação do serviço, mediante Proposta Individual de Prestação de Serviço Extraordinário, conforme modelo constante do Anexo II.

§ Único O servidor poderá realizar apenas os serviços extraordinários que foram autorizados pelo Presidente.

Art. 14° - Somente será admitida a prestação de serviços extraordinários aos sábados, domingos e feriados nos seguintes casos:

I - atividades essenciais que não possam ser realizadas em dias úteis;

II - eventos que ocorram nesses dias, desde que seja impossível adotar escala de revezamento;

III - situações que requeiram imediato atendimento, decorrentes de fatos supervenientes.

Art. 15º - O pagamento do serviço extraordinário será efetuado em folha de pagamento do mês ao da efetiva prestação do serviço e nos percentuais fixados no artigo 115 da Lei 830/2016 – Estatuto dos Servidores Públicos de Nova Monte Verde MT.

Art. 16º– Fica instituído e regulamentado o sistema de Banco de Horas dos servidores efetivos da Câmara Municipal de Nova Monte Verde-MT, em virtude da alteração do horário das Sessões Ordinárias Legislativas conforme Resolução nº: 003/2017, disciplinando a compensação das horas excedentes ao horário normal trabalhadas em dias úteis, domingos e feriados, computadas como horas créditos, compensadas em horas folgas, observando-se os seguintes critérios:

I - As horas trabalhadas além do horário de expediente normal, durante a vigência da Resolução nº: 003/2017, entendidas como extensão de jornada, serão compensadas, observadas as jornadas semanais do cargo de concurso, previsto na Lei Municipal nº 520/2011, Lei n. 658/2014, Lei n. 901/2017 e do Estatuto dos Servidores Municipais.

II - As horas trabalhadas aos domingos e feriados, serão compensadas na proporção de uma hora trabalhada por duas horas de folga, as trabalhadas em dias úteis, além das horas semanais previstas para cada cargo efetivo, serão compensadas na proporção de uma hora trabalhada por uma hora folga e os dias trabalhados na realização de Sessão Ordinária à noite serão compensados com um dia de folga.

III - A compensação do Banco de Horas, deverá, obrigatoriamente, ocorrer no prazo máximo de 01 (um) ano, após a execução das horas excedentes, sob pena de responsabilização da chefia imediata onde o servidor está ou esteve lotado, cabendo-lhe, neste caso, pagamento das mesmas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal de trabalho do cargo, no décimo terceiro mês a contar da aquisição, por ocasião do pagamento de seus vencimentos regulares.

IV – As horas folgas serão concedidas mediante solicitação/comunicação prévia pelo servidor, após autorização da Presidência do Legislativo, com a devida comunicação ao Departamento de Recursos Humanos, para registro e controle, a fim de evitar prejuízo ao desenvolvimento dos trabalhos, observado o prazo previsto no inciso III deste artigo.

V - O total de horas a serem compensadas não poderá ultrapassar a 05 (cinco) dias de afastamento do serviço.

VI – Para fins de registro regulamentar funcional, os servidores que trabalharam ou ficaram à disposição durante a realização das Sessões Legislativas noturnas previstas na Resolução nº: 003/2017, de 11/04/2017, conforme registro no ponto individual mensal constante na Contabilidade, ficam reconhecidos como de direito individual o gozo da folga de trabalho já concedida pela Presidência e todas devidamente compensadas até esta data.

Art. 17º – É vedado ao servidor faltar ao trabalho, sem prévia comunicação e autorização da chefia imediata, para posterior compensação das faltas no Banco de Horas.

Parágrafo único – Os eventuais atrasos deverão ser compensados no mesmo dia.

Art. 18º – O sistema de compensação de horas será formalizado na folha ponto mensal, na qual constará o número de horas trabalhadas a mais e, ao lado, o dia e a forma de compensação.

Parágrafo único – A folha ponto de horas creditadas e compensadas fará parte da documentação processual dos Recursos Humanos da Câmara Municipal de Nova Monte Verde-MT.

Art. 19º – Em caso de exoneração e/ou rescisão do contrato de trabalho, as horas constantes do Banco de Horas, serão pagas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) no valor da hora normal.

Art. 20º - A escala de horário de trabalho mensal do Servidor, deverá ser determinada e comunicada pela Presidência do Legislativo, que dará ciência aos servidores de forma harmoniosa e escalonada, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 21º - A ausência intencional do serviço por mais de trinta dias consecutivos configura abandono de cargo/emprego, passível da aplicação da penalidade de demissão, mediante Processo Administrativo Disciplinar, conforme Lei 830/2016, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 22º - As ocorrências de atrasos e faltas injustificadas serão considerados quando da Avaliação de Desempenho Individual, diminuição dos dias de gozo de férias, conforme artigo 133, da Lei 830/2016– Estatuto dos Servidores Públicos de Nova Monte Verde – MT, para desconto de repouso semanal remunerado e na redução para o pagamento do 13º salário.

Art. 23º - A Folha de Registro Mensal de Ponto Manual deverá ser monitorada, com a presença constante de Servidor responsável/designado, a fim de acompanhar os registros funcionais e garantir a eficiência na apuração da assiduidade no Legislativo Municipal, em consonância com os princípios basilares da Administração Pública esculpidos na Constituição Federal da República Federativa do Brasil – CF/88.

Art. 24º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria n. 017/2015 e demais disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT, 01 de dezembro de 2017.

FRANCISCO ANTONIO SEVALLO

Presidente da Câmara

ANEXO I FOLHA DE PONTO

SETOR:					MÊS:	
SERVIDOR:					MATRÍCULA:	
CARGO:					LOCALIZAÇÃO:	CÂMARA MUNICIPAL
HORAS SEMANAIS SEMANAIS:						
DIA	**INICIO**	**FIM**	**INICIO**	**FIM**	**JUSTIFICATIVA**	**VISTO**
20						
21						
22						
23						
24						
25						
26						
27						
28						
29						
30						
31						
01						
02						
03						
04						
05						
06						
07						
08						
09						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
HORAS TRABALHADAS A MAIS COM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO = DATA E FORMA DE COMPENSAÇÃO: OBSERVAÇÕES:						

Confirmo as anotações deste cartão ponto: _____

(assinatura e carimbo servidor)

Nova Monte Verde – MT, em ____ de _____ de 201__.

_____

De Acordo/Conferido : Responsável R.H. ou Presidente da Câmara

ANEXO II

Solicitação Prévia Para Realização de Horas Extras

De acordo com a proposta de jornada de trabalho abaixo, solicito a autorização para realização de horas extras.

Identificação do Servidor	
Nome:	Matricula:
Cargo:	Setor:

Justificativa para a Realização de Horas Extras

Atividades/Trabalhos a Serem Desenvolvidos

Detalhamento		
DATA	**HORÁRIO**	**Nº HORAS**

Solicitação de Autorização Data:____/_____/_____

? Autorizo realização/pagamento ? Não autorizo realização/ pagamento

Nova Monte Verde – MT, em ____ de _____de _____

Servidor	Presidente da Câmara

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

DECRETO Nº. 1770 /2017 NOVA NAZARÉ, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Decreto nº. 1770 **/2017** Nova Nazaré, de 18 de Dezembro de 2017.

"Estabelece o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI para 2018 do Município de Nova Nazaré/MT, dos procedimentos metodológicos, cronológicos e outras providências."

O Senhor **JOÃO TEODORO FILHO**, Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente; e

Considerando o disposto nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000, artigos 75 a 80 da Lei nº 4.320/1964 e artigos 7º a 10 da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso);

Considerando a Resolução Normativa nº. 033//2012 e 026/2014 do TCE/MT, em seu artigo 1º e **§ 2o**, o qual determina que o Planejamento Anual de Auditoria Interna – PAAI da UCI deverá ser encaminhado a este Tribunal a partir da carga mensal de janeiro de 2014;

Considerando que as atividades de competência da Unidade de Controle Interno do Município terão como enfoque principal a avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos de controle adotados nos diversos sistemas administrativos, pelo órgão central e unidades setoriais, cujos resultados serão consignados em relatório contendo recomendações para o aprimoramento de tais controles;

Considerando que o Sistema Integrado de Controle Interno dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Nova Nazaré utiliza como técnicas de trabalho, para a consecução de suas finalidades, a auditoria;

Considerando a Lei Municipal nº 241, de 08 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno, estabelece, entre outras, a responsabilidade da Unidade de Controle Interno em assessorar a administração quanto a legalidade dos atos da administração, emitindo relatórios e pareceres e manifestar-se acerca da regularidade e legalidade de processos afetos ao respectivo sistema administrativo, em que a Prefeitura Municipal, abrangendo as administrações Direta e Indireta, e da Câmara Municipal, seja parte;

DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentado o **Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI** do Município de Nova Nazaré/MT para o ano de **2018**, que consiste na análise e verificação quanto aos procedimentos a serem seguidos conforme regulamentados em Instruções Normativas da Unidade de Controle Interno – UCI, já implementadas aos sistemas administrativos da Administração, baseada nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, publicidade, impessoalidade, eficiência e eficácia.

Art. 2º. Designar que o Controlador Interno deste município, auxiliado pelos agentes de controle interno e/ou servidores requisitados de outros órgãos, executem as auditorias internas, através de projetos de auditoria, e caso necessário, poderá ser contratado auditor externo para a realização dos trabalhos, em observância ao plano anual de auditoria interna.

Art. 3º. Estabelecer os objetivos, áreas auditadas, metodologia utilizada e período da execução, na forma abaixo:

§ 1º. Os objetivos serão de:

a) Averiguar o cumprimento quanto aos resultados das recomendações nas auditorias realizadas em exercícios anteriores;

b) Verificar a efetividade do cumprimento aos procedimentos estabelecidos nas Instruções Normativas para os Sistemas Administrativos a serem auditados;

c) Recomendar correções necessárias de acordo com as verificações realizadas.

§ 2º. Os Sistemas Administrativos auditados serão:

a) Sistema de Controle Interno - SISTEMA SCI;

b) Sistema de Planej. e Orçamento - SISTEMA SPL;

c) Sistema de Compras, Licitações e Contratos - SISTEMA SCL;

d) Sistema de Transportes - SISTEMA STR;

e) Sistema de Administração de RH - SISTEMA SRH;

f) Sistema de Controle Patrimonial - SISTEMA SPA;

g) Sistema de Previdência Própria - SISTEMA SPP;

h) Sistema de Contabilidade - SISTEMA SCO;

i) Sistema de Convênios e Consórcios - Sistema SCV;

j) Sistema de Projetos e Obras Públicas - SISTEMA SPL;

k) Sistema de Educação - SISTEMA SEC;

l) Sistema de Saúde - SISTEMA SSP;

m) Sistema de Tributos - SISTEMA STB;

n) Sistema Financeiro - SISTEMA SFI;

o) Sistema do Bem-Estar Social - SISTEMA SBE;

p) Sistema de Comunicação Social - SISTEMA SCS;

q) Sistema Jurídico - SISTEMA SJU;

r) Sistema de Serviços Gerais - SISTEMA SSG;

s) Sistema de Tecnologia da Informação - SISTEMA STI.

§ 3º. O Tipo de Auditoria realizada será Operacional, seguido os métodos tradicionais, métodos por amostragem e demais que a UCI julgar necessária para averiguar cada caso.

§ 4º. Com base nos relatórios e pareceres de auditorias realizadas em exercícios anteriores, esse Plano visará examinar e analisar os procedimentos de controles adotados em:

a) Processos licitatórios;

b) Compras efetuadas;

c) Cumprimento das metas orçamentárias e financeiras para o exercício em curso;

d) Elaboração dos contratos, termos aditivos e rescisão contratual;

e) Convênios celebrados pela Administração;

f) Gerenciamento do uso de frotas de veículos e seus equipamentos, assim como: o controle de estoque de combustível, peças, pneus, acessórios dos veículos e equipamento; os procedimentos de manutenções preventivas e corretivas da frota de veículos e equipamentos e os procedimentos adotados quanto à locação de veículos, equipamentos e maquinários;

g) Folha de pagamento; cumprimento ao limite legal com despesa de pessoal; contratação e documentação apresentada pelo contratado;

h) Acompanhamento da execução e controle de Obras Públicas;

i) Gerenciamento e controle do transporte escolar;

j) Gerenciamento e controle da merenda escolar;

l) Gerenciamento e controle da distribuição de medicamento e material médico-clínico, bem como ao transporte de paciente sob cuidados médicos;

m) Verificação dos registros contábeis – Balancete mensal e outros.

§ 5º. As auditorias serão realizadas *in loco* nas unidades executoras e departamentos responsáveis pelos Sistemas Administrativos a serem auditados, por meio físico e meio eletrônico digital.

Art. 4º. O período de Execução deste PAAI será elaborado em conformidade ao cronograma estabelecido no Anexo Único deste Decreto.

Parágrafo Único. O Cronograma de Atividade poderá sofrer alterações por conveniência da Administração ou por necessidade da Unidade de Controle Interno quando da sua execução.

Art. 5º. A Unidade Central de Controle Interno poderá, a qualquer tempo, requisitar informações às unidades executoras, independente dos prazos previstos no Anexo Único.

Art. 6º. A recusa de informações ou o embaraço dos trabalhos da UCI deverá ser comunicada oficialmente ao Gestor e citada nos relatórios produzidos, podendo ainda o servidor causador do embaraço ou recusa ser responsabilizado na forma da lei.

Art. 7º. No que se refere às Responsabilidades, a Unidade auditada deverá prestar apoio por ocasião das auditorias, em especial no que tange à disposição de todos os documentos e papéis necessários para a execução dos trabalhos, bem como proceder com as recomendações feitas pela unidade de controle interno.

Art. 8º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Nazaré/MT, em 18 de Dezembro de 2017.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO - cronograma de Atividades – PAAI 2018

Nº	UNIDADE AUDITADA / SISTEMA	MÊS REFERÊNCIA - 2017												ATIVDADES À SEREM DESENVOLVIDAS
		01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	
1	Sistema de Controle Interno - SCI	x	x	x	x									a) Revisão das Instruções Normativas relativas ao setor e outras atividades de Controle e Acompanhamento preventivo em todo Departamento; b) Retorno para verificação ou aplicação das Recomendações ou adequação as IN; c) Realização de fiscalização e auditorias necessárias para avaliar as atividades de controle interno; d) Promoção de orientação operacional do Sistema de Controle; e) Elaboração de fluxo e refluxo de informações para o aproveitamento de todo o Sistema de Controle; f) Verificação e avaliação de adoção de medidas para assegurar o cumprimento dos limites e procedimentos estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/00; g) Avaliação da execução dos planos de governo, o cumprimento das metas e dos objetivos estabelecidos e a qualidade do gerenciamento; h) Acompanhamento de prática de atos e a ocorrência de fatos da responsabilidade de agentes públicos, com vistas a assegurar sua legalidade e regularidade ou a responsabilidade dos agentes; i) Atestar a consistência dos dados contidos nos relatórios de gestão; e Propor a instauração de sindicância ou de inquérito, quando recomendável face à natureza da irregularidade apurada; j) Elaboração de Parecer do 1º e 2º Semestre da Administração Direta e Indireta do município (Câmara de Vereadores, Prev-Nazaré e Prefeitura Municipal), atendendo as exigências da Resolução Normativa do Tribunal de Contas RN nº 033/2012 e 026/2014; k) Realização de fiscalização e auditorias necessárias para avaliar as atividades de controle interno, com o fim de assegurar-lhe eficácia e eficiência, oferecendo subsídios à Administração Municipal.
2	Sistema de Compras, Licitações e Contratos - SCL			x	x		x						x	
3	Sistema de Transportes – STR			x		x			x					
4	Sistema de Projetos e Obras Públicas – SPO		x	x	x	x								
5	Sistema de Tributos – STB			x	x	x	x							
6	Sistema de Tecnologia da Informação – STI			x	x	x	x							
7	Sistema de Planej. e Orçamento – SPL				x	x	x	x						
8	Sistema de Administração de RH – SRH				x	x	x	x						
9	Sistema de Controle Patrimonial - SPA						x						x	
10	Sistema de Previdência Própria – SPP					x	x	x	x					
11	Sistema de Contabilidade – SCO						x	x	x	x				
12	Sistema de Convênios e Consórcios - SCV						x	x	x					
13	Sistema de Educação – SEC				x	x	x							
14	Sistema de Saúde – SSP						x	x	x	x			x	
15	Sistema Financeiro – SFI						x						x	
16	Sistema do Bem Estar Social – SBE								x	x	x		x	
17	Sistema de Comunicação Social – SCS									x	x		x	
18	Sistema Jurídico – SJU									x	x	x	x	
19	Sistema de Serviços Gerais - SSG										x	x	x	
20	Sistema de Tecnologia da Informação – STI										x	x	x	
21	Câmara						x						x	
22	Auditoria na Gestão Financeira (fluxos de pagamentos) – Projeto Aprimora do TCE.		x	x										
23	Auditoria em Avaliação do Controle Interno em Nível de Entidades – Projeto Aprimora do TCE.				x	x								
24	Auditoria/acompanhamento dos controles internos administrativos voltados a logística de medicamentos. Projeto Aprimora do TCE.								x	x				
25	Auditoria/acompanhamento dos controles internos na atividade PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Projeto Aprimora do TCE.										x	x		

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

COMISSAO DE LICITACAO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 047/ 2017

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA-MT e a empresa**VISÃO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA-EPP**, Inscrita no CNPJ nº **26.728.736/ 0001-74**. O objeto IMEDIATO do presente instrumento e o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES.**O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

COMISSAO DE LICITACAO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 048/ 2017

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA-MT e a empresa**EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA**, Inscrita no CNPJ nº **10.830.704/0001-45**. O objeto IMEDIATO do presente instrumento e o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES.**O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

COMISSAO DE LICITACAO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 049/ 2017

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA-MT e a empresa**PORTAL DISTRIBUIDORA LTDA-ME**, Inscrita no CNPJ nº **26.570.361/0001-67**. O objeto IMEDIATO do presente instrumento e o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES.**O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
PUBLICAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇOS

COMISSAO DE LICITACAO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 045/ 2017

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA-MT e a empresa**REGIANE LUZIA DE SOUZA TEDESCHI - EPP**, Inscrita no CNPJ nº **06.048.962/0001-05**. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO GRAMA "ESMERALDA" - ZOYSIA JAPÔNICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA – MT, CONFORME DESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA.** O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

GABARITO PRELIMINAR SELETIVO 03/2017

CARTÃO RESPOSTA PRELIMINAR

Cargo: A.A.E. MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA

Nº	A	B	C
1			X
2		X	
3	X		
4		X	
5	X		
6		X	
7			X
8		X	
9			X
10		X	
11			X
12		X	
13	X		
14	X		
15		X	
16			X
17	X		
18	X		
19		X	
20			X

CARTÃO RESPOSTA PRELIMINAR

Cargo: PROFESSOR 1º AO 5º ANO – CLASSE B – ZONA URBANA / 6º AO 9º ANO – CLASSE B – ZONA RURAL

Nº	A	B	C
1			X
2	X		
3		X	
4			X
5		X	
6	ANULADA		
7	X		
8			X
9		X	
10			X
11		X	
12			X
13	X		
14			X
15	X		
16			X
17	ANULADA		
18			X
19		X	
20	X		

QUESTÃO Nº 6 – Anulada por não estar de acordo com o Anexo II – Conteúdo programático do Edital do Certame. QUESTÃO Nº 17 – Anulada por não atender o item 8.2 do Edital do Certame.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 328/2017

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2015/2016, iniciando a partir do dia 22/12/2017 a 05/01/2018 à servidora **Ana Paula da Conceição Aires**, brasileira, maior, portadora do RG: nº 1984020-9 SSP/MT e do CPF: nº 025.945.741-80, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde** no cargo de **Agente Comunitário de Saúde.**

Artigo 2º - Esta Portaria passa a vigorar a partir do dia 22 de dezembro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 18 de dezembro de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2017, ENTRE O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE - MT E A EMPRESA TIM TRANSPORTES INTEGRADOS MATOGROSSENSES LTDA.

Pelo presente instrumento contratual regido pela Lei Federal n.º 8.666/93 de 21/06/93 e as Alterações Posteriores e Lei Municipal 1122/2015 de 04/12/15, o **Município de Novo Horizonte do Norte**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Municipal, com sede administrativa à Rua Augusto de Souza, 171, Centro, nesta cidade, inscrita no **CNPJ** sob o número **03.238.888/0001-93**, representado neste pelo atual Prefeito Municipal, **Sr. Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado,empresário, residente e domiciliado neste Município, portador da Carteira de Identidade RG n.º 0625916-2 SSP/MT e inscrito no CPF n.º 503.521.641-15, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e a Empresa **TIM Transportes Integrados Matogrossenses Ltda.**, inscrita no **CNPJ** sob o número **14.421.118/0001-06**, estabelecida à Av. Miguel Sutil, n.º 7034, Bairro Despraiado, na Cidade de Cuiabá – MT, CEP: 78.048-000 representada neste ato por seu Sócio Proprietário o Sr. **Julio Cesar Sales Lima**, portador da **RG n.º 782.350 SSP/GO**, e do **CPF n.º 156.352.601-87**, doravante denominado de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo de Aditivo do contrato 004/2017, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Este contrato tem por objetivo o **fornecimento fracionado de bilhetes de passagens de ônibus intermunicipais em atendimento a solicitação de diversas secretarias**, tudo de acordo com os elementos técnicos discriminados no Anexo I, Edital de Inexigibilidade n.º 001/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGENCIA

Os serviços que deverão ser prestados pela CONTRATADA:

a) Os veículos deverão estar devidamente equipados de acordo com a Lei Federal n.º 9.503/97 (Código Nacional de Trânsito).

b) Os bilhetes de passagens serão solicitados mediante requisição de compra emitida pelo departamento de compras e serão emitidos em nome da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte.

c) Os bilhetes serão solicitados com antecedência mínima de 01 (um) dia e no caso de não embarque será remarcado com prazo de até 12 (doze) meses da emissão do bilhete.

d) O contratado deverá tomar todos os cuidados e evitar danos ou acidentes aos usuários, ou a terceiros na execução do serviço contratado e ficando sempre responsável por estes danos e acidentes.

e) O contratado estará sujeito à fiscalização que poderá ser efetuadas pela Administração em qualquer tempo através do fiscal do contrato na vistoria geral dos veículos para que estejam em perfeitas condições de uso.

SUB-CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência do contrato assinado entre as partes terá sua vigência entre 01/01/2018 até 31/12/2018; podendo ser prorrogado se for de interesse das partes na forma prevista no Inciso II Artigo 57 da Lei N.º 8.666 de 21 de Junho de 1.993; por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO GLOBAL

Altera o valor global do presente contrato, contido na clausula quinta - preço global, que passa a ter a correção de R$ 281.592,15 (Duzentos e oitenta e um mil quinhentos e noventa e dois reais e quinze centavos), acrescidas de 2,7927% no reajuste concedido, para R$ 289.456,14 (Duzentos e oitenta e nove mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e quatorze centavos) abrangendo o preço global.

Altera o quadro pertencente ao presente contrato em sua clausula quinta, estabelecendo o valor corrigido com o percentual de 2,7927% sobre o valor unitário correspondente ao bilhete de passagem.

Item	Descrição dos Serviços/Itinerário	Unidade	Quant.	Valor Unitario	Valor Total
01	Passagens de ônibus Novo H. do Norte à Cuiabá	Bilhete	505	**189,72**	**95.810,86**
02	Passagens de ônibus Cuiabá à Novo H. do Norte	Bilhete	505	**195,32**	**98.639,97**
03	Passagens de ônibus Juara à Cuiabá	Bilhete	220	**192,69**	**42.392,94**
04	Passagens de ônibus Cuiabá à Juara	Bilhete	220	**195,93**	**43.105,29**
05	Passagens de ônibus Novo H. do Norte à Sinop	Bilhete	55	**84,47**	**4.646,12**
06	Passagens de ônibus Sinop à Novo H. do Norte	Bilhete	55	**88,38**	**4.860,96**

PARÁGRAFO ÚNICO

Os valores fixados nesta cláusula, não implicam em nenhuma previsão de crédito em favor da CONTRATADA, que somente fará jus aos valores correspondentes aos serviços previamente autorizados pela CONTRATANTE e efetivamente prestados pela CONTRATADA.

SUB-CLÁUSULA PRIMEIRA

As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados nos orçamentos do Exercício Financeiro de 2016 e para os subseqüentes em dotações de mesma natureza:

Dotação Orçamentária	Cod. Reduzido	Valor Estimado
06.001.04.122.0101.2008.339033.	**0079**	**Passagens e despesas com locomoção**
08.002.10.302.0112.2015.339033.	**0205**	**Passagens e despesas com locomoção**
09.005.08.244.0117.2043.339033.	**0306**	**Passagens e despesas com locomoção**
10.002.12.361.0104.2018.339033.	**0366**	**Passagens e despesas com locomoção**
10.004.12.365.0109.2084.339033.	**0476**	**Passagens e despesas com locomoção**

CLÁUSULA QUARTA – INALTERABILIDADE

As demais clausulas pertencentes ao contrato 004/2017, permanecerão inalteráveis.

SUB-CLÁUSULA PRIMEIRA– FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto dos Gaúchos - MT a que está judicialmente vinculado, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Novo Horizonte do Norte - MT, 07 de Dezembro de 2017.

SILNANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

Contratante

TIM TRANSPORTES INTEGRADOS

MATOGROSSENSES LTDA.

CNPJ: 14.421.118/0001-06

Julio Cesar Sales Lima

Contratada

Gesiane Maria dos Santos

Fiscal de Contratos

Portaria n.º 071/2017

Elizandra Aparecida Brito

Fiscal de Contratos

Portaria nº 002/2016

Selma de Araújo Amorim

Fiscal de Contratos

Portaria nº 014/2016

Pedro Paulo Paulino

Fiscal de Contrato

Portaria n.º 003/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 001/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 001/2017 CELEBRADO EM 03 DE JANEIRO DE 2017 ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE E A EMPRESA MP DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB - ME, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE READEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARENCIA, OUVIDORIA ONLINE MUNICIPAL E SITE OFICIAL.

Pelo presente instrumento contratual regido pela Lei Federal n.º 8.666/93 de 21/06/93 e as Alterações Posteriores, o **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Municipal, com sede administrativa à Rua Augusto de Souza, 171, Centro, nesta cidade, inscrita no **CNPJ sob o número 03.238.888/0001-93**, representado neste pelo atual Prefeito Municipal, **Sr. Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado,empresário, residente e domiciliado neste Município, portador da Carteira de Identidade/RG n.º 0625916-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 503.521.641-15, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e a empresa **MP DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB - ME**, inscrita no **CNPJ sob o número 14.728.004/0001-03**, estabelecida à rua das caviúnas, n.º 2604, Bairro Jardim Maringá, na cidade de Sinop – MT, CEP: 78. 556-264, representada neste ato por seu Sócio Proprietário o Sr. **Marcos Paulo de Oliveira da Silva**, portadora da C. I. RG n.º 35.405.864-2 SSP/SP, e do CPF n.º 021.222.971-07, doravante denominado de **CONTRATADA RESOLVEM** de comum acordo **ADITAR** o Contrato nº. 001/2017 de 03 de Janeiro de 2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Este contrato tem por objetivo a **Prestação de Serviços de readequação e manutenção do Portal da Transparência, Ouvidoria online Municipal e site oficial no endereço eletrônico** www.novohorizontedonorte.mt.gov.br**.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

a) Cumprir fielmente as clausulas estabelecidas neste contrato firmado entre as partes;

b) Operar como uma organização completa e fornecer serviços de elevada qualidade;

c) Tomar providencia, imediatamente, em casos de alterações, rejeições, atrasos, cancelamentos ou interrupções de uma ou mais serviços, mediante comunicação da contratante respeitada as obrigações já assumidas, responsabilizando por qualquer ônus decorrente de danos causados por culpa da contratada;

d) Submeter se à aprovação/fiscalização pelo fiscal do contrato;

e) Cumprir toda a legislação Federal, Estadual, Municipal e os órgãos de controle Externo responsabilizando se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

f) Responsabilizar-sepor todos os prepostos que atuarem nos serviços ora contratados, indenizando a Prefeitura, em casos de erros ou atrasos nos serviços ora contratados;

g) Assumir todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato;

h) Atender toda e qualquer solicitação quando a manutenção e adequação no prazo maximo de 48 (quarenta e oito) horas da solicitação feita por email.

CLÁSULA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

Serão de responsabilidade da CONTRATADA:

a) Responsabilizada judicialmente pelos danos causados aos beneficiários, ao município de Novo Horizonte do Norte e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus profissionais ou prepostos.

b) O pagamento de seguros, impostos, taxas, serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referente ao serviço, inclusive licença em repartições pública e autenticações do contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário;

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGENCIA

Os serviços que deverão ser prestados pela CONTRATADA:

a) Suporte técnico remoto no Portal da Transparência;

b) Correção de falhas e erros nos layouts, Links e funcionalidades do site;

c) Suporte técnico e esclarecimentos quanto a duvidas de funcionamento e alterações nas funcionalidades e comandos do site;

d) Alterações de layouts, Links e funcionalidades sempre que solicitado em cumprimento com as legislações vigentes e futuras alterações quando ocorrer sem custos adicionais ao município.

e) Desenvolvimento de Banners e Links quando solicitado e adição de novos recursos e funcionalidades sempre que necessário.

f) Disponibilizar sempre que solicitado Treinamento sem custos adicionais ao município.

g) Emitir relatório mensal de acessos no primeiro dia útil de cada mês.

SUB-CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência do contrato assinado entre as partes terá sua vigência entre 01/01/2018 até 31/12/2018; podendo ser prorrogado se for de interesse das partes na forma prevista no Inciso II Artigo 57 da Lei N.º 8.666 de 21 de Junho de 1.993; por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) Fornecer informações e esclarecimentos pertinentes aos serviços contratados, que venham a ser solicitados pelo representante da **CONTRATADA**.

b) Receber e atestar as Notas Fiscais ou Faturas apresentadas pela **CONTRATADA**, de conformidade com os serviços contratados.

c) Comunicar à **CONTRATADA** a ocorrência de divergência nas Notas Fiscais/Faturas apresentadas, promovendo a devolução da mesma para correção.

d) Realizar o pagamento dos serviços à **CONTRATADA** nos prazos e condições estabelecidas em contrato, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

e) É prerrogativa da **CONTRATANTE,** proceder a mais ampla Fiscalização sobre o fiel cumprimento do contrato, sem prejuízo da responsabilidade da **CONTRATADA**, bem como, avaliar a qualidade do serviço prestado, podendo rejeitá-lo no todo ou em parte, e exigir o cumprimento de todos os itens do contrato, segundo suas especificações.

f) A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por um representante da **CONTRATANTE**, designado e relacionado no contrato pela Unidade Administrativa, que atestará os serviços prestados no período que ocorrerem.

g) Comunicar oficialmente à **CONTRATADA** quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO GLOBAL

O valor **total estimado deste terno aditivo de contrato é de R$ 12.000,00 (Doze mil reais),** conforme especificado abaixo.Este contrato se baseará nos serviços acima mencionados, efetivamente prestados pela CONTRATADA, obedecidos os limites fixados pela CONTRATANTE, ficando como responsável pelas informações a CONTRATADA, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Item	Especificação do objeto	Unidade	Quant.	Valor Unitario	Valor Total
01	Serviços de Web Site e Portal da Transparência – mensalidade de manutenção;	Mês	12	1.000,00	12.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO

Os valores fixados nesta cláusula, não implicam em nenhuma previsão de crédito em favor da CONTRATADA, que somente fará jus aos valores correspondentes aos serviços previamente autorizados pela CONTRATANTE e efetivamente prestados pela CONTRATADA.

SUB-CLÁUSULA PRIMEIRA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da Rubrica Orçamentária:

Dotação Orçamentária	Cod. Reduzido	Órgão/Setor
06.001.04.122.0101.2008.339039	0081	Secretaria de Administração e Planejamento

CLÁUSULA SETIMA – PAGAMENTO

a) O pagamento para o item 01 será mensal em conformidade com os termos do **art. 60 da Lei federal n.º 4.320, de 17/03/1964,** em até 30 (trinta) dias, contados a partir da execução dos serviços e recebimento da Nota Fiscal, atestada pelo servidor responsável da Prefeitura, devidamente acompanhada dos documentos estabelecidos na Legislação Vigente ou o que venha a substituí-los, através de transferência bancaria em conta jurídica da contratada.

b) O pagamento para o item 02 será em 02 (duas) parcelas em conformidade com os termos do **art. 60 da Lei federal n.º 4.320, de 17/03/1964,** em até 30 (trinta) dias, contados a partir da execução dos serviços e recebimento da Nota Fiscal, atestada pelo servidor responsável da Prefeitura, devidamente acompanhada dos documentos estabelecidos na Legislação Vigente ou o que venha a substituí-los, através de transferência bancaria em conta jurídica da contratada.

c) Caso haja atraso no pagamento das faturas, superior a 60 (sessenta) dias, poderá a CONTRATADA suspender o atendimento, podendo esta suspensão perdurar até a regularização dos pagamentos pela CONTRATANTE.

CLAUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

A fiscalização e a avaliação dos serviços prestados serão efetivadas por fiscal habilitado e designado pela repartição competente da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte – MT, estando em perfeitas condições, será devidamente atestado pela secretaria solicitante.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

As penalidades contratuais serão advertência verbal ou escrita, multas, restrições do contrato, declaração de idoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21/06/93 e alterações posteriores.

SUB-CLÁUSULA PRIMEIRA

As advertências verbal ou escrita serão aplicadas independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA

As multas previstas são as seguintes:

I) – de 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor do contrato por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, por ocorrência.

II) – de 10% (dez por cento) sobre o saldo do valor do contrato no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com conseqüente rescisão contratual.

SUB-CLÁUSULA TERCEIRA

As multas previstas no item anterior são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

SUB-CLÁUSULA QUARTA

A multa definida no inciso I de Sub-Cláusula Segunda, desta Cláusula, será descontada de imediato dos pagamentos das prestações parciais devidas e multa prevista no inciso II da mesma Sub-Cláusula será descontada da última prestação, bem como as o inciso III.

SUB-CLÁUSULA QUINTA

A CONTRATADA não incorrerá na multa referida no inciso II da Sub-Cláusula na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DECIMA – RESCISÃO

A CONTRATADA poderá considerar rescindido este Contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) A CONTRATADA, sem previa autorização da CONTRATANTE, ceder o presente Contrato, no todo ou em parte;

b) A CONTRATADA não atender as exigências da CONTRATANTE relativamente a defeitos ou imperfeições dos serviços e da mão-de-obra utilizados;

c) As multas aplicadas à CONTRATADA atingirem, isolada ou cumulativamente, montante correspondente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato;

d) A CONTRATADA deixar de cumprir qualquer Cláusula, condições ou obrigações prevista neste contrato ou dele decorrente;

e) Acorrer qualquer um dos motivos elencados nos Capítulos III, seção V da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21/06/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – PROIBIÇÕES

A CONTRATADA fica proibido:

a) Caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;

b) Opor, em qualquer circunstância, direito de retenção sobre os serviços;

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATANTE só admitirá quaisquer alterações na prestação dos serviços, a seu critério, suficientemente justificados e fundamentados com a necessária antecedência.

SUB-CLÁUSULA PRIMEIRA

CONTRATADA somente poderá subcontratar a prestação dos serviços com a prévia concordância da CONTRATANTE, ficando, neste caso, solidariamente responsável, perante a CONTRATANTE, pelos serviços prestados pelo subcontratado e, ainda, pelas conseqüências dos fatos e atos a eles imputáveis.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto dos Gaúchos - MT a que está judicialmente vinculado, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento de aditamento contratual, em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Novo Horizonte do Norte - MT, 06 de Dezembro de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

Contratante

MP DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB – ME

CNPJ: 14.728.004/0001-03

Marcos Paulo de Oliveira da Silva

Contratada

PEDRO PAULO PAULINO

Fiscal de Contrato

Portaria n.º 003/2016

PREFEITURA/LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2017 PROCESSO N.º 023/2017

OBJETO: Contratação de empresa para reforma parcial (12,00 m) da ponte de madeira sobre o Rio Falcão (28,00), área rural de Novo Horizonte do Norte divisa com Porto dos Gaúchos, conforme especificado no anexo I do edital.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **SILVANO PEREIRA NEVES,** à vista do resultado conclusivo emitido pela comissão de licitação que recomendou a adjudicação como vencedora à empresa **L. F. PEREIRA EPP**, inscrita no **CNPJ: 24.686.425/0001-64,** com proposta no valor global de **R$ 84.019,75 (oitenta e quatro mil, dezenove reais e setenta e cinco centavos),** tudo em conformidade com o edital e seus anexos. Diante do exposto, **HOMOLOGO e ADJUDICO** a presente licitação, nos termos da licitante vencedora, que fica obrigada a prestar os serviços, ao Município Novo Horizonte do Norte – MT, em conformidade com o edital e seus anexos.

Novo Horizonte do Norte – MT, em 18 de dezembro de 2017.

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO PREGÃO ELETRONICO N.º 019/2017 PROCESSO N.º 020/2017

OBJETO: Aquisição de equipamentos hospitalares, mobiliário para escritório e equipamentos de informática, conforme especificado no anexo I – Termo de referencia do edital. Direcionado exclusivamente às MPEs.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **SILVANO PEREIRA NEVES,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, torna público à vista do resultado conclusivo emitido pelo pregoeiro e equipe de apoio que fez a adjudicação do processo como vencedoras as empresas: **Ana Maria Pires Belem – ME CNPJ: 04.360.651/0001-43,** com proposta no valor global de **R$ 4.805,00 (quatro mil e oitocentos e cinco reais)** para os **lotes 0006 e 0009**; **Casa do Computador LTDA EPP**, **CNPJ: 10.199.390/0001-24** com proposta no valor global de **7.060,00** (**sete mil e sessenta reais)** para os **lotes 0001**, **0002**, **0005** e **0008**; **CCK Comercial EIRELLI – ME CNPJ: 22.065.938/0001-22** com valor global de **1.096,00 (um mil e noventa e seis reais)** para o **lote 0007**; **HDX Comercial EIRELLI – ME CNPJ: 24.039.450/0001-56** no valor global de **850,00 (oitocentos e cinqüenta reais)** para o **lote 0004**; **OLMI Informática LTDA EPP CNPJ: 00.789.321/0001-17** com valor global de **330,00 (trezentos e trinta reais)** para o **lote 0003**. Foi declarado **fracassado** o **item 0001.** Diante do exposto, **RATIFICO** a adjudicação proferida pelo pregoeiro e equipe de apoio e **HOMOLOGO** a presente licitação, nos termos da licitante vencedora, que fica obrigada a fornecer o objeto licitado ao Município de Novo Horizonte do Norte – MT, conforme consta no Edital e referido processo.

Novo Horizonte do Norte – MT, em 18 de dezembro de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL N.º 022/2017 PROCESSO N.º 024/2017

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços médicos para atendimento nas Unidades Básicas de Saúde, Hospital Municipal, atendimento de plantões presenciais noturnos e diurnos.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **SILVANO PEREIRA NEVES,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, torna público à vista do resultado conclusivo emitido pelo pregoeiro e equipe de apoio que fez a adjudicação do processo como vencedora a empresa:**B. M. BARRETO EIRELLI** inscrita no **CNPJ: 24.467.015/0001-22,** com proposta no valor global de **R$ 619.194,84 (seiscentos e dezenove mil, cento e noventa e quatro reais e oitenta e quatro centavos)** para os **Lotes 0001 e 0002**, tudo conforme especificado no anexo I – Termo de referencia do edital. Diante do exposto, **RATIFICO** a adjudicação proferida pelo pregoeiro e equipe de apoio e **HOMOLOGO** a presente licitação, nos termos da licitante vencedora, que fica obrigada a fornecer o objeto licitado ao Município de Novo Horizonte do Norte – MT, conforme consta no Edital e referido processo.

Novo Horizonte do Norte – MT, em 18 de dezembro de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 009/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ENTRE O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE - MT E A EMPRESA R SANCHES PEREIRA - ME, PARA EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS.

Pelo presente instrumento contratual regido pela Lei Federal n.º 8.666/93 de 21/06/93 e as Alterações Posteriores, o **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Municipal, com sede administrativa à Rua Augusto de Souza, 171, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o número 03.238.888/0001-93, representado neste pelo atual Prefeito Municipal, **Sr Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado,empresário, residente e domiciliado neste Município, portador da Carteira de Identidade/RG n.° 0625916-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.° 503.521.641-15, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e a empresa **R SANCHES PEREIRA - ME**, inscrita no **CNPJ sob o número**

15.493.226/0001-49, estabelecida à Avenida Comendador José Pedro Dias, n.º 863-N, Bairro Centro, na Cidade de Tabaporã – MT, CEP: 78.570-000, representada neste ato por seu diretor o Sr. **Ricardo Sanches Pereira**, portador da C. I. RG n.º 5.849.478-0 SESP/PR, e do CPF n.º 958.458.799-49, residente e domiciliado à Avenida Comendador José Pedro Dias, n.º 863-N, Bairro Centro, na Cidade de Tabaporã – MT, doravante denominado de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo Aditivo do contrato 009/2017, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGENCIA

A CONTRATADA prestará os serviços no Hospital Municipal e PSF do Município de Novo Horizonte do Norte-MT, com carga definida pela Secretaria Municipal de Saúde, em dias e horários estabelecidos conforme necessidade da CONTRATANTE, conforme especificado no anexo I – Termo de referência do edital.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Só se admitirá a prorrogação de prazos quando houver impedimentos que paralisem ou restrinjam o normal andamento dos serviços decorrentes de fatos alheios à responsabilidade da CONTRATADA, atentados e reconhecidos pela Administração Municipal.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As eventuais substituições do responsável pela prestação dos serviços aqui contratados, deverão ser imediatamente comunicadas, por escrito, à CONTRATANTE, que analisará a conveniência ou não de manter os serviços ora contratados, podendo a mesma rever as condições deste Instrumento, para adequá-lo ao interesse público.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A vigência do presente termo aditivo ao contrato 009/2017, assinado entre as partes será de 01/01/2018 até 31/12/2018; podendo ser prorrogado se for de interesse das partes na forma prevista no Inciso II Artigo 57 da Lei N.º 8.666 de 21 de Junho de 1.993; por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DOS SERVIÇOS

SUB-CLAUSULA PRIMEIRA – VALOR UNITÁRIO

Lote	Descrição dos Serviços	Unidade	Quant.	Unitario	Total
03	Serviços Médicos com especificidade na realização de Cesariana, no Hospital Municipal José Kara José.	Unidade	20	1. 600,00	32. 000,00
04	Serviços Médicos com especificidade na realização de Laqueadura, no Hospital Municipal José Kara José.	Unidade	10	1. 100,00	11. 000,00
05	Serviços Médicos para atendimento de gestantes acima de 36 semanas, consultas de pré natal, conforme demanda, exames de ultrasson obstetra, abdômen, abdômen total, abdômen superior, USG de mama, USG tireóide, pélvica, vias urinarias e endovaginal com aparelho de ultrassonografia e materiais próprios, conforme demanda com média mensal de 50 exames.	Mês	09	8. 250,00	74. 250,00

SUB-CLAUSULA SEGUNDA - VALOR GLOBAL

O valor **total estimado é de R$ 117.250,00 (cento e dezessete mil duzentos e cinqüenta reais), ficando inalterado a clausula sétima do contrato 009/2017, sendo acrescentado dois parágrafos a clausula:**

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os valores fixados nesta cláusula, não implicam em nenhuma previsão de crédito em favor da CONTRATADA, que somente fará jus aos valores correspondentes aos serviços previamente autorizados pela CONTRATANTE e efetivamente prestados pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os serviços de Cesariana e Laqueadura discriminados no lote 03 e 04 do contrato 009/2017, serão realizados de acordo com as condições financeiras da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA – INALTERABILIDADE

As demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original permanecem inalteradas.

SUB-CLÁUSULA PRIMEIRA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto dos Gaúchos - MT a que está judicialmente vinculado, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Novo Horizonte do Norte - MT, 12 de Dezembro de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

Contratante

R SANCHES PEREIRA – ME

CNPJ: 15.493.226/0001-49

Ricardo Sanches Pereira

Contratada

ELIZANDRA APARECIDA BRITO

Fiscal de contratos

Portaria n.º 002/2016

BRUNO RICARDO BARELA IORI

Assessor Jurídico

OAB n.º 18.438/MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 323/2017

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, iniciando a partir do dia 18/12/2017 a 16/01/2018, à servidora **Ângela Maria Guimarães Marques Pimenta**, brasileira, maior, portadora do RG: nº 1761455-4 SSP/MT e do CPF: nº 932.591.901-04, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde** no cargo de **Agente Comunitário de Saúde.**

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 18 de dezembro de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 327/2017

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora **Leila Cristina da Silva,** brasileira, maior, portadora do RG: nº 1111193-3 e do CPF: nº 946. 103.041-04 SSP/MT, lotada na **Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania** no cargo de **Orientadora Social,** referente ao período aquisitivo de 2017/2018 a partir do dia 21/12/2017 a 20/01/2018.

Artigo 2º - Esta Portaria passa a vigorar a partir do dia 21 de dezembro de 2017, revogando-se as disposições contrárias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 18 de dezembro de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 324/2017

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora **Cristiane da Silva Santos,** brasileira, maior, portadora do RG: nº 1893153 SSP/MT e do CPF: nº 018.293.543-83, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde** no cargo de **Agente Comunitário de Saúde,** referente ao período aquisitivo de 2016/2017 a partir do dia 18/12/2017 a 16/01/2018.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 18 de dezembro de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 325/2017

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2016/2017, iniciando a partir de 18/12/2017 a 16/01/2018 a servidora **Zizélia Pereira Santana** brasileira, maior, portadora do RG: nº 089457321 SSP/MT e do CPF: nº 535.810.751-72, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde** no cargo de **Agente Comunitário de Saúde.**

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 18 de dezembro de 2017.

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 326/2017

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2016/2017, à servidora **Ana de Fátima Pereira de Souza**, brasileira, maior, portadora do RG: nº 496.990 SSP/MT e do CPF: nº 352.831.221-15, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde** no cargo de **Agente Comunitário de Saúde,** a partir do dia 18/12/2017 a 16/01/2018.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 18 de dezembro de 2018.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 416/2017 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

"*Dispõe sobre concessão de Férias, e dá outras providências".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o artigo Art. 69 c/c Art. 73 da LC n.º 004/2001 de 28/12/2001, para o período de 01/12/2017 à 31/12/2017 ao servidor **OZEAS DE OLIVEIRA COSTA,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 373903479 SSP/SP e do CPF nº 452. 389.791.34, efetivo no cargo de **MECANICO,** matriculado no DRH sob o nº 119, referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 a 28/02/2017.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 01 de Dezembro de 2017.

_____

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 423/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

"*Dispõe Sobre Concessão De Afastamento Em Razão Da Licença Premio, E Dá Outras Providências".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER** o afastamento em razão a LICENÇA PREMIO, em conformidade com o Art. 101 da LC 04/2001 de 28/12/2001, no período de 28/11/2017 à 27/01/2018 a servidora **DANIELA BAUMGRATZ,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1858854-9 SSP/MT e do CPF 026.332.071.54, efetiva no cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, matriculada no DRH sob o nº 831, referente ao período aquisitivo de 03/09/2012 à 02/09/2017.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos a partir de 28 de Novembro de 2017.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 13 de Dezembro de 2017.

_____

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 422/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

"*Dispõe Sobre Concessão De Afastamento Em Razão Da Licença Premio, E Dá Outras Providências".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER** o afastamento em razão a LICENÇA PREMIO, em conformidade com o Art. 101 da LC 04/2001 de 28/12/2001, no período de 20/11/2017 à 19/01/2018 ao servidor **ADILSON DE JESUS BIAZOTTO,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1119820-6 SSP/MT e do CPF 800.708.411.87, efetivo no cargo de APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (VIGIA), matriculado no DRH sob o nº 2262, referente ao período aquisitivo de 21/11/2012 à 20/11/2017.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos a partir de 20 de Novembro de 2017.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 13 de Dezembro de 2017.

_____

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 421/2017 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

"*Dispõe Sobre Concessão De Férias, E Dá Outras Providências".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER,** férias em conformidade com o Art. 69 c/c Art. 73 da Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, para o período de 01/12/2017 à 31/12/2017 aos servidores:

WALMOR MARCHESAN, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 10429433 SSP/MT, devidamente inscrito no CPF nº 259.491.440.15, efetivo no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**,** devidamente matriculado sob o nº 899, referente ao período aquisitivo de 20/09/2015 a 19/09/2016.

EDNA CARLA BELLATTO, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 14041316 SSP/MT, devidamente inscrita no CPF nº 999.130.201.82, efetiva no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO**,** devidamente matriculada sob o nº 960, referente ao período aquisitivo de 01/11/2015 a 31/10/2016.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Com efeitos a partir de 01 de Dezembro de 2017.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 11 de Dezembro de 2017.

_____

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 420/2017 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

"*Dispõe Sobre Concessão De Férias, E Dá Outras Providências".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER,** férias em conformidade com o Art. 69 c/c Art. 73 da Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, para o período de 07/12/2017 à 06/01/2018 ao servidor **PEDRO ERNESTO SCHEMMER**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 518.240 SSP/MT, devidamente inscrito no CPF nº 362.219.881.87, efetivo no cargo de VIGIA**,** devidamente matriculado sob o nº 1163, referente ao período aquisitivo de 01/12/2016 a 30/11/2017.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Com efeitos a partir de 07 de dezembro de 2017.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 11 de Dezembro de 2017.

_____

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 419/2017 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

"*Dispõe Sobre Concessão De Férias, E Dá Outras Providências".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER,** férias em conformidade com o Art. 69 c/c Art. 73 da Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, para o período de 11/12/2017 à 10/01/2018 a servidora **LUCIMAR DOS SANTOS**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 19098901 SSP/MT, devidamente inscrita no CPF nº 027.429.091.09, efetiva no cargo de RECEPCIONISTA**,** devidamente matriculada sob o nº 900, referente ao período aquisitivo de 20/09/2016 a 19/09/2017.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 11 de Dezembro de 2017.

_____

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 418/2017 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

"*Dispõe Sobre Concessão De Férias, E Dá Outras Providências".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o Art. 69 c/c Art. 73 da Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, para o período de 04/12/2017 à 03/01/2018 aos servidores:

FRANCISCO VIEIRA NASCIMENTO, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 14104504 SSP/MT, devidamente inscrito no CPF nº 939.933.661.15, efetivo no cargo de PROFESSOR**,** devidamente matriculado sob o nº 213, referente ao período aquisitivo de 01/01/2017 a 31/12/2017.

MARCIA RIBEIRO DA SILVA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1705649-7 SSP/MT, devidamente inscrita no CPF nº 923.333.111.34, comissionada no cargo de COORD. DE CADASTRO ÚNICO**,** devidamente matriculada sob o nº 2836, referente ao período aquisitivo de 13/01/2017 a 12/01/2018.

NADIR DOMINGOS DOS SANTOS, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 508342 SSP/MT, devidamente inscrita no CPF nº 299.175.811.20, efetiva no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**,** devidamente matriculada sob o nº 850, referente ao período aquisitivo de 03/09/2015 a 02/09/2016.

SANDRA REGINA VOMIEIRO, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 25160611-9 SSP/SP, devidamente inscrita no CPF nº 259.329.438.82, efetiva no cargo de assistente social**,** devidamente matriculada sob o nº 2220, referente ao período aquisitivo de 01/07/2016 a 30/06/2017.

ELENIR TALIN, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1860703-9 SSP/MT, devidamente inscrita no CPF nº 020.203.391.02, efetiva no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**,** devidamente matriculada sob o nº 2192, referente ao período aquisitivo de 19/06/2016 a 18/06/2017.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos a partir de 04 de Dezembro de 2017.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 11 de Dezembro de 2017.

_____

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 425/2017. DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

"***Dispõe sobre Concessão de prorrogação do Benefício de Auxílio Doença, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Art.1º **CONCEDER**, a Senhora, **NILSA MICKELON DALAZEM**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1451203-3 SSP/MT e devidamente inscrito no CPF sob o nº. 344.734.671.04, servidora municipal no cargo de *Conselheira Tutelar*, prorrogação do afastamento por auxilio doença pelo INSS, entre o período de 18/12/2017 ao dia 17/01/2018, em conformidade com o INSS.

Artigo 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de Dezembro de 2017.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 15 de Dezembro de 2017.

_____

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 424/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Dispõe Sobre Concessão De Afastamento Em Razão Da Licença Premio, E Dá Outras Providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER,** o afastamento em razão a LICENÇA PREMIO, em conformidade com o Art. 101 da LC 04/2001 de 28/12/2001, no período de 04/12/2017 à 04/03/2018 a servidora **LUCIA SOBOLESKI DAROS,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 10785930 SSP/MT e do CPF nº 846.693.061.20, efetiva no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**,** matriculada no DRH sob o nº 888, referente ao período aquisitivo de 12/09/2012 a 11/09/2017.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Com efeitos a partir de 04 de Dezembro de 2017.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 13 de Dezembro de 2017.

_____

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

DECRETO Nº 47/2017 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE RECESSO E FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO E ATENDIMENTO AO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO, NO PERÍODO DE 18/12/2017 À 15/01/2017, ESTABELECE PARALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DE SERVIÇO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADÃO SOARES NOGUEIRA, Prefeito de Novo Santo Antônio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

Considerando a necessidade de cumprimento às normas contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal e que, a paralização proporciona redução de gastos na Administração Pública Municipal e que, a necessidade de desenvolvimento de trabalhos internos para levantamento de dados para fechamento do exercício de 2.017 e abertura do exercício de 2.018, elaborando planejamento e propostas para solução de eventuais problemas detectados na execução do exercício de 2017, e que assegure o regular funcionamento dos serviços públicos essências pelo município, com a continuidade dos atendimentos a população sem a perda da essência da qualidade dos serviços e que, se mantenha a responsabilidade na gestão fiscal das contas públicas do município de Novo Santo Antônio,

DECRETA:

Art. 1º- Fica decretado recesso nas repartições públicas municipais da Administração Direta e Indireta, no período de 18/12/2017 à 15/01/2018.

Parágrafo Único – De 18/12/2017 à 15/01/2018 as repartições públicas municipais da Administração Direta e Indireta entrarão em recesso para o fechamento do exercício de 2017 e abertura do exercício de 2018, ficando, o Paço Municipal fechado para atendimento ao público, à exceção dos atendimentos definidos no artigo 2º deste decreto;

Art. 2º – Não haverá recesso total no período mencionado no artigo 1º para os órgãos elencados neste artigo pela tipicidade dos serviços executados, por serem considerados serviços relevantes de interesse coletivo da população.

I – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DE FINANÇAS

Contabilidade, Tesouraria, Aplic e Licitação

II – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Secretaria de Educação

III – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidades Municipais de Saúde (PSFs Urbano e Rural)

Secretaria Municipal de Saúde

IV – SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

CRAS

V – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Serviços de limpeza pública e coleta de lixo

Serviços de Iluminação Pública

Serviços de Conservação de Ruas e Estradas

§ 1°. As Secretarias Municipais da Educação, Saúde, Ação Social e de Obras promoverão a fixação de seus horários através de ato de seus respectivos secretários para atender as peculiaridades atinentes aos serviços típicos de cada setor.

§ 2°. A Secretaria Municipal de Administração e de Finanças promoverá a fixação de seus horários de funcionamento com vistas a continuidade dos serviços de execução orçamentaria e financeira, fechamento e abertura de exercício, envio de dados ao APLIC E GEO OBRAS-TCE.

§ 3°. No período de 18/12/2017 à 15/01/2018 o Departamento de Tributos e SEFAZ funcionarão em sistema de plantão no horário das 13:00 às 16:00, podendo o servidor ficar em casa em sobreaviso.

§ 4°. Os secretários municipais e os responsáveis Chefes dos Departamentos cientificarão os servidores escalados para o cumprimento dos horários definidos pelos seus atos.

§ 5°. Os ocupantes de cargos comissionados deverão permanecer a disposição em caso de eventual necessidade dos serviços.

Art. 3º - A partir do dia 15 de Janeiro de 2018, a jornada de trabalho semanal, retornará em seu horário normal em todas as repartições da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 15 de Dezembro de 2017.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 194/2017 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

"DESIGNA SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.".

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar o Servidor **JOSIMAR CRISOSTOMO DE SOUZA**, portador da RG nº 0.333.686-7/SSP/MT e CPF nº 467.924.271-20 para exercer a fiscalização do contrato abaixo relacionado:

CONTRATO nº. 052/2017 – OBJETO: RECONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA NA MT-322 NO TRECHO NOVO SANTO ANTONIO/DIVISA/SERRA NOVA DOURADA, SOBRE O RIOZINHO KM 01 PONTE DIVISA NSA/SND KM 42, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PLANO DE TRABALHO.

CONTRATADA: CICERO JOSÉ DE LIMA - ME.

CONTRATO nº. 053/2017 – OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM CAMINHÃO COMPACTADOR PARA COLETA DE LIXO DOMICILIAR URBANO DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO.

CONTRATADA: JOSÉ ESUTAQUIO DA SILVA 26376326153.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 14 de Dezembro de 2017.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO 137/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 137/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 58/2017

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 02/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS ESCOLARES, ELETRODOMÉSTICOS E BRINQUEDOS PARA PLAYGROUND PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, SÁUDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM- MT.

Contratante: Município de Novo São Joaquim/ Mato Grosso

Contratada: OLMI INFORMATICA LTDA.

Valor: R$ 9.718,34 (Nove mil setecentos e dezoito reais e trinta e quatro centavos).

Período de vigência: 18/12/2017 à 18/12/2018.

Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 18 de Dezembro de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO 134/201

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 134/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 58/2017

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 02/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS ESCOLARES, ELETRODOMÉSTICOS E BRINQUEDOS PARA PLAYGROUND PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, SÁUDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM- MT.

Contratante: Município de Novo São Joaquim/ Mato Grosso

Contratada: A. PAZINATO MARINGA- ME.

Valor: R$ 4.426,84 (Quatro mil quatrocentos e vinte e seis reais e oitenta e quatro centavos).

Período de vigência: 18/12/2017 à 18/12/2018.

Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 18 de Dezembro de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO 135/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 135/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 58/2017

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 02/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS ESCOLARES, ELETRODOMÉSTICOS E BRINQUEDOS PARA PLAYGROUND PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, SÁUDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM- MT.

Contratante: Município de Novo São Joaquim/ Mato Grosso

Contratada: JAIME TRENTIN E CIA LTDA ME.

Valor: R$ 89.278,00 (Oitenta e nove mil duzentos e setenta e oito reais).

Período de vigência: 18/12/2017 à 18/12/2018.

Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 18 de Dezembro de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO 136/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 136/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 58/2017

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 02/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS ESCOLARES, ELETRODOMÉSTICOS E BRINQUEDOS PARA PLAYGROUND PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, SÁUDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM- MT.

Contratante: Município de Novo São Joaquim/ Mato Grosso

Contratada: MONICA R. DE MELLO FARIA- ME.

Valor: R$ 26.586,88 (Vinte e seis mil quinhentos e oitenta e seis reais e oitenta e oito centavos).

Período de vigência: 18/12/2017 à 18/12/2018.

Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 18 de Dezembro de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 115/2017

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 382 de 14 de Agosto de 2017, torna público para conhecimento dos interessados que na Licitação pela modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 115/2017**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de 01 (Uma) Caminhonete 4x2 Cabine Dupla – Pago com Recurso do IGD – Bolsa Família, 01 (Um) Caminhão com Compactador de Resíduos Sólidos de 15M3 e 2 (dois) Caminhões Basculantes Zero Km, Motor a Diesel, com Caçamba de 12M3 Com Recursos do FETHAB,** atendendo a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social E Secretaria de Obras e Infraestrutura do Município de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Obteve – se o seguinte resultado: Empresa Vencedora: **M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LTDA – ME - R$ 794.000,00.** Em 18 de Dezembro de 2017. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 112/2017

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 382 de 14 de Agosto de 2017, torna público para conhecimento dos interessados que na Licitação pela modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 112/2017**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais Permanente e Consumo para Casa de Passagem Lar Coração de Maria (Casa Transitória) de Acordo com o Convenio 002/2017 - Gaúcha do Norte,** atendendo a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Obteve – se o seguinte resultado: Empresas Vencedoras: **MARILICE KEIL – 01996442090 - R$ 4.876,00 / VIP MAGAZINE E COMERCIO EIRELI – ME - R$ 825,00.** Em 18 de Dezembro de 2017. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO/DESERTA/CANCELADA

Pregão Presencial 113/2017

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 382 de 14 de Agosto de 2017, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 113/2017**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual **Contratação de Vaga em Clínica de Tratamento para Dependência Química em Regime de Contenção (Internação Compulsória) para Menor de Idade do Sexo Feminino,** atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Saúde. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Não compareceu interessados para a presente licitação, sendo declarada **DESERTA** e a mesma será **CANCELADA**. Em 18 de Dezembro de 2017, Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 472 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

PORTARIA N° 472 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

RESOLVE;

Art. 1º- Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal **Sra. CELIA MOREIRA FARIA**, Matrícula 1906, portadora do RG sob o nº 11896485 SJ/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 837.214.601-20, ocupante do Cargo Efetivo de "**PROFESSOR C"**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de Abril de 2006, e em atendimento ao requerimento da Servidora.

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DA LICENÇA
2012/2016	14/12/2017 À 13/03/2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 18 de dezembro de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 1523/2017

LEI Nº 1523/2017

CRIA O CONSELHO E O FUNDO MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA - MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, PREFEITO MUNICIPAL Paranatinga/MT, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei;

CAPÍTULO I

DO CONSELHO MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável, órgão colegiado vinculado à Secretaria Municipal de Administração, destinado à regularização fundiária e ao desenvolvimento econômico sustentável do Município, obedecido os critérios fixados nesta Lei e na Legislação Estadual e Federal, especificamente a Lei 13.465, de 11/07/2017, no que for pertinente.

Art. 2º. O Conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável, criado por esta Lei Municipal, será integrado por representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, de Associações e Entidades de Classe sem fins lucrativos e de outras entidades civil, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

Parágrafo único. A participação no Conselho de que trata o caput não será remunerada, sendo considerado relevante serviço público.

Art. 3º. O Conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável terá a seguinte composição, conforme segue:

I – 01 (um) representante do Poder Judiciário;

II – 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal, sendo da Secretaria Municipal de Administração e/ou da Secretaria de Governo e Projetos Estratégicos;

III - 01 (um) representante do Poder Legislativo;

IV – 01 (um) representante do Núcleo de Desenvolvimento Urbano de Paranatinga – (Departamento de Engenharia do Município);

V – 01 (um) representante do Departamento Jurídico do Município;

VI – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

VII – 01(um) representante do Ministério Público;

VIII – 01 (um) representante da Defensoria Pública;

IX – 01(um) representante da OAB;

X – 01 (um) representante da Associação Comercial e Industrial;

XI – 01 (um) representante do Cartório do Registro de Imóveis;

XII – 01 (um) representante do Tabelionato de Notas;

XIII – 01 (um) representante do Sindicato dos Produtores Rurais;

XIV – 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

XV – 01 (um) representante de Associações de Distritos, Associações de Moradores de Assentamentos Rurais ou de Associações de Moradores de Bairros, se houver;

XVI – 01 (um) representante da Associação e ou Cooperativas de Produtores Rurais;

XVII - outras entidades de direito público e/ou privado com interesses análogos.

Parágrafo único. Poderão participar do Conselho como entidades parceiras, sem direito a voto:

a) Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA; b) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; c) Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA; d) Governo do Estado de Mato Grosso; e) Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Art. 4º. O Conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável é responsável pela instauração, análise e execução dos planos de execução fundiária e desenvolvimento econômico sustentável do município, cabendo-lhe instaurar, direcionar, orientar e acompanhar os procedimentos necessários, visando instruir e garantir maior agilidade e transparência nos expedientes que tramitam tendo por objeto a promoção da regularização fundiária e o desenvolvimento econômico e sustentável do Município, para o fim de atribuir a escritura pública definitiva ou a emissão do título originários das propriedades urbanos e rurais localizadas na municipalidade, bem como construir um modelo econômico sustentável no município.

Art. 5º. É atribuição prioritária do Conselho, instaurar, instruir, orientar, analisar e acompanhar os expedientes que versam sobre escrituração/titulação dos imóveis urbanos e rurais situados no município, objetivando a promoção da regularização fundiária e o desenvolvimento econômico e sustentável do município, obedecidos os critérios fixados nesta Lei e na Legislação Federa, no que for pertinente. Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considera-se regularização fundiária sustentável o conjunto de medidas jurídicas, administrativas, judiciais, urbanísticas, ambientais, econômicas e sociais, promovidas pelo Poder Público com a cooperação da sociedade civil, por razões de interesse público, econômico e social, que visem atribuir a titulação das ocupações informais existentes no município, adequando a situação jurídica de tais ocupações às conformidades legais, de modo a garantir o pleno exercício dos poderes inerentes a propriedade e o direito social à moradia digna, o desenvolvimento das funções sociais da propriedade e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Art. 6º. O plano de regularização fundiária deverá ser executado pelo Conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável, observadas as diretrizes fixadas na presente Lei.

Art. 7º. O Conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável será administrado por 01 (um) Presidente e 02 (dois) Secretários, eleitos de forma paritária, por voto majoritário, dentre os representantes das entidades que lhe compõem, para um mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

CAPITULO II

DO FUNDO MUNICIPAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Art. 8º. Fica criado o Fundo Municipal do Conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, de natureza contábil financeira, com o objetivo de criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de regularização fundiária, cuja gestão será de responsabilidade do Administrador do Fundo.

Parágrafo único. São atribuições do Administrador do Fundo, além daquelas que a norma regulamentadora estabelecer:

I - administrar o Fundo Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável no que trata a presente Lei, obedecidos ao Plano Municipal de Ação e de Aplicação de Recursos elaborados pelo Conselho do Fundo;

II - ordenar empenhos e pagamentos das despesas determinadas pelo Conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável;

III - gerir o Fundo Municipal de acordo com as deliberações do Conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável, obedecendo às legislações pertinentes;

IV - submeter ao Conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável - CONREDES, as demonstrações semestrais sendo referente ao primeiro semestre até dia 31 de julho e ao segundo semestre até 31 de janeiro;

V - manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo, referentes a empenhos, liquidação e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;

VI - manter controle necessário sobre os bens adquiridos com recursos do Fundo;

VII - providenciar, junto ao Departamento Contábil do Município, as demonstrações que indiquem a situação econômico-financeira geral do Fundo Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável;

VIII - apresentar, ao Conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável, a análise e a avaliação da situação econômico financeira do Fundo detectada nas demonstrações mencionadas;

IX - manter o controle necessário sobre o andamento dos convênios ou contratos feitos.

Art. 9º. A execução orçamentária do Fundo se processará em observância às normas e princípios legais e técnicos adotados pelo Município, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei nº 8.666/93 - Lei de Licitações e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Art. 10. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável:

a) doações, auxílios e contribuições de terceiros; b) recursos financeiros oriundos do Governo Estadual e Federal, e de outros órgãos públicos, recebidos diretamente ou por meio de convênio; c) rendas provenientes de aplicação financeira de seus recursos no mercado de capitais.

§1º. As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

§2º. A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

I - da existência de disponibilidade em função do cumprimento de programação;

II - de prévia aprovação do Conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável.

§3º. Tratando de gastos para regularização de áreas institucionais as despesas correrão por conta das dotações consignadas no Orçamento do Município.

Art. 11. Aplicar-se-ão ao Fundo Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável as normas legais de controle, prestação e tomada de contas pelos órgãos de Controle Interno da Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12. O Fundo Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável terá seu funcionamento gerido por um Plano Municipal de Ação, que será definido e aprovado pelo Conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável, para atingir os objetivos e metas almejadas.

Art. 13. Nenhuma despesa será realizada sem a necessária cobertura de recursos.

Art. 14. O Conselho Municipal de Regularização Fundiária e Desenvolvimento Econômico Sustentável se reunirá mensalmente para tratar dos assuntos relacionados a seu objeto institucional.

Art. 15. As demais normas necessárias ao funcionamento do Conselho e manutenção do Fundo serão regulamentadas por ato próprio do Poder Executivo Municipal.

Art. 16. Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 18 de dezembro de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 471 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

PORTARIA N° 471 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Sr**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – Reconduzir a pedido, a servidora **Sra. ROSIREI DE ALMEIDA SILVA DOS SANTOS,** inscrita no CPF/MF sob o nº 942.083.441-72 e portadora do RG nº 1420062-7 SS/PMT, do cargo efetivo de **"RECEPCIONISTA",** a partir do dia 02/01/2018**.**

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 18 de dezembro de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 469 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

PORTARIA N° 469 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

RESOLVE;

Art. 1º- Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal **Sra. MICHELLE SALOMÃO MOREIRA SILVA**, Matrícula 1784, portadora do RG sob o nº 0274000-1 SJ/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 960.715.081-34, ocupante do Cargo Efetivo de "**FONOAUDIOLOGO"**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde – Centro de Reabilitação Irmã Teodora, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de Abril de 2006, e em atendimento ao requerimento da Servidora.

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DA LICENÇA
2012/2016	18/12/2017 À 18/03/2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 18 de dezembro de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 470 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

PORTARIA N° 470 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

RESOLVE;

Art. 1º- Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal **Sra. AZELIDE APARECIDA BORILLE GARCIA**, Matrícula 17, portadora do RG sob o nº 1160259-7 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 826.722.611-72, ocupante do Cargo Efetivo de "**AGENTE ADMINISTRATIVO II"**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde – Pronto Atendimento, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de Abril de 2006, e em atendimento ao requerimento da Servidora.

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DA LICENÇA
2012/2016	02/01/2018 À 01/04/2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 18 de dezembro de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
D E C R E T O Nº 1443/2017. FL. 01/02.

D E C R E T O Nº 1443/2017. FL. 01/02.

DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO SUPLEMENTAÇÃO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, Sr. Josimar Marques Barbosa, no uso de suas atribuições legais, principalmente as conferidas pela Lei Municipal nº 1516/2017, de 01 de dezembro de 2017, de conformidade com o artigo nº 41, da Lei Federal 4.320/64.

D E C R E T A:

ARTIGO 1º. – Fica aberto ao Orçamento Programa do Município de Paranatinga – MT, Crédito Adicional Suplementar por anulação e transposição parcial de dotação no valor de R$ 28.989,97 (Vinte Oito Mil, Novecentos e Oitenta e Nove Reais e Noventa e Sete Centavos), no Orçamento da Câmara Municipal de Paranatinga - MT. conforme segue abaixo.:

Parágrafo I – Credito Adicional Suplementar.:

Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

01.001.01.031.0001.2002.3190.13.00.00.....R$ 18.947,12

01.001.01.031.0001.2002.3191.13.00.00.....R$ 2.185,44 01.001.01.031.0001.2002.3390.39.00.00.....R$ 6.477,01

01.001.01.031.0001.2002.3390.93.00.00.....R$ 1.380,40

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES.....R$ 28. 989,97

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da transposição, remanejamento, anulação total ou parcial de dotações orçamentárias, de um órgão para outro e de uma categoria econômica de despesa para outra.

Parágrafo II – Anulação de :

Fonte 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

01.001.01.031.0001.1002.4490.52.00.00.....R$ 28.989,97

TOTAL DA ANULAÇÃO.....R$ 28. 989,97

ARTIGO 3º. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 04 de dezembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga – MT, 12 de dezembro de 2017.

Josimar Marques Barbosa

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM

12 / 12 / 2017.

_____

OUVIDORIA MUNICIPAL
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO - MDE - 4º BIMESTRE

FNDE — SIOPE SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO

Imprimir

Tabela 8.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - MUNICÍPIOS

Paranatinga - MT
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Período de Referência: 4º Bimestre/2017

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (*caput* do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a) x 100
1- RECEITA DE IMPOSTOS	**5.597.148,37**	**5.597.148,37**	**4.836.833,65**	**86,41**
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	**1.391.267,48**	**1.391.267,48**	**988.650,15**	**71,06**
1.1.1- IPTU	1.175.534,48	1.175.534,48	764.198,30	65,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	215.733,00	215.733,00	224.451,85	104,04
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão *Inter Vivos*– ITBI	**1.682.397,01**	**1.682.397,01**	**964.173,27**	**57,30**
1.2.1- ITBI	1.682.397,01	1.682.397,01	964.173,27	57,30
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	**1.699.840,86**	**1.699.840,86**	**1.981.788,30**	**116,58**
1.3.1- ISS	1.698.409,19	1.698.409,19	1.981.788,30	116,68
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	1.431,67	1.431,67	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	**823.643,02**	**823.643,02**	**902.221,93**	**109,54**
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural – ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**15.065.580,83**	**26.323.830,56**	**20.736.261,40**	**78,77**
2.1- Cota-Parte FPM	0,00	11.258.249,73	8.303.239,58	73,75
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	0,00	11.258.249,73	8.303.239,58	73,75
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	12.760.698,45	12.760.698,45	10.730.807,99	84,09

2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº 87/1996	96.567,02	96.567,02	48.907,84	50,64
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	142.840,89	142.840,89	74.367,67	52,06
2.5- Cota-Parte ITR	1.421.767,45	1.421.767,45	363.342,31	25,55
2.6- Cota-Parte IPVA	643.707,02	643.707,02	1.215.596,01	188,84
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	**20.662.729,20**	**31.920.978,93**	**25.573.095,05**	**80,11**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a) x 100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	50.432,62	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	881.221,55	881.221,55	663.426,20	75,28
5.1- Transferências do Salário-Educação	316.444,72	316.444,72	403.578,64	127,53
5.2- Transferências Diretas PDDE	0,00	11.802,62	4.170,00	35,33
5.3- Transferências Diretas PNAE	0,00	363.273,08	224.692,40	61,85
5.4- Transferências Diretas PNATE	0,00	64.572,24	30.985,16	47,98
5.5- Outras Transferências do FNDE	564.776,83	125.128,89	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.274.691,71	2.274.691,71	722.304,41	31,75
6.1- Transferências de Convênios	2.074.347,82	2.074.347,82	415.073,54	20,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	200.343,89	200.343,89	307.230,87	153,35
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	**3.155.913,26**	**3.155.913,26**	**1.436.163,23**	**45,50**

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a) x 100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.264.766,11	5.264.766,11	4.132.437,99	78,49
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.251.649,95	2.251.649,95	1.661.930,38	73,80
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.552.139,69	2.552.139,69	2.146.161,43	84,09
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	19.313,40	19.313,40	8.558,83	44,31
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	28.568,18	28.568,18	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	284.353,49	284.353,49	72.668,37	25,55
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	128.741,40	128.741,40	243.118,98	188,84
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	7.637.066,48	7.637.066,48	6.082.647,33	79,64

11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	7.609.975,11	7.609.975,11	6.069.460,44	79,75
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	27.091,37	27.091,37	13.186,89	48,67
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	**2.345.209,00**	**2.345.209,00**	**1.937.022,45**	**82,59**

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i) = (e) - (g)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/ d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/ d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.565.985,06	5.150.985,06	4.499.857,39	87,35	4.499.857,39	87,35	73.500,00
13.1- Com Educação Infantil	514.240,14	982.240,14	723.703,03	73,67	723.703,03	73,67	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	4.051.744,92	4.168.744,92	3.776.154,36	90,58	3.776.154,36	0,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	3.043.990,05	3.128.041,06	2.287.822,82	73,13	2.214.322,82	70,78	0,00
14.1- Com Educação Infantil	458.531,78	1.003.431,78	727.747,86	72,52	727.747,86	72,52	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	2.585.458,27	2.124.609,28	1.560.074,96	73,42	1.486.574,96	69,96	73.500,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	**7.609.975,11**	**8.279.026,12**	**6.787.680,21**	**81,98**	**6.714.180,21**	**81,09**	**73.500,00**

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	Valor
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1 - FUNDEB 60%	0,00
16.2 - FUNDEB 40%	0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	**0,00**

INDICADORES DO FUNDEB	Valor
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15-18) [1]	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na remuneração do Magistério [1] (13 - (16.1 + 17.1))/ (11) x 100)%	73,97
19.2 - Máximo de 40% em Despesas com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100)%	37,61
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2))%	-11,58

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	Valor
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 [2]	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i) = (e) - (g)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	2.127.106,51	1.565.281,92	73,58	1.565.281,92	73,58	0,00
22.1 - Creche	0,00	994.698,78	501.900,20	50,45	501.900,20	50,45	0,00
22.1.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	989.479,95	501.900,20	50,72	501.900,20	50,72	0,00
22.1.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	5.218,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	1.132.407,73	1.063.381,72	93,90	1.063.381,72	93,90	0,00
22.2.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	996.191,97	949.550,69	95,31	949.550,69	95,31	0,00
22.2.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	136.215,76	113.831,03	83,56	113.831,03	83,56	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	8.224.322,36	13.125.482,98	10.767.262,40	82,03	9.296.958,04	70,83	1.470.304,36
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	6.637.203,19	6.293.354,20	5.336.229,32	84,79	5.262.729,32	83,62	73.500,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.587.119,17	6.832.128,78	5.431.033,08	79,49	4.034.228,72	59,04	1.396.804,36
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	542.920,50	1.000.000,00	996.800,00	99,68	632.968,00	63,29	363.832,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	**8.767.242,86**	**16.252.589,49**	**13.329.344,32**	**82,01**	**11.495.207,96**	**70,72**	**1.834.136,36**

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	1.937.022,45
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49 h)	13.186,89
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO [4]	0,00
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 g)	0,00
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)[6]	**1.950.209,34**
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (36))[6]	**10.382.334,98**
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % 6 - LIMITE CONSTITUCIONAL 25% [5]	**40,60**

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i) = (e) - (g)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x 100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x 100	
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	788.487,80	157.580,38	19,98	157.516,18	19,97	64,20
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.055.464,77	1.752.491,68	787.691,58	44,94	472.324,56	26,95	315.367,02
43- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	**1.055.464,77**	**2.540.979,48**	**945.271,96**	**37,20**	**629.840,74**	**24,78**	**315.431,22**
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 43)	**9.822.707,63**	**18.793.568,97**	**14.274.616,28**	**75,95**	**12.125.048,70**	**64,51**	**2.149.567,58**

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2017(g)
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	2.872.093,77	0,00
45.1- Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	1.898.204,92	0,00
45.2- Executadas com Recursos do FUNDEB	973.888,85	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	174.404,72	290.038,24
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.069.460,44	403.578,64
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	5.922.766,76	157.516,18
48.1- Orçamento do Exercício	5.922.766,76	157.516,18
48.2- Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	13.186,89	16.909,84
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	334.285,29	553.010,54
51- (+) AJUSTES	6.115,71	1.065,98
51.1- Retenções	271,52	1.065,98
51.2- Conciliação Bancária	5.844,19	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	340.401,00	554.076,52

FONTE: Sistema: SIOPE, Unidade Responsável: FNDE/MEC, Data da Emissão:
[1]Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
[2]Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
[3]Caput do art. 212 da CF/1988.
[4] Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
[5]Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
[6] Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
[7]Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

© 2017 Ministério da Educação - Todos os direitos reservados

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 468 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

PORTARIA N° 468 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

RESOLVE;

Art. 1º- Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal **Sra. LUCILENE RODRIGUES GALDINO**, Matrícula 889, portadora do RG sob o nº 1254067-6 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 945.203.301-06, ocupante do Cargo Efetivo de "**AGENTE ADMINISTRATIVO I"**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de Abril de 2006, e em atendimento ao requerimento da Servidora.

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DA LICENÇA
2006/2011	02/01/2018 À 01/04/2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 15 de dezembro de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2017

Dispõe sobre o processo de atribuição de classes e/ou aula do professor, monitor e do regime jornada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, pertencentes ao quadro efetivo nos Centros de Educação Infantil e das Escolas da Rede Municipal de Ensino para o Ano Letivo de 2018 e demais providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Maria da Cruz Martins de Arruda, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por leis e,

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9. 394/96, as Leis Municipais, Lei orgânica do município, Lei nº 075/98, Regimento Jurídico Único do Município, Lei nº 290/2002 Gestão Democrática e Lei nº 856/2015 Plano de Cargos, Carreira e Remuneração-PCCS.

Considerando as Politicas Públicas da Secretaria Municipal de Educação para valorização dos profissionais da Educação assegurando formação continuada, acompanhamento e avaliação sistemática da prática educativa dos Profissionais em estágio probatório de modo a promover avanços contínuos na melhoria da qualidade do ensino.

Considerando a importância de garantir o quadro permanente dos profissionais efetivos nas unidades escolares municipais assegurando compromisso para com os interesses e objetivos fundamentais da educação básica.

Considerando a necessidade de fixar critérios para atribuição do Regime e Jornada de Trabalho nas Unidades Escolares da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino.

Considerando o regime de trabalho dos Profissionais da Educação Básica será em conformidade a Lei nº 856/2015 - Plano de Cargos Carreira e Salário e Decretos: nº 009/2016 de 19 de janeiro de 2016 dispõe sobre o enquadramento dos professores da rede municipal de ensino de Pedra Preta/MT, de vinte e cinco horas semanais para a carga horária de trinta horas semanais e DECRETO Nº 008/2016 DE 19 DE JANEIRO DE 2016 que dispõe sobre o enquadramento dos professores da rede municipal de ensino de Pedra Preta/MT, da carga horária de trinta e oito horas semanais para a carga horária de trinta horas semanais.

RESOLVE:

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - para efeito desta Normativa, considera-se o regime Jornada de trabalho as horas destinadas ao desenvolvimento do Processo Educacional previstas na Lei nº 856/2015 (Plano de Cargos, Carreira e Salários)-PCCS e a Lei do Regime Jurídico Único do Município Lei nº075/98.

Art. 2º Regulamentar os processo de contagem de pontos e atribuição de classes e/ou aulas do professor, monitor e regime/jornada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional dos profissionais efetivos nas unidades escolares da educação Básica da Rede Municipal de Ensino para o Ano Letivo de 2018.

Art. 3º - Disciplinar o registro de assiduidade dos Profissionais da Educação lotados nas Unidades Escolares desta Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º Todos os profissionais da Educação Básica efetivos, inclusive os aposentados, que integram o quadro de pessoal da Rede Municipal de Ensino deverão participar do processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornadade trabalho nas unidades escolares, conforme disciplinado nesta Instrução Normativa, exceto os profissionais nas situações funcionais abaixo:

I. Em afastamento por licença para tratamento de interesse particular (em vigência)

II. Servidor em vacância;

§ 1º Os profissionais enquadrados nos casos de afastamentos elencados nos itens supracitados somente deixarão de atribuir durante a vigência do afastamento, conforme publicação no site da Prefeitura Municipal e Diário Oficial da Associação dos Municípios Mato-grossenses-AMM.

§ 2º Caberá a Secretaria Municipal de Educação convocar o servidor para regularização da vida funcional, e caso este não atenda a convocação deverá tomar a providências pertinentes.

§ 3º Após o término do afastamento, o profissional deverá comparecer na secretaria Municipal de Educação-SME para ser lotado em uma unidade de ensino no cargo/função de seu concurso observando que não é garantido atribuição na mesma unidade de lotação de origem, ficando a lotação condicionada a existência de cargo livre na sua área de atuação.

Art. 5º Para atribuição dos profissionais efetivos em constantes Licenças para tratamento de saúde (com mais de 6 meses ou 1 ano com períodos intercalados) ou em Licenças contínuas, desenvolvendo outras atividades que não seja da sua função de origem e em licença Prêmio e Licença para qualificação-(mestrado):

I. O profissional que se encontra em Licença para qualificação profissional (mestrado) deverá participar do processo de Contagem de pontos e Atribuição do regime de jornada de trabalho;

II. O profissional que se encontra em licença para tratamento de interesse particular não participará do processo Contagem de Pontos e atribuição regime de jornada de trabalho.

III. Os profissionais da educação em licenças contínuas com atestado médico ficarão à disposição da Secretaria Municipal de Educação caso a escola não encaminhe a Secretaria de Educação o projeto de trabalho que visa o desenvolvimento escolar para que assim seja procedida sua lotação no prazo estabelecido;

IV. O profissional que tiver **atestado médico atualizado** para afastamento da sua atividade de origem com período superior a seis meses (para o ano letivo de 2018) deverá participar do processo de atribuição de jornada de trabalho na unidade escolar de acordo com o regime de jornada de trabalho e no segundo momento, atuar em uma das funções pedagógicas e/ou administrativas abaixo elencadas em atendimento ao aluno:

a) Apoio ao processo ensino aprendizagem em atividades complementares a sala de aula mediante apresentação de projetos chancelados pela coordenação pedagógica da unidade escolar e Secretaria Municipal de Educação protocolado no início da primeira semana do ano letivo de 2018 (05/02 a 09/02/2018-Semana Pedagógica) a ser executado a partir do dia 15/02/2018 e apresentar relatório descritivo ao final do ano letivo de acordo com o Projeto Politico Pedagógico da Escola-PPP (Professor e Monitor);

b) Em atividades educacionais acompanhando os alunos no setor externo da unidade de ensino (pátio escolar e banheiros), sendo o profissional Professor, Monitor, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional;

c) Dar suporte de aprendizagem e apoio nas salas de aula que possuem alunos com alguma deficiência mediante solicitação do Gestor e/ou Professor de acordo com o Projeto Politico Pedagógico da Escola-PPP com apresentação do projeto da respectiva função aprovado pelo Coordenador pedagógico da unidade escolar e Secretaria Municipal de Educação e apresentação do relatório no final do ano letivo (Professor e Monitor);

d) Atendimento na recepção da unidade escolar em geral na entrada/saída, bem como também dar suporte na cozinha (cortar verduras, recolher os pratos e talheres, receber mercadorias, gêneros alimentícios, entre outros), manutenção do ambiente

e preservação do patrimônio público escolar (banheiros, pátio, sala dos professores, secretarias e afins) (Apoio técnico Administrativo Educacional);

e) O usufruto de **LICENÇA PRÊMIO** somente será autorizado aos profissionais da educação básica lotados nas unidades escolares a partir de 02 de fevereiro de 2018 para efeito de planejamento orçamentário, bem como oportunizar o início e a conclusão do ano letivo como professor regente de forma não trazer prejuízo ao Projeto Politico da escola resguardando o percentual legal estabelecido pela lei 856/2015 do Plano de Carreira, Cargos, Remuneração e Salários-PCCS.

f) De acordo com os dispositivos da Lei nº 856/2015, Plano de Cargos, Carreira e Salários-PCCS no Art. 59º. O número de Profissionais da Educação Básica em gozo simultâneo de Licença-prêmio, não poderá ser su-

perior a 1/3 (um terço) da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade.

g) Conforme a Lei Nº 856/2015, Plano de Cargos, Carreira e Salário-PCCS no **Art. 60º**. *Para possibilitar o controle das concessões da licença, o órgão de lotação deverá proceder anualmente à escala dos Profissionais da Educação Básica que estarão em gozo de licença-prêmio por assiduidade.*

h) O afastamento dos profissionais em permutas, Licenças para qualificação (mestrado, doutorado), Licenças para interesse particular, cedidos com ônus ou cedidos mediante reembolso será autorizado após o alvará da Secretaria Municipal de Educação-SME diante a publicação em Diário Oficial da Associação dos Municípios mato-grossenses - AMM e Site da Prefeitura Municipal de Pedra Preta-MT;

i) De acordo com a Lei n° 856/2015 no **Art. 48º** *são requisitos para a concessão de licença para aperfeiçoamento profissional:*

I. Exercício de 03 (três) anos ininterruptos na função;

II. Curso correlacionado com a área de atuação, em sintonia com a Política Educacional e com Projeto Político-Pedagógico da Escola;

III. Disponibilidade Orçamentária e Financeira.

j) O profissional que se encaixar nos requisitos da Lei supracitada deverá requerer junto a Secretaria Municipal de Educação o seu afastamento.

Parágrafo único – os professores que irão sair de Licença Prêmio terão que apresentar uma declaração expedida pela Unidade Escolar e encaminhada para a Secretaria Municipal de Educação certificando que este profissional esteja com o diário de frequência escolar, relatórios e planejamento em dias, para liberação da mesma de acordo com o cronograma de escala da SME.

Art. 6º - Aos profissionais da educação que encontram em licenças contínuas faz–se necessário informar na ficha de inscrição de contagem de pontos o período de afastamento das atividades ao cargo de origem de acordo com o atestado médico que deverá ser atualizado para o exercício do ano letivo de 2018 até a data prevista nesta normativa para atribuição da jornada de trabalho, caso contrário este exercerá sua função de origem.

Art. 7º - Os atestados médicos dos profissionais supracitados deverão ser protocolados na Secretaria de Educação impreterivelmente até o dia anterior a lotação.

Art. 8º - Para o processo de atribuição de Classe e/ou Aula e Regime/Jornada de trabalho dos Profissionais da Educação nas unidades escolares serão consideradas as turmas formadas pelos alunos efetivamente matriculados para o ano letivo de 2018 de acordo com o número de alunos estabelecido na **Portaria 006/2017** de Matrícula Formação de turma.

Art. 9º -A inscrição do processo de Contagem de Ponto ocorrerá mediante preenchimento de ficha específica para os cargos de professor, monitor, contínua/merendeira, secretário escolar, vigia, diretor e coordenador pedagógico, observando o cronograma constante nesta normativa. O processo de Atribuição de Classe e/ou Aula e Regime/Jornada de trabalho ocorrerá observando o Cronograma estabelecido no anexo (calendário escolar), da Portaria nº 005/2017.

Paragrafo Único: A cada etapa de Atribuição, a Comissão da Unidade Escolar ou da Secretaria Municipal de Educação deverá afixar em local público e de fácil acesso, o quadro de aulas livres e/ou substituição, cargos/funções e o quadro de pessoal da unidade de ensino, após conclusão de cada etapa realizada.

Art. 10 - Os Profissionais da Educação que em 2017 encontram-se na Secretaria de Educação, cedidos para Universidade Aberta - UAB, cedidos para Instituição Filantrópica-APAE, Sindicatos (SISPMUPP e SINTEP) e os que se encontram em regime de colaboração, permutados devem fazer a contagem de pontos na unidade escolar de origem e participar do processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, e só poderão afastar-se das funções na unidade escolar quando o (a) Secretário (a) de Educação designar permanência e/ou a continuidade de seus serviços.

Parágrafo único – O profissional que solicitar permuta/ Cooperação Técnica deverá requerer via documento para que o Secretário Municipal de Educação realize a comunicação a quem possa interessar, dessa forma o Secretário (a) atribuirá conforme necessidade.

Art. 11 - Na atribuição da jornada de trabalho, cada professor pedagogo optará pela atuação na Educação Infantil e no Ensino Fundamental anos iniciais e professor em área especifica nos anos finais do Ensino Fundamental, conforme a pontuação;

§ 1º O professor que atua em área específica que não conseguir completar sua carga horária na rede municipal de ensino terá a opção de lotar em **TURMA UNIDOCÊNCIA** caso tiver segunda licenciatura em Pedagogia ou apresentar experiência na área, após lotação dos pedagogos.

§ 2º O professor que atua em área específica que não conseguir completar sua carga horária na rede municipal de ensino deverá lotar em áreas específicas do Ciclo de Formação Humana.

Art. 12 - O cumprimento integral da jornada de trabalho dos Profissionais da educação na unidade escolar serão acompanhados pela Coordenação Pedagógica e pela Direção Escolar.

§ 1º. O cumprimento da jornada de trabalho do Professor (hora aula e hora atividade) e dos auxiliares de monitores e monitores ficarão sob a responsabilidade do Coordenador Pedagógico que, mensalmente deverá entregar ao Secretário Escolar o relatório das faltas (cópia do livro ponto) não justificadas a serem encaminhadas à SME para providências cabíveis.

§ 2º. O cumprimento da jornada de trabalho dos Profissionais de Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional ficará sob a responsabilidade do Gestor que, mensalmente deverá entregar o relatório das faltas (cópia do livro ponto) não justificadas a serem encaminhadas à SME para providências cabíveis.

§ 3º. As faltas justificadas repostas pelos Profissionais dentro do mês em que ocorreram com acompanhamento dos Gestores da unidade de ensino com observação no livro ponto não serão descontadas em folha.

§ 4º. O professor, monitor e auxiliar de monitor que se ausentar das atividades do cargo, docência ou hora atividade, sem justificativa legal, terá o dia de trabalho considerado como falta injustificada, o que implicará em desconto proporcional em seus subsídios.

§ 5º As faltas injustificadas ao serviço retardarão a concessão da licença prevista neste Artigo, na proporção de um mês para cada falta.

§ 6º Caberá a Gestão Escolar normatizar o cumprimento da carga de horas atividades com o objetivo de promover a interdisciplinaridade;

§ 7º Os Profissionais do cargo de Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional que se ausentar da unidade escolar durante as atividades do cargo a qualquer momento, sem justificativa legal, terá o dia de trabalho considerado como falta injustificada, o que implicará em desconto proporcional em seus subsídios.

§ 8º - Caberá os gestores escolares registrar em livro Ata as irregularidades causadas pelos Profissionais da Educação da Unidade Escolar.

Art. 13 - Sem qualquer prejuízo, poderá o Profissional da Educação Básica, ausentar-se do serviço de acordo com os dispositivos do *Art. 61 da Lei Nº 856/2015-PCCS,* por*:*

I. 01 (um) dia, para doação de sangue;

II. 02 (dois) dias para se alistar como eleitor;

III. 08 (oito) dias consecutivos em razão de:

a) Casamento;

b) Falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela, irmãos.

IV. 02 (dois) dias, para cada dia de trabalho prestado por requisição da Justiça Eleitoral, nos termos do ***Art. 98, da Lei n. 9.504, de 01.10.97.***

V. 05 (cinco) dias para licença paternidade contada da data do parto ou, no caso de adoção, contada até o 5º (quinto) dia da adoção de acordo com o ***Art. 93 da lei nº 075/98***;

VI. 01 (um) dia para o servidor público municipal no dia do seu respectivo aniversário, quando a data coincidir nos finais de semana ou feriados, não poderá o mesmo antecipar ou postergar o gozo do benefício. O profissional deverá avisar ao chefe imediato com antecedência mínima de 72 horas a ocorrência do fato, sob pena de perder o direito do beneficio de acordo com a ***Lei 586 de 1º de outubro de 2010.***

Parágrafo Único. Para usufruir dos dias dispostos acima, o servidor deverá comprovar documentalmente a situação geradora do afastamento.

Art. 14 - Os professores que ocupam outro cargo público licitamente acumulável devem apresentar documento de sua carga horária que comprove a compatibilidade de horário nas 02 redes de ensino e que assegure o cumprimento do regime de trabalho do cargo efetivo (em sala de aula e horas atividades), não podendo exceder às 60 horas semanais;

Art. 15 – Os professoresefetivos na rede municipal de ensino que pleitear aulas adicionais, não poderão exceder às 50 horas semanais conforme o cômputo da jornada total de trabalho de acordo com o Art. 36 da Lei nº 856/2015 - Plano de Cargos, Carreira e Salário-PCCS.

§ 1º - Os profissionais da educação da rede municipal de ensino efetivos terão prioridade em lotar nas aulas excedentes de acordo com o Art. 36 da Lei nº 856/2015 - Plano de Cargos, Carreira e Salário-PCCS.

§ 2º A carga horária excedente será paga como carreira inicial de acordo com a tabela de 30 horas semanais, em anexo da Lei nº 856/2015 - Plano de Cargos, Carreira e Salário-PCCS.

Art. 16 - O professor efetivo em áreas específicas (anos finais) que assumir as aulas em duas escolas só poderá mudar de estabelecimento de ensino no horário do intervalo (recreio).

Art. 17 - Aos profissionais efetivos que estejam exercendo função gratificada (Diretor, Coordenador e Secretário Escolar) ou prestando serviços no Órgão Central será garantido à pontuação constante nos Anexos desta Instrução Normativa, no que se refere à titulação, tempo de serviço na rede a partir do concurso de efetivação e assiduidade/jornada de trabalho e a qualificação profissional, mediante apresentação de documentação;

Art. 18 - Os professores remanescentes que não conseguirem atribuir jornada de trabalho serão designados para ministrarem aulas em disciplinas que possuam experiência comprovada.

Art. 19 - Professores efetivos remanescentes atribuirão aulas em substituição a titulares da mesma habilitação ou de acordo com as disposições observadas no Artigo 11 desta normativa designados para as funções de: Diretor/Coordenador Pedagógico, cedidos para outros órgãos, licenças contínuas na forma da Lei.

Art. 20 - A carga horária do profissional efetivo deverá ser atribuída em uma única escola ou, excepcionalmente, no máximo em duas escolas.

Art. 21 - O professor investido no mandato de Vereador participará do processo de atribuição da jornada de trabalho e havendo incompatibilidade de horários, deverá optar por uma das remunerações.

Art. 22 - Os profissionais que se sentirem prejudicados no processo de contagem de pontos e atribuição da jornada de trabalho, caberá recurso à Comissão de Trabalho constituída, desde que o mesmo tenha participado de todas as etapas previstas nesta Instrução Normativa.

Parágrafo Único. O recurso referido no "*caput*" deste artigo não terá efeito suspensivo do processo, devendo ser interposto impreterivelmente até 24 horas após cada sessão/etapa, tendo a Comissão de Contagem de Pontos e Atribuição do Regime/Jornada da unidade escolar e/ou Comissão de Atribuição do Regime/Jornada da SME, e recorrida o mesmo prazo para emitir parecer.

Art. 23 - Os profissionais da educação efetivos que deixarem de participar das etapas do processo de atribuição da jornada de trabalho, constantes desta Normativa a Comissão da SME fará sua lotação onde houver vaga desde que possua experiência comprovada.

Art. 24 - O profissional da educação efetivo que se recusar a se lotar na ordem de classificação, optando a ficar remanescente, terá sua lotação após os removidos onde houver vaga na área de atuação de acordo com o cronograma em anexo;

Art. 25 – Em caso de procuração, não precisa ser registrada em cartório, basta ter uma testemunha.

Art. 26 - Todos os profissionais da educação, **inclusive os que se encontram em Licenças Contínuas**, professores, monitores e auxiliar de monitores após a atribuição de jornada de trabalho referente às aulas efetivas, na semana do planejamento, construirão o plano de trabalho docente, conforme Projeto Politico Pedagógico da escola (cronograma de trabalho e atividades pedagógicas), incluindo, objetivamente, as ações a serem desenvolvidas nas horas atividades de acordo com a Lei nº 856/2015 - Plano de Cargos, Carreira e Salário.

Art.27 - Os profissionais de Apoio Educacional e Técnico Administrativo após atribuição de jornada de trabalho deverão procurar o gestor escolar com a finalidade de se inteirarem do planejamento de suas respectivas funções para o ano letivo de 2018.

Art. 28 - Para atender na função de professor da Sala de Recursos *Multifuncional a lotação do* docente deverá obedecer os seguintes critérios:

a) – ser professor efetivo;

b) - ter formação em Licenciatura Plena ou Normal Superior;

c) - ter curso de graduação ou pós-graduação que o habilite a atuar na Educação Especial ou ter no mínimo 80 horas de formação na área especifica;

***d)* -** Ter disponibilidade, para atender alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, nos turnos **matutino e vespertino.**

Paragrafo Único – Na falta do professor efetivo para a sala **de Recurso Multifuncional** poderá lotar um monitor efetivo que tenha Licenciatura e que recebeu capacitação de no mínimo 80 horas de formação na área específica do Atendimento Educacional Especializado - AEE (oferecida pela SME, CEFAPRO, CASIES, entre outros) com a remuneração do respectivo concurso de sua efetivação.

Art. 29 - Nas unidades onde há alunos com deficiência e que apresentam **necessidade constante** de auxílio nas atividades de higiene, locomoção e alimentação no

cotidiano escolar, será disponibilizado um monitor. Caso haja necessidade de mais por período, o Coordenador da Educação Especial realizará análise com emissão de parecer para posterior encaminhamento.

Paragrafo Único: O profissional do Atendimento Educacional Especializado-AEE deverá relatar semestralmente na ficha avaliativa individual do aluno (relatório) as intervenções que foram trabalhadas com os mesmos no decorrer de cada semestre.

SEÇÃO II

DAS COMISSÕES ESCOLARES

Art. 30 - Para a formação das comissões de contagem de pontos/classificação e da atribuição de classes e/ou aulas e Regime de trabalho dos profissionais da educação efetivos, a Comissão deverá proceder ao regis-

tro de todo o processo em livro ata que deverá ser devidamente assinada por todos os presentes.

Parágrafo Único – Nas Unidades com direção ou coordenador nomeados, a contagem de pontos e lotação será de responsabilidade da Comissão de lotação da Unidade. A referida Comissão deverá ser eleita por seus pares e, posteriormente, será nomeada pelo gestor da Unidade, registrando em livro Ata.

Art. 31 - A Comissão para contagem de pontos/classificação e da atribuição de classes e/ou aulas e Regime de trabalho dos profissionais da educação efetivos da unidade escolar terão a seguinte composição:

I – Diretor ou coordenador pedagógico da Escola;

II – 01 (um) representante do quadro de Apoio Administrativo Educacional ou Técnico Administrativo Educacional;

III – Presidente do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar ou representante do CDCE;

IV – 01 (um) representante do corpo docente.

V – 01 (um) representante dos Monitores.

Art. 32 - A comissão para contagem de pontos realizada na Secretaria Municipal de Educação terá os seguintes representantes abaixo especificados, para contar, conferir, divulgar a contagem de pontos dos profissionais da educação efetivos, bem como contar pontos dos profissionais lotados nas escolas do campo, exceto as Escolas Campo Sales I e Ari Griesang, assim como proceder ao processo de atribuição de classe e/ou aulas conforme ficha *e* critérios estabelecidos:

I - Equipe Pedagógica da SME;

II - Presidente do Conselho Deliberativo das Escolas do Campo;

III- Secretária Municipal de Educação;

I**V**-Representante dos sindicatos (SINTEP/SISPMUPP) do Município de Pedra Preta.

V-Representante da Câmara Legislativa do Município.

§ 1º - O número de membros da Comissão deverá ter no mínimo 4 (quatro) e no máximo 8 (oito);

§ 2º As Comissões de Contagem de Pontos e Atribuição de Aulas nas Unidades Escolares deverão ser constituída e registrada em ata.

§ 4º Cada unidade deverá constituir sua COMISSÃO DE CONTAGEM DE PONTOS E ATRIBUIÇÃO na mesma data do estudo desta Normativa nas unidades de ensino, conforme cronograma.

Art. 33 - As Comissões para a contagem de pontos e atribuição nas escolas deverão seguir os procedimentos abaixo:

I – Informar todos os profissionais da educação o período para contagem de pontos conforme critérios estabelecidos nesta Normativa;

II – Cronograma do processo em todas as etapas e fases, com datas, horário e local afixando-o em lugar de fácil visualização;

III – Divulgar os resultados do processo nas Unidades Escolares;

IV – Proceder ao processo de lotação conforme pontuação e classificação em ordem decrescente;

V – Elaborar atas, ao término de cada etapa do processo de atribuição de todos os profissionais da educação, discriminando períodos, aulas efetivas atribuídas e Regime jornada de trabalho dos profissionais da educação da unidade de ensino, aulas e jornada de trabalho não atribuídas dos remanescentes, eventuais recursos interpostos, com assinatura da Comissão de Trabalho de todos os membros do grupo e de todos os participantes;

VI. A Comissão de contagem de pontos e atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornadade trabalho das unidades escolares deverá informar o quadro de Atribuição dos profissionais da Unidade de Ensino a Secretaria Municipal de Educação-SME, no dia 02/02/2018 após a realização do processo.

Art. 34 - A Comissão da Secretaria Municipal de Educação-SME para a contagem de pontos e atribuição de classe e/ou aulas dos profissionais das escolas do campo e profissionais remanescentes deverão seguir os procedimentos abaixo:

I - Conferir a pontuação dos profissionais das Unidades Escolares;

II – Apresentar por escola a relação de profissionais por ordem decrescente de contagem de pontos obtidos, por habilitação, constante de quadro demonstrativo e afixar em local de fácil visualização;

III - Apresentar quadro de vagas e aulas a serem atribuídas, afixado em local de fácil visualização;

IV. Elaborar atas, ao término de cada etapa do processo de atribuição de todos os profissionais da educação, discriminando períodos, aulas efetivas atribuídas e Regime jornada de trabalho dos profissionais da educação da unidade de ensino, aulas e jornada de trabalho não atribuídas dos remanescentes, eventuais recursos interpostos, com assinatura da Comissão de Trabalho de todos os membros do grupo e de todos os participantes;

V – Analisar os pedidos de revisão de contagem de pontos.

VI –Realizar a atribuição da jornada de trabalho dos profissionais conforme critérios estabelecidos.

Art. 35 - A Comissão da SME para a contagem de pontos e atribuição de classe e/ou aulas dos profissionais da educação nos eventuais recursos interpostos encaminhados pelas escolas deverá seguir os procedimentos abaixo:

I - Conferir a pontuação dos profissionais da educação das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;

II – Analisar os pedidos de revisão de contagem de pontos;

III – Elaborar Ata dos casos interpostos pelas escolas.

SEÇÃO III

CONTAGEM DE PONTO E LOTAÇÃO

Art. 36 – A contagem de pontos e atribuição dos profissionais da educação efetivos será realizada na própria unidade escolar de origem, de acordo com o cronograma em anexo a esta Normativa. A contagem de pontosseguirá aos seguintes critérios:

a) Formação/Titulação;

b) Certificados de cursos relacionados à área de atuação do servidor;

c) Tempo de serviço na Rede Municipal de Educação a partir do concurso de efetivação;

d) Participação nas reuniões promovidas pela Unidade de Ensino;

e) Participação nos eventos escolares em geral ou de atribuição em exercício;

f) Participação do Espaço do Educador-ESPE de acordo com o Orientativo da SME;

Art. 37 - Quanto a participação nas reuniões e eventos escolares promovidos pelas unidades de ensino serão considerados os pré requisitos estabelecido em Leis (nº 075/98 e 856/2015), não sendo consideradas as faltas justificadas (com substituição para tratar de assuntos particulares).

Paragrafo Único: O profissional que tirar afastamento, para tratar do interesse particular, terá o tempo de afastamento **excluído na contagem de pontos**;

SUBSEÇÃO I

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR

Art. 38 - A contagem de pontos dos profissionais da educação será de acordo com os seguintes aspectos:

I - Quanto à Titulação considerar-se-á a maior titulação (inclusive para os que estão em estágio probatório):

1. Professor

a) Curso do Magistério – 1.0 (um) ponto;

b) Licenciatura Curta – 6.0 (seis) pontos

c) Licenciatura Plena – 12.0 (doze) pontos;

d) Especialização na Área da Educação – 15.0 (quinze) pontos;

e) Mestrado na Área da Educação – 20.0 (vinte) pontos;

f) Doutorado na Área da Educação – 25.0(vinte e cinco) pontos;

2. Monitor/Auxiliar de monitor (TDI - Técnico de Desenvolvimento Infantil)

a) Ensino Médio – 1.0 (um) ponto

b) Graduação na área da educação – 12.0 (doze) pontos

c) Especialização na área da educação – 15.0 (quinze) pontos

3. Apoio Administrativo e Técnico Administrativo Educacional

a) Ensino Fundamental – 1.0 (um) ponto

b) Ensino Médio – 4.0 (quatro) pontos

c) Graduação – 12.0 (doze) pontos

d) Especialização – 15.0 (quinze) pontos

Parágrafo único – A titulação para qualquer nível de formação terá efeito legal mediante a Portaria de registro reconhecido pelo MEC - Brasil.

II – Quanto aos Certificados de atualização e aperfeiçoamento na Área da Educação, considerar apenas os últimos três (03) anos (2015 a 2017).

a - O total da carga horária dos cursos somados será dividido por 40, (considerar as 02 casas decimais), obtendo-se neste resultado a pontuação de 1.0 (um) ponto a cada 40 horas, em atualização e aperfeiçoamento, com limite máximo de (05) cinco pontos, não podendo exceder 200 horas.

b - Na falta do certificado de formação continuada oferecidas pela SME, será aceito o atestado, assinado pela Secretária Municipal de Educação;

c - Projeto Espaço do Educador-ESPE – 90% a 100% de participação - 5,0 (cinco pontos);

d - Para os profissionais que participaram do projeto ESPE (Espaço do Educador) pelas Unidades Escolares com pontuação **inferior a 90%,** utilizará o certificado para carga horária apenas **no quesito de formação continuada. (de acordo com o Orientativo do Projeto-2017)**

e - Em caso de denúncia de certificados fraudulentos ou adquiridos sem a realização do curso será, a qualquer tempo, anulado o ato de contagem de pontos e revista a lotação, caso seja confirmado a irregularidade quanto aos documentos apresentados;

Parágrafo único – Os certificados deverão ser observados o lapso temporal de periocidade de início e término resguardando a carga horária de 8 horas diárias.

SUBSEÇÃO II

JORNADA DE TRABALHO

Art. 39 - Quanto ao tempo de serviço para comprovação da pontuação no que se referem os anos trabalhados em rede, a partir da data de posse do concurso de efetivação, será apresentado pelo profissional da educação, efetivo, documentos comprobatórios do exercício na Educação Municipal de Ensino:

I - Ano de serviço prestado na rede municipal - documentos comprobatórios, a partir da data de posse do concurso de efetivação diante do termo de posse e/ou atestado pela Secretaria Municipal de Educação - será contado 1,0 (um) ponto por ano trabalhado ininterrupto;

II - O profissional que tirar afastamento, para tratar do interesse particular, terá o tempo de afastamento excluído na contagem de pontos;

Parágrafo Único: Para efeito da contagem de tempo de serviço, considerar-se o ano civil que corresponde ao período de 12 (doze) meses com 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias ao ano, contados a partir de 1º de janeiro a 31 de dezembro. A contagem de tempo de serviço deverá ser realizada somando os dias a partir da posse de concurso e dividido por 365 dias e a cada ano completo deverá ser atribuído 1.0 (um). (**para calcular os meses fracionados**, divide a quantidade de meses por 12, considerando duas casas decimais – Ex: **5 anos** e 7 meses = 7 meses : 12 = 5,58 pontos).

Art. 40 - Quanto ao cumprimento do Regime **Jornada de Trabalho** na participação das atividades escolares no ano de 2017, segue:

a) Participação das reuniões em geral organizadas pela Unidade de Ensino em 100% 1,0 (um) ponto;

b) Participação das atividades cívicas e comemorativas em Participação em 100% 1,0 (um) ponto;

Art. 41 - Na apuração final da contagem de pontos, os profissionais da educação, serão classificados por ordem decrescente de acordo com a pontuação obtida e, em caso de empate, para efeito desempate, serão observados os seguintes critérios:

I - Tempo maior de serviço na Rede Municipal a partir do concurso;

II – Maior pontuação no Espaço do Educador- ESPE.

III - Maior idade. (dia/mês e ano);

SEÇÃO IV

CRONOGRAMA DE CONTAGEM DE PONTOS REGIME JORNADA DE TRABALHO.

Art. 42 - Os Profissionais da Educação em atividade, cedidos para a sede da SME ou para outros órgãos, deverão comparecer a unidade de ensino de origem munidos de documentos que comprovem a participação nas reuniões e atividades cívicas assinada pelo chefe imediato ou secretário da pasta.

Art. 43 - Serão realizados nas Unidades Escolares através da Comissão formada para contagem de pontos e atribuição do regime jornada de trabalho dos profissionais da educação efetivos, conforme ficha *e* critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa.

Art. 44 - A realização da contagem de pontos dos Profissionais da Educação efetivos segue o seguinte cronograma:

a) 15 a 18/12/2017 Estudo da Instrução Normativa 2017/2018 com a Comissão instituída através da Portaria nº 603/2017;

b) 18/12/2017 - Publicação da Instrução Normativa 2017/2018 nos sites: AMM e Prefeitura;

d) 18/12/2017 - Estudo da Instrução Normativa 2017/2018 pelos Profissionais da Educação nas unidades escolares;

c) 18/12/2017 - Formação da Comissão para Contagem de Pontos e Atribuição de classe/horas aula e regime jornada de trabalho nas unidades escolares e Secretaria Municipal de Educação-SME;

e) 19/12/2017 - Período para a realização da contagem de pontos dos profissionais da educação efetivos em suas respectivas escolas. (Cópias dos certificados de formação e graduação, caso não tenha na pasta). Os profissionais da educação efetivos lotados nas escolas do campo, exceto as escolas Ari Griesang e Campos Sales I, contarão pontos na Secretaria Municipal de Educação (Cópias dos certificados de formação e graduação).

f) 20/12/2017 – pedido de recursos a partir das 7:00h.

g) Até 22/12/2017 - Destinado para pedido de **remoção** dos profissionais da educação efetivos de acordo com a Lei n°856/2015 (o deferimento ou indeferimento se dará de acordo com a disponibilidade de vagas);

h) 22/12/2017 - Análise dos recursos interpostos referente à contagem de pontos e recontagem dos mesmos, caso necessário;

i) 02/02/2018 (MATUTINO) - Lotação dos profissionais da educação efetivos no Centro Educacional "Antonia Aparecida Garcia", conforme cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação;

j) 02/02/2018 (VESPERTINO)- Lotação dos profissionais remanescentes e removidos encaminhados à SME conforme quadro de vagas encaminhados pelas unidades de ensino;

Parágrafo Único – A lotação dos Profissionais da Educação nas Unidades Escolares contará com a participação da Comissão de Contagem de Pontos e Atribuição de aulas da Unidade de Ensino e Secretaria Municipal de Educação-SME. O horário da lotação será de acordo com o cronograma (anexo) estabelecido pela SME.

Art. 45 - Para o processo de contagem de pontos será necessário preencher a ficha Anexo de dados pessoais, atualizando todas as informações inerentes a formação do profissional e caberá à unidade de ensino manter em arquivo cópia dos documentos apresentados para atualização dos dados referentes à escolaridade (histórico escolar, certificados de formação continuada e diploma).

Art. 46 - Os gestores das Unidades Escolares deverão encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, até as 17:00 horas do dia **20/12/217**, o nome dos profissionais da educação de suas unidades escolares que não compareceram para a contagem de ponto e nem apresentaram documento da SME que autoriza o afastamento da unidade escolar;

Art. **47** - Quanto aos critérios para o pedido de remoção;

§ 1º - Os profissionais que fizerem o pedido de remoção deverão lotar em sua unidade de origem e aguardarem deferimento.

§ 2º - O pedido de remoção será deferido mediante disponibilidade de vaga nas unidades escolares;

§ 3° - Para deferimento do pedido de remoção obedecerá aos seguintes critérios:

a) Morar mais próximo da Unidade (Cópia de comprovante de endereço atualizado)

b) Maior Tempo de Serviço na Rede a partir da efetivação do concurso;

c) Maior Titulação;

d) Maior Idade.

§ 4° - Após o deferimento da Remoção, o servidor deverá informar, imediatamente, a equipe diretiva da Unidade de Origem.

SUBSEÇÃO I

DA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS E JORNADA TRABALHO

Art. 48 - Para a atribuição da jornada de trabalho referente às atividades de aula e horas atividades, será considerada a carga horária dos profissionais definida na Lei Nº 856/2015 e o EDITAL n. º 001/2010 de 14 de Janeiro de 2010 do Concurso Público conforme alíneas abaixo e a carga horária anual da matriz curricular de acordo com a política educacional do Município.

I. Professores

a) Carga horária de 25 horas – 17 horas em sala e 8 horas atividades;

b) Carga horária de 38 horas – 25 horas em sala de aula e 13 horas atividades;

c) Carga Horária de 30 horas – 20 horas em sala e 10 horas atividades;

d)Para atender 1/3 de horas atividades foi utilizado o parâmetro de arredondamento.

II. Monitores

a) Carga horária de 20 horas (conforme concurso)

a) Carga horária de 40 horas (conforme concurso)

III. Apoio Administrativo Educacional e Técnico Administrativo Educacional

a) Carga horária de 40 horas (conforme concurso)

Art. 49 - A atribuição de aulas livres ou em substituição, ao professor pertencente ao quadro efetivo, como aulas adicionais, é de caráter temporário.

Art. – 50 - Nas escolas que ofertam Educação Infantil, Ensino Fundamental e 1º Segmento da Educação de Jovens e Adultos-EJA a lotação deverá seguir a organização abaixo:

§ Educação Infantil: Lotação unidocente

§ I CICLO – 1º ao 3º Ano – Lotação unidocente;

§ II CICLO – 4º e 5º Ano - lotação unidocente;

§ II CICLO – 6º Ano - Lotação por disciplina (formação do professor para atuar por ordem de prioridade será Licenciatura Plena nas habilitações específicas, conforme o Decreto do Executivo de Nº049/2010 e Concurso de 2010);

§ III CICLO – 7º ao 9º Ano: Lotação por disciplina (formação do professor para atuar por ordem de prioridade será Licenciatura Plena nas habilitações específicas, conforme o Decreto do Executivo de Nº049/2010) e Concurso de 2010.

§ 1º Segmento EJA - lotação unidocente (Pedagogo) (Só poderá atribuir o professor se houver a turma formada de acordo com a Portaria de Matrícula nº 005/2017);

§ Sala de Recurso- Atendimento Educacional Especializado-AEE, A lotação do Docente para a sala de Recursos Multifuncionais deve seguir o estabelecido no **Artigo 27** desta Normativa.

Art. 51 - A atribuição da jornada de trabalho dos profissionais da educação será de acordo com a classificação na contagem de pontos;

Art. 52 - A atribuição de classes e/ou aulas e Regime Jornada de Trabalho dos Profissionais terá início no dia **02/02/2017** e ocorrerá no Centro Educacional Antonia Aparecida Garcia as 7:00 horas, onde cada escola ocupará uma sala da referida escola para realização do processo, devendo observar as seguintes orientações:

a) Para os professores efetivos, lotados na Unidade Escolar, conforme contagem de pontos e graduação para atuarem nos anos iniciais com seguintes critérios:

a.1) deverão lotar primeiro os professores pedagogos efetivos em turmas unidocentes seguindo a ordem de classificação da contagem de pontos;

a.2) Os professores efetivos excedentes atribuirão aulas ainda na sua Unidade Escolar em substituição a titulares da mesma habilitação designados para as funções de: Diretor, Coordenador Pedagógico e professores em cedência na forma da Lei, porém o processo deverá ser realizado depois que todos titulares tenham lotado.

a.3) todo o processo deverá ser registrado em livro Ata;

b) - Lotação dos professores nas áreas específicas efetivos, conforme a classificação da contagem de pontos e graduação para atuarem nos anos finais.

b.1) Para os professores efetivos nas áreas específicas remanescentes, atribuirão aulas ainda na sua Unidade Escolar em substituição a titulares da mesma habilitação designados para as funções de: Diretor, Coordenador Pedagógico e professores em cedência na forma da Lei.

b.2) Processo de atribuição da jornada de trabalho para os professores que ainda continuarem remanescentes das Unidades Escolares na Secretaria Municipal de Educação (obedecendo a ordem de pontuação) será conferido sua pontuação pela comissão de contagem de pontos da secretaria de educação, proceder-se-á lotação;

c)Professores lotados nas Escolas do Campo, (exceto Escola Ari Griesang e Campos Sales I) contarão pontos na Secretaria de Educação e procederá a sua lotação no Centro Educacional Antonia Aparecida Garcia, obedecendo à pontuação.

e) Processo de atribuição da jornada de trabalho para os professores removidos será na Secretaria Municipal de Educação (obedecendo a ordem de pontuação).

f) Os monitores atribuirão em turmas da Educação Infantil, seguindo a ordem de classificação na contagem de pontos;

f.1) Os monitores excedentes na atribuição em turmas da Educação Infantil, ficarão a disposição da Secretaria Municipal de Educação para devidos encaminhamentos;

g) Os profissionais do Apoio administrativo Educacional e Técnico Administrativo Educacional atribuirão em suas respectivas funções de acordo com a classificação de contagem de pontos.

g.1) Os profissionais do Apoio administrativo Educacional e Técnico Administrativo Educacional excedentes atribuirão em suas respectivas funções no quadro de vagas na Secretaria Municipal de Educação seguindo a ordem de classificação de contagem de pontos.

SEÇÃO V

ASSIDUIDADE DOS PROFISSIONAIS

Art. 53 - Disciplinar o registro de assiduidade dos profissionais da Educação Básica lotados nas Unidades Escolares desta Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º. **-** O registro de assiduidade do servidor deverá ser feito em livro ponto que contenha termo de abertura discriminando a finalidade, páginas numeradas e devidamente rubricadas pelo Secretário da Unidade e o registro de entrada e saída de cada profissional, de acordo com a jornada diária de trabalho;

§ 2º. - A assinatura no livro de assiduidade será permitida somente ao profissional titular efetivo do cargo;

§ 3º. - O registro da assiduidade deve ser feito diariamente, não sendo permitido o registro antecipado ou posterior, nem o registro de ressalvas por pessoas não autorizadas;

§ 4º Os profissionais da educação que faltarem ao serviço, mesmo com substituto sendo profissional da rede, não poderão assinar o livro ponto, sendo considerada falta justificada, devendo a escola ser comunicada com antecedência e posteriormente apresentar documentos comprobatórios.

§ 5º Encaminhar mensalmente para a SME cópia do registro das faltas injustificadas do registro dos profissionais;

§ 6º O substituto do professor deverá ter licenciatura na área da educação.

§ 7º O profissional que precisar se ausentar da unidade de ensino até 3 (três) dias, com falta justificada, deverá comunicar os gestores escolares com antecedência para que a substuição do mesmo seja organizado internamente sem prejudicar o andamento das atividades educacionais.

SUBSEÇÃO I

DAS HORAS ATIVIDADES

Art. 54 – Além das horas destinadas à sala de aula, compõe a jornada de trabalho dos professores o período destinado à hora atividade.

§ 1º - Entende-se por hora atividade aquela destinada a preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com administração da escola, às reuniões pedagógicas, a articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional de acordo com a proposta pedagógica da escola e a elaboração de procedimentos para acompanhamento aos laboratórios de aprendizagem;

§ 2º – Todas as Unidades Escolares, conforme Projeto Politico Pedagógico, terão que definir duas horas por semana para o Projeto ESPE (Espaço do Educador), para palestras ou estudos para aperfeiçoamento com a equipe pedagógica, de acordo com o planejamento com antecedência feito pelo coordenador pedagógico em consonância com o gestor da unidade escolar com direito a certificação não podendo exceder 80 horas.

§ 3º - A hora atividade deverá ser cumprida integralmente no âmbito da Unidade Escolar, em horário diferente da atribuição de sala de aula, de acordo com o turno de funcionamento da mesma, conforme Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, com o acompanhamento da coordenação pedagógica. Caso não acontecer a participação do profissional deverá ser encaminhado para SME para desconto em folha de pagamento;

§ 4º - O professor efetivo que possui dois vínculos nas redes (municipal/municipal e estadual) deverá cumprir integralmente a hora-atividade dos vínculos na unidade escolar, devendo realizar sua hora atividade no contra turno e/ou de acordo com o Projeto Politico Pedagógico elaborado pela escola, com acompanhamento da direção ou coordenação.

§ 5º - Para o cumprimento da jornada de trabalho semanal das horas atividades, deverão observar-se as seguintes orientações:

I - participação na Formação Continuada via Secretaria Municipal de Educação e demais atividades de capacitação previstas no Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar;

II - Preparação e avaliação do trabalho didático;

III - À equipe gestora, como mediadora do cumprimento das horas atividades, caberá:

a - assegurar o registro do processo de participação (presença e atividades internas e externas);

b - encaminhar os casos de não cumprimento das horas atividades a SME para os devido descontos em folha de pagamento.

c) O coordenador pedagógico da unidade de ensino deverá estabelecer um cronograma semanal de apoio individualizado aos docentes.

SEÇÃO VI

CRITÉRIOS PARA ELEIÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

Art. 55 - Para o cargo de Coordenador Pedagógico o profissional deverá ser efetivo ao quadro dos professores da educação básica, que se predisponha à função; atribuído o regime de dedicação exclusiva.

Art. 56 - Para atender na função de Coordenador Pedagógico o candidato deverá obedecer os seguintes critérios:

I. Experiência como docente;

II. Ter licenciatura plena na área da educação;

III. Boa organização e bom planejamento;

IV. Capacidade de monitoramento e avaliação de indicadores de aprendizagem;

V. Espírito de liderança e bom relacionamento com a equipe.

Ser ocupante do cargo efetivo do quadro dos Professores da Educação Básica; Ter no mínimo 2 (dois) anos de efetivo exercício ininterruptos, prestados na escola;

Art. 57 – O candidato deverá apresentaro Plano de Ação Pedagógica para apreciação e aprovação da Equipe escolar da Unidade de ensino e encaminhar para Secretária de Educação;

§ 1º - O Coordenador Pedagógico será eleito conforme Plano Municipal de Educação- PME (eleição direta com 50% dos votos mais 01(um));

§ 2º O período de administração do coordenador pedagógico corresponde a mandato de 02 (dois) anos, igual do diretor escolar.

Art. 58 - Os critérios para a escolha do coordenador pedagógico nas unidades de ensino têm como referência clara os campos do conhecimento, da competência e liderança, na perspectiva de assegurar um conhecimento mínimo da realidade onde se insere.

Art. 59 - A eleição de professor para provimento do cargo em comissão de coordenador pedagógico das instituições de ensino da rede municipal, considerando-se a aptidão para liderança e as habilidades pedagógicas necessárias ao exercício do cargo, será realizado em 3 (três) etapas:

I.1ª Etapa – Inscrição do candidato na própria unidade escolar, de acordo com o cronograma da Comissão escolar até o final do ano letivo de 2017;

II.2ª Etapa – Elaboração e apresentação do plano das ações pedagógicas para os profissionais da educação da unidade de ensino que está se candidatando referente ao biênio de 2018/2019 em consonância com a legislação vigente no dia 05/02/2018, período vespertino;

III.3ª Etapa - constará de eleição do candidato pelos seus pares (professor e TDI- Técnico em Desenvolvimento Infantil) por meio de votação na própria unidade escolar, levando-se em consideração o Plano de trabalho do candidato que deverá conter:

a) Objetivos e metas para a melhoria do nível de proficiência dos alunos;

b) Objetivos e Metas para melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEB;

c) Estratégias para acompanhamento dos alunos que apresentarem dificuldades no decorrer do ano letivo;

d) Objetivos e Metas para a implementação da Formação Continuada-ESPE;

e) Objetivos e Metas diante dos diagnósticos das avaliações internas e externas.

Art. 60 - Caso não haja professor da educação com dois anos de serviços na rede municipal, poderá inscrever-se o profissional que tenha um ano na escola ou dois anos em qualquer escola pública da rede municipal de ensino.

Art. 61 - Haverá em cada unidade escolar uma comissão para conduzir o processo da eleição de candidato à coordenação pedagógica, constituída em reunião, convocada pelo dirigente da escola, até o final do ano letivo de 2017.

§ 1° Devem compor a comissão:

I- 01 (um) representantes dos professores da Educação Básica ou TDI-Técnico em Desenvolvimento Infantil;

II-01 (um) representante do Conselho Deliberativo Escolar-CDCE da escola;

§ 3° A comissão de eleição, uma vez constituída, organizará todo processo.

Art. 62 - A comissão terá, dentre outras, as atribuições de:

I-planejar, organizar, coordenar e presidir o processo de eleição do candidato pelos profissionais da educação;

II-divulgar amplamente as normas e os critérios relativos ao processo de eleição;

III-providenciar material de votação, lista de votantes por segmento e urnas;

VI-credenciar até dois fiscais indicados pelos candidatos;

VII-lavrar e assinar a ata do processo eleitoral;

XI-divulgar imediatamente o resultado final do processo de eleição.

Art. 63 - O coordenador pedagógico aprovado pelo coletivo de professores e TDI- Técnico em Desenvolvimento Infantil para o ano de 2018 terá as seguintes atribuições:

I – Elaborar o Projeto ESPE, executar e ser mediador na formação continuada;

II - Assegurar e acompanhar os serviços de apoio especializado como: Sala de Recursos Multifuncional e Sala de apoio pedagógico;

III - Assegurar e acompanhar os serviços pedagógicos dos Projetos e Programas existentes na escola (Programa Novo Mais Educação, Mais Cultura, dentre outros);

I**V** – Acompanhar e dar o suporte mediante cronograma de atendimento individualizado necessário ao cumprimento das horas atividades dos professores da Unidade Escolar;

V - Acompanhar, orientar e monitorar os professores quanto à execução do diário de sala, Prova Brasil, Avaliação da ANA e relatórios descritivos de avaliação dos discentes;

VI- acompanhar todo o processo ensino aprendizagem;

VII – Articular o apoio pedagógico junto aos professores para os alunos que apresentarem dificuldades ou defasagem de aprendizagem;

VIII– avaliar, monitorar e intervir nos processos pedagógicos de ensino e aprendizagem em consonância com a proposta curricular;

IX – Participar da formação do PNAIC para acompanhar os professores no desenvolvimento das oficinas pedagógicas;

X – elaborar cronograma de acompanhamento individualizado dos professores e monitores e afixar em mural da sala dos docentes.

§ 3º. Na desistência do coordenador pedagógico eleito pelos seus pares para o ano 2018 será feita uma nova escolha do mesmo.

§ 4º - Em caso da inexistência de profissional efetivo para esta função na própria unidade escolar, caberá a SME remover professor efetivo de outra unidade escolar que apresente perfil ao cargo para ocupar a vaga existente.

Art. 64 - Não poderá ser designado para exercer a função de Coordenador Pedagógico o professor (a) que esteja:

a) - respondendo a processo administrativo disciplinar;

b) - sob processo de sindicância;

c) - sob licenças contínuas.

d) - possui outro vínculo empregatício.

SEÇÃO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 65 - A direção da escola e coordenadores pedagógicos que descumprirem esta Normativa em qualquer momento do ano letivo, omitindo aulas, desconsiderando a lista de classificação de professores substitutos, dados ou informações, praticando nepotismo ou atos que venham comprometer a legalidade do processo de atribuição da jornada de trabalho, será responsabilizada pelos seus atos na forma da **Lei 075/98.**

Art. 66 - A Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições, a qualquer momento e sem prévio aviso, poderá designar equipes de supervisão técnica para desenvolver atividades inerentes ao fiel cumprimento das normativas, nas unidades da rede pública municipal de ensino.

Art. 67 - Os casos omissos deverão ser solucionados em primeira instância pela Comissão de Atribuição de classes e/ou aulas e regime da Unidade de Ensino e, em caso de impossibilidade, deverão ser encaminhados a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 68 - Aplica-se esta Instrução Normativa a todas as unidades Escolares da Rede Pública Municipal.

Art. 69 - A Organização por Ciclos de Formação Humana é a Política Educacional para o Ensino Fundamental proposta pela SME, para atender os alunos das escolas públicas municipais de acordo com o PME e CEE/MT.

Art. **70 -** Os casos omissos desta Normativa serão definidos, posteriormente, junto a Comissão de estudo desta Normativa;

Art. 71 - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação, revogada a Normativa nº 003/2017 e as disposições em contrário.

Pedra Preta, 18 de dezembro de 2017**.**

Maria da Cruz Martins de Arruda

Secretária Municipal de Educação

FICHA DE PONTUAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS - PROFESSOR EFETIVO.

1. DADOS PESSOAIS:

Nome do Servidor (a): _____

Data de Nascimento:____/_____/_____

End. _____nº:_____Bairro:_____

Cidade:_____CEP:_____Tel.:_____

Email:_____

RG: _____Exp:_____UF:_____DT Exp.:___/___/_____

CPF:_____

NOME DO PAI:_____

NOME DA MÃE:_____

TELEFONE PARA CONTATO_____

Unidade de Lotação:_____

Habilitação:_____

Data de Admissão do Concurso:_____

2. POSSUI OUTRO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

A. ( ) SIM b. ( ) NÃO

TIPO:

( ) PÚBLICO ( ) PRIVADO

CARGA HORÁRIA SEMANAL: ( ) 25 H ( ) 30 H ( ) 38 H

3. OPÇÃO DE ATRIBUIÇÃO POR FUNÇÃO/MOTIVO: READAPTAÇÃO (MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE ATESTADO MÉDICO COM CID):

( ) Sim ( ) Não

( ) Apoio ao processo Ensino Aprendizagem em atividades complementares a sala de aula, correlatas as atividades de articulação da aprendizagem dos alunos;

4. DIAS DA SEMANA PARA ESTUDOS DESTINADOS AO PLANEJAMENTO E ESTUDOS: HORA ATIVIDADE:

( ) Segunda-Feira ( ) Terça-Feira ( )Quarta-Feira ( ) Quinta- Feira( ) Sexta-Feira

5. NÚMERO DE PONTOS OBTIDOS PELO PROFESSOR: CRITÉRIOS E INDICADORES	**PONTUAÇÃO**
I- DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação)	
Curso do Magistério - 1,0 (um) ponto;	
Licenciatura Curta - 6,0 (seis) pontos	
Licenciatura Plena - 12,0 (doze) pontos;	
Especialização na Área da Educação - 15,0 (quinze) pontos;	
Mestrado na Área da educação - 20,0 (vinte) pontos;	
Doutorado na Área da educação - 25,0(vinte e cinco) pontos;	
II- DO TEMPO DE SERVIÇO – considerar o tempo a partir do concurso de efetivação	
b) Para cada ano de serviço na Rede Municipal de Educação/Pedra Preta/MT- 1,0 (um) ponto.	
III- ASSIDUIDADE DA JORNADA DE TRABALHO EM 2017 NÃO DEVERÁ SER CONSIDERADA AS AUSÊNCIAS.	
a. Participação das reuniões em geral organizada pela unidade de ensino Participação em 100% 1,0 (um) ponto;	
b. Por participação em 100% das atividades cívicas, comemorativas - 1.0 (um) ponto.	
IV QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR - considerar apenas os últimos 03 (três) anos (2015, 2016 e 2017) a. Certificados de cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais, com limite máximo de 05 (cinco) pontos. 1.0 (um) ponto para cada 40 horas (considerar duas casas decimais).	
b. Participação no ESPE (90 a 100%) 05 (CINCO) pontos do ano letivo de 2017.	
6. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS:	
7. EM CASO DE EMPATE:	
a. Tempo maior de serviço na Rede Municipal a partir do concurso;	
b. Maior pontuação no Espaço do Educador- ESPE.	
c. a. Maior idade. (dia/mês e ano);	
8. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS P/DESEMPATE: Obs. - Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02(duas) casas decimais. - Atribuição será de acordo com a classificação em Sessão Pública.	

Assinatura do (a) Professor (a)_____

Assinatura da Comissão:_____

_____

Data _____/_____/2017.

FICHA DE PONTUAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS - MONITOR EFETIVO.

1. DADOS PESSOAIS:

Nome do Servidor (a): _____

Data de Nascimento:____/_____/_____

End. _____nº:_____Bairro:_____

Cidade:_____CEP:_____Tel.:_____

Email:_____

RG: _____Exp:_____UF:_____DT Exp.:___/___/_____

CPF:_____

NOME DO PAI:_____

NOME DA MÃE:_____

TELEFONE PARA CONTATO_____

Unidade de Lotação:_____

Habilitação:_____

Data de Admissão do Concurso:_____

2. POSSUI OUTRO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

A. ( ) SIM b. ( ) NÃO

TIPO:

( ) PÚBLICO ( ) PRIVADO

CARGA HORÁRIA SEMANAL: ( ) 25 H ( ) 30 H ( ) 38 H

3. OPÇÃO DE ATRIBUIÇÃO POR FUNÇÃO/MOTIVO: READAPTAÇÃO (MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE ATESTADO MÉDICO):

( ) Sim ( ) Não

( ) Apoio ao processo Ensino Aprendizagem em atividades complementares a sala de aula, correlatas as atividades de articulação da aprendizagem dos alunos;

4. NÚMERO DE PONTOS OBTIDOS PELO MONITOR: TDI - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL CRITÉRIOS E INDICADORES	**PONTUAÇÃO**
I- DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação)	
Ensino Médio - 1,0 (um) ponto;	
Graduação na área da educação – 12.0 (doze) pontos	
Especialização na área da educação – 15.0 (quinze) pontos	
II- DO TEMPO DE SERVIÇO – considerar o tempo a partir do concurso de efetivação	
a) Para cada ano de serviço na Rede Municipal de Educação/Pedra Preta/MT- 1,0 (um) ponto.	
b)Participação das reuniões em geral organizada pela unidade de ensino Participação em 100% 1,0 (um) ponto;	
Por participação em 100% das atividades cívicas, comemorativas - 1.0 (um) ponto.	
IV QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR - considerar apenas os últimos 03 (três) anos (2015, 2016 e 2017) a. Certificados de cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais, com limite máximo de 05 (cinco) pontos. 1.0 (um) ponto para cada 40 horas (considerar duas casas decimais).	
b. Participação no ESPE (90 a 100%) 05 (cinco) pontos	
5. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS:	
6. EM CASO DE EMPATE:	
a. Tempo maior de serviço na Rede Municipal a partir do concurso;	
b. Maior pontuação no Espaço do Educador- ESPE.	
c. Maior idade. (dia/mês e ano);	
7. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS P/DESEMPATE: Obs. - Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02 (duas) casas decimais. - Atribuição será de acordo com a classificação em Sessão Pública.	

Assinatura do (a) Monitor (a)_____

Assinatura da Comissão:_____

_____

Data _____/_____/2017.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N°. 030/2017

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: Pregão Presencial nº 030/2017

Objeto:O objeto da presente licitação éRegistro de Preço para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento parcelado de Locação de Som, Palcos, Tendas e Grades de Proteção para Eventos que serão realizados nas Secretarias Municipais de Pedra Preta - MT, conforme condições, quantidades e especificações constantes no Anexo VII (Termo de Referencia), no Edital.

Data da Abertura: Dia 29/12/2017 às 09:00 horas.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, localizada na Av. Fernando Correa da Costa, 940, Centro, no horário de expediente (13:00h às 17:00h) e no site da Prefeitura Municipal de Pedra Preta www.pedrapreta.gov.br . Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (066) 3486-4400, fax (066) 3486-4401.

Pedra Preta - MT, 18 de dezembro de 2017.

JOSIANE CELIZE BOTELHO DA SILVA GOIS

Pregoeira

FICHA DE PONTUAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DO REGIME E JORNADA DE TRABALHO - APOIO ADMINISTRATIVO E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL EFETIVO.

1. DADOS PESSOAIS:

Nome do Servidor (a): _____

Data de Nascimento:____/_____/_____

End. _____nº:_____Bairro:_____

_____

Cidade:_____CEP:_____Tel.:_____

Email:_____

_____

RG: _____Exp:_____UF:_____DT Exp.:___/___/_____

CPF:_____

_____

NOME DO PAI:_____

NOME DA MÃE:_____

TELEFONE PARA CONTATO_____

Unidade de Lotação:_____

Habilitação:_____

Data de Admissão do Concurso:_____

2. OPÇÃO DE ATRIBUIÇÃO POR FUNÇÃO/MOTIVO: READAPTAÇÃO (MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE ATESTADO MÉDICO):

( ) Sim ( ) Não

( ) Atendimento na recepção da unidade escolar em geral na entrada/saída, bem como também dar suporte na cozinha (cortar verduras, recolher os pratos e talheres, receber mercadorias, gêneros alimentícios, entre outros), manutenção do ambiente e preservação do patrimônio público esco-

lar (banheiros, pátio, sala dos professores, secretarias e afins) (Apoio técnico Administrativo Educacional)

3. NÚMERO DE PONTOS OBTIDOS PELO MONITOR: TDI - TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL CRITÉRIOS E INDICADORES	**PONTUAÇÃO**
I- DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação)	
Ensino Fundamental - 1,0 (um) ponto;	
Ensino Médio – 4.0 (quatro) pontos.	
Graduação – 12.0 (doze) pontos	
Especialização – 15.0 (quinze) pontos	
II- DO TEMPO DE SERVIÇO – considerar o tempo a partir do concurso de efetivação	
a) Para cada ano de serviço na Rede Municipal de Educação/Pedra Preta/MT- 1,0 (um) ponto.	
b)Participação das reuniões em geral organizada pela unidade de ensino Participação em 100% 1,0 (um) ponto;	
Por participação em 100% das atividades cívicas, comemorativas - 1.0 (um) ponto.	
III. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR - considerar apenas os últimos 03 (três) anos (2015, 2016 e 2017) a. Certificados de cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais, com limite máximo de 05 (cinco) pontos. 1.0 (um) ponto para cada 40 horas (considerar duas casas decimais).	
b. Participação no ESPE (90 a 100%) 05 (cinco) pontos	
4. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS:	
5. EM CASO DE EMPATE:	
a. Tempo maior de serviço na Rede Municipal a partir do concurso;	
b. Maior pontuação no Espaço do Educador- ESPE.	
c. Maior idade. (dia/mês e ano);	
6. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS P/DESEMPATE: Obs. - Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02 (duas) casas decimais. - Atribuição será de acordo com a classificação em Sessão Pública.	

Assinatura do (a) Professor (a)_____

Assinatura da Comissão:_____

_____

_____

Data _____/_____/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2017

O Município de Peixoto de Azevedo-MT comunica que em despacho proferido no processo de Dispensa de Licitação nº 006/2017, o Sr. Maurício Ferreira de Souza, Prefeito Municipal, RATIFICOU a Dispensa de Licitação em epígrafe, para a **"AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS: 02 ILHAS DE CONGELADOS, 01 BALCAO EXPOSITOR, 01 BANCA DE VERDURAS, 01 BEBEDOURO, 01 EXPOSITOR ABERTO, 01 FREEZER INDUSTRIAL, 01 EXPOSITOR SEMI-ABERTO, CONFORME CT-0372309/2011/ MAPA/CAIXA E TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO",** da empresa **CARPAU PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA -** CNPJnº **08.887.033/ 0001-07,** no valor total de **R$ 56.182,00 (Cinquenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais).** Para atender as necessidades dessa administração. Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso V, da Lei Federal nº 8.666/1993. Peixoto de Azevedo-MT, 18 de Dezembro de 2017.

ALINE VANESSA MOCHI

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

LEI MUNICIPAL N.º 521, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA – MT, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Rosimar Alves Pereira, Prefeito Interino do Município de Planalto da Serra/MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Planalto da Serra, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei: propõe à Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Esta lei estima a Receita e fixa a Despesa do município para o exercício financeiro de 2018, compreendendo:

I – O orçamento fiscal referente aos Poderes do município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração direta.

II – O Orçamento da Seguridade Social do Município abrangendo todas as entidades da administração Direta.

Art. 2° - O orçamento fiscal e social do Município de Planalto da Serra - MT, para o exercício financeiro de 2018, descriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima à receita Bruta em R$ 33.215.179,50 (trinta e três milhões duzentos e quinze mil cento e setenta e nove reais cinqüenta centavos), que depois de deduzidos R$ 2.161.539,00 (dois milhões cento e sessenta e um mil e quinhentos e trinta e nove reais) que são a contribuição para formação do FUNDEB, ficando portando a Receita Líquida em R$: 31.053.640,50 (dezessete milhões trezentos e oitenta e seis mil setenta e seis reais e cinqüenta e três centavos), discriminada pelos anexos integrantes desta Lei.

I – O orçamento bruto fiscal e de R$: 27.252.072,50 (vinte e sete milhões, duzentos e cinqüenta e dois mil setenta e dois reais e cinqüenta centavos), excluída as deduções de contribuição do FUNDEB no valor de R$ 2.161. 539,00 (dois milhões, cento e sessenta e um mil, quinhentos e trinta e nove reais), fica o montante liquido de R$ 25.090.533,50 (vinte e cinco milhões, noventa mil, quinhentos e trinta e três reais e cinqüenta centavos).

II – O orçamento de seguridade social e de R$ 5.963.107,00 (cinco milhões novecentos e sessenta e três mil cento e sete reais).

Art. 3º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma de legislação em vigor e das especificações constantes do anexo integrante desta Lei, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CONSOLIDADAS		
Receitas Correntes	R$	20.017.979,50
Receita Tributaria	R$	446.400,00
Receita de Contribuições	R$	568.400,00
Receita Patrimonial	R$	1.273.000,00
Receita de Serviços	R$	275.000,00
Transferências Correntes	R$	17.448.617,50
(-) Contribuições para o FUNDEB	R$	-2.161.539,00
Outras Receitas Correntes	R$	6.562,00
Receitas Correntes Intra-orçamentárias	R$	646.200,00
Receitas de Capital	R$	12.551.000,00
Transferência de Capital	R$	12.251.000,00
Alienação de Bens	R$	300.000,00
Total Geral	R$	31.053.640,50

Art. 4º - A despesa município é fixada na forma dos anexos a esta Lei em R$31.053.640,50 (Trinta e um milhões cinqüenta e três mil seiscentos e quarenta reais e cinqüenta centavos), sendo o orçamento da administração direta em R$ R$ 31.053.640,50 e será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, integrantes desta Lei, e a Fundação em seu respectivo orçamento aprovado por decreto executivo, que apresentam o seguinte desdobramento:

I – POR CATEGORIA ECONÔMICA:

DESPESAS CONSOLIDADAS		
Despesas Correntes	R$	15.082.640,50
Despesas de Capital	R$	14.673.000,00
Reserva de Contingência	R$	1.298.000,00
Total Geral	R$	31.053.640,50

II – POR ÓRGAÕS DA ADMINISTRAÇÃO:

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Câmara Municipal	R$	780.000,00
Gabinete do Prefeito	R$	520.000,00
Secretaria Municipal de Administração e Finanças	R$	2.774.500,00
Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer	R$	4.659.033,50
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento	R$	3.924.257,00
Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Com.	R$	280.000,00
Secretaria de Obras Serviços Urbanos	R$	5.374.000,00
Secretaria de Assistência Social Gestão e Trabalho	R$	1.276.850,00
Secretaria de Cultura e Turismo	R$	335.000,00
Fundo Municipal de Previdência Social – IMPAS	R$	2.000.000,00
Secretaria Municipal Transportes, Viação e Estradas	R$	9.130.000,00
Total Geral	R$	31.053.640,50

III – POR FUNÇÕES DE GOVERNO

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
01 Legislativa	R$	780.000,00
04 Administração	R$	3.906.000,00
06 Segurança Pública	R$	50.000,00
08 Assistência Social	R$	1.236.850,00
09 Previdência Social	R$	802.000,00
10 Saúde	R$	3.924.257,00
12 Educação	R$	4.105.033,50
13 Cultura	R$	335.000,00
15 Urbanismo	R$	202.000,00
16 Habitação	R$	100.000,00
17 Saneamento	R$	4.070.000,00
18 Gestão Ambiental	R$	95.000,00
20 Agricultura	R$	185.000,00
22- Indústria	R$	2.000,00
23 Comércio e Serviços	R$	40.000,00
25 Energia	R$	240.000,00
26 Transporte	R$	9.070.000,00
27 Desporto e Lazer	R$	302.500,00
28 Encargos Especiais	R$	310.000,00
99 Reserva de Contingência	R$	1.298.000,00
Total Geral	R$	31.053.640,50

IV – POR SUB-FUNÇÕES

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
031 Ação Legislativa	R$	780.000,00
122 Administração Geral	R$	4.203.500,00
243 Assistência à Criança e ao Adolescente	R$	155.350,00
244 Assistência Comunitária	R$	1.071.500,00
272 Previdência do Regime Estatutário	R$	802.000,00
301 Atenção Básica	R$	3.715.257,00
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R$	109.000,00
306 Alimentação e Nutrição	R$	140.000,00
361 Ensino Fundamental	R$	3.625.283,50
364 Ensino Superior	R$	40.000,00
365 Educação Infantil	R$	199.750,00
366 Educação de Jovens e Adultos		40.000,00
367 Educação Especial	R$	30.000,00
368 Educação Básica	R$	30.000,00
392 Difusão Cultural	R$	335.000,00
451 Infra-Estrutura Urbana	R$	2.244.000,00
452 Serviços Urbanos	R$	178.000,00
482 Habitação Urbana	R$	100.000,00
512 Saneamento Básico Urbano	R$	4.070.000,00
542 Controle Ambiental	R$	105.000,00
608 Promoção da Produção Agropecuária	R$	45.000,00
661 Promoção Industrial	R$	2.000,00
692 Comercialização	R$	40.000,00
752 Energia Elétrica	R$	240.000,00
781 Transporte Aéreo	R$	10.000,00
782 Transporte Rodoviário	R$	6.920.000,00
812 Desporto Comunitário	R$	205.000,00
813 Lazer	R$	10.000,00
841 Refinanciamento da Dívida Interna	R$	200.000,00
843 Serviços da Dívida Interna	R$	157.759,84
999 Reserva de Contingência	R$	1.298.000,00
Total Geral	R$	31.053.640,50

V – POR PROGRAMAS:

0000 – Operações Especiais	R$	200.000,00
0001 – Processo Legislativo	R$	740.000,00
0002 – Administração Geral	R$	4.051.000,00
0005 – Agricultura e Assuntos Fundiários	R$	20.000,00
0007 – PASEP / Prog. Formação Patrimônio Servidor	R$	305.000,00
0009 – Assistência Social Geral	R$	1.276.850,00
0010 – Água e Esgoto	R$	4.200.000,00
0021 – Cidade Arborizada	R$	20.000,00
0022 – Coleta Seletiva	R$	25.000,00
0040 – Merenda Escolar	R$	140.000,00
0041 – Educação Infantil	R$	87.750,00
0042 – Ensino Fundamental	R$	1.603.283,50
0043 – Educação Especial	R$	30.000,00
0044 – Ensino Superior	R$	40.000,00
0045 – Apoio Administrativo	R$	112.000,00
0046 – Educação Física e Desportos	R$	227.500,00
0048 – cultura	R$	160.000,00
0049 – apoio a produtores rurais	R$	35.000,00
0050 – Educação Básica	R$	2.204.000,00
0051 – Energia Elétrica	R$	240.000,00
0057 – Habitação	R$	100.000,00
0058 – urbanismo	R$	202.000,00
0062 – Industria	R$	2.000,00
0075 – Saúde	R$	3.924.257,00
0082 – Previdência	R$	690.000,00
0088 – Transporte Rodoviária	R$	9.120.000,00
0999 – Reserva de Contingência	R$	1.298.000,00
Total Geral	R$	31.053.640,50

Art. 5º - O Orçamento da Seguridade Social do Município abrangendo todas as entidades da administração direta é de R$ 5.963.107,00 (cinco milhões novecentos e sessenta e três mil cento e sete reais).

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Saúde	R$	3.924.257,00
Assistência Social	R$	1.236.850,00
Previdência Social	R$	802.000,00
Total Geral		5.963.107,00

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento), no curso da execução orçamentária, e disponibilidade de recursos, como determinado pelo art. 42 e 43 da Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, do total da despesa fixado no art. 4º desta Lei.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, no curso da execução orçamentária, operações de crédito nas espécies, limites e condições estabelecidas na Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Planalto da Serra – MT, 15 de Dezembro de 2017.

ROSIMAR ALVES PEREIRA

Prefeito Interino

LEI MUNICIPAL N.º 519, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

CRIA VERBA DE NATUREZA INDENIZATÓRIA NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAIS.

Rosimar Alves Pereira, Prefeito Interino do Município de Planalto da Serra/MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Planalto da Serra, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída verba de natureza indenizatória no âmbito do Poder Executivo Municipal pelo exercício de atividades fins de Secretário Municipal de Educação, Secretário Municipal de Cultura e Turismo, Secretário Municipal de Assistência Social, Secretário Municipal de Transportes, Viação e Estradas, Secretário Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, Secretário de Saúde, Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Secretário de Economia e Finanças, Prefeito Municipal,

Vice Prefeito e servidores: Bioquímico, Agente de Serviços Gerais, Agente Administrativo, Agente Comunitário de Endemias, Agente Comunitário de Saúde, Agente de Consumo, Agente de Saúde, Assistente de Controle Interno, Assistente Social, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Serviços de Limpeza em Geral, Auxiliar de Serviços Gerais, Chefe de Gabinete, Conselheiro Tutelar, Contador, Coordenador Contábil, Dentista, Diretor de Administração, Diretor de Tesouraria, Diretor de Departamento de Esporte e Lazer, Enfermeiro, Enfermeiro Graduado, Engenheiro, Fiscal de Tributos, Fisioterapeuta, Gari, Jardineiro, Mecânico, Mensageiro Arquivista, Merendeira, Motorista Categoria D, Nutricionista, Oficial Administrativo, Operador de ETA, Operador de Máquinas Pesadas, Operador de Moto niveladora (Patrol), Operador de Trator e Pneu, Operário, Orientador Social, Procurador Geral, Procurador Jurídico, Psicólogo, Recepcionista, Técnico Agrícola, Técnico em Controle Interno, Técnico em Contabilidade, Técnico em Enfermagem, Técnico em Higiene Bucal, Técnico em Radiologia, Técnico em Vigilância Sanitária, Vigia e Zelador, nos termos da Emenda Constitucional nº 4, que da nova redação ao Inciso XI do Art. 37 da Constituição Federal.

Art. 2º - A verba de que trata o Artigo 1º desta Lei será paga mensalmente ao Secretário Municipal de Educação, Secretário Municipal de Cultura e Turismo, Secretário Municipal de Assistência Social, Secretário Municipal de Transportes, Viação e Estradas, Secretário Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, Secretário de Saúde, Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Secretário de Economia e Finanças, Prefeito Municipal, Vice Prefeito, servidores: Bioquímico, Agente de Serviços Gerais, Agente Administrativo, Agente Comunitário de Endemias, Agente Comunitário de Saúde, Agente de Consumo, Agente de Saúde, Assistente de Controle Interno, Assistente Social, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Serviços de Limpeza em Geral, Auxiliar de Serviços Gerais, Chefe de Gabinete, Conselheiro Tutelar, Contador, Coordenador Contábil, Dentista, Diretor de Administração, Diretor de Tesouraria, Diretor de Departamento de Esporte e Lazer, Enfermeiro, Enfermeiro Graduado, Engenheiro, Fiscal de Tributos, Fisioterapeuta, Gari, Jardineiro, Mecânico, Mensageiro Arquivista, Merendeira, Motorista Categoria D, Nutricionista, Oficial Administrativo, Operador de ETA, Operador de Máquinas Pesadas, Operador de Moto niveladora (Patrol), Operador de Trator e Pneu, Operário, Orientador Social, Procurador Geral, Procurador Jurídico, Psicólogo, Recepcionista, Técnico Agrícola, Técnico em Controle Interno, Técnico em Contabilidade, Técnico em Enfermagem, Técnico em Higiene Bucal, Técnico em Radiologia, Técnico em Vigilância Sanitária, Vigia e Zelador, de forma compensatória ao não recebimento de diárias, adiantamentos, passagens e ajuda de transporte, dentre outras despesas inerentes ao exercício dos cargos, bem como, para custeio das viagens dentro do Estado de Mato Grosso, bem como, deslocamentos dentro do Município de Planalto da Serra/MT.

Parágrafo Único: Para as viagens fora do Estado, o ente Público custeará as despesas de transporte, hospedagem e alimentação.

Art. 3º - Os valores pagos a título de indenização serão de até 50% (cinquenta por cento) do valor do subsídio pagos aos ocupantes dos cargos de Secretários Municipais, Prefeito Municipal, e vice prefeito e de até 100% (cem por cento) aos servidores especificados nos Artigos 1º e 2º desta Lei.

Art. 4º - Em nenhuma hipótese, a verba indenizatória cobrirá gastos de terceiro, bem como, não incorporará definitivamente na remuneração do Agente recebedor.

Art. 5º - Não será paga a verba indenizatória nas seguintes situações:

a) Durante o período de gozo de férias;

b) Licença Maternidade;

c) Durante o período de afastamento do cargo e/ou função.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento, ficando dispensada a prestação de contas.

33.90.93.00 – Indenizações e Restituições

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2018.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Planalto da Serra/MT, 15 de dezembro de 2017.

Rosimar Alves Pereira

Prefeito Interino

DECRETO ESPECIAL Nº 014/2017

Planalto da Serra-MT, em 01 de Dezembro de 2017

***Rosimar Alves Pereira*, Prefeito Interino do Município de Planalto da Serra, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Orgânica do Município, considerando o dia 20 de Dezembro "Aniversário de Planalto da Serra",**

CONSIDERANDO

I – A vasta programação da Prefeitura e seus órgãos em alusão as festividades do 26º aniversário de Emancipação política do Município de Planalto da Serra.

Artigo 1º - Fica decretado Feriado Municipal no dia 20 de Dezembro de 2017, nas repartições internas administrativas da Prefeitura Municipal de Planalto da Serra/MT, em consideração ao de 26º aniversário de Planalto da Serra, retornando as atividades normais dia 21 de Dezembro de 2017.

Artigo 2º - Os servidores essenciais deverão ser mantidos normalmente;

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rosimar Alves Pereira

Prefeito Interino

LEI MUNICIPAL N.º 518, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE REPOSIÇAO SALARIAL E REAJUSTE DOS SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Rosimar Alves Pereira, Prefeito Interino do Município de Planalto da Serra/MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Planalto da Serra, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei: propõe à Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. Os vencimentos salariais dos cargos efetivos e comissionados, serão reajustados em 06 % (seis por cento), destinados a suprir estritamente perdas salariais.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares no limite necessário à execução desta Lei.

Art. 3º. Os reajuste serão implementados a partir de 01 de fevereiro de 2. 018.

Art. 4º. Revogam–se as disposições em contrário. Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Planalto da Serra – MT, 15 de Dezembro de 2017.

ROSIMAR ALVES PEREIRA

Prefeito Interino.

LEI MUNICIPAL N.º 520, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO 2018-2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Rosimar Alves Pereira, Prefeito Interino do Município de Planalto da Serra/MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Planalto da Serra, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei: propõe à Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Esta lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/ 2021, em cumprimento ao disposto no art.165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada.

§ 1o Integram o Plano Plurianual:

I - Anexo I - Orientação Estratégica de Governo;

II - Anexo II - Programas de Governo; e

III - Anexo III - Programas de Governo por Órgão Responsável.

Art. 2º - As prioridades e metas para o ano de 2018 conforme estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 estão especificadas no Anexo IVdesta Lei.

Art. 3º - A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual específico.

Art. 4º - A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações conseqüentes.

Parágrafo Único - De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa.

Art. 6º - O Poder Executivo enviará à Câmara de Vereadores, até o dia 15 de maio de cada exercício, relatório de avaliação dos resultados da implantação deste Plano.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Planalto da Serra – MT, 15 de Dezembro de 2017.

Rosimar Alves Pereira

Prefeito Interino

LEI MUNICIPAL N.º 522, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO

"**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO EM VIGOR APROVADO PELA LEI Nº 500/ 2017 DE 03 DE JANEIRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**".

Rosimar Alves Pereira, Prefeito Interino do Município de Planalto da Serra/MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Planalto da Serra, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei: propõe à Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica, o Poder Executivo autorizado a abertura de créditos adicionais suplementares de mais 10% (dez por cento), no percentual autorizado pela lei 500/2017, bem como o remanejamento e transposição de recursos, conforme necessidades orçamentárias e disponibilidade de recursos, como determinado pelo art. 42 e 43 da Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964. e Art. 167, inciso V e VI, da Constituição Federal, do total da despesa fixado no art. 4º desta Lei.

Art. 2º Fica, o Poder Executivo Municipal autorizado á abertura de créditos adicional suplementar, no valor, de R$ 69.600,00 (sessenta e nove mil e seiscentos reais), destinado a reforço de dotação orçamentária do Poder Legislativo Municipal, para cobertura do credito, será utilizado recursos observados as normas previstas no artigo 43 da Lei 4.320/64

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação retroagindo efeitos a partir de 01 Dezembro 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Planalto da Serra – MT, 15 de Dezembro de 2017.

ROSIMAR ALVES PEREIRA

Prefeito Interino.

LEI MUNICIPAL N.º 517, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO

"ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 13º DA LEI Nº 509, DE 21 DE AGOSTO DE 2017, INCLUI O ARTIGO 23-A, E SUBSTITUI O ANEXO I CONSTANTE DA PRESENTE LEI".

Rosimar Alves Pereira, Prefeito Interino do Município de Planalto da Serra/MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Planalto da Serra, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei: propõe à Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Artigo 1º - O art. 13º da Lei nº 509, de 21 de agosto de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13°- Para fins do disposto no parágrafo 3 do artigo da lei complementar 101 considera-se irrelevante as despesas realizadas ate o valor de 19.019,20, no caso de aquisição de bens e prestação de serviços, e de R$ 35.661,00, no caso de obras e serviços de engenharia, desde que financiados com recursos próprios do município."

Artigo 2º - Os Anexos da Lei nº 509, de 21 de agosto de 2017, passa a vigorar conforme anexos constantes desta Lei.

Artigo 3º - Cria o artigo 23º A com a seguinte redação:

Artigo 23º-A – Fica o Poder executivo municipal, autorizado, a realizar a transposição e remanejamento de dotações orçamentárias de um órgão para outro de uma categoria para outra, observados os dispostos do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogado disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Planalto da Serra – MT, 15 de Dezembro de 2017.

ROSIMAR ALVES PEREIRA

Prefeito Interino

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 512/2017

Dispõe sob a nomeação dos membros para compor a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC e dá outras providencias.

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear os membros designados a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC abaixo relacionados:

Coordenadora Executiva – Danielle de Assis Carvalho -CPF 022.272. 371-80

Secretaria Administrativa - Mariela Fátima Prado da Silva - CPF 022.675. 02-.35

Diretor Setor Operacional –AmarildoSchmuleski - CPF 964.662.009-49

Diretora Técnica – Carlina Falcão de Arruda Calábria - CPF 352.579. 541-68.

Art. 2° - A presente Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 14 de dezembro de 2017.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

SETOR DE LICITAÇÕES
DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2017

PROCESSO Nº 000/2017 – TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, REALIZADOS INTEGRALMENTE, COM ABRANGÊNCIA ESTADUAL OU REGIONAL, PARA O MUNICÍPIO DE POCONÉ/MT.

Trata-se de recurso interposto pela empresa **DOIS PONTOS SOLUÇÕES EM MARKETING LTDA**,narrando em suma, que a empresa vencedora do certame **INTERAGE COMUNICAÇÃO LTDA – EPP,** não poderia ter participado do procedimento licitatório, uma vez que a mesma encontra-se em situação jurídica que a impossibilita de contratar com qualquer ente da administração pública, razão por ter sido declarada inidônea pelo município de Cáceres/MT.

Nas contrarrazões, a empresa **INTERAGE COMUNICAÇÃO LTDA – EPP** aduz que foi instaurado processo administrativo junto a Câmara de Cáceres, cujo qual alegou inexecução de um contrato junto a esse órgão, consequentemente, declarando sua INIDONEIDADE. Entretanto, a referida empresa obteve a suspensão da decisão do processo administrativo, através de concessão de liminar pela 4ª Vara Cível de Cáceres - Fazenda Pública (Processo nº MS 1000096-41.2016.811.0006).

Assim, nos termos da sentença dos autos de nº MS 1000096-41.2016.8.11.0006, perante à 4ª Vara Cível de Cáceres - Fazenda Pública, verifica-se que a liminar foi expressamente revogada, permanecendo, portanto, a empresa **INTERAGE COMUNICAÇÃO LTDA – EPP INIDÔNEA**, conforme documentos anexos.

Logo, pelas razões acima expostas, a Comissão Permanente de Licitação, por unanimidade, DECIDE **conhecer** do recurso e dar-lhe **PROVIMENTO,** desclassificando a empresa **INTERAGE COMUNICAÇÃO LTDA – EPP** e declarando vencedora do certame a empresa **DOIS PONTOS SOLUÇÕES EM MARKETING LTDA** no processo licitatório TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017.

Poconé/MT, 14 de Dezembro de 2017.

KEYLA FERNANDA DE SOUZA

Membro da Equipe de Apoio

CLAUDIA MARIA BOTELHO DA SILVA

Membro da Equipe de Apoio

ERASMO PAULO DE LIMA

PRESIDENTE

SETOR DE LICITAÇÕES
LEI MUNICIPAL Nº 1.875 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE POCONÉ/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. ATAIL MARQUES DO AMARAL FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ, APROVA E ELE **SANCIONA** A SEGUINTE LEI:

DA DENOMINAÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º Fica criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC do município de Poconé – MT, diretamente subordinada ao Prefeito ou ao seu eventual substituto, com a finalidade de coordenar, em nível municipal todas as ações de Proteção e Defesa Civil nos períodos de normalidade e anormalidade.

Art. 2º Para as finalidades desta Lei denomina-se:

I. Defesa Civil: Conjunto de ações preventivas de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população e restabelecer a normalidade social. **II. Desastre:** O resultado de eventos adversos naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais; **III. Situação de Emergência:** Situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido. **IV. Estado de Calamidade Pública:** Situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido. **Art. 3º** A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à Proteção e Defesa Civil. **Art. 4º** A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC. **Art. 5º** A COMPDEC compor-se-à de: I. Coordenador II. Membros da Secretaria Municipal de Assistência Social Emprego e Renda, Secretaria Municipal de Infra Estrutura, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria

Municipal de Desenvolvimento Agropecuário Rural e Urbano e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. III. Setor Técnico IV. Setor operativo

Art. 6º O Coordenador do COMPDEC será indicado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e compete ao mesmo organizar as atividades de Proteção e Defesa Civil no município.

Art. 7º - Poderão constar dos currículos escolares nos estabelecimentos municipais de ensino, noções gerais sobre procedimentos de Proteção e Defesa Civil.

Art. 8º Os servidores públicos designados para colaborar nas ações emergenciais exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

PARÁGRAFO ÚNICO – A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art. 9º Fica criada no âmbito da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC do município de Poconé-MT, a Unidade Gestora de Orçamento.

Art. 10 Esta Unidade Gestora de Orçamento fará uso do Cartão de Pagamento de Proteção e Defesa Civil, desenvolvido em parceria com o Banco do Brasil e Controladoria Geral da União(CGU), que tem como objetivo dar mais agilidade, celeridade e transparência ao gastos de recursos liberados pela União para ações de socorro, assistência às vitimas e restabelecimento de serviços essenciais.

Art. 11 Caberá sua gestão ao titular da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil do município de Poconé - MT.

Art. 12 O titular da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil terá como atribuições:

I. Abrir a conta de Relacionamento junto ao Banco do Brasil, onde será assinado um Contrato para operação do cartão. II. Gerir os gastos com o Cartão de Pagamento de Proteção e Defesa Civil; III. Inscrever a COMPDEC no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, visando obter CNPJ próprio, vinculado ao CNPJ do município, bem como realizar qualquer trâmite burocrático para a implantação e funcionamento do COMPDEC; IV. Cadastrar ou descadastrar o nome dos portadores do Cartão devendo ser pessoa física, servidor ou ocupante de cargo público; V. Prestar contas junto ao Ministério da Integração Nacional, através da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil quando utilizado o Cartão por todos os portadores, juntamente com todos os documentos comprobatórios de despesas, bem como a todo órgão de fiscalização, respondendo judicialmente e extrajudicialmente pela verba utilizada.

Art. 13 Fica o Chefe do Executivo autorizado a criar o fundo especial para a Proteção e Defesa Civil.

Art. 14 Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a regulamentar mediante Decreto, as atribuições e competência da Unidade aqui instituída, e proceder às alterações que achar necessárias na estrutura administrativa da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil respeitada às normas legais pertinentes à Estrutura Administrativa da Prefeitura do Município de Poconé - MT.

Art. 15 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Poconé, em 14 de dezembro de 2017.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

GABINETE
LEI Nº 778/2017, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Porto Esperidião/MT, no uso de suas atribuições legais, ***FAZ SABER***que a Câmara de Vereadores **APROVOU** e Ele **SANCIONA** a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica instituído o Plano Plurianual para o quadriênio de 2018 a 2021, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal de 1.988, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, na forma dos anexos constantes desta Lei

Parágrafo único. O disposto nesta Lei compreende todos os órgãos da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 2º A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, através de projeto de lei de revisão do plano ou projeto de lei específico.

Art. 3º A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, inserindo-se no respectivo programa, as modificações subsequentes.

Parágrafo único. De acordo com o disposto no caput deste artigo fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 4º O Poder Executivo poderá alterar as metas fiscais estabelecidas, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício, de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas e a conjuntura do momento.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Esperidião/MT, 11 de dezembro de 2017.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO 105/2017 PONTES DE MADEIRA

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 105/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESAPAECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA PONTE DE MADEIRA DA COMUNIDADE DO BOCAIUVAL, COM EXTENSÃO DE 14,60CX4,30LX3,60A. CONTRATADA: NADIA F. M. ESSI CONSTRUÇÕES ME-CNPJ: 19.948.145/0001-47

VIGENCIA: 01/12/2017

VALIDADE: **31.12.2017**

VALOR: 40.320,23 (quarenta mil, trezentos e vinte reais e vinte e três centavos).

PORTO ESPERIDIÃO-MT, 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

GABINETE
PORTARIA SMS N.º 002, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece a REMUME - Relação Municipal de Medicamentos Essenciais no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) para o Município de Porto Esperidião/MT e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Saúde de Porto Esperidião/MT, no uso de poderes que lhes são conferidos de acordo com a Lei Orgânica Municipal e,

Considerando as vantagens de se trabalhar com uma lista de medicamentos essenciais e produtos para saúde, selecionados por critérios embasados em evidências científicas, entre elas a melhoria da qualidade de atenção à saúde, mais eficácia na gestão dos medicamentos e prescrições médicas com qualidade.

Considerando a Lei nº 7.968, de 25 de setembro de 2003, que dispõe sobre a Política Estadual de Medicamentos e dá outras providências.

Considerando o Art. 25 do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011 do que estabelece a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) como a seleção e a padronização de medicamentos indicados para atendimento de doenças ou de agravos no âmbito do SUS.

Considerando a Portaria MS/GM Nº 1.897, de 26 de julho de 2017 que Estabelece a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - Rename 2017 no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da atualização do elenco de medicamentos e insumos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - Rename 2014.

Considerando o disposto na Portaria nº 3916/MS/GM de 30 de Outubro de 1998, que estabelece a Política Nacional de Medicamentos e define as diretrizes, as prioridades e as responsabilidades da Assistência Farmacêutica para os gestores federal, estadual e Municipal do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a PORTARIA Nº 698/GM de 30 de março de 2006, que define que o custeio das ações de saúde é de responsabilidade das três esferas de gestão do SUS, observado o disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica do SUS.

Considerando o disposto na Portaria n.º 699/GM de 30 de Março de 2006, que regulamenta as Diretrizes Operacionais dos Pactos Pela Vida e de Gestão.Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando o disposto na Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 338, de 06 de maio de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica;

Considerando o disposto no Decreto do Ministério da Saúde nº 5813, de 22 de junho de 2006, que aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos;

Considerando a Portaria MS/GM nº 533, de 28 de março de 2012, que estabelece o elenco de medicamentos e insumos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME;

Considerando a Portaria nº. 344 de 12 de maio de 1998, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária que aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; Considerando a Resolução RDC n.º 20, de maio de 2011, que dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de uso sob prescrição, isoladas ou em associação.

Considerando a Portaria n. 140/2015/GBSES, que estabelece a Relação Estadual de Medicamentos - RESME 2015 no Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do estado de Mato Grosso por meio da atualização do elenco da Portaria Estadual nº225/2004, análise das demandas da Portaria GBSES nº172/2010 e judicial.

Considerando a Portaria SES/MT n. 139/2015 que atualiza a Lista de Medicamentos e Insumos contemplados na Portaria n. 225/2004, e seus Pareceres Técnicos.

Considerando a o Decreto n. 022 de 07 de junho de 2017, que Cria a Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) da Secretaria de Saúde de Porto Esperidião/MT, e dá outras providências

Considerando aResolução do Conselho Municipal de Saúde n° 07/2017, que “Dispõe sobre a Aprovação e Autorização da Publicação da REMUME 2017/2019 - Relação Municipal de Medicamentos Essenciais do Município de Porto Esperidião/MT e dá outras providencias”.

Considerando o disposto na Portaria nº 1.555, de 30 de julho de 2013, que dispõe sobre as normas de financiamento e de execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando o disposto na Portaria nº 1.554, de 30 de Julho de 2013, que dispõe sobre as regras de financiamento e execução do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando o disposto na Lei n. 13.021 de 08 de Agosto de 2014, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas;

Considerando a Lei n.º 3.820 de 11 de novembro de 1960, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, e dá outras Providências.

Considerando o Decreto n.º 85.878 de 7 de abril de 1981, que estabelece normas para execução da Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, sobre o exercício da profissão de farmacêutico, e dá outras providências.

Considerando a Resolução n.º 596 de 21 de fevereiro de 2014, que Dispõe sobre o Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares.

Considerando a Resolução n.º 578 de 26 de julho de 2013, que Regulamenta as atribuições técnico-gerenciais do Farmacêutico na gestão da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Considerando a Portaria n.º 1.660, de 22 de julho de 2.009, que Institui o Sistema de Notificação e Investigação em Vigilância Sanitária - VIGIPOS, no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, como parte integrante do Sistema Único de Saúde - SUS.

Considerando a Lei Federal n° 11.347, de 27 de setembro de 2006, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos para portadores de diabetes.

Considerando a Portaria MS nº 2.583 de 10 de outubro de 2007, que define elenco de medicamentos e insumos disponibilizados pelo SUS aos portadores de diabetes mellitus.

Considerando que, segundo a OMS, "medicamentos essenciais são aqueles que satisfazem as necessidades sanitárias da maioria da população e, devem estar disponíveis com regularidade, em quantidades adequadas e em dosagens e formas farmacêuticas apropriadas”;

Considerando que os Municípios são responsáveis pela seleção, programação, aquisição, armazenamento, controle de estoques e prazos de validade, distribuição e dispensação de medicamentos e insumos do componente básico da Assistência Farmacêutica, constantes na RENAME vigente;

Considerando a necessidade de promover o uso racional de medicamentos no município para alcance da saúde individual e coletiva;

Considerando a necessidade de desenvolver meios equitativos de prover recursos aos usuários para possibilitar a universalidade e integralidade das ações de saúde;

Considerando a necessidade de qualificar os serviços de assistência farmacêutica e de outros que têm os medicamentos como seus insumos essenciais;

Considerando a complexidade para manejar e melhorar o uso dos medicamentos face a multiplicidade de alternativas existentes na atualidade;

Considerando a dificuldade de assegurar completa comunicação e coordenação de ações entre os profissionais de saúde;

Considerando que a Comissão de Farmácia e Terapêutica é a instância multiprofissional, consultiva, deliberativa e educativa dentro de hospitais e outros serviços de saúde, responsável pela condução do processo de seleção, utilização, acompanhamento e avaliação do uso dos medicamentos e produtos para saúde, tendo atribuições e responsabilidades definidas em Regimento Interno; Considerando a importância da Comissão de Farmácia e Terapêutica para a promoção do uso racional de medicamentos; Considerando a importância e a necessidade de trabalho em equipe multiprofissional; Considerando o guia prático da Organização Mundial de Saúde Drug And Therapeutics Committees. Considerando a existência da Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) de Porto Esperidião/MT, que elaborou uma Relação Municipal de Medicamentos (REMUME) e produtos para saúde, utilizando-se da medicina baseada em evidência,

RESOLVE:

CAPITULO I

OBJETIVO

Art.1º. Criar e Estabelecer a Lista REMUME - Relação Municipal de Medicamentos Essenciais e produtos para saúde, que devem ser selecionados, adquiridos e distribuídos ou utilizados pelo município de Porto Esperidião/MT.

Art.2º. A REMUME compreende a seleção e a padronização de medicamentos e produtos para saúde indicados para o atendimento de doenças ou de agravos no âmbito do SUS no Município de Porto Esperidião/MT.

Parágrafo Único: Na REMUME constará a padronização de produtos para saúde que serão adquiridos e utilizados como insumos para procedimentos padronizados de manutenção, urgência e emergência nas Unidades de Saúde do município.

Art.3º. O Elenco da Lista REMUME, deverão ser adquiridos utilizados e quando couber, distribuídos pelo município de Porto Esperidião/MT, anexo I;

Art.4º. A Lista REMUME poderá ser alterada a qualquer momento a ser julgado necessário pela CFT - Comissão de Farmácia e Terapêutica do Município de Porto Esperidião/MT, utilizando a Solicitação de Inclusão, Exclusão ou Substituição de Medicamentos na Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME – SMS) – anexo II.

Art. 5º. Para dispensação dos medicamentos seguir Instrução Normativa para a Dispensação de Medicamentos no Município,

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário Municipal de Saúde de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, 08 de dezembro de 2017.

Registre-se e afixe-se.

Alfeu Mussolino

Sec. Mun Saúde

GABINETE
DECRETO Nº. 050/2015, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECRETO Nº. 050/2015, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, Prefeito de Porto Esperidião/MT, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO as comemorações de natal e ano novo;

CONSIDERANDO a necessidade de manter os serviços públicos essenciais da administração;

CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de encerramento das atividades administrativas anuais e o planejamento das atividades do ano vindouro;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica estabelecido **RECESSO ADMINISTRATIVO** no prédio central e anexo da Prefeitura, no período compreendido entre os dias **19/12/2017** e **05/01/2018**, não havendo expediente externo de atendimento ao público nos órgãos que funcionam nos prédios, sendo mantido o expediente interno de serviços.

§ 1.º - Nos demais órgãos, serão mantidos os horários de serviço e expediente normal.

Art. 5.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6.º - Este Decreto entra em vigor a partir desta data.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião/MT, 18 de dezembro de 2017.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI N.º 777/2017, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA** Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais conferidas por Lei, **FAZ SABER**, que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte **Lei**:

Art. 1º - Ficam alterados o artigo 2.º e "o artigo 5º, que passam a ter a seguinte redação:

Art. 2.º - O plantão de enfermeiros e técnicos de enfermagem será prestado por servidor público contratado, credenciado, prestador de serviço e efetivo, este ocupante de cargo de enfermeiro e técnico de enfermagem, ou outro cargo desde que possua diploma e registro no Conselho competente,

Parágrafo 1.º - O plantonista deverá ficar à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, durante 12 (doze) horas contínuas e ininterruptas de trabalho, integrando a equipe de saúde, obrigando-se a prestar atendimento nas atividades respectivas, de acordo com a escala elaborada pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5.º - Fica proibido o plantão que não contemple o intervalo de no mínimo 08 (oito) horas para descanso, entre jornada normal de trabalho e o plantão, observadas as regras estabelecidas nesta Lei."

Art. 3.º - Os demais dispositivos da Lei 706/2016, permanecem vigentes.

Art. 4.º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião/MT, 11 de dezembro de 2017.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI N.º 779/2017, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA,** Prefeito de Porto Esperidião/MT, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara de Vereadores **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte **LEI**.

Art.1° - O Orçamento geral do Município de Porto Esperidião/ MT, abrangendo a administração direta, seus fundos e órgãos, para o Exercício Financeiro de 2018, discriminado pelos anexos integrantes desta lei, **Estima** a **Receita** e **Fixa** a **Despesa** bruta em **R$ 44.593.000,00** (Quarenta e Quatro Milhões Quinhentos e Noventa e Três Mil Reais),assim distribuídos por esfera **- FISCAL R$ 29.353.525,00 (Vinte e Nove Milhões Trezentos e Cinquenta e Três Mil, Quinhentos e Vinte e Cinco Reais)** e **SEGURIDADE SOCIAL R$ 15.239.475,00 (Quinze Milhões Duzentos e Trinta e Nove Mil, Quatrocentos e Setenta e Cinco Reais),** conforme discriminação a seguir:

Art. 2º - O Orçamento Geral do Município de Porto Esperidião / MT, para o Exercício de 2018, estima a **Receita em R$ 44.593.000,00** (Quarenta e Quatro Milhões Quinhentos e Noventa e Três Mil Reais) e fixa a **Despesa** para a **Câmara Municipal** em **R$ 1.422.000,00** (Um Milhão Quatrocentos e Vinte e Dois Mil Reais), para a **Fundo Municipal de Previdência Social** em **R$ 5.299.228,88** (Cinco Milhões Duzentos e Noventa e Nove Mil Duzentos e Vinte e Oito Reais e Oitenta e Oito Centavos)**Prefeitura Municipal** em **R$ 37.871.771,12** (Trinta e Sete Milhões Oitocentos e |Setenta e Um Mil, Setecentos e Setenta e Um Reais e Doze Centavos).

§ 1º - A Receita Geral do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, Transferências de Outras Esferas de Governo, outras Receitas Correntes e de Capital e Receitas Intra-Orçamentárias, na forma da legislação em vigor, discriminadas nos quadros anexos com os seguintes desdobramentos**.**

RECEITAS		VALOR
1	**RECEITAS CORRENTES**	**39.758.059,66**
1.1	Receitas Tributárias	3.272.471,12
1.2	Receitas De Contribuições	1.708.488,54
1.3	Receita Patrimonial	2.057.500,00
1.6	Receitas de Serviços	30.000,00
1.7	Transferências Correntes	32.688.000,00
1.9	Outras Receitas Correntes	1.600,00
2	**RECEITA DE CAPITAL**	**6.673.000,00**
2.4	Transferências de Capital	6.673.000,00
7	**RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIA**	**2.169.140,34**
7.2	Contribuições	2.169.140,34
9	**DEDUÇÃO DA RECEITA**	**4.007.200,00**
9.7	Deduções da Receita Corrente	4.007.200,00
TOTAL		**44.593.000,00**

§ 2º- A despesa Geral do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ÓRGÃO		ORÇAMENTO
01	Câmara Municipal	1.422.000,00
02	Gabinete do Prefeito	714.930,00
03	Secretaria Municipal de Educação	12.489.770,00
04	Secretaria Municipal de Administração	1.821.875,00
05	Secretaria Municipal de Obras	8.418.770,00
06	Secretaria Municipal de Saúde	8.659.746,12
07	Secretaria Municipal de Assistência Social	1.490.500,00
08	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	592.000,00
09	Secretaria Municipal da Fazenda	2.060.030,00
10	Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	943.450,00
11	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	530.300,00
12	Secretaria Municipal de Industria e Comercio	88.000,00
13	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	62.400,00
14	Previ Porto – Fundo Munic. de Prev. Social dos Serv.	5.299.228,88
	TOTAL	**44.593.000,00**

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

CÓD	FUNÇÃO	ORÇAMENTO
01	Legislativa	1.422.000,00
04	Administração	6.925.305,00
08	Assistência Social	1.280.500,00
09	Previdência Social	3.067.505,27
10	Saúde	8.659.746,12
12	Educação	12.489.770,00
13	Cultura	721.450,00
15	Urbanismo	1.255.000,00
16	Habitação	210.000,00
17	Saneamento	669.000,00
18	Gestão Ambiental	59.400,00
20	Agricultura	592.000,00
22	Indústria	5.000,00
23	Comércio e Serviços	5.000,00
25	Energia	51.000,00
26	Transporte	3.471.500,00
27	Desporto e Lazer	828.300,00
28	Encargos Especiais	80.000,00
99	Encargos Especiais	2.800.523,61
	TOTAL	**44.593.000,00**

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

COD	PROGRAMA	VALOR
0001	Processo Legislativo	1.422.000,00
0003	Administração e Gerenciamento	7.367.305,00
0010	Gestão da Saúde com Qualidade	568.300,00
0013	Regularização Fundiária	15.000,00
0020	Gerir com Qualidade a Atenção Básica	6.867.956,12
0025	Edificações Públicas	231.000,00
0026	Previdência Municipal	5.299.228,88
0030	Ampliação e Qualidade na Media e Alta Complexidade	798.420,00
0039	Ampliação e Qualidade na Assistência Farmacêutica	202.740,00
0040	Ensino Superior	12.000,00
0041	Melhoria da Produtividade da Educação Infantil	741.500,00
0042	Expansão e Melhoria da Produtividade Escolar do Ensino Fundamental	4.856.500,00
0043	Expansão e Manutenção da Rede Física Escolar	1.369.770,00
0045	Valorização do Magistério Fundeb	5.510.000,00
0046	Programa Difusão Cultural	721.450,00
0047	Desenvolvimento do Desporto e Lazer	530.300,00
0051	Ampliação e Qualidade na Vigilância Sanitária	118.050,00
0057	Habitação	210.000,00
0060	Serviços de Utilidade Pública	104.000,00
0061	Ampliação e Qualidade na Vigilância Epidemiológica e Ambiental	104.280,00
0076	Saneamento Básico	669.000,00
0091	Transportes Urbanos	4.659.500,00
0099	Operações Especiais	80.000,00
0104	Implementação de Reservas Ambientais	62.400,00
0111	Apoio aos Produtores Rurais	390.000,00
0334	Fomento ao Trabalho	88.000,00
0487	Descentralização das Ações de Assistência Social	1.025.500,00
0999	Reserva de Contingência	568.800,00
TOTAL GERAL		**44.593..000,00**

IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES		33.439.386,72
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	20.101.153,01
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	13.338.233,71
DESPESAS DE CAPITAL		**8.353.089,67**
4.4.00.00.00.00	Investimentos	8.273.089,67
4.6.00.00.00.00	Amortização da Dívida	80.000,00

RESERVAS		**2.800.523,61**
9.9.99.99.00.00	Reserva de Contingência	2.800.523,61
TOTAL		**44.593.000,00**

Art. 3° - Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados, nos termos da Constituição Federal e da legislação federal em vigor à:

I - Abrir créditos adicionais e suplementares, até o limite de 15% (quinze por cento) da despesa orçada utilizando como fonte de recursos a anulação parcial ou total de dotações, assim como excesso de arrecadação ou superávit financeiro, nos termos do artigo 43 da Lei 4.320/64. (**Alteração dada pela Emenda Modificativa n.º 06/17)**

II – Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de convênios, não previstos na receita do orçamento, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta lei.

III – Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação, considerada a tendência do exercício.

IV - Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de superávit financeiro, nos termos do artigo 43 da Lei 4.320/64.

V – Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

Art. 4º - Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito inclusive por antecipação de receita até o limite das despesas de Capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa; aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta; observados os limites legais de endividamento do município.

Art. 5° - A discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á até a Modalidade de Aplicação, conforme art. 6º da Portaria STN/SOF nº 163/2001.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Porto Esperidião/MT, 11 de dezembro de 2017.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI Nº 780/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por **LEI**, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores **APROVOU** e Ele **SANCIONA** a seguinte **LEI**:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar servidores, nos termos do art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal e de acordo com a Lei n.º 412/2005, de 23 de maio de 2005, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, por prazo determinado, para suprir necessidade temporária da para suprir necessidade temporária da Secretaria Municipal de Educação, conforme tabela constante no Anexo I, através do Processo Seletivo Simplificado.

§1.º - O Processo Seletivo Simplificado será realizado pela Secretaria Municipal de Educação, com resultado válido a partir da publicação, até o final do ano letivo de 2018,

§ 2.º - As vagas previstas e as vagas de reserva estão elencadas no Anexo I, que acompanha este Projeto de Lei.

Art. 3.º - As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei correrão por conta do orçamento próprio do município, suplementado se necessário.

Art. 4.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião/MT, 12 de dezembro de 2017.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI Nº 781/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Porto Esperidião/MT, no uso de suas atribuições legais, ***FAZ SABER***que a Câmara de Vereadores **APROVOU** e Ele **SANCIONA** a seguinte **LEI**:

Art. 1º- Ficam os Poderes Legislativo e Executivo Municipal autorizados a abrirem Créditos Adicionais Suplementares por Remanejamento e Transposição, através de Decreto, até o Limite de 10% (dez por cento) da Despesa Orçada para o corrente Exercício, conforme disposto no Art. 42 da Lei 4.320/64.

Art. 2º - Para dar cobertura aos Créditos Adicionais Suplementares dispostos no Artigo anterior, serão utilizados os recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações; podendo efetuar transposição, remanejamento e transferência de recursos, de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, até o limite de 10% (dez por cento), da despesa orçada para o corrente exercício, atendendo aos ditames legais contidos no Inciso III do § 1º do Artigo 43 da Lei 4.320/64 .

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de novembro de 2017.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE
LEI N.º 782/17, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Porto Esperidião/MT, no uso das atribuições conferidas por Lei, **FAZ SABER**, que a Câmara de Vereadores **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei regula e normatiza a obrigatoriedade da inspeção e fiscalização sanitária de produtos de origem animal referente às agroindústrias de pequeno porte no município de Porto Esperidião-MT, destinados ao comércio na área do município, com amparo na Legislação Federal nº1283/1950.

Parágrafo único – Esta Lei está em conformidade à Lei Federal nº9712/1998, ao Decreto Federal nº 5741/2006 alterado pelo Decreto Federal nº8445/2015 e pelo Decreto Federal nº8471/2015 e ao Decreto Federal nº 7216/2010, que constitui e regulamentou o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), bem como à Instrução Normativa MAPA nº16 de 23 de junho de 2015, Instrução Normativa MAPA nº 05 de 14 de fevereiro de 2017 e Lei Estadual nº10.502, de 18 de janeiro de 2017.

Art. 2.º Cabe a Secretaria Municipal de Agricultura do Município, através do Serviço de Inspeção Municipal (S.I.M.), dar cumprimento às normas estabelecidas na presente Lei e aplicar as penalidades nela previstas.

§ 1.º – A Inspeção Municipal, depois de instalada, pode ser executada de forma permanente ou periódica.

§ 2.º - A Inspeção deve ser executada obrigatoriamente de forma permanente nos estabelecimentos durante o abate das diferentes espécies animais.

I – entende-se por espécies animais de abate, os animais domésticos de produção, silvestres e exóticos criados em cativeiros ou provenientes de áreas de reserva legal e de manejo sustentável.

§ 3º - Nos demais estabelecimentos previstos nesta Lei a inspeção será executada de forma periódica.

I – os estabelecimentos com inspeção periódica terão a frequência de execução de inspeção estabelecida em normas complementares expedidos por autoridade competente da Secretaria de Agricultura, considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos e o resultado da avaliação dos controles dos processos de produção.

Art. 3.º Para efeito desta Lei entende-se por:

I – Agroindústria de pequeno porte como o estabelecimento agroindustrial de pequeno porte de produtos de origem animal de agricultores familiares ou de produtor rural, de forma individual ou coletiva, com área útil construída de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), dispondo de instalações para abate ou industrialização de animais produtores de carnes;

Processamento de pescado ou seus derivados;

Processamento de leite ou seus derivados;

Processamento de ovos ou seus derivados;

Processamento de produtos das abelhas ou seus derivados.

II – Agroindústria artesanal como o estabelecimento onde se processa a transformação de produtos de origem animal e vegetal elaborado em pequena escala, com características tradicionais ou regionais próprias, devidamente identificadas para a comercialização.

Parágrafo único – Na agroindústria artesanal deverá ser utilizado no mínimo cinquenta por cento da mão de obra familiar.

Art. 4.º As normas específicas relativas à defesa agropecuária servirão de referência para todos os serviços de inspeção e fiscalização sanitária, para:

I – produção rural para a preparação, manipulação ou armazenagem doméstica de produtos de origem animal para consumo familiar, que ficará dispensada de registro, inspeção e fiscalização.

II – venda ou no fornecimento a retalho ou a granel de pequenas quantidades de produtos de origem animal provenientes da produção primária, direto ao consumidor final, pelo agricultor familiar ou equivalente e suas organizações ou pelo pequeno produtor rural que os produz; e

III – na Agroindustrialização realizada pela agricultura familiar ou equivalente e suas organizações, inclusive quanto às condições estruturais e de controle de processo.

§ único A Secretaria de Agricultura de Porto Esperidião-MT poderá estabelecer parceria e cooperação técnica com municípios, Estado de Mato Grosso e a União, poderá participar de consórcio de municípios para facilitar o desenvolvimento de atividades e para a execução do serviço de Inspeção sanitária em conjunto com outros municípios.

Art. 5.º As ações dos serviços de inspeção e fiscalização sanitária respeitarão os seguintes princípios:

I – a inclusão social e produtiva da agroindústria de pequeno porte;

II – harmonização de procedimentos para promover a formalização e a segurança sanitária da agroindústria de pequeno porte; e

III – atendimento aos preceitos estabelecidos na Lei Federal nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, no Decreto Federal nº3.551, de 4 de agosto de 2000, na Lei Complementar Federal nº123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, na Lei Federal nº11.326, de 24 de julho de 2006, e no Decreto Federal nº7.358, de 17 de novembro de 2010,

IV – na transparência dos procedimentos de regularização;

V – racionalização, simplificação e padronização dos procedimentos e requisitos de registro sanitário dos estabelecimentos, produtos e rotulagem;

VI – integração e articulação dos processos e procedimentos junto aos demais órgãos e entidades referentes ao registro sanitário dos estabelecimentos, a fim de evitar a duplicidade de exigências, na perspectiva do usuário;

VII – razoabilidade quanto às exigências aplicadas;

VIII – disponibilização presencial e/ou eletrônica de orientações e instrumentos para o processo de registro sanitário dos estabelecimentos, produtos e rótulos; e

IX – fomento de políticas públicas e programas de capacitação para os profissionais dos serviços de inspeção sanitária para atendimento à agroindústria familiar.

Art. 6.º Para o registro do estabelecimento agroindustrial de pequeno porte serão necessários os seguintes documentos:

I – requerimento de registro;

II – laudo de análise microbiológica da água;

III – apresentação da inscrição estadual, contrato social ou firma individual e Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, respeitando o que for pertinente a condição de microempreendedor individual;

IV – croqui das instalações na escala 1:100, que pode ser elaborado por profissionais habilitados de órgãos governamentais ou privados;

V – licenciamento ambiental, de acordo com a Resolução do CONAMA nº385/2006;

VI – alvará de licença e funcionamento da prefeitura; e

VII – atestado de saúde dos trabalhadores.

§ 1º - quando o estabelecimento possuir mais de uma atividade deve ser acrescentado classificação secundária à sua classificação principal.

§ 2º - ao estabelecimento que realize atividades distintas na mesma área industrial, em dependências diferentes ou não, e pertencente ou não à mesma razão social, será concedido a classificação que couber a cada atividade, podendo ser dispensada a construção isolada de dependências que possam ser comuns.

§ 3.º - No estabelecimento agroindustrial de pequeno porte o responsável técnico poderá ser suprido por profissional técnico de órgãos governamentais ou privado ou por técnico de assistência técnica, exceto agente de fiscalização sanitária.

Art. 7.º As agroindústrias de pequeno porte e as agroindústrias artesanais seguirão características gerais definidas em Instruções Normativas.

Art. 8.º Será objeto de inspeção e fiscalização prevista nesta Lei:

I – os animais destinados ao abate, seus produtos, seus subprodutos e matérias primas;

II – os pescados e seus derivados;

III – o leite e seus derivados;

IV – os ovos e seus derivados;

V – os produtos das abelhas e seus derivados.

Art. 9.º Os empreendimentos agroindustriais de pequeno porte, bem como seus produtos, rótulos e serviços ficam isentos do pagamento de taxas de registro e de inspeção e fiscalização sanitária, conforme definido na Lei Complementar nº123/2006.

Art. 10.º As infrações e normas previstas nesta lei serão aplicadas, isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo das punições de natureza cível e penal.

I – advertência – quando o infrator for primário ou não tiver agido com dolo ou má fé;

II – multa de até 500 (quinhentos) UPFM (Unidade Padrão Fiscal do Município), nos casos de reincidência, dolo ou má fé;

III – apreensão ou inutilização das matérias primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam ou adulterados;

IV – suspensão das atividades do estabelecimento se causar risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou embaraço aos fiscalizadores;

V – a interdição total ou parcial, quando a infração versar sobre falsificação e adulteração de produtos, verificando-se a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas;

§ 1º Constitui agravante se a infração for por artifícios, ardil, simulação, desacato, embaraço ou resistência na ação fiscal.

§ 2º A suspensão poderá ser levantada após ser completamente atendida às exigências que deram origem à sanção.

§ 3º Não providenciada o levantamento da suspensão nos termos do parágrafo anterior, o registro no S.I.M., será cancelado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 11.º As penalidades impostas na forma desta lei serão aplicadas pela direção do S.I.M.

Art. 12.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Esperidião-MT, 12 de dezembro de 2017.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 065/2017

PROCESSO Nº 036/2017 – INEXIGIBILIDADE N.º 07/2017

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a Empresa GERMANO CARDOSO SOCIEDADE DE ADVOCACIA, CNPJ sob o n. 27.338.238/0001-88.

OBJETO: A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA ADMINISTRATIVA E/OU JURÍDICA DE NATUREZA SINGULAR E DE NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO, OBJETIVANDO INDICAR ESTRATÉGIAS E ADOTAR MEDIDAS PARA AUMENTAR OS RECURSOS FINANCEIROS OU ECONÔMICOS DA MUNICIPALIDADE.

DA ASSINATURA: 17/11/2017

DO VALOR: R$ 138.127,98 (cento e trinta e oito mil cento e vinte e sete reais e noventa e oito centavos)**.**

DA VIGÊNCIA: Os serviços técnicos relativos ao Projeto a que se refere este Contrato iniciarão 10 (Dez) dias após a assinatura do presente instrumento e terminarão com a conclusão das ações administrativas e/ou com o Trânsito em Julgado da demanda judicial no caso de ação judicial.

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira e a Empresa GERMANO CARDOSO SOCIEDADE DE ADVOCACIA

GABINETE
DECRETO N. 1701/2017

DATA: 18 DE DEZEMBRO DE 2017

"ALTERA O INCISO V DO ARTIGO 2º CONTIDO NO DECRETO 1694/2017 QUE DISPÕE SOBRE O RECESSO DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

REYNALDO FONSECA DINIZ, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando o não funcionamento das unidades bancarias no dia 29 de dezembro de 2017 então:

DECRETA

Art. 1º - Fica alterado o inciso V do Artigo 2º do Decreto 1694/2017 que passa a vigorar com o seguinte texto:

Art. 2º - O atendimento será diferenciado nos setores e unidades abaixo relacionados:

...

V – A Unidade do SEFAZ e o Setor de Arrecadação e Tributação não terão expediente nos dias 26 e 29 de dezembro de 2017 e 02 de janeiro de 2018, atendendo normalmente nos demais dias não mencionados nesse inciso.

...

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 18 DE DEZEMBRO DE 2017

REYNALDO FONSECA DINIZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

ERRATA

Na publicação do dia 03/01/2017 edição nº 2.638 páginas 240 e 241 **onde se lê:**

EXTRATO DE CONTRATO

NÚMERO DO CONTRATO: Nº. 010/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Processo 037/2016

CARTA CONVITE 016/2016

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho - MT.

CONTRATADO: A P Da Silva Multieventos - ME

OBJETO: Contratação de empresa com equipamentos próprios na Implantação e Montagem da Estrutura de Palco, Sonorização, Iluminação para cobertura da 117ª Festa de Santos Reis de Ribeirãozinho – MT a realizar – se no dia 05/01/2017, conforme Plano de Trabalho do Convenio 508/2016.

PRAZO: 30 dias

VALOR DO CONTRATO: R$ 14.900,00

DATA DA ASSINATURA: 02/01/2017

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/01/2017

EXTRATO DE CONTRATO

NÚMERO DO CONTRATO: Nº. 011/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Processo 038/2016

INEXIGIBILIDADE02/2016

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT

CONTRATADO: Catulé Produções e Publicidades Ltda - ME

OBJETO: contratação de Show Regional com a **Banda Scala** para cobertura da 117ª Festa de Santos Reis de Ribeirãozinho – MT a realizar – se no dia 05/01/2017, conforme Plano de Trabalho do Convenio 508/2016.

PRAZO: 30 dias

VALOR DO CONTRATO: R$ 40.000,00

DATA DA ASSINATURA: 02/01/2017

VIGÊNCIA: 02/01/2017 a 31/01/2017

Leia – se:

EXTRATO DE CONTRATO

NÚMERO DO CONTRATO: Nº. 005/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Processo 037/2016

CARTA CONVITE 016/2016

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho - MT.

CONTRATADO: A P Da Silva Multieventos - ME

OBJETO: Contratação de empresa com equipamentos próprios na Implantação e Montagem da Estrutura de Palco, Sonorização, Iluminação para cobertura da 117ª Festa de Santos Reis de Ribeirãozinho – MT a realizar – se no dia 05/01/2017, conforme Plano de Trabalho do Convenio 508/2016.

PRAZO: 30 dias

VALOR DO CONTRATO: R$ 14.900,00

DATA DA ASSINATURA: 02/01/2017

VIGENCIA: 02/01/2017 a 31/01/2017

EXTRATO DE CONTRATO

NÚMERO DO CONTRATO: Nº. 004/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Processo 038/2016

INEXIGIBILIDADE02/2016

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT

CONTRATADO: Catulé Produções e Publicidades Ltda - ME

OBJETO: contratação de Show Regional com a **Banda Scala** para cobertura da 117ª Festa de Santos Reis de Ribeirãozinho – MT a realizar – se no dia 05/01/2017, conforme Plano de Trabalho do Convenio 508/2016.

PRAZO: 30 dias

VALOR DO CONTRATO: R$ 40.000,00

DATA DA ASSINATURA: 02/01/2017

VIGÊNCIA: 02/01/2017 a 31/01/2017

EXTRATO DE CONTRATO

NÚMERO DO CONTRATO: Nº. 051/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Processo 026/2017

PREGÃO PRESENCIAL 012/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho-MT

CONTRATADA: ETCA Assessoria e Consultoria LTDA

OBJETO: Adesão à ata de registro de preços do Pregão Presencial – Registro de Preço n.º 002/2017 da Prefeitura Municipal de Porto Esperidião-MT, referente a Contratação de consultoria e auditoria tributaria/fiscal para, em apoio a Administração, executar os serviços técnicos, de cobrança e a recuperação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), incidentes em obras e serviços contratados nos últimos 5 (cinco) anos com o Município, o Estado, a União e ou terceiros nos limites do Município, além da implantação de mecanismos de aferição e acompanhamento da arrecadação municipal de ISSQN, e ainda, intentar esforços na área de gestão (previdenciário), para a execução de auditorias em notificações fiscais lançadas contra a municipalidade em datas pretéritas, recuperação administrativa ou judicial de créditos tributários devidos ao município e retidos indevidamente pela Receita Federal do Brasil e/ou outros órgãos. Efetuar auditoria previdenciária indicando valores passíveis de compensação, pagos de forma indevida à Receita Federal e/ou outros órgãos mediante a execução das atividades descritas no termo de referência anexo I, LOTE I, e do edital de pregão nº.12/2017 que se torna parte integrantes deste contrato.

PRAZO: 12 meses.

VALOR DO CONTRATO: R$ 20.000,00 (vinte mil reais)

DATA DA ASSINATURA: 10/05/2017

VIGÊNCIA: 10/05/2017 a 10/05/2018.

AVISO DE LICITAÇÃO INEXIBILIDADE 001/2017

O Município de Ribeirãozinho – MT torna público aos interessados que realizará processo de inexigibilidade para contratação de **Show Regional**, a ser realizado no dia 05 de janeiro de 2018,com apresentação às 23:00 horas no Centro Cultural Extinta Casemat na cidade de Ribeirãozinho – MT, sob a modalidade de INEXIBILIDADE N° 001/2017, a realizar-se no dia 27/12/2017 as 09h00min, na sede da Prefeitura, sito a Rua Antônio João, n.º 156, Centro, Ribeirãzinho – MT.

Ribeirãozinho – MT, 18 de dezembro de 2017.

Maria Auxiliadora Cardoso

Presidente da C. P. L.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO/MT

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2017

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO GLOBAL"

A Prefeitura Municipal de Rio Branco – MT, em 18 de dezembro de 2017, através da Comissão Permanente de Licitação torna publico para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 04 de Janeiro de 2018 as 08h00min, a Licitação na Modalidade de **Tomada de Preço nº 002/2017**, cujo objeto é: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOBRE A MODALIDADE DE ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL, OBJETIVANDO O ASSESSORAMENTO NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, CONSULTORIA PARA A ELABORAÇÃO DAS PEÇAS DE PLANEJAMENTO (PPA/LDO E LOA), CONSULTORIA PARA O ESTUDO E ELABORAÇÃO DE CÁLCULOS DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO, BEM COMO, NO ACOMPANHAMENTO DAS APLICAÇÕES DOS ÍNDICES OBRIGATÓRIOS, POR UM PERIODO DE 12 MESES"**,** a pasta contendo o Edital completo e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no horário de expediente desta Prefeitura.

Rio Branco, 18 de Dezembro de 2017.

Vanderléia Rodrigues Alves

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2017, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017, ATRAVÉS DO ÓRGÃO GERENCIADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA/MT.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 151/2017.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2017.

A Prefeitura Municipal de Rondolândia/MT, declara que aderiu a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2017, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017, ATRAVÉS PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA/MT**, para o Registro de Preços objetivando Aquisição de um veiculo novo tipo CAMINHONETE para compor a frota da Prefeitura com a finalidade de garantir o suporte apropriado as atividades institucionais deste Município, com um valor Global Estimado de R$ 149.800,00 (Cento e quarenta e nove mil e oitocentos reais).

Empresa Detentora da Ata de Registro de Preços: CENTRAL VEÍCILOS COMERCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ sob nº 08.467.819/0001-75, com endereço na Rua 1,bairro: Centro, nº:811, Água Boa - MT, CEP: 78.635-000.

Rondolândia/MT, 18 de Dezembro de 2017.

Patricia Migliorine Costa

Presidente da CPL

Decreto n° 1.334/PMR/2017

CHEFE DE GABINETE
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

(Art. 26, caput, da Lei nº 8.666/93)

- Processo Administrativo nº 0156/2017-SEMUSA.

- Modalidade de Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº079/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de tapeçaria confecção de persianas para a unidade básica de saúde.

ORGÃO: Secretaria Municipal de Saúde.

CONTRATADO: R. JUNIOR DE OLIVEIRA ME- CNPJ Nº 28.078.018/0001-25.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando que, por ato nosso, foi realizada a Dispensa da Licitação pelo Pregoeiro com a empresa: R. JUNIOR DE OLIVEIRA ME- CNPJ Nº 28.078.018/0001-25, endereço comercial na Rua: Maringá nº1367, Bairro: Nova Brasília, Ji-Paraná/RO, CEP: 76.908-499, mantidas as mesmas condições do Edital de DL nº 079/2017-PMR, sendo que apresentou proposta de preços do item, totalizando de R$ 7.979,26 (fls.28 e 29) e Mapa de Resultado de fls. 41.

RATIFICO a Dispensa de Licitação com fundamento no Art. 26 da Lei nº 8.6663/93, realizada com fundamento no inc. II, do Art. 24, da mesma lei, tendo como objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de tapeçaria confecção de persianas para a unidade básica de saúde.

Com a empresa**:** R.JUNIOR DE OLIVEIRA ME- CNPJ Nº 28.078.018/0001-25, em conformidade com o Edital de DL nº 079/2017-PMR e no valor Global de R$ 7.979,26 (Sete mil e novecentos e setenta e nove reais e vinte e seis centavos).

Promova-se a publicação desta ratificação, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Rondolândia – MT, 18 de Dezembro de 2017.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
MAPA DE RESULTADO FINAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº. 157/2017.

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 080/2017

Objeto: Aquisição de Central Telefônica.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação, conforme: "Art. 24. É dispensável a licitação: II – para outros serviços e compras de valor de até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez".

EMPRESA VENCEDORA DO ITEM LICITADO: Thiago Lopes de Carvalho, CNPJ: 27.789.406/0001-51, Endereço: Av. Andre Maggi, s/n°, Bairro: Centro, CEP: 78.338-000, Rondolândia/MT.

Item	Código TCE	UND	Quant.	Especificação	Valor Unit.	Valor Total
01	147359-0	UND	01	CENTRAL TELEFONICA - COM TECNOLOGIA DIGITAL TEMPORAL, COM CAPACIDADE INICIAL PARA 06 TRONCOS ANALOGICOS, COM CAPACIDADE INICIAL PARA 20 RAMAIS ANALOGICOS, AMPLIACAO FUTURA EM MAIS SEM AMPLIACAO, ENERGIA ALTERNATIVA COMPOSTA DE BATERIA LACRADA, SEM MODEM, CONEXAO ENTRE CENTRAL E RAMAIS ATRAVES DE COM 1 PAR DE FIO, COM AS FACILIDADES DE ROTA DE MENOR CUSTO,SISTEMA DE BILHETAGEM,BLOQUEIO DE TRAFEGO,TELEPROGRAMACAO, COM TECNOLOGIA DE TRANSMISSAO DE COM ENTRONCAMENTO E1 DIGITAL, UTILIZACAO DE TERMINAIS KEY SYSTEM, COM SINALIZACAO DE LINHAS, SEM IDENTIFICADOR DE CHAMADAS, TARIFACAO: COM SISTEMA COMPLETO DE TARIFACAO MEDIANTE UTILIZACAO DE UM MICRO, COM ATENDIMENTO DIGITAL, INSTALACAO: MAO DE OBRA E MATERIAIS PARA INSTALACAO INCLUSOS, TREINAMENTO DO TIPO INSTRUCOES DE PROGRAMACAO E REPROGRAMACAO, NORMAIS, COM GARANTIA DE 1 ANO E MANUAIS EM PORTUGUES, E SUAS CONDICOES DEVERAO ESTAR DE ACORDO COM A RES.SE 242 DE 30/11/2000 DA ANATEL	R$ 7.499,00	R$ 7.499,00
VALOR TOTAL						**R$ 7.499,00**

Obs: *O valor constante acima de cada item é o valor final proposto pela empresa participante, onde a mesma teve sua Habilitação no certame confirmada, conforme Ata Circunstanciada constantes de Fls. nos autos do Processo 157/2017, sendo adjudicado a seu favor os itens acima descritos.*

Valor Global de R$ 7.499,00 (Sete mil quatrocentos e noventa e nove reais).

Rondolândia – MT, 15 de Dezembro de 2017.

_____

Patrícia Migliorine Costa

Presidente da CPL

CHEFE DE GABINETE
RETIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Rondolândia-Mt, através do Gabinete do Prefeito, Considerando a Publicação efetuada no dia 18/12/2017 na página 278 e 279 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso na Edição de nº 2.877 da **HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO, PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº0138/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL DE Nº 071/2017**.

Resolve **RETIFICAR**, como segue;

Onde se Lê; com a proposta no valor total de R$ 34.600,00(trinta e quatro mil e seiscentos reais).

Leia-se; com a proposta no valor total de R$ 21.600,00(vinte e um mil e seiscentos reais).

Remeta os autos para CPL.

Rondolândia – MT 18 de Dezembro de 2017.

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito municipal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
MAPA DE RESULTADO FINAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº. 156/2017.

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 079/2017

Objeto: Contratação de Empresa especializada para Prestação de Serviço de tapeçaria , confecção de persianas para a Unidade Básica de Saúde.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação, conforme: "Art. 24. É dispensável a licitação: II – para outros serviços e compras de valor de até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez".

EMPRESA VENCEDORA DO ITEM LICITADO: R. Junior de Oliveira - ME, CNPJ: 28.078.018/0001-25, Endereço: Rua Maringá, n° 1367,Bairro: Nova Brasília , CEP: 76.908-499, Ji-Paraná/RO.

Item	Código TCE	UND	Quant.	Especificação	Valor Unit.	Valor Total
01	60235-3	M²	90,88	PERSIANA - VERTICAL, DE POLIESTER, COM LAMINA DE 9 CM DE LARGURA	R$ 87,80	R$ 7.979,26
VALOR TOTAL						**R$ 7.979,26**

Obs: *O valor constante acima de cada item é o valor final proposto pela empresa participante, onde a mesma teve sua Habilitação no certame confirmada, conforme Ata Circunstanciada constantes de Fls. nos autos do Processo 156/2017, sendo adjudicado a seu favor os itens acima descritos.*

Valor Global de R$ 7.979,26 (Sete mil novecentos e setenta e nove reais e vinte e seis centavos).

Rondolândia – MT, 15 de Dezembro de 2017.

_____

Patrícia Migliorine Costa

Presidente da CPL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO

RETIFICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de seu Pregoeiro Oficial nomeado através do Decreto nº 1.269/GAB/PMR de 12 de Janeiro de 2017, considerando a publicação efetuada no dia 18/12/2017 na página 278 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso na Edição de nº 2.877 do Edital de Resultado do procedimento Licitatório denominado: **PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 071/2017** e considerando principalmente a necessidade de retificação do valor constante na mesma:

Resolve **RETIFICAR** o valor constante no Edital de Resultado, como segue:

Onde se Lê: "...com a Proposta no valor total de R$ 34.600,00 (trinta e quatro mil e seiscentos reais)...".

Leia-se: "...com a Proposta no valor total de R$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais)...".

Rondolândia - MT, 18 de Dezembro de 2017.

Edimar Ricarte

Pregoeiro

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 048/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 123/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 065/2017 - SRP

Pelo presente instrumento o **Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 04.221.486/0001-49, representado neste ato pelo Prefeito Municipal em exercício, o Srº. Agnaldo Rodrigues de Carvalho, inscrito no CPF sob nº 560.023.512-72, **RESOLVE REGISTRAR** os preços da empresa Paulo Henrique Monteiro & Cia LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o n° 05.128.000/0001-95, instalada e localizada na Av. André Maggi, s/nº, Bairro, Centro, na cidade de Rondolândia/MT, representada neste ato pelo seu sócio proprietário Srº Paulo Henrique Monteiro, portador do CPF nº

000.365.642-06 e do RG nº 8.506.020-1 SSP/PR, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação – Pregão Presencial n° 065/2017 e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, no que couber, nos Decretos Municipais nº 118/2006 de 11/09/2006 e nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - Contratação mediante sistema de **REGISTRO DE PREÇOS (por Item)**, para Futura e Eventual **Aquisição de Gêneros Alimentícios e Materiais de Consumo para atender as necessidades de atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social e Órgãos vinculados a mesma** conforme especificação e quantidades especificadas no Termo de Referencia.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1 – A empresa Contratada deverá fornecer os produtos, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência do Pregão n° 065/2017.

2.2 – O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial Nº 065/2017 e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

3.1 – Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

Detentora da ARP:

Nome: Paulo Henrique Monteiro & Cia LTDA-ME	
CNPJ Nº: 05.128.000/0001-95	
Endereço: Av. André Maggi, s/nº, Bairro, Centro	
Cidade/Estado: Rondolândia/MT	CEP: 78.338-000
Telefone: (66) 3542-1034	E-mail:montph@gmail.com
Representante Legal: Paulo Henrique Monteiro	
CPF Nº: 000.365.642-06	

3.2 – O preço, a quantidade e a especificação do item registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Código TCE	UND	Quant.	Descrição	Marca	Vlr Unt.	Vlr Total
01	153468-8	KG	600	BATATA - LISA, DE PRIMEIRA, COMPACTA E FIRME, SEM LESOES DE ORIGEM SEM LESOES FISICAS OU MECANICAS, TAMANHO E CONFORMACAO UNIFORME, DEVENDO SER GRAUDA, ACONDICIONADA EM SACOS DE ACONDICIONADAS EM SACO, PESANDO APROXIMADAMENTE KG	Monalisa	R$ 3,99	R$ 2.394,00
02	192019-7	KG	400	CARNE BOVINA - TIPO PALETA, EM CUBOS, SEM OSSO, CONGELADA, E NO MAXIMO 10% DE SEBO E GORDURA LIMPA	Carre	R$ 18,60	R$ 7.440,00
03	427141-6	KG	60	FARINHA DE MANDIOCA - TIPO GOMA DE TAPIOCA, FECULA EXTRAIDA DA MANDIOCA, SUBSTANCIA FARINACEA,NA COR BRANCA,ISENTA DE SUJIDADES,ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO, TRANSPARENTE	Campilar	R$ 6,49	R$ 389,40
04	3980-2	PCT	1000	MILHO DE PIPOCA DE PRIMEIRA QUALIDADE BENEFICIADO, LIMPO, POLIDO, ISENTO DE SUJIDADES.500 GR	Campilar	R$ 2,95	R$ 2.950,00
06	403961-0	UN	300	FERMENTO EM PO QUIMICO, COMPOSTO DE PIROFOSFATO ÁCIDO DE SÓDIO, BICARBONATO DE SÓDIO E FOSFATO MONO-CALCIO, ACONDICIONADO EM LATA 100 GR EM LATA 100 GR	Campial	R$ 3,25	R$ 975,00
08	134845-0	UN	20	VINAGRE – 750 ML	Toscano	R$ 3,40	R$ 68,00
09	406721-5	KG	300	POLPA DE FRUTA - CONGELADA SEM ACUCAR.,SABOR GOIABA,.,COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PROPRIO , AUSENTE DE SUBSTANCIAS ESTRANHAS,ACONDICIONADAS EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE ,	JC	R$ 9,90	R$ 2.970,00
11	121195-1	FD	150	ACUCAR 15X02	Doce dia	R$ 83,00	R$ 12.450,00
12	TCEMT0000111	UN	300	MILHO PARA CANJICA, amarela, tipo 01, de primeira qualidade, beneficiado, polido, limpo, isento de sujidade, parasitas e larvas, admitindo umidade máxima de 14% por peso, acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, tipo 1. Embalagem, contendo 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter o registro no Ministério da Agricultura e / ou Ministério da Saúde	Campilar	R$ 2,75	R$ 825,00
13	143936-7	UN	900	LEITE CONDENSADO CX 395 g.	Camponesa	R$ 4,99	R$ 4.491,00
14	3961-6	PCT	500	COCO RALADO (PACOTE COM 200 GRAMAS)	Mais Coco	R$ 4,70	R$ 2.350,00
15	0000936	CX	500	GELATINA - SABORES DIVERSOS	Campilar	R$ 1,95	R$ 975,00
16	12042-1	PCT	80	FEIJAO - BRANCO, TIPO 1, NOVO, CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS E SAOS, COM TEOR DE UMIDADE MAXIMA DE 15%, ISENTO DE MATERIAL TERROSO,SUJIDADES E MISTURA DE OUTRAS VARIEDADES E ESPECIES, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO	Rical	R$ 6,30	R$ 504,00
18	150292-1	PCT	50	AMENDOIM - CRU, COM CASCA, CONSTITUIDO DE GRAOS INTEIROS, SAOS, DE BOA QUALIDADE, SEM FERMENTACAO E MOFO, ISENTO DE SUJIDADES PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADO EM SACO DE LINHA ATOXICO	Campilar	R$ 7,90	R$ 395,00
19	243081-9	KG	300	MACA VERMELHA GRANDE NACIONAL DE PRIMEIRA APRESENTANDO COR TAMANHO E CONFORMAÇÃO UNIFORMES COM POLPA INTACTA E FIRMES SEM DANOS FISICOS OU MECANICOS.	Nacional	R$ 5,99	R$ 1.797,00
22	1594443	KG	300	UVA ROXA , NACIONAL, BOA QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES,DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA INTACTA E FIRMES, SEM DANOS FISICO OU MECANICO APARENTES, ACONDICIONADAS EM CAIXAS PESANDO APROXIMADAMENTE 01 KG.	Red Glob	R$ 14,40	R$ 4.320,00
24	179479-5	KG	100	MORTADELA - CONSTITUIDA DA MISTURA DE CARNES BOVINA, COMPOSTA DE CONDIMENTOS, APRESENTANDO NO MAXIMO 10 % DE CUBOS DE TOUCINHO, DE PRIMEIRA QUALIDADE., ISENTO DE SUJIDADES E OUTRAS ISENTA DE SUJIDADES E CORPOS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM EM SACO PLASTICO TRANSPARENTES E ATOXICO, PESANDO1 KG, INPECIONADA PELO SIF	Lebom	R$ 9,40	R$ 940,00

26	1597191	KG	300	SALSICHA - HOT DOG, COMPOSTA DE CARNE BOVINA, CONGELADA COM CONDIMENTOS TRITURADOS E COZIDOS ACONDICIONADAS EM EMBALAGEM CRY-O-VAC, PESANDO APROXIMADAMENTE 50G POR UNIDADE	Mana	R$ 8,30	R$ 2.490,00
27	159809-0	KG	200	PRESUNTO - MAGRO, PRE-COZIDO, DE CARNE SUINA, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS, ACONDICIONADO EM PLASTICA, ATOXICA, NAO NECESSARIO, INSPECIONADO	Satiare	R$ 17,90	R$ 3.580,00
29	151545-4	KG	400	FRANGO SEMI PROCESSADO EM PEÇAS, RESFRIADO, PEITO, COM ASPECTO CHEIRO E COR PROPRIO, ACONDICIONADO EM SACOS PLASTICO, PESO KG. 0092)	Avenorte	R$ 8,50	R$ 3.400,00
31	427140-8	CX	500	MILHO EM FLOCOS TIPO FLOCÃO PRE-COZIDA PCT 500G.)	Milharina	R$ 3,30	R$ 1.650,00
32	296225-0	UN	20	BATATA PROCESSADA - TIPO PALHA,EMBALADA EM SACO PLASTICO,ESTERILIZADA EM ATMOSFERA,ACONDICIONADA PARA TRANSPORTE EM SACO PLASTICO,HIGIENIZADA, CORTADA EM TIRAS,COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS,FIRME E INTACTA,LIVRE DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS (25-01-0097)	Pinduca	R$ 5,20	R$ 104,00
34	181372-2	UN	1000	COPO DESCARTAVEL PARA AGUA DE PRIMEIRA LINHA, PCT COM 100 UND - 180ML	Copobras	R$ 3,75	R$ 3.750,00
35	181373-0	UN	1000	COPO DESCARTAVEL PARA CAFE DE PRIMEIRA LINHA, PCT COM 100 UND - 50 ML	Copobras	R$ 2,40	R$ 2.400,00
36	179850-2	UN	300	FARINHA DE TRIGO - ESPECIAL, OBTIDA DO TRIGO MOIDO, DE COR BRANCA, ISENTA DE SUJIDADE, LIVRE DE COM FERMENTACAO	Dona Benta	R$ 3,80	R$ 1.140,00
37	3873-3	KG	300	PEITO DE FRANGO COM OSSO, CONGELADO E ACONDICIONADO EM PACOTES. (25-01-0167)	Friato	R$ 10,90	R$ 3.270,00
43	122583-9	UN	100	DOCE DE LEITE EM PASTA 400 GR	Aurea	R$ 4,99	R$ 499,00
44	5003-2	UN	50	DOCES EM PASTA - DE GOIABA(GOIABADA), SIMPLES, EM MASSA, OBTIDO DO PROCESSAMENTO DAS PARTES, COMESTIVEIS DESINTEGRADAS DA FRUTA, COM ACUCAR,COM OU SEM ADICAO DE AGUA,PECTINA, AJUSTADOR DE PH,ADITIVOS E OUTROS INGREDIENTES, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	Ole	R$ 4,60	R$ 230,00
49	328859-5	PCT	300	CAFE - SUPERIOR, TORRADO E MOIDO, 100 POR CENTO PURO E NATURAL, ORIGEM ARABICA,GRAOS CRUS, SAOS E LIMPOS,EM PO,CONTENDO CARACTERISTICAS DE ASPECTO, COR, ODOR, E SABOR PROPRIOS,NOTA MINIMA NAO INFERIOR	Da xícara	R$ 6,99	R$ 2.097,00
50	163651-0	KG	75	ALHO - BULBO INTEIRO DE PROCEDENCIA NACIONAL	Nacional	R$ 26,90	R$ 2.017,50
51	415264-6	KG	100	CEBOLA BRANCA DE PRIMEIRA	Nacional	R$ 3,80	R$ 380,00
52	347583-2	KG	200	CENOURA E PRIMEIRA COMPACTA E UNIFORME	Ks	R$ 3,50	R$ 700,00
53	3566-1	UN	200	MARGARINA VEGETAL CREMOSA 500 GR	Soya	R$ 5,45	R$ 1.090,00
54	343377-3	KG	300	TOMATE MADURO DE BOA QUALIDADE DE POUPA FIRME E INTACTA ISENTA DE ENFERMIDADES	Regiao	R$ 5,30	R$ 1.590,00
56	4218140	UN	300	POLPA DE FRUTAS ABACAXI CONGELADA SEM AÇUCAR COM SABOR, CHEIRO E COR PROPRIO, AUSENTE DE SUBSTANCIAS ESTRANHAS, ACONDICINADA EM SACOS PLASTICOS TANSPARENTES.	Jc	R$ 9,90	R$ 2.970,00
58	15250-1	KG	165	LINGUICA - DEFUMADA, TIPO CALABRESA, PREPARADA COM CARNE NAO MISTA,TOUCINHO E CONDIMENTOS, COM ASPECTO NORMAL,FIRME,SEM UMIDADE,NAO PEGAJOSA, ISENTA DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, MANTIDA EM TEMPERATURA E REFRIGERACAO ADEQUADA, ACONDICIONADA EM SACO DE POLIETILENO	Mana	R$ 17,40	R$ 2.871,00
59	304513-7	PCT	300	GUARDANAPO DE PAPEL 30X32 C/ 100	Amazonas	R$ 3,20	R$ 960,00
60	91566-1	UN	100	PAPEL ALUMÍNIO MÉDIO 7,5 MT	Wyda	R$ 3,10	R$ 310,00
61	315125-5	UN	50	PAPEL TOALHA 2x1 - 60 TOALHAS DE 22x19CM	Mili	R$ 4,60	R$ 230,00
62	172615-3	PCT	1000	PRATO DESCARTAVEL Nº 21 PC C/ 10 UND	Copobras	R$ 3,60	R$ 3.600,00
64	152578-6	PCT	250	PIRULITO MASTIGAVEL COM SABOR ARTIFICIAL DE FRUTA, NO FORMATO REDONDO PCT 01 KG	Dori	R$ 8,25	R$ 2.062,50
66	61936-1	UN	30	ADOÇANTE 200 ML	Adocyl	R$ 4,80	R$ 144,00
67	132404-7	UN	50	FERMENTO BIOLOGICO - TIPO GRANULADO SECO INSTANTANEO, COMPOSTO DE SACCHARORNYCES CEREVISIAL,AGENTE DE REIDRATACAO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA	Saft	R$ 8,80	R$ 440,00
70	0003829	PCT	250	BALA - TIPO SABORES SORTIDOS, MASTIGAVEIS	Dori	R$ 11,80	R$ 2.950,00
71	167834-5	KG	20	UVAS PASSAS 200 GR	Campilar	R$ 6,99	R$ 139,80
73	190838-3	PCT	400	BISCOITO MAISENA PACOTE DE 400 GR	Naga	R$ 4,90	R$ 1.960,00
74	0000514	KG	100	COLORAU - (URUCUM) PÓ FINO, HOMOGÊNEO, COLORAÇÃO VERMELHO INTENSA	Campilar	R$ 3,90	R$ 390,00
75	179850-2	PCT	500	FARINHA DE TRIGO - ESPECIAL, OBTIDA DO TRIGO MOIDO, DE COR BRANCA, ISENTA DE SUJIDADE, LIVRE DE COM FERMENTACAO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM 1 KG	Dona Benta	R$ 3,70	R$ 1.850,00
76	122692-4	PCT	100	LEITE EM PO INTEGRAL INSTANTANEO, ENRIQUECIDO COM NO MINIMO 10 VITAMINAS E MINERAIS, FERRO, IODO E ZINCO.- PACOTE DE 400 GR	Dobom	R$ 12,50	R$ 1.250,00
77	160088-5	PCT	500	MACARRAO TIPO PARAFUSO, ENRIQUECIDO DE FERRO E ÁCIDO FÓLICO, VITAMINADO, COMPOSTO DE MATERIA PRIMA D EPRIMEIRA QUALIDADE PACOTE DE 500 GR	Delicia	R$ 3,60	R$ 1.800,00
78	153414-9	UN	1000	OLEO DE SOJA REFINADO SEM COLESTEROL,TIPO 1 COM 900 ML	Soya	R$ 4,35	R$ 4.350,00
79	3561-0	PCT	80	SAL REFINADO IODADO, PROCEDENCIA NACINAL, CONTENDO SAL DE IODO NÃO TÓXICO, NA DOSAGEM MININA DE 10 E MÁXIMA DE 15 MG DE IODO POR 1 KG DE SAL DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO FEDERAL ESPECIFICA PCTDE 1 KG	Rical	R$ 1,75	R$ 140,00
80	150208-5	KG	150	REPOLHO VERDE CABEÇAS FECHADAS DE BOA QUALIDADE SEM FERIMENTOS, FIRME, SEM MANCHAS E COLORAÇÃO UNIFORME.	Verde	R$ 3,29	R$ 493,50

81	3686-2	UN	150	ABACAXI PEROLA, COM COROA, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA, ACONDICIONADO EM CAIXA DE MADEIRA(520X290X290)MM, PESANDO APROXIMADAMENTE POR UNIDADE ENTRE 1 A 1,5KG	Região	R$ 6,25	R$ 937,50
82	109096-8	UN	150	CALDO DE CARNE - COMPOSTO DE SAL,AMIDO,GLUTAMATO MONOSSODICO,ACUCAR, ALHO,CEBOLA GORDURA VEGETAL,EXTRATO DE CARNE BOVINA, EM TABLETE, ACONDICIONADO EM CAIXA 12 UNIDADE	Arisco	R$ 2,25	R$ 337,50
83	132168-4	UN	500	CREME DE LEITE 200 GR	Camponesa	R$ 4,70	R$ 2.350,00
84	3563-7	UN	50	ERVILHA EM CONSERVA 200 GR	Olé	R$ 1,75	R$ 87,50
87	122516-2	UN	2000	LEITE INTEGRAL CX/1 LT	Tradição	R$ 4,30	R$ 8.600,00
92	404114-3	UN	50	AZEITONA EM CONSERVA - VERDE,INTEIRA COM CAROCO,IMERSA EM LIQUIDO,TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES,ACONDICIONADA EM BALDE PLASTICO VEDADO,APRESENTANDO PESO LIQUIDO DRENADO	Campilar	R$ 6,15	R$ 307,50
94	131463-7	PCT	400	BISCOITO AGUA E SAL TIPO CREAM CRACKER 400 GR	Naga	R$ 4,70	R$ 1.880,00
95	163645-6	KG	32,00	CHUCHU DE PRIMEIRA, APRESENATNDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO	Ks	R$ 3,60	R$ 115,20
96	3992-6	PCT	100	FUBÁ DE MILHO SIMPLES, DO GRÃ DE MILHO MOIDO, DE COR AMARELA. COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS COM AUSÊNCIA DE UMIDADE PCT1 KG	Campilar	R$ 3,35	R$ 335,00
97	157658-5	UN	200	CHA MATE 100 GR	Campilar	R$ 5,40	R$ 1.080,00
99	329350-5	UN	1000	YORGUT SABORES DIVERSOS DE 250 GR	Carolina	R$ 6,00	R$ 6.000,00
100	17737-9	PCT	300	POLPA DE MARACUJA, INTEGRAL, PASTEURIZADA, ULTRA CONGELADA, NÃO FERMENTADA EMBALADAS EM PCT 500 GR	Jc	R$ 9,90	R$ 2.970,00
101	406725-8	PCT	300	POLPA DE ACEROLA INTEGRAL, PASTEURIZADA, ULTRA CONGELADA NÃO FERMENTADA EMBALADAS EM PCT 500 GR	Jc	R$ 8,95	R$ 2.685,00
106	421829-9	UN	300	POLPA DE FRUTA - CONGELADA,SEM ACUCAR.,SABOR GRAVIOLA,COM ASPECTO COR,CHEIRO E SABOR PROPRIO..AUSENTE DE SUBSTANCIAS ESTRANHAS A SUA COMPOSICAO.,ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO	Jc	R$ 8,95	R$ 2.685,00
Valor Total							**R$ 135.891,90**

Não obtivemos sucesso em conseguir oferta de preços para os Itens: 05, 07, 10, 17, 20/21, 23, 25, 28, 30, 33, 38/42, 45/48, 55, 57, 63, 65, 68/69, 72, 85/86, 88/91, 93, 98, 102/105 e 107, tornando-os itens "fracassados" do certame, ou seja, Itens não adjudicados.

3.3 - Detentora reserva da ARP:

Nome:	
CNPJ Nº:	
Endereço:	
Cidade/Estado:	CEP:
Telefone:	E-mail:
Representante Legal:	
CPF Nº:	

3.4 – A detentora reserva desta ARP, terá sua proposta registrada sob os mesmos quantitativos e preços da primeira detentora.

3.5 – O valor total registrado da presente Ata é de R$ R$ 135.891,90 (Cento e trinta e cinco mil e oitocentos e noventa e um reais e noventa centavos).

3.6 – Poderá, a critério da Contratante, para formação de cadastro de reserva, ser incluído, nesta respectiva ARP, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, para eventual convocação.

3.7 - O preço registrado com indicação dos fornecedores será publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, durante a vigência da ARP.

3.8 - A ordem de classificação dos licitantes registrados na ARP para fins de formação do cadastro de reserva, deverá ser respeitada nas contratações.

3.9 - O registro, para formação de cadastro de reserva, tem por objetivo possibilitar a imediata convocação do licitante registrado, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas na Cláusula Décima Primeira.

3.10 - Este instrumento não obriga o Município de Rondolândia-MT a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os bens referidos na cláusula segunda, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

4.1 - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Rondolândia, especialmente aquelas exercidas pelo Fiscal da Ata ou Fiscal do Contrato, quando houver, acatando-as.

4.2 - Realizar o fornecimento dos produtos objeto deste instrumento nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência do Pregão n° 065/2017.

4.3 - Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento dos produtos, sem anuência do Município de Rondolândia. No caso de subcontratação autorizada pela contratante, a DETENTORA continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

4.4 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte do Município de Rondolândia-MT.

4.5 - Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução desta Ata ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município de Rondolândia-MT.

4.6 - A Detentora deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a execução e ou Prestação dos serviços, bem como, durante a vigência da Presente Ata.

4.7 – Cumprir com os prazos para com a o fornecimento dos produtos, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

4.8 – Fornecer os Produtos em conformidade com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, termos de contrato e Proposta de preços apresentada;

4.9 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados, bem como comunicar imediatamente á contratante ou ao Fiscal da Ata ou do Contrato, por escrito, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos fornecimentos desta ARP.

4.10 - Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela contratante ou pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, fazendo-se representar por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços e/ou bens contratados.

4.11 - Fornecer número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento, bem como indicar um email válido para comunicação.

4.12 - Comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e e-mails informados.

4.13 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.14 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes desta fiscalização, independentemente daquela que será exercida pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, quando houver.

4.15 - Será de inteira responsabilidade da empresa detentora do registro de preço quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos;

4.16 - É dever inescusável da Contratada exigir de qualquer dos seus prepostos e colaboradores que ajam na execução do contrato em estrita obediência aos ditames da Lei 12.846/2013, cumprindo fielmente a **cláusula anticorrupção**, respondendo civil, administrativamente e criminalmente, sempre que a ação de um empregado ou representante seu causar prejuízos ao patrimônio público ou infringir princípios da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 - Oferecer todas as informações necessárias para que a Detentora do registro de preço possa executar o objeto dentro das especificações.

5.2 - Emitir as Autorizações de fornecimento “AF” para com a entrega e ou fornecimento dos mesmos.

5.3 - Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços.

5.4 - Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

5.5 - Designar pelo menos um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento ou do contrato dele decorrente, para que no exercício de suas atribuições, tome todas as medidas necessárias junto á Detentora para sanar a ocorrência de eventuais imperfeições, fixando prazo para sua correção.

5.6 - Fiscalizar livremente o serviço, não eximindo a detentora da total responsabilidade quanto ao fornecimento dos mesmos.

5.7 - Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações desta Ata e do Termo de Referência do Pregão n° 065/2017.

5.8 - Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1 - A Ata de Registro de Preço terá a sua vigência por **12 (doze) meses**, incluídas eventuais prorrogações, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADMINISTRAÇÃO, DOS ACRÉSCIMOS E DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - O gerenciamento desta ATA caberá as Secretarias Solicitantes, através da Supervisão do Departamento de Licitações e Compras, quanto ao seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município de Rondolândia, quanto ao aspecto jurídico e as questões legais.

7.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preço, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.3 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços obedecerá ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

7.4 - Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.5 - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços, conforme Parágrafo 4º do Art. 11 do Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 *“§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços”.*

CLÁUSULA OITAVA: DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

8.1 - Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do registro de preços, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e no Decreto Municipal de nº 1.067/2015.

8.2 - Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas e as futuras decorrentes de utilização por parte do Gerenciador.

8.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se referem este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

8.4 - Os quantitativos decorrentes das adesões à ata de registro de preços efetuadas por Órgãos não participantes, não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço decorrente deste certame, constantes no Termo de Referência do Pregão n° 065/2017, Anexo I deste Edital, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 – Realizado o fornecimento, os pagamentos serão efetuados, mediante a apresentação da(s) nota(s) fiscal (is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, estando devidamente visada e atestada pelo Fiscal da Ata ou quando houver, pelo Fiscal do Contrato designado devendo ainda a Detentora da Ata de Registro de Preço comprovar Regularidade Fiscal e Trabalhista, sendo: Comprovação de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Regularidade Trabalhista, bem como, Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

9.2 - O pagamento será efetuado pela Prefeitura de Rondolândia no prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

9.3 - A Detentora da Ata de Registro de Preço deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição completa dos Produtos objetos fornecidos e ou a descrição completa dos serviços prestados a esta Prefeitura, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

9.4 – Caso, constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a DETENTORA da Ata de Registro de Preço, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento suspenso e realizado somente após a reapresentação das notas fiscais/faturas devidamente corrigidas.

9.5 - Nenhum pagamento isentará a Detentora da Ata de Registro de Preço das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

9.6 - O Município de Rondolândia não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

9.7 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Detentora da ARP.

9.8 - A Detentora do registro de preço deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata;

9.9 - Na data do pagamento, a tesouraria verificará a validade e a situação atual da DETENTORA, devendo as Notas Fiscais emitidas serem acompanhadas das Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista, conforme Item 9.1;

9.10 - A fornecedora autoriza o Município de Rondolândia a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos suportados, diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a defesa prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1 - Os preços registrados “poderão” ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

10.2 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

10.2.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

10.2.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

10.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

10.3.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

10.3.2 - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

10.3.3 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

10.4 - Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO

11.1 – Nos termos da Lei 12.846/2013, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento,

doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS DE RESCISÃO E DAS PENALIDADES

12.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) O descumprimento da clausula décima primeira (compromisso anticorrupção), por qualquer das partes, **ensejará a rescisão unilateral do contrato**, sem qualquer indenização, devendo, sem embargo de outras medidas cíveis e administrativas, a cargo de qualquer dos membros da Procuradoria-Geral do Município, comunicar os fatos ao Ministério Público, dando ciência a Controladoria Geral do Município para as medidas de sua competência.

b) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e nesta Ata;

c) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial desta Ata de Registro de Preço;

e) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

12.2 - Ocorrendo rescisão plena da ata, a Detentora será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ARP.

12.3 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades e obrigações da DETENTORA, relativas ao fornecimento do ITEM.

12.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

12.5 - Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da Detentora da Ata de Registro de Preço, relativas ao fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços.

12.6 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

12.7 - Caso o Município de Rondolândia não se utilize da prerrogativa de cancelar esta ARP, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a DETENTORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12.8 - A Detentora que descumprir as condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Rondolândia-MT pelo prazo de 02 (dois) anos, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Rondolândia;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

12.9 - Por atraso injustificado na entrega dos produtos, a Detentora sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

12.10 - O atraso superior a 10 (dez) dias, poderá ensejar a rescisão da ARP, ficando a Detentora sujeita à suspensão temporária a que se refere a alínea “c” do item 11.8 acima.

12.11 - As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente.

12.12 - As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa e conseqüentemente a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Rondolândia - MT.

12.13 - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

12.14 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas em cadastro a ser mantido no Departamento de Licitação da Secretaria Municipal de Administração.

12.15 - Serão publicadas no Diário Oficial do Município, as sanções administrativas previstas no item 11.8, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12.16 - Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas decorrentes com a aquisição dos produtos e ou prestação dos serviços, objeto desta Licitação, serão consignadas no Orçamento de 2017/2018, através do Órgão: *Secretaria Municipal de Assistência Social*, sendo indicada a dotação orçamentária de acordo com a necessidade de utilização em momento oportuno, conforme o Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços “em âmbito Municipal” e Decreto Municipal de nº 1.149/GAB/PMR de 13/01/2016, que alterou o Parágrafo 2º, do Art. 6º, do Capítulo V do Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015, concomitantemente c/c o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Fica a Detentora desta ARP obrigada a fornecer os bens e/ou produtos registrados, à Contratante e suas secretarias municipais participantes, na forma e condições previstas nesta ARP, no Edital de Pregão Presencial n° 065/2017 e seus anexos, bem como firmar contratos com as mesmas.

14.2 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar;

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço nº 065/2017, seus anexos e a proposta da Detentora;

III - É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1 - Para eficácia do presente instrumento, o Município de Rondolândia-MT, providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02 e Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços “em âmbito Municipal”, concomitantemente c/c o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1 - As partes contratantes elegem o foro da comarca de Comodoro-MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ARP, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ARP, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da contratante.

Rondolândia- MT18 de Dezembro de 2017.

_____

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA-MT

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

_____

Paulo Henrique Monteiro & Cia LTDA-ME

CNPJ: 05.128.000/0001-95

Paulo Henrique Monteiro - Representante Legal

CPF: 000.365.642-06

Participantes desta ARP:

_____

Marlene Bastos Frolich

Secretária Municipal de Assistência Social

PROCURADORIA GERAL
LEI Nº 401, _____DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento em vigor de que trata a Lei nº 382, de 19 de Dezembro de 2016 – LOA 2017.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica aberto no orçamento do município, crédito adicional suplementar no valor de R$ 167.668,32 (Cento e Sessenta e Sete Mil, Seiscentos e Sessenta e Oito Reais e Trinta e Dois Centavos) para atender as seguintes despesas:

PODER LEGISLATIVO

Órgão.....:	01	CÂMARA MUNICIPAL
Unidade.....:	001	CAMARA MUNICIPAL
Função.....:	001	LEGISLATIVA
Sub-Função....:	031	AÇÃO LEGISLATIVA
Programa.....:	0001	DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA
Proj. Atividade:	**2.100**	**MANUTENÇÃO COM A CÂMARA MUNICIPAL**

NAT/DESPESA		FONTE	**VALOR**
3.3.90.30.00	Material de Consumo	0000	**13.111,32
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	0000	**17.557,00

PODER EXECUTIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Órgão.....:	09	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
Unidade.....:	001	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
Função.....:	04	ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função....:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa.....:	119	APOIO AO PEQUENO E MEDIO PRODUTOR

Proj. Atividade:	**2.157**	**MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ SEC. MUNIC. AGRICULTURA UND/CONSELHOS**	
NAT/DESPESA		FONTE	VALOR
3.3.90.30.00	Material de Consumo	0000	**26.000,00
Órgão.....::	09	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
Unidade.....:	001	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
Função.....:	20	AGRICULTURA	
Sub-Função.....:	609	DEFESA AGROPECUÁRIA	
Programa.....:	119	APOIO AO PEQUENO E MEDIO PRODUTOR	
Proj. Atividade:	**1.146**	**APOIO E INCENTIVO A PRODUÇÃO DE CAFÉ**	
NAT/DESPESA		FONTE	VALOR
3.3.90.30.00	Material de Consumo	0000	**10.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	0024	**50.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E DEZENVOLVIMENTO

Órgão.....::	03	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E DESENVOLVIMENTO
Unidade.....:	01	GESTÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS
Função.....:	102	JUDICIÁRIA
Sub-Função.....:	061	AÇÃO JUDICIÁRIA
Programa.....:	102	ENCARGOS PÚBLICOS DIVERSOS
Proj. Atividade:	**2.109**	**ACORDOS E SENTENÇAS JUD-NATUREZA ALIMENTAR DESAPROP/OUTROS**
NAT/DESPESA		**FONTE**	**VALOR**
4.4.90.91.00	Sentenças Judiciais	0000	***4.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Órgão.....::	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E DESENVOLVIMENTO	
Unidade.....:	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Função.....:	08	ASSISTENCIA SOCIAL	
Sub-Função.....:	244	ASSISTENCIA COMUNITARIA	
Programa.....:	118	GESTÃO ASSIST. SOCIAL E FORTALECIMENTO REDE PROTEÇÃO SOCIAL	
Proj. Atividade:	**2.152**	**MANUTENÇÃO COM A PROTEÇÃO SOCIAL BASICA-PISO BASICO FIXO**	
NAT/DESPESA		FONTE	VALOR
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiro-Pessoa Jurídica	0029	***9.000,00
Proj. Atividade:	**2.154**	**MANUTENÇÃO E ECARGOS COM PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - IGD**	
NAT/DESPESA		FONTE	VALOR
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	0000	**26.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Órgão.....::	04	SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE
Unidade.....:	001	GESTÃO DE EDUCAÇÃO
Função.....:	12	EDUCAÇÃO
Sub-Função.....:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa.....:	110	GESTÃO DA EDUCAÇÃO – DESENVOLV. E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Proj. Atividade:	**2.128**	**MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SEC. MUNICILPAL DE EDUCAÇÃO**	
NAT/DESPESA		FONTE	VALOR
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiro-Pessoa Jurídica	0001	***8.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão.....::	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade.....:	001	GESTÃO DE SAÚDE
Função.....:	010	SAÚDE
Sub-Função.....:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa.....:	116	PROMOÇÃO A SAUDE DE QUALIDADE
Proj. Atividade:	**2.141**	**MANUT. ENCARGOS-C/A SECRET. MUNICIPAL DE SAÚDE E UND/ CONSELHOS**
NAT/DESPESA		FONTE	VALOR
3.3.90.30.00	Material de Consumo	0002	***4.000,00

Art.2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior, ficam anuladas em igual importância as seguintes dotações:

PODER LEGISLATIVO

Órgão.....::	01	CÂMARA MUNICIPAL	
Unidade.....:	001	CAMARA MUNICIPAL	
Função.....:	001	LEGISLATIVA	
Sub-Função.....:	031	AÇÃO LEGISLATIVA	
Programa.....:	0001	DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO LEGISLATIVA	
Proj. Atividade:	**2.100**	**MANUTENÇÃO COM A CÂMARA MUNICIPAL**	
NAT/DESPESA		FONTE	VALOR
3.3.90.36.00	Outros Serv.Terceiros-Pessoa Física	0000	******50,00
3.3.90.39.00	Outros Serv.Terceiros-Pessoa Jurídica	0000	***8.511,32
3.3.90.41.00	Contribuições	0000	******50,00
Proj. Atividade:	**2.101**	**DESPESAS C/PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS C/A CÂMARA MUNICIPAL**	
NAT/DESPESA		FONTE	VALOR
3.1.90.11.00	Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	0000	**17.557,00
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	0000	***4.500,00

PODER EXECUTIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E DEZENVOLVIMENTO

Órgão.....::	03	SECRETARIA MUNICILPAL DE FAZENDA E DESENVOLVIMENTO	
Unidade.....:	001	GESTÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS	
Função.....:	04	ADMINISTRAÇÃO	
Sub-Função.....:	123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
Programa.....:	102	ENCARGOS PÚBLICOS DIVERSOS	
Proj. Atividade:	**2.108**	**CONTRAPARTIDA EM TRANSF. CONVENIOS E OUTROS**	
NAT/DESPESA		FONTE	VALOR
3.3.90.39.00	Outros Serv. Terceiro-Pessoa Jurídica	0000	***1.000,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	0000	*****500,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão.....:	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade.....:	001	GESTÃO DE SAÚDE	
Função.....:	010	SAÚDE	
Sub-Função...:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Programa.....:	116	PROMOÇÃO A SAUDE DE QUALIDADE	
Proj. Atividade:	**2.141**	**MANUT. ENCARGOS-C/A SECRET. MUNICIPAL DE SAÚDE E UND/ CONSELHOS**	
NAT/DESPESA		FONTE	VALOR
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições	0000	**28.500,00
Sub-Função...:	301	ATENÇÃO BÁSICA	
Programa.....:	116	PROMOÇÃO A SAUDE DE QUALIDADE	
Proj. Atividade:	**1.122**	**APLIAÇÃO, REFORMA, ADEQUAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAUDE**	
NAT/DESPESA		FONTE	VALOR
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiro-Pessoa Jurídica	0002	***5.307,19
Sub-Função...:	304	VIGILÂNCIA SANITARIA	
Programa.....:	116	PROMOÇÃO A SAUDE DE QUALIDADE	
Proj. Atividade:	**2.144**	**MANUT. ENCARGOS-PROGRAMA VIGILANCIA EM SAUDE**	
NAT/DESPESA		FONTE	VALOR
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiro-Pessoa Jurídica	0000	***1.000,00
Unidade.....:	003	SANEAMENTO	
Função.....:	017	SANEAMENTO	
Sub-Função...:	512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	
Programa.....:	117	SANEAMENTO	
Proj. Atividade:	**1.125**	**CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO SISTEMA DISTRIBUIÇÃO DE AGUA**	
NAT/DESPESA		FONTE	VALOR
3.3.90.30.00	Material de Consumo	0000	***1.000,00
3.3.90.30.00	Material de Consumo	0023	***3.013,24
4.4.90.51.00	Obras e Instalações	0000	***1.000,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações	0024	***1.000,00
Sub-Função...:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Programa.....:	117	SANEAMENTO	
Proj. Atividade:	**1.126**	**IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE MELHORAMENTO SANITARIO URBANO**	
NAT/DESPESA		FONTE	VALOR
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiro-Pessoa Jurídica	0023	***1.000,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações	0023	***1.000,00
Sub-Função...:	511	SANEAMENTO BÁSICO RURAL	
Programa.....:	117	SANEAMENTO	
Proj. Atividade:	**1.127**	**IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE MELHORIAS SANITARIA RURAL**	
NAT/DESPESA		FONTE	VALOR
4.4.90.51.00	Obras e Instalações	0023	***1.000,00
Sub-Função...:	512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	
Programa.....:	117	SANEAMENTO	
Proj. Atividade:	**1.129**	**TUBULAÇÃO E DRENAGEM DE MANANCIAIS**	
NAT/DESPESA		FONTE	VALOR
4.4.90.51.00	Obras e Instalações	**0023**	***1.000,00
Unidade.....:	001	GESTÃO DE SAÚDE	
Função.....:	17	SANEAMENTO	
Sub-Função...:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Programa.....:	116	PROMOÇÃO A SAUDE DE QUALIDADE	
Proj. Atividade:	**2.148**	**MANUTENÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE AGUA POTÁVEL EM BAIRROS**	
NAT/DESPESA		FONTE	VALOR
3.3.90.30.00	Material de Consumo	**0002**	***4.000,00

GABINETE DO PREFEITO

Órgão.....:	02	GABINETE DO PREFEITO	
Unidade.....:	001	GESTÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
Função.....:	04	ADMINISTRAÇÃO	
Sub-Função...:	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Programa.....:	101	GESTÃO DE GOVERNO	
Proj. Atividade:	**2.103**	**MANUTENÇÃO COM O GABINETE DO PREFEITO**	
NAT/DESPESA		FONTE	VALOR
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiro–Pessoa Física	0000	***1.000,00
4.4.90.52.00	Equipamento e Material de Consumo	0000	*****675,00
Proj. Atividade:	**2.105**	**PUBLICAÇÕES**	
NAT/DESPESA		FONTE	VALOR
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiro-Pessoa Juridica	0000	**10.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Órgão.....:	04	SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA E ESPORTE	
Unidade.....:	002	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
Função.....:	13	CULTURA	
Sub-Função...:	392	DIFUSÃO CULTURAL	
Programa.....:	114	DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO CULTURAL	
Proj. Atividade:	**2.138**	**FOMENTAR AS ARTES E A REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E ATIVIDADES ARTÍSTICAS**	
NAT/DESPESA		FONTE	VALOR
3.3.90.30.00	Material de Consumo	0000	***5.000,00
Proj. Atividade:	**1.119**	**REALIZAÇÃO DE OLIMPIADAS E PARAOLIMPIDAS ESCOLARES**	
NAT/DESPESA		FONTE	VALOR
3.3.90.39.00	Outros Serviços Pessoa Jurídica	0001	***8.000,00
Proj. Atividade:	**2.140**	**FOMENTO APOIO E MANUTENÇÃO AO DESPORTE AMADOR**	
NAT/DESPESA		FONTE	VALOR
3.3.90.30.00	Material de Consumo	0000	***8.707,68

Unidade.....:	001	GESTÃO EDUCAÇÃO		
Função.....:	12	EDUCAÇÃO		
Sub-Função.....:	361	ENSINO FUNDAMENTAL		
Programa.....:	110	GESTÃO DA EDUCAÇÃO – DESENV. E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE		
Proj. Atividade:	**2.129**	**MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS**		
NAT/DESPESA		FONTE	VALOR	
4.4.90.52.00	Equipamento e Material Permanente	0001	***8.000,00	

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Órgão.....:	**08**	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade.....:	**001**	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Função.....:	**04**	ADMINISTRAÇÃO		
Sub-Função.....:	**122**	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
Programa.....:	**106**	ADMINISTRAÇÃO GERAL		
Proj. Atividade:	**2.114**	**LOCAÇÃO DE IMÓVEIS**		
NAT/DESPESA		FONTE	VALOR	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiro–Pessoa Física	0000	**10.296,89	

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Órgão.....:	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E DESENVOLVIMENTO		
Unidade.....:	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Função.....:	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Sub-Função.....:	244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
Programa.....:	118	GESTÃO ASSIST. SOCIAL E FORTALECIMENTO REDE PROTEÇÃO SOCIAL		
Proj. Atividade:	**2.001**	**MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ O PROGRAMA CO--FINANCIAMENTO**		
NAT/DESPESA		FONTE	VALOR	
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	0029	***6.000,00	
Proj. Atividade:	**2.152**	**MANUTENÇÃO COM A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-PISO BÁSICO FIXO**		
NAT/DESPESA		FONTE	VALOR	
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	0000	**10.000,00	
Proj. Atividade:	**2.153**	**MANUTENÇÃO C/ A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA-PISO BÁSICO VARIAVEL**		
NAT/DESPESA		FONTE	VALOR	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Física	**0029**	**10.000,00	
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiro-Pessoa Jurídica	**0029**	***9.000,00	

Art.3º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de dezembro de 2017.

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO N° 1.391/GAB/PMR/17 QUE"APROVA O PLANO ANUAL DE AUDITORIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018"

Decreto n° 1.391 /GAB/PMR/2017 de 15 de Dezembro de 2017

Aprova o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI da Prefeitura Municipal de Rondolândia/MT para o exercício de 2018 estabelece os procedimentos metodológicos e cronológicos e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Rondolândia/MT em conjunto com o responsável pela Controladoria Geral do Município, no uso de suas atribuições legais e regimentais e,

CONSIDERANDO o disposto nos arts.70 a 74 da Constituição Federal; arts. 46 a 52 da Constituição do Estado de Mato Grosso; art.59 da Lei Complementar Federal n° 101/2001 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 169/2007; a Lei Complementar Municipal n° 06/2008, o Decreto 933/GAB/PMR/2013 e o Decreto n° 1.302/GAB/PMR/2017, que regulamentaram o Sistema de Controle Interno no âmbito municipal do Poder Executivo e estabeleceram o Manual Técnico de Auditoria Interna – MAINT do Município de Rondolândia/MT;

CONSIDERANDO que a Unidade de Controle Interno – UCI deve encaminhar ao Chefe do Executivo, o Plano Anual de Auditoria – PAAI referente ao exercício seguinte, até o dia 15 do mês de Dezembro do exercício corrente;

CONSIDERANDO principalmente a determinação expressa do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, que através da Resolução Normativa n° 033/2012, atualizada pela Resolução Normativa n° 26/2014 que em seu art.8° "fixou que é de competência exclusiva da UCI a elaboração, aprovação, modificação e execução do seu Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI".

RESOLVE:

Art.1° - Aprovar o PAAI – Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2018 – Versão 01 - a ser executado no âmbito do Poder Executivo da Prefeitura Municipal de Rondolândia/MT;

Art.2° - Fica desde já autorizado a Unidade de Controle Interno do Poder Executivo de Rondolândia/MT, a modificação do PAAI-2018 e seu anexo, sem prévia necessidade de autorização do poder executivo, na forma estabelecida pelo art.8° da RN TCE/MT n° 33/2012.

Art.3° - O PAAI/2018 terá vigência de Fevereiro/2018 a Novembro/2018 e será executado na forma do Anexo I que faz parte integrante deste.

Art.4° - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Rondolândia/MT, aos 15 de Dezembro de 2017.

AGUINALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - UCI

ANEXO I

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAAI/2018

Versão: 001

Aprovação em: 15/12/2017

Ato de aprovação: Decreto n° 1.391/GAB/PMR/2017

Unidade Responsável: Controladoria Geral do Município – Unidade Central de Controle Interno

Estabelece o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI da Prefeitura Municipal de Rondolândia-MT, para o exercício de 2018, estabelece os procedimentos metodológicos e cronológicos e dá outras providências.

A CONTROLAODORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO, através de seu CON-

TROLADOR GERAL abaixo assinado, no uso de suas atribuições delineadas pela Lei Municipal n° 87/2005; Lei Municipal n° 169/2007; Lei Complementar n° 06/2008 e Decreto n° 1.302/GAB/PMR/2017 e,

Considerando, que o Sistema de Controle Interno é exercido em obediência ao disposto na Constituição Federal; nas normas gerais de direito financeiro contidas na Lei Federal nº. 4.320/64; Lei Complementar Federal nº. 101/2000; Lei Orgânica do Município e demais legislações, bem como as normas específicas do TCE/MT;

Considerando que o Decreto n° 933/GAM/PMR/2013, dispõe sobre a aprovação do Manual Técnico de Auditoria Interna – MAINT do Município de Rondolândia e estabelece os padrões e procedimentos para a realização das auditorias internas;

Considerando que tais procedimento de auditoria tiveram sua padronização definidas no âmbito do Projeto "APRIMORA" , executado pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e de observância no âmbito municipal;

Considerando que as atividades de competência da Controladoria Geral do Município terão como enfoque principal a avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos de controle adotados nos diversos sistemas administrativos, pelo órgão central e unidades setoriais, cujos resultados serão consignados em relatórios contendo recomendações para o aprimoramento de tais controles;

Considerando principalmente o art.8° da RN TCE/MT n° 33/2012, com a nova redação dada pela RN TCE/MT n° 26/2014, que diz:

"Art. 8º. É de competência exclusiva da UCI a elaboração, aprovação, modificação e execução do seu Plano Anual de Auditoria Interna - PAAI.

§ 1o. Sem prejuízo da competência descrita no caput, a UCI deverá compatibilizar seu PAAI com as auditorias requisitadas pelo gestor do órgão ou entidade.

§ 2o.O PAAI deverá ser encaminhado a este Tribunal a partir da carga mensal do APLIC de janeiro de 2014.

§ 3o. Na elaboração do PAAI, além de contemplar auditorias conformidade e operacionais, a UCI deve considerar a sua atribuição precípua para promover auditorias de avaliação de controles internos da organização quanto à sua capacidade para evitar ou reduzir o impacto ou a probabilidade da ocorrência de eventos de risco na execução de seus processos e atividades, visando a promoção de melhorias contínuas nos seus processos de trabalho e o alcance dos objetivos estabelecidos pela organização."

RESOLVE:

Art. 1º – Apresentar o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI da Prefeitura Municipal de Rondolândia-MT para o ano de **2018**, que consiste na análise e verificação quanto aos procedimentos a serem seguidos com referência ás Instruções Normativas já implementadas aos Sistemas Administrativos, sem prejuízos de outras que possam vir a complementá-las ou substituí-las no decorrer do exercício.

Art. 2º - Designar e autorizar o(a) Controlador(a) Geral do Município, responsável pelo Sistema de Controle Interno Municipal, auxiliado pelos Auditores Públicos Internos e/ou servidores requisitados de outros órgãos, a executar as auditorias internas, através de análise documental; vistorias *"in loco"* e informações derivadas de sistemas informatizados, em observância ao Plano Anual de Auditoria Interna.

Art. 3º - Estabelecer os objetivos da auditoria, os sistemas administrativos a serem auditados, a metodologia utilizada e período da execução;

§ 1º - Dos objetivos:

I - Averiguar o cumprimento aos princípios da legalidade, legitimidade, efetividade e economicidade quanto ao cumprimento à execução dos procedimentos normativos;

II - Avaliar a eficiência e o grau de segurança dos controles internos existentes;

III-Verificar a aplicação das normas internas, da legislação vigente e das diretrizes orçamentárias traçadas pela Administração;

IV - Avaliar a eficiência, a eficácia e a economia na aplicação e utilização dos recursos públicos;

V - Verificar e acompanhar o cumprimento das orientações/determinações do TCE;

VI - Apresentar sugestões de melhoria após a execução dos trabalhos de auditoria, visando à racionalização dos procedimentos, bem como o aprimoramento dos controles existentes e a implantação daqueles que se fizerem necessários;

VII - Recomendar correções necessárias de acordo com as verificações realizadas;

§ 2º - Os Sistemas Administrativos auditados, para o início do exercício de **2018**, considerando a possibilidade de alteração e modificação deste plano e levando-se em conta o art.9° do Decreto n° 1.302/GAB/PMR/2017 serão:

I – Sistema de Planejamento e Orçamento (SPO) – Aspectos intrínsecos á Programação Financeira;

II – Sistema de Tributos e Arrecadação (STA) – Aspectos intrínsecos á Arrecadação Municipal relacionados ao lançamento de receitas tributárias e não tributárias e seu recolhimento, bem como as retenções tributárias cabíveis;

III – Sistema Financeiro (SFO) – Aspectos intrínsecos á Execução Financeira afetos principalmente em relação á liquidação e pagamento de despesas;

IV – Sistema de Serviços Gerais (SSG) – Aspectos intrínsecos ao Registro de Entrada e Saída de bens móveis adquiridos, sejam eles, bens permanentes, de consumo ou expediente;

V – Sistema de Saúde (SSA) – Aspectos intrínsecos à logísticas de medicamentos e suas fases, abrangendo desde o planejamento da aquisição até a distribuição final ao usuário.

VI – Sistema de Educação (SED) – Aspectos intrínsecos á alimentação escolar, abrangendo desde a programação das compras subsidiadas pelo cardápio elaborados pelo profissional nutricionista, até o seu fornecimento aos alunos.

§ 3º – O Tipode Auditoria realizada será de conformidade e em nível de atividade, baseado em critérios de relevância e/ou materialidade.

§ 4º – As auditorias serão realizadas nas unidades executoras e departamentos responsáveis pelos Sistemas Administrativos auditados apontados acima no § 2°, nos seguintes períodos:

a) Incisos: I,; II ; III e IV - Fevereiro a Junho/2018. b) Incisos: V e VI – Julho a Novembro/2018

Art.4° - Os resultados das atividades de auditoria serão levados ao conhecimento dos responsáveis pelas áreas envolvidas para que tomem conhecimento e adotem as providências que se fizerem necessárias. As constatações, recomendações e pendências farão parte do relatório de auditoria.

Parágrafo único - O cronograma de execução de trabalhos de auditoria não é fixo, podendo ele ser alterado, suprimido em parte ou ampliado em função de fatores externos ou internos que venham a prejudicar ou influenciar sua execução, exclusivamente e a critério do responsável pela Controladoria Geral do Município de Rondolândia.

Art.5° - A Controladoria Geral do Município poderá a qualquer tempo requisitar informações a todas as outras unidades executoras, independente dos prazos previstos no PAAI – 2018.

Art.6° - O Plano Anual de Auditoria Interna será executado no decorrer do exercício de 2018, com as modificações e alterações que por ventura se façam necessárias e as vierem a ser requisitadas pelos responsáveis pelos órgãos/departamentos da administração, bem como aquelas advindas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Rondolândia, 15 de Dezembro de 2017.

_____

RAFAEL CHAMA DE QUEIROZ

Auditor Público Interno

Controlador-Chefe do Município

Decreto n° 1.274/GAB/PMR/2017

(*assinado no original)*

CHEFE DE GABINETE
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

(Art. 26, caput, da Lei nº 8.666/93)

- Processo Administrativo nº 0157/2017-SEMUSA.

- Modalidade de Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº080/2017

OBJETO: Aquisição de central telefônica.

ORGÃO: Secretaria Municipal de Saúde.

CONTRATADO: THIAGO LOPES DE CARVALHO -CNPJ Nº 27.789.406/0001-51.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando que, por ato nosso, foi realizada a Dispensa da Licitação pelo Pregoeiro com a empresa: THIAGO LOPES DE CARVALHO -CNPJ Nº 27.789.406/0001-51, endereço comercial na Av: André Maggi s/nº, Bairro: centro, Rondolândia/MT, CEP: 78.338-000, mantidas as mesmas condições do Edital de DL nº 080/2017-PMR, sendo que apresentou proposta de preços do item, totalizando de R$ 7.499,00 (fls.34,35 e 36) e Mapa de Resultado de fls. 47.

RATIFICO a Dispensa de Licitação com fundamento no Art. 26 da Lei nº 8.6663/93, realizada com fundamento no inc. II, do Art. 24, da mesma lei, tendo como objeto: Aquisição de central telefônica.

Com a empresa**:** THIAGO LOPES DE CARVALHO - CNPJ Nº 27.789.406/0001-51, em conformidade com o Edital de DL nº 080/2017-PMR e no valor Global de R$ 7.499,00 (Sete mil e quatrocentos e noventa e nove reais).

Promova-se a publicação desta ratificação, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Rondolândia – MT, 18 de Dezembro de 2017.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 049/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 113/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 056/2017 - SRP

Pelo presente instrumento o **Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 04.221.486/0001-49, representado neste ato pelo Prefeito Municipal em exercício, o Srº. Agnaldo Rodrigues de Carvalho, inscrito no CPF sob nº 560.023.512-72, **RESOLVE REGISTRAR** os preços da empresa R.J.Comércio de Produtos para Informática Importação e Exportação LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o n° 19.686.945/0001-37, instalada e localizada na Rua Amazonas nº 1072 – Sala C, Bairro Primavera, na cidade de Ji- Paraná/RO, representada neste ato pelo seu Procurador Srº José Luiz Rodrigues Rocha, portador do CPF nº 730.262.042-34 e do RG nº 006936/O-3/CRC/RO, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação – Pregão Presencial n° 056/2017 e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, no que couber, nos Decretos Municipais nº 118/2006 de 11/09/2006 e nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - Contratação mediante sistema de **REGISTRO DE PREÇOS (por Item)**, para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais Permanentes e Materiais de Consumo para atender as necessidades das Secretarias Municipais**, conforme especificação e quantidades especificadas no Termo de Referencia.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1 - A empresa Contratada deverá fornecer os produtos, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência do Pregão n° 056/2017.

2.2 - O objeto deste Contrato deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial Nº 056/2017 e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

3.1 - Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

Detentora da ARP:

Nome: R.J. Comércio de Produtos para Informática Importação e Exportação LTDA-ME	
CNPJ Nº: 19.686.945/0001-37	
Endereço: Rua Amazonas nº 1072 – Sala C, Bairro Primavera	
Cidade/Estado: Ji- Paraná/RO	CEP: 76.914-798
Telefone: (69) 99224-9130	E-mail: printcolorcb@hotmail.com
Representante Legal: José Luiz Rodrigues Rocha	
CPF Nº: 730.262.042-34	

3.2 - O preço, a quantidade e a especificação do item registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Item	Código TCE	UND	Quant.	Descrição	Marca	Vlr Unt.	Vlr Total
03	421534-6	UN	02	MICROCOMPUTADOR - ALL IN ONE, COM PROCESSADOR DE 64 BITS 5200U, 2.20GHZ, TURBO UP TO 2.70GHZ, MEMORIA RAM (DDR3L), DE 4 GB,CACHE 3MB,CONTROLADORA DE DISCO PADRAO SD,COM 1 DISCO, DE 500 GB, PADRAO SD, BARRAMENTO DA CONTROLADORA DE VIDEO PADRAO HD GRAPHICS 5500,TECLADO SEM FIO, CONTROLADORA DE SOM HD AUDIO, 2X7,0 W ESTEREO, MONITOR 23'8 FULLHD, RESOLUCAO GRAFICA DE 1920X1080 LCD, MOUSE SEM FIO, PLACA DE REDE DIGABIT, GABINETE INTEGRADO AO MONITOR, CAIXA DE PAPELAO, WINDOWS 8.1,GARANTIA 1 ANO, COM TECLADO E MOUSE SEM FIO, CONTROLE. UNIDADE.	Positivo	R$ 3.180,00	R$ 6.360,00
05	420498-0	UN	02	IMPRESSORAS LASER/LED MONOCROMATICA COM AS SEGUINTES CARACTERISTICAS: RESOLUCAO DE 600 X 600 DPI (MINIMA) DE 20 PPM,PAGINAS POR MINUTOS) MEMORIA DE 16 MB NOMINIMO INTERFACE: USB 2.0 ALIMENTACAO DE ENTRADA ATRAVES DE BANDEJA INTERNA (GAVETA) FRONTAL, COM CAPACIDADE MINIMA DE 250 FOLHAS CICLO DE IMPRESSAO MINIMA DE 15.000 PAGINAS POR MES FORMATOS:A4E CARTA DEVERA VIR ACOMPANHADA DE CABO USB PARA CONEXAO A CPU - A IMPRESSORA DEVERA VIR ACOMPANHADA DE SUPRIMENTO ORIGINAL DO FABRICANTE DE IMPRESSORA PARA IMPRESSAO DE,NOMINIMO, 10.000 PAGINAS A 5% DE COBERTURA OU NORMA ISO/IEC 19752 DRIVER COMPATIVEL COM WINDOWS XP GARANTIA DE, NO MINIMO,36 MESES, CONTADO A PARTIR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO CERTIFICADO QUE COMPROVE A EXTENSAO DEGARANTIA DO FABRICANTE DA IMPRESSORA	Brother	R$ 1.060,00	R$ 2.120,00
06		UN	02	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP LASERJET PRO MFP M130FW IMPRIME,DIGITALIZA COPIA E ENVIE FAX WI-FI: VELOCIDADE DEIMPRESSAO ATE 22 PPM. FUNCOES IMPRIMIR, COPIAR, DIGITALIZAR, ENVIAR FAX. VELOCIDADE DE IMPRESSAO ATÉ 22 PPM	Hp	R$ 2.220,00	R$ 4.440,00
08	137148-7	UN	03	BEBEDOURO ELETRICO - DE GARRAFAO, ACO CARBONO PRE-TRATADO CONTRA CORROSAO, BEGE, COM RESERVATORIO EM ACO INOXIDAVEL, AGUA NATURAL/GELADA, MED. (ALT.960XLARG.335XPROF.290)MM, PARA 110VOLTS, CERTIFICADO DE GARANTIA DE 1 ANO UNIDADE.	Esmaltec	R$ 480,00	R$ 1.440,00
09	257310-5	UN	03	SISTEMA DE AR CONDICIONADO - TIPO SPLIT MODELO HI-WALL (PAREDE) COM CAPACIDADE DE 18000 BTU/H, CONDENSADOR A AR AXIAL, VOLTAGEM DE 220V/60HZ/MONOFASICO,COM CONTROLE REMOTO SEM FIO UNIDADE.	Elgin	R$ 2.300,00	R$ 6.900,00
11	294388-3	UN	39	CADEIRA - GIRATORIA, TIPO SECRETARIA, COM ESPUMA INJETADA, COM 05 RODIZIOS EM NYLON, SEM BRACOS, ASSENTO E ENCOSTO COM REVESTIMENTO EM TECIDO POLIESTER, ESTRUTURA NA COR PRETA, LARGURA: 62CM, ALTURA TOTAL: 92CM, PROFUNDIDADE TOTAL: 63CM, REGULAGEM DE ALTURA A GAS, COM MECANISMO DE REGULAGEM, BASES METALICAS COM CAPA, COM RESISTENCIA PARA ATE 150 KG,SEGUINDO A NBR 13962 - NR 17, E CERTIFICACAO ISO 9001 UNIDADE.	-	R$ 215,00	R$ 8.385,00
13	171969-6	UN	01	CAIXA AMPLIFICADORA DE SOM - EM GABINETE SINTETICO, COM 400 WATTS RMS, 3 ENTRADAS, WOOFER DE 15 , UNIDADE.	Multi Laser	R$ 1.450,00	R$ 1.450,00
15	237717-9	UN	01	DVD - CARCACA TIPO METALICA OU PLASTICA, DESIGN SLIM, TIPO GRAVADOR DE DVD, COM GRAVACAO MULT-FORMATOS (RAM/-RW/-R), FUNCAO DE GRAVACAO EZ REC, REPRODUZ ARQUIVOS DIVX, FORMATO DIGITAL DE COMPRESSAO BASEADO NA TECNOLOGIA MPEG-4, REPRODUZ ARQUIVOS DIVX, FORMATO DIGITAL DE COMPRESSAO BASEADO NA TECNOLOGIA MPEG-4, SAIDAS: DE VIDEO COMPONENTE, S-VIDEO, VIDEO COMPOSTO, AUDIO DIGITAL OPTICA E AUDIO DIGITAL COAXIAL, COM CONTROLE REMOTO, ENTRADA DE DV FRONTAL(IEEE1394) E DE VIDEO COMPOSTO E S-VIDEO, FUNCAO CRIAR CAPITULOS, FUNCAO EVQ, INICIALIZA O DISCO DO DVD AUTOMATICAMENTE QUANDO INSERIDO NO APARELHO, ACOMPANHA: CONTROLE REMOTO, CABOS PARA LIGACAO, MANUAL DE INSTRUCAO EM PORTUGUES, 2 PILHAS PARA O CONTROLE REMOTO, BIVOLT, ACONDICIONADO CONFORME PADRAO DO FABRICANTE E DEMAIS INFORMACOES EXIGIDAS NA LEGISLACAO EM VIGOR, GARANTIA DE MINIMA 12 MESES A PARTIR DA DATA DA ENTREGA	Philco	R$ 190,00	R$ 190,00
17	296452-0	UN	15	CADEIRA - GIRATORIA, COM 05 RODIZIOS PARA CARPETE E PISO RIGIDO, COM BRACOS REGULAGEM DE ALTURA E ANGULACAO,ASSENTO E ENCOSTO COM REVESTIMENTO EM PELLICLE,ESTRUTURA NA COR CARBONO,LARGURA: 0,69CM, COMPRIMENTO 0,53, ALTURA 1,07 TAMANHO B,COM REGULAGEM DE ALTURA LIMITADOR DE INCLINACAO E REGULAGEM PARA POSICAO DIGITADOR,COM MECANISMO DE REGULAGEM,BASES METALICAS , UNIDADE.	-	R$ 275,00	R$ 4.125,00
18	174641-3	UN	06	IMPRESSORA JATO DE TINTA - IMPRESSAO MULTIFUNCIONAL, COPIADORA E SCANER, TIPO COMPATIVEL COM SISTEMA WINDOWS HP PSC1350 OU SIMILAR, COM VELOCIDADE MINIMA DE 17PPM-PT E 12PPM-COLORIDA, COM RESOLUCAO MINIMA DE 1200 X 1200DPI, COM MINIMO DE 16KB, COM USB/PARALELA, COM SUPORTE PARA OFICIO E A4, COM BANDEJA PRINCIPAL COM CAPACIDADE DE 100 FOLHAS, CABOS, DRIVERS, MANUAIS TECNICOS E CARTUCHOS, COM GARANTIA DE 12 MESES.	Epson	R$ 1.200,00	R$ 7.200,00
21	306777-7	UN	04	NO-BREAK - MANTER CARGA ININTERRUPTA DE ENERGIA, TIPO: MICROPROCESSADO, CHAVEAMENTO: AUTOMATICO,POTENCIA: 0,6 KVA, FORMA DE ONDA: SENOIDAL, TENSAO DE ENTRADA: 380/220V, VARIACAO NA TENSAO DE ENTRADA: ± 20% ,FREQUENCIA DE ENTRADA: 60HZ, TIPO DE SAIDA: ESTABILIZADA, TENSAO DE SAIDA: 220/127V, CIRCUITOS DE CONTROLE: MICROPROCESSADO, PROTECAO: SUBTENSAO, SOBRETENSAO, SOBRECARGA, ETC, MONITORACAO COMPATIVEL COM WINDOWS, LCD, FALTA DE ENERGIA, BATERIAS ESTACIONARIAS, COM AUTONOMIA DE 10 MINUTOS, RECARGA DAS BATERIAS: 10 HORAS, PORTA E TAMPA FRONTAL, SISTEMA BY PASS AUTOMATICO E MANUAL, 03 SAIDAS DE TENSAO DIFERENTES,BOTAO LIGA/DESLIGA NO PAINEL, MANUAL, CABOS, SOFTWARE, ETC, GARANTIA MINIMA: 18 MESES, NBR, IEC UNIDADE	Sms	R$ 550,00	R$ 2.200,00
22	251140-1	UN	04	SUPORTE - EM MDF, COM DIMENSAO DE (37 X 27 X 45)CM, PARA CPU E ESTABILIZADOR , UNIDADE.	-	R$ 44,00	R$ 176,00
24	342213-5	UN	02	GPS - PORTATIL, TIPO FINO, ARQUIVO DE VIDEO (MP4, WMV, AVI, MPEG2 E DAT), ARQUIVO EM AUDIO (MP3, WMA, MID E OGG), IMAGENS EM (JPEG, BMP, GIF, TIFF, PNG, GA), COM SAIDA PARA FONE DE OUVIDO,SOFTWARE DE NAVEGACAO IGO8, COM 1.294 CIDADES MAPEADAS, COM 590.000 PONTOS DE REFERENCIA,PESO APROXIMADO 150 GRAMAS,MONITOR DE 4.3 POLEGADAS,12V,COM CARREGADOR EXTERNO,COM TELA SENSIVEL AO TOQUE. UNIDADE.	Multi Laser	R$ 550,00	R$ 1.100,00
26	274898-3	UN	07	SISTEMA DE AR CONDICIONADO - SPLIT COM CAPACIDADE DE 12.000 BTU/H, COMPOSTO DE 01 UNIDADE CONDENSADORA E 01 UNIDADE EVAPORADORA, NA VOLTAGEM 220V,CONTROLE REMOTO SEM FIO VISOR CRISTAL LIQUIDO,DRENAGEM, ATRAVES DE TUBULACAO,ISOLAMENTO TERMICO ATRAVES DE ESPUMA,GARANTIA TOTAL DO EQUIPAMENTO MINIMA DE 02(DOIS) ANOS PARA DEFEITO DE INSTALACAO,COM SELO PROCEL ¨A¨ COM INSTALACAO . UNIDADE.	Elgin	R$ 1.700,00	R$ 11.900,00
27	372783-1	UN	17	MICROCOMPUTADOR - ESTACAO DE TRABALHO DO TIPO DESKTOP, COM PROCESSADOR DE 4 NUCLEOS,DE 2,50 GHZ,MEMORIA RAM DDR3,DE 4GB, 1333MHZ,CONTROLADORA DE DISCO PADRAO SATA,COM 1 HD,DE 500 GB,PADRAO SATA,BARRAMENTO DA CONTROLADORA DE VIDEO PADRAO PCI-E 2.0 DDR5,CONTROLADORA DE VIDEO PADRAO ATI RADEON,DE 1 GB,TECLADO USB PADRAO ABNT 2 COM 107 TECLAS,COM DRIVE DE LEITOR E GRAVADOR DVD OTICO 16X DUAL LAYER,CONTROLADORA DE SOM 16 BITS,CAIXAS	Positivo	R$ 1.060,00	R$ 18.020,00

				ACUSTICAS,MOUSE OTICO COM SCROLLER,PLACA DE REDE 10/100/1000 MBPS RJ-45, COM INTERFACE WIRELESS,GABINETE DESKTOP,EMBALAGEM COM PROTECAO APROPRIADA,SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 7- PROFESSIONAL 64 BITS,GARANTIA 12 MESES,COM CABOS,CONECTORES,MANUAIS TECNICOS,DRIVERS,ETC. UNIDADE			
28	421708-0	UN	02	IMPRESSORA LASER - IMPRESSORA, TIPO LASER,VELOCIDADE DE 21 PPM,RESOLUCAO DE 2400 X 600 DPI,USB ALTA VELOCIDADE,SUPORTE PARA FORMULARIOS A4,A5,CARTA E OFICIO,CAPACIDADE DA BANDEJA PRINCIPAL PARA 150 PAGINAS,COM CARTUCHO,CABOS DE ALIMENTACAO, MANUAIS E GARANTIA MINIMA DE 12 MESES UNIDADE.	Brother	R$ 1.800,00	R$ 3.600,00
32	187262-1	UN	03	FOGAO INDUSTRIAL - EM FERRO FUNDIDO, A GAS, 04 BOCAS, MEDINDO (30X30)CM, 4 QUEIMADORES SIMPLES E 1 QUEIMADOR DUPLO, SEM REGISTRO, COM 1 FORNO, GARANTIA DE 12 MESES UNIDADE.	Cristal Aço	R$ 1.010,00	R$ 3.030,00
37	329689-0	UN	04	ARMARIO - EM ACO, MEDINDO (1000X500X1850)MM, COM DUAS PORTAS FRONTAIS,UNIDADE DE ARMAZENAMENTO DOS EQUIPAMENTOS DO LABRATORIO,COM FECHADURA E PRATELEIRA , UNIDADE.	-	R$ 720,00	R$ 2.880,00
38	245953-1	UN	10	ARMARIO - ARMARIO DE FERRO, MEDINDO 1,70M X 48CM, TIPO PARA ARQUIVO ESCRITORIO, 05 PRATELEIRAS, ACO GALVANIZADO, NA COR CINZA ,UNIDADE.	Supreme	R$ 310,00	R$ 3.100,00
39	244004-0	UN	30	CADEIRA - DE PLASTICO PARA, RECEPCOES E EVENTOS, PODE SER UTILIZADO TANTO EM AMBIENTES EXTERNOS COMO INTERNOS, MATERIAL EM POLIPROPILENO VIRGEM, TRATADO COM RESINA ANTI-UV, TIPO SEM BRACO, ESTRUTURA EM PLASTICO, DIMENSOES (L X A X P): 44,2 X 89,4 X 44,5 CM, PESO 2,15 KG, COR BRANCA, GARANTIA DE 3 MESES UNIDADE.	Antares	R$ 50,00	R$ 1.500,00
40	275378-2	UN	02	APARELHO TELEFONICO ANALOGICO - TELEFONE SEM FIO. LONGO ALCANCE 2.4.GHZ. NA COR PRETA/CINZA, BEGE/BRANCO, 04 TIPOS DE CAMPAINHA. 02 OPCOES DE VOLUME. OPCAO CAMPAINHA DESLIGADA. BUSCA AUTOMATICA 20 CANAIS. 10 MEMORIAS DE DISCAGEM RAPIDA. ANTENA INTERNA##,TECLA MUDO. TECLA FLASH. TECLA LOCALIZAR MONOFONE## TECLA REDISCAR, TECLA PAUSA##,DISCAGEM PULSO E TOM. DURACAO DA BATERIA 45H EM REPOUSO E 3H 30MIN EM USO CONTINUO, ACOMPANHA: MANUAL DE INSTRUCOES, ADAPTADOR DE VOLTAGEM E BASE##,GARANTIA: MINIMA DE 01 ANO PELO FABRICANTE. ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 242 DE 30/11/2000 DA ANATEL UNIDADE.	Intel Bras	R$ 100,00	R$ 200,00
41	14153-4	UN	01	REFRIGERADOR - COM CAPACIDADE PARA 340L APROXIMADAMENTE, MODELO DUPLEX, TIPO DOMESTICA/VERTICAL, 220V UNIDADE.	Eletrolux	R$ 1.800,00	R$ 1.800,00
42	409575-8	UN	01	MESA - TIPO ESCRITORIO, MADEIRA EM MDF, LAMINADO MELAMINICO, EM L, ALTURA 0,75M, LARGURA1,40X1,40M PROFUNDIDADE, BRANCA UNIDADE.	-	R$ 2.650,00	R$ 2.650,00
45	386991-1	UN	01	MESA - PARA REUNIAO, EM MADEIRA MDF, REVESTIDA COM LAMINADO MELAMINICO,EM FORMATO RETANGULAR,ALTURA PADRAO,DIMENSOES MINIMA 1,60M,NA COR BEGE UNIDADE.	Casa e Office	R$ 3.550,00	R$ 3.550,00
49	406673-1	UN	04	CADEIRA FIXA ESTOFADA, COM BRACOS - ESPALDAR MEDIO, REVESTIDA EM COURO SINTETICO ESTILO CLASSICO E MODERNO ESTRUTURA CROMADA E ASSENTO E ENCOSTO EM COURO SINTETICO POSSUI DESIGN QUE PRESERVA A POSTURA	Casa e Office	R$ 800,00	R$ 3.200,00
51	310748-5	UN	01	CADEIRA GIRATORIA - PRESIDENTE ESTILO CLASSICO E MODERNO EM UM SÓ PRODUTO ESTRUTURA CROMADA E ASSENTO E ENCOSTO EM COURO SINTETICO POSSUI DESIGN QUE PRESERVA A POSTURA.	Casa e Office	R$ 1.250,00	R$ 1.250,00
Valor Total							**R$ 102.766,00**

Não obtivemos sucesso em conseguir oferta de preços para os Itens: 01/02, 04, 07, 10, 12, 14, 16, 19/20, 23, 25, 29/31, 33/36, 43/44, 46/48, 50 e 52/61, tornando-os itens "fracassados" do certame, ou seja, Itens não adjudicados.

3.3 - Detentora reserva da ARP:

Nome:	
CNPJ Nº:	
Endereço:	
Cidade/Estado:	CEP:
Telefone:	E-mail:
Representante Legal:	
CPF Nº:	

3.4 – A detentora reserva desta ARP, terá sua proposta registrada sob os mesmos quantitativos e preços da primeira detentora.

3.5 – O valor total registrado da presente Ata é de R$ 102.766,00 (cento e dois mil e setecentos e sessenta e seis reais).

3.6 – Poderá, a critério da Contratante, para formação de cadastro de reserva, ser incluído, nesta respectiva ARP, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, para eventual convocação.

3.7 - O preço registrado com indicação dos fornecedores será publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, durante a vigência da ARP.

3.8 - A ordem de classificação dos licitantes registrados na ARP para fins de formação do cadastro de reserva, deverá ser respeitada nas contratações.

3.9 - O registro, para formação de cadastro de reserva, tem por objetivo possibilitar a imediata convocação do licitante registrado, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas na Cláusula Décima Primeira.

3.10 - Este instrumento não obriga o Município de Rondolândia-MT a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os bens referidos na cláusula segunda, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

4.1 - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Rondolândia, especialmente aquelas exercidas pelo Fiscal da Ata ou Fiscal do Contrato, quando houver, acatando-as.

4.2 - Realizar o fornecimento dos produtos objeto deste instrumento nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência do Pregão n° 056/2017.

4.3 - Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento dos produtos, sem anuência do Município de Rondolândia. No caso de subcontratação autorizada pela contratante, a DETENTORA continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

4.4 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte do Município de Rondolândia-MT.

4.5 - Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução desta Ata ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município de Rondolândia-MT.

4.6 - A Detentora deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a execução e ou Prestação dos serviços, bem como, durante a vigência da Presente Ata.

4.7 – Cumprir com os prazos para com a o fornecimento dos produtos, sob pena de aplicação de sanções administrativas;

4.8 – Fornecer os Produtos em conformidade com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, termos de contrato e Proposta de preços apresentada;

4.9 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados, bem como comunicar imediatamente á contratante ou ao Fiscal da Ata ou do Contrato, por escrito, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos fornecimentos desta ARP.

4.10 - Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela contratante ou pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, fazendo-se representar por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços e/ou bens contratados.

4.11 - Fornecer número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento, bem como indicar um email válido para comunicação.

4.12 - Comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e e-mails informados.

4.13 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.14 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes desta fiscalização, independentemente daquela que será exercida pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, quando houver.

4.15 - Será de inteira responsabilidade da empresa detentora do registro de preço quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos;

4.16 - É dever inescusável da Contratada exigir de qualquer dos seus prepostos e colaboradores que ajam na execução do contrato em estrita obediência aos ditames da Lei 12.846/2013, cumprindo fielmente a **cláusula anticorrupção**, respondendo civil, administrativamente e criminalmente, sempre que a ação de um empregado ou representante seu causar prejuízos ao patrimônio público ou infringir princípios da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 - Oferecer todas as informações necessárias para que a Detentora do registro de preço possa executar o objeto dentro das especificações.

5.2 - Emitir as Autorizações de fornecimento “AF” para com a entrega e ou fornecimento dos mesmos.

5.3 - Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços.

5.4 - Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

5.5 - Designar pelo menos um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento ou do contrato dele decorrente, para que no exercício de suas atribuições, tome todas as medidas necessárias junto á Detentora para sanar a ocorrência de eventuais imperfeições, fixando prazo para sua correção.

5.6 - Fiscalizar livremente o serviço, não eximindo a detentora da total responsabilidade quanto ao fornecimento dos mesmos.

5.7 - Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações desta Ata e do Termo de Referência do Pregão n° 056/2017.

5.8 - Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1 - A Ata de Registro de Preço terá a sua vigência por **12 (doze) meses**, incluídas eventuais prorrogações, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADMINISTRAÇÃO, DOS ACRÉSCIMOS E DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - O gerenciamento desta ATA caberá as Secretarias Solicitantes, através da Supervisão do Departamento de Licitações e Compras, quanto ao seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município de Rondolândia, quanto ao aspecto jurídico e as questões legais.

7.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preço, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.3 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços obedecerá ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

7.4 - Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.5 - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços, conforme Parágrafo 4º do Art. 11 do Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 *“§ 4º O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços”.*

CLÁUSULA OITAVA: DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

8.1 - Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do registro de preços, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e no Decreto Municipal de nº 1.067/2015.

8.2 - Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas e as futuras decorrentes de utilização por parte do Gerenciador.

8.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se referem este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

8.4 - Os quantitativos decorrentes das adesões à ata de registro de preços efetuadas por Órgãos não participantes, não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço decorrente deste certame, constantes no Termo de Referência do Pregão n° 056/2017, Anexo I deste Edital, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 – Realizado o fornecimento, os pagamentos serão efetuados, mediante a apresentação da(s) nota(s) fiscal (is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, estando devidamente visada e atestada pelo Fiscal da Ata ou quando houver, pelo Fiscal do Contrato designado devendo ainda a Detentora da Ata de Registro de Preço comprovar Regularidade Fiscal e Trabalhista, sendo: Comprovação de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Regularidade Trabalhista, bem como, Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

9.2 - O pagamento será efetuado pela Prefeitura de Rondolândia no prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora.

9.3 - A Detentora da Ata de Registro de Preço deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição completa dos Produtos objetos fornecidos e ou a descrição completa dos serviços prestados a esta Prefeitura, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

9.4 – Caso, constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a DETENTORA da Ata de Registro de Preço, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento suspenso e realizado somente após a reapresentação das notas fiscais/faturas devidamente corrigidas.

9.5 - Nenhum pagamento isentará a Detentora da Ata de Registro de Preço das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

9.6 - O Município de Rondolândia não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

9.7 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Detentora da ARP.

9.8 - A Detentora do registro de preço deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata;

9.9 - Na data do pagamento, a tesouraria verificará a validade e a situação atual da DETENTORA, devendo as Notas Fiscais emitidas serem acompanhadas das Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista, conforme Item 9.1;

9.10 - A fornecedora autoriza o Município de Rondolândia a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos suportados, diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a defesa prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1 - Os preços registrados “poderão” ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

10.2 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

10.2.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

10.2.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

10.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

10.3.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

10.3.2 - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

10.3.3 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

10.4 - Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO

11.1 – Nos termos da Lei 12.846/2013, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS DE RESCISÃO E DAS PENALIDADES

12.1 - O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) O descumprimento da clausula décima primeira (compromisso anticorrupção), por qualquer das partes, **ensejará a rescisão unilateral do contrato**, sem qualquer indenização, devendo, sem embargo de outras medidas cíveis e administrativas, a cargo de qualquer dos membros da Procuradoria-Geral do Município, comunicar os fatos ao Ministério Público, dando ciência a Controladoria Geral do Município para as medidas de sua competência.

b) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço não cumprir as obrigações constantes do Edital de Licitação e nesta Ata;

c) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial desta Ata de Registro de Preço;

e) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

12.2 - Ocorrendo rescisão plena da ata, a Detentora será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ARP.

12.3 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades e obrigações da DETENTORA, relativas ao fornecimento do ITEM.

12.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

12.5 - Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da Detentora da Ata de Registro de Preço, relativas ao fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços.

12.6 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

12.7 - Caso o Município de Rondolândia não se utilize da prerrogativa de cancelar esta ARP, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a DETENTORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12.8 - A Detentora que descumprir as condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Rondolândia-MT pelo prazo de 02 (dois) anos, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Rondolândia;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

12.9 - Por atraso injustificado na entrega dos produtos, a Detentora sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

12.10 - O atraso superior a 10 (dez) dias, poderá ensejar a rescisão da ARP, ficando a Detentora sujeita à suspensão temporária a que se refere a alínea “c” do item 11.8 acima.

12.11 - As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente.

12.12 - As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa e conseqüentemente a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Rondolândia - MT.

12.13 - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

12.14 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas em cadastro a ser mantido no Departamento de Licitação da Secretaria Municipal de Administração.

12.15 - Serão publicadas no Diário Oficial do Município, as sanções administrativas previstas no item 11.8, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12.16 - Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas decorrentes com a aquisição dos produtos e ou prestação dos serviços, objeto desta Licitação, serão consignadas no Orçamento de 2017/2018, através dos Órgãos: *Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Fazenda e Desenvolvimento, Secretaria Municipal de Educação e Cultura e*

Gabinete do Prefeito, sendo indicada a dotação orçamentária de acordo com a necessidade de utilização em momento oportuno, conforme o Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços "em âmbito Municipal" e Decreto Municipal de nº 1.149/GAB/PMR de 13/01/2016, que alterou o Parágrafo 2º, do Art. 6º, do Capítulo V do Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015, concomitantemente c/c o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Fica a Detentora desta ARP obrigada a fornecer os bens e/ou produtos registrados, à Contratante e suas secretarias municipais participantes, na forma e condições previstas nesta ARP, no Edital de Pregão Presencial n° 056/2017 e seus anexos, bem como firmar contratos com as mesmas.

14.2 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar;

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço nº 056/2017, seus anexos e a proposta da Detentora;

III - É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1 - Para eficácia do presente instrumento, o Município de Rondolândia-MT, providenciará a publicação do seu extrato no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02 e Decreto Municipal de nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços "em âmbito Municipal", concomitantemente c/c o Decreto Federal de nº 7.892 de 23/01/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1 - As partes contratantes elegem o foro da comarca de Comodoro-MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ARP, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ARP, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da contratante.

Rondolândia- MT, 18 de Dezembro de 2017.

_____

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA-MT

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

_____

R.J. Comércio de Produtos para Informática

Importação e exportação LTDA-ME

CNPJ: 19.686.945/0001-37

Jose Luiz R. Rocha- Representante Legal

CPF: 730.262.042-34

Participantes desta ARP:

_____

Marlene Bastos Frolich

Secretária Municipal de Assistência Social

_____

Izaias Paulo Policarpo

Secretario Municipal de Obras e Serviços Públicos

_____

Marcelo de Quadros Gonçalves

Secretário Municipal de Meio Ambiente

_____

Kátia Monteiro

Secretária Municipal de Saúde

_____

Taizes Beling Soares Monteiro

Secretária Municipal de Fazenda e Desenvolvimento

_____

Valdir Irani Freire

Secretário Municipal de Educação e Cultura

_____

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Gabinete do Prefeito

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL DE Nº. 071/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de seu Pregoeiro Oficial nomeado através do Decreto nº 1.269/GAB/PMR de 12 de Janeiro de 2017, **Torna Público** para o conhecimento dos interessados que no dia e hora designados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos para Habilitação referente ao procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL DE Nº. 071/2017**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 138/2017, cujo Objeto:**"Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Concepção, Planejamento, Organização, Coordenação, Execução para a realização da Formatura da Educação Municipal para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Educação"**, sagrou-se vencedora dos itens: 01, 02 e 04 a empresa: **RS da Silva Ritmos do Corpo – ME, CNPJ: 21.729.737/0001-10**, com a Proposta no valor total de R$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais). Não obtivemos sucesso em conseguir adjudicar o Item: 03, tornando-o item "fracassado" do certame, ou seja, Item não adjudicado.

Sala da CPLMS, Rondolândia – MT, 12 de Dezembro de 2017.

Edimar Ricarte

Pregoeiro

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL DE Nº. 067/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de seu Pregoeiro Oficial nomeado através do Decreto nº 1.269/GAB/PMR de 12 de Janeiro de 2017, **Torna Público** para o conhecimento dos interessados que no dia e hora designados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos para Habilitação referente ao procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL DE Nº. 067/2017**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 133/2017, cujo Objeto:**"Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Locação de Sistemas Integrados de Gestão Pública Municipal para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Rondolândia"**, sagrou-se vencedora de todos os itens licitados a empresa: **STAF Sistemas LTDA-EPP, CNPJ: 07.941.056/0001-90**, com a Proposta no valor total e Global da licitação de R$ 23.640,00 (vinte e três mil e seiscentos e quarenta reais).

Sala da CPLMS, Rondolândia – MT, 14 de Dezembro de 2017.

Edimar Ricarte

Pregoeiro

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 059/2017 2º ATO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de seu Pregoeiro Oficial nomeado através do Decreto nº 1.269/GAB/PMR de 12 de Janeiro de 2017, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que no dia e hora designados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos para Habilitação referente ao procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 059/2017**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 116/2017, cujo Objeto: **Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Funerários com fornecimento de Urnas, serviços de preparação do corpo e translado**, **não acudiram licitantes interessados, tornando se o Ato como DESERTO**.

Sala da CPLMS, Rondolândia – MT, 15 de Dezembro de 2017.

Edimar Ricarte Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº 599, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, para o quadriênio de 2018 a 2021.

Excelentíssimo Senhor **WEMERSON ADÃO PRATA**, Prefeito do Município de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio de 2018 a 2021, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal de 1.988, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, na forma dos anexos constantes desta Lei

Parágrafo único. O disposto nesta Lei compreende todos os órgãos da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 2º A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, através de projeto de lei de revisão do plano ou projeto de lei específico.

Art. 3º A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, inserindo-se no respectivo programa, as modificações subsequentes.

Parágrafo único. De acordo com o disposto no caput deste artigo fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 4º O Poder Executivo poderá alterar as metas fiscais estabelecidas, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício, de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas e a conjuntura do momento.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos 18 dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezessete.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

WEMERSON ADÃO PRATA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO JURÍDICO
DECRETO Nº 058, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE COBRANÇA DE TAXA DE RELIGAÇÃO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU, *E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

O Prefeito do Município de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Excelentíssimo Senhor **Wemerson Adão Prata**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade na continuidade da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgoto sanitário, atendendo as condições de regularidade, qualidade, segurança, atualidade, universalidade e cortesia;

Considerando a necessidade de melhorias e ampliação dos serviços de água e esgoto;

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 216, de 23 de maio de 2001, especialmente o previsto em seu art. 11;

DECRETA:

Art. 1º. Caso o fornecimento de água seja interrompido por ausência de pagamento das tarifas, o usuário, após a quitação do débito, deverá requerer a religação mediante pagamento de taxa no valor de R$ 30,00.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo em Salto do Céu/MT, 18 de dezembro de 2017.

WEMERSON ADÃO PRATA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011-2017

CONTRATANTE: Município de Santa Cruz do Xingu – MT. CONTRATADA: Construtora Juruena LTDA, CNPJ nº 04.292.274/0001-52.

DO OBJETO: contratação de empresa especializada para a realização de obras de engenharia na construção de cobertura de quadra escolar, padrão FNDE, na sede do Município de Santa Cruz do Xingu-MT.

DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, INÍCIO E EXECUÇÃO: prorrogado de 02 de janeiro de 2018 até 28 de setembro de 2018. As demais cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo ratificadas.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA – Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 001-2017 DO CONTRATO Nº 014-2015

PARTES: Município de Santa Cruz do Xingu – MT e a empresa SEMEC – SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA, CNPJ 15.062.243/0001-21.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização de obras de engenharia de pavimentação e drenagem de águas pluviais da Avenida “C” – LD/ Rua Projetada “A” no Município de Santa Cruz do Xingu/MT.

PREÇO: O presente Termo de Apostilamento tem por objetivo o reequilíbrio financeiro do preço do contrato... acréscimo de 10,18% ao contrato inicial.

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Valor global do contrato, após o reequilíbrio financeiro, é R$ 277.129,64.

DAS FONTES DOS RECURSOS E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 09.001.15.451.1007.1014.44.90.51.00.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES – FONTE 100. **Valor Total a ser acrescido ao Contrato original, R$ 25.612,75**

ASSINATURA: 14 de dezembro de 2017.

FUNDAMENTO: Artigo 55, inciso III da Lei nº 8.666/93, Artigo 65, § 8º da Lei 8.666/93 e Artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 001-2017 DO CONTRATO Nº 011-2015

PARTES: Município de Santa Cruz do Xingu – MT e a empresa SEMEC – SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA, CNPJ 15.062.243/0001-21.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização de obras de engenharia de pavimentação asfáltica em vias públicas urbanas no Município de Santa Cruz do Xingu/MT.

PREÇO: O presente Termo de Apostilamento tem por objetivo o reequilíbrio financeiro do preço do contrato... acréscimo de 4,32% ao contrato inicial.

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Valor do global do contrato, após o reequilíbrio financeiro, é R$ 419.616,07.

DAS FONTES DOS RECURSOS E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 09.001.15.451.1007.1014.44.90.51.00.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES – FONTE 100. **Valor Total a ser acrescido ao Contrato original, R$ 17.371,07**

ASSINATURA: 14 de dezembro de 2017.

FUNDAMENTO: Artigo 55, inciso III da Lei nº 8.666/93, Artigo 65, § 8º da Lei 8.666/93 e Artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 020-2017

CONTRATANTE: Município de Santa Cruz do Xingu – MT. CONTRATADA: Construtora Juruena LTDA, CNPJ nº 04.292.274/0001-52.

DO OBJETO: AMPLIAÇÃO E REFORMA DA CRECHE MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU.

DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, INÍCIO E EXECUÇÃO: prorrogado de 02 de janeiro de 2018 até 24 de agosto de 2018. As demais cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo ratificadas.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013-2017

CONTRATANTE: Município de Santa Cruz do Xingu – MT. CONTRATADA: Construtora Juruena LTDA, CNPJ nº 04.292.274/0001-52.

DO OBJETO: contratação de empresa especializada para a realização de obras de engenharia na CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE SEIS SALAS, PADRÃO FNDE, NA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT.

DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, INÍCIO E EXECUÇÃO: prorrogado de 02 de janeiro de 2018 até 28 de setembro de 2018. As demais cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo ratificadas.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012-2017

CONTRATANTE: Município de Santa Cruz do Xingu – MT. CONTRATADA: Construtora Juruena LTDA, CNPJ nº 04.292.274/0001-52.

DO OBJETO: contratação de empresa especializada para a realização de obras de engenharia na construção de Escola Rural de duas salas, padrão FNDE no PA Brasipaiva no Município de Santa Cruz do Xingu-MT.

DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, INÍCIO E EXECUÇÃO: prorrogado de 02 de janeiro de 2018 até 28 de setembro de 2018. As demais cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente Termo Aditivo ratificadas.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2017

RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT, Sr. **EGON HOEPERS,** torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas pelo Sr. Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, , bem como considerando o que consta do presente Processo Administrativo de Dispensa de Licitação, referente a locação de imóvel para instalação da sede do INDEA/MT, junto ao locador **Sr. Ademir Marcanzoni**, brasileiro, casado, portador da CI/RG n°. 1.490.836 SSP/PR, CPF nº. 284.782.749-87, no valor global de R$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais) a serem pagos conforme disposições em contrato a ser celebrado, em conformidade com o presente processo de dispensa de licitação, fulcrado no artigo 24, X, da Lei 8.666/93, **RATIFICA** a justificativa apresentada e autoriza a Contratação, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 26 do mesmo diploma legal. Santa Rita do Trivelato – MT, 18 de DEZEMBRO de 2017. **EGON HOEPERS -** Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA Nº 040/2017

OBJETO: **LOCAÇÃO DE IMOVEL PARA ABRIGAR A SEDE DO INDEA - MT**

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso x, da Lei Federal nº. 8.666/93 e Lei Municipal 466/2014.

CONTRATADA: **Ademir Marcanzoni**, CPF nº. 284.782.749-87.

VALOR GLOBAL: R$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais)

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Santa Rita do Trivelato – MT, 18 de dezembro de 2017.

COMPRAS E LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2017

RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT, Sr. **Egon Hoepers,** torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas pela Secretária Municipal de Assistência Social, bem como em consideração ao parecer jurídico emitido no Processo de Dispensa de Licitação, com finalidade de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE GRAVAÇÃO DIGITAL DE IMAGENS E CÂMERAS DE SEGURANÇA,** junto à empresa **ADEMIR JESUS DE SOUZA 93782756134, CNPJ 13.471.986/0001-20,** no **valor de R$ 4.217,40 (quatro mil duzentos e dezessete reais e quarenta centavos)**, a serem pagos conforme disposições em contrato a ser celebrado, em conformidade com a Lei Municipal n° 494/2014, **RATIFICA** a justificativa apresentada e autoriza a Contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26, da Lei Federal nº 8.666/93.

Santa Rita do Trivelato - MT, 18 de dezembro de 2017.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA Nº 039/2017

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE GRAVAÇÃO DIGITAL DE IMAGENS E CÂMERAS DE SEGURANÇA.**

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II, da Lei n° 8.666/93 c/c art. 2°, da Lei Municipal n° 494/2014.

CONTRATADO: ADEMIR JESUS DE SOUZA 93782756134, CNPJ 13. 471.986/0001-20.

VALOR GLOBAL: R$ 4.217,40 (quatro mil duzentos e dezessete reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: Até 28/02/2018.

HOMOLOGO E ADJUDICO.

Santa Rita do Trivelato – MT, 18 de dezembro de 2017.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N.º 086/2017. DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

SÚMULA: ATUALIZA O VALOR DA UNIDADE FISCAL MUNICIPAL (UFM) PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ PROVIDÊNCIAS.

EGON HOEPERS, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidos pela Constituição Federal e Lei Orgânica do Município, vem de acordo com o art. 3º da Lei Municipal nº 071/2001 de 27 de novembro de 2001 e art. 147, §§ 1º e 2º Lei Complementar nº 62/2014, de 19 de dezembro de 2014.

Considerando que, a última atualização da UFM ocorreu em 2013, por meio do Decreto nº 13/2013, que corrigiu o índice até 31/12/2012.

Considerando que, a variação dos índices aplicáveis acumulados no período de janeiro de 2013 a novembro de 2017 foi de 31,98%.

DECRETA:

Art. 1°. Fica atualizada a Unidade Fiscal Municipal (UFM) com base na variação acumulada do IPCA (IBGE) de janeiro de 2013 a novembro de 2017 perfazendo o aumento em 31,98%, passando a valor **R$ 2,93 (dois reais e noventa e três centavos)**, para o exercício financeiro de 2018.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE.

PUBLIQUE-SE.

CUMPRA-SE.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0342/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

PORTARIA Nº 0342/2017

DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONCESSÃO DA LICENÇA SAÚDE DA SERVIDORA CLARICE MARIA ALVES DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica prorrogada licença saúde da servidora CLARICE MARIA ALVES DA SILVA, portadora do RG nº: 2377330 SSP/PB e inscrita no CPF nº: 030.088.454-01, efetiva no cargo de Técnico de Enfermagem, lotada na secretaria Municipal de Saúde, concedida através da portaria n° 299/2017, sendo assim fica afastada no período de: 06/12/2017 a 27/12/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

Afixe-se na data supra.

DECRETO MUNICIPAL N.º 085/2017. 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

SÚMULA: ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NO PERÍODO DE RECESSO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **Egon Hoepers**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, no Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Constituição Federal, e;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 81 de 14 de Novembro de 2017.

CONSIDERANDO que com presente recesso, a sociedade não terá prejuízo haja vista a manutenção de serviços essenciais.

DECRETA:

Art. 1º - Fica definido o horário especial de funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde para o expediente interno e atendimento ao público, nos dias 26 a 28 de Dezembro, **das 07h00min às 13h00min**, excetuando-se os serviços de emergência/urgência.

Art. 2º - Revogadas às disposições em contrário.

Art. 3° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

Afixe-se na data supra.

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017

CONVOCAÇÃO E POSSE

EDITAL 025/2017 DO PROCESSO SELETIVO 01/2017

O Sr. **EGON HOEPERS**, prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, **CONVOCA** o candidato abaixo relacionado, aprovado no **PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2017**, realizado no dia 19/03/2017 para comparecer no prazo de 02 (dois) dias após a publicação deste edital na Sede da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, para apresentar documentos de habilitação abaixo relacionados para tomar posse no cargo em que foi classificado.

a) Exame de aptidão física e mental para o cargo;

b) Cópia da certidão de nascimento dos filhos;

c) Cópia da carteira de vacinação dos filhos;

d) Declaração de freqüência na escola dos filhos.

e) Comprovante de escolaridade.

f) Certidão negativa de antecedente criminal

g) Copia do CPF da Mãe e do Pai

RECEPCIONISTA

NOME	CLAS
LÍDIA MARGARIDA HARTFEIL	*3º*

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, em 18 de Dezembro de 2017.

_____

_____

ALINE DE JESUS AZARIAS FERRON EGON HOEPERS

Presidente da Comissão Organizadora Prefeito municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 191/GP/2017

ATO Nº 191/GP/2017

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com as razões expostas no Parecer Jurídico nº 201/PGM/2017 e considerando o que consta do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 180/GP/2017 e Portaria nº 223/GP/2017;

RESOLVE:

Exonerar o Sr. **CRISTIANO FERREIRA BORGES**, do cargo de Fiscal de Tributos, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda, nomeado pelo Ato nº 15/GP/2016, sob matricula nº 5178, a partir de 18 de dezembro de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal "Marechal Rondon", Santo Antonio de Leverger-MT, 18 de dezembro de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

III TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Nº 107/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2016

CONTRATO (A) YKATU CONSTRUTORA E RECUPERADORA DE POÇOS ARTESIANO LTDA - ME.

CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA - Fica aditado o Contrato de Prestação de Serviço nº 107/2016 – Pregão Presencial nº 028/2016 no que concerne a Cláusula Sétima, prorrogando por 150 (cento e cinqüenta) dias sendo até o dia 30 de julho de 2018, que poderá ser prorrogado por igual período de comum acordo entre as partes, através de termo aditivo em conformidade com a legislação específica (art.57, II c/c §4 da Lei 8666/93).

CLÁUSULA TERCEIRA – As demais cláusulas e condições explicitadas no Contrato primitivo permanecem inalteradas.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 054/2016 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2016

CONTRATO (A) CLODOALDO BATISTA CABRAL - ME.

CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA - Fica aditado o Contrato de Prestação de Serviço nº 054/2016 – Pregão Presencial nº 011/2016 no que concerne a Cláusula Quarta alterando a vigência que passa a ser pelo período de mais 08 (oito) meses que será até o dia 31 de Agosto de 2018, que poderá ser prorrogado por igual período de comum acordo entres as partes, obedecendo à legislação específica (art. 57,II c/c §4 da Lei 8666/93).

CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas e condições explicitadas no Contrato primitivo permanecem inalteradas.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE COMPRA Nº 174/2017 INEXIGIBILIDADE 2/2017

CONTRATO (A) DYMAK MAQUINAS RODOVIARIAS LTDA

OBJETO - O presente contrato decorre do processo de inexigibilidade de licitação n. 1092 com fulcro no art. 25, I da Lei 8.666/93, cotação n. 48/2017, cujo processo licitatório faz parte integrante deste contrato, tem como objeto a compra dos produtos abaixo listados:

Itens Quantidade Valor unitário Valor total

Bomba hidráulica nº -705-56-26081 1 18.156,00 18.156,00

Óleo 10w30 20l nº43510855kom 3 540,8400 1.622,52

Cartucho do filtro lubrificante 1 87,12 87,12

Filtro diesel 1 52,41 52,41

Elemento 4181834160 1 450,97 450,97

Filtro de Ar 1 370,12 370,12

Elemento 4196035152 1 688,16 688,16

Elemento4171834130 1 396,18 396,18

Retentor 1 804,51 804,51

Vedação 1 34,41 34,41

Preço Total: 22.662,40

VALOR TOTAL- O valor global do presente contrato é de R$ 22.662,40 (vinte e dois mil seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos).

DA VIGÊNCIA- O contrato terá vigência do dia 18 de dezembro de 2017 a 31 de Dezembro 2018.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 034/2017 –05/2017 PREGÃO

CONTRATO (A) GABRIELLE DE SOUZA COSTA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA - Fica aditado o Contrato de Prestação de Serviço nº 034/2017 – Pregão Presencial nº 05/2017 no que concerne a Cláusula oitava alterando a vigência que passa a ser pelo período de mais 09 (nove) meses que será até o dia 30 de setembro de 2018, que poderá ser prorrogado por igual período de comum acordo entres as partes, obedecendo à legislação específica (art. 57,II c/c §4 da Lei 8666/93).

CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas e condições explicitadas no Contrato primitivo permanecem inalteradas.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

IV ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Nº 028/2015 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 009/2015

CONTRATO (A) MERCATO ASSESSORIA E INFORMÁTICA S/A LTDA - ME

CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA - Fica aditado o Contrato de nº 028/2015 – Pregão Presencial nº 009/2015, no que concerne a Cláusula Quinta alterando a vigência que passa a ser pelo período de mais 12 (doze) meses que será até o dia 31 de dezembro de 2018, que poderá ser prorrogado por igual período de comum acordo entre as partes, através de termo aditivo em conformidade com a legislação específica (art.57, II c/c §4 da Lei 8666/93).

02 110 – Gabinete do Prefeito

04 122 2010 2004 – Manter o Gabinete do Prefeito

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

02 060 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

12 361 8010 2027 – Manter o Ensino Fundamental

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas e condições explicitadas no Contrato primitivo permanecem inalteradas.

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - FUNPREV - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE APOSENTADORIA 021/2017

PORTARIA N.º 021/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de **Aposentadoria Por Idade** ao servidor Sr. **Adão Jose da Silva**."

O Prefeito do Município de São Jose do Povo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no art. 40, § 1º, inciso III, aliena "b" da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003, combinado com art. 12, inciso III, alínea "b" da **Lei Municipal nº 563 de 11 de novembro de 2013,** que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social; Lei Complementar n.º 519/2012 PCCS que dispõe sobre o quadro de pessoal e respectivo plano de cargo, carreias e vencimento da Administração Publica do Município de São Jose do Povo, Anexos VII; e Decreto nº 26/2015 e 22/2016 e 28/2017, que corrige o salário dos servidores públicos municipais, em virtude da re-

visão geral anual da remuneração; do município de São Jose do Povo, e dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o benefício **Aposentadoria Por Idade**, ao Sr. **Adão Jose da Silva**, brasileiro, portador do RG n.º 414922 SSP/MT e do CPF n.º 208.291.161-68, residente e domiciliado neste município, servidor efetivo, no cargo de Vigia - 35 horas, Classe "C", Grau "03", lotado na Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos de São José do Povo, devidamente matriculado sob o n.º 01, com Proventos Proporcionais, conforme processo administrativo do **FUNPREV**, n.º **2017.02.00018P**, a partir de 01 de dezembro de 2017, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2017 revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

São Jose do Povo - MT, 18 de dezembro de 2017.

EURIPEDES GARCIA DE MOURA

Diretor do SAO JOSE DO POVO

Homologo:

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

III TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Nº 106/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2016

CONTRATO RECUPERADORA DE TRANSFORMADORES RONDONÓPOLIS

CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA - Fica aditado o Contrato de Prestação de Serviço nº 106/2016 – Pregão Presencial nº 028/2016 no que concerne a Cláusula Sétima, prorrogando por 150 (cento e cinqüenta) dias sendo até o dia 30 de julho de 2018, que poderá ser prorrogado por igual período de comum acordo entre as partes, através de termo aditivo em conformidade com a legislação específica (art.57, II c/c §4 da Lei 8666/93).

CLÁUSULA TERCEIRA – As demais cláusulas e condições explicitadas no Contrato primitivo permanecem inalteradas.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

XI TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Nº 071/2014 – TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2014

CONTRATO (A) E. A. SALOMÃO JÚNIOR – ME.

CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA - Fica aditado o Contrato de nº 071/2014 no que concerne a Cláusula Quinta, prorrogando por mais 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias sendo até o dia 31 de dezembro de 2018, que poderá ser prorrogado por igual período de comum acordo entre as partes, através de termo aditivo em conformidade com a legislação específica (art.57, II c/c §4 da Lei 8666/93).

CLÁUSULA SEGUNDO – As demais cláusulas e condições explicitadas no Contrato primitivo permanecem inalteradas.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO E ENCARRAMENTO DE INEXIGIBILIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO/MT, torna público que a Inexigibilidade de licitação 04/10/2017, às 13:30 (treze horas e trinta minutos) que objetiva a contratação de empresa especializada em destinação dos resíduos sólidos(lixo urbano e comercial) do Município de São Jose do Povo-MT, conforme as especificações e quantidades constantes no edital/inexigibilidade de licitação a qual foi cancelada por falta de documentação da empresa participante.

Arivaldo Medeiros de Santana

Prefeito

São José do Povo, 14/12/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 006/2017

RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Município de São José do Rio Claro/MT, através do Prefeito Municipal Sr. Valdomiro Lachovicz, torna público que, em virtude de haver concordado com a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, no processo para locação de imóvel destinado a instalação da Casa Transitória, localizado em um lote de terreno urbano, sob. n.º 09 da Quadra n.º 23 com a área de 600,00 M², situado no perímetro urbano de São José do Rio Claro-MT. de propriedade da Senhora Franciely Fernanda Freitas de Oliveira portadora do CPF N.º 702.356.511. 68 e RG N.º 332.083.895 SSP/SP. Sendo que a escolha do locador e do objeto acima identificado, deu-se em razão das características e localização do imóvel e do estado de conservação das instalações, tendo em vista a necessidade de instalação e funcionamento da Casa Transitória, o custo de locação serão pagos sobre o valor de 01 (Um) salário mínimo mensais pelo período de 08 (oito) meses, após a solicitação e autorização da Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, conforme disposições em contrato próprio (a ser celebrado), onde formulou-se expediente de dispensa de licitação, preceituada no artigo 24, Inciso X da Lei nº 8.666/93, RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26 do mesmo diploma legal. São José do Rio Claro – MT, 18 de dezembro de 2017. VALDOMIRO LACHOVICZ - Prefeito Municipal

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
CONCURSO DE PROJETOS 001/2017 AVISO DE RESULTADO

A Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro, através da Comissão Permanente de Licitação e Comissão Especial de Julgamento do Concurso de Projetos 001/2017, no uso de suas atribuições, vem por meio deste Informar o Resultado do Julgamento do Concurso de Projetos 001/2017, que tinha por objeto a Seleção de entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, nos termos da Lei Federal n° 9.790/99, para celebrar TERMO DE PARCERIA para formação de vínculo de cooperação, por meio de Termo de Parceria, visando o fomento e realização de atividades de interesse público no desenvolvimento de programas de governo para área de saúde, através do fornecimento de bens e serviços, realização de atividades, eventos, consultorias, cooperação técnica e assessoria seguindo as diretrizes estabelecidas na Lei Federal no. 9.790, de 23 de março de 1.999, Decreto Federal no. 3.100, de 30 de junho de 1.999 e Lei Estadual 8.707 de 13 de setembro de 2007. Após análise dos Projetos Técnicos e Proposta de Custos apresentado, a comissão julgou como vencedora a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPÃ** – CNPJ/MF 21.103.364/0001-77, com a pontuação geral de 80(oitenta) pontos e proposta de 25% para cobertura dos custos administrativos e operacionais. Maiores informações podem ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso.

São José do Rio Claro, 18 de dezembro de 2017.

Sunely Moreira dos Santos

Comissão Permanente de Licitação

Presidente

Luciana Tenfen

Comissão Especial de Julgamento

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

CANCELAMENTO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro da Prefeitura de São José dos Quatro Marcos/MT comunica às empresas e a todos os interessados que está **CANCELADO** por motivo de recesso administrativoo processo de licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de Preço de nº. **41/2017, que teria sua abertura as 09:00 horas do dia 26/12/2017** visando futuro e eventual "**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICOS HOSPITALARES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM PRONTO ATENDIMENTO (PA) EM REGIME DE 24 HORAS POR DIA**" EVANDO DE SOUZA VENTUROLLI, Pregoeiro.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 105, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Decreta ponto facultativo nas repartições municipais em razão do falecimento de servidor da Prefeitura Municipal.

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, **Sr. RONALDO FLOREANO DOS SANTOS**,de acordo com as atribuições legais que lhe são atribuídas,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica decretado luto oficial e ponto facultativo nas repartições municipais, nos dias 18 e 19 de dezembro de 2017, em razão do falecimento do Sr. Analton Evangelista Ferreira – servidor público desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, aos 18 dias do mês de dezembro de 2017.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.516/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - **RETORNAR AO CARGO DE ORIGEM**, a partir do dia 31/12/2017, o Senhor**ADELCIO CHICO FERNANDES**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 001, no cargo de **Professor**, Classe B, Nível 02, nomeado em 06/02/2002, através do Decreto n°. 587/2002, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/99, 1.080/2017 e, de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n°. 3. 347/2017 de 02 de Janeiro de 2017.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.525/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - **RETORNAR AO CARGO DE ORIGEM**, a partir do dia 31/12/2017, o Senhor**AILSON DA SILVA SANTOS**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 12, no cargo de **Agente da Administração Pública III – Pedreiro**, Classe C, Nível 14, nomeado em 30/06/2003, através do Decreto n°. 697/2003, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/99, 840/11 e, de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n°. 3. 394/2017 de 08 de Fevereiro de 2017.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 844/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*LICENÇA PRÊMIO", pelo período de 90 (Noventa) dias, iniciando-se em 22/12/2017 com término em 21/03/2018*, *do período* ***aquisitivo de 28/06/2011 à 27/06/2016, sem prejuízo de sua remuneração*** a Senhora ***QUELI DUNKER***, servidora efetiva, admitida em 03/05/2004, com matricula no RH nº. 340, no cargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo,** lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Tabaporã – MT, de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 18 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREGOEIRO/LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO CPL 118/2017

CONTRATANTE : Prefeitura Municipal de Tabaporã –(MT)

CONTRATADO: ATAME-Assessoria, Consultoria, Planejamento, Cursos e Pós Graduação LTDA-EPP

OBJETO: Prestação de serviços técnicos especializados na realização de Concurso Público para composição do quadro efetivo do poder Executivo

Municipal de Tabaporã; planejamento. Elaboração dos editais, realização das inscrições via internet com emissão de boleto, confecção e aplicações das provas teóricas e práticas , fiscalização, orientação para o julgamento de recursos , resultado final e coordenação geral na execução do Concurso .

Valor do contrato R$ 29.900,00

Vigência do Contrato 06/12/2017 à 06/03/2018

Assinatura do Contrato: 06/12/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 016 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

SÚMULA: Dispõe sobre o licenciamento ambiental e institui a cobrança de taxas de licenciamento e fiscalização ambiental e dá outras providências.

O Sr. SIRINEU MOLETA, PREFEITO MUNICIPAL DE TABAPORÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei Complementar :

Art. 1. O Município, através dos seus órgãos competentes, conjuntamente com os órgãos federais e estaduais, exercerá o controle das atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços e outras fontes de qualquer natureza que produzam ou possam produzir alterações adversas ao meio ambiente.

Art. 2. As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive os órgãos e entidades da Administração Pública que vierem a construir, instalar, ampliar e funcionar estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão do prévio licenciamento quando de sua competência, ou do órgão ambiental responsável, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

Art. 3. O Município emitirá as seguintes licenças, de caráter obrigatório:

I - Licença Prévia (LP): concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental, devendo ser observados os planos municipais, estaduais e federais de uso dos recursos naturais e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II - Licença de Instalação (LI): autorizará a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes;

III - Licença de Operação (LO): concedida após cumpridas todas as exigências feitas por ocasião da expedição da LI, autorizando o inicio do empreendimento ou atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle ambiental, de acordo com o previsto na Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI);

IV - Licença de Operação Provisória (LOP): será concedida na forma do regulamento, estabelecendo as condições de realização ou operação do empreendimento, atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário ou para execução de obras que não caracterizem instalações permanentes. Caso o empreendimento, atividade, pesquisa, serviço ou obra de caráter temporário passe a configurar situação permanente, será exigido o licenciamento ambiental correspondente;

Art. 4. Ficam estabelecidos os prazos de validade de cada tipo de licença, observando o cronograma apresentado pelo empreendedor e os limites máximos de:

I - Licença Prévia: mínimo de 03 (três) anos e máximo de 04 (quatro) anos;

II - Licença de Instalação: mínimo de 03 (três) anos e máximo de 05 (cinco) anos;

III - Licença de Operação: mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;

IV - Licença de Operação Provisória: máximo de 03 (três) anos;

Art. 5. A renovação da licença de operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até manifestação definitiva do Município.

Art. 6. O Município, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer:

I - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

II - omissão ou falsa descriminação de informações relevantes que subsidiariam a expedição da licença;

III - superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

Art. 7. A licença ambiental também poderá ser cancelada, mediante requerimento do empreendedor, o qual informará a paralisação das atividades desenvolvidas. O requerimento deverá ser instruído com o Plano de Desativação, o qual conterá:

I - A situação ambiental existente;

II - Informações quanto à implementação de medidas de restauração e de recuperação da qualidade ambiental das áreas que serão desativadas ou desocupadas.

III - O órgão competente deverá analisar o Plano de Desativação, verificando a adequação das propostas apresentadas.

IV - Após a restauração e/ou recuperação da qualidade ambiental, o empreendedor deverá apresentar relatório final, acompanhado das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica, atestando o cumprimento das normas estabelecidas no Plano de Desativação.

Art. 8. Quando a expedição de Licença de Instalação (LI) envolver a supressão da cobertura vegetal, ou remoção da fauna, a autorização de desmatamento e de resgate da fauna será concedida pelo órgão ambiental responsável pela expedição da respectiva licença.

Art. 9. Quando ocorrer alteração da razão social ou denominação social, demais alteração contratual da empresa relativa aos sócios ou aquisição do empreendimento com a constituição de nova empresa do local, poderão ser emitidas as licenças ambientais existentes em nome do novo favorecido, com o prazo de validade da licença anterior, desde que não seja alterada a atividade, ampliado as estruturas ou alterado o Plano de Controle Ambiental do empreendimento, precedida de vistoria técnica no local.

I - Quando ocorrer o fatos previstos no *caput* em processos em andamento em que as licenças não foram emitidas deverão ser apresentados os documentos administrativos e técnicos da nova empresa, sendo aproveitado as taxas pagas.

Art. 10. A Licença Prévia e Licença de Instalação poderá ser renovada uma única vez.

Art. 11. A análise dos processos de licenciamento ambiental será realizada por servidores de nível superior designado por portaria ou por técnicos com nível superior que prestem serviços a órgãos ou entidades vinculadas ao Município por meio de termo de parceria e ou cooperação.

Art. 12. As Licenças Ambientais serão concedidas somente mediante parecer técnico favorável.

Art. 13. Os responsáveis técnicos deverão possuir cadastro com validade de 01 (um) ano.

Art. 14. Os estudos necessários ao processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, às expensas do empreendedor.

Parágrafo único - O empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos previstos no caput deste artigo serão responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais.

Art. 15. O empreendedor deverá atender à solicitação de esclarecimentos, complementações formuladas pela equipe técnica, dentro do prazo máximo de 120 dias, a contar do recebimento do oficio de pendências ou notificação.

I - O prazo estipulado no caput poderá ser prorrogado, desde que justificado e com a concordância do empreendedor e do órgão ambiental.

II - O não cumprimento dos prazos estipulados nos artigos no caput sujeitará ao arquivamento do processo de licenciamento ambiental.

III - O arquivamento do processo de licenciamento não impedirá a apresentação de novo requerimento de licença, mas mediante novo pagamento de taxas.

Art. 16. Poderão ser solicitados documentos adicionais que sejam pertinentes para andamento da análise do projeto de licenciamento ambiental, bem como a solicitação de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e o respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV) em empreendimentos que geram mudanças significativas nas proximidades da sua localização.

Art. 17. Os pedidos de licenciamento serão objetos de publicação em jornal local e Diário Oficial.

Art. 18. Os empreendimentos que desenvolvem atividades não enquadradas naquelas passíveis de licenciamento ambiental poderão solicitar a dispensa do licenciamento ambiental mediante procedimento administrativo, para emissão da respectiva declaração com validade de 02 anos.

Art. 19. O município emitirá a Autorização Municipal de Exploração Mineral com validade de 02 anos para fins de processo de registro de licença junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

Art. 20. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a cobrar pelos serviços de análise, inspeção e vistoria, para fins de licenciamento, dos empreendimentos e atividades que utilizem recursos ambientais, observados os parâmetros definidos nos Anexos desta Lei Complementar.

Art. 21 - A arrecadação advinda dos serviços cobrados por esta lei constituirá receita do Fundo Municipal de Meio Ambiente, e será destinada para fazer frente às despesas de custeio, investimentos, ações, programas, projetos, atividades e equipamentos necessários à execução da Política Municipal de Meio Ambiente.

Art. 22. Para efetivação do protocolo de processos de licenciamento ambiental é indispensavel o pagamentos das respectivas taxas.

Art. 23. Ficam isentas do pagamento de taxas de licenciamento ambiental todas as atividades desenvolvidas pelo Poder Público Municipal e entidades filantrópicas.

Art. 24. Fica assegurado o desconto de 50% (cinquenta por cento) no pagamento da taxa de Licença Prévia - LP e Licença de Instalação - LI aos empreendimentos que possuam como atividade principal os serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos, popularmente denominados de lava-jato.

Art. 25. Entendem-se como a área construída utilizada para o cálculo da taxa de licenciamento ambiental disposta nos Anexos I a VI todas as edificações do empreendimento incluindo as áreas administrativas e não produtivas.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos no exercício financeiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, em 12 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL DE TABAPORA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR N° 17/2017

INSTITUI O CÓDIGO DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO NO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ.

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PREMILINARES

Artigo 1°. Esta Lei disciplina os projetos e a execução de loteamento, desmembramentos e unificações de terrenos no Município de Tabaporã.

Parágrafo Único. Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I. Loteamento. A subdivisão de um terreno em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação de logradouros públicos, ou prolongamento ou modificação das vias existentes; II. Desmembramento. A subdivisão de um terreno em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, sem abertura de novas vias ou logradouros públicos, nem prolongamento ou modificações das vias existentes; III. Unificação. A junção de dois ou mais lotes para formarem apenas um imóvel, respeitadas as dimensões mínimas previstas nesta Lei.

Artigo 2°. A execução de qualquer parcelamento do solo para fins urbanos dependerá sempre de prévia licença e fiscalização municipal, obedecidas as normas desta Lei, da legislação federal n° 6.766/79 e legislação pertinente.

Artigo 3°. O parcelamento do solo para fins urbanos será permitido somente dentro do Perímetro Urbano.

Artigo 4°. O parcelamento da terra se subordinará às diretrizes das Leis em vigor no aspecto Físico Territorial quanto ao arruamento e à destinação das áreas, de forma a permitir o desenvolvimento urbano integrado.

Parágrafo 1°. A Municipalidade, poderá limitar a aprovação de parcelamento da terra, para evitar excessivo número de lote e o consequente investimento sub-utilizado em obras de infra-estrutura e custeio de serviços, bem como o surgimento de situações que caracterizem degradação ambiental;

Parágrafo 2°. Para os efeitos do disposto nesta Lei, o parcelamento do solo poderá ser dividido em etapas de execução discriminadas no projeto completo.

Artigo 5°. Não poderá o parcelamento da terra:

I. Em terrenos alagadiços, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas, e em terrenos sujeitos a inundações; II. Em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados; III. Em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento); IV. Em terrenos onde as condições geológicas não aconselhem a edificação; V. Em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis. VI.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO DE PARCELAMENTO

Artigo 7°. O interessado em qualquer projeto de parcelamento, deverá requeres previamente ao Órgão Municipal de Planejamento, através de consulta de viabilidade, as diretrizes a serem obedecidas, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo 1°. O requerimento será instruído com levantamento planialtimétrico do terreno, com curvas de nível de metro em metro, e indicação dos cursos d'água e bosques existentes, além dos arruamentos contíguos a todo o perímetro.

Parágrafo 2°. As diretrizes urbanísticas fornecidas ao interessado conterão:

a) O traçado e faixa de domínio das vias projetada; b) A localização aproximada dos equipamentos urbanos e comunitários e das áreas livres de uso público; c) Os limites das zonas de uso, das faixas sanitárias e das faixas "non aedificandi"; d) Dimensões mínimas dos lotes. e)

Artigo 8°. Com base nas diretrizes fornecidas pela Administração Municipal, e cumpridas as exigências de projeto desta Lei, o interessado elaborará o projeto que será analisado para efeito de liberação do alvará de licença para o início das obras.

Parágrafo Único. Não poderá ser aprovado projeto de parcelamento de loteador, seja o proprietário ou o executor do loteamento que possuir outro processo de parcelamento em situação irregular.

Artigo 9°. O prazo máximo para análise de projetos e expedição do alvará de licença para o início das obras será de 30 (trinta) dias, a contar da data de aceitação do projeto definitivo.

Artigo 10. Expedido o alvará de licença para o início das obras, o loteador poderá início às obras, mediante comunicação dirigida à Administração Municipal.

Artigo 11. O prazo para execução das obras será de 2 (dois) anos, contados a partir da data do licenciamento, o qual deverá ser anualmente renovado.

Parágrafo Único. O loteador que não cumprir prazo disposto neste artigo, ficará sujeito à multa de 20 (vinte) até 50 (cinquenta) unidades fiscais municipais (UFM), reaplicáveis semestralmente até a conclusão da obra.

Artigo 12. Uma vez realizadas as obras, e estando quitados os tributos municipais, a Administração Municipal, a requerimento do interessado e após as competentes vistorias, aprovará o parcelamento fornecendo certidão e cópia visada do projeto, a ser averbada no Registro de Imóveis pelo interessado.

Parágrafo 1°. A Municipalidade poderá aprovar parcelamentos com as obras de infra-estrutura incompletas, desde que o loteador ofereça, como garantia de sua execução, imóvel a ser caucionado, em valor correspondente ao das obras a serem executadas, conforme avaliação órgão competente.

Parágrafo 2°. Caso o imóvel a ser caucionado nos termos do Parágrafo 1°, deste artigo faça parte do parcelamento pelo qual está servindo de garantia, ele deverá ser previamente desmembrado, ou a escrituração da caução deverá ser simultaneamente à escrituração do parcelamento.

Artigo 13. Depois de aceitas as obras de abertura de um logradouro pela Municipalidade o Prefeito Municipal baixará decreto reconhecendo-o como logradouro público, e dar-lhe-á denominação mediante lei aprovada pela Câmara de Vereadores.

Parágrafo Único. Não poderão ser nominadas, nem serão reconhecidas como ruas públicas oficiais os logradouros que não dispuserem da infra-estrutura prevista nesta Lei.

Artigo 14. É vedado vender ou prometer vender parcela ou lote de parcelamento não aprovado pela Municipalidade e não registrado no Registro de Imóveis competente, impondo-se a quem o fizer as penalidades da Legislação Federação em vigor.

Parágrafo Único. A aprovação mencionada no Caput deste artigo refere-se àquela que é concedida após a execução total do loteamento, e não à concessão do alvará para início das obras.

CAPÍTULO III

DOS REQUESITOS URBANÍSTICOS

Artigo 15. Os loteamentos deverão atender pelo menos aos seguintes requisitos:

I. As áreas destinadas ao sistema de circulação, à implantação de equipamentos, urbanos e comunitários, bem como a espaços livres de uso público serão proporcionais à gleba e nunca inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da área loteável; II. As áreas verdes serão no mínimo iguais a 10% (dez por cento) da área loteável, devendo o restante das áreas pública serem destinados a equipamento comunitários e sistema viário; III. Os lotes terão as áreas e testadas mínimas previstas no Anexo desta Lei; IV. Os imóveis urbanos poderão ser desmembrados em 3 (três) parcelas, podendo duas delas serem servidas por servidão particular com a largura mínima de 5 m (cinco metros). V. Na localidade de Texto Alto o lote mínimo terá 1.000 m² (um mil metros quadrados), tanto para loteamentos como para desmembramentos. VI. O comprimento das quadras dos loteamentos não poderá ser superior a 300 m (trezentos metros), devendo o arruamento ser compatível com as ruas existentes e projetadas em seu entorno; VII. Nos imóveis servidos por servidão particular, não poderão ser autorizadas construções em nome de terceiros; VIII. Para imóveis com área acima de 3.000 m² (três mil metros quadrados), a testada aumentará em 1 m (um metro), para cada 1.000 m² (mil metros quadrados de área), limitado a 40 m (quarenta metros) de testada. IX. As áreas públicas (a serem entregues ao Município terão no mínimo 30% (trinta por cento) de seu total em um só perímetro, onde possa ser inscrito um círculo com raio mínimo de 10 m (dez metros), e em terreno com declividade inferior a 30% (trinta por cento); X. As tubulações que não passarem pelas vias públicas terão faixas sanitárias "non aedificandi" com largura mínima de 3,00 m (três metros).

Parágrafo 1°. Para os lotes maiores que o previsto no Anexo desta Lei, a testada deverá ser proporcionalmente ampliada.

Parágrafo 2°. Mediante a autorização da Câmara Municipal, o Executivo Municipal poderá dispor, exclusivamente para fins de utilidade pública, das áreas recebidas nos termos deste artigo.

Artigo 16. Aplicam-se aos desmembramentos, no que couber, os requisitos urbanísticos exigidos aos loteamentos, em especial os itens III, VI e IX, exigindo-se ainda área verde na proporção de 10% (dez por cento) da área a ser desmembrada quando esta for superior a 10.000 m² (dez mil metros quadrados).

CAPÍTULO IV

DOS PROJETOS DE PARCELAMENTO

Artigo 17. O pedido de licença para aprovação do projeto de loteamento e início das obras será instruído com os seguintes documentos:

I. Requerimento solicitando licença assinado pelo proprietário e pelo loteador com firma reconhecida; II. Título de propriedade dos terrenos, transcrito no Registro de Imóveis; III. Instrumento de liberação pelo INCRA, quando for o caso; IV. Certidões Negativas de ônus reais, de tributos municipais e de ações civis e criminais, expedidas pelos órgãos competentes; V. Autorização expressa de credor hipotecário, passada em cartório, quando for o caso; VI. Declaração de possibilidade de abastecimento d'água potável fornecida pelo órgão competente; VII. Declaração da possibilidade de fornecimento de energia elétrica fornecida pelo órgão competente; VIII. Cópias dos projetos urbanístico e complementares, e memorial descritivo dos mesmos; IX. Cópia da consulta de viabilidade autorizando o loteamento; X. ART do responsável técnico; XI. Laudo geotécnico do loteamento, quando exigido pela Municipalidade.

Parágrafo 1°. Em caso de loteamento de parte do terreno, as plantas do projeto urbanístico referidas no item VIII, deverão abranger a totalidade do imóvel.

Parágrafo 2°. O loteamento poderá fazer aprovação preliminar do projeto urbanístico, desde que atenda aos itens I, II, III, VI, VII e IX.

Artigo 18. O pedido de licença para desmembramento será acompanhado dos seguintes documentos:

I. Requerimento solicitando licença, assinado pelo proprietário e/ou loteador, com firma reconhecida; II. III. Título de propriedade dos terrenos transcrito no Registro de Imóveis; IV. Certidões negativas de ônus reais, de tributos municipais e de ações civis e criminais, expedidos pelos órgãos competentes; V. Autorização expressa de credor hipotecário, passada em cartório, quando for o caso; VI. Três cópias do projeto urbanístico; VII. Cópia da consulta de viabilidade autorizando o desmembramento; VIII. ART do responsável técnico; IX. Comprovação da existência de rede de abastecimento d'água e de energia elétrica no local X. Memorial descritivo especificando a destinação dos esgotos domésticos, e a descrição das áreas públicas, se houver.

Artigo 19. O projeto urbanístico, em 3 vias, deverá conter:

I. Planta geral de localização que compreenda a região onde o terreno estiver localizado, os logradouros vizinhos e o zoneamento previsto na Lei de Zoneamento; II. Planta planialtimétrica na escala mínima de 1 : 500 indicando: a) Norte Magnético e verdadeiro; b) Pontos de amarração ou de referência da obra; c) Cursos d'água, áreas alagadiças e mananciais, se houver; d) Alinhamento das vias públicas existentes e respectivo gabarito; e) Edificações existentes; f) Subdivisão das quadras em lotes com as respectivas dimensões e numeração; g) Sistema de vias com a respectiva hierarquia; h) Dimensões lineares e angulares do projeto, com raios, cordas, arcos, pontos de tangência e ângulos centrais das vias; i) Perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação e praças; j) Marcos de alinhamento e nivelamento localizados nos ângulos das curvas e linhas projetadas; k) Em planta e perfis todas as linhas de escoamento das águas pluviais e respectivas bocas de lobo; l) Praças e demais áreas públicas estabelecidas pela legislação vigente, observados os critérios mínimos previstos nesta Lei; m) Áreas de preservação permanente, faixas sanitárias e faixas "non aedificandi" estabelecidas pela legislação vigente; n) Linhas de transmissão de energia e suas faixas de domínio, se houver; o) Áreas destinadas à instalação de bombas de recalque e reservatório de água, se houver; p) Quadro resumo das diversas áreas indicadas no projeto.

Artigo 20. Os projetos complementares deverão constar de:

I. Projeto de rede de abastecimento d'água aprovada pelo órgão competente; II. Projeto de rede elétrica e de iluminação pública aprovado pelo órgão competente; III. Projeto de rede de escoamento das águas pluviais dimensionadas, conforme cálculo de vazão do trecho ou bacia contribuinte, obedecendo os seguintes critérios: a) Precipitação pluviométrica mínima de 100 mm/h (cem milímetros por hora); b) Rede principal e secundária, com tubulação em ambos os lados da rua, com diâmetro mínimo de 0,40 m (quarenta centímetros) e rede transversal com diâmetro de 0,30 m (trinta centímetros); c) Caimento mínimo da tabulação igual a 2% (dois por cento) e profundidade e recobrimento igual a 1,00 m (um metro); d) Localização das bocas-de-lobo e da canalização pública receptora, com respectivo diâmetro; e) Canalização em galerias ou em canal aberto, obras de arte (pontes, pontilhões, muros de arrimo, etc...) todas em concreto armado e com projeto completo.

Parágrafo 1°. Caso venha a instalar-se estação de tratamento de esgotos (ETE) na cidade, será exigido projeto de rede de esgotos cloacais, aprovado pelos órgãos competentes.

Parágrafo 2°. Quando a canalização pública for insuficiente ou não existir na rua onde o loteamento desaguar suas águas pluviais, a solução do problema será indicada pela Municipalidade e executada pelo loteador;

Parágrafo 3°. Onde não existir rede de água, o loteador deverá, com aprovação do órgão competente, executar o projeto de abastecimento a partir da capacitação em manancial existente na área ou partir de poços artesianos.

Parágrafo 4°. Caso o órgão competente não assuma a operação do sistema de abastecimento, este deverá funcionar em sistema de condomínio do qual participação todos os compradores de lotes e o loteador.

Artigo 21. Todas as plantas dos projetos deverão conter assinatura do proprietário e responsável técnico, anexada a ART respectiva.

CAPÍTULO V

DA EXECUÇÃO DAS OBRAS DOS LOTEAMENTOS

Artigo 22. O loteador deverá executar os seguintes serviços conforme os projetos já liberados:

I. Demarcação das quadras com marcos de concreto com dimensões de 12 x 12 x 60 cm; II. Terraplanagem de todas as ruas; III. Implantação dos meio-fios em pedra ou concreto pré-moldado, rejuntados com argamassa de cimento; IV. Obras de consolidação e arrimo, pontilhões e qualquer obra de arte necessária à conservação das ruas; V. Rede de abastecimento d'água potável, com sistema de captação e tratamento se for o caso; VI. Rede de eletrificação e iluminação pública; VII. Rede de esgotamento de águas pluviais, com bocas de lobo em alvenaria de tijolo maciço e grelha de ferro ou concreto armado; VIII. Ensaibramento da pista de rolamento com material de boa qualidade em camada compacta e com espessura mínima de 20 cm (vinte centímetros); IX. Recomposição vegetal de todos os taludes; X. Rede de esgoto cloacal, quando for o caso.

Artigo 23. As canalizações deverão ser recobertas após autorização por escrito do Órgão Municipal de Planejamento, o qual poderá exigir pranchões de concreto para assentamento das tubulações de águas pluviais.

Artigo 24. A pavimentação das vias será executada pela Municipalidade através do sistema de contribuição de melhoria, a requerimento dos interessados.

Parágrafo 1°. Quando o loteador se dispuser a executar a pavimentação das ruas deverá fazer comunicação por escrito neste sentido ao Órgão Municipal de Planejamento.

Parágrafo 2°. Nos desmembramentos decorrentes de transmissão por sucessão inter-vivos ou causa-mortis, exclusivamente de caráter hereditário, será permitido o parcelamento do imóvel independentemente dos padrões da Tabela I do artigo 15 desta Lei, devendo por ocasião do desmembramento ser efetuada a prova documental da aquisição hereditária, devendo ser observado, apenas, os limites mínimos da Tabela referida. – (360m2 e 12,00 de testada).

Parágrafo 3°. O parcelamento de imóvel independentemente dos padrões da Tabela I do Artigo 15 desta Lei, também poderá ser autorizado, desde que comprovada a existência de edificações, autorizadas ou não em data anterior a vigência desta Lei, devendo ser observado apenas os limites mínimos da Tabela referida. – (360m2 e 12,00 m de testada). O respectivo requerimento deverá estar acompanhado do Alvará de Construção, Cadastro Imobiliário, ou ainda, através de Certidão do órgão competente da Administração Municipal.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 25. Todos os parcelamentos de terrenos no Município de Tabaporã, a qualquer título, deverão ser aprovados pela Municipalidade na forma desta Lei.

Artigo 26. O registro dos parcelamentos e os contratos a ele vinculados obedecerão à Lei Federal 6766/79.

Artigo 27. O proprietário do terreno parcelado sem autorização da Municipalidade ou em desacordo com o projeto aprovado, será obrigado a reparar os danos ambientes provenientes de escavações e quaisquer outras obras ou serviços executados no imóvel, a critério do órgão municipal competente.

Parágrafo 1°. Os responsáveis por parcelamento do solo efetuados sem autorização da Municipalidade ou em desacordo com o projeto aprovado, estarão sujeitos ainda a multa de 20 (vinte) até 50 (cinquenta) unidades fiscais municipais (UFM), sem prejuízo das sanções civis e criminais que couberem.

Parágrafo 2°. Nas reincidências a multa será aplicada em dobro, sucessivamente, até a solução pelo responsável das irregularidades verificadas.

Artigo 28. A aplicação das penalidades obedecerá as normas gerais constantes do Código de Obras ou da Lei Federal 6766/79, conforme o caso.

Artigo 29. Nenhum benefício do poder público será estendido a terrenos parcelados sem autorização da Municipalidade.

Parágrafo 1°. Não serão fornecidos alvará de licença para construção, reforma ou demolição em lotes resultantes de parcelamentos não aprovados pela Municipalidade.

Parágrafo 2°. Nas desapropriações não se indenizarão as benfeitorias ou construções realizadas em parcelamento irregulares, nem se considerarão como terrenos parcelados, ou parceláveis, para fins de indenização, as glebas parceladas sem a devida autorização.

Artigo 30. A responsabilidade pelas diferenças constatadas entre as dimensões existentes nos lotes e a planta aprovada, ou pelos custos de compatibilização das ruas com o sistema viário existente ou planejado será exclusivamente do responsável pelo parcelamento.

Artigo 31. Nenhuma responsabilidade recairá sobre a Municipalidade em conseqüência de prejuízos causados a terceiros em virtude do licenciamento de parcelamentos de solo e da execução das respectivas obras.

Artigo 32. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso em 12 de Dezembro de 2017

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.535/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - **RETORNAR AO CARGO DE ORIGEM**, a partir do dia 31/12/2017, o Senhor**ADAIR JOSE SCHNEIDER**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 247, no cargo de **Professor**, Classe C, Nível 04, nomeado em 01/04/2004, através do Decreto n°. 828/2004, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/99, 1.080/2017 e, de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n°. 3. 345/2017 de 02 de Janeiro de 2017.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 15 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.534/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - **RETORNAR AO CARGO DE ORIGEM**, a partir do dia 31/12/2017, o Senhor**CLAUDEMIRO TEODORO**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 760, no cargo de **Técnico da Fiscalização e Arrecadação - Fiscal Tributário**, Classe E, Nível 11, nomeado em 05/06/2006, através do Decreto n°. 1.245/2006, lotado na Secretaria Municipal de Finanças desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/99, 840/11 e, de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n°. 3. 344/2017 de 02 de Janeiro de 2017.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 15 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.533/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - EXONERAR a partir de 31/12/2017,o Senhor **NILSON BERTINATI,** servidor no cargo em comissão de **Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos,** com matricula no RH nº. 1695, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 423/2003 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 15 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.532/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - EXONERAR a partir de 31/12/2017,a Senhora **JESSIKA ALINE LEITE TOME,** servidora no cargo em comissão de **Chefe do Departamento de Compras e Almoxarifado,** com matricula no RH nº. 1690, lotada na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 423/2003 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 15 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.531/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - EXONERAR a partir de 31/12/2017,o Senhor **JOARI NOGUEIRA,** servidor no cargo em comissão de **Secretário Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio** e respondendo interinamente sem ônus para o Município pela **Secretaria Municipal de Meio Ambiente,** com matricula no RH nº. 1673, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 423/2003 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 15 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 837/2017.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando a alteração da Estrutura Organizacional do Município, dada pele Lei Municipal nº. 1090/2017, cujos efeitos, passam a vigorar, a partir de 01 de Janeiro de 2018;

Considerando a revogação, em 31/12/2017, da Lei Municipal nº. 423/2009, que criou o cargo comissionado de Chefe do Departamento de Compras e Almoxarifado; e

Considerando ainda que, para dar baixa de um cargo, em nosso sistema informatizado, é necessário a criação de um ato interno de retorno **"temporário",** do Licenciado ocupante do mesmo;

RESOLVE:

Artigo 1º. - RETORNAR DALICENÇA MATERNIDADE, a partir do dia 31/12/2017, a Senhora **JESSIKA ALINE LEITE TOME**, servidora comissionada, com matricula no RH nº. 1690, admitida em 01/02/2017, nocargo de **Chefe do Departamento de Compras e Almoxarifado**, lotada na Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura – MT, amparado pelo Art. 26, § 2º., da Lei Municipal nº. 482/2004 e de acordo com a Lei Municipal nº. 218/99, Art. 77 e a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 15 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 838/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 15/12*2017, com término em 13/01/2018*, *referente ao período aquisitivo de 10/07/2016 à 09/07/2017,* a senhora ***SILVANA DOS SANTOS ARAUJO CITADELLA*****,** servidora com matricula no RH nº. 1602, no cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 15 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 839/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 18/*12/2017, com término em 16/01/2018*, *referente ao período aquisitivo de 21/07/2016 a 20/08/2017,* ao senhor ***JURANDYR DA SILVA*****,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 63, no cargo de **Agente da Administração Pública III – Pedreiro,** lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 18 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 840/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 18/12*2017, com término em 16/01/2018*, *referente ao período aquisitivo de 16/06/2015 à 15/06/2016,* ao senhor ***FAVENEIS APARECIDO VIEIRA DA SILVA***, servidor efetivo, com matricula no RH Nº. 798, nocargo de **Agente de Apoio a Saúde I – Vigia**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 18 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 841/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 21/12*2017, com término em 19/01/2018*, *referente ao período aquisitivo de 02/06/2015 à 01/06/2016, ao* senhor ***JOÃO BATISTA RAMOS DA SILVA*,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 744, no cargo de **Agente de Manutenção – Gari**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 18 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 842/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – Conceder **"*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 21*/12/2017, com término em 19/01/2018***, *referente ao período aquisitivo de 01/04/2015 a 31/03/2016,* a Senhora ***LUCINEIDE DOS SANTOS SOARES*,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 237, no cargo de **Agente de Manutenção – Trabalhador Braçal**, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 18 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 843/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 26*/12/2017, com término em 24/01/2018*, *referente ao período aquisitivo de 30/06/2014 a 29/06/2015,* ao senhor ***AILSON DA SILVA SANTOS*,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 12, no cargo de **Agente da Administração Pública III – Pedreiro,** lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 18 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.495/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. – EXONERAR, a partir de 14/12/2017 a senhora **GENEZI CORDOBA DE OLIVEIRA,**do cargo de **Chefe do Departamento de Assistência Social**, com matricula no RH nº. 1767, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 423/2003 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.496/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **RETORNAR AO CARGO DE ORIGEM**, a partir do dia 20/12/2017, a Senhora**SIOMARA MULLER PEREIRA**, servidora efetiva, com matricula no RH nº. 136, no cargo de **Professora**, Classe C, Nível 06, nomeada em 01/06/1994, através do Decreto n°. 63/1994, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1.999, 1.080/2017 e, de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário, em especial o Decreto n°. 3.384/2017 de 25 de Janeiro de 2017.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.497/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. – EXONERAR, a partir de 15/12/2017 o senhor **DENIVALDO DE OLIVEIRA SOUZA,** do cargo de **Chefe do Departamento Municipal de Desporto**, com matricula no RH nº. 1683, lotado na Secretaria Municipal de Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de

acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 423/2003 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.498/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. – EXONERAR, a partir de 15/12/2017 a senhora **FRANCIELLY APARECIDA BISPO DE OLIVEIRA,** do cargo de **Chefe de Divisão de Contabilidade**, com matricula no RH nº. 1728, lotada na Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 423/2003 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.499/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - EXONERAR a partir de 19/12/2017,a Senhora **FABRICIA KARULLINE BORK BARBOSA FERRARI,** servidora no cargo em comissão de **Escritório de Representação Gleba Mercedes Bens,** com matricula no RH nº. 1770, lotada no Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 423/2003 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.500/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - EXONERAR a partir de 22/12/2017,o Senhor **CARLOS RENE REZENDE DA SILVA,** servidor no cargo em comissão de **Chefe do Departamento Vigilância Sanitária e Ambiental,** com matricula no RH nº. 1768, lotado na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 423/2003 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.501/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. – EXONERAR, a partir de 22/12/2017 o senhor **CLAUDEMIR DA SILVA,** do cargo de **Chefe de Divisão de Produção Vegetal**, com matricula no RH nº. 1680, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 423/2003 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.502/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - EXONERAR a partir de 22/12/2017,o Senhor **CLAUDIO MACEDO DOS SANTOS,** servidor no cargo em comissão de **Secretário da Junta de Serviço Militar,** com matricula no RH nº. 1686, lotado no Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 423/2003 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.530/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - EXONERAR a partir de 31/12/2017,a Senhora **CELIA NIEHUES SOFFA,** servidora no cargo em comissão de **Secretária Municipal de Saúde,** com matricula no RH nº. 1672, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 423/2003 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 15 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.503/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. – EXONERAR, a partir de 22/12/2017 a senhora **EDILEUSA MARIA LOLATO,** do cargo de **Chefe do Departamento Financeiro**, com matricula no RH nº. 1726, lotada na Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 423/2003 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.529/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - EXONERAR a partir de 31/12/2017,a Senhora **SUELY DE SOUZA CARDOSO,** servidora no cargo em comissão de **Secretária Municipal de Ação Social,** com matricula no RH nº. 1670, lotada na Secretaria Municipal de Ação Social da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 423/2003 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 15 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.504/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - EXONERAR a partir de 22/12/2017, a Senhora **MÁRCIA REGINA BAESSO BRIXNER,** no cargo em comissão de **Ouvidor,** com matricula no RH nº. 1682, lotada no Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 423/2003 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.505/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - EXONERAR a partir de 22/12/2017, a Senhora **MARISANGELA APARECIDA PINTO DA SILVA,** servidora no cargo em comissão de **Diretor de Vigilância Ambiental,** com matricula no RH nº. 1727, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 423/2003 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.506/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. – EXONERAR, a partir de 22/12/2017 o senhor **MAYCON JOSE AMORIM CONTREIRAS,** do cargo de **Assessor Especial**, com matricula no RH nº. 1725, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 423/2003 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.507/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - EXONERAR a partir de 22/12/2017, a Senhora **NILCE MARIA DA SILVA,** no cargo em comissão de **Chefe do Departamento de Engenharia,** com matricula no RH nº. 1674, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 423/2003 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.508/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. – EXONERAR, a partir de 22/12/2017 a senhora **PAOLA CRISTIANE LUDWIG,** do cargo de **Chefe de Divisão de Comunicação e Cerimonial**, com matricula no RH nº. 1684, lotada no Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 423/2003 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.509/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. – EXONERAR, a partir de 22/12/2017 a senhora **ROSA FERNANDA SILVA DE SOUZA,** do cargo de **Chefe do Departamento de Garagem e Manutenção da Frota**, com matricula no RH nº. 1679, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 423/2003 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.510/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - EXONERAR a partir de 31/12/2017,o Senhor **JHONATAN FERNANDES COUTO,** servidor no cargo em comissão de **Diretor Administrativo,** com matricula no RH nº. 1724, lotado na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 423/2003 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.511/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. – EXONERAR, a partir de 31/12/2017, o senhor **JOSE LUIZ ALVES LANCONE,** do cargo de **Chefe de Divisão de Levantamento Estatístico**, com matricula no RH nº. 1677, lotado no Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de

acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 423/2003 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.512/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. – EXONERAR, a partir de 31/12/2017 o senhor **JOSE VALDINEI DOS SANTOS,** do cargo de **Chefe do Departamento de Manutenção de Estradas**, com matricula no RH nº. 1688, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 423/2003 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.528/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - EXONERAR a partir de 31/12/2017,o Senhor **PAULO KATSUMI TAKEDA,** servidor no cargo em comissão de **Secretário Municipal de Finanças** e respondendo interinamente sem ônus para o Município pela **Secretaria Municipal de Administração,** com matricula no RH nº. 1669, lotado na Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 423/2003 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 15 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.527/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - **RETORNAR AO CARGO DE ORIGEM**, a partir do dia 31/12/2017, o Senhor**JOAO PAULO MARTINS DA COSTA**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1499, no cargo de **Técnico de Nível Médio I - Agente Administrativo**, Classe A, Nível 04, nomeado em 13/11/2013, através do Decreto n°. 2.847/2013, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/99, 840/11 e, de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n°. 3. 423/2017 de 13 de Abril de 2017.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.513/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - EXONERAR a partir de 22/12/2017, a Senhora **MARIA DAS DORES ROSA RODRIGUES,** no cargo em comissão de **Chefe de Divisão Técnica do DAE,** com matricula no RH nº. 1678, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 423/2003 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.514/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - EXONERAR a partir de 31/12/2017, a Senhora **MARLENI TREUHERZ GIROTO,** no cargo em comissão de **Assessor Especial,** com matricula no RH nº. 1687, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 423/2003 e em conformidade com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.515/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - **RETORNAR AO CARGO DE ORIGEM**, a partir do dia 31/12/2017, o Senhor**GERALDINO VIANA DA SILVA**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1426, no cargo de **Técnico de Nível Superior III - Advogado**, Classe B, Nível 05, nomeado em 17/10/2012, através do Decreto n°. 2.622/2012, lotado no Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/99, 840/11 e, de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n°. 3. 346/2017 de 02 de Janeiro de 2017.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.524/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - **RETORNAR AO CARGO DE ORIGEM**, a partir do dia 31/12/2017, a Senhora**MARIA APARECIDA DE ALMEIDA SOUZA**, servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1109, no cargo de **Técnico de Nível Médio I - Agente Administrativo**, Classe E, Nível 09, nomeada em 21/05/2008, através do Decreto n°. 1.705/2008, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/99, 840/11 e, de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n°. 3. 382/2017 de 20 de Janeiro de 2017.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.517/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - **RETORNAR AO CARGO DE ORIGEM**, a partir do dia 31/12/2017, o Senhor**LORIAN DEVES**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1372, no cargo de **Agente da Administração Pública II - Motorista**, Classe A, Nível 05, nomeado em 20/04/2012, através do Decreto n°. 2.521/2012, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/99, 840/11 e, de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n°. 3. 353/2017 de 02 de Janeiro de 2017.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.518/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - **RETORNAR AO CARGO DE ORIGEM**, a partir do dia 31/12/2017, o Senhor**NILO DOS SANTOS LEAL**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 120, no cargo de **Técnico da Fiscalização e Arrecadação - Fiscal Tributário**, Classe D, Nível 16, nomeado em 01/11/2001, através do Decreto n°. 489/2001, lotado na Secretaria Municipal de Finanças desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/99, 840/11 e, de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n°. 3. 354/2017 de 02 de Janeiro de 2017.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.519/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - **RETORNAR AO CARGO DE ORIGEM**, a partir do dia 31/12/2017, o Senhor**VALCENIR ANTONIO SILVA**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 151, no cargo de **Técnico da Fiscalização e Arrecadação - Fiscal Tributário**, Classe E, Nível 12, nomeado em 16/10/2002, através do Decreto n°. 646/2002, lotado na Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/99, 840/11 e, de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n°. 3. 355/2017 de 02 de Janeiro de 2017.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.520/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - **RETORNAR AO CARGO DE ORIGEM**, a partir do dia 31/12/2017, a Senhora**ELIETE BENITES PIRES**, servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1498, no cargo de **Técnico de Nível Médio I - Agente Administrativo**, Classe E, Nível 04, nomeada em 13/11/2013, através do Decreto n°. 2.846/2013, lotada na Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/99, 840/11 e, de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n°. 3.356/2017 de 02 de Janeiro de 2017.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.521/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **RETORNAR AO CARGO DE ORIGEM**, a partir do dia 31/12/2017, o Senhor**JEFERSON CAMARGO CORDEIRO**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1180, no cargo de **Auxiliar de Serviços Públicos – Office Boy**, Classe C, Nível 08, nomeado em 26/02/2009, através do Decreto n°. 1.919/2009, lotado na Secretaria Municipal de Ação Social desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 840/2011 e, de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Decreto n°. 3.362/2017 de 02 de Janeiro de 2017.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.526/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **RETORNAR AO CARGO DE ORIGEM**, a partir do dia 31/12/2017, o Senhor**TIAGO DOS SANTOS**, servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1249, no cargo de **Agente de Saúde I – Agente de Combate as Endemias**, Classe B, Nível 07, nomeado em 14/10/2009, através do Decreto n°. 2.031/2009, lotado na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/1999, 842/2011 e, de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Decreto n°. 3.417/2017 de 13 de Abril de 2017.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.522/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - **RETORNAR AO CARGO DE ORIGEM**, a partir do dia 31/12/2017, a Senhora**FABIANA CARVALHO FERREIRA**, servidora efetiva, com matricula no RH nº. 748, no cargo de **Técnico de Nível Médio I - Agente Administrativo**, Classe E, Nível 11, nomeada em 02/06/2006, através do Decreto n°. 1.234/2006, lotada no Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/99, 840/11 e, de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n°. 3.375/2017 de 19 de Janeiro de 2017.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 3.523/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - **RETORNAR AO CARGO DE ORIGEM**, a partir do dia 31/12/2017, a Senhora**MARIA SUELY MAGALHAES GOMES**, servidora efetiva, com matricula no RH nº. 86, no cargo de **Professora**, Classe C, Nível 04, nomeada em 06/02/2002, através do Decreto n°. 575/2002, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura desta Prefeitura, de acordo com as Leis Municipais nº. 218/99, 1.080/2017 e, de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n°. 3.378/2017 de 19 de Janeiro de 2017.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

PREVITER
PORTARIA N.º 105/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de ***Aposentadoria por Idade*** *ao servidor* Sr. ***João Vieira da Silva."***

O Prefeito do Município de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto no art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 41/2003, combinado com art. 12, inciso III, alínea "b", da Lei Municipal nº 876/2009 de 31 de março de 2009, que rege a previdência municipal de Terra Nova do Norte, art. 73 da Lei Municipal n.º 079/90, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos servidores públicos do município, Lei Complementar nº 30 de 31 de dezembro de 2013 que altera em seu inteiro teor a Lei Complementar nº 26 de 06 de dezembro de 2011, que dispõem sobre o Plano de Cargos e Salários da Carreira Instrumental dos servidores pertencentes à área meio da Administração do Poder Executivo do Município de Terra Nova do Norte, e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **APOSENTADORIA POR IDADE**, ao Sr. ***João Vieira da Silva,*** brasileiro, casado, portador do RG n.º 1685007 SSP/PR e CPF n.º 369.502.119-53, residente e domiciliado neste município, servidor efetivo, no cargo de Motorista – 40h, Classe "A", Nível ''05'', devidamente matriculado sob n. 102, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais, conforme processo administrativo do PREVITER, n.º **2017.02.00075P**, a partir de **01.12.2017** até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de dezembro de 2017, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Terra Nova do Norte /MT, 14 de dezembro de 2017.

_____

MARCILENE GUARIENTE

Diretora Executiva PREVITER

Homologo:

_____

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

PREVITER
PORTARIA N.º 104/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA ao servidor Sr. Lairton Jose Ferst."

A Diretora Executiva do PREVITER - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15, da Lei Municipal n.º 876 de 31 de março de 2009, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao servidor Sr. **Lairton Jose Ferst,** portador do RG nº 879.761 SSP/MT e inscrito no CPF n.º 609.600.781-34, residente e domiciliado no município de Terra Nova do Norte/MT, servidor Efetivo no cargo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, devidamente matriculado sob o nº 1599, com vencimentos integrais, **a partir de 31.10.2017 e término em 22.12.2017**, conforme processo administrativo do PREVITER, n.º **2017.05.00068**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a **31.10.2017**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Terra Nova do Norte - MT, 29 de Novembro de 2017.

_____

Marcilene Guariente

Diretora Executiva

PREVITER
PORTARIA N.º 100/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA ao servidor Sr. Nelson Franceschi."

A Diretora Executiva do PREVITER - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15, da Lei Municipal n.º 876 de 31 de março de 2009, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao servidor Sr. **Nelson Franceschi,** casado, portador do RG nº 3037266578 SSP/RS e inscrito no CPF n.º 446.331.730-49, residente e domiciliado no município de Terra Nova do Norte/MT, servidor Efetivo no cargo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, devidamente matriculado sob o nº 940, com vencimentos integrais, **a partir de 01.11.2017 e término em 05.12.2017**, conforme processo administrativo do PREVITER, n.º **2017.05.00025P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a **01.11.2017**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Terra Nova do Norte - MT, 21 de Novembro de 2017.

_____

Marcilene Guariente

Diretora Executiva

PREVITER
PORTARIA Nº 099/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício Salário Maternidade a servidora **Jessica Daiane Gebien**."

A Diretora Executiva do PREVITER – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 26 da Lei Municipal nº 876 de 31 de março de 2009, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º - Conceder o beneficio de SALARIO MATERNIDADE, a servidora Sra. **Jessica Daiane Gebien**, portadora do RG nº 21985600 SSP/MT, inscrita no CPF nº 040.226.221-21, matricula funcional nº 3315, efetiva no cargo de Auxiliar de Limpeza e Manutenção, lotada na Secretaria Educação, com vencimentos integrais, a partir de **12/10/2017** e termino em **08/02/2018** conforme processo administrativo do PREVITER, nº **2017.08.0069**.

Art. 2º - A remuneração da parcela inerente ao termino do beneficio da servidora supracitada, será acrescida do 13º proporcional correspondente a 4/12 (quatro doze avos) do total da remuneração.

Art. 3 º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a 12.10.2017, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Terra Nova do Norte – MT, 16 de Novembro de 2017.

_____

Marcilene Guariente

Diretora Executiva

PREVITER
PORTARIA Nº 103/2017

"Dispõe sobre a concessão do beneficio Salário Maternidade a servidora **Daiane Ritter**."

A Diretora Executiva do PREVITER – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 26 da Lei Municipal nº 876 de 31 de março de 2009, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º - Conceder o beneficio de SALARIO MATERNIDADE, a servidora Sra. **Daiane Ritter**, portadora do RG nº 1725485-0 SSP/MT, inscrita no CPF nº 020.653.231-83, matricula funcional nº 3170, efetiva no cargo de Tecnica de Enfermagem, lotada na Secretaria Saúde, com vencimentos integrais, a partir de **15.11.2017** e termino em **14.03.2018** conforme processo administrativo do PREVITER, nº **2017.08.0072**.

Art. 2º - A remuneração da parcela inerente ao termino do beneficio da servidora supracitada, será acrescida do 13º proporcional correspondente a 4/12 (quatro doze avos) do total da remuneração.

Art. 3 º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a 12.10.2017, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Terra Nova do Norte – MT, 28 de Novembro de 2017.

_____

Marcilene Guariente

Diretora Executiva

PREVITER
PORTARIA N.º 102/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA ao servidor Sr. Valdemar Gross."

A Diretora Executiva do PREVITER - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15, da Lei Municipal n.º 876 de 31 de março de 2009, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao servidor Sr. **Valdemar Gross,** portador do RG nº 0938963-6 SSP/MT e inscrito no CPF n. º 828.494.631-91, residente e domiciliado no município de Terra Nova do Norte/MT, servidor Efetivo no cargo de Adjunto de Operações, lotado na Secretaria Municipal de Administração, devidamente matriculado sob o nº 3301, com vencimentos integrais, **a partir de 01.11.2017 e término em 31.07.2018**, conforme processo administrativo do PREVITER, n.º **2017.05.00033P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a **01.11.2017**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Terra Nova do Norte - MT, 23 de Novembro de 2017.

_____

Marcilene Guariente

Diretora Executiva

PREVITER
PORTARIA N.º 101/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA ao servidor Sr. Clovis Jolmar Menon."

A Diretora Executiva do PREVITER - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15, da Lei Municipal n.º 876 de 31 de março de 2009, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao servidor Sr. **Clovis Jolmar Menmon,** portador do RG nº 712457 SSP/MT e inscrito no CPF n.º 458.872.841-53, residente e domiciliado no município de Terra Nova do Norte/MT, servidor Efetivo no cargo de Marceneiro lotado na Secretaria Municipal de Educação, devidamente matriculado sob o nº 3358, com vencimentos integrais, **a partir de 27.10.2017 e término em 31.12.2017**, conforme processo administrativo do PREVITER, n.º **2017.05.00055P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a **27.10.2017**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Terra Nova do Norte - MT, 21 de Novembro de 2017.

_____

Marcilene Guariente

Diretora Executiva

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 25

AVISO DE RESULTADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2017

Município de Tesouro - MT, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeada pela Portaria n°113 e 114, de 19 de setembro 2017, torna público, que após a análise e julgamento do Pregão Presencial nº. 25/2017, cujo objeto: Contratação de profissionais na área da Saúde, para atendimento no município de Tesouro - MT, conforme detalhado no Termo de Referência anexo I, parte integrante do Edital, devidamente homologado pelo Senhor Prefeito Municipal, onde sagrou-se vencedora do respectivo processo, as EMPRESAS: : ITEM 01 EMPRESA: THIAGO RONAN SOUZA PRATAVIEIRA-ME, CNPJ 29.927.475/0001-47, ENFERMEIRO PADRÃO, VALOR DE R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), COM VALOR TOTAL PARA 12 MESES DE R$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais); ITEM 02- EMPRESA MICHELLY SILVERIO DOURADO-ME, CNPJ 29.048.333/0001-72, ODONTÓLOGO, VALOR DE R$- 5.000,00 (Cinco mil reais), COM VALOR TOTAL PARA 12 MESES DE R$ 60.000,00 (Sessenta s mil reais); ITEM 03 – EMPRESA THIAGO RONAN SOUZA PRATAVIEIRA-ME, CNPJ 29.927.475/0001-47, ENFERMEIRO PADRÃO PARA PLANTÕES, VALOR DE R$ 200,00 (Duzentos I reais), COM VALOR TOTAL PARA 80 plantões mensais DE R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais); valores obtidos em rodada de lances na sessão do Pregão melhor oferta por itens, realizado em 11/12/2017, as 09:00hs.

AFIXE-SE

PUBLIQUE-SE.

Tesouro – MT, 18 de Dezembro de 2017.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 35-2017

Extrato de Termo Aditivo

I Termo Aditivo ao Contrato N.º **35/2017**

Contratada:**FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI-ME**

Motivo de Aditamento: Alteração de valor.

Valor do Aditivo: R$. **65.130,26**

Nova Vigência: de 27**/06/2017 a 27/06/2018**

Data de Assinatura: 11/12/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

LEI Nº 501/2017, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Dispõe sobre a instituição de Férias e Décimo Terceiro Subsídio do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Vale de São Domingos/MT e, dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Vale de São Domingos, Estado de mato Grosso, fazendo uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ao Prefeito Municipal, e ao Vice-Prefeito quando no exercício do cargo em substituição ao Prefeito Municipal, será concedido o direito a férias de trinta (30) dias, mais um terço (1/3) de adicional.

Art. 2º - Será concedido décimo terceiro (13º) subsídio no mês de dezembro ao Prefeito e Vice-Prefeito.

Art. 3º - Os subsídios fixados nesta Lei serão atualizados por revisão geral anual, na mesma data e sem distinção de índices, juntamente com a remuneração dos servidores públicos municipais, respeitados os limites constitucionais e legais na data base fixada pela Lei Municipal.

Art. 4º - No caso de exercício do cargo de Prefeito Municipal, decorrente de substituição legal, o Presidente da Câmara Municipal receberá, do Poder Executivo, o valor do subsídio daquele, proporcionalmente aos dias de ocupação do cargo, descontado de seu subsídio no Poder Legislativo o mesmo período.

Art. 5º - Os valores dos subsídios dispostos nesta lei só poderão ser integralmente concedidos desde que, atendidos todos os limites fixados na Constituição Federal, Lei Complementar nº 101/2000, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais vigentes.

Art. 6° - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Orçamento do Poder Executivo.

Art. 7° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Vale de São Domingos-MT, 18 de dezembro de 2017.

_____

GERALDO MARTINS DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA Nº 53/SEGFAZ/2017

Realizar Operação de Desvinculação de Receita Municipal – DREM, nos termos da Lei nº. 4.173/2016 e do Decreto Municipal nº. 066/2016.

João Benedito Gonçalves Neto, Secretário Municipal de Gestão Fazendária, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o artigo 76-B do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal do Brasil;

Considerando a Lei Municipal nº. 4.173/2016 e Decreto Municipal nº. 66/2016.

RESOLVE:

Art. 1° – Realizar operação de Desvinculação da Receita de Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Publica – COSIP, no valor de R$ 3.974.711,46 (três milhões, novecentos e setenta e quatro mil, setecentos e onze reais e quarenta e seis centavos), nos termos da Lei Municipal 4.173/2016 e Decreto Municipal nº. 66/2016, equivalente a 26,75% (vinte e seis, vírgula setenta e cinco por cento) do valor arrecadado durante o Exercício de 2017.

Art. 2° – Esta Portaria entra em vigor na data da operação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande/MT, 18 de Dezembro de 2017.

João Benedito Gonçalves Neto

Secretário Municipal de Gestão Fazendária

PORTARIA Nº 54/SEGFAZ/2017

Realizar Operação de Desvinculação de Receita Municipal – DREM, nos termos da Lei nº. 4.173/2016 e do Decreto Municipal nº. 066/2016.

João Benedito Gonçalves Neto, Secretário Municipal de Gestão Fazendária, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o artigo 76-B do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal do Brasil;

Considerando a Lei Municipal nº. 4.173/2016 e Decreto Municipal nº. 66/2016.

RESOLVE:

Art. 1° – Realizar operação de Desvinculação da Receita de Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Publica – COSIP, no valor de R$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais), nos termos da Lei Municipal 4.173/2016 e Decreto Municipal nº. 66/2016, equivalente a 3,095% (três, virgula zero noventa e cinco por cento) do valor arrecadado durante o Exercício de 2017.

Art. 2° – Esta Portaria entra em vigor na data da operação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande/MT, 18 de Dezembro de 2017.

João Benedito Gonçalves Neto

Secretário Municipal de Gestão Fazendária

AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇOS CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 017/2017

Processo: 476492: O Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, designada pela Portaria n. 838/2017, comunica que, a Sessão Pública de Abertura dos Envelopes n. 02 contendo as Propostas de Preços das empresas Habilitadas na**CONCORRÊNCIA PÚBLICA 017/2017,** cujo objeto **Contratação de empresa especializada para execução das obras do Centro de Iniciação ao Esporte – modelo 02 reversível, conforme projeto e planilhas anexos a este projeto básico**, se dará no dia **21 de Dezembro de**

2017, às 08h30min (hora local), na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT, situado na Av. Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT. A Comissão de Licitação informa, que foram decorridos os prazos recursais, e os julgados encontram-se disponibilizado no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande - MT, 18 de Dezembro de 2017. **Luiz Celso Morais de Oliveira -** Secretário Municipal de Viação e Obras.

AVISO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 11/2017 COMPLEMENTAR

Processo: 457392: O Município de Várzea Grande Estado de Mato Grosso, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL - designada pela portaria n. 838/2017, torna público para conhecimento dos interessados, **O RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO COMPLEMENTAR** relativa aCONCORRÊNCIA PÚBLICA N 11/2017, objeto Contratação de empresa de engenharia para execução de obra de Construção de Escola Padrão SEDUC/MT, constituída de uma área de aproximadamente 4.001,50m², com capacidade para atender até 500 alunos por turno, na Escola Estadual Souza Lima, Localizada na Rua F, Bairro Souza Lima no município de Várzea Grande/MT, conforme projetos SEDUC-MT, em atenção ao contido no Termo de Convênio nº. 1355/2016 conforme descrito nos anexos deste projeto básico e documentos constantes nos autos do processo. Na ata de sessão interna realizada na data de 15/12/2017 foi analisada a Documentação de Habilitação da empresaJRM CONSTRUÇÕES EIRELI – ME, onde na decisão da CPL faltou declará-la **HABILITADA.** Portanto, a CPL retifica a decisão anterior e **DECLARA** as empresas ETHOS LOCADORA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI EPP, JAÓ ENGENHARIA E COMERCIO EIRELI, GEOSOLO ENGENHARIA PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA, HÁBIL CONSTRUTORA EIRELI, BC TEMPO NOVO CONSTRUTORA LTDA ME, APOLUS ENGENHARIA LTDA EPP e JRM CONSTRUÇÕES EIRELI – ME HABILITADAS, e DECLARA a licitante LEÃO MARCONDES CONSTRUÇÕES LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS LTDA EPP **INABILITADA.** A ata da presente sessão esta disponível no site: www.varzegrande.mt.gov.br. A CPL abre prazo para interposição de recurso, contra a decisão proferida, em conformidade com a Lei 8.666/93 e o edital no item **13.1**. VÁRZEA GRANDE-MT, 18 DE DEZEMBRO DE 2017. ALINE ARANTES CORREA – PRESIDENTE CPL

LEI N.º 4.313/2017

Dispõe sobre autorização para o Executivo Municipal parcelar débitos junto ao Ministério da Fazenda Nacional-Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, relativos à contribuições previdenciárias ao Regime Geral e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o parcelamento do total da dívida consolidada relativas às contribuições previdenciárias ao Regime Geral, junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Ministério da Fazenda Nacional, inscrição na dívida ativa de n.º 12 4 17 007803-90 – 101183 723670/2012-01.

Art. 2º A dívida consolidada, nos termosda Lei Federal n.º 13.485/2.017, de 02 de outubro de 2017, com descontos legais, é fixada na importância de **R$ 2.381.815,98** (dois milhões, trezentos e oitenta e um mil, oitocentos e quinze reais e noventa e oito centavos) e será paga em até 200 parcelas mensais.

Art. 3° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do pagamento da 1.ª parcela.

Praça Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande-MT, 07 de dezembro de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 067/2017

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a CONSTRUTORA SANTA LÚCIA, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 01.982.578/0001-53. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado aos termos do art. 65, I, alínea a) e b), §1º, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº. 8.666/93 e suas alterações, no Contrato nº. 067/2017, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 490277/2017. OBJETO: Tem por objeto aditar o item 2.2 da CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO e o item 6.1.1. da CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR GLOBAL E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA do contrato nº 067/2017, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada em obras e serviços de Engenharia para execução de serviços e obras de artes especiais (O.A.E) – Construção, Reconstrução e Reforma de Pontes de Madeiras. VALOR GLOBAL: Fica suprimido do LOTE 01 o valor de R$ 26.709,72 (vinte e seis mil, setecentos e nove reais e setenta e dois centavos), passando o Contrato ao valor global de R$ 261.432,24 (duzentos e sessenta e um mil, setecentos e nove reais e vinte e quatro centavos).

DATA DE ASSINATURA: 15.12.2017.

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Viação e Obras – PMVG/MT

CONSTRUTORA SANTA LÚCIA LTDA - EPP

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 127/2017

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e o Senhor GENTILINO NASCIMENTO RADIS, devidamente inscrita no CPF sob o n°.120.021.609-10. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº. 8.666/93, alterada pela Lei nº. 8.883/94, Art. 24, inciso X, ressaltando sua compatibilização com as peculiaridades que exige este inquilino especial, pela Lei nº. 8.245/91 alterada pela Lei nº. 12.112/2009, na proposta do Locador, pelo Ato de Dispensa de Licitação nº 32/2017, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO nº. 488134/2017. OBEJTO: Constitui objeto deste contrato a locação de imóvel urbano localizado na Avenida Filinto Muller nº. 500, sala 04, 05, e 06, Bairro Jardim Aeroporto - Várzea Grande-MT. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor do aluguel mensal de R$ 6.012,84 (seis mil, doze reais e oitenta e quatro centavos), perfazendo o valor total de R$ 72.154,08 (setenta e e dois mil, cento e cinquenta e quatro reais e oito centavos). UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER DO: 35.01.12.122.0002. P/A: 2.264. ND: 3.3.90. 36.00.00.00 – OST - PF. FONTE: 0001. VIGÊNCIA: Terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura. FISCAL DO CONTRATO: Fica designado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer para este ato, a servidora MEIRY EVALDETH ALVES RONDON, portadora da cédula de identidade RG n°. 0986 7830 SSP/MT, inscrita no CPF sob n°. 362.502791-72, Matrícula nº 57631.

DATA DE ASSINATURA: 12.12.2017.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – PMVG/MT

GENTILINO NASCIMENTO RADIS

Locador

LEI N.º 4.314/2017

Dispõe sobre normas e critérios de limpeza de terrenos baldios no Município de Várzea Grande e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Todos os terrenos baldios deverão ser convenientemente conservados pelos proprietários ou possuidores de fato, no que diz respeito à limpeza dos mesmos, seja através do uso de capinação, roçados ou outros meios adequados, obrigados a mantê-los limpos.

Parágrafo único. O terreno urbano que depender da drenagem de água empossada ou retida, deverá obrigatoriamente possuir medias arquitetônicas de combate de doenças endêmicas.

Art. 2º Para efeitos desta Lei, entende-se por terrenos baldios, os terrenos sem construções, os terrenos com construções e desabitados, os imóveis e os terrenos que embora habitados, permaneçam sujos, colocando em risco a saúde da vizinhança.

Parágrafo único. Não será permitida, em qualquer outra hipótese, a existência de terrenos cobertos de matos ou servindo de depósito de resíduos ou entulhos.

Art. 3º Para efeitos desta Lei, entende-se por limpeza de terrenos:

I – a capinagem mecânica e/ou manual, roçagem do mato manual e/ou mecânica, eventualmente crescido no terreno, e;

II – remoção de detritos, entulhos e lixos que estejam depositados no terreno baldio.

Parágrafo único. Fica proibido o emprego de fogo como forma de limpeza na vegetação, lixo ou de quaisquer objetos, nos imóveis edificados e não edificados.

Art. 4º Qualquer munícipe pode reclamar por escrito, através de requerimento endereçado a Ouvidoria Municipal, a existência de terrenos baldios que necessitem de limpeza.

Art. 5º As ações serão exercidas através do setor de fiscalização de postura que ficará incumbido de realizar inspeções, lavrar notificações, autuar e multar, além de outros procedimentos administrativos que se tornarem necessários.

Parágrafo único. Caso haja necessidade de ação em conjunto, deverá, o setor de fiscalização de postura, acionar os demais órgãos da administração pública.

Art. 6º Constatada pela fiscalização de postura a existência de terreno baldio que infrinja ao disposto no art. 1º desta Lei, será lavrado autos de notificação para que proprietário ou possuidor realize a limpeza do terreno, no prazo de 10 (dez) dias, podendo ser prorrogado por igual período, mediante solicitação direcionada a Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana.

Parágrafo único. Não sendo atendida a determinação da notificação, deverá ser lavrado o auto de infração.

Art. 7º O auto da infração deverá ser lavrado com clareza, sem omissões e abreviaturas, sem entrelinhas, rasuras e ressalvas, constando obrigatoriamente:

I – a qualificação do infrator ou infratores e, se existirem, as testemunhas presenciais;

II – a menção do local, data e hora da lavratura;

III – a localização do imóvel e a descrição do fato e dos elementos que caracterizam a infração;

IV – o dispositivo legal infringido e a penalidade aplicada;

V – a notificação do autuado;

VI – a assinatura com o carimbo de identificação, seu nome legível e o cargo da autoridade fiscal que constatou a infração e lavrou o auto;

VII – os prazos previstos nessa Lei para cumprimento da obrigação, defesa e aviso de cumprimento da obrigação, e;

VIII – os prazos para pagamento de multas e demais custas com a limpeza do terreno.

Art. 8º Lavrada a notificação o proprietário do imóvel ou possuidor será notificado para proceder à limpeza do terreno baldio, no prazo máximo de 10 (dez) dias, prorrogado por igual período, sob pena de aplicação de multa mediante autos de infração.

Parágrafo único. O prazo fixado para limpeza do terreno baldio, após a única prorrogação, não poderá ser estendido.

Art. 9º Quando o notificado tomar as providências exigidas no prazo do caput, do art. 8º, fica ele obrigado a comunicar a Secretaria Municipal de Serviços Público e Mobilidade Urbana, para que efetue nova vistoria no local, no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

Parágrafo único. Fica ciente o proprietário ou possuidor que após cumprir a notificação, o mesmo ainda manterá a obrigação de conservar o local limpo.

Art. 10. O proprietário ou possuidor do terreno será considerado regularmente notificado quando cumprida uma das seguintes formas:

I – notificação por escrito e pessoalmente ao infrator;

II – notificação por via postal com aviso de recebimento (AR), ou;

III – notificação por edital público divulgado no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 11. Fica a Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, obrigada a disponibilizar o nome e o endereço do proprietário do imóvel aos Fiscais Municipais, para que possa ocorrer a identificação do proprietário.

Art. 12. A notificação será feita por edital, quando o proprietário ou possuidor do imóvel, a qualquer título, não for localizado, quando não houver a sua identificação ou recusar-se a receber a notificação.

Art. 13. Esgotado o prazo previsto nesta Lei para cumprimento da notificação, e constatado o descumprimento da notificação, será aplicada multa, nos termos do Código de Postura, pelo Poder Executivo Municipal, através da Secretaria de Serviço Público e Mobilidade Urbana, e, lançado na dívida ativa do referido imóvel.

§ 1º O Poder Executivo Municipal poderá, a seu critério, por intermédio da Secretaria especializada, conforme disponibilidade de recursos, realizar a limpeza do respectivo terreno, sem a necessidade de notificação prévia, ficando o proprietário ou possuidor do respectivo terreno obrigado a ressarcir aos cofres públicos municipais com despesas efetuadas e demais custos.

§ 2º Serão fixadas placas com dizeres inerentes ao número da lei que está em vigor.

§ 3º Após realizada a limpeza pela Secretaria especializada, poderá voltar ao terreno, com prazo máximo de 90 (noventa) dias, para novamente fiscalizar a limpeza do terreno.

§ 4º Constatada nova irregularidade, o fiscal emitirá novo auto de infração com a opção de reincidência.

Art. 14. O infrator não poderá opor qualquer resistência à execução dos serviços, por parte do Município, sob pena de ser requerida força policial e/ou autorização judicial.

§ 1º Em caso de terreno não habitado, cercado por qualquer modalidade de construção, poderá o Município, através da Secretaria especializada, adentrar o terreno na presença de testemunha ou mediante autorização judicial.

§ 2º Os valores dos serviços realizados serão fixados por Decreto do Poder Executivo Municipal além das despesas com a execução desta Lei.

Art. 15. Realizados os trabalhos pelo Poder Executivo, caso o infrator devidamente notificado permaneça inerte, com base na saúde pública e interesse de todos os munícipes, o infrator será notificado a efetuar o pagamento do débito, inclusos os serviços realizados e a multa, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da última fiscalização.

Parágrafo único. A multa será aplicada e cobrada anualmente a todos os proprietários e possuidores de terrenos baldios, devidamente notificados e ausentes, por meio de lançamento em dívida ativa municipal.

Art. 16. O débito não pago nos prazos previstos nesta Lei será inscrito em dívida ativa e processada a cobrança administrativa e/ou judicial, acrescida de juros de mora e correção monetária, nos termos da Lei.

Art. 17. Para efeitos desta Lei, os prazos serão contados em dias corridos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Art. 18. O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá editar Decreto no prazo de 60 (sessenta) dias, fixando os valores relativos aos serviços a serem executados pelo Município com base nesta Lei, tanto para a roçada manual/máquinas em metro quadrado, quando for o caso, bem como para a retirada de lixos e entulhos depositados impropriamente.

Parágrafo único. Nos valores fixados na forma deste artigo, deverão estar computadas as despesas com a remoção dos rejeitos da capinação e limpeza, além da sua destinação.

Art. 19. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande-MT, 07 de dezembro de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

LEI N.º 4.312/2017

Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo Municipal para receber doação de áreas destinadas para equipamento público, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação da empresa **VR CONSTRUÇÕES LTDA - ME**, CNPJ/MF n.º 12.593.546/0001-82, uma área de terras com área de **787,44 m2** localizada dentro do perímetro urbano municipal, registrada no 1º Serviço Notarial e de Registro de Imóveis de Várzea Grande – MT, com a matrícula n.º 108.362.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação do Sr. **Fabrício Figueiredo Acosta** (CPF/MF n.º 545.179.741-20) e da Sra. **Thais Sversut Acosta** (CPF/MF n.º 706.195.571-68), parte de uma área de terras a ser desmembrada da matrícula n.º 76.244, registrada no 1º Serviço Notarial e de Registro de Imóveis de Várzea Grande – MT, com área de **1.133.89 m2**, localizada dentro do perímetro urbano municipal.

Art. 3° As duas áreas a serem doadas, serão unificadas e destinadas para via pública, com os seguintes limites e confrontações: Partindo do marco M01 com coordenada UTM. (SIRGAS 2000), MC de 57ºWgr N= 8.271.099,771 metros e E= 592.552,791 metros, localizado na divisa com a área de propriedade do Sr. Fabrício Figueiredo Acosta e da Sra. Thais Sversut Acosta, segue-se com azimute plano de 149º23’46” e com uma distância de 7,019 metros, confrontando com a área de propriedade do Sr. Fabrício Figueiredo Acosta e da Sra. Thais Sversut Acosta, até encontrar o marco M02. Do marco M02 com a coordenada UTM. N= 8.271.093,728 metros e E= 592.556,366 metros, segue-se com o azimute plano de 63º27’41” e com uma distância de 2,00 metros, confrontando com área de propriedade do Sr. Fabrício Figueiredo Acosta e da Sra. Thais Sversut Acosta até encontrar o marco P10. Do marco P10 com coordenada UTM. N= 8.271.094,621 metros e E= 592.558,155 metro, segue-se com azimute plano de 206º39’11” e com uma distância de 8,34 metros, confrontando com a área de propriedade da Firma Horizonte Participações Ltda. até encontrar o marco P10A. Do marco P10A com coordenada UTM. N= 8.271.087,163 metros e E= 592.554,411 metros segue-se com azimute plano de 243º27’48” e com uma distância de 154,28 metros, confrontando com área de Propriedade da Firma Horizonta participações Ltda., até encontrar o marco P10B. Do marco P10B com coordenada UTM. N= 8.271.018,236 metros e E= 592.416,387 metros, segue com azimute plano de 335º42’20” e com uma distância de 12,324 metros, confrontando com a Avenida Aleixo Ramos da Conceição, até encontrar o marco M04. Do marco M04 com a coordenada UTM. N= 8.271.029,452 metros e E= 592.411,314 metros, segue-se com azimute plano de 63º34’10” e com uma distância de 157,980 metros, confrontando com as área de propriedade do Sr. Roni Henrique Mendonça, da Firma VR Construção Ltda. – ME e do Sr. Fabrício Figueiredo Acosta e da Sra. Thais Sversut Acosta, até encontrar o marco M01, fechando assim o perímetro, somando área total de 1.921,33 m2.

Art. 4° Fica a Procuradoria Geral do Município, responsável pelos trâmites necessários para que se efetive o recebimento das áreas doadas.

Art. 5° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande - MT, 07 de dezembro de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

LEI N.º 4.311/2017

Denomina CMEI SONJA MARGARIDA METELO, o CMEI que está sendo construído na Cohab Nova Ipê, no município de Várzea Grande e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de CMEI SONJA MARGARIDA METELO, o CMEI que está sendo construído na Cohab Nova Ipê, neste município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande - MT, 30 de novembro de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA GAB/PREF/PMVG 37/2017

Dispõe sobre ato delegatório de movimentação financeira das contas bancárias de titularidade do Fundo Municipal de Apoio á Política do Idoso, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a contido no artigo 18, parágrafo 1º da Lei Municipal n. º 2.778/2.005 que cria o Fundo Municipal de Apoio á Política do Idoso e

delega a Secretaria de Assistência Social do Município de Várzea Grande a gestão do Fundo.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Secretária Municipal de Assistência Social,Sr. Kathe Maria Kholhase Martins, para em conjunto com o Secretário Municipal de Gestão Fazendária, Sr. João Benedito Gonçalves Neto, realizar os procedimentos necessários para a movimentação da conta bancária e dos ativos financeiros de titularidade do Fundo Municipal de Apoio à política do Idoso (FUMAPI).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 08 de dezembro de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 1180/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder 20 (vinte) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo **2016/2017**, a vigorar a partir de 02.01.2018 a 21.01. 2018,a servidora **ROSA MARIA DO ESPÍRITO SANTO LEQUE**, matrícula n° 40653, exercendo o Cargo de Agente de Desenvolvimento Econômico e Social, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 18 de dezembro de 2017.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 157/2017/GAB/SMECEL/VG

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE VÁRZEA GRANDE, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - prorrogar por 60 (sessenta) dias, a contar de 10 de dezembro de 2017, o prazo para conclusão da Tomada de Contas Especial designada pela Portaria 013/2016/GAB/SMECEL/VG, relativos aos Processos n° 23034.040455/2016-41 e 23034.015286/2010-16, celebrado entre o Município e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Artigo 2°- Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Várzea Grande – MT, 18 de dezembro de 2017.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

PORTARIA Nº 1177/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 155/2016 de 23 de março de 2016.

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo **2015/2016**, a vigorar a partir de 01.12.2017 a 30.12.2017**,** a servidora **CLAUDIA LUIZ FERREIRA**, matrícula n° 92075, Efetiva, exercendo o cargo de Agente Técnico do SUS - Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 18 de dezembro de 2017.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 1176/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo **2015/2016**, a vigorar a partir de 11.12.2017 a 09.01.2018,a servidora **ANDRIELLE CARLA DA SILVA CAMPOS**, matrícula n° 3554, exercendo o Cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Econômico e Social, lotada na Secretaria Municipal de Governo.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 18 de dezembro de 2017.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA GAB/SMS/VG Nº 183, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2.017.

Designa servidor para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 0131/ 2017 e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora, a Senhora**RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA**, brasileira, Gerente do Almoxarifado, Matrícula: 124905, Portadora da Cédula de Identidade RG 839080 SSP/MT, inscrita no CPF sob nº 654.631. 701-00, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 0131/ 2017, firmado com a empresa **MERCADÃO DA LIMPEZA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.689.405/ 0001-93, cujo objeto é a aquisição de produtos de lavanderia e limpeza hospitalar para atender as necessidades do setor de Lavanderia do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande/MT, pelo prazo de vigência de 04 (quatro) meses.

Art. 2º - Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – Atestar, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – Observar se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo dúvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – Solucionar problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – Elaborar, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – Adotar outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º - O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande, conforme declaração de fiscal devidamente assinada.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de assinatura do presente Contrato.

Várzea Grande, 18 de dezembro 2.017.

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde SMS/VG

EXTRATO CONTRATO N. 0131/2017

PARTES INTERESSADAS: Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde CNPJ nº 11.364.895/0001-60 e a Empresa MERCADÃO DA LIMPEZA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.689.405/0001-93. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado na Lei nº. 8.666/93, decorrente da Adesão a Ata de Registro de Preços nº da Ata de Registro de Preços nº 033/2017 oriundo do Pregão Presencial nº 037/2017, da Prefeitura Municipal de Juara, conforme descrito no Edital e seus Anexos e Termo de Referência nº 050/2017. PROCESSO GESPRO Nº. 487077/2017. OBJETO: Aquisição de produtos de lavanderia e limpeza hospitalar para atender as necessidades do setor de Lavanderia do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais). UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.122.0015. P/A: 2.269. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE: 0203/0204/0205/0304. VIGÊNCIA: Terá vigência de 04(quatro) meses, contados a partir da data de assinatura e respectiva publicação.

DATA DE ASSINATURA: 15.12.2017.

DIÓGENES MARCONDES

Secretário Municipal de SAÚDE – PMVG/MT

MERCADÃO DA LIMPEZA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA - ME

Contratada

RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 004/2017

O Conselho Municipal de SAÚDE de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1.291 de 13 de maio de 1993.

Considerando o art. 198, inciso III da Constituição da República, o que prevê a participação da comunidade como diretriz do Sistema Único de Saúde – SUS.

Considerando a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 e a Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, as quais regulamentam o Sistema Único de Saúde – SUS- e o controle social no âmbito da saúde, respectivamente;

Considerando a Lei Municipal nº 1.291 de 13 de maio de 1993 que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde e da outras providências;

Considerando o disposto do inciso V do artigo 20 Regimento Interno deste Órgão Colegiado;

AD REFERENDUM DO PLENÁRIO RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a substituição dos equipamentos relacionados nas propostas de Emenda Parlamentar nº 11364895000/1160-06 e 11364895000/1150-06, no valor de R$ 1.152.770,00 e mais a contrapartida municipal no valor de R$ 47.230,00; totalizando a importância de R$ 1.200.000,00, para aquisição de 03 (três) DR – Aparelho de Radiodiagnóstico Fixo Digital, com o intuito de ofertar exames mais precisos e rápidos de avaliar o quadro clínico dos usuários.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor a partir de sua publicação.

Sala das deliberações do Conselho Municipal de Saúde de Várzea Grande, 15 de Dezembro de

2017.

Erick Willian Pinto

Presidente do CMS/VG

Homologação:

Homologo a Resolução AD REFERENDUM nº 004/2017 do CMS/VG

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA GAB/PREF/PMVG 36/2017

Dispõe sobre a Comissão de alienação em Leilão Público, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e na conformidade com as disposições do artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a necessidade de alienar através de leilão público, os bens móveis diversos, veículos, ônibus, máquinas, sucateados e sucatas, de propriedade do município e que se encontram em diferentes estado de conservação, anti-econômicos, inservíveis e irrecuperáveis, medida esta de relevante interesse público.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Comissão de Alienação em Leilão Público, com os seus membros abaixo nomeados, com a responsabilidade de administrar e realizar todos os atos e procedimentos necessários ao certame, visando obter o melhor resultado e aperfeiçoamento do leilão de bens de propriedade do município.

I – Diretoria:

1. Presidente: **José Maria Pulquerio** – Secretaria Municipal de Administração.

2. Secretário: **Willian Alves Pinheiro -** Secretaria Municipal de Administração.

II – Membros:

1. **João Marques de Oliveira** - Secretaria Municipal de Administração;

2. **Anderson Silva Blanco** - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

3. **Lucilene da Costa** - Secretaria Municipal de Assistência Social;

4. **Gervásio Ângelo Cunha** - Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º O leilão será realizado na forma da Lei Federal nº 8.666/1.993 das Licitações e Contratos, suas alterações e pelo Edital completo, e será realizado de forma hibrida, presencial e *on-line* pela rede mundial de computadores, sendo conduzido por Leiloeiro Público Oficial do Estado, devidamente contratado para o objetivo fim da alienação.

Art. 3º A presente Portaria tem validade de 180 (cento e oito) dias, a contar desta data, prorrogável por igual período, devendo a Comissão prestar contas do leilão e encerrar suas atividades.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 08 de dezembro de 2.017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 026/2016

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 026/2016

CONTRATADA: AF GUINCHOS TRASNPORTES LTDA ME

OBJETO: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 12 (DOZE) MESES E REAJUSTE DE PREÇO

Objeto: Constitui objeto deste **1º Termo Aditivo é a prorrogação de prazo por igual e sucessivo período**, passando a sua data de vigência de **09/12/2017 à 09/12/2018, e reajuste conforme índice IPCA acumulado 12 meses 2,70%** com valor ao contrato de R$ **1.146.240,00** (um milhão, cento e quarenta e seis mil e duzentos e quarenta reais), e após reajuste o valor passa a ser de **R$ 1.177.188,48** (um milhão, cento e setenta e sete mil, cento e oitenta e oito reais e quarenta e oito centavos), ou até que seja homologado o novo certame, conforme amparo legal da Lei de Licitação.

Fundamentação Legal: artigo 57, inciso II e parágrafo 2º, concomitante com o parágrafo II e inciso I do artigo 65 da Lei 8.666/93.

Assinatura: 08/12/2017

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

PORTARIA Nº 1181/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder 02 (dois) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo **2014/2015**, a vigorar a partir de 20.01.2018 a 21.01.2018,a servidora **RENATA MONTEIRO DA SILVA GALLO**, matrícula n° 39744, Efetiva, exercendo o Cargo de Procuradora Municipal, lotada na Procuradoria Geral do Município.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 18 de dezembro de 2017.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 1179/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder 10 (dez) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo **2013/2014**, a vigorar a partir de 10.01.2018 a 19.01.2018, a servidora **RENATA MONTEIRO DA SILVA GALLO**, matrícula n° 39744, Efetiva, exercendo o Cargo de Procuradora Municipal, lotada na Procuradoria Geral do Município.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 18 de dezembro de 2017.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 247/2017

"Dispõe sobre a concessão do Benefício SALÁRIO MATERNIDADE".

O Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande/MT - PREVIVAG, **JUAREZ TOLEDO PIZZA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei n.º 2.719/04, que rege a Previdência Municipal, resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício Salário Maternidade às servidoras abaixo citadas, com base no Art. 22 da Lei nº 2.719/2004.

JUCELIA DA COSTA FELIX, efetiva no cargo de Merendeira, lotada na Sec. de Educação, de 09/11/2017 até 07/05/2018.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir da sua concessão.

Várzea Grande-MT, 18 de Dezembro de 2017.

Juarez Toledo Pizza

Presidente do PREVIVAG

PORTARIA Nº 246/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício"

"AUXÍLIO-DOENÇA"

O Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande/MT - PREVIVAG, **JUAREZ TOLEDO PIZZA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2.719/04, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Auxílio Doença, com base no Art. 15 da Lei 2.719/04, aos seguintes servidores:

ANA LUCIA GUEDES MOTTINHA, efetiva no cargo de Médica, lotada na Sec. municipal de Saúde, de 17/11/2017 até 15/01/2018.

ANGELA MARIA NEVES, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação, de 29/11/2017 até 23/01/2018.

ANNE ALVES COSTA, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação, de 26/11/2017 até 25/03/2018.

ANTONIETA VITALINO, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação, de 25/11/2017 até 23/01/2018.

BENE GONÇALVES DE CAMPOS, efetivo no cargo de Fiscal municipal, lotado na Sec. de Desenvolvimento Urbano, de 18/11/2017 até 17/12/2017.

BEATRIZ ROSALIA LEIVA DO PRADO, efetiva no cargo de Guarda municipal, lotada na Sec. de Defesa Social, de 17/11/2017 até 20/03/2018.

CARMELINA JULIA DOS SANTOS, efetiva no cargo de Aux de Serviços Gerais, lotada na Sec. municipal de Educação, de 14/11/2017 até 13/03/2018.

CILENE CASSIA DA SILVA, efetiva no cargo de Professora, lotado na Sec. de Educação, de 13/11/2017 até 11/01/2018.

CRISTINA MARINHO TEIXEIRA, efetiva no cargo de Professora, 1º Matrícula nº 009189, lotado na Sec. de Educação, de 26/11/2017 até 23/02/2018.

CRISTINA MARINHO TEIXEIRA, efetiva no cargo de Professora, 2º Matrícula nº 009188, lotado na Sec. de Educação, de 26/11/2017 até 23/02/2018.

DIRCEU BATISTA, efetivo no cargo de Agente de segurança e manutenção, lotado na Sec. de Saúde, de 16/11/2017 até 06/02/2018.

ELIADA CARMINA DOS REIS GONÇALVES SHULTZ, efetiva no cargo de Enfermeira, lotada na Sec. municipal de Saúde, de 24/11/2017 até 23/12/2017.

FERNANDA CARDOSO DO CARMO, efetiva no cargo de Tec. desenvolvimento econômico e social, lotada na Sec. municipal de Educação, de 16/11/2017 até 20/12/2017.

GRAZIELI RESENDE FERNANDES, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação, de 17/11/2017 até 16/12/2017.

ILMA LEITE DE SOUZA DA SILVA, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação, de 21/11/2017 até 05/12/2017.

IVETE DE ARRUDA E SILVA, efetiva no cargo de Merendeira, lotada na Sec. de Educação, de 08/10/2017 até 21/11/2017.

LIDIANE CARVALHO CORREA, efetiva no cargo de Tec. Em radiologia, lotada na Sec. de Saúde, de 27/11/2017 até 26/12/2017.

LOURDES EMILIA SCHIAVO, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação, de 22/11/2017 até 20/01/2018.

LUCIENE DOMINGAS PEREIRA DA SILVA, efetiva no cargo de Aux de Serviços Gerais, lotada na Sec. municipal de Educação, de 14/11/2017 até 03/12/2017.

LUZINETE APARECIDA RODRIGUES BATISTA, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação, de 23/11/2017 até 22/12/2017.

MARGARETH DA COSTA FERREIRA DE OLIVEIRA, efetiva no cargo de Aux de Serviços gerais, lotada na Sec. de Educação, de 27/11/2017 até 26/12/2017.

MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS MOREIRA, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação, de 25/11/2017 até 22/02/2018.

MARIZETE MARQUES DE BARROS, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação, de 29/11/2017 até 28/12/2017.

MARLENE SANTANA DE ALMEIDA, efetiva no cargo de Aux de Serviços Gerais, lotada na Sec. municipal de Educação, de 07/11/2017 até 05/01/2018.

NILZA RODRIGUESW DA SILVA, efetiva no cargo de TDI, lotada na Sec. de Educação, de 23/11/2017 até 21/05/2018.

PATRICIA KELLY FIGUEIREDO DA SILVA, efetiva no cargo de TDI, lotada na Sec. de Educação, de 23/11/2017 até 22/12/2017.

REGINA CELIA DO NASCIMENTO, efetiva no cargo de Aux. Desenvolvimento econômico e social, lotada na Sec. municipal de Administração, de 28/11/2017 até 25/02/2018.

RITA ALIZABETH GOMES DE LIMA, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação, de 08/11/2017 até 07/12/2017.

ROSIMEIRE FERREIRA PEREIRA, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação, de 13/11/2017 até 12/12/2017.

ROSIVANE DE SOUZA SONEMBERG, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação, de 18/11/2017 até 17/12/2017.

SEBASTIANA BARBOSA DOS SANTOS, efetiva no cargo de Aux de Serviços Gerais, lotada na Sec. municipal de Saúde, de 18/11/2017 até 16/01/2018.

SHIRLEY KYOKO TAKANO, efetiva no cargo de Médica, lotada na Sec. municipal de Saúde, de 14/11/2017 até 12/01/2018.

SUZANA MEDEIROS LIMA, efetiva no cargo de Professora, lotada na Sec. de Educação, de 22/11/2017 até 21/12/2017.

WELLER ESTEVES FERREIRA, efetivo no cargo de Guarda municipal, lotado na Sec. de Defesa Social, de 17/11/2017 até 15/05/2018.

ZENAIDE DE SOUZA, efetiva no cargo de Recepcionista, lotada na Sec. municipal de Saúde, de 09/11/2017 até 08/12/2017.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir da sua concessão.

Várzea Grande-MT, 18 de Dezembro de 2017.

Juarez Toledo Pizza

Presidente do PREVIVAG

PORTARIA Nº 1178/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo **2013/2014**, a vigorar a partir de 15.12.2017 a 13.01.2018,ao servidor **PEDRO ANTONIO RIBEIRO**, matrícula n° 38803,Efetivo, exercendo o Cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Defesa Social.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 18 de dezembro de 2017.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA N.º 248/2017.

“Dispõe sobre a concessão do Benefício SALÁRIO FAMÍLIA”.

A Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande/MT - PREVIVAG, **JUAREZ TOLEDO PIZZA,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei n° 2.719/04 que rege a Previdência Municipal, resolve:

Art. 1º - Conceder Salário Família às servidoras abaixo citadas, por motivo do nascimento de filho, em conformidade com o art. 7º XII da Constituição Federal e art. 16 da Lei nº. 2.719/2004, com efeitos a partir desta data, conforme processo administrativo do PREVIVAG.

- ANDRIELLE CARLA DA SILVA, efetiva, no cargo de Aux de desenvolvimento econômico e social, lotada na Sec. Mun. de Governo, Salário Família do menor MILENA CARLA DA SILVA CAMPOS, Nascido no dia 21/06/2017 a partir desta data.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da sua concessão.

Várzea Grande-MT, 18 de Dezembro de 2017.

Juarez Toledo Pizza

Presidente Do PREVIVAG

PORTARIA Nº 158/2017/GAB/SMECEL/VG

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE VÁRZEA GRANDE, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por 60 (sessenta) dias, a contar de 10 de dezembro de 2017, o prazo para conclusão dos autos da Tomada de Contas Especial designada pela Portaria 111/2016/GAB/SMECEL/VG/MT, relativos ao Convênio 26/2010, celebrados entre o Município e a Associação a Força do Povo.

Artigo 2°- Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Várzea Grande – MT, 18 de dezembro de 2017.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PORTARIA N.316/2017

"DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º - **Designar** a servidora FRANCISCA ANA DA SILVA, brasileira, residente e domiciliada no município de Vila Bela da Ss Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade RG: n. 161669-2 SSP/MT e CPF nº 826. 591.094-00, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos da Administração Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade N. 113/2017 e 114/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N. 100/2017, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

"DECRETA RECESSO ADMINISTRATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica instituído *como recesso administrativo de final de ano, nas repartições públicas do Poder Executivo Municipal,* o período compreendido entre o dia **26 de dezembro de 2017 e 02 de janeiro de 2018.**

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, ficam ressalvados os serviços que, por sua natureza, não possam sofrer paralisações, em especial os inerentes à saúde, coleta de lixo, limpeza pública urbana, abastecimento de água, e as Obrigações do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e Adolescentes.

Art. 2º.**Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZOITO DIAS do mês de DEZEMBRO DO ANO DE dois mil E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Estado do Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Priori.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
Entidade:	**1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA**							51.875.500,00	53.431.765,00	55.355.308,54
Órgão:	**02.00 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**							1.778.000,00	1.625.340,00	1.683.852,24
Unidade:	**02.01 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**							1.000.000,00	824.000,00	853.664,00
7	1.006 - AQUISIÇAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE Entidades Atendidas(UN)	P	1	04.122.0002	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	50.000,00	51.500,00	53.354,00
8	1.007 - AQUISIÇAO DE VEICULOS Entidades Atendidas(UN)	P	1	04.122.0002	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	200.000,00	0,00	0,00
9	2.002 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM O GABINETE Entidades Atendidas(UN)	A	1	04.122.0002	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	750.000,00	772.500,00	800.310,00
Unidade:	**02.02 - JUNTA DO SERVIÇO MILITAR**							99.000,00	101.970,00	105.640,92
10	1.008 - AQUISIÇAO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE Entidades Atendidas(UN)	P	1	04.122.0002	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	10.000,00	10.300,00	10.670,80
11	2.004 - MANUTENCAO DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR Entidades Atendidas(UN)	A	1	04.122.0002	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	89.000,00	91.670,00	94.970,12
Unidade:	**02.03 - ASSESSORIA JURIDICA**							82.000,00	84.460,00	87.500,56
12	1.009 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE Entidades Atendidas(UN)	P	1	04.122.0002	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	5.000,00	5.150,00	5.335,40
13	2.005 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A ASSESSORIA JURIDICA Entidades Atendidas(UN)	A	1	04.122.0002	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	77.000,00	79.310,00	82.165,16
Unidade:	**02.04 - CONSELHO TUTELAR**							368.000,00	379.040,00	392.685,44
14	1.010 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE Entidades Atendidas(UN)	P	1	08.243.0002	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	3.000,00	3.090,00	3.201,24
15	2.006 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM CONSELHO TUTELAR Entidades Atendidas(UN)	A	1	08.243.0002	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	365.000,00	375.950,00	389.484,20
Unidade:	**02.05 - UCI - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO**							169.000,00	174.070,00	180.336,52
16	1.012 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE Entidades Atendidas(UN)	P	1	04.124.0002	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	6.000,00	6.180,00	6.402,48
17	2.007 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A UCI Entidades Atendidas(UN)	A	1	04.124.0002	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	163.000,00	167.890,00	173.934,04
Unidade:	**02.06 - OUVIDORIA**							60.000,00	61.800,00	64.024,80
18	1.013 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE Entidades Atendidas(UN)	P	1	04.122.0002	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	4.000,00	4.120,00	4.268,32
19	2.008 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A OUVIDORIA Entidades Atendidas(UN)	A	1	04.122.0002	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	56.000,00	57.680,00	59.756,48

Estado do Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Priori.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
Entidade:	**1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA**							51.875.500,00	53.431.765,00	55.355.308,54
Órgão:	**03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO**							3.647.220,00	3.756.636,60	3.891.875,52
Unidade:	**03.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO**							3.647.220,00	3.756.636,60	3.891.875,52
20	1.014 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	P	1	04.122.0003	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	60.000,00	61.800,00	64.024,80
	Entidades Atendidas(UN)				4.0.00.00.00.00.00.00	00010092	04.01.00	15.500,00	15.965,00	16.539,74
21	1.015 - AQUISIÇAO DE VEICULO	P	1	04.122.0003	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	130.000,00	133.900,00	138.720,40
	Entidades Atendidas(UN)									
22	1.016 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PREDIO DO PAÇO MUNICIPAL	P	1	04.122.0003	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	150.000,00	154.500,00	160.062,00
	Entidades Atendidas(UN)									
23	1.017 - CONSTRUCAO DO ESTACIONAMENTO DO PACO MUNICIPAL	P	1	04.122.0003	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	200.000,00	206.000,00	213.416,00
	Entidades Atendidas(UN)									
24	2.009 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA	A	1	04.122.0003	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	3.021.720,00	3.112.371,60	3.224.416,98
	Entidades Atendidas(UN)									
25	2.010 - IMPLEMENTAÇAO DO PLANO DIRETOR	A	1	04.122.0003	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	11.000,00	11.330,00	11.737,88
	Entidades Atendidas(UN)									
26	2.012 - JARDINAGEM E PAISAGISMO DO PAÇO MUNICIPAL	A	1	04.122.0003	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	11.000,00	11.330,00	11.737,88
	Entidades Atendidas(UN)									
27	2.114 - APOIO AS POLICIAS CIVIL E MILITAR	A	1	04.122.0003	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	48.000,00	49.440,00	51.219,84
	Entidades Atendidas(UN)									
Órgão:	**04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**							2.786.005,00	2.869.585,15	2.972.890,22
Unidade:	**04.01 - GABINETE DO SECRETARIO**							2.786.005,00	2.869.585,15	2.972.890,22
28	1.018 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	P	1	04.123.0008	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	60.500,00	62.315,00	64.558,34
	Entidades Atendidas(UN)				4.0.00.00.00.00.00.00	00010092	04.01.00	10.500,00	10.815,00	11.204,34
29	2.013 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA	A	1	04.123.0008	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	1.555.000,00	1.601.650,00	1.659.309,40
	Entidades Atendidas(UN)				4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	80.000,00	82.400,00	85.366,40
30	2.014 - PASEP - PROGRAMA DE FORM. DO PATRIMONIO DO TRABALHADOR	A	1	04.123.0008	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	500.000,00	515.000,00	533.540,00
	Entidades Atendidas(UN)									
31	2.016 - PLANO DE MELHORIA DE ARRECAÇAO TRIBUTARIA	A	1	04.123.0008	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	12.000,00	12.360,00	12.804,96
	Entidades Atendidas(UN)									
32	2.017 - PROMOÇAO E CAPACITAÇAO PROFISSIONAL	A	1	04.128.0008	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	12.000,00	12.360,00	12.804,96
	Entidades Atendidas(UN)									

19 de Dezembro de 2017 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municipios do Estado de Mato Grosso • ANO XII | N° 2.878

Estado do Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Priori.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
Entidade:	**1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA**							51.875.500,00	53.431.765,00	55.355.308,54
Órgão:	**04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**							2.786.005,00	2.869.585,15	2.972.890,22
Unidade:	**04.01 - GABINETE DO SECRETARIO**							2.786.005,00	2.869.585,15	2.972.890,22
33	2.018 - REESTRUTURAÇÃO DA PLANTA GENERICA DE VALORES Entidades Atendidas(UN)	A	1	04.123.0008	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	12.000,00	12.360,00	12.804,96
34	2.015 - RESERVA DE CONTINGENCIA Entidades Atendidas(UN)	A	1	99.999.0008	9.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	544.005,00	560.325,15	580.496,86
Órgão:	**05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO**							15.966.850,00	16.445.855,50	17.037.906,30
Unidade:	**05.01 - GABINETE DO SECRETARIO**							795.500,00	819.365,00	848.862,14
147	1.019 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE Entidades Atendidas(UN)	P	1	12.122.0005	4.0.00.00.00.00.00.00	00010001	01.00.00	50.000,00	51.500,00	53.354,00
148	2.019 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA Entidades Atendidas(UN)	A	1	12.122.0005	3.0.00.00.00.00.00.00	00010001	01.00.00	745.500,00	767.865,00	795.508,14
Unidade:	**05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO**							5.456.850,00	5.620.555,50	5.822.895,50
149	1.020 - AQUISIÇAO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE Entidades Atendidas(UN)	P	1	12.361.0040	4.0.00.00.00.00.00.00	00010001	01.00.00	20.000,00	20.600,00	21.341,60
					4.0.00.00.00.00.00.00	00010092	04.01.00	20.000,00	20.600,00	21.341,60
150	1.021 - AQUISIÇAO DE ONIBUS E MICRO-ONIBUS ESCOLAR Entidades Atendidas(UN)	P	1	12.361.0040	4.0.00.00.00.00.00.00	00010001	01.00.00	100.000,00	103.000,00	106.708,00
151	1.022 - CONSTRUÇAO, REFORMA E AMPLIAÇAO DA REDE FISICA ESCOLAR Entidades Atendidas(UN)	P	1	12.361.0040	4.0.00.00.00.00.00.00	00010001	01.00.00	40.000,00	41.200,00	42.683,20
152	1.023 - CONSTRUÇAO E REFORMAS DE QUADRAS ESPORTIVAS NAS ESCOLAS Entidades Atendidas(UN)	P	1	12.361.0040	4.0.00.00.00.00.00.00	00010001	01.00.00	40.000,00	41.200,00	42.683,20
153	1.024 - AQUISIÇAO DE VEICULOS Entidades Atendidas(UN)	P	1	12.361.0040	4.0.00.00.00.00.00.00	00010001	01.00.00	50.000,00	51.500,00	53.354,00
154	2.020 - MANUTENÇAO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇAO Entidades Atendidas(UN)	A	1	12.361.0040	3.0.00.00.00.00.00.00	00010001	01.00.00	919.000,00	946.570,00	980.646,52
156	2.144 - MANUTENCAO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTACAO ESCOLAR Entidades Atendidas(UN)	A	1	12.306.0036	3.0.00.00.00.00.00.00	00010001	01.00.00	100.000,00	103.000,00	106.708,00
158	2.145 - MANUTENCAO DA FROTA ESCOLAR Entidades Atendidas(UN)	A	1	12.361.0040	3.0.00.00.00.00.00.00	00010001	01.00.00	159.000,00	163.770,00	169.665,72

Estado do Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Priori.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA								51.875.500,00	53.431.765,00	55.355.308,54
Órgão: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO								15.966.850,00	16.445.855,50	17.037.906,30
Unidade: 05.02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO								5.456.850,00	5.620.555,50	5.822.895,50
161	2.146 - MANUTENÇAO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR-PNATE Entidades Atendidas(UN)	A	1	12.361.0040	3.0.00.00.00.00.00.00	00010001	01.00.00	140.000,00	144.200,00	149.391,20
163	2.026 - MANUTENCAO DO PROGRAMA MAIS EDUCACAO Entidades Atendidas(UN)	A	1	12.361.0040	3.0.00.00.00.00.00.00	00010001	01.00.00	54.000,00	55.620,00	57.622,32
165	2.028 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM SALARIO EDUCAÇAO Entidades Atendidas(UN)	A	1	12.361.0040	3.0.00.00.00.00.00.00	00010001	01.00.00	50.000,00	51.500,00	53.354,00
167	2.033 - PROGRAMA ENSINO DE JOVENS E ADULTOS-EJA Entidades Atendidas(UN)	A	1	12.361.0040	3.0.00.00.00.00.00.00	00010001	01.00.00	15.000,00	15.450,00	16.006,20
168	2.027 - MANUTENCAO DO ENSNIO SUPERIOR Entidades Atendidas(UN)	A	1	12.364.0042	3.0.00.00.00.00.00.00	00010001	01.00.00	201.000,00	207.030,00	214.483,08
169	2.147 - CONVENIO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO-UNEMAT Entidades Atendidas(UN)	A	1	12.364.0042	3.0.00.00.00.00.00.00	00010001	01.00.00	245.000,00	252.350,00	261.434,60
178	2.036 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM ENSINO INFANTIL 40% Entidades Atendidas(UN)	A	1	12.365.0039	3.0.00.00.00.00.00.00	00010001	01.00.00	318.000,00	327.540,00	339.331,44
180	2.038 - REMUNERAÇAO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇAO INFANTIL 60% Entidades Atendidas(UN)	A	1	12.365.0039	3.0.00.00.00.00.00.00	00010001	01.00.00	1.498.120,00	1.543.063,60	1.598.613,89
182	2.037 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM ENSINO FUNDAMENTAL 40% Entidades Atendidas(UN)	A	1	12.361.0040	3.0.00.00.00.00.00.00	00010001	01.00.00	483.000,00	497.490,00	515.399,64
184	2.039 - REMUNERAÇAO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇAO FUNDAMENTAL Entidades Atendidas(UN)	A	1	12.361.0040	3.0.00.00.00.00.00.00	00010001	01.00.00	1.004.730,00	1.034.871,90	1.072.127,29
Unidade: 05.03 - CRECHE E PRE ESCOLA								816.500,00	840.995,00	871.270,82
170	1.025 - CONSTRUÇAO, REFORMA E AMPLIAÇAO DE ESCOLA INFANTIL Entidades Atendidas(UN)	P	1	12.365.0039	4.0.00.00.00.00.00.00	00010001	01.00.00	50.000,00	51.500,00	53.354,00
171	1.026 - CONSTRUÇAO, REFORMA E AMPLIAÇAO DE CRECHES Entidades Atendidas(UN)	P	1	12.365.0039	4.0.00.00.00.00.00.00	00010001	01.00.00	50.000,00	51.500,00	53.354,00
172	1.027 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE Entidades Atendidas(UN)	P	1	12.365.0039	4.0.00.00.00.00.00.00	00010001	01.00.00	20.000,00	20.600,00	21.341,60

diariomunicipal.org/mt/amm • www.amm.org.br

Assinado Digitalmente

Estado do Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Priori.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA								51.875.500,00	53.431.765,00	55.355.308,54
Órgão: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO								15.966.850,00	16.445.855,50	17.037.906,30
Unidade: 05.03 - CRECHE E PRE ESCOLA								816.500,00	840.995,00	871.270,82
173	2.034 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A CRECHE MUNICIPAL Entidades Atendidas(UN)	A	1	12.365.0039	3.0.00.00.00.00.00.00	00010001	01.00.00	532.500,00	548.475,00	568.220,10
175	2.035 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A PRE-ESCOLA Entidades Atendidas(UN)	A	1	12.365.0039	3.0.00.00.00.00.00.00	00010001	01.00.00	164.000,00	168.920,00	175.001,12
Unidade: 05.04 - FUNDEB								7.600.000,00	7.828.000,00	8.109.808,00
177	2.036 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM ENSINO INFANTIL 40% Entidades Atendidas(UN)	A	1	12.365.0039	3.0.00.00.00.00.00.00	00010019	01.02.00	250.000,00	257.500,00	266.770,00
179	2.038 - REMUNERAÇAO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇAO INFANTIL 60% Entidades Atendidas(UN)	A	1	12.365.0039	3.0.00.00.00.00.00.00	00010018	01.02.00	800.000,00	824.000,00	853.664,00
181	2.037 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM ENSINO FUNDAMENTAL 40% Entidades Atendidas(UN)	A	1	12.361.0040	3.0.00.00.00.00.00.00	00010019	01.02.00	550.000,00	566.500,00	586.894,00
183	2.039 - REMUNERAÇAO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇAO FUNDAMENTAL Entidades Atendidas(UN)	A	1	12.361.0040	3.0.00.00.00.00.00.00	00010018	01.02.00	6.000.000,00	6.180.000,00	6.402.480,00
Unidade: 05.05 - FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO-FNDE								1.298.000,00	1.336.940,00	1.385.069,84
155	2.022 - MANUTENÇAO DO PNAE- PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇAO Entidades Atendidas(UN)	A	1	12.306.0036	3.0.00.00.00.00.00.00	00010015	01.03.00	250.000,00	257.500,00	266.770,00
157	2.021 - MANUTENÇAO DA FROTA ESCOLAR Entidades Atendidas(UN)	A	1	12.361.0040	3.0.00.00.00.00.00.00	00010015	01.03.00	545.000,00	561.350,00	581.558,60
159	2.023 - MANUTENCAO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA-PDDE Entidades Atendidas(UN)	A	1	12.361.0040	3.0.00.00.00.00.00.00	00010015	01.03.00	20.000,00	20.600,00	21.341,60
160	2.024 - MANUTENÇAO PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR-PNATE Entidades Atendidas(UN)	A	1	12.361.0040	3.0.00.00.00.00.00.00	00010022	01.00.00	93.000,00	95.790,00	99.238,44
162	2.026 - MANUTENCAO DO PROGRAMA MAIS EDUCACAO Entidades Atendidas(UN)	A	1	12.361.0040	3.0.00.00.00.00.00.00	00010015	01.03.00	50.000,00	51.500,00	53.354,00
164	2.028 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM SALARIO EDUCAÇAO Entidades Atendidas(UN)	A	1	12.361.0040	3.0.00.00.00.00.00.00	00010015	01.03.00	50.000,00	51.500,00	53.354,00

19 de Dezembro de 2017 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municipios do Estado de Mato Grosso • ANO XII | N° 2.878

Estado do Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Priori.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA								51.875.500,00	53.431.765,00	55.355.308,54
Órgão: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO								15.966.850,00	16.445.855,50	17.037.906,30
Unidade: 05.05 - FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO-FNDE								1.298.000,00	1.336.940,00	1.385.069,84
166	2.033 - PROGRAMA ENSINO DE JOVENS E ADULTOS-EJA Entidades Atendidas(UN)	A	1	12.361.0040	3.0.00.00.00.00.00.00	00010015	01.03.00	30.000,00	30.900,00	32.012,40
174	2.034 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A CRECHE MUNICIPAL Entidades Atendidas(UN)	A	1	12.365.0039	3.0.00.00.00.00.00.00	00010015	01.00.00	130.000,00	133.900,00	138.720,40
176	2.035 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A PRE-ESCOLA Entidades Atendidas(UN)	A	1	12.365.0039	3.0.00.00.00.00.00.00	00010015	01.00.00	130.000,00	133.900,00	138.720,40
Órgão: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE								14.391.015,00	14.822.745,45	15.356.364,30
Unidade: 06.01 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE/ATENCAO BASICA								3.357.000,00	3.457.710,00	3.582.187,56
107	2.046 - MANUTENÇAO E ENCARGOS ATENÇAO BASICA-PAB-FIXO Entidades Atendidas(R$)	A	1	10.301.0080	3.0.00.00.00.00.00.00	00010014	02.04.00	800.000,00	824.000,00	853.664,00
108	2.143 - MANUTENCAO E ENCARGOS ATENCAO BASICA-PISO VARIAVEL Entidades Atendidas(UN)	A	1	10.301.0080	3.0.00.00.00.00.00.00	00010014	02.04.00	105.000,00	108.150,00	112.043,40
109	2.140 - MANUTENCAO E ENCARGOS PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DA ATENCAO BASICA Entidades Atendidas(UN)	A	1	10.301.0080	3.0.00.00.00.00.00.00	00010014	02.04.00	430.000,00	442.900,00	458.844,40
110	2.044 - MANUTENÇAO E ENCARGOS SAUDE BUCAL Entidades Atendidas(R$)	A	1	10.301.0080	3.0.00.00.00.00.00.00	00010014	02.04.00	200.000,00	206.000,00	213.416,00
111	2.042 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS SAUDE DA FAMILIA-SF Entidades Atendidas(R$)	A	1	10.301.0080	3.0.00.00.00.00.00.00	00010014	02.04.00	1.620.000,00	1.668.600,00	1.728.669,60
113	2.040 - MANUTENCAO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE Entidades Atendidas(R$)	A	1	10.301.0080	3.0.00.00.00.00.00.00	00010042	02.00.00	49.000,00	50.470,00	52.286,92
114	2.045 - MANUTENÇAO E ENCARGOS PASCAR/ AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE RURAL Entidades Atendidas(UN)	A	1	10.301.0080	3.0.00.00.00.00.00.00	00010042	02.00.00	153.000,00	157.590,00	163.263,24
Unidade: 06.02 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE- MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE								3.701.000,00	3.812.030,00	3.949.263,08
118	2.053 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM HOSPITAL MUNICIPAL Entidades Atendidas(R$)	A	1	10.302.0084	3.0.00.00.00.00.00.00	00010014	02.04.00	1.367.000,00	1.408.010,00	1.458.698,36
119	2.048 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM PRONTO ATENDIMENTO Entidades Atendidas(R$)	A	1	10.302.0084	3.0.00.00.00.00.00.00	00010014	02.04.00	2.334.000,00	2.404.020,00	2.490.564,72

19 de Dezembro de 2017 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XII | N° 2.878

Estado do Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Priori.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
Entidade:	**1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA**							51.875.500,00	53.431.765,00	55.355.308,54
Órgão:	**06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**							14.391.015,00	14.822.745,45	15.356.364,30
Unidade:	**06.03 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE/ VIGILANCIAS EM SAUDE**							254.000,00	261.620,00	271.038,32
120	2.057 - MANUTENCAO E ENCARGOS VIGILANCIA EM SAUDE Entidades Atendidas(R$)	A	1	10.305.0085	3.0.00.00.00.00.00.00	00010014	02.04.00	10.000,00	10.300,00	10.670,80
121	2.058 - MANUTENÇAO E ENCARGOS VIGILANCIA SANITARIA Entidades Atendidas(R$)	A	1	10.304.0085	3.0.00.00.00.00.00.00	00010014	02.04.00	244.000,00	251.320,00	260.367,52
Unidade:	**06.04 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE/ASSISTENCIA FARMACEUTICA**							420.000,00	432.600,00	448.173,60
122	2.059 - MANUTENÇAO E ENCARGOS ASSISTENCIA FARMACEUTICA Entidades Atendidas(R$)	A	1	10.303.0081	3.0.00.00.00.00.00.00	00010014	02.04.00	420.000,00	432.600,00	448.173,60
Unidade:	**06.05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**							5.686.015,00	5.856.595,45	6.067.432,90
124	2.108 - CONVENIO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ARAGUAIA E XINGU Entidades Atendidas(R$)	A	1	10.122.0079	3.0.00.00.00.00.00.00	00010002	02.00.00	400.000,00	412.000,00	426.832,00
125	2.061 - MANUTENÇAO E ENCARGOS DA GESTAO EM SAUDE Entidades Atendidas(R$)	A	1	10.122.0079	3.0.00.00.00.00.00.00	00010002	02.00.00	1.459.000,00	1.502.770,00	1.556.869,72
126	2.128 - MANUTENCAO E ENCARGOS ATENCAO BASICA Entidades Atendidas(UN)	A	1	10.301.0080	3.0.00.00.00.00.00.00	00010002	02.00.00	297.785,00	306.718,55	317.760,42
127	2.129 - MANUTENCAO E ENCARGOS SAUDE BUCAL Entidades Atendidas(UN)	A	1	10.301.0080	3.0.00.00.00.00.00.00	00010002	02.00.00	171.150,00	176.284,50	182.630,74
128	2.130 - MANUTENCAO E ENCARGOS SAUDE DA FAMILIA-SF Entidades Atendidas(UN)	A	1	10.301.0079	3.0.00.00.00.00.00.00	00010002	02.00.00	475.000,00	489.250,00	506.863,00
129	2.131 - MANUTENCAO E ENCARGOS PROGRAMA AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE Entidades Atendidas(UN)	A	1	10.301.0080	3.0.00.00.00.00.00.00	00010002	02.00.00	115.000,00	118.450,00	122.714,20
130	2.132 - MANUTENCAO E ENCARGOS PASCAR/ AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE RURAL Entidades Atendidas(UN)	A	1	10.301.0080	3.0.00.00.00.00.00.00	00010002	02.00.00	110.000,00	113.300,00	117.378,80
131	2.133 - MANUTENCAO E ENCARGOS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL Entidades Atendidas(UN)	A	1	10.303.0084	3.0.00.00.00.00.00.00	00010002	02.00.00	129.500,00	133.385,00	138.186,86
132	2.134 - MANUTENCAO E ENCARGOS CENTRO DE REABILITACAO Entidades Atendidas(UN)	A	1	10.303.0084	3.0.00.00.00.00.00.00	00010002	02.00.00	121.000,00	124.630,00	129.116,69
133	2.135 - MANUTENCAO E ENCARGOS LABORATORIO MUNICIPAL Entidades Atendidas(UN)	A	1	10.302.0084	3.0.00.00.00.00.00.00	00010002	02.00.00	284.000,00	292.520,00	303.050,72

diariomunicipal.org/mt/amm • www.amm.org.br

Assinado Digitalmente

19 de Dezembro de 2017 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XII | N° 2.878

Estado do Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Priori.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA								51.875.500,00	53.431.765,00	55.355.308,54
Órgão: 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE								14.391.015,00	14.822.745,45	15.356.364,30
Unidade: 06.05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE								5.686.015,00	5.856.595,45	6.067.432,90
134	2.136 - MANUTENCAO E ENCARGOS HOSPITAL MUNICIPAL Entidades Atendidas(UN)	A	1	10.302.0084	3.0.00.00.00.00.00.00	00010002	02.00.00	541.000,00	557.230,00	577.290,28
135	2.137 - MANUTENCAO E ENCARGOS PRONTO ATENDIMENTO Entidades Atendidas(UN)	A	1	10.302.0084	3.0.00.00.00.00.00.00	00010002	02.00.00	1.328.580,00	1.368.437,40	1.417.701,15
136	2.138 - MANUTENCAO E ENCARGOS VIGILANCIA SANITARIA E VIGILANCIA EM SAUDE Entidades Atendidas(UN)	A	1	10.304.0085	3.0.00.00.00.00.00.00	00010002	02.00.00	130.000,00	133.900,00	138.720,40
137	2.139 - MANUTENCAO E ENCARGOS ASSISTENCIA FARMACEUTICA Entidades Atendidas(UN)	A	1	10.303.0081	3.0.00.00.00.00.00.00	00010002	02.00.00	124.000,00	127.720,00	132.317,92
Unidade: 06.06 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE								577.000,00	594.310,00	615.705,16
112	2.141 - MANUTENCAO E ENCARGOS SAUDE DA FAMILIA-SF Entidades Atendidas(UN)	A	1	10.301.0080	3.0.00.00.00.00.00.00	00010042	02.00.00	193.000,00	198.790,00	205.946,44
115	2.049 - MANUTENCAO E ENCARGOS CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL Entidades Atendidas(R$)	A	1	10.303.0084	3.0.00.00.00.00.00.00	00010042	02.00.00	108.000,00	111.240,00	115.244,64
116	2.051 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM CENTRO DE REABILITAÇÃO Entidades Atendidas(R$)	A	1	10.303.0084	3.0.00.00.00.00.00.00	00010042	02.00.00	77.000,00	79.310,00	82.165,16
117	2.052 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM LABORATÓRIO MUNICIPAL Entidades Atendidas(R$)	A	1	10.302.0084	3.0.00.00.00.00.00.00	00010042	02.00.00	158.000,00	162.740,00	168.598,64
123	2.142 - MANUTENÇAO E ENCARGOS ASSISTENCIA FARMACEUTICA Entidades Atendidas(UN)	A	1	10.303.0081	3.0.00.00.00.00.00.00	00010042	02.00.00	41.000,00	42.230,00	43.750,28
Unidade: 06.07 - INVESTIMENTOS NA REDE DE SERVICOS DE SAUDE								396.000,00	407.880,00	422.563,68
138	1.030 - AQUISIÇAO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE/ATENCAO BASICA Entidades Atendidas(UN)	P	1	10.301.0080	4.0.00.00.00.00.00.00	00010002	02.00.00	10.000,00	10.300,00	10.670,80
					4.0.00.00.00.00.00.00	00010014	02.04.00	10.000,00	10.300,00	10.670,80
					4.0.00.00.00.00.00.00	00010042	02.00.00	10.000,00	10.300,00	10.670,80
					4.0.00.00.00.00.00.00	00010092	04.01.00	4.000,00	4.120,00	4.268,32
139	1.033 - OBRAS - GESTÃO MUNICIPAL Entidades Atendidas(UN)	P	1	10.301.0079	4.0.00.00.00.00.00.00	00010002	02.00.00	80.000,00	82.400,00	85.366,40

Assinado Digitalmente

Estado do Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Priori.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
Entidade:	**1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA**							51.875.500,00	53.431.765,00	55.355.308,54
Órgão:	**06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**							14.391.015,00	14.822.745,45	15.356.364,30
Unidade:	**06.07 - INVESTIMENTOS NA REDE DE SERVICOS DE SAUDE**							396.000,00	407.880,00	422.563,68
140	1.036 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE-MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	P	1	10.302.0084	4.0.00.00.00.00.00.00	00010002	02.00.00	10.000,00	10.300,00	10.670,80
	Entidades Atendidas(UN)									
					4.0.00.00.00.00.00.00	00010014	02.04.00	10.000,00	10.300,00	10.670,80
					4.0.00.00.00.00.00.00	00010042	02.00.00	7.000,00	7.210,00	7.469,56
					4.0.00.00.00.00.00.00	00010092	04.01.00	4.000,00	4.120,00	4.268,32
141	1.034 - AQUISICAO DE VEICULO-MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	P	1	10.302.0084	4.0.00.00.00.00.00.00	00010002	02.00.00	80.000,00	82.400,00	85.366,40
	Entidades Atendidas(UN)									
					4.0.00.00.00.00.00.00	00010014	02.04.00	10.000,00	10.300,00	10.670,80
					4.0.00.00.00.00.00.00	00010042	02.00.00	7.000,00	7.210,00	7.469,56
142	1.042 - AQUISICAO DE MICRO ONIBUS-MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	P	1	10.302.0084	4.0.00.00.00.00.00.00	00010002	02.00.00	80.000,00	82.400,00	85.366,40
	Entidades Atendidas(UN)									
143	1.044 - AQUISICAO DE VEICULOS-VIGILANCIA SANITARIA E VIGILANCIA EM SAUDE	P	1	10.304.0085	4.0.00.00.00.00.00.00	00010002	02.00.00	5.000,00	5.150,00	5.335,40
	Entidades Atendidas(UN)									
					4.0.00.00.00.00.00.00	00010014	02.04.00	10.000,00	10.300,00	10.670,80
					4.0.00.00.00.00.00.00	00010092	04.01.00	4.000,00	4.120,00	4.268,32
144	1.043 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE-VIGILANCIA SANITARIA E VIGILANCIA EM SAUDE	P	1	10.305.0085	4.0.00.00.00.00.00.00	00010002	02.00.00	5.000,00	5.150,00	5.335,40
	Entidades Atendidas(UN)									
					4.0.00.00.00.00.00.00	00010014	02.04.00	10.000,00	10.300,00	10.670,80
145	1.092 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE-ASSISTENCIA FARMACEUTICA	P	1	10.303.0081	4.0.00.00.00.00.00.00	00010002	02.00.00	5.000,00	5.150,00	5.335,40
	Entidades Atendidas(UN)									
					4.0.00.00.00.00.00.00	00010014	02.04.00	10.000,00	10.300,00	10.670,80
					4.0.00.00.00.00.00.00	00010042	02.00.00	7.000,00	7.210,00	7.469,56
					4.0.00.00.00.00.00.00	00010092	04.01.00	4.000,00	4.120,00	4.268,32
146	1.093 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE-GESTAO MUNICIPAL	P	1	10.122.0079	4.0.00.00.00.00.00.00	00010002	02.00.00	10.000,00	10.300,00	10.670,80
	Entidades Atendidas(UN)									
					4.0.00.00.00.00.00.00	00010092	04.01.00	4.000,00	4.120,00	4.268,32

19 de Dezembro de 2017 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XII | N° 2.878

Estado do Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Priori.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
Entidade:	**1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA**							51.875.500,00	53.431.765,00	55.355.308,54
Órgão:	**07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇAO E OBRAS PUBLICAS**							9.136.410,00	9.616.502,30	9.962.696,36
Unidade:	**07.01 - GABINETE DO SECRETARIO**							572.000,00	589.160,00	610.369,76
45	1.060 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE Entidades Atendidas(UN)	P	1	04.122.0064	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	60.000,00	61.800,00	64.024,80
					4.0.00.00.00.00.00.00	00010092	04.01.00	3.000,00	3.090,00	3.201,24
46	2.064 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM GABINETE Entidades Atendidas(UN)	A	1	04.122.0064	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	509.000,00	524.270,00	543.143,72
Unidade:	**07.02 - MANUTENCAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA**							7.191.060,00	7.406.791,80	7.673.436,30
47	1.112 - AQUISICAO DE VEICULOS, MAQUINAS E CAMINHOES-FETHAB Entidades Atendidas(UN)	P	1	15.451.0060	4.0.00.00.00.00.00.00	00010030	04.00.00	500.000,00	515.000,00	533.540,00
48	1.113 - OBRAS E INSTALACOES- FETHAB Entidades Atendidas(UN)	P	1	15.451.0060	4.0.00.00.00.00.00.00	00010030	04.00.00	200.000,00	206.000,00	213.416,00
49	1.114 - MANUTENCAO E PAVIMENTACAO ASFALTICA Entidades Atendidas(UN)	P	1	15.451.0060	4.0.00.00.00.00.00.00	00010030	04.00.00	100.000,00	103.000,00	106.708,00
50	2.226 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS FETHAB Entidades Atendidas(UN)	A	1	15.451.0060	3.0.00.00.00.00.00.00	00010030	04.00.00	1.700.000,00	1.751.000,00	1.814.036,00
51	1.061 - PAVIMENTAÇAO, RESTAURAÇAO E CONSERVAÇAO DAS VIAS Entidades Atendidas(UN)	P	1	15.451.0060	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	300.000,00	309.000,00	320.124,00
52	1.068 - CONSTRUÇAO, ARBORIZAÇÃO DE AVENIDAS, PRAÇAS E JARDINS Entidades Atendidas(UN)	P	1	15.451.0061	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	252.000,00	259.560,00	268.904,16
53	2.068 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM OS SERVIÇOS PÚBLICOS Entidades Atendidas(UN)	A	1	15.451.0060	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	1.419.000,00	1.461.570,00	1.514.186,52
54	2.070 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM OS SERVIÇOS DE LIMPEZA PUBLICA Entidades Atendidas(UN)	A	1	15.451.0060	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	937.000,00	965.110,00	999.853,96
55	2.071 - MANUTENÇAO COM JARDINAGEM E PAISAGISMO Entidades Atendidas(UN)	A	1	15.451.0061	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	11.000,00	11.330,00	11.737,88
56	2.072 - SINALIZAÇÃO DAS VIAS PUBLICAS Entidades Atendidas(UN)	A	1	15.451.0061	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	88.000,00	90.640,00	93.903,04
57	2.065 - MANUTENÇAO DO SISTEMA DE ILUMINAÇAO PUBLICA Entidades Atendidas(UN)	A	1	25.752.0057	3.0.00.00.00.00.00.00	00010017	04.00.00	350.000,00	360.500,00	373.478,00

19 de Dezembro de 2017 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XII | Nº 2.878

Estado do Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Priori.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA								51.875.500,00	53.431.765,00	55.355.308,54
Órgão: 07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇAO E OBRAS PUBLICAS								9.136.410,00	9.616.502,30	9.962.696,36
Unidade: 07.02 - MANUTENCAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA								7.191.060,00	7.406.791,80	7.673.436,30
58	1.063 - AQUISIÇAO DE VEICULOS, MAQUINAS E CAMINHOES Entidades Atendidas(UN)	P	1	15.451.0060	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	363.060,00	373.951,80	387.414,06
59	1.065 - CONSTRUÇAO E REFORMA DE PONTES, BUEIROS E GALERIAS Entidades Atendidas(UN)	P	1	15.451.0060	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	250.000,00	257.500,00	266.770,00
60	2.066 - MANUTENÇAO DE PONTES, BUEIROS E GALERIAS Entidades Atendidas(UN)	A	1	15.451.0060	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	111.000,00	114.330,00	118.445,88
61	2.067 - MANUTENÇAO DE MAQUINAS, VEICULOS E EQUIPAMENTOS Entidades Atendidas(UN)	A	1	15.451.0060	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	305.000,00	314.150,00	325.459,40
					3.0.00.00.00.00.00.00	00010016	00.00.00	50.000,00	51.500,00	53.354,00
62	2.069 - MANUTENÇAO DAS ESTRADAS VICINAIS Entidades Atendidas(UN)	A	1	15.451.0060	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	255.000,00	262.650,00	272.105,40
Unidade: 07.03 - SAEVIR								1.373.350,00	1.620.550,50	1.678.890,30
66	1.118 - CONSTRUCAO, RESTAURACAO DA REDE DE CAPTACAO E ABASTECIMENTO Entidades Atendidas(UN)	P	1	17.512.0076	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	50.000,00	51.500,00	53.354,00
67	1.119 - CONSTRUCAO E AMPLIACAO DO RESERVATORIO DE CAPTACAO DE AGUA Entidades Atendidas(UN)	P	1	17.512.0076	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	50.000,00	51.500,00	53.354,00
68	1.120 - CONSTRUCAO E REFORMA DO PREDIO E ALAMBRADO DA ETA Entidades Atendidas(UN)	P	1	17.512.0076	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	50.000,00	257.500,00	266.769,98
69	1.121 - AQUISICAO DE VEICULO-SAEVIR Entidades Atendidas(UN)	P	1	17.512.0076	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	80.000,00	82.400,00	85.366,40
70	1.122 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE Entidades Atendidas(UN)	P	1	17.512.0076	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	30.000,00	30.900,00	32.012,40
71	2.119 - MANUTENCAO E ENCARGOS COM A SAEVIR Entidades Atendidas(UN)	A	1	17.512.0076	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	1.063.350,00	1.095.250,50	1.134.679,52
72	1.123 - REFORMA E AMPLIACAO DA SEDE/SAEVIR Entidades Atendidas(UN)	P	1	17.512.0076	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	50.000,00	51.500,00	53.354,00

Estado do Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Priori.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
Entidade:	**1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA**							51.875.500,00	53.431.765,00	55.355.308,54
Órgão:	**08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**							1.130.000,00	1.163.900,00	1.205.800,40
Unidade:	**08.01 - GABINETE DO SECRETARIO**							853.000,00	878.590,00	910.219,24
37	1.077 - REFORMA E AMPLIAÇAO DO PREDIO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA Entidades Atendidas(UN)	P	1	20.122.0006	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	40.000,00	41.200,00	42.683,20
38	2.075 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE AGRICULTURA Entidades Atendidas(UN)	A	1	20.122.0006	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	708.000,00	729.240,00	755.492,64
39	2.073 - MANUTENÇAO DO VIVEIRO MUNICIPAL Entidades Atendidas(UN)	A	1	20.601.0014	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	11.000,00	11.330,00	11.737,88
40	2.109 - MANUTENÇAO CONSORCIO INTERMUNICIPAL - CIDESA Entidades Atendidas(UN)	A	1	20.608.0006	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	32.000,00	32.960,00	34.146,56
41	1.072 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE Entidades Atendidas(UN)	P	1	20.122.0006	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	50.000,00	51.500,00	53.354,00
42	2.076 - MANUTENÇAO COM O PROGRAMA AGRICULTURA FAMILIAR Entidades Atendidas(UN)	A	1	20.602.0019	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	12.000,00	12.360,00	12.804,96
Unidade:	**08.02 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE**							277.000,00	285.310,00	295.581,16
43	2.080 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE Entidades Atendidas(UN)	A	1	20.541.0077	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	77.000,00	79.310,00	82.165,16
44	2.081 - MANUTENÇAO DO PROJETO FLORESTA RICA Entidades Atendidas(UN)	A	1	20.601.0014	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	200.000,00	206.000,00	213.416,00
Órgão:	**09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**							1.783.000,00	1.836.490,00	1.902.603,64
Unidade:	**09.01 - GABINETE DO SECRETARIO**							298.000,00	306.940,00	317.989,84
83	1.083 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE Entidades Atendidas(UN)	P	1	08.122.0010	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	20.000,00	20.600,00	21.341,60
					4.0.00.00.00.00.00.00	00010092	04.01.00	2.000,00	2.060,00	2.134,16
84	2.083 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA Entidades Atendidas(R$)	A	1	08.122.0010	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	276.000,00	284.280,00	294.514,08
Unidade:	**09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**							1.004.000,00	1.034.120,00	1.071.348,32
85	1.085 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE Entidades Atendidas(UN)	P	1	08.122.0010	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	20.000,00	20.600,00	21.341,60
					4.0.00.00.00.00.00.00	00010092	04.01.00	2.000,00	2.060,00	2.134,16
86	1.091 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE- CRAS Entidades Atendidas(UN)	P	1	08.244.0090	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	20.000,00	20.600,00	21.341,60

Estado do Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Priori.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
Entidade:	**1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA**							51.875.500,00	53.431.765,00	55.355.308,54
Órgão:	**09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**							1.783.000,00	1.836.490,00	1.902.603,64
Unidade:	**09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**							1.004.000,00	1.034.120,00	1.071.348,32
					4.0.00.00.00.00.00.00	00010092	04.01.00	2.000,00	2.060,00	2.134,16
87	1.087 - REFORMA E AMPLIAÇAO DO MULTIPLOUSO Entidades Atendidas(UN)	P	1	08.244.0095	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	80.000,00	82.400,00	85.366,40
88	1.090 - REFORMA E AMPLIACAO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS Entidades Atendidas(UN)	P	1	08.244.0095	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	80.000,00	82.400,00	85.366,40
					4.0.00.00.00.00.00.00	00010029	04.04.00	4.000,00	4.120,00	4.268,32
89	2.084 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL Entidades Atendidas(R$)	A	1	08.244.0090	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	392.000,00	403.760,00	418.295,36
90	2.092 - CONVENIO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VILA RICA - APAE Entidades Atendidas(R$)	A	1	08.242.0090	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	70.000,00	72.100,00	74.695,60
91	2.221 - CONVENIO COM A ASSOCIACAO BENEFICENTE DE VILA RICA - ABCVIR Entidades Atendidas(UN)	A	1	08.243.0090	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	85.000,00	87.550,00	90.701,80
92	2.093 - MANUTENÇAO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL Entidades Atendidas(R$)	A	1	08.244.0090	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	34.000,00	35.020,00	36.280,72
93	2.095 - MANUTENÇAO DO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSITENCIA SOCIAL - CRAS Entidades Atendidas(R$)	A	1	08.244.0095	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	183.000,00	188.490,00	195.275,64
					3.0.00.00.00.00.00.00	00010029	04.04.00	22.000,00	22.660,00	23.475,76
106	2.127 - MANUTENCAO COM CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTENCIA SOCIAL-CREAS Entidades Atendidas(UN)	A	1	08.244.0090	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	5.000,00	5.150,00	5.335,40
					3.0.00.00.00.00.00.00	00010029	04.04.00	5.000,00	5.150,00	5.335,40
Unidade:	**09.03 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**							62.000,00	63.860,00	66.158,96
101	1.126 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE-FEAS Entidades Atendidas(UN)	P	1	08.244.0090	4.0.00.00.00.00.00.00	00010043	04.04.00	12.600,00	12.978,00	13.445,21
102	2.123 - MANUTENCAO BLOCO PROTECAO SOCIAL BASICA-PSB Entidades Atendidas(UN)	A	1	08.244.0090	3.0.00.00.00.00.00.00	00010043	04.04.00	9.800,00	10.094,00	10.457,38
103	2.124 - MANUTENCAO BLOCO PROTECAO SOCIAL ESPECIAL-PSE Entidades Atendidas(UN)	A	1	08.244.0090	3.0.00.00.00.00.00.00	00010043	04.04.00	9.800,00	10.094,00	10.457,38

Estado do Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Priori.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
Entidade:	**1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA**							51.875.500,00	53.431.765,00	55.355.308,54
Órgão:	**09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**							1.783.000,00	1.836.490,00	1.902.603,64
Unidade:	**09.03 - FUNDO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**							62.000,00	63.860,00	66.158,96
104	2.125 - MANUTENCAO BLOCO GESTAO DO SUAS Entidades Atendidas(UN)	A	1	08.244.0079	3.0.00.00.00.00.00.00	00010043	04.04.00	25.800,00	26.574,00	27.530,66
105	2.126 - MANUTENCAO DOS BENEFICIOS EVENTUAIS Entidades Atendidas(UN)	A	1	08.244.0090	3.0.00.00.00.00.00.00	00010043	04.04.00	4.000,00	4.120,00	4.268,33
Unidade:	**09.04 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**							419.000,00	431.570,00	447.106,52
94	2.222 - MANUTENCAO DO BLOCO DA PROTECAO SOCIAL BASICA-PSB Entidades Atendidas(UN)	A	1	08.244.0090	3.0.00.00.00.00.00.00	00010029	04.04.00	100.000,00	103.000,00	106.708,00
95	2.223 - MANUTENCAO DO BLOCO DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL-PSE Entidades Atendidas(UN)	A	1	08.244.0090	3.0.00.00.00.00.00.00	00010029	04.04.00	50.000,00	51.500,00	53.354,00
96	1.124 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE-GESTAO DO SUAS Entidades Atendidas(UN)	P	1	08.244.0010	4.0.00.00.00.00.00.00	00010029	04.04.00	15.000,00	15.450,00	16.006,20
97	2.224 - MANUTENCAO DO BLOCO DE GESTAO DO SUAS Entidades Atendidas(UN)	A	1	08.244.0090	3.0.00.00.00.00.00.00	00010029	04.04.00	100.000,00	103.000,00	106.708,00
98	1.125 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE-PROGRAMA BOLSA FAMILIA E CADASTRO UNICO Entidades Atendidas(UN)	P	1	08.244.0090	4.0.00.00.00.00.00.00	00010029	04.04.00	15.000,00	15.450,00	16.006,20
99	2.094 - MANUTENCAO DO BLOCO DE GESTAO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA E CADASTRO UNICO Entidades Atendidas(UN)	A	1	08.244.0090	3.0.00.00.00.00.00.00	00010029	04.04.00	134.800,00	138.844,00	143.842,38
100	2.225 - MANUTENCAO PROGRAMA DE ERRADICACAO DO TRABALHO INFANTIL-PETI Entidades Atendidas(UN)	A	1	08.243.0091	3.0.00.00.00.00.00.00	00010029	04.04.00	4.200,00	4.326,00	4.481,74
Órgão:	**10.00 - SECRETARIA MUN DE CULTURA DESPORTO E LAZER**							1.062.000,00	1.093.860,00	1.133.238,96
Unidade:	**10.01 - CULTURA E LAZER**							747.000,00	769.410,00	797.108,76
73	1.111 - AQUISIÇAO DE VEICULO Entidades Atendidas(UN)	P	1	04.392.0048	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	40.000,00	41.200,00	42.683,20
74	1.095 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE Entidades Atendidas(UN)	P	1	13.392.0048	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	7.000,00	7.210,00	7.469,56
75	2.099 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A BANDA MUNICIPAL Entidades Atendidas(UN)	A	1	13.392.0048	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	7.000,00	7.210,00	7.469,56

Estado do Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Priori.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
Entidade:	**1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA**							51.875.500,00	53.431.765,00	55.355.308,54
Órgão:	**10.00 - SECRETARIA MUN DE CULTURA DESPORTO E LAZER**							1.062.000,00	1.093.860,00	1.133.238,96
Unidade:	**10.01 - CULTURA E LAZER**							747.000,00	769.410,00	797.108,76
76	2.100 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM DEPTO CULTURAL Entidades Atendidas(UN)	A	1	13.392.0048	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	163.000,00	167.890,00	173.934,04
77	2.101 - MANUTENÇAO E APOIO A FESTAS CULTURAIS Entidades Atendidas(UN)	A	1	13.392.0048	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	515.000,00	530.450,00	549.546,20
78	2.102 - MANUTENCAO E INCENTIVO A MOVIMENTOS CULTURAIS Entidades Atendidas(UN)	A	1	13.392.0048	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	15.000,00	15.450,00	16.006,20
Unidade:	**10.02 - ESPORTE**							315.000,00	324.450,00	336.130,20
79	1.095 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE Entidades Atendidas(UN)	P	1	27.812.0044	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	10.000,00	10.300,00	10.670,80
80	1.099 - REFORMA E AMPLIAÇAO DO ESTADIO MUNICIPAL Entidades Atendidas(UN)	P	1	27.812.0044	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	40.000,00	41.200,00	42.683,20
81	2.104 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM DEPARTAMENTO DE DESPORTO Entidades Atendidas(UN)	A	1	27.812.0044	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	215.000,00	221.450,00	229.422,20
82	2.220 - MANUTENCAO E INCENTIVOS A MOVIMENTOS ESPORTIVOS Entidades Atendidas(UN)	A	1	27.812.0044	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	50.000,00	51.500,00	53.354,00
Órgão:	**11.00 - SECRETARIA MUNCIPAL DE IND. COMERCIO E TURISMO**							90.000,00	92.700,00	96.037,20
Unidade:	**11.01 - GABINETE DO SECRETARIO**							90.000,00	92.700,00	96.037,20
185	2.105 - MANUTENÇAO COM INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO Entidades Atendidas(UN)	A	1	22.661.0062	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	60.000,00	61.800,00	64.024,80
186	1.103 - CONSTRUÇAO, REFORMA E AMPLIAÇAO DO PARQUE INDUSTRIAL Entidades Atendidas(UN)	P	1	22.661.0062	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	30.000,00	30.900,00	32.012,40
Órgão:	**13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**							105.000,00	108.150,00	112.043,40
Unidade:	**13.01 - GABINETE DO SECRETARIO**							105.000,00	108.150,00	112.043,40
35	1.104 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE Entidades Atendidas(UN)	P	1	04.121.0009	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	1.000,00	1.030,00	1.067,08
					4.0.00.00.00.00.00.00	00010092	04.01.00	5.000,00	5.150,00	5.335,40
36	2.107 - MANUTENCAO E ENCARGOS COM O PLANEJAMENTO Entidades Atendidas(UN)	A	1	04.121.0009	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	99.000,00	101.970,00	105.640,92

Assinado Digitalmente

Estado do Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Relação de Despesas - Planejadas

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Priori.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2018	Projeção 2019	Projeção 2020
Entidade:	**2 - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA**							6.519.000,00	6.714.570,00	6.956.294,52
Órgão:	**23.00 - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA**							6.519.000,00	6.714.570,00	6.956.294,52
Unidade:	**23.01 - PREVIDENCIA MUNICPAL**							6.519.000,00	6.714.570,00	6.956.294,52
191	1.105 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - IMPREV Entidades Atendidas(UN)	P	1	09.272.0102	4.0.00.00.00.00.00.00	00010050	03.00.00	8.000,00	8.240,00	8.536,64
192	2.110 - MANUTENÇAO E ENCARGOS COM A PREVIDENCIA - IMPREV Entidades Atendidas(UN)	A	1	09.272.0102	3.0.00.00.00.00.00.00	00010050	03.00.00	371.000,00	382.130,00	395.886,68
193	2.112 - OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS - IMPREV Entidades Atendidas(UN)	A	1	09.331.0102	3.0.00.00.00.00.00.00	00010050	03.00.00	430.000,00	442.900,00	458.844,40
194	2.113 - MANUTENÇAO COM O PASEP - IMPREV Entidades Atendidas(UN)	A	1	09.122.0102	3.0.00.00.00.00.00.00	00010050	03.00.00	60.000,00	61.800,00	64.024,80
195	2.117 - RESERVA DE CONTINGENCIA - IMPREV Entidades Atendidas(UN)	A	1	99.999.0102	9.0.00.00.00.00.00.00	00010050	03.00.00	3.150.000,00	3.244.500,00	3.361.302,00
196	2.118 - APOSENTADORIAS E REFORMA DO RPPS Entidades Atendidas(UN)	A	1	09.272.0102	3.0.00.00.00.00.00.00	00010050	03.00.00	2.500.000,00	2.575.000,00	2.667.700,00
Entidade:	**3 - CAMARA MUNICIPAL DE VILA RICA**							2.525.000,00	2.600.750,00	2.694.377,00
Órgão:	**01.00 - CAMARA MUNICIPAL**							2.525.000,00	2.600.750,00	2.694.377,00
Unidade:	**01.01 - CAMARA MUNICIPAL**							2.525.000,00	2.600.750,00	2.694.377,00
187	1.001 - AQUISICAO DE VEICULO Entidades Atendidas(UN)	P	1	01.122.0001	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	80.000,00	82.400,00	85.366,40
188	1.002 - AQUISIÇAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE Entidades Atendidas(UN)	P	1	01.122.0001	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	30.000,00	30.900,00	32.012,40
189	1.005 - REFORMA E AMPLIAÇAO DO PREDIO DA CAMARA MUNICIPAL Entidades Atendidas(UN)	P	1	01.122.0001	4.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	50.000,00	51.500,00	53.354,00
190	2.001 - MANUTENCAO DA CAMARA MUNICIPAL Entidades Atendidas(UN)	A	1	01.122.0001	3.0.00.00.00.00.00.00	00010000	00.00.00	2.365.000,00	2.435.950,00	2.523.644,20
							Total geral:	60.919.500,00	62.747.085,00	65.005.980,06

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA
BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13
Administração Direta

EXERCÍCIO:2017
PERÍODO (MÊS): Janeiro à Novembro
DATA DE EMISSÃO:18/12/2017
PAGINA:1

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**
Receita Orçamentária (I)	**44.668.645,32**	**Despesa Orçamentária (VII)**	**45.853.372,13**
Ordinária	25.779.733,68	Ordinária	16.265.539,91
Vinculada	18.888.911,64	Vinculada	29.587.832,22
CONTRIBUIÇÃO CUSTEIO SERVIÇOS ILUMINAÇÃO PÚBLICA-COSIP	252.049,49	ALIENAÇÕES DE BENS	43.640,86
CONTRIBUIÇÃO INTERVENÇÃO DO DOMINIO ECONÔMICO-CIDE	115.666,17	CONTRIBUIÇÃO CUSTEIO SERVIÇOS ILUMINAÇÃO PÚBLICA-COSIP	342.568,83
CONVÊNIOS DA EDUCAÇÃO	103.156,08	CONTRIBUIÇÃO INTERVENÇÃO DO DOMINIO ECONÔMICO-CIDE	68.827,77
CONVÊNIOS-OUTROS(NÃO RELAC. EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSIST.SOCI	2.230.326,89	CONVÊNIOS DA EDUCAÇÃO	783.844,91
FUNDEB(APLIC. REM. PROF. MAGISTERIO EDUCAÇÃO BASICA)	1.873.921,01	CONVÊNIOS-OUTROS(NÃO RELAC. EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSIST.SOCI	337.425,16
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS-EDUCAÇÃO	5.012.065,95	FUNDEB(APLIC. REM. PROF. MAGISTERIO EDUCAÇÃO BASICA)	3.668.174,11
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS-SAÚDE	2.889.816,70	Outras ReceitasNao-Primarias	452.641,84
RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS-ESTADO	112.245,66	RECEITAS DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS-EDUCAÇÃO	9.904.408,42
RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS-FEDERAL	3.518.823,30	RECEITAS DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS-SAÚDE	5.348.523,38
RECURSOS FUNDO NACIONAL ASSISTÊNCIA SOCIAL-FNAS	118.806,83	RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS-ESTADO	630.276,33
RECURSOS FUNDO NACIONAL DESENV. DA EDUCAÇÃO-FNDE	917.413,07	RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS-FEDERAL	4.267.506,67
RECURSOS FUNDO TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB	1.744.620,49	RECURSOS FUNDO NACIONAL ASSISTÊNCIA SOCIAL-FNAS	205.702,13
		RECURSOS FUNDO NACIONAL DESENV. DA EDUCAÇÃO-FNDE	1.038.035,67
		RECURSOS FUNDO TRANSPORTE E HABITAÇÃO-FETHAB	2.496.256,14
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**0,00**	**Transferências Financeiras Concedidas (VIII)**	**2.079.916,63**
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	2.079.916,63
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	**6.655.930,80**	**Pagamentos Extraorçamentários (X)**	**5.822.169,95**
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	43.932,67	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	43.932,67
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.213.866,87	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.947.513,88
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	3.688.946,00	RP NAO PROCESSADOS PAGOS	3.778.608,37
Inscrição de Restos a Pagar Processados	709.185,26	RP PROCESSADOS PAGOS	52.115,03
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (V)	**11.070.306,10**	**Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (XI)**	**8.639.423,51**
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	56.461,32	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	60.096,23
BANCO C/ MOVIMENTO	7.484.314,62	BANCO C/ MOVIMENTO	5.424.335,13
BANCOS C/ VINCULADAS	2.922.683,61	BANCOS C/ VINCULADAS	2.655.817,09
POUPANÇA	606.846,55	POUPANÇA	499.175,06
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)	**62.394.882,22**	**TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)**	**62.394.882,22**

VILA RICA, 18/12/2017

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CONSUELO ROCA SILES
CONTADORA CRC/MS 0060107/0-7

PLANEJAMENTO
RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA (CONFORME ANEXO 2 DA LEI Nº 4.320/64) - LDO 2018

Estado do Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes			57.770.500,00
4.1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		7.684.500,00	
4.1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Impostos		7.434.500,00	
4.1.1.1.3.00.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Nat	1.800.000,00		
4.1.1.1.3.03.0.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	1.800.000,00		
4.1.1.1.3.03.1.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	1.500.000,00		
4.1.1.1.3.03.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho Princi	1.500.000,00		
4.1.1.1.3.03.1.1.01.00.00	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Ativos/Inativos dc	1.500.000,00		
4.1.1.1.3.03.4.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros R	300.000,00		
4.1.1.1.3.03.4.1.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros R	300.000,00		
4.1.1.1.3.03.4.1.01.00.00	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo	300.000,00		
4.1.1.1.8.00.0.0.00.00.00	Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	5.634.500,00		
4.1.1.1.8.01.0.0.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municí	3.429.500,00		
4.1.1.1.8.01.1.0.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial	1.429.500,00		
4.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial	800.000,00		
4.1.1.1.8.01.1.2.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - I	50.000,00		
4.1.1.1.8.01.1.3.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - I	529.500,00		
4.1.1.1.8.01.1.4.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - I	50.000,00		
4.1.1.1.8.01.4.0.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Im	2.000.000,00		
4.1.1.1.8.01.4.1.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação	2.000.000,00		
4.1.1.1.8.02.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Ser	2.205.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.0.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2.205.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	2.110.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	1.910.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.01.01.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Arrecad	1.900.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.01.02.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Retença	10.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.02.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	200.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.2.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Ju	10.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.2.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e	10.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.3.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativ	75.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.3.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ati	75.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.4.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativ	10.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.4.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ati	10.000,00		
4.1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas		250.000,00	
4.1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	50.000,00		
4.1.1.2.1.01.0.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	50.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	50.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Princ	50.000,00		
4.1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	200.000,00		
4.1.1.2.2.01.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	200.000,00		
4.1.1.2.2.01.1.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	200.000,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	200.000,00		
4.1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições		350.000,00	
4.1.2.4.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública		350.000,00	
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		800.000,00	
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários		800.000,00	
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	800.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	800.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	800.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados - Pri	400.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.02.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vin	100.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.03.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vin	100.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.05.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vin	50.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.06.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vin	50.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.09.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vin	50.000,00		

Estado do Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.2.1.00.1.1.01.10.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vin	50.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Não Vinculados	400.000,00		
4.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços		526.000,00	
4.1.6.9.0.00.0.0.00.00.00	Outros Serviços		526.000,00	
4.1.6.9.0.99.0.0.00.00.00	Outros Serviços	526.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.0.00.00.00	Outros Serviços	526.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.1.00.00.00	Outros Serviços - Principal ÁGUA	526.000,00		
4.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes		48.360.000,00	
4.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades		26.360.000,00	
4.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União - Específica E/M	26.360.000,00		
4.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita da União	16.300.000,00		
4.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	14.100.000,00		
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	14.100.000,00		
4.1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios	500.000,00		
4.1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios	500.000,00		
4.1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	500.000,00		
4.1.7.1.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	500.000,00		
4.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territor	1.200.000,00		
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territor	1.200.000,00		
4.1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Explo	205.000,00		
4.1.7.1.8.02.2.0.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos M	5.000,00		
4.1.7.1.8.02.2.1.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos M	5.000,00		
4.1.7.1.8.02.6.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	200.000,00		
4.1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - P	200.000,00		
4.1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúd	7.540.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúd	7.540.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúd	7.540.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.01.00.00	Bloco Piso da Atenção Básica Fixo - PAB FIXO	850.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.02.00.00	Bloco Piso da Atenção Básica VARIÁVEL	3.125.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.03.00.00	Bloco da Média e Alta Complexidade Ambul e Hosp. MAC	2.621.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.04.00.00	Bloco Básico da Assistência Farmacêutica	420.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.05.00.00	Bloco Piso Fixo de Vigilância Sanitária PFVISA	10.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.06.00.00	Bloco Vigilância em Saúde	514.000,00		
4.1.7.1.8.04.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de As	400.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de As	400.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de As	400.000,00		
4.1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do De	1.155.000,00		
4.1.7.1.8.05.1.0.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	760.000,00		
4.1.7.1.8.05.2.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Progr	5.000,00		
4.1.7.1.8.05.2.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Progr	5.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Progr	150.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa N	150.000,00		
4.1.7.1.8.05.4.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Progr	150.000,00		
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa N	150.000,00		
4.1.7.1.8.05.9.0.00.00.00	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do	90.000,00		
4.1.7.1.8.05.9.1.00.00.00	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Deser	90.000,00		
4.1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L	60.000,00		
4.1.7.1.8.06.1.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L	60.000,00		
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L	60.000,00		
4.1.7.1.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências da União	700.000,00		
4.1.7.1.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências da União	700.000,00		
4.1.7.1.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências da União - Principal	700.000,00		
4.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e		14.500.000,00	
4.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica E/M	14.500.000,00		
4.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	13.585.000,00		
4.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	10.000.000,00		

Estado do Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	10.000.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	1.000.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	1.000.000,00		
4.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	35.000,00		
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	35.000,00		
4.1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domín	50.000,00		
4.1.7.2.8.01.5.0.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados	2.500.000,00		
4.1.7.2.8.01.5.1.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados - Principal	2.500.000,00		
4.1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas	760.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas	760.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas	760.000,00		
4.1.7.2.8.07.0.0.00.00.00	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	62.000,00		
4.1.7.2.8.07.1.0.00.00.00	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	62.000,00		
4.1.7.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distri	93.000,00		
4.1.7.2.8.10.2.0.00.00.00	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas Prog.	93.000,00		
4.1.7.2.8.10.2.1.00.00.00	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas Prg. E	93.000,00		
4.1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas		7.500.000,00	
4.1.7.5.8.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - E	7.500.000,00		
4.1.7.5.8.01.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção	7.500.000,00		
4.1.7.5.8.01.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção	7.500.000,00		
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção	7.500.000,00		
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes		50.000,00	
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		50.000,00	
4.1.9.2.1.00.0.0.00.00.00	Indenizações	50.000,00		
4.1.9.2.1.99.0.0.00.00.00	Outras Indenizações - Principal	50.000,00		
4.1.9.2.1.99.1.0.00.00.00	Outras Indenizações	50.000,00		
4.1.9.2.1.99.1.1.00.00.00	Outras Indenizações - Principal	50.000,00		
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital			80.000,00
4.2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens		80.000,00	
4.2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis		80.000,00	
4.2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	80.000,00		
4.2.2.1.3.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	80.000,00		
4.2.2.1.3.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	80.000,00		
4.9.0.0.0.00.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-3.450.000,00
4.9.1.0.0.00.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-3.450.000,00	
4.9.1.7.0.00.0.0.00.00.00	(R)DEDUCOES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRENTE		-3.450.000,00	
4.9.1.7.1.00.0.0.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	-3.450.000,00		
4.9.1.7.1.80.0.0.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	-3.450.000,00		
4.9.1.7.1.80.1.0.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	-3.450.000,00		
4.9.1.7.1.80.1.2.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB FPM	-1.800.000,00		
4.9.1.7.1.80.1.3.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB ITR	-250.000,00		
4.9.1.7.1.80.1.4.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB ICMS DE	-10.000,00		
4.9.1.7.1.80.1.5.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB ICMS	-1.190.000,00		
4.9.1.7.1.80.1.6.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB IPVA	-200.000,00		
			Total das receitas:	**54.400.500,00**
			Total por entidade:	**54.400.500,00**
Entidade: 2 - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes			4.319.000,00
4.1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições		1.631.000,00	
4.1.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições Sociais		1.631.000,00	
4.1.2.1.0.04.0.0.00.00.00	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - R	1.631.000,00		
4.1.2.1.0.04.1.0.00.00.00	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS	1.620.000,00		
4.1.2.1.0.04.3.0.00.00.00	Contribuição dos Servidores Inativos Civis para o RPPS	11.000,00		
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		2.600.000,00	

Estado do Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 2 - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários		2.600.000,00	
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	2.600.000,00		
4.1.3.2.1.00.4.0.00.00.00	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdên	2.600.000,00		
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes		88.000,00	
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		81.000,00	
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	81.000,00		
4.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes		7.000,00	
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	7.000,00		
4.7.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS			2.200.000,00
4.7.2.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		2.200.000,00	
4.7.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições Previdencioárias do RPPS		2.200.000,00	
			Total das receitas:	**6.519.000,00**
			Total por entidade:	**6.519.000,00**
			Total geral das transferências:	**0,00**
			Total geral das receitas:	**60.919.500,00**
			Total geral:	**60.919.500,00**

PLANEJAMENTO
NATUREZA DA DESPESA POR CATEGORIAS ECONÔMICAS (CONFORME ANEXO 2 DA LEI Nº 4.320/64) - LDO 2018

Estado do Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

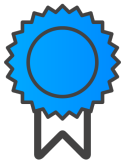
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2018 (C)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			46.677.335,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			4.654.160,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			544.005,00
		Total das despesas:		**51.875.500,00**
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
5.0.0.0.0.00.00.00.00.000000	VARIAÇÕES PASSIVAS			2.350.000,00
5.1.0.0.0.00.00.00.00.000000	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO		2.350.000,00	
5.1.2.0.0.00.00.00.00.000000	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS		2.350.000,00	
5.1.2.1.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	2.350.000,00		
5.1.2.1.1.00.00.00.00.000000	REPASSES PASSIVOS	2.350.000,00		
5.1.2.1.1.01.00.00.00.000000	REPASSE CONCEDIDO	2.350.000,00		
5.1.2.1.1.01.01.00.00.000000	CÂMARA MUNICIPAL	2.350.000,00		
		Total das transferências:		**2.350.000,00**
		Total da entidade:		**54.225.500,00**
Entidade: 2 - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			3.361.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			8.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			3.150.000,00
		Total das despesas:		**6.519.000,00**
		Total da entidade:		**6.519.000,00**
Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE VILA RICA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.365.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			160.000,00
		Total das despesas:		**2.525.000,00**
		Total da entidade:		**2.525.000,00**
		Total geral das transferências:		**2.350.000,00**
		Total geral das despesas:		**60.919.500,00**
		Total geral:		**63.269.500,00**

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Mon Dec 18 21:31:04 UTC 2017
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)